

Hemetério José Velloso da Silveira

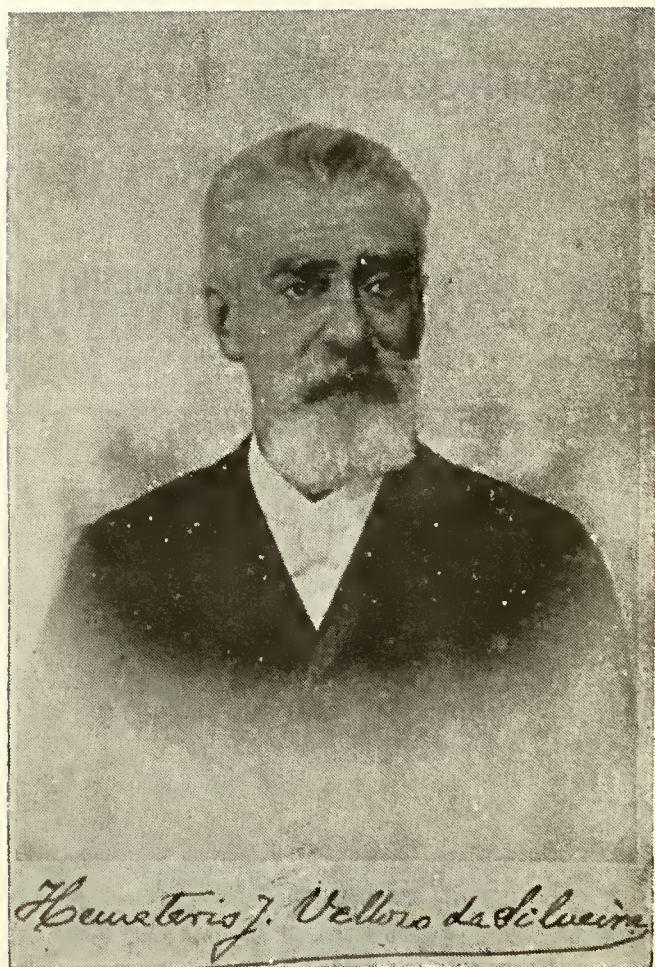
**AS MISSÕES ORIENTAIS
E SEUS
ANTIGOS DOMÍNIOS**





**AS MISSÕES ORIENTAIS
E SEUS
ANTIGOS DOMÍNIOS**





Henriques J. Velloso da Silveira

As Missões Orientaes seus antigos dominios.

POR

HEMETERIO JOSÉ VELLOSO DA SILVEIRA

Natural de Pernambuco, ex-magistrado e

advogado na cidade de Porto Alegre



PORTO ALEGRE

TYPOGRAPHIA DA LIVRARIA UNIVERSAL DE CARLOS ECHENIQUE

EDITOR PROPRIETARIO

1909

Fac-simile do frontispício da 1ª edição.

Hemeterio José Velloso da Silveira

**AS MISSÕES ORIENTAIS
E SEUS
ANTIGOS DOMÍNIOS**

Nota sobre ERUS por Lauro P. Guimarães
Apresentação de Barbosa Lessa



ESTANTE RIO-GRANDENSE UNIÃO DE SEGUROS-ERUS

Coordenador

Lauro P. Guimarães

Conselho Editorial

Guilhermino Cesar

Lothar Francisco Hessel

Sérgio da Costa Franco

- s587m Silveira, Hemeterio José Velloso da
 As Missões Orientais e seus antigos domínios. [Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1979]
 XVI, 548p. ilustr., fotos. 23cm. (Estante Rio-grandense União de Seguros - ERUS)
 1. História: Rio Grande do Sul. 2. Rio Grande do Sul: História. I. Título. II. Série.

CDU 981.65

Bibliotecária responsável Paulete Golbert - CRB 10/302

Reservado todos os direitos
de reprodução desta edição pela
Cia. União de Seguros Gerais
Av. Borges de Medeiros, 261 - Porto Alegre/RS

NOTA SOBRE "ERUS"

No Rio Grande do Sul, a expansão e aperfeiçoamento das ciências do homem encontra um óbice extraordinário. na extrema raridade de elementos bibliográficos indispensáveis. Obras fundamentais para o estudo da história, da antropogeografia, da sociologia, da antropologia cultural e da própria literatura rio-grandense encontram-se, via de regra, esgotadas. E são a tal ponto raras e disputadas nos balcões dos livreiros que a familiaridade com os temas da formação rio-grandense se vai tornando privilégio de alguns iniciados, que tiveram a sorte ou o poder excepcional de adquirir tais preciosidades.

Compreende-se que tal situação, se não encontrar o socorro de órgãos públicos ou entidades empresariais interessadas no desenvolvimento cultural do Estado, se encaminhará para uma virtual aniquilação da memória coletiva, com a desapareição de fontes essenciais à compreensão do processo evolutivo da sociedade gaúcha.

Impõe-se, portanto, colocar ao alcance dos estudiosos, muito especialmente dos jovens, aquelas obras básicas de informação sobre as origens e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tal que o estudo das ciências humanas não se estrangule entre as quatro paredes de privilegiados, mas antes se multiplique em cadeia, como o natural resultado da reedição de títulos julgados imprescindíveis.

Não poderia a Cia. União de Seguros Gerais, empresa genuinamente gaúcha, de quase um século de atuação na vida econômica de nosso Estado, ficar indiferente à constatação dessa extrema pobreza documental, nem limitar-se simplesmente a deplorá-la. Consciente de seus amplos deveres para com a sociedade rio-grandense, esteio de sua solidez e prosperidade, vem a União de Seguros ao encontro do anseio dos que desejam conhecer as raízes de nossa formação histórico-cultural e se vêem travados pela inexistência, nos balcões das livrarias e mesmo nas bibliotecas, de obras fundamentais. Anseio que, se de um lado, constrange uns poucos afortunados que as possuem, por outro, frustra e desalenta as novas gerações, cujo interesse por tais assuntos é despertado por publicações esparsas em periódicos ou por leituras ocasionais em livros de empréstimo, avaramente guardados por seus felizes e raros possuidores.

Porto Alegre, fevereiro 1979.

Lauro P. Guimarães
Diretor Presidente

APRESENTAÇÃO

O RIO GRANDE NÃO É SÓ A CAMPANHA

A gente tem uma idéia muito vaga sobre o Rio Grande do Sul dos primeiros tempos. Sabe-se, por exemplo, que os padres jesuítas fizeram cidades, igrejas e estâncias nos Sete Povos das Missões, aí vieram os portugueses e mataram o santo Sepé Tiaraju (será que os espanhóis também participaram do crime?), então os padres incendiaram as igrejas e cidades e foram embora com os índios guaranis. Também se sabe que houve em 1835 uma Revolução Farroupilha, o general Bento Gonçalves proclamou a República de Piratini, houve combates em Porto Alegre e Rio Pardo, aí veio Caxias e acabou com a guerra, mas surgiu o *gaúcho*, que é o homem que cria gado em Bagé e circunvizinhanças. Sob tamanha pobreza de informações, a gente termina pensando que o Rio Grande histórico se resumiu a uma pequena faixa de terra, uma espécie de triângulo, do Rio Jacuí para o sul, com dois vértices em Porto Alegre e Alegrete e um outro vértice na cidade de Rio Grande. Tudo o mais é incógnita. Acima do Rio Jacuí, para o norte, o Rio Grande do Sul nunca existiu. Os campos de Cima da Serra, as férteis colinas missioneiras, as matas do Alto-Uruguai, as fazendas do Planalto, tudo isto era vazio, sem ninguém. De uma hora para outra, por geração espontânea, brotaram ervateiros, peões, tropeiros, grandes cidades, enormes plantações de trigo e soja.

Então seja louvada a Cia. União de Seguros, seja louvada a Estante Rio-Grandense, seja louvado Lauro P. Guimarães como idealizador dessa oportuníssima Coleção ERUS, seja louvada a "ressurreição" de Hemetério Veloso, que vem despejar muita luz sobre nossa santa ignorância. Agora temos ao alcance da mão uma das maiores raridades, uma das maiores preciosidades da bibliografia do Sul: "As Missões Orientais e seus antigos domínios".

Agora ficaremos sabendo como é que Uruguiana e Itaqui, que nem sequer existiam ao início da Revolução Farroupilha, deixaram de ser terra pleiteada por Espanha para se tornarem Brasil. Vamos ficar sabendo da existência de um furriel chamado Gabriel Ribeiro de Almeida, totalmente esquecido pela História, que ajudou a duplicar o território do Rio Grande do Sul com a anexação — "no peito e na raça" — da fronteira oeste, Missões e Cima-da-Serra. Acompanharemos os tropeiros de mulas em sua fantástica odisséia interligando o Rio Grande ao centro do País. No roteiro dessas tropas iremos vendo o surgimento das primeiras povoações: Cruz Alta, Palmeira, Soledade, Passo Fundo... E já surgem os imigrantes alemães, em Ijuí. E já surgem os imigrantes italianos, em Silveira

Martins. Depois do pioneiro paulista, que abriu caminhos, a contribuição de novas etnias descortinando horizontes agrícolas e industriais. Um novo Rio Grande. O outro Rio Grande. O pago ao norte do Rio Jacuí, até as barrancas saudáveis do Rio Uruguai.

Quando, há alguns anos, por primeira vez li Hemetério Veloso, tive o impacto de mil pequeninas descobertas. Basta dizer que um de meus contos menos desconhecidos, "Receita Para Fazer Mulas", nasceu desta leitura. A antiga lenda de que o pêlo "tobiano" seria assim chamado por causa do cavalo em que Tobias de Aguiar fugira para o Sul, é aqui desfeita, com a informação exata: da fazenda do brigadeiro, em São Paulo, vieram dois garanhões, ainda potros, de presente para "o Dr Antonio Gomes Pinheiro Machado, quando esse doutor mudou-se para Cruz Alta". Fiquei boquiaberto ao certificar-me de que, após a "gauchada" da conquista das Missões Orientais, o Brasil nunca tomou posse oficial daquele imenso território: "Não é conhecido — procuramos e jamais encontramos — o decreto que fez tal incorporação à capitania do Rio Grande do Sul. Consta que foi por ato do vice-Rei no Rio de Janeiro; mas este fê-lo provisoriamente". Cheguei a sentir o perfume das flores silvestres descritas pelo autor. Aumentei meu receituário de plantas medicinais. Criei um cachorrinho entre ovelhas, para torná-lo "ovelheiro". Cantei, com os índios, a canção de Cristo Nhandedjara — que até então eu pensara ter sido colhida por Cezimbra Jacques, pois este não apontou a fonte em que bebera. Enfim, há todo um universo missioneiro à disposição de quem queira saboreá-lo.

Use e abuse de Hemetério Veloso — o bom pernambucano que aqui constituiu numerosíssima família e que amou o Rio Grande como sua terra natal. Setenta anos após a primeira edição de "As Missões Orientais", ele ressuscita para nossa admiração e nosso agradecimento.

BARBOSA LESSA

AO LEITOR

Si le livre est bon, il est superflu de le recommander ao lecteur; si, au contraire, il n'a aucun mérite, la meilleur de toutes les préfaces ne le sauvera de l'indifférence et de l'oubli, aux quels il sera justement condamné.

P. Vincard

Conhecendo as Missões Orientais desde 1855, tendo, durante uma residência de doze anos, percorrido quase todo o seu território, jamais cogitáramos dedicar-lhe um livro.

Trataram dessa ex-província jesuítica, entre outros os críticos, Southey¹⁾ o visconde de São Leopoldo²⁾, o Doutor Martin do Muosy³⁾, o Vigário João Pedro Gay⁴⁾, e por fim o nosso amigo Evaristo Afonso de Castro⁵⁾ no livro que escreveu e editou em sua deficiente tipografia em Cruz Alta, um compêndio abreviado dessa região, e esse mesmo incompleto por terem-lhe negado vários subsídios. É precedido de um prefácio que antes não o tivesse⁶⁾.

Em 1885, conversando em Porto Alegre sobre as ruínas das Missões Orientais, narrando o que víamos e detidamente examinamos, pediram-nos os amigos presente, que escrevêssemos, alguma coisa a respeito, pois estimariam mais ler, do que ouvir, pois lendo não esqueceriam, ouvindo sim.

Com efeito, encetamos uma série de artigos descrevendo as ruínas, que por várias vezes percorrêramos.

O nosso amigo João Cândio Gomes, proprietário do Jornal Mercantil, publicando alguns artigos, convidou-nos para, em lugar dos folhetins, com que o mimoseamos, organizar um livro, que ele publicaria na sua bem montada oficina, cedendo-nos metade dos exemplares.

Aceitamos a proposta e como desse o seu jornal uma notícia da projetada obra, remeteram-nos alguns amigos daquele território fotografias das ruínas dos templos de São Miguel, Santo Ângelo e de São Luís, e vistas de algumas das povoações

novas fundadas nesse território. Ao mesmo tempo, nosso amigo Clarimundo de Almeida Santos organizava um mapa, que apenas compreendia a região em cima da Serra e abaixo desta até o Ibiçuí e Uruguai⁷).

Era pois uma obra ilustrada, porém, prontos apenas alguns capítulos, eis que sucumbe a uma síncope cardíaca o nosso amigo Cância Gomes. Suspendemos todo e qualquer trabalho até que, em 1892 o estado pouco lisonjeiro de nossa saúde, agravado com a perda de três filhos (dois homens e uma menina), um chamado a Pernambuco, onde nosso honrado progenitor estava prestes a sucumbir, obrigaram-nos a uma viagem longa e demorada, mormente por causa da rebelião que conflagrou o Rio Grande do Sul e na qual jamais quisemos tomar parte, por nenhum dos partidos.

Quando dali voltamos, nosso grande arquivo estava deteriorado. Os capítulos escritos em folhas soltas e não encadernadas, como os que adiante seguem, estavam uns faltando-lhes o começo, outros o final e outros, várias tiras intermediárias. O caixão contendo a papelada, fora aberto e repregado, mas guardado por mais de dois anos num porão tão úmido, que apagou muitas linhas até da nossa correspondência epistolar, rascunho de razões em autos durante 37 anos.

Uma verdadeira calamidade.

Mesmo assim, guardamos todos os desorganizados papéis e trouxemo-los quando por motivo (que propositalmente calamos) viemos do Rio de Janeiro, com o designio de aqui findar nossos dias.

Sendo então mais longos os lazeres da nossa profissão, entretivemo-nos em rever e completar esses velhos escritos sobre as Missões e instados ainda por outros amigos, organizamos o livro, que adiante se segue e que é dividido em quatro partes: - a primeira trata da fundação, desenvolvimento e esplendor das Missões orientais, perseguição e exílio dos seus fundadores, guerras da conquista, consolidação desta, produções naturais e industriais, compreendendo os dez primeiros capítulos; - a segunda (e nisso cifrava-se nosso primeiro e único trabalho) é a descrição de nossas viagens pelas ruínas das reduções quer as destruídas, quer as restauradas e compreende os capítulos XI a XVIII; - a terceira trata nos capítulos XIX a XXVI da região serrana; - a quarta trata, nos demais capítulos, da campanha e da fronteira, especialmente dos municípios fundados nesse território conquistado pelos cavaleiros rio-grandenses.

Ocupando-nos de todos esses municípios, que eram, ao tempo da conquista, grandes terras baldias, demo-nos ao trabalho de averiguar quais foram os seus primeiros povoadores. Consequimo-lo examinando detidamente os livros de registros das terras ocupadas nas paróquias de Cruz Alta, que então compreendia os atuais municípios de Soledade, Palmeira e Santo Ângelo, a de São Borja, que ainda compreendia São Luís Gonzaga, de Itaqui compreendendo então São Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão, a de Alegrete compreendendo Quaraí e Rosário, a de Bagé compreendendo Dom Pedrito, as de Santa Maria, São Gabriel, Passo Fundo, Uruguiana e Livramento formando ainda os atuais

municípios. Todos esses primeiros povoadores são mencionados com a extensão das terras por eles ocupadas.

Dividiu o solo rio-grandense em duas zonas: a serrana e fronteiraça, mas nessas mesmas não guardou a devida ordem, quando se ocupou de cada um dos municípios nelas existentes.

Começando pelos municípios de Porto Alegre, Viamão e Gravataí, salta 60 léguas atrás para o Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço. Deixando para trás Santa Vitória, trata de Jaguarão, Herval e Arroio Grande e destes, por um salto maior de cem léguas, vai ocupar-se de Alegrete, Quaraí, São Gabriel e Rosário. Com um grande salto à retaguarda, trata de Cachoeira, São Sepé, de onde regressa para Rio Pardo e Santa Cruz e desta, saltando os confortos da Serra Geral, vai a Cruz Alta e Júlio de Castilhos e destes, pulando outra vez a Serra, vai daí a 70 léguas tratar de Livramento e, por um jogo angular, vai a Uruguaiana, limítrofe dos já tratados Alegrete e Quaraí. De Uruguaiana salta 100 léguas para trás a fim de tratar de São Leopoldo limítrofe de Porto Alegre.

De São Leopoldo, passa a tratar de Santo Antônio da Padua, Torres e Conceição do Arroio, de onde, por um salto maior de 130 léguas, vai tratar de Piratini, Canguçu e Cacimbinhas, a queles limítrofes de Jaguarão, retrocedendo outra centena de léguas, para ocupar-se de Taquari, Venâncio Aires, São Jerônimo e Santo Amaro e deste, a ocupar-se de Santa Maria. Desta, atravessando toda a região serrana, vai tratar de Lagoa Vermelha e Vacaria e desta, voltando ao território missioneiro, trata do Santo Ângelo, Palmeira, São Luís Gonzaga, São Vicente e São Francisco de Assis, estes a rumo diverso e abaixo da Serra. Daí, com mais de oitenta léguas, vai ao Camaquã, omitindo o município das Dores, de onde, além da Encruzilhada e Cachoeira, vai tratar de Capanga e Lavras.

O Doutor Lassance não guardou a devida ligação entre os municípios, nas regiões que os colocou. Quem, pelo seu livro quiser conhecer o Rio Grande do Sul, terá que andar lendo salteado o mapa do Estado.

Fomos mais metódicos, quando, na terceira e quarta partes, tratamos dos municípios fundados nas terras missionárias, compreendidas na conquista de 1801. Porém, quando na segunda parte tratamos das ruínas de Santo Ângelo, São Luís e São Borja, unimos povos jesuíticos conservados ou reedificados, logo tratamos dos municípios fundados nesses territórios, para não ocuparmos duas vezes diversas de cada um deles, sendo, uma vez tratando das ruínas ainda existentes; na outra, dos municípios, tais como hoje são.

É possível que, na parte estatística, sujeita às alterações do tempo e dos acontecimentos, seja-nos notada mais de uma inexatidão. Não será culpa nossa, porque muitas informações foram-nos negadas em compensação de outras, que gentilmente foram-nos ministradas.

Entretanto teremos muito prazer se o nosso trabalho despertar a idéia da realização de um outro melhor e mais completo, supridos assim os erros que a nossa cansada vista não teria enxergado.

Talvez pareça a muita gente dispensáveis os nomes dos fundadores dessas diversas circunscrições, porém, não é demais essa, aliás, resumida nomenclatura, para que não recaia sobre um ou dois homens o importante serviço do povoamento das diversas frações do solo missioneiro.

O mais antigo historiador conhecido, Moisés, consagrou no seu Pentateuco um livro destinado à nomenclatura dos israelitas conduzidos do Egito à terra da promessa.

Sem pretender elevarmo-nos ao alto nível do inspirado historiador hebreu, procuramos saber os nomes dos primeiros povoadores das colônias fundadas em terras das Missões porém, sen do todas tão modernas, só a colônia Silveira Martins foi a única que satisfaz o nosso pedido de informações.

Fomos censurados, porque nos cinco primeiros capítulos usamos de uma linguagem benevola sobre os fundadores das Missões, destoando inteiramente da maior parte dos escritores, que em 144 anos decorridos, têm preconizado todas as medidas empregadas para sua supressão e banimento.

A verdade histórica, isenta de ódios ou afeições, impugna-nos outra linguagem. Mantivemo-la calma e imparcial, em face dos documentos oficiais, pretendida comprovação da culpabilidade dos jesuítas.

A inocência desses regulares importaria precisamente a condenação moral das medidas, que para seu extermínio empregou o estadista Marquês de Pombal. Para demonstrar a crueldade e ódio, que ditaram tais medidas basta-nos a transcrição e análise, que (nos capítulos IV e V) fizemos das cartas régias e decretos do inconsciente monarca português Dom José I.

Não será o que adiante segue um trabalho isento de defeitos, não tanto por interrupções, que duraram semanas e meses, porque ao autor nunca sobraram talento e erudição. Ainda assim, prestará alguns subsídios à história pátria especialmente à do Estado, ao qual nos vinculam, há 54 anos, os laços da família e onde vimos nascer 19 filhos e por fim netos e bisnetos.

Ao momento de entregar nosso trabalho à oficina tipográfica, hoje sua proprietária, eis que surgem-nos pela frente dois livros um já impresso na Tipografia Nacional, o outro iniciado em Curitiba. Este com o título Missões Brasileiras apresenta-se como uma refutação antecipada da primeira parte de nosso trabalho. É seu autor (se não é um pseudônimo) o Sr. Júlio Pernetta.

A linguagem por demais apaixonada desse livro (de que são conhecemos a Introdução) dispensa-nos de ocuparmo-nos dele. Não tememos que possa ele ser mais agradável ao leitor imparcial.

O outro livro é O Rio Grande do Sul, escrito pelo Doutor Ernesto Antônio Lassance Cunha, engenheiro fiscal da Viação Férrea Rio-grandense. É um trabalho destinado unicamente ao interesse da colonização, já por demais desenvolvida no Estado e bem aceita pelos países das raças latina, teutônica e eslava.

O abalizado engenheiro não tratou absolutamente da história do Rio Grande do Sul, ocupou-se tão somente da sua geologia, de seu clima, de suas produções, viação terrestre, fluvial, etc.

E tão sinceramente o estimaremos, quanto ao fechar este prólogo, lembram-nos as palavras do imortal Copêrnico; - "Eu não estou apaixonado por minhas idéias ao ponto de desprezar o que outros possam dizer delas."

Não entreteremos polêmica, sobre o que escrevemos, certo ou errado, com apreciações anônimas ou firmadas por quaisquer pseudônimos.

Porto Alegre, julho de 1909.

Hemetério J. Velloso da Silveira.

NOTAS

- 1) História do Brasil, capítulos XXIII, XXXIX e XLII.
- 2) Anaes da Provincia de São Pedro, capítulos III, XII e XIII.
- 3) Memoire historique sur la decadence et ruine des missions jesuitica.
- 4) Em sua volumosa e mal organizada História de República Jesuitica.
- 5) Notícia descritiva da Região Missioneira.
- 6) Esse prefácio, que o próprio autor se incumbiu de contradizer, entre outros períodos ofensivos aos habitantes das Missões, contém o seguinte:
- "Pelo seu vício de conformação, pela grande disseminação, pela grande abundância de aves, caça, peixe e frutas a população em geral é indolente e extremamente preguiçosa.
Pode-se calcular, sem o menor receio de exageração, que, entre cem homens validos, oitenta pelo menos são vadios e destes quarenta são ladrões".
Não se pode, com maior irreflexão ou malevolencia faltar à verdade.
O tópico transcrito refere-se a um território, que, ao tempo da impressão desse livro, contava já uma população maior de 200.000 habitantes (hoje quase o triplo). Tirando metade para velhos, mulheres crianças e invalidos, segue-se, que de 100.000 homens validos, 20.000 eram trabalhadores, 40.000 vadios e 40.000 ladrões, o que seria cumulo de ladroeira!...
Não apreciamos outros trechos do prefácio desse livro logo esgotado, pelas pessoas que o subscreveram; porque, nos capítulos e seções, em que foi dividido, o autor afirma uma verdade, quando diz: - "que os habitantes de todos os municípios são hospitaleiros, laboriosos e morigerados.
Outra deverá ser a linguagem do prefácio, português de nascimento, que viveu mais de 50 anos na região missioneira, começando pobre e acabando rico.
Ingratidão no caso.

PARTE PRIMEIRA

FUNDAÇÃO, PROSPERIDADE E CONQUISTA DAS MISSÕES,

L'histoire est un beau pays, sans doute, et il y a profit et plaisir à le parcourir; mais ce beau pays n'offre point tou jours des riches et riantes campagnes. Pour arriver aux plus admirables paysages, il faut souvent franchir des steppes sauvages...

Le Bras

Capítulo I

FUNDAÇÃO DAS MISSÕES

*O martírio, o deserto, o cardo, o espinho,
A pedra, a serpe do sertão maninho,
A fome, o frio, a dor
.....
Nada turbava aquelas fronte calmas,
Nada curvava aquelas grandes almas,
Votadas à amplidão*

Castro Alves

Crescera de modo surpreendente a ordem religiosa, que em 1534, fundara o padre Ignácio de Loiola.

Decorridos oito anos da aprovação pontifícia, os discípulos do valente soldado que trocara o uniforme e a armadura guerreira pela túnica sacerdotal partiam da Europa para, além do Atlântico, assegurar aos descobridores do novo mundo a posse das terras e a submissão do indígena feroz e canibal.

Ao Brasil aportaram, ainda em vida do seu fundador, os primeiros jesuítas, ávidos de preencher a mais importante missão do cristianismo, a conversão do gentio.

Com efeito, apenas desembarcados, introduziam-se, com a cruz em punho, nas tabas dos selvagens, aprendiam, com rara habilidade, suas línguas difíceis, pregavam a doutrina cristã e, depois de fazê-los banir uma vida torpe e brutal, administravam-lhes o batismo, chamando-os à vida social.

Os nomes de José de Anchieta (brevemente talvez canonizado) Manoel da Nóbrega, João d'Almeida, Prudêncio do Amaral, Christovão de Gouvea, Leonardo Nunes, Antônio de São Francisco de Souza, Euzébio de Mattos, Angelo dos Reis, Aspilcueta Navarro, Antô

nio Pereira, Luí's Figueira, João de Mello Macedo Pereira, Simão de Vasconcellos (o cronista), Affonso Braz, Simão de Sã, Salvador Rodrigues, Manoel de Paiva, Francisco Pires, Luí's de Grã, Ignácio de Toloza, Luí's Figueiroa e inúmeros outros, nunca deverão ser esquecidos, tamanhos foram seus benefícios a este grande país.

Fecha a grinalda de tão dedicados apóstolos os nomes do eminente orador sacro, publicista e diplomata do século XVII, Antônio Vieira, bem como o do bem-aventurado Antônio Inácio de Azevedo com seus sessenta e três companheiros de martírio e dos não menos gloriosos mártires, Francisco Pinto na serra do Ibiapaba, Alberto Romero, Lucas, Baraza e outros, em terras missionárias.

As Missões, porém, começaram e tiveram maior incremento nas terras do Paraguai, Corrientes e nas conquistadas pelos rio-grandenses pelo modo seguinte:

Em 1586, o primeiro bispo de Tucumã, Dom Francisco Viçtória, sabedor do grande renome dessa ordem, procurou das prontos remédios à vida miserável dos indígenas que compunham a máxima parte do seu rebanho.

Escrevendo aos provinciais do Peru e do Brasil, solicitando o auxílio de alguns dos seus padres, ambos o atenderam.

O do Brasil, José de Anchieta, enviou-lhes prontamente os padres Leonardo Armínio, como chefe da missão, João Salonio, Tomás Fildz, Manoel Ortega e Estêvão de Grã, quase todos, ao que parece, espanhóis ou italianos.

Escapados em caminho dos piratas, desembarcaram em Buenos Aires e seguindo por terra foram encontrar nos plainos de Córdoba os padres Francisco Ângulo, Alonzo Barsena e o irmão João de Villegas, enviados pelo provincial do Peru.

Pode-se calcular a expansiva surpresa desses membros de uma mesma ordem, vindo de pontos tão opostos, sem notícia uns dos outros, encontrando-se inesperadamente no teatro escolhido para o exercício de uma árdua e honrosa missão. Servindo-nos de um pensamento de Lamartine: - "era encontrar a própria pátria no meio do deserto".

Dirigiram-se para Santiago del Estero, sede do novo bispado e do governo civil.

Apenas sabida sua aproximação, foram ao seu encontro o governador e o povo da cidade dispensando-lhes aparatosa recepção. Ruas adornadas de arcos de folhagens, alcatifadas de flores foi o caminho que trilharam os obreiros da fé e da civilização até a catedral.

Recebeu-os o bispo com demonstrações de íntimo regozijo entoando um Te Deum em ação de graças.

Passados dias, refletindo Armínio ser a província da sua ordem no Peru mais competente para ocupar-se dessa catequese, voltou para o Brasil acompanhado de Estêvão de Grã, deixando os demais padres sob a obediência de Ângulo.

Ficaram para tamanha empresa cinco sacerdotes e um aspirante, mas esses poucos dentro em um ano foram divididos com o

bispo do Paraguai Dom Alonzo Guerra, que de passagem conseguiu levar consigo os padres Salônio, Ortega e Filds.

Enquanto Salônio, por ordem do prelado, permanecia em Assunção, Ortega e Filds subiam pelo rio Paraguai, entravam em Guaíra, aproximando-se das tribos selvagens.

A acreditar-se o que na sua História dos Jesuítas transcreveu o Doutor Mello Moraes, não foi perigosa essa aproximação, servindo-se os padres da melodia das suas canções sacras e instrumentos músicos¹). Uma vez no meio deles, encontrando-os com uma linguagem semelhante à do Brasil, já não seria difícil sua conversão.

Em poucos dias, tornaram-se os padres senhores dos corações dos índios e logo deram-lhe as primeiras noções da religião que deveriam abraçar. Mas em poucos meses, tiveram ordem de recolher-se a Assunção, obedecendo com pesar, pois deixavam mais de duzentas famílias, às quais só faltava um conhecimento mais completo da doutrina cristã e a administração do batismo.

Bem compensados se acharam, tendo ocasião de prestar mais relevante serviço a Deus, batizando in articulo mortis mais de três mil índios atacados de uma peste assoladora²).

Essa conquista da fê, sua dedicação na assistência aos agonizantes, catecúmenos ou cristãos velhos, granjeou-lhes tamanha estima e admiração, que logo foi-lhes construída uma capela e casa de residência, em Vila Rica. Passados três anos, em 1590, os magistrados e povo de Assunção, solicitaram do provincial do Peru, permissão para ofertar-lhes um colégio. Aceita a dádiva, foi esse edifício entregue em 1593 ao superior João Romero, que com os padres de sua obediência, nele se instalou. Ortega e Filds tendo regressado a Guaíra, ocuparam-se por alguns meses em visitar diversas tribos selvagens, trazendo-as ao grêmio do cristianismo, quando sua gloriosa tarefa foi de novo interrompida.

Chegara da Europa o padre Estêvão Paes no caráter de visitador e convocara para Salta os jesuítas de Tucumã e Rio da Prata.

Expondo-lhes os inconvenientes de contínuas viagens pelos sertões, indicou um método de catequese mais estável, semelhante ao das reduções, posteriormente adotadas. Ponderou também a conveniência de limitar aos jesuítas do Peru a catequese de Buenos Aires, Tucumã e Chaco, incumbindo a do Paraguai aos padres provindos do Brasil, em razão da já notada semelhança da linguagem.

A última parte dessa medida foi sabida em Assunção e produziu grande desagrado. Foi esse um motivo de exploração para os que se tomavam de ciúmes pela grande aceitação dos jesuítas.

Defenderam-nos os seus amigos, inclusive o próprio bispo, que reclamou-os com insistência, sendo atendido pelo provincial, enviando-lhes os padres Marcello de Lorenzana, José Cataldino e Simão Mazetta.

O batel, que os transportava, soçobrou na subida do Paraná, mas felizmente encontraram o bispo que descia até Buenos Aires

Cedeu-lhes o prelado uma de suas pequenas embarcações e algumas virtualhas. Com esse auxílio puderam chegar a Assunção.

Mas não decorreu muito, que se não achassem a braços com nova cruzada na qual tomou parte o clero secular.

Estava porém do lado dos padres a razão e a justiça, como minuciosamente demonstrou o escritor Southey.

A questão era a seguinte:

Aos conquistadores espanhóis e aos portugueses dominava a ambição de enriquecer à custa do trabalho dos escravos indígenas.

Formar grandes estabelecimentos neste fértil continente, onde as terras nada custavam, roteá-las com os braços dos miseráveis índios, olhados e tratados como irracionais, reputar por bom dinheiro produtos da lavoura e da mineração sem dispêndio de capitais, era um modo de adquirir fortuna assaz tentador.

Raros homens, mesmo civilizados, podendo enriquecer por tais meios, teriam escrúpulos de consciência e respeitariam a liberdade do índio, suscetível de adquirir direitos tais como os seus.

E sendo este o pensar da maioria dos conquistadores, os aborígenes, legítimos donos do país, eram caçados aos magotes em suas tabas, levados aos mercados e aí vendidos. Predominava a doutrina de Aristóteles sobre a escravidão, ou o que disse dezenove séculos depois um escritor francês: ³⁾ - "Os seres que nos são inferiores é necessário bridá-los como animais".

Endurecidos nesse sentido condenável, lograram resistir, por longos anos, às próprias leis de Portugal, da Espanha e às bulas pontifícias sobre a libertação dos índios.

Mas o governo espanhol conseguiu atenuar o mal contemporizando com os escravocratas. Estabeleceu o sistema de encomiendas no tempo do governador do Paraguai Domingos Martinez Iraia.

As encomiendas eram: a dos yanacunas para os índios aprisionados em combate que ficavam em absoluta servidão do chefe espanhol chamado encomendero, para quem eram obrigados a trabalhar mediante a alimentação, vestuário, o ensino dum ofício e da doutrina cristã;- a dos mytaios, que por submetidos voluntariamente gozavam um simulacro de liberdade, viviam em aldeamentos, regidos por autoridades municipais, à imitação das vilas espanholas tendo por chefe um communero, para quem todos os índios de 18 a 50 anos (exceto os caciques e autoridades do aldeamento) deveriam trabalhar dois meses em cada ano.

Vigoravam esses dois sistemas de encomendas, quando um fato excitou o pronunciamento dos jesuítas reagindo a colônia espanhola.

Havia marchado uma força regular em perseguição de índios insurgidos, acusados de terem assassinado os encomenderos; mas o oficial comandante, em vez de cumprir as ordens recebidas, caiu sobre os índios aliados, aprisionou-os e vendeu-os como escravos.

O padre Lorenzana, em sermão pregado na catedral de Assunção, profligou energicamente a conduta do oficial. Sendo aí mesmo contrariado pelo cônego tesoureiro-mor, foi este obrigado pelo bispo a dar pública satisfação ao pregador jesuíta. Cumpriu

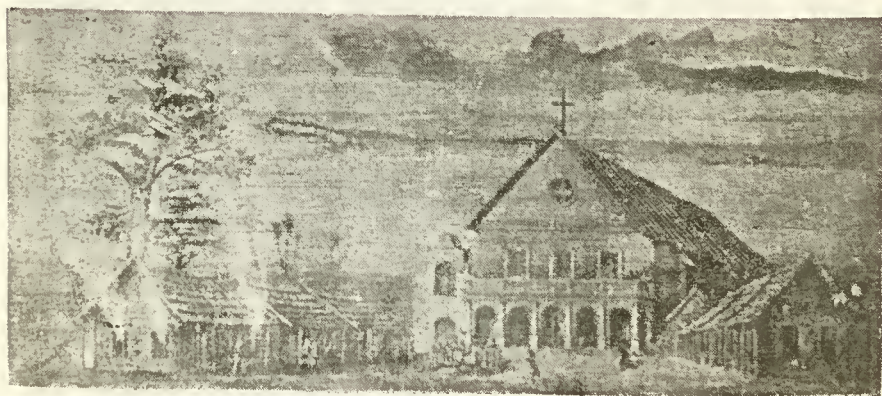
a ordem, retratou-se, porém apaixonado, sucumbiu a uma congestão.

Esse fato reacendeu os ânimos da população leiga e os jesuítas, longe de acalmá-la, mostravam-se solidários com o seu superior.

Tornou a intervir o bispo, mas procurou distanciar os jesuítas dos seus inimigos.

Da corte de Madri obteve autorização para fundar aldeamentos de índios sob a direção daqueles padres, isentando-os das autoridades civis e militares.

Foi Guaíra, o território já explorado por Ortega e Filds, o designado por Lorenzana para os primeiros aldeamentos. Para aí seguiram José Cataldino, Simão Mazetta e alguns irmãos leigos. Encontraram a margem do Paranapanema as duzentas famílias convertidas por aqueles precursores, e com esse núcleo fundaram em 1606 a primeira redução dedicada a Nossa Senhora Loreto; três anos depois, a de Santo Ignácio Guaçu, em memória do fundador da Ordem.



Martírio do padre Roque Gonzales.

Essa tarefa, ao fim de trinta e cinco anos, encontrou o terrível obstáculo dos aventureiros paulistas, caçadores de escravos. Capitaneados por Antônio Rapozo Tavares, caíram de improviso sobre as reduções de Guaíra, destruíram as de San Pablo, San Xavier, San Pedro, Conceção, Jesus Maria, San Antonio e San Miguel (ao todo sete) ficando abandonadas as de Loreto e Santo Ignácio Guaçu, mais tarde restabelecidas, pois figuraram sempre nos mapas das Missões.

Quase toda a população catequizada foi conduzida como escrava; pois tal era o fim da expedição paulista.

Por modo igual e sob o comando daquele aventureiro, foram poucos anos depois, destruídas mais quinze reduções entre os rios Piratini, Ijuí Grande e Jacuí, ainda provisórias e que só mais tarde deveriam ter edificação permanente.

Segundo o padre Lozano, citado pelo Barão de Rio Branco deveriam ser: - 1) a redução de San Christobal, - 2) uma outra de Jesus Maria (à margem esquerda do Rio Pardo, talvez perto da atual cidade de Santa Cruz⁴) - 3) São Joaquim, à margem direita desse rio, - 4) Santa Tereza na nascente ocidental do Jacuî (Pinheiro Machado) doze léguas distante da atual Cruz Alta, - 5) Santa Ana, à margem esquerda e próxima ao passo real desse rio, - 6) Natividade, à margem direita do Araricã (o verdadeiro Jacuî) - 7) São Carlos de Caapi nas cabeceiras do Ijuí-Grande (hoje estância de Dois Irmãos) - 8) Apóstolos de Caazapã-guaçu, à margem direita do Ijuí Merin (calcula-se fosse nos campos de Entre-Ijuís), - 9) os Mártires de Caaro, - 10) Candelária, entre Ijuí e Piratini, perto das atuais ruínas de São Lourenço), - 11) São Nicolau, perto da foz do Piratini (o mesmo local das ruínas da redução de São Nicolau) - 12) São Thomé, à margem do rio Itu (no hoje município de São Francisco de Assis), - 13) São José de Itaquatiã (no atual rincão de São Pedro), - 14) São Miguel, - 15) Santos Cosme e Damião, ao Norte do Ibicuî (perto da atual freguesia de São Martinho). De nada disso ficou vestígios permanentes, mas é tradição confusa, que essas reduções existiriam nos lugares que declaramos entretanto existentes.

Os jesuítas tiveram que recuar, pois não encontravam somente as flechas dos selvagens das florestas, porém as armas mortíferas dos próprios cristãos cobiçosos de apropriar-se dos índios mansos e já catequizados. Não desanimaram os padres.

Enquanto, aproveitando os destroços desses assaltos brutais e inopinados, conduziam os índios escapados à rapacidade dos caçadores de escravos, para noutras paragens mais abrigadas entre o Paraná e o Paraguai fundaram outras reduções, que se tornaram solidamente edificadas, como a Candelária, Apóstolos, Santos Reis e outras, voltaram mais tarde recuperando a posse espoliada do vasto território das quinze reduções destruídas e aí fundaram as que hoje são do domínio brasileiro, as grandes fazendas de criar e os estabelecimentos delas dependentes.

É que os destemidos soldados da religião cristã, sem outro estímulo que a fé, sem outras aspirações que o triunfo do Evangelho, haviam conquistado e submetido à sua paternal direção muitas dezenas de milhares de hordas selvagens e a estas seria então fácil repelir os maus cristãos, que outra vez ousassem tentar contra suas nascentes agremiações. Veremos adiante como os caçadores de escravos e também os índios coroados (os bugres) foram uma vez e para sempre repelidos.

E os perseverantes filhos de Loyolla puderam fundar trinta e três reduções pertencendo-lhes o vasto país, que se dilata da margem esquerda do Paraguai e desde o Paraná até o Uruguai e, transpondo este e seus afluentes, até então impervia cordilheira, que separa os campos da região serrana e formam os municípios de que trataremos na terceira parte deste livro.

Descendo a serra, ainda foram senhores da vasta e ondulada campanha, que vai ter ao Arapeî, na hoje República Oriental e portanto os riquíssimos municípios de Itaquí, São Vicente, Rosário, Alegrete, Uruguaiana e outros, de que também trataremos.

Nem todo esse território esteve baldio e desaproveitado. Ai houve grandes estâncias, onde o gado se contou por dezenas de milhares de reses, como nas estâncias de Santa Tecla, São Luís e outras, deixando também vestígios das capelas, que em diversas situações existiram.

Na gloriosa empresa de conversão do gentio imortalizaram seus nomes, além dos sacerdotes já nomeados: - Antônio Rodrigues Montoya, o eminente filólogo autor dos dicionários das línguas guarani etupi, Pedro Oñate, Francisco San Martín, Juan Romero, Thomaz d'Urveina, Gabriel Perlino, Francisco Dias Taño, Nicolau Durand de Mastrilli, Diêgo de Alfaro, Nicolau Henard, Diêgo Boroa, (o sábio reitor da universidade de Córdoba), Antônio Cabral, Claudio Ruier, Francisco Hervas, Miguel Yegros, Bortholomeu Gimenez, Claudio Aquaviva (sem ser o de idêntico nome que foi geral da ordem), Lucas Rodriguez, Alonzo de Barzena, Luís de Roca, Diego Centeno e diversos outros.

Destacam-se dessa plêiade de dedicados apóstolos: os padres Roque Gonzales, Alonzo Rodriguez, João de Castilhos e vários companheiros leigos, martirizados na redução provisória de Todos os Santos, não muito longe da que posteriormente foi dedicada a São Nicolau, e o padre Christobal de Mendonza, nas proximidades da ex-colônia de Santo Ângelo⁵⁾ na Serra Geral, hoje município da Cachoeira).

A igreja católica ainda não concedeu a esses mártires a beatificação, como a Antônio Ignácio de Azevedo e seus companheiros, mas a lembrança dos martírios, com que honraram ao seu Redentor, está bem gravada na história das Missões.

Concluimos especificando os nomes das trinta e três reduções, os anos de suas fundações e as capelas avulsas no território brasileiro, únicas que verificamos ter deixado vestígios.

Povos ou reduções

1	Nossa Senhora do Loreto	1606
2	Santo Ignácio Guaçu.....	1609
3	Itapúa ou Encarnação	1614
4	Nossa Senhora da Conceição	1620
5	Corpus Christi	1622
6	Japejú, ou Santos Reyes ⁶⁾	1626
7	São Francisco Xavier	1629
8	São Carlos	1631
9	Santa Maria da Fé	1632
10	Santa Maria Mayor	1633
11	Apóstolos	1637
12	São Thomé	1639
13	Santa Cruz.....	1657
14	Santo Ignácio Mini	1659
15	Sant'Anna	1660
16	São José	1660
17	Candelária	1665
18	San Thiago (a princípio Santo Ignácio).....	1672
19	Jesus	1685
20	São Miguel Archanjo	1687
21	São Nicolau	1688

22	São Francisco de Borja	1690
23	São Lourenço	1691
24	São João Baptista	1696
25	Santa Rosa	1691
26	Santos Mártires do Japão	1704
27	Santíssima Trindade	1706
28	Santo Ângelo	1707
29	São Joaquim	1712
30	São Estanislau Kostka	1720
31	São Luís Gonzaga	1720
32	Santos Cosme e Damião (ou somente São Cosme)	1740
33	Belém	1760

Capelas

- 1 São Pedro Martyr, do Ibicuhi, no rincão do mesmo nome, município de Santa Maria.
- 2 São Vicente, onde está a vila do mesmo nome.
- 3 São Francisco de Assis, nas imediações da hoje vila do mesmo nome.
- 4 Santa Tecla na grande estância, nas proximidades de Bagé.
- 5 São Luís noutra grande estância município do Alegrete.
- 6 São Pedro Tujã, na estrada de São Martinho.
- 7 Conceição de Tupanceretan, ou do Batu, hoje estação da estrada de ferro para Cruz Alta.
- 8 Menino Jesus⁷⁾, onde foi a primeira fundação de Cruz Alta.
- 9 São João Mery, na estrada, que vai para a redução de São João.
- 10 Nossa Senhora do Loreto⁸⁾, nos subúrbios de São Miguel.
- 11 Santa Bárbara, na estrada para São Lourenço.
- 12 São Francisco de Sales, na estrada para São Luís.
- 13 São Jerônimo, na estrada para São Nicolau.
- 14 Santo Isidro, nos subúrbios de São Nicolau.
- 15 São Thiago, no local do distrito de São Xavier (chamado o Durasnal de São Thiago).
- 16 Santo Antônio do Itaroquen, na estrada de São Luís para São Borja.
- 17 São José (o velho) na mesma estrada.
- 18 São Lucas, perto do Uruguai, na estância que mais tarde pertenceu ao Coronel Silva Lago.
- 19 Santa Rita, oito léguas distante de São Borja, em parte da estância, mais tarde adquirida pelo General Gama d'Eça.
- 20 Santa Maria da Tigana, no Rincão da Cruz, mais tarde a estância, que pertenceu ao capitão Manoel Pereira d'Escobar.
- 21 Belém, pertencente ao povo de Japejã, de que fala Saint'Hilaire no seu Itinerário através das campanhas oriental e rio-grandense.

NOTAS

1) Os índios guaranís são dotados de um pendor natural para a música.

Em São Borja existiu por muitos anos uma excelente banda marcial, com posta exclusivamente desses índios sob a regência do hábil professor Antônio Eduardo Martins, também índio, e que fora discípulo do abalirado maestro José Joaquim Mendanha, de Porto Alegre.

2) A varíola, ou o tifo.

3) Prevost, verdade seja que romancista

4) Por essa razão tivemos de escrever um capítulo sobre o município de Santa Cruz povoado e enriquecido pelos colonos alemães.

5) Há opiniões de que este martírio tivera lugar no campo dos Quays, em Corrientes, o que é menos verossímil. O certo, porém, é que esse pobre padre foi degolado pelos bugres.

6) São precedidos de asterisco os que percorremos nos territórios rio-grandense e argentino.

7) Esta, a última, depois da célebre guerra e invasão, de que tratamos no Cap. III.

8) Os jesuítas dos primeiros séculos da sua ordem tiveram, ao que parece, grande veneração por essa invocação da Virgem Maria, pois fundaram sob esse título a sua primeira e mais antiga redução.

Capítulo II

ESPLENDOR DAS MISSÕES

*Eu dei às tribos uma crença doce.
Qual uma chuva de maná celeste,
E as tribos foram desde então felizes,
Qual flor pomposa, que os jardins reveste.*

Junqueira Freire

Começa para os jesuítas e seus neófitos o período glorioso da doutrinação.

E fácil é de ver e domonstrar como isso se operou, como também as Missões cresceram e floresceram.

Todas as instituições, para que possam medrar e desenvolver-se, por largos anos ou talvez por séculos, devem começar, em regra, por uma época de felicidade. Que mais tarde surjam as dificuldades, as perseguições, ao extermínio mesmo, pouco importa, a tudo deve preceder uma quadra feliz.

O cristianismo teve, no pensar de Lesage¹⁾ o seu primeiro século como o de Uma Felicidade sem exemplo, que precedeu ao de Uma Tirania sem limites.

Uma e outra coisa experimentou a Companhia de Jesus em seus domínios na América Meridional.

O século 17 tornou-se o século áureo das conquistas em preendidas e realizadas Ad majorem Dei gloriam.

Depois de ter instruído os índios com o conhecimento das verdades eternas, da imortalidade da alma, da vida futura, dos princípios rudimentares da religião cristã, da crença num Deus uno e trino, dos deveres a cumprir para com Ele, sabidas de cor e recitadas as preces cotidianas ao Criador e Redentor do Universo, era mister instituir-lhes uma vida social, bem diversa da selvagem de que foram arrancados. Era mister soubessem, que

também tinham deveres a cumprir consigo mesmo e com seus semelhantes. Eram essas as bases da vida social, que se lhes abria, conforme a filosofia daqueles tempos e até hoje ainda não banida.

A princípio, esses povos catequizados foram reunidos em acampamento, ou reduções provisórias, obedecendo, desde logo, a um plano, que seria o adotado para as reduções definitivas. Esses acampamentos constavam de casas, construídas de pau-à-pique (madeira e barro) cobertas com uma erva denominada Carandaí, ou com o capim denominado Santa Fê ou folhas de palmeira (pindoba). Essas povoações tinham uma praça e nesta a igreja e os aposentos dos padres.

Mas não demorou muitos anos, antes das invasões dos paulistas e outros caçadores de escravos, fossem edificadas as reduções definitivas, sendo estas com os mais sólidos materiais existentes na localidade, ou para esta transportados e obrados com esmerada arquitetura. Então a planta das reduções tornou-se uma única, e essa foi: - uma praça perfeitamente quadrada, com 250 metros em cada face, ficando na do Sul um grande e interiormente suntuoso templo. À direita deste era o colégio dos padres, à esquerda o cemitério²⁾.

No mesmo alinhamento do colégio ficavam a casa dos teatros, a do refúgio ou asilo das viúvas sem filhos, o recolhimento das meninas órfãs, os celeiros e a aula de música. Do lado oposto, em continuação ao alinhamento do cemitério, eram: o hospital, a cadeia, o quartel e depósito de armas e munições, as oficinas para carpinteiros, ferreiros e outros ofícios, por fim e mais afastada a casa dos visitantes e emissários leigos, em regra raros.

As outras faces da praça eram ocupadas com os quarteirões das casas das famílias.

Cada redução constava de seis, doze e mais quarteirões, ou quadras, formando sete, nove e até onze ruas, a partir da praça. Eram largas e bem alinhadas até chegar ao campo deserto em derredor da redução³⁾.

Cada quarteirão da praça e os a esta paralelos tinham cem metros de frente sobre quinze de fundo e era distribuído em vinte salas à frente e outras tantas à retaguarda, separadas por uma parede com um metro de espessura sobre a qual descansava a cumeeira. Cada sala era o alojamento de uma família, que o dividia interiormente com esteiras ou biombos de taquara. Para a saída e entrada tinham uma porta e ao lado desta uma janela de rótulos, como vimos em São João, São Luís e em São Borja, onde ainda existem conservadas duas casas desse tempo.

Para não interceptar o alinhamento das ruas, haviam outros quarteirões menores, mas estes não podiam conter mais de quatro habitações à frente e outras tantas à retaguarda.

Todos os quarteirões ou quadras eram circundados por uma varanda aberta ou alpendre, sustentados por colunas de pedra de grês, quase em toda a parte quadradas e os capitais de ordem dórica, salvas por exceção, algumas diferenças que adiante notaremos.

O colégio, os demais edifícios tinham os seus alpendres.

O templo, o colégio, habitações e mais dependências eram cobertos de telhas, que ainda duram, como vimos nos restos do colégio de São Luís e casas da praça, ainda não reconstruídas.

Na face da praça, oposta à da igreja, ficava o edifício assobrado do cabildo ou do governo municipal da redução, sobressaindo a todos o de São Nicolau.

Desse modo, cada redução, em seu todo, representava o fantasmagórico, que, dois séculos mais tarde, ideou Considerant como base de um verdadeiro e possível comunismo.

Os templos, que alguém chamou toscos, eram nas proporções das grandes basílicas, podendo alguns conter mais de duas mil pessoas. Interiormente divididos em três ou em cinco naves, com cinco sete ou nove altares de talha dourada, podia-se admitir a beleza da obra de talha e das grandes imagens. Abundava o serviço de pên do altar, podendo suceder, ou mesmo tendo sucedido alguma vez, a celebração simultânea da missa em cada um dos altares, com ricos paramentos e alfaías de prata.

Mas a riqueza e conservação dos templos, o sustento e vestuário dos índios aldeados, o conforto também, embora modesto e sem luxo dos padres, eram despedidos com a produção e rendimento das estâncias.

Essas, porém, não estavam entregues ao acaso, nem ao pessoal que delas cuidava, tirado dos próprios índios, deixavam de observar lá mesmo um modus vivendi, semelhante ao das reduções.

É assim que nas estâncias havia quinze ou mais casebres para o alojamento do pessoal de trabalho, que vinha preencher um certo tempo de destacamento, findo o qual regressava, substituído por outro, para a sua redução.

Em toda a estância houve uma capela construída com paredes de pedras e coberta de telhas, com seu campanário e pequenos sinos. Interiormente tinha a capela um altar e nicho de talha dourada para a imagem do padroeiro. Isso vimos e ainda existe na estância de São José, município de São Borja.

Nenhuma deixou de ter indispensável para a celebração da missa e mais atos do culto divino.

Como os índios que iam para as estâncias eram casados, aí mesmo eram batizadas as crianças recém-nascidas.

Afastado alguns metros da capela, existia o cemitério murado a pedras. Desses ainda existem os da citada capela de São José, o da de Santa Bárbara, o de São Thiago, São Pedro Tujá e outros.

Quando um padre ia à estância fiscalizar o serviço feito, fazer apartar e mandar para a redução as rezes do consumo, a bofetava-se com o irmão leigo na sacristia da capela, onde eram servidas a refeição. Quer ele estivesse, quer não, a capela abria-se ao romper da aurora e ao entardecer para as orações cotidianas⁴).

O serviço das estâncias não diferia do que atualmente se pratica nas mais bem dirigidas fazendas rio-grandenses ou argentinas, às quais, parece, que as das Missões serviram de modelo.

Deixemos, porém as estâncias e voltemos às reduções para tratar da vida social dos índios.

Não se erigiu nas províncias governadas pelos padres da Companhia de Jesus uma república ou um regime exclusivamente teocrático.

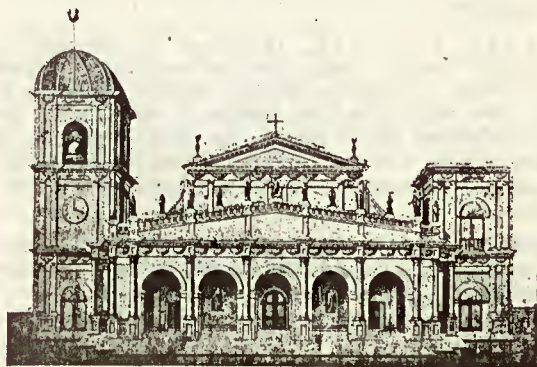
As das Missões nunca passaram de uma possessão da coroa da Espanha, a qual votavam seus diretores a mais incondicional obediência.

Para o erário régio remetia-se anualmente elevadas quantias, importância dos impostos de capitação e dízimos, e, como isto não bastasse, os governadores em Assunção e Buenos Aires, de tempos em tempos, reclamavam centenas de homens válidos para o serviço do exército e de armada, construções de obras públicas (como a catedral de Buenos Aires e outras) e essas requisições sem discrepância satisfeitas. Isso já diminuía a população das Missões, porque dos homens enviados raramente voltavam um ou outro.

Os que escapavam a esse recrutamento, os caciques, as mulheres, eram todos dóceis e submissos a voz dos sacerdotes, que em cada redução preenchiam as funções de tutores e mestres.

E foi para admirar, como por mais de um e meio século, dois padres (um cura ou reitor com seu coadjutor para cada redução e mais dois ou três irmãos leigos) sem o menor auxílio estranho, mantiveram uma autoridade onímoda, acatada por dois, três e até mais de seis milhares de índios, sem que se desse o fato da sublevação de um povo bárbaro contra seus superiores temporais e espirituais⁵⁾.

Os padres estabeleceram, desde a primeira redução, em 1606 e em todas posteriormente fundadas e mantidas até o ano de sua expulsão (1768) uma regra invariável de viver para todos os catacúmenos. A religião, o trabalho e a confraternização. Nisso consistia a vida social das reduções.



Igreja São Miguel, Missões.

Ainda hoje, nos raríssimos núcleos dispersos dessa raça indígena, pudemos observar restos dessa antiga confraternização. Os adultos tratam-se como irmãos, os impúberes tratam aqueles por tios ainda que não sejam consanguíneos nem afins, os moços beijam respeitosamente a mão do ancião.

Já não observam, porém, aquele modo de viver, todo patriarcal, prescrito pelos padres, sendo para lastimar que, uma vez livres, tornaram-se preguiçosos e rapaces.

Ao nascer da alva deviam todos erguer-se dos leitos quentes, para o que os sacristãos tangiam o sino grande do campanário.

Momentos depois era iluminada interiormente e aberta a igreja. O povo entrava para as orações matinais, cantadas nos dias de festas ao som do órgão ou de outros instrumentos.⁶⁾

Mal acabavam os invitatórios, já um dos sacerdotes devidamente paramentado subia ao altar e celebrava o santo sacrifício da missa, durante a qual eram entoados outros cânticos, umas vezes em guarani, outras vezes em espanhol, outras em latim.

Concluídos esses exercícios, voltavam os índios às suas residências, onde tomavam o mate e fumavam o seu cachimbo.

Pelas sete ou oito horas da manhã (se também o tempo permitia) saíam a reunir-se à porta do templo, de onde partiam em ordem processional para a lavoura comum, carregando num andor a imagem de Santo Isidro, o patrono dos lavradores.

Lá chegando, era o andor deposto num estrado elevado, sob o teto de um galpão ou ramada, tomando cada um o seu instrumento agrícola e indo cumprir sua tarefa.

Na aproximação do meio-dia, vinham todos para a ração do almoço, preparado pelas cozinheiras, davam graças a Deus e voltavam para o trabalho até uma hora antes do ocaso do sol. Regressando na mesma ordem processional, recolhiam a imagem à igreja.

Os que tinham ficado na redução, como os artistas, muitas mulheres, as crianças para aprendizagem escolar, todos ocupavam-se em serviços próprios e, quando estes cessavam, seguiam para a igreja, onde, reunidos com os lavradores tinham lugar a recitação do rosário, a explicação do catecismo sob a direção do cura ou do coadjutor.

Findo esse exercício, já quase ao crepúsculo vespertino, seguiam para suas casas, onde deviam preparar e tomar uma refeição frugal e farta. Cada casal de índios tinha a sua geira ou chácara, onde, em dois dias da semana, deveriam trabalhar para si.⁷⁾ Não esclarecem os livros, que consultamos, se o trabalho da lavoura comum era feito por todo o pessoal da redução, ou em turmas, indo uma para aquela lavoura e outra para a sua chácara alternadamente.

Nos meses do inverno era quase nenhum o serviço da lavoura a não ser a limpeza do trigo ou da cevada e outras plantas próprias dessa estação.

Como quer que fosse, assim nos dias de trabalho, como nos de descanso, tocava o sino o silêncio pelas 8 horas da noite no inverno e pelas 9 no verão, e de então por diante ninguém era visto nas ruas, a não ser os encarregados do policiamento noturno.

A eles comunicavam os moradores qualquer acidente extraordinário, uma moléstia, um falecimento súbito, uma desordem etc., e o cura providenciava, como lhe cumpria.

Os doentes eram, sem demora, transportados para o hospital, sô tendo alta depois de curados ou mortos.

Nenhuma pessoa adulta falecia dentro da povoação sem receber o viático (se a natureza da moléstia e o estado do enfermo o permitia) e a unção in extremis.

Os celeiros da redução abundavam em generos de consumo, quer destinados às rações do alimento, quer as do vestuário. Para este funcionavam os teares onde as índias (chamadas ainda hoje chinas) trabalhavam em cardar, fiar e tecer fazendas de lã e algodão, ponchos e os enxergões para montaria.⁸⁾

Nos dias de copiosa chuva, nos dias santificados ou mesmo do falecimento de qualquer dos padres ou caciques da redução ninguém saía para o trabalho, também nas manhãs de temporal desfeito eram dispensados de ir a igreja, mas com a obrigação de rezar nas suas casas.

Nas festas, notavelmente a do fundador da Ordem, a do padroeiro da redução e a de Corpus Christi nada se poupava para o contentamento e edificação dos fiéis.

Pela madrugada o corregedor, o alferes real e caciques saíam à frente de um grupo de cavaleiros, vestidos com luxo e montados em cavalos ricamente ajaezados, percorrendo as ruas, fazem do rufar os tambores e soar os clarins. Às vezes davam tiros de roqueira, enquanto os sinos repicavam alegres. Finda a missa cantada, seguia-se a procissão. Esta no dia de Corpus Christi era da mais aparatosa imponência. As ruas eram adornadas de arcos triunfais, aos quais eram presas aves com grandes cordões, soltando seus vôos e pios na ocasião da passagem do préstito. Noutros lugares, ou mesmo ao pé dos arcos, punham peixes vivos em vasilhas com água, e, em jaulas reforçadas, animais bravios, que soltavam gritos agudos, ao passar o povo entoando hinos ao som da música. Desse modo, todos os seres criados eram associados ao culto, que os homens prestavam ao Supremo Criador do Universo.

No chão alcatifado de flores e ervas odoríferas, notavelmente o trevo e o alevante ou mangericão bravio (em Missões abundantíssimo) espalhavam-se os grãos dos cereais, que deviam ser semeados na época da plantação. O trigo especialmente deveria ser pisado pelo sacerdote, portador da sagrada custódia.

Depois das procissões, tinha lugar a partilha dos pães, assados e doces pelos padres e pelo povo.

Muitas vezes, se o tempo permitia, no mesmo ou no dia seguinte ao da festa do padroeiro, havia o divertimento e torneio das cavalhadas na praça, ou na representação de autos ou dramas sacros, as danças dos meninos à frente da igreja.

Durante a quaresma, durante o advento e dias de abstinência ninguém comia carne e somente legumes, por não ser possível, na maior parte das reduções, haver peixe para todos.

As solenidades da semana santa faziam-se com a possível observância dos rituais, sendo mais sensacional a procissão do Senhor Morto na sexta-feira da Paixão. Durante o trajeto disciplinavam-se entoando o canto, que reproduzimos no Capítulo XVI.

O culto dos mortos mereceu não pequeno desvelo aos diretores das reduções. No cemitério eram enterrados todos os defuntos leigos. Ai havia uma capela para encomendação dos cadáveres onde, às segundas-feiras, havia a missa pelas almas e o ofício de finados no dia 2 de novembro. Os padres, conforme a legislação eclesiástica, eram encomendados e inumados nas igrejas.

Afirmam alguns escritores, que as lousas sepulcrais tinham inscrições e epitáfios, mas cremos que não, porque sendo resumido o quadro do cemitério para uma população nunca menor de 2000 índios, estes não podiam ter a perpetuidade das sepulturas.

Ou por essa causa material, ou por motivo da igualdade absoluta da população não acreditamos na existência de tais lousas com epitáfios, nem vimos-las nos cemitérios, ainda conservados, das ruínas inteiramente desabitadas⁹).

Os índios viviam em estado de humildade cristã, sem aspirações a grandeza, sendo iguais na vida, deveriam sê-lo no sepulcro.

Quando os índios chegavam à idade núbil os padres apresentavam-se em casa-los. Os viúvos de ambos os sexos, ainda moços, eram também obrigados a fazê-lo.

Nesses consórcios era raro o direito de eleição, ou o casamento por amor recíproco. Ordinariamente, não havendo entre eles compromisso, os padres de acordo com os caciques ou com os pais dos nubentes, designavam a mulher, que o homem deveria receber à face da igreja.

Até a idade de seis anos as crianças ficavam sob a guarda dos pais, depois eram entregues ao governo paternal do cura, que incumbia-se de educá-los e da escolha do ofício que deveriam aprender e exercer conforme sua aptidão.

Quase todos os homens eram campeiros (isto é, aptos para o serviço das estâncias ou cavaleiros), e também lavradores.

Ensinava-se a todos (só aos que por nimamente rudes não podiam aprender) a leitura, a escrita e a conta. Aos mais inteligentes proporcionava-se outros conhecimentos e desses saiam: os músicos (cantores ou instrumentistas), sacristãos, escultores, que sob direção dos padres executaram esses trabalhos cujos destroços por vezes vimos e admiramos.

Eles tinham ainda bons oleiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, ourives, fundidores em bronze e noutros metais, numa palavra homens para todos os ofícios. Não houve homens de letras. E posto afirmem ter havido tipografias, nós não acreditamos. Era cedo demais para a emancipação intelectual de uma raça tira da do estado selvagem, indolente por natureza e com tendência para o roubo e o homicídio.

No longo período de uma vida quase patriarcal, a população indígena formava simulacro de nação diversa, não obstante súditos da realza espanhola.

Alguns escritores afirmam que os padres, conforme a gravidade do delito, impunham a pena de extermínio.

Em nenhuma sô das reduções que visitamos, aquê e alê do Uruguai, encontramos vestígio do local onde houvesse existido o patíbulo, por isso damos todo o crédito ao que disse Cha-teubriand, no seu Gênio de Cristianismo, e é: "que as faltas dos índios eram punidas com jejuns, prisões, alguns castigos corporais e, nos casos mais graves, a pena de expulsão das reduções, tendo essa sido imposta a um único índio relapso".

Acreditamos que assim fosse, porque o bispo de Buenos Aires visitando as Missões escreveu ao rei Philippe IV o seguinte: "Senhor, nestes povos inúmeros, compostos de índios, naturalmente propensos a toda a sorte de vícios, reina tal inocência, que não creio ai se cometa um sô pecado mortal¹⁰".

Outros escritores, notavelmente o Visconde de São Leopoldo, em seus Anais, 2a. edição página 236, censuram os jesuítas por terem conservado por um e meio seculo, debaixo desse regime, os índios por eles convertidos; porem essa acusação cai diante de conceito que, sem pensar nos jesuítas das Missões escreveu Kolrausch em sua Historia da Alemanha (tradução francesa) e que por nosso turno traduzimos: - "Quando em um tempo qualquer, lança-se o princípio ou germen de uma inovação, que se encaminhe para a mudança da vida e costumes de um povo, nunca essa mudança se opera em um momento, mas podem decorrer séculos até que ela se complete".

Os índios das Missões não tinham dinheiro.

O pouco que possuíam, exclusivamente seu, fruto de seu trabalho particular, davam-no liberalmente, ou permutavam com seus irmãos de raça.

As rendas da comunidade, provenientes da erva-mate e outros produtos exportados para o Rio da Prata, eram aplicadas ao pagamento de impostos ao rei, à compra de alfaías e objetos indispensáveis ao culto (e que não podiam ser fabricados nas reduções) ao vestuário mais que modesto dos padres, sendo os saldos remetidos ao cofre geral da Ordem, em Roma¹¹).

E por isso que temos por destituídas de fundamento todas as noticias sobre tesouros enterrados pelos jesuítas, ainda não achados em mais de cento e quarenta anos de pesquisas per severantes¹²).

No capítulo XIV em que tratamos da redução de São Miguel, a capital das Missões Orientais (onde ruínas foram por muitos anos revolidas por investigadores desses sonhados tesouros) o cupamo-nos mais detidamente do assunto. Aqui prosseguimos ainda sobre o antigo domínio dos jesuítas.

O governo civil das reduções era semelhante ao das cidades e vilas espanholas habitadas pelos colonos brancos.

O governador do Paraguai ou de Buenos Aires, como delega dos régio, nomeavam para cada redução do seu território provincial, um corregedor índio (naturalmente por proposta ou informação do cura). Havia mais dois alcaides, dois ou mais procuradores regedores e ministros para a administração da justiça eleitos pelo vigindário da povoação e aprovados por aquele corregedor.

Esses funcionários reuniam-se no edifício do cabildo, onde em sessão secreta decidiam todos os negócios, contendas e processos crimes com marcha sumaríssima.

Mas tudo isso fazia-se sob inspiração do cura, e foi assim que homens julgados incapazes e governados pelo tutor eclesiástico, ostentavam um simulacro de administração secular.

Onde não havia propriedade exclusiva, onde as mesmas chácaras dadas ao índio para cultivar para si, em determinados dias facilmente revertiam à posse comum, sendo este um fato atestado por mais de um escritor, que disputas, que demandas poderia haver?

As queixas, por motivo delituoso, nem iam a tribunal algum, porque ou eram punidas no da penitência, onde o culpado voluntariamente se acusava ou levadas por outro modo ao conhecimento do cura, este em vista das provas, mandava, de acordo com o corregedor ou de seu próprio alvedrio, aplicar os castigos que alcançavam os próprios caciques e oficiais da redução, quando também culpados.

Se os castigados iam depois agradecer de joelhos ao padre as palmatoadas ou chicoteadas, é o que hoje seria repugnante. Mas naqueles tempos, em que o predomínio do clero foi uma realidade e o sacerdote, secular ou regular, olhava para o cristão como para um completo súdito seu¹³) não seria de estranhar a praxe desse agradecimento humilhante¹⁴).

As reduções não viviam sempre em estado de paz inalterável.

No começo de suas fundações, não era raro fossem atacadas de improviso por índios selvagens ou pelos colonos portugueses (especialmente os de São Paulo), aqueles para o morticínio e o roubo, estes para a caçada de índios e conduzi-los para o Brasil, onde seriam vendidos, como dissemo-lo no capítulo precedente.

A princípio, mal armados, se contavam vitória, às vezes contra o gentio, eram sempre vencidos pelos colonos portugueses.

Para livrarem-se de uns e de outros, os padres receberam autorização do governo da metrópole para adquirir armas e munições e ordem para estabelecer em todas as reduções exercícios de espadas, lanças e espingardas, mantendo sempre as armas indígenas, de sorte que as reduções tinham soldados de cavalaria e infantaria, flecheiros e fundibulários.

Não eram os homens da sdtaina os competentes para o ensino militar¹⁵⁾ porém mandaram vir mestres e estes, em pouso tempo, haviam instruído por tal forma seus discípulos, que, quando em 1631 uma força maior de três mil homens (paulistas e índios coroados) caiu por segunda vez sobre as Missões Orientais encontrou para os repelir e destroçar em Mbororē (ou Bororē) mais de quatro mil guaranis fazendo uso de todas as armas.

Depois dessa derrota, reinou por mais de cento e vinte anos uma tranqüilidade invejável nas Missões Orientais, até o começo da luta renhida, que terminou com sua total destruição, como verá o leitor nos capítulos que seguem.

NOTAS

1) Atlas Histórico.

2) Com exceção das unicas reduções, que mencionaremos na segunda parte deste livro.

3) Pela planta que acompanha o Capítulo XII (redução de São Batista, pode-se fazer uma idéia do que foram essa e as demais no tempo do seu esplendor.

Sentimos não poder dar uma planta da redução de São Miguel, a capital das reduções orientaes, onde mais se esforçaram os padres para apresentarem uma cidade modelo, um verdadeiro jardim, como descreveremos no capítulo XIV.

4) Ainda hoje os índios, descendentes dos guaranis das reduções, fazem, nas suas choupanas, essas orações.

5) E hoje assim não praticam muitos povos altamente civilizados.

6) Vimos em 1855 em São Borja, tosco mas bem afinado e conservado, um violoncelo do tempo dos jesuítas. Tocava-o o ourives Manoel Maria de Mendonça. Não vimos outro instrumento desse tempo.

7) Isso não podia destruir o comunismo ou assistencia recíproca, que pensamos existiu e foi a base dessa união, que ainda invocavam, quando pediam ao rei da Espanha a volta dos jesuítas proscritos e roclamavam contra os administradores Espanhães, como veremos no capítulo IV.

8) Os ponchos de então eram como os ainda hoje chamados bicharãs, um tecido grosseiro de lã, com abertura em meio para enfiar pela cabeça do indivíduo. O enxergão é um pequeno tecido mais espesso civilisasa usa tudo isso, sendo os ponchos de pano finíssimo, os arreios de sola lavrada, com as cabeças do lombinho, para que se não estraguem, cobertas de chapas de prata.

9) Em nossa última visita a São Luiz, O Sr. Major José de Almeida Lencina, filho de um amigo, que muito concorreu para a restauração da antiga redução hoje, cidade de São Luiz Gonzaga, mostrou-nos sobre as lages do alpendre do colégio, duas inscrições mencionando dois tenentes corregedores, pensando fossem lapides de suas sepulturas. Pensamos com mais fundamento, que alguém houvesse traçado sobre as duas lages desse paviemento os nomes dessas autoridades, para ser-lhes agradável. O alpendre do colégio não podia ser lugar de sepultura e sim o cimitério do outro lado da igreja.

10) Genio do Cristianismo, parte IV, Liv. IV, Cap. V.

11) Fomos informados, que ainda hoje os jesuítas, onde quer que tenham suas missões, remetem para cofre geral de sua ordem os saldos das despesas estritamente necessária, não sendo hoje a ordem tão rica como vulgarmente se acredita.

12) Não há talvez dois anos, aformou um moço pelos jornais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, a existência de um tesouro enterrado em São Vicente.

Ora logo onde?

E certo que existe uma vila com esse nome, no mesmo lugar onde os jesuítas possuiram uma das suas muitas estâncias; mas dali a qualquer das sete reduções, conquistadas em 1801, as distâncias regulam de duzentos e quarenta quilômetros e muito mais, interpondo-se (para as da região serrana) uma extensa cordilheira e rios caudalosos,

De São Vicente para São Borja, em viagem direta deixa-se a serra geral mas encontra-se os rios Jaguari, Itú e muitos arroios caudalosos.

Não havia necessidade de ir guardar em tão longinqua distância uma riqueza consistente em ouro e prate, tendo nas proximidades das reduções excelentes esconderijos, por vezes inutilmente revolidos.

13) Isso já vinha de séculos atrasados, pois o papa Bonifácio VIII fez sentir ao rei da França Felipe o Belo, que deverá reconhecê-lo como seu superior assim no espiritual, como no temporal: *Seire tē volumus, quod in spiritalibus et temporalibus subes* (Vattel Direito das Gentes, Liv. 19 Cap. 12, § 146 e notas).

14) Em nossos dias vimos, na hoje cidade de São Gabriel, um capitão ir agradecer ao comandante da guarnição sua soltura, e isso era praxe sob pena de reversão ao estado maior, de onde saíra.

Outro agradecimento mais humilhante foi o seguinte: Em Novembro de 1851, marchando o exército para a campanha contra Rosas, um general brasileiro mandou um oficial da guarda nacional de Missões marchar, por castigo, à pé na guarda da frente, onde ficou preso por insubordinado. O próprio paciente no-lo contou dizendo: "tive quer ir agradecer, quando cessou o castigo, porque um general em campanha tem mais poder que o imperador". - Duvidamos, mas... ele o disse.

15) O Doutor Martin de Moussy, na Memoria Histórica que editou em Paris e da qual no outros capítulos nos ocupamos, transcreveu várias ordens dos superiores ou curas das reduções, prescrevendo como e quando deveriam ter lugar os exercícios das armas.

Em nenhum desses documentos faz-se alusão a resistência, de que trataremos no capítulo seguinte.

Capítulo III

GUERRA AOS JESUÍTAS

O ódio é perspicaz, e quando sua vigilância é iludida, não lhe escasseia a faculdade de invenção. Onde faltam fatos para acusações verdadeiras, a calúnia acode-lhe tirando acusações do nada.

Alexandre Herculano

Após 152 anos na Direção das Missões Americanas, após dois séculos de prestígio em quase todo o orbe, empalideceu a boa estrela da Companhia de Jesus.

Não foram seus padres os provocadores da grande luta que, dentro de 12 anos, terminou com a sua proscrição do continente americano e de quase toda a Europa.

Pelo que lemos atentamente e com calma, pensamos foi essa ordem religiosa sacrificada a um plano concebido por inteligência de maior alcance político, esposado e levado a efeito, com audácia e tenacidade raras pelo estadista português¹⁾ Sebastião José de Carvalho e Mello, posteriormente Conde de Oeyras e Marquês do Pombal.

Ocupemo-nos, antes de tudo, desse homem, o primeiro e por longos anos o único estadista, que teve a nação portuguesa.

Tendo completado o curso de humanidades na Universidade de Coimbra, entrou para a vida pública revelando bastante tino e critério nos lugares que ocupou.

Tal conceito conseguiu formarem de si os ministros do rei Dom José I, que em idade ainda não madura foi proposto e, nomeado embaixador de Londres, passando depois e no mesmo caráter a de Vienna da Áustria.

O bom desempenho dessas comissões concorreu para sua elevação a ministro de coroa.

Nada teve ele de original, como demonstrou Ramalho Ortigão no volume VI de suas Farpas, desde pág. 121 a 164 mas entretanto teve a habilidade de apoderar-se do ânimo assaz covarde do seu inconsciente soberano.

"Quem precisa é mister descer tão baixo, quanto alto quer subir" disse Milton, no seu Paraíso Perdido, e ele, uma vez elevado a primeiro ministro, tratou de realizar seu plano de governo, consistindo em derrocar o prestígio do clero e da nobreza.

A tarefa era difícil, perigosa mesmo, mas ele a empreendeu confiando somente em sua inigualável força de vontade.

Quanto à nobreza, sabe-se por que estrategema conseguiu levar alguns de seus membros ao patíbulo, acabar com outros, inclusive dois Ministros de Estado seus colegas, nos cárceres ou nos degredos, entrar depois para o grêmio dessa mesma nobreza com predicamentos iguais da fidalguia de sangue ilustre.

O clero era incomensurável. Quase todas as famílias espanholas e portuguesas entendiam dever consagrar um, pelo menos, de seus filhos à vida eclesiástica, ou nos claustros ou no presbitério secular. O que sucedia na península Ibérica passara aos domínios ultramarinos, e isso tornava imenso e inatacável o poderio do clero.

Uma medida de toda a conveniência seria dividir essa miríade de sacerdotes.

Avantajavam-se sobre todos os homens que envergavam a sotaina ou a estamena, os padres do Instituto de Santo Ignácio de Loyola, os chamados jesuítas.

Com efeito, era essa uma companhia que preponderava, tanto pela recíproca dedicação de seus confrades, como pela rigorosa observância das regras disciplinares do Instituto, e sobretudo, pela escrupulosa escolha dos candidatos ao noviciado e ao prof físsao.

E foi por isso que sucedeu (o que ainda hoje vemos) a roupeta assaz modesta senão humilde do jesuíta, acobertar todas as aptidões, todos os ramos do saber humano. Entre eles encontravam-se e encontram-se abalizados teólogos, canonistas e filósofos, políticos, matemáticos, jurisconsultos, lingüistas, artistas em todo o gênero, agricultores, naturalistas, etc. Foi por isso que os governos de Portugal, da Espanha e da Itália não poucas vezes recorreram a esses grandes homens²).

Esses títulos de distinção deveriam acarretar-lhes o olhar vesgo e de má vontade, não só dos homens pouco amigos da religião cristã (que nunca faltaram), mas também e com certeza de muitos clérigos seculares e regulares. Nem podia ser de outro modo, pois que a Companhia de Jesus, dentro de dois séculos, conseguira firmar em todo o orbe uma influência lata e inatacável, ao passo que, pobre em seu começo, chegara a possuir uma riqueza colossal sabiamente administrada.

Só uma guerra tenaz e persistente, sem reserva de meios poderia derrubá-la desse pedestal. Contra eles a tática, a

finura, a diplomacia eram armas fracas e impotentes.

A guerra, pois, franca, desabrida e implacável, empreendeu-a o Marquês do Pombal, e apelando para a outra parte da cleresia, encontrou muita gente que prestou-se e por todos os meios a concorrer para supressão de rivais tão prestigiosos e respeitados.

Cegos e desvairados não viam que, uma vez livres dos jesuítas, acabariam por ser, nas mãos do ministro de Dom José I, outros tantos instrumentos dóceis dos seus caprichos.

Enquanto espreitava ocasião azada para um rompimento, eis que um fato não cogitado, mas bem aproveitado, veio favorecer os planos desse ministro.

A oposição feita à demarcação de limites das terras do domínio espanhol e português no território, que separava o vice-reinado do Rei da Prata do Brasil, serviu de começo a essa campanha exterminadora.

Por força do tratado firmado em Janeiro de 1750, na corte de Madrid, foi assentado que passassem do domínio espanhol ao português as Sete Missões Orientais, na posse ultra-secular dos índios catequizados, devendo estes entregar suas terras e benfeitorias à coroa portuguesa.

Repitamos esse ponto histórico, desde sua mais remota causa.

Apenas fora fundada, à margem esquerda do Rio da Prata, a Colônia de Sacramento³), começaram os colonos espanhóis da margem oposta, apoiados pelo governo da sua metrópole, uma guerra, por vezes apaziguada, outras tantas reacendida, contra a ocupação dos portugueses naquela margem do grande rio.

Por mais de uma vez foi a colônia invadida e tomada por forças espanholas⁴) e restituída aos portugueses, ou tiveram estes de ser incomodados com assaltos em suas terras no Rio Grande do Sul.

Os limites das possessões das duas coroas eram inteiramente confusos não somente aí, como por todo o ocidente do Brasil, desde Mato Grosso até Guaporé e Amazonas.

Fazia-se pois mister uma demarcação, pondo termo às dúvidas, que no decurso de um século não puderam ser liquidadas⁵).

O próximo parentesco, que unia os soberanos de Portugal e da Espanha (eram cunhados), levou-os a celebrar o tratado de 13 de janeiro de 1750, pelo qual ficaria pertencendo a Colônia de Sacramento e todo o território à margem esquerda do Ibicuí à Espanha, cedendo esta o território à margem direita daquele rio e portanto, as sete Missões Orientais, com seus templos, casas das povoações e estâncias.

Tanto que esse Tratado foi divulgado, começaram os jesuítas a trabalhar pela sua modificação na parte em que prejudicava os índios sob sua direção. Essa pretensão era não só de e

qualidade senão de incontestável justiça.

Primeiro dirigiram uma representação à audiência real de Charcas e esta formulou um memorial intercedendo o rei da Espanha em favor deles; depois, e por igual modo, conseguiram da audiência de Lima outro memorial dirigido ao governador de Buenos Aires, Dom José Andonegui, mas esses e outros empenhos foram improficuos.

A influência da Companhia de Jesus começava a ser solapada, pois o Marquês do Pombal, inflexível, sempre empregou todos os recursos da sua inteligência e vontade inquebrantável para tirar, até onde fosse possível, o prestígio dessa ordem.

As mencionadas representações não chegaram ao seu destino e mais tarde Andonegui arrependeu-se de, por sugestões do Marquês de Valdelirios, havê-las abafado.

No dizer de Southey⁶), o tratado de limites continha uma grande lesão aos interesses da Espanha, uma revoltante iniqüidade.

De tudo quanto longamente escreveu esse escritor protestante e portanto insuspeito, basta-nos a transcrição do tópico seguinte:

"Mas, no tratado cometeu-se um erro fatal, cujas consequências tinham de senti-las a Espanha, a América Espanhola e o Brasil.

"A parte do território que ao oriente do Uruguai seria cedido a Portugal, continha sete reduções florescentes, habitadas por uns 30.000 guaranis, não recém-tirados das florestas ou meio reduzidos e portanto prontos a voltar ao estado selvagem e capazes de sofrerem-lhe os perigos, privações e trabalhos, porém nascidos como seus pais e avós numa servidão leve e criados com os cômodos da vida regular. Todos estes, com mulheres e filhos, com doentes e velhos, com cavalos, ovelhas e bois, tinham, como do Egito os filhos de Israel, de emigrar para o deserto, não fugindo à escravidão, mas obedecendo a uma das mais tirânicas ordens, jamais emanadas de um poder insensível".

Quando os jesuítas souberam baldados seus esforços pela modificação dessa parte do Tratado, reuniram os mais velhos sob a presidência do provincial e foi resolvido, com exceção de um único voto, abedecer às ordens reais, se bem que, representando de novo, nos termos mais respeitosos, sobre a crueldade dessa estipulação.

Não houve comiseração dos pobres índios, que teriam de deixar suas propriedades, entregá-las aos portugueses, seus inimigos, indo procurar, em território imprestável, outros lugares onde de fundassem novas reduções.

Mas, já as duas altas partes contratantes haviam nomeado seus comissários, participando-o aos governos locais. E porque sabia o governo da Espanha que os habitantes das Missões não receberiam com agrado tal notícia, tomou o expediente de persuadi-los a convir na entrega do território das sete reduções. Para esse fim, seguiu da Espanha o jesuíta Altamirano, munido de amplos poderes do geral da Companhia, para fazer com que as ordens

régias fossem bem acolhidas pelas trinta e duas reduções até então existentes. Esse comissário foi mal sucedido, fugiu de São Thomé, porque seria expulso pelos índios exaltados. Sucedeu isso, depois que os curas das sete Reduções Orientais, para provar seus bons desejos de obediência, saíram de todas elas (exceto da de São Nicolau onde os ânimos sempre estiveram rebelados), levando mais de mil índios em demanda de terrenos apropriados para a fundação das reduções novas.

Os emigrantes de São Miguel voltaram, apenas aos poucos dias de marcha, sofreram quatro óbitos; os outros, fizeram-no depois de verificada a imprestabilidade das terras ao Sul do Ibicuí e as de Corrientes, além da redução de Japeju.

O brado de resistência do cacique Nicolau Languiru,

Esse sentimento de indignação e revolta foi por quase todos os escritores apaixonados, atribuído a sugestões dos jesuítas, para os quais não passavam os índios de máquinas inconcientes e estúpidas.

Não concordamos com esse modo de pensar. Por mais rudes que fossem os índios, entre os quais alguns tiveram certa cultura intelectual, não precisavam maior instrução para nutrir o mais entranhado amor a seus lares, a essas habitações solidamente construídas por eles ou herdadas de seus maiores, às terras por eles roteadas, aos prados, onde passavam seus inúmeros rebanhos, aos ricos templos onde diariamente prestavam seu culto ao Criador, a tais homens precisamente assomaria o mais justificável ressentimento, a mais cega desesperação quando, cientes do firmado que impunha-lhes a emigração, a perda de suas propriedades e cômodos.

Não há estado de bruteza humana (a não ser o da perda total da razão) que faça receber com agrado, ou com a mais inconsciente conformidade, a espoliação de uma propriedade, consolidada como essa, por uma posse ultra-secular.

Precisamente, o primeiro impulso dos corações desses homens rudes deveria ser a indignação e a revolta, para esta nem se consulta e mede a possibilidade do triunfo.

Todos os meios suasórios empregados pelos homens, aos quais se habituaram a respeitar, deveriam ser improfícuos. E nem os padres, mentindo à própria consciência, teriam lógica bastante para convencê-los da justiça de um decreto, que importava uma vio lenta depredação de seus bens.

Não é de nossos dias, mas vem de séculos atrasados, o direito de resistência ou defesa contra o esbulho eminente, ou o desforço quando o esbulho se tornou completo).

É possível fosse concertado um ensaio do exercício desse direito (não o garantimos), talvez convencida a população missioneira, por seus patronos no Rio da Prata, infensos à demarcação de limites, que aos primeiros assomos de uma reação deteriam esse esbulho

Enganaram-se.

O governo português, aguçado pelo lucro na permuta (e mais porque o seu primeiro ministro enxergara uma ocasião azada para

desapressar-se dos jesuítas), enviou como seu delegado, com amplos poderes, o Capitão General do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, enquanto o espanhol, arrastado por aquele, investia de iguais poderes o Marquês de Valdelírio, Vice-Rei de Buenos Aires.

No dia 19 de setembro de 1752, encontraram-se os delegados régios em Castilhos Grandes, cada um com o seu pessoal técnico e destacamentos de forças, mais ou menos iguais.

Em 9 de outubro, começou a demarcação à beira-mar, perto do monte Castilhos Grande, sendo assentado o primeiro marco de mármore, com quatro faces aos rumos dos quatro pontos cardeais⁸).

Foram depois colocados o segundo marco em Índia Muerta e o terceiro na Serra de Santos Reyes em Maldonado. Isso feito, retiraram-se os plenipotenciários Gomes Freire para a Colônia de Sacramento e Valdelírios para Montevidéu, transferindo seus poderes e instruções em outra comissão mista, composta, por parte de Portugal do Coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes; e por parte da Espanha, do Capitão da armada Dom Juan Etchewarria.

A demarcação desde seu início, teria já adiantado para mais de 330 quilômetros, trabalho portanto de muitos dias, para que não fosse sabida nas Missões e de novo alarmasse a população indígena.

Foi assim que, quando os comissários chegaram a Santa Tecla ou Thecla, a mais importante estância das reduções e fortificada com um reduto⁹), apresentou-se o índio José Tinharayū (por alcunha Sepê) alferes real da redução de São Miguel, comandando uma grande força de índios gritando: - não consentir se lhes tirassem aquelas terras, que Deus e São Miguel lhes haviam dado.

Perguntado pelo chefe espanhol, "por ordem de quem vinham opor-se à demarcação ordenada por El rei?" - Respondeu o chefe índio: - "Por ordem do padre superior e do cura de São Miguel".

A vista da atitude dos índios, foram suspensos os trabalhos, lavrou-se auto de resistência com aquelas declarações, assinado pelos membros das comissões, que logo seguiram para onde estavam seus chefes, sendo o ocorrido levado ao conhecimento dos respectivos governos¹⁰).

No ano seguinte (1753), Gomes Freire e Valdelírios declararam guerra às Missões, formalidade dispensável, porque a declaração de guerra só tem lugar de nação contra nação. Aos súditos e compatriotas rebeldes, incursos em crime (se o era) de sedição, a guerra faz-se sem preâmbulos nem formalidades.

Cientes dessa declaração, os guaranis de São Luis enviaram uma expedição de cavaleiros para tomar de assalto o forte construído em Rio Pardo pelos portugueses. Saíram estes a dispor-se, sendo recebidos com uma nuvem de setas, perdendo alguns tiros de canhão, afugentando assim os assaltantes.

Voltaram os guaranis, dias depois, mas ainda foram batidos, deixando alguns prisioneiros.

Passados mais alguns dias, empreenderam terceira e mais séria investida, indo Sepê à frente dos assaltantes, que foram repelidos, sendo ele e alguns de seus índios aprisionados.

Dizem alguns escritores que, por magnanimidade de Gomes Freire, fora-lhe concedida a liberdade sob promessa de não mais opor-se a demarcação.

Outros (e preferimos acreditar estes), que o índio Sepé, astucioso e valente, achou meio de deitar a fugir atravessando o Rio Pardo a nado.

Todo esse ano foi passado em paliativos, não se aproximando o chefe espanhol do teatro da guerra até que, no ano seguinte (1724), começou a segunda campanha.

Enquanto Gomes Freire, tomando toda a dianteira nas operações bélicas, partia de Rio Grande, o chefe espanhol Andonegui, sempre retardatário, partia de Buenos Aires num dos barcos a vela, da flotilha comandada por Dom Juan Etchewarria, e subindo a guas acima pelo Rio da Prata e Uruguai, foi desembarcar à margem direita, perto da redução de Japeju ou Santos Reyes. Aí, os seus soldados em vez de esperarem o fornecimento do gado apropriado para suas rações, apoderaram-se dos bois mansos do trabalho da redução, que foram caneados. Queixou-se o cura desse prejuízo, mas foi preso e substituído por um outro, o padre José Cardiel.

Ao passo que a expedição espanhola não se distanciava do Uruguai, Gomes Freire, atravessando a imensa campanha hoje rio-grandense, chegava com cerca de oitocentos quilômetros de marcha, à margem esquerda do Ibicuí, onde encontrou uma força exploradora de guaranis, contra a qual disparou alguns tiros de peça, obrigando-a a incorporar-se ao grosso do seu exército.

Até então os padres e os índios ainda esperavam fosse revogado o decreto que ordenava a entrega das Missões aos portugueses, vendo o indício de uma boa e desejada nova nos tardios movimentos do exército espanhol, mas essa morosidade provinha mais de nenhuma vontade dos Generais desse exército em realizar a demarcação dos limites, por menos vantajosa que fosse a coroa portuguesa. Parecendo-lhes fácil reaver a Colônia de Sacramento e continuar na posse do território das Missões Orientais, que necessidade tinham de fazer uma permuta?

O mau tempo, a falta de viveres, por terem os avançados guaranis atacado e metido a pique, no rio Ibicuí, três pequenas embarcações carregadas de mantimentos para as forças portuguesas, ao mesmo tempo uma participação de Andonegui de recolher-se de novo a Buenos Aires, foram motivos para que o exército português contra-marchasse dando-se por finda essa segunda e irrisória campanha.

Tendo falecido o ministro espanhol Conde de Carvajal, reanimaram-se as esperanças dos jesuítas, mas não duraram muito, porque os seus inimigos logo formularam um novo capítulo de acusações sobressaindo a de haverem proclamado o índio Nicolau Languiru, rei das Missões, remetendo-se para Madrid moeda cunhada com o nome desse príncipe.

De todas as acusações, eram essas as mais ridículas e inverídicas.

Nunca houve proclamação de tal rei, nem tampouco moeda alguma circulou nas Missões, onde era absolutamente desnecessária para todos os efeitos, porque os índios, únicos povoadores dessa província, viviam em completo comunismo, como vimos no capítulo precedente.

Entretanto, como para execução de uma medida política tu do serve, essa acusação caluniosa e infundada, algumas moedas fã bricadas adrede, tudo isso tornou-se aproveitável na cruzada contra os jesuítas, do mesmo modo, como vimos antes, e posteriormente nas lutas partidárias, o falso, o inverossímil tem servido para inutilizar um adversário, ou dar em terra com uma agremiação qualquer.

Os frutos dessa nova calúnia não se fizeram esperar.

O rei da Espanha despediu o seu confessor, que era jesuíta, obrigou seu ministro a expedir as mais terminantes ordens ao vice-rei de Buenos Aires para, de acordo com o general português, apoderar-se do território das Missões e fazer efetiva a entrega estipulada pelo tratado de 1750.

Foi sob o influxo da mais bem provocada animadversão dos dois monarcas que, no verão de 1754 se iniciou a terceira e mais decisiva campanha.

O general português e o espanhol deveriam fazer junção em Santo Antônio, o velho, entrando por Santa Tecla. Os seus exércitos, compostos de contingentes iguais, não excederiam de três mil homens, mas só puderam reunir-se ao fim de treze meses de porfia dos preparativos, e portanto em janeiro de 1756.

Puseram-se a caminho no rigor da estação canicular, com aquela marcha lenta própria dos exércitos pesados.

Tinham a vencer, desde Santa Tecla, para mais de oitocentos quilômetros, desviando-se de banhados e rios caudalosos.

O já falado Sepê opunha-se-lhes de frente. Encontrando uma pequena força portuguesa dando pasto aos animais, mostrou-lhes uma bandeira branca, e com esse simulado sinal de paz, conseguiu atraí-los para os atacar e exterminar.

Após esse massacre traiçoeiro, seguiram-se pequenas escaramuças, pondo o chefe índio em evidência seu valor e tino guerreiro.

A 7 de fevereiro, à margem de um dos braços do Vacacaí, feriu-se renhido combate, caindo morto de um tiro o bravo Sepê, sendo dado seu nome ao arroio, à margem do qual, em terreno aurífero, foi mais tarde fundada a interessante vila de São Sepé).

No bolso da farda desse chefe, foi encontrada uma carta na qual se lhe recomendava fê na virgem do Loreto e em São Miguel.

Assumiu o comando das forças guaranis o inventado rei Nícolau Languiru, a quem faltavam todos os predicados do seu antecessor.

Passados três dias, achava-se o novo chefe com uma grande coluna dos seus soldados na coxilha do Cayboatê quando, inopina-

mente, apareceu-lhes o exército aliado em distância de alcançá-los um tiro de canhão¹²).

Compreendeu Languiru estar numa posição inteiramente falsa, resultado de sua imprevidência, pois se mais vigilante fosse, se melhor tática possuísse, esse encontro seria impossível, à menos que não quisesse marchar para uma morte certa.

Enviou um parlamentar pedindo um prazo de vinte e quatro horas para ouvir o conselho dos padres. Mas estes, devendo estar nas reduções, em distância de alguns dias de viagem, era evidente ser tal proposta um expediente do chefe índio para aguardar à noite e fugir com toda a sua força.

Assim o compreenderam os Generais, que logo responderam só lhes concediam uma hora para renderem-se à discrição.

Por tal forma desconcertou-o essa resposta que a hora esgotou-se, permanecendo o chefe guarani perplexo e sem deliberar coisa alguma. Partiram então do exército aliado alguns tiros de canhão, que aterrou a força guarani ao ponto de atirar ao chão suas armas e deitar a correr em desordenada fuga.

Mandaram os chefes aliados carregar sobre os pobres índios que, quais cordeiros, foram imolados em número de mil e quinhentos homens, inclusive o chefe Languiru, ficando prisioneiros 127 homens, que foram desterrados para Buenos Aires.

Essa derrota e a precedente, em que pereceu o chefe Sepé, tornava insustentável a causa dos

Alguns escritores lançam à conta dos jesuítas a responsabilidade pela hecatombe de Caiboatê, porém é preciso muita parcialidade para não enxergar a culpa mais grave dos chefes aliados, que podendo ter aprisionado uma força muito menor, sem disciplina, preferiu massacrá-la, dando provas de ferocidade, covardia e do mais completo desconhecimento das leis da guerra.

Entre as inverdades dessa inglória e cruenta jornada, chegou a afirmar a tomada da artilharia, sem que se fizesse menção da palamenta apreendida, nem esta fosse conduzida em troféu por qualquer dos Generais.

Depois da vitória em Caiboatê, marcharam os dois exércitos sobre o Monte Grande ou Serra Geral.

Perto do lugar hoje denominado Campestres, divisaram uma trincheira, que foi bombardeada, fugindo os índios que a guardavam.

Ninguém nesses dois exércitos conhecia a subida quase suave da serra pela atual picada de São Xavier, nem pelo terreno da do Pinhal, daí a quase um século aberta ao trânsito público. Procurou-se fazer caminho pela atual picada da Boca do Monte e foi com o penosíssimo trabalho de quase um mês, carregando a bagagem toda a bagagem e canhões, que chegaram ao local da guarda de São Martinho. O frio intenso do inverno matara quase todos os animais de trabalho, alguns soldados também morreram, outros desertaram.

Já não era impossível chegar à principal redução, a de São Miguel, mas estavam ainda distanciados 180 quilômetros.

Quando iam em marcha, chegou um índio de São Luís com uma carta do reitor dizendo ter persuadido os índios de sua redução a obedecerem, confessar seu erro e implorar perdão.

O chefe Andonegui, acusado por alguns cronistas coevos de partidário dos jesuítas, respondeu (talvez inspirado por Gomes Freire) que, com palavras, não se acalmaria a cólera do rei. Passados poucos dias, recebeu ele outra carta firmada pelos caciques de trinta das reduções, aquém e além do Uruguai, contendo novas queixas pela cessão das terras missioneiras aos portugueses e respondendo a que Andonegui lhes dirigira oferecendo quatro mil pesos (uma miséria) pelas suas propriedades e melhores terras para a fundação de novas reduções.

No dia 3 de maio, encontraram uma força guarani que, depois de alguns tiros de peça do exército aliado, apeou-se e embrenhou-se num capão de matos.

No dia 10 do referido mês, avistaram uma trincheira guarani, construída com tal arte, escreveu o chefe português, que parecia dirigida por mão européia e que, se foi obra dos índios, parecia que a estes se ensinara arquitetura militar em vez de doutrina cristã.

Um milagre de Santa Teresa, com quem se apegou esse chefe, salvou o exército aliado que, apenas disparou alguns canhões sobre essa fortificação, viu os índios apavorados deitarem a correr e, quando já fora do alcance das balas, desfecharem as suas espingardas para trás.

Apreciemos imparcialmente essa nova vitória.

Toda a cena bélica passou-se quando os aliados atravessavam um arroio denominado Cheriebi, estando a trincheira sobre a riba direita.

Nunca conseguimos descobrir esse arroio, apesar de havermos, por mais de uma vez, em viagem a cavalo, atravessado desde os distritos limítrofes de São Martinho e São Xavier até as ruínas da redução de São Miguel.

Os arroios (ou riachos mais fortes), que cortam toda essa vasta e ondulada campanha da Região Serrana, são: o Toropi distante 136 quilômetros de São Miguel; - o Guassupí, tributário da quele e distante menos 9 quilômetros; o Caissã, forte vertente do Piratini, a 61 quilômetros de São Miguel e o Chuni (supomos seja este o tal Cheriebi) tributário do Piratini, distante 27 quilômetros de São Miguel. Há outros rios como: o Jaguari, o Nhacá petun, o Santa Luzia, mas estes ficam distanciados do rumo pelo qual seguiria aquele exército. Nem as margens destes nem daqueles, todos nossos conhecidos, se encontram vestígios dessa tão artística fortificação. As pedras, fragmentos de muralhas, deveriam ainda existir, como ainda existem os restos das capelas e outros vestígios das fazendas das reduções¹³). E como não há um único indício, nem memória de ter existido fragmentos dessa fortificação, cremos só existiria como meio de encarecer os serviços dessa gloriosa jornada.

Se havia tanta e tão proficiente tática de guerra, parece que mais acertado fora para a defesa das Missões o atravancamento da subida alcantilada pela Boca do Monte, onde os guaranis emboscados dentro do mato virgem, disparando tiros certos, impediriam em absoluto a passagem desse exército¹⁴).

Pouco além do batido entrincheiramento do improvisado Cheriebi, com mais dois dias de marcha, avistaram a redução (para não dizermos cidade) de São Miguel, na distância ainda de dezoito quilômetros.

Poderiam tê-la avistado de muito mais longe (na distância de 60 quilômetros), se tomando pelo dorso da Coxilha geral, fossem embora com mais 12 quilômetros de volta, até o Espinilho da Tunas, em vez de terreno acidentado por onde, desde São Martinho, seguiram a rumo direito. Com uma pequena curva e melhor caminho chegariam (e seria melhor) a São Luís, de onde haviam recebido promessas de submissão.

A vista da beleza da capital das Missões Orientais, Vianna, governador de Montevideu, inimigo declarado dos jesuítas, manifestou sua convicção da iniquidade e até inépcia do tratado, para a entrega desse território tão fértil e com tão bela cidade a troco da Colônia de Sacramento.

Entretanto, o exército, prosseguindo, acampou a 6 quilômetros de distância e por fim, ainda mais perto, na esplanada onde ainda existem restos da estância e, capela de Nossa Senhora de Loreto. Num extremo dessa campina, onde hoje existe uma invernada, eram as lavouras da redução. Aí o exército português achou, para variar da alimentação de carne pura, grande abundância de legumes e outros alimentos vegetais.

Três dias permaneceram as forças, em razão das copiosas chuvas, nessa posição.

Se durante esse tempo, houvesse Andonegui enviado um parlamentar à redução, esta não teria sido incendiada como em desespero de causa fizeram os seus habitantes. E, porém, falso que houvessem ateado fogo ao templo¹⁵).

Nunca se verificou tampouco o incêndio da redução de São Luís, como então se disse, pois vimos-na perfeitamente conservada em 1855, como descrevemo-la no Capítulo XV.

Para evitar a destruição de São Lourenço, distante de São Miguel treze quilômetros, seguiu Vianna, ao anoitecer com oitocentos cavaleiros e surpreendeu aquela redução ao toque das matinaças prendendo o cura Thadeu Hoenis. Em poder desse sacerdote, existia grande papelada, que foi examinada minuciosamente, nada se encontrando que provasse culpas dos jesuítas na sublevação dos índios.

Os habitantes dessa redução submeteram-se, tendo igual procedimento os de São Luís, São João Batista, São Francisco de Borja e Santo Ângelo.

Os de São Nicolau, altivos e intransigentes, preferiram embrenhar-se na vasta cordilheira do Ijuí Grande, de onde se regressaram à redução depois que os portugueses se retiraram das Missões.

O exército aliado, tomando precauções desnecessárias, entrou na desolada cidade de São Miguel, mas recusando o General português aí estabelecer-se, seguiu para a redução de Santo Ângelo, onde permaneceu dez meses.

Depois que esse General tratou com os jesuítas, modificou inteiramente suas prevenções contra eles, mas isso não demoveu o Marquês do Pombal do seu plano de proscrição e extermínio.

A demora dessa campanha, as notícias alteradas recebidas em Madri, resolveram o governo do rei católico a enviar uma divisão naval sob o comando de Dom Pedro Ceballos com mil homens de desembarque.

Chegando a Buenos Aires, embarcou-se o Vice-rei Valdelirios e subiu até o porto de São Borja.

Enquanto navegavam rio acima, apresentou-se o superior das Missões e requereu ao Vice-rei mandasse abrir devassa, a fim de verificar a culpabilidade da Companhia de Jesus na sublevação dos índios das Missões Orientais.

Deferido esse requerimento, foi a praça de São Borja o local escolhido, armando-se um pavilhão em frente à igreja e foi-se o tribunal onde Videlirios, Ceballos e Vianna, depois de inúmeras testemunhas e interrogatórios escritos, nos quais os índios se confessavam os únicos culpados, depois do exame dos documentos colhidos no correr da expedição, proferiram a sentença absolvendo inteiramente os jesuítas.

Aborrecido Gomes Freire das delongas da demarcação, vencido de que os comissários espanhóis não a queriam, antevendo outras complicações por causa da morte do rei da Espanha, recolheu-se a Rio Pardo, de onde se passou para o Rio de Janeiro.

Assim, depois de uma luta de quatro anos, por vezes sangrenta, do dispêndio de vinte e seis milhões de cruzados (ou dez mil contos de réis fortes) abortou o tratado de limites de 1750.

Os jesuítas voltaram ao governo de suas reduções, repararam todos os estragos da guerra, fundaram em 1760 a nova redução de Belém, no território das Missões Ocidentais, mas afinal o plano do Marquês do Pombal foi esposado pelos estadistas espanhóis, sendo eles banidos da América Meridional, como veremos no Capítulo seguinte.

NOTAS

1) Atribui-se esse plano a um dos ministros de Luiz XV, mas fosse mesmo de Pombal, ao contrário esposado por aquele, é o caso de dizer-se: si utile non est quod facis stulta est gloria.

2) Assim denomina-os o tão festejado Castro Alves em uma das mais bem inspiradas produções poéticas do seu livro "Espumas Flutuantes".

3) Em 1680, pelo governador do Rio de Janeiro, Dom Manoel Lobo.

4) Em fins de 1680, sendo restituída em março de 1701; outra vez tomada em 1704 foi recuperada em 1716; tomada em 1762 pelas forças ao mando de Dom Pedro Ceballos, foi por este restituída, de ordem do seu governo, em 18 de janeiro de 1764. Tornada a tomar em 4 de junho de 1777 por forte esquadra espanhola, sob as ordens do mesmo Dom Pedro Ceballos, não mais foi restituída e afinal ficou pertencendo à coroa da Espanha em compensação da tomada das Missões Orientais, descrita no capítulo VI.

5) A conquista das Missões realizada em 1801, ainda deixou em litígio os limites do Brasil, com o que ficou constituindo mais tarde a república do Uruguai (ex província Cisplatina) mas foram liquidados de 1854 a 1856 pelas comissões, de que fizeram parte o barão de Caçapava (general Andrae, o pai) e o conselheiro Pedro de Alcantara Belegarde; os limites com o Paraguay, liquidados pela comissão de que fez parte o visconde de Maracujú. O domínio sobre o território missioneiro, à margem esquerda do Peperu-guassú só foi liquidado por sentença arbitral do Presidente dos Estados Unidos, em 1896, sendo advogado por parte do Brasil o Barão do Rio Branco, o mesmo que com igual mandato, conseguiu a liquidação dos limites com a Guiana Francesa em 1901, sendo árbitro o Presidente da República Suíça.

Depois disso estivemos em sério conflito sobre o domínio do Acre, que per fâs ou por nefas o Brasil fê-lo exclusivamente seu.

6) História do Brasil, traduzida por Oliveira e Castro, volume VI, página 9.

7) A legislação dos dois países, apoiada no direito romano, autorizava essa defeza e até o desforço, ex-proprio Marte, do esbulho cometido. (Ordenação Livro 49, tit. 58, § 29, Leyes de las Siete Partidas, ley 10; tit. 10; Part. 7 e Gomes sobre a Lei 45 de Toro.

8) Tinham esses marcos as seguintes inscrições em latim.-Sub Joanne V Luzitanorum Rege Fidelissimo (diriam com mais propriedade Sub Josepho I, pois era o príncipe reinante em Portugal) com as armas luzitanas. Na face oposta: - Sub Ferdinando VI Hispanice Rege Catholico, com as armas castelhanas. Na face de Leste: - Justitia et pax osculata sunt e na face de Oeste: Ex pactis finium regundorum conventis Matriti Idibus Januarii MDCCCL.

Mas esse osculo da Justiça e da Paz era traiçoeiro, pois os delegados hespanhões não queriam tal demarcação e acharam afinal meios de a mystificar, como veremos no fim deste capítulo.

9) Ficava muito próxima a atual cidade de Bagé, nos seus campos pastavam para cima de cincoenta mil cabeças de gados, como em outro lugar d₁

Esses campos, alguns anos depois da conquista de 1801 foram concedidos por carta de sismaria ao barão de Bagé, almirante Paulo José da Silva Gama, ex-governador do Rio Grande do Sul.

Mais tarde, por morte desse concessionário, moveram seus herdeiros uma de manda, que durou trinta ou mais anos, sendo eles os vencedores.

10) Visconde de São Leopoldo, Annaes, 2a edição págs. 58 a 65.

A propósito da resposta dada pelo índio Sepê ao chefe da comissão espanhola, pelo caso em que foi feita a pergunta, bem poderia ter sido uma desculpa de momento, ou o efeito de alguma aquiescência do cura de São Miguel, o padre Lourenço Balda, sem a menor solidariedade dos demais membros da Companhia. E questão, que embora secundária se não pode liquidar através de mais de um século decorrido.

Mas, como quer que fosse, o decreto de cessão das Missões era tão injusto, que bem justificada tornou essa oposição.

11) É uma versão popular, a que não podemos dar crédito.

O lugar onde morreu o índio Sepê é situado em campos que o governo do Rio Grande do Sul, tinha como seus. Esses campos distam quatrocentos e oitenta quilômetros, mais ou menos, da mais próxima dentre as reduções.

Os índios quando foram tão longe atacar o exército aliado não deixaram nem tinham ali, quem se incumbisse de dar aquele lugar o nome do prôtomartyr da campanha missioneira. Mas é singular que tenha o arroio esse nome há mais de um século.

12) Pode-se aquilatar por isso a ineptidão desse chefe, que nem ao menos soube conservar alguns cavaleiros observando de longe a marcha do inimigo e previnindo a tempo de escapar com sua força.

13) Ainda hoje existem partes das cercas de pedra das antigas estâncias de Itaroquen e Santo Isidro, nos subúrbios de São Nicolau e os muros das quintas de todas as reduções, exceto a de São Borja, que foi toda demolida.

14) Quando todo o povilão de Pernambuco opos-se, em 1852 a execução da lei de 18 de junho do ano anterior, sobre o registro dos nascimentos e óbitos, emboscaram-se alguns matutos dentro da floresta de São João, trinta quilômetros a Oeste do Recife e, armados de bacamartes e espingardas de caçar, obstaram a passagem de uma coluna das três armas, ao mando de um coronel do exército, precisando esta da intervenção de um frade capuchinho.

O governo imperial viu-se forçado a suspender a execução da lei, que só foi restabelecida alguns anos antes da queda da monarquia.

Nenhuma força regular pode impunemente penetrar nas matas da América do Sul, para bater um inimigo nelas entricheirado, e são provas: -as frequentes e tão conhecidas derrotas dos holandeses, a guerra dos cabanos (com os quais o governo viu-se forçado a transigir) a dos praiheiros em sua última fase (1850) e que terminou apoderando-se o governo do chefe rebelde, por uma traição pouco honrosa, finalmente a campanha contra os muchers de São Leopoldo, que não tiveram para abrigar-se florestas tão naturalmente fortificadas como as de Pernambuco e Alagoas, nem as, embora menores, da Serra Geral missioneira.

15) No capítulo XIII refutamos essa fábula cantada em verso heróico pelo ex-jesuíta José Bazílio da Gama, no seu poema Uruguai, escrito para lisonjear por bom preço o poderoso ministro português.

Capitulo IV

PROSCRIÇÃO DOS JESUITAS

*Eu dei às tribos uma crença doce,
Eu levantei alcáceres eternos,
Deram-me os homens proscrição e morte,
Deram-me em prêmio as fezes dos infernos.*

Junqueira Freire

Disposto a acabar, ou pelo menos, cercear, quanto pudes se, o prestígio do clero em Portugal, o ministro Pombal iniciou seu grande plano político contra a Companhia de Jesus, já tão fortemente abalada. Nessa empresa soube conduzir-se sem piedade nem reserva de meios.

Ao sul do Brasil, já vimos, foi a resistência oposta pelos índios guaranis à entrega de suas reduções e estâncias o primeiro pretexto para o início desta preconcebida guerra de proscrição e extermínio.

Apesar de justificados, como decidiram os comissários espanhóis, o ministro do rei Dom José jamais aceitou tal julgamento.

Se não produziu todo o desejado efeito a resistência da qual os índios confessaram-se únicos delinquentes, não sucedeu o mesmo com uma imputação análoga, por fatos ocorridos no extremo Norte sem possível ligação com os já descritos acontecimentos do extremo Sul do Brasil, em distância maior de 7.000 quilômetros.

Essa nova acusação era mais infundada do que a primeira, mais do que ambas a participação dos jesuitas na pretendida tentativa de regicídio, à noite de 3 de setembro de 1758. Mas esta serviu para o ministro português assenhorar-se do ânimo fraco do inconsciente soberano.

Vejamos o que sucedeu ao Norte do Brasil.

Pombal nomeara seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador e capitão general do Maranhão e Pará, dando-lhe instruções sobre a guerra aos jesuítas, conferindo-lhe am plos poderes para a demarcação entre as terras pertencentes às coroas de Portugal e da Espanha, partindo das cabeceiras do Rio Negro a terminar onde encontrasse a demarcação mencionada no Capítulo precedente.

Encetou Mendonça os preparativos para a expedição, indo pessoalmente às aldeias dirigidas pelos jesuítas recrutar todos os índios capazes de pegar em armas. Foram inúteis as reclamações dos curas, os índios válidos marcharam com o governador.

O ano de 1754 foi empregado na construção dos barcos para a expedição.

Quando alguns dos índios conseguiram regressar às aldeias, reinava a miséria, pois tinham ido todos os homens do pesado serviço das lavouras. E o governador teve ânimo de considerar os jesuítas os culpados dessa miséria, porque (embora sem aqueles braços) deixaram de fazer as plantações na estação própria.

Pronta a flotilha, seguiu o governador com o pessoal e material preciso pelo Amazonas até o Rio Negro, onde aguardaria os comissários espanhóis para a determinada demarcação.

Mas todo o trabalho, dispêndios e viagem dessa expedição foram perdidos, porque os comissários espanhóis não compareceram, sem dúvida porque o seu governo, ou os seus delegados na América do Sul, não desejavam a liquidação de limites de terras, que pensavam ser, ou por fim fazer exclusivamente suas.

Enquanto lá tão longe se impacientava Mendonça em esperá-los, aproveitou o tempo para enviar a Lisboa uma volumosa representação contra os jesuítas, imputando-lhes embaraços, que antes nasciam da sua própria imprevidência e má vontade. Além disso atribuiu-lhes a pretensão de formar um império, exclusivamente seu, quer no espiritual quer no temporal; - acusou-os de cuidar menos da catequese e civilização dos índios, do que de tirar deles os possíveis proveitos, mantendo-se obstinadamente no exercício do curato das aldeias, locupletando-se com o trabalho dos mesmos índios, trazendo-os quase nus e mal alimentados; - concluiu manifestando receios de uma sublevação iminente.

Não obstante falsas, sob todos os fundamentos, o ministro português aproveitou essas acusações e fez embarcar para aqueles dois Estados do Brasil três regimentos de infantaria.

Ao mesmo tempo ordenava Pombal a publicação da bulla Immensa Pastorum Principis, expedida pelo pontífice Benedicto XIV (Lombertini) em 20 de setembro de 1741 contra a escravidão dos índios no Brasil.

Essa bula ficara arquivada na secretaria da justiça; mas, passados treze anos, convinha aproveitar uma oportunidade inesperada para dá-la à publicidade, espalhando-se a notícia de ter sido obtida por solicitação dos padres da Companhia de Jesus.

Essa noticia seria geralmente acreditada, porque os jesuítas, de longa data, sem lhes importara animadversão dos colonos portugueses, trabalhavam contra a escravidão e tráfico dos indígenas. Agora enquanto o governo se pronunciava contra eles,

reacendia-se também o ódio dos colonos. Manejando com p^{er}fida habilidade essa intriga, perdiam os jesuítas o apoio da população, de ordinário disposta em favor dos perseguidos.

Em 1756, as tropas que ficaram no Rio Negro, amotinaram-se, porque faltava-lhes tudo, inclusive o alimento. Depois do saque dos armazéns e do incêndio das aldeias próximas, desertaram quase todos os soldados para o território espanhol de Omaguas; isso fizeram depois que Mendonça, cansado de esperar pelos comissários espanhóis, retirara-se, e muito distanciado seguia a caminho do Maranhão.

Bem que essas tristes ocorrências houvessem sucedido em lugar tão remoto (mais de 2.000 quilômetros das missões brasileiras dirigidas pelos jesuítas) aquele governador ousou acusá-los como fomentadores daquela sublevação!

Prevenidos do novo trama, organizaram os jesuítas um memorial refutando todas as acusações, ao mesmo passo que o conselho das missões representou a favor deles.

Nenhuma dessas defesas foi tomada em consideração e, se não fora a intervenção favorável da rainha mãe, teria sido logo expedida uma ordem geral de prisão e deportação dos jesuítas. Entretanto sempre sofreram a privação de toda a jurisdição temporal e espiritual e de qualquer subsídio do erário público. Importava isso colocá-los numa posição dificilmente sustentável, pois achavam-se numa capitania, onde não possuíam bens alguns, mas eles aí se conservaram, talvez aguardando do tempo o arrefecimento dos ódios e a sua justificação.

Mas os ódios ao contrário cresciam; e, ao fim de uma guerra sem trêguas em todo o reino, eis que sucedeu a tão falada, mas tão pouco acreditada tentativa de morte contra o rei Dom José I, sendo mais certo fosse o resultado de uma conjuração de fidalgos portugueses contra o seu odiado e discredicionado ministro²).

Os jesuítas residentes no reino foram acusados de participação nesse grave crime; e ainda que nem um chegou a ser julgado ou justificado, todavia essas e outras imputações caluniosas foram submetidas ao conhecimento do pontífice numa carta de 20 de abril de 1759.

Esse documento, bem pouco digno de ser firmado pelo punho régio, assim começa:

- "Mui Santo em Cristo Padre e Bem-aventurado Senhor.

O vosso Devoto e Obediente Filho Dom José por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além mar em Africa, Senhor de Guiné, da Conquista e da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia, etc.

Com a devida humildade envia a beijar Vossos Santos Pés

E prossegue numa linguagem demasiado apaixonada, por vezes irreverente e ridícula, expondo as mesmas acusações constantes da Relação Abreviada da República dos Jesuítas e mais tarde reproduzidas no decreto de 3 de setembro desse mesmo ano.

Não achou o Pontífice Clemente XIII (C.Rezzonico), provas cabais da culpabilidade dos jesuítas, quer contra a pessoa do Rei, quer na rebelião contra suas reais ordens e por isso não concedendo a pedida autorização para serem expulsos dos domínios portugueses e seqüestrados seus bens e igrejas.

O indeferimento expresso ou tácito do Pontífice determinou um pronto e desabrido rompimento de relações com a Santa Sé.

Passados quatro meses e dez dias³⁾ o secretário de esta do Dom Luis da Cunha (criatura de Pombal) expediu ao cardeal Aciaivoli, nuncio apostólico, uma nota enérgica ordenando-lhe em nome d'El-Rei sair in continenti da corte de Lisboa, para o que acharia uma embarcação pronta a recebê-lo e ao pessoal e bagagem da nunciatura, devendo em quatro dias sair do território do reino. Na mesma data, oficiou ao embaixador português em Roma participando-lhe o rompimento das relações diplomáticas e ordenando recolher-se a Lisboa.

Dado esse passo, considerando naqueles tempos uma temeridade, expediu o Decreto de 3 de setembro de 1759, que vem na Coleção da Legislação Portuguesa de Antônio Delgado da Silva, volume correspondente aos anos de 1750 - 62, pág. 713.

Nesse documento transuda o mais desvairado ódio nos trechos seguintes:

- "Havendo por todos estes modos procurado, que os sobre ditos regulares, livres da contagiosa corrupção, com que os te nha contaminado a hidrofobia sede dos governos profanos, das aquisições de terras e estados e dos interesses mercantis servis sem a Deus, e aproveitassem ao próximo, como bons e verdadeiros ministros da Igreja e de Deus, antes que pela total depravação de seus costumes⁴⁾ viesse acabar nos mesmos Meus Reinos e Domínios uma ordem, que neles entrara dando bons exemplos.....

Mais diante como num crescendo musical:

"E havendo todas as minhas sobreditas diligências ordenadas para conservação da mesma sociedade sido por ela contestadas e invalidados seus pios e naturais efeitos, por tantos tão estranhos e tão inauditos atentados, como foram por exemplo: - o que à vista e face de todo o Universo⁵⁾ declararam e prosseguiram contra Mim nos mesmos meus Domínios e Senhorios ultramarinos, a dura e aleivosa guerra, que tem causado tão geral escândalo: - o com que armaram para ruína de Minha Real Pessoa os mesmos Meus Vassalos, em quem acharam disposições para corromperem e precipitarem no horroroso insulto perpetrado em a noite de 3 de setembro do ano próximo passado⁶⁾.....

"Declaro os sobreditos Regulares corrompidos deploravelmente alienados do seu Santo Instituto e manifestamente indispostos com tantos, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à observância deles, por Notórios Rebeldes Traidores, Adversários e Agressores, que têm sido e são atualmente contra Minha Real Pessoa, Estados e contra a paz pública dos mesmos Meus Reinos e Domínios e contra o Bem Comum de Meus Fiéis Vassalos, Ordenando sejam como tais havidos e reputados: - e os Hei desde logo e por efeito desta Lei, por desnaturalizados, proscritos e exterminados, Mandando que sejam efetivamente expulsos

de todos os Meus Reinos e Domínios, para neles mais não poderem entrar; e estabelecemos, debaixo da pena de morte natural e irremissível confiscação de todos os seus bens para o Meu Fisco e Câmara Real⁷⁾ que nenhuma pessoa nos mesmos Meus Reinos e Domínios dê entrada aos sobreditos regulares"...

Segue-se a esse, outro Decreto da mesma data, com idêntica linguagem, declarando mandar imprimir, para que não possam ser refutadas nos séculos provindouros as provas dos crimes cometidos pelos Jesuítas mas essas provas ficaram até hoje em segredo de justiça. Nem a citada Coleção das Leis do Reino, nem a História dos Jesuítas de Mello de Moraes, verdadeiro repositório de tudo quanto se escreveu pró e contra aqueles regulares, extratou uma só peça comprobatória dos seus pretendidos crimes.

Antes porém da expedição desses decretos, havia o governo do Marquês de Pombal se apoderado do Padre Gabriel Malagrida, jesuita italiano, que no Brasil prestara relevantes serviços à caatequese merecendo ser cognominado o "apóstolo do Brasil".

Pretendeu-se que ele e mais dois companheiros, em discussão, afirmassem ser o assassinio de um rei igual ao de outro homem. Também pretendeu-se acusá-los de haver afirmado não ser o regicídio um sacrilégio⁸⁾.

Tais acusações não serviram para que fossem os três ou pelo menos o padre Malagrida condenado logo à morte.

Entretanto como Malagrida num opúsculo intitulado Vida de Santa Anna, emitisse proposições consideradas heréticas, sendo certo que, desde sua chegada do Brasil, suas faculdades mentais já estavam bastante transtornadas, foi remetido ao tribunal da Santa Inquisição, que o condenou como relapso e como tal ele e mais cinquenta e três infelizes, condenados por aquele tribunal sangrento, por crimes diversos, foram em auto de fê queimados vivos, na presença do rei, do seu desumano ministro e da sua corte em 20 setembro de 1761⁹⁾.

Antes disso, haviam já sido executados os famosos decretos de prisão da maior parte dos jesuítas e da confiscação de todos os seus bens a coroa do reino, bem como para a deportação de vários outros para as praias da Itália.

"Nunca faltam, diz Southey, instrumentos perversos para executar até a última as piores intenções de um poder iníquo e tirânico."

O bispo do Pará, Dom Miguel de Bulhões, acumulando o governo interino da diocese de Maranhão, foi o primeiro cumpridor das ordens reais.

Esse prelado era inimigo da Companhia de Jesus e teve ocasião de provar quanto sabe ser profundo e insaciável o ódio¹⁰⁾ do padre contra o padre. Ele nada esqueceu, para que mais torturosa e humilhante fosse a pena de exílio de seus irmãos em Cristo!

Cento e cinquenta desses infelizes foram empilhados no porão de um navio e transportados a Lisboa, perecendo quatro em viagem.

Em Pernambuco, embarcaram a bordo de um barco, confiscado à própria Companhia, cinquenta e três jesuítas desse bispado.

Conquanto o governador e o bispo os houvessem tratado com toda a consideração, não lhes sucedeu outro tanto a bordo, onde o capitão chegou a negar-lhe água para matar a sede. Nessa infernal travessia sucumbiram cinco padres.

O arcebispo da Bahia Dom José Botelho de Mattos foi mais longe do que o seu Sufragâneo de olinda, pois atreveu-se a não cumprir as ordens despóticas do Marquês de Pombal, pelo que, aos oitenta anos de idade, teve de renunciar-se à arquidiocese e finar-se em extrema penúria. Cumpriu-as o vice-rei Marquês de Lavradio, que aí fez embarcar cento e sessenta e oito missionários com o mesmo destino dos precedentes.

Diferentemente procedeu, imitando seu colega do Pará, Dom Frei Antônio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro, que publicou primeiramente uma pastoral chamando os jesuítas de instigadores de assassínatos e suspendendo-os do exercício de suas ordens. Logo depois publicou um mandamento fazendo efetiva confiscação de suas igrejas e colégios, ao mesmo tempo chamando os depositários de suas alaias e riquezas ocultas a entregá-las, sob pena de excomunhão maior.

Não tardou para os infelizes padres a ordem de prisão e embarque, assim foi que no porto do Rio de Janeiro embarcaram todos com os do bispado de São Paulo em número de cento e quarenta e cinco. Teriam sido tão maltratados como os de Pernambuco, se não houvesse por fortuna deles, um cirurgião a bordo do navio e esse não declrasse ao capitão: - que morreriam todos na viagem, e poderia desenvolver-se uma epidemia de mau caráter, dizimando-lhe a tripulação.

Os dessa última remessa, apenas chegaram a Lisboa foram incontinenti remetidos para os Estados Pontifícios e aí desembarcados na praia, mas os anteriormente remetidos foram recolhidos à prisão e nela passaram dezoito anos. Os sobreviventes a esse cativoiro obtiveram sua liberdade depois da morte do rei Dom José e queda do Marquês de Pombal.

Aquele homem desumano e persistente em seus ódios, conseguiu, durante o seu predomínio, arrastar a corte de Madri nesse plano de extermínio.

Em 1767, oito anos depois de banidos de Portugal, foram os jesuítas proscritos também da Espanha e de suas possessões americanas.

O primeiro a receber confidencialmente a ordem de prisão, confiscação de seus bens e consequente deportação foi Bucarelli, vice-rei de Buenos Aires. Tomou todas as precauções para uma possível resistência, mas esta nunca foi oposta e nem sequer preparada.

Na capital do seu governo, por horas mortas da noite, fez cercar o colégio, prender os padres e conduzi-los para uma casa dos subúrbios, a dos seus exercícios espirituais. Sujeitaram-se resignadamente sem soltar uma queixa.

Alguns dias depois, uma cena quase idêntica era representada em Córdoba pelo Governador Fernando Fabro cumprindo a or

dem daquele vice-rei. Foi esse o único lugar onde achou-se algum dinheiro e objetos de valor estimados em cerca de nove mil pesos. Tanto isso como a opulenta livreria e manuscritos foi remetido para Buenos Aires, onde se extraviou.

Em Chiquitos, apenas chegou a ordem de expulsão, o padre Chomê, velho septuagenário e enfermo, fez ver o estado melindroso de sua saúde. O governador de Chuquisaca ordenou que assim mesmo o guesse. Levado numa rede, expirou em Oruro.

O padre Hans Mesmer, jesuita alemão, outro velho valetu dinário, foi também coagido a marchar até Santa Cruz de La Sier-ra, onde extenuado pela marcha de 450 milhas e chuvas, num desabrigo absoluto, foi prostrado num leito, do qual se levantou, acim de seis meses, um pouco melhor. Foi obrigado a transpor os Andes montado numa mula. Entre Oruro e Tacna, faltando-lhe as forças, sentindo os paroxismos da morte, suplicou o deixassem exalar aí seu último alento. Não foi atendido, obrigaram-no a cavalgar de novo, amparado por um soldado, em cujos braços expirou. Foram esses os dois únicos que ficaram, todos os demais jesuitas do Rio da Prata, Tucuman e Paraguai em número aproximado a mil e trezentos embarcaram em Buenos Aires com destino a Espanha.

Restavam os das trinta e três reduções guaranis (as Missões Orientais e Ocidentais), mas esses o próprio Bucarelli foi buscá-los, acompanhado de um exército, persuadido de encontrar te naz resitência. Grande deve ter sido o desapontamento desse vice-rei, quando encontrou todos os jesuitas perfeitamente conformados e prontos a seguir, sem murmurar, pelo mesmo caminho dos seus irmãos já idos.

Antes do dia fixado para a partida, os padres, em cada uma das reduções a seu cargo, reuniram por vezes os índios exortando-os a receber com toda a submissão, seus novos diretores es pirituais e a acatá-los como a eles o faziam.

Entregaram suas igrejas, com seus campanários repletos de sinos, aí mesmo fundidos, grande profusão de ricos paramentos de brocado, alfaias de prata, pesando muitas arrobas¹¹ as extensas e abundantíssimas fazendas, de que já tratamos.

Não pudemos ter notícia, sequer aproximada, do número de jesuitas saídos das trinta e três reduções, mas cremos entre sacerdotes, aspirantes e irmãos leigos não chegariam a quatrocentos¹²).

"Sucumbiram com honra, diz Southey, e a extinção da ordem foi um grave dano para a literatura, grande mal para o catolicismo e irreparável perda para as tribos sul-americanas".

Ao inverso desse escritor, protestante convicto, o visconde de São Leopoldo, católico e cujo retrato figura na galeria dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, escreveu em seus Anais: - "Nem ao menos lograram a consolidação de serem tão chorados, como se esperava; indiferença procedi da talvez do nojo com que os índios, ao que parecia bem afortunados, passavam tranquilos, doces, mas não felizes".

Este enexato e quase contraditório trecho do ilustrado escritor brasileiro, incumbiu-se de refutá-lo, 40 anos mais tarde, o Doutor Martin de Moussy, em sua Memória Histórica, publica-

da em Paris em 1859, na qual transcreveu à página 23 uma carta em guarani, da população de São Luís Gonzaga, por ele traduzida. Desse documento, vertido também do francês para o português, extratamos os trechos seguintes:

J H S

"Nós o cabildo, todos os caciques, índios homens, mulheres e piãs de São Luís Gonzaga, pedimos a Deus que guarde V.Exa. que é nosso pai.

.....

"Confiando em V. Exa. Senhor Governador, vimos com toda a humildade e lágrimas nos olhos, suplicar que os filhos de Santo Inácio de Loyola, os padres da Companhia de Jesus possam continuar a viver conosco e permaneçam sempre aqui.

"Imploramos de V. Exa., se digne implorar isso de El-Rei, em nosso nome, pelo amor de Deus. Todo o nosso, povo, homens, mulheres e crianças, especialmente os pobres, solicitamos essa graça com lágrimas nos olhos. Não queremos os frades e sacerdotes, que nos enviaram para os substituir.

.....

"Os padres da Companhia de Jesus sabiam contemporizar com nossas fraquezas e éramos felizes debaixo de sua direção por amor de Deus e d'El-Rei.

... Nós não somos escravos e queremos manifestar que não gostamos do uso espanhol, que cada um ajude a si mesmo, em lugar de ajudarem-se, uns aos outros..."

Não transcrevemos mais. É datada do povo de São Luís Gonzaga de 28 de fevereiro de 1768 e está assinada pelos membros da municipalidade indiática

É provável que, como essa, várias outras cartas e representações de diversas reduções fossem ter às mãos de Bucarelli e este, empenhado, como deu sobejas provas, na proscrição dos jesuítas, para isso empregando o melhor da sua atividade, as inutilizou ou recolheu ao arquivo dos assuntos esquecidos, como por quase noventa anos esteve esse documento aproveitado pelo ilustre médico francês¹³), autorizado pelo governo do seu país para colher dados e escrever sobre as Missões Jesuíticas da América Meridional.

Se o visconde de São Leopoldo houvesse lido a obra impressa em Mayença e bastante divulgada do padre José Manoel Peramas sob o título: - De vita et moribus tredecim virorum paraguayorum - aí encontraria mais de um fato das tocantes despedidas dos índios quando os padres deixavam as reduções e seguiam para o exílio.

Algumas tribos foram alcançar as escoltas e declarar: - "que, visto levarem os seus padres, abandonavam as reduções (as de chiquitos) e voltavam para viver nas florestas".

E com efeito fizeram-no também nas próprias reduções, hoje do domínio brasileiro, conquanto nestas alguns se conservassem.

A extraordinária diminuição da população indiática, desde a proscrição dos padres até a conquista de 1801, teve, entre outras causas, mais essa do abandono das reduções, depois que foram tirados aos índios os seus amados padres.

A vida que levaram sob o jugo tutelar dos discípulos de Loyolla, se não era a mais feliz para os colonos civilizados, era-o para eles, não sendo para duvidar que quando as idéias emancipadoras partidas da Europa viessem impor-se ao continente americano, os jesuítas, políticos sagazes, imprimissem nas suas reduções um regime de acordo, com as luzes do século.

Neste ponto e observando seu modo de proceder, nestes últimos tempos, mantendo sempre as regras do seu instituto, concordamos com os escritores da opinião, que eles transigiriam com a nova organização política dos povos civilizados do velho e do novo continentes.

O governo das reduções foi confiado, depois da expulsão dos jesuítas, a administradores leigos. Estes quase sempre desavindos com os curas e só tratando de enriquecer à custa do patrimônio dos índios, dilapidando-o escandalosamente, desfrutando sem retribuição os seus serviços, negando-se-lhes todo e qualquer ensino, tratando-os com excessivo rigor, infligindo-lhes com frequência castigos desumanos e até o exterminio, excitaram-nos à deserção em grande escala.

Se uns como os capitaneados pelo cacique Fongue, ganharam as selvas, outros fugiram para o território português, onde melhor agasalhados, foram outros tantos acoroçoadores desse plano de vingança, que devia entregar as sete Missões Orientais à coroa portuguesa e esta, por pouco não chegou a conquistar as Missões além do Uruguai, como veremos no capítulo subsequente.



Índios Bugres manços de Nonoal.

NOTAS

1) O Doutor Perdigão Malheiros, na Segunda Parte da sua Escravidão no Brasil, admite como provavelmente verdadeira essa acusação, já destruída pelo escritor protestante Southey, que tendo aprofundado esse ponto histórico acha mais inverossímil a culpabilidade dos jesuítas no malogro da demarcação ao Norte do Brasil, do que na resistência oposta pelos índios à demarcação, que no extremo Sul tirar-lhes-ia as Missões Orientais.

2) E confirma essa crença a indignação até hoje perdurável contra o barbaro suplício dos fidalgos, vendo-se em todos esses dramas sangrentos, outras tantas provas da perversidade do ministro, que, para seus fins, conseguiu triunfasse uma calúnia.

3) Em 30 de Agosto de 1759.

4) Os grifos nossos.

5) Muito hiperbólica esta frase.

6) Em 1758. - Quem houver lido a Ord. Liv. V, tit. 6, que se inscreve Do crime de leza magestade não acreditará, que o Marquês do Pombal, armado com as disposições temíveis dessa lei excepcional, assim como fez executar os fidalgos criminosos, não fizesse outro tanto aos jesuítas contra os quais houvesse provas de coautoria ou complicitade na pretendida tentativa de regicídio.

Naqueles tempos, uma devassa, com 32 testemunhas de ouvir dizer, importava prova plena de uma criminalidade incerta, ainda que fosse para impor-se a pena capital.

7) Excelente meio de argumentar o patrimônio régio.

8) Se afirmaram isso, não há dúvida, que afirmaram uma verdade. A morte de um soberano pode ser um homicídio agravado, mas nunca um sacrilégio.

9) O que exitaria praticar o homem que mandou despedaçar por quatro cavalhos possantes e bem montados, o italiano João Batista Pelli? o mesmo homem que fez enforcar o coronel Diogo Osório Cardoso, militar cheio de bons serviços, pelo crime de haver dado agasalho, em sua casa, em Minas Gerais, a um jesuíta fugitivo, isto dias antes de receber provas irrefutáveis da não existência desse pretendido crime? De que serviu o serodio decreto de reabilitação da memória do coronel Osório Cardoso, se ele sofreu pena infamante por um crime, nem sequer previsto em lei?

10) Entre muitos exemplos, citariamos o do aliás sábio Bossuet contra o arcebispo de Cambray.

Como foram amargurados os últimos dias do não menos inteligente autor de Telemaco, inspirado romance, que a nosso ver, eclipsou os discursos sobre a história universal e as orações fúnebres do famoso bispo de Meaux.

11) Tudo isso havendo sido escandalosamente delapidado pelos administradores Espanhóis e ainda depois destes pelos portugueses da conquista e mais que tudo pela invasão de Fruto Rivera, em dezenas de carretas carregadas, ainda sobrou para ser arrecadado pelo governo do Rio Grande do Sul algumas alfaías ricas, de que faremos menção, quando tratarmos das ruínas das sete reduções por nós visitadas.

12) No dizer de Peramas os jesuitas saídos da America hespanhola foram 5677 dos quais sō 277 eram estrangeiros; mas parece-nos, se não hã exã geração, com certeza houve erro tipografico de sua obra. Em todo o continẽte americano o pessoal desse instituto não chegaria a metade da quela cifra.

13) Com esse cavalheiro tivemos algumas horas de agradável conversação, como diremos na outra parte deste nosso trabalho.

Capítulo V

CONTINUAÇÃO DO PRECEDENTE

Gardons-nous de faire de l'histoire une divinité sans entrailles, comme le Fatum des anciens, et ne lui enlevons pas la sympathie pour les vaincus, pour les proscrits, pour tous les opprimés.

H. Martin

Antes de iniciar a impressão deste livro, sujeitamo-lo a leitura de alguns amigos e dois tiveram a franqueza (que respeitamos) de censurar por inaceitável nossa linguagem tão benévola aos jesuítas.

A nossa opinião dimanou espontânea da leitura dos documentos, com os quais pretendeu-se justificar as torturas físicas e morais infringidas àqueles padres.

E bem fácil demonstrá-lo.

O documento considerado por si só bastante, o único que viu a luz da publicidade, foi enviada a Roma e a todas as cortes da Europa, documento recomendado pelo Visconde de S. Leopoldo e por outros escritores, tem o título seguinte:

Relação abreviada da república, que os religiosos jesuítas de Portugal e da Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos e a guerra que neles tem movido contra os exércitos espanhóis e portugueses, formada pelos registros das secretarias dos dois respectivos principais comissários.

Esse opúsculo já era raríssimo, quando o doutor Alexandre José de Mello Moraes (o pai) conseguiu transcrevê-lo integralmente na História dos Jesuítas, que forma os volumes III e IV da sua Corografia do Brasil, livro também esgotado.

Foi aí que lemos e extratamos os tópicos, que passamos a analisar.

Começaremos pelo longo e profuso título.

A pretendida república só existiu na imaginação dos que precisavam provocar a animadversão dos reis contra uma ideia, que mais tarde, abalaria seus tronos. Dessa ideia ainda não cogitavam os povos conformados com o despotismo de muitos séculos¹).

No capítulo II, mostramos que nem houve república, nem governos teocráticos, porém uma submissão completa ao monarca espanhol, a quem pagavam impostos e forneciam soldados. Isto dava-se nas Missões paraguaias e argentinas. Nas brasileiras, os jesuítas, sob a pressão dos governadores das capitanias e das hostilidades frequentes dos colonos portugueses, despeitados pela propaganda contra a escravidão dos índios, não conseguiram jamais fundar reduções como as espanholas, no seu gênero, outros tantos modelos, ainda hoje admirados.

Quanto à guerra (ou antes à resistência oposta à demarcação de limites) tratamos amplamente nos dois capítulos precedentes, adotando a opinião de Southey, que pôs em evidência a má política da Espanha nessa contenda, na qual (pensamos nós) não precisavam os índios outros estímulos para, por si sós, resistirem à cessão de suas terras e propriedades a uma nação estrangeira.

Passamos agora aos diferentes pontos desse libelo acusatório.

1º Ponto

USURPAÇÃO DA LIBERDADE DOS ÍNDIOS.

Refere Puffendorf, Direito da Natureza e das Gentes, liv. III, Cap. II, § 89: "que a arrogância dos gregos se havia atrevido a dizer que só eles eram livres e as outras nações, que reputavam bárbaras, eram escravas".

"É isto que aquele escritor protestante condena numa nação infiel, sem conhecimento do verdadeiro Deus, é o que os religiosos da companhia de Jesus estão praticando há tantos anos sob o pretexto da barbaridade dos índios na mesma América".

O primeiro período transcrito está abaixo de toda a crítica, menos por escudar-se em Puffendorf, livros como os de Grótius, Wolfius, Heinecius etc., pelos quais os jovens coevos do Marquês de Pombal adquiriram, na universidade de Coimbra, noções do direito, do que por inaplicável à questão submetida à decisão do Pontífice.

Puffendorf, apesar de sua antiquada mas vasta erudição, encara os gregos muito diferentemente do que foram. Com ter si do idôlatras, nem por isso deixaram de ser, depois dos egípcios, os primeiros e mais aperfeiçoados luminares e propagadores da ciência humana; foram liberais e puderam ser livres, enquanto o guante de ferro da república romana não os subjugou.

O segundo período encerra uma acusação falsa, por quanto os jesuítas viveram sempre em luta com os colonos espanhóis e portugueses, por causa da liberdade dos índios. O padre Antônio Vieira, talvez o mais sábio jesuíta do seu século, empregou es forços extraordinários (e a história prova-o) expondo-se mesmo, por amor daquela liberdade, ao sofrimento de violências pes soais³).

Mas é que, quase um século mais tarde, tornou-se preciso confundir a obediência à autoridade, obediência imposta pelo amor e não pelo temor, com a escravidão, que só existiu na mente do governo opressor que, desde sua origem, teve a raça portugue sa até 1820.

2º Ponto

USURPAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS BENS DOS ÍNDIOS

"A propriedade dos bens é de direito natural e das gen tes" (Puffendorf citado, Liv. I, Cap. IV).

"Sendo este direito de propriedade o que pertence aos Índios, incontestavelmente nas terras de suas habitações, como na turais, primários, anteriores habitantes e ocupantes delas antes de serem conquistadas...."

Não transcrevemos mais.

Sem determo-nos na importante questão do fundamento da propriedade, que a ciência moderna não reconhece de direito na tural (e nem este é hoje um ramo da ciência do direito) mas sim como uma das condições da natureza social do homem, passemos a ver que aplicação fez o governo regenerador do estadista portu guês daquele duvidoso se não errôneo princípio.

Reconhecendo nos índios o direito inviolável da proprie dade como primários, anteriores habitantes e ocupantes das ter ras americanas, antes de serem conquistadas, ajustou, com a cor te da Espanha, mandar dois exércitos das três armas invadir e apō derar-se dessas terras povoadas roteadas e benfeitorizadas pelos mesmos índios, repelindo a ferro e fogo a resistência oposta, verda deira defesa do inquestionável direito dos primários ocupantes.

Nunca houve usurpação. Os bens dos índios eram adminis trados (como já foi demonstrado) em proveito dos próprios ín dios, com celeiros abundantes, alimento farto, vestuário decente e confortáveis habitações nas reduções e estâncias, e aproveitamos o ensejo para transcrever, o que disse o Doutor Mello de Moraes, maçom convicto⁴) em sua já citada obra, vol. I a pag. 17.

"Abundantemente providos das coisas necessárias à vida, governados pelos mesmos homens, que os tinham arrancado dos sertões para viverem em sociedade e a quem olhavam como espécies de divindades, no seio de suas famílias e na sua pátria, fruindo os mais doces sentimentos da natureza, conhecendo as vantagens da vida civil, sem ter perdido a solidão, estes índios podiam gloriar-se de gozar uma felicidade sem exemplo sobre a terra".

Ao Norte do Brasil, a catequese dos índios seguiu rota muito diversa, quicã porque os missionários nunca tiveram uma liberdade ampla de ação como na América espanhola. As aldeias, que em pouco tempo eram-lhes tiradas, constavam da capela e casas chamadas de taipona ou de pau a pique e barro, cobertas, à princípio de palha e por fim de telhas, como preservativo dos incêndios.

Ainda hoje são por essa forma construídas (salvas exceções) as casas dos engenhos e outras propriedades rurais, ainda hoje em diversas cidades e vilas existem e com duração ultra-secular muitas casas assim construídas como, há dezoito anos, ainda vimo-las em Pernambuco, Paraíba e Alagoas⁵).

3º Ponto

USURPAÇÃO DA PERPÉTUA CURA DAS PARÓQUIAS DOS ÍNDIOS

Não discutimos este ponto, porque nas Missões do Paraguai e Rio da Prata essa cura foi voluntariamente concedida aos jesuítas pelos bispos e pelo próprio governo espanhol. Quando foi exigida a entrega dessas paróquias a outros padres, eles o fizeram com tal abnegação, que maravilhou muitos dos seus inimigos.

No Brasil, o curato das aldeias dos índios foi da livre nomeação dos bispos, quer fossem os padres seculares, quer fossem regulares, nem consta que esses prelados fossem desobedecidos pelos jesuítas, quando alguma vez exonerados; ao contrário, consta que em alguns conflitos levantados no Pará e no Maranhão, os colonos portugueses esbôlharam os jesuítas desses curatos, expulsando-os ao mesmo tempo das capitâncias.

4º Ponto

USURPAÇÃO DO GOVERNO TEMPORAL DOS MESMOS ÍNDIOS.

A Relação abreviada disserta sobre este ponto para provar que, contra o disposto na Bulla Sacrosanctus apostolatus de Alexandre VII, recomendando que nem clérigos, nem monges se apoiessem do poder temporal dos povos, os jesuítas mantiveram a posse desse poder.

Essa bula e nem um outro decreto pontifício proíbe, em absoluto, o exercício do governo temporal aos clérigos, nem seria coerente tal proibição pelo Papa, que simultaneamente exercia o supremo governo espiritual do orbe cristão e o temporal absolutos dos chamados Estados Pontifícios.

No período colonial do Brasil, não poucas vezes, os bispos assumiram o governo das capitanias. Ainda depois da fundação do Império, o padre Feijó foi regente em nome do imperador, Alencar, Pires da Motta e outros foram Presidentes de Províncias e, no atual regime republicano, já houve exemplos de eleição e posse de um governador de Estado e de vários intendentes municipais.

Nas aldeias de índios, os curas foram sempre as únicas autoridades, nem era preciso a intervenção de outras, onde não havia questões a liquidar entre seus rudes habitantes. A intervenção de um administrador temporal, com a pretensão infalível de ser o cura um seu subordinado, traria (como sucedeu depois da conquista das Missões Orientais) contínuos atritos, em detrimento do governo local e até o despovoamento da aldeia.

Sobre este e outros pontos é digna de ler-se a defesa que, a propósito da duração secular da tutela dos índios, escreveu o padre José Cardiel, o já citado cura da redução de Japeju e de várias outras.

Ocupou-se dessa obra póstuma o padre Carlos Tetschauer, professor do Ginásio Católico de S. Leopoldo, transcrevendo vários trechos importantes e adicionando algumas observações, que podem ser lidas no Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente ao ano de 1903, editado sob a direção do doutor Graciano Azambuja, desde págs. 209 a 226.

Nesse trabalho, o reverendo Tetschauer desenvolve e exemplifica com fatos, a tese que no capítulo II transcrevemos da História da Alemanha por Kollrausch.

O padre Tetschauer, citando o costume bárbaro dos jogos da arena dos gladiadores em Roma, subsistindo no século V da era cristã, com aprazimento dos imperadores e nobres cristãos, cita ainda os horrores da escravidão naquelas eras e a sua duração entre nós, embora modificada até o ano de 1888, pergunta: "Foram necessários séculos para civilizar cristãos e não serão outros tantos para fazer o mesmo a selvagens?"

E realmente não é sem imensa razão uma tal pergunta.

Em outra parte, transcrevendo o padre Cardiel (pág. 212) lê-se o seguinte: - "O índio, entregue a si mesmo e a seu gênio, não quer mais do que uma choça ou cabana coberta de palha de quatro ou cinco varas (jardas) em quadro, junto a um pequeno terreno de roça para poucos meses e com isso está mais contente que os reis nos seus palácios..."

Seu coração não se levanta a mais, não tem capacidade para aspirações maiores, nem o pretende, nem o deseja. Tirá-lo daí é tirá-lo da sua espera. Porém, como é necessário retirá-lo dessas condições mesquinhas, para que vivam como bons cristãos e cidadãos úteis ao Estado, aos padres toca o grave encargo de ensinar-lhes tudo, serem mestres de tudo e induzi-los a agir contra o seu gênio..."

Mais ainda. Depois de contar como os índios aprenderam todos ofícios além dos que já especificamos, os de tecelões, pintores, escultores, douradores, torneiros, chapelheiros, etc, transcreve este outro trecho do padre Cardiel: - "Não há tanta dificuldade em ensinar-lhes estes ofícios, como aplicá-los à econo

...mã doméstica... Não há meio de acostumã-los a prevenir o futuro, fazer tantas provisões quantas são necessárias para o ano inteiro, e se isso consegue-se de alguns, representam estes uma décima parte da população."

Mais adiante transcreve ainda do mesmo padre o seguinte:..."Os terrenos, como há muitos despovoados, obtêm-se de graça ou por preço insignificante. Muitos mulatos e negros libertos há, que têm tudo isso, mas à vista disso os índios não se animam de imitã-los. Quase todos são jornaleiros ou vaqueiros alugados. Recebem por mês seis ou sete pesos... Guardando esse dinheiro durante três ou quatro anos, poderiam obter quanto é preciso para adquirir uma casa e lavoura.... porém apenas um entre mil se encontrará, que seja capaz disto... Não se encontrará índio que saiba guardar vinte pesos, que ganhou em tempo menor de três meses ..."

E prossegue mostrando como do mesmo modo dissipam as vacas e ovelhas que são-lhes dadas para constituir rebanhos próprios e até as sementes para as plantações.

Ora, tudo isso também fazem os poucos que ainda não foram pelos cruzamentos absorvidos pela raça branca, mas nesses mesmos mestiços ainda são hereditários, a preguiça e imprevidência de seus maiores.

Iriamos muito longe se fôssemos a transcrever mais alguns dos muitos períodos, que lemos do trabalho em questão. Entretanto, no 5º ponto que se segue, levamos ao conhecimento desse escritor outros fatos, que presenciámos e o da dissipação das próprias terras do patrimônio das reduções.

E isto, que se deu com os índios das possessões espanholas, também deveria dar-se com os das possessões portuguesas, por que a índole desses aborígenes, a sua inteligência apoucada, é a mesma em todos os graus da latitude austral.

Quem traça estas linhas conheceu as aldeias da Escada, Cymbres e Águas Bellas em Pernambuco, tendo intervindo como autoridade, na restituição da posse espoliada aos índios da última. Entretanto todas e várias outras desapareceram, nem já restam vestígios e nem talvez existia em Estado algum da União o cargo de diretor geral dos índios, criado para a conservação dos aldeamentos.

5º Ponto

USURPAÇÃO DO COMÉRCIO MARÍTIMO E TERRESTRE DOS ÍNDIOS.

Seria essa acusação procedente, se não fosse um absurdo pretender que os índios tivessem capacidade para comerciar.

Em terra poderiam fazer vendas ou permutas com os colonos brancos, sendo certo que por estes seriam lesados, como ainda hoje sucede; porque, ou pedem por qualquer produto do seu trabalho, ou por um objeto adquirido, um preço não aceito por exagerado, ou submetem-se ao que é imposto pelo comprador. Ordinariamente o que expõem à venda é sacrificado a troco de bebidas

alcoôlicas, ou por qualquer coisa às vezes inútil.

Em nossas viagens pelo território missioneiro, vimos casas de negócio, inclusive as vendinhas nas estradas, em mãos de homens de todas as raças (inclusive pardos e pretos) e nenhuma só dirigida por homem índio ou mestiço.

Quanto ao comércio marítimo, deixá-lo a cargo de índios, naqueles tempos, seria até uma irrisão. Esse comércio, ou antes a venda dos produtos das reduções, só poderia ser prudente e proveitosamente exercitado por quem tinha contraído a obrigação de dirigir e guiar essa população ainda incapaz de uma completa emancipação e de prover a todas as suas necessidades morais e materiais.

E os índios provaram, principalmente nas missões jesuítas, como longe estavam de bem dirigir os seus interesses, quando depois de livres do governo paternal dos padres e do jugo despótico dos administradores espanhóis, quando depois da conquista brasileira em 1801 começaram a vender todas as terras do patrimônio das reduções, isso com tolerância (se não com participação) de muitos dos seus administradores leigos (Capítulos VIII e XIX).

Depois desses cinco pontos de acusação, destituídos da importância, passa o autor da Relação abreviada a combater a possível defesa dos jesuítas nas missões do Brasil pela forma seguinte:

"É efetuada a primeira necessidade no gasto do decimeto dos índios do sertão para as aldeias, porque muitas leis régias, especialmente a de 28 de abril de 1688, mandam que tais despesas se façam por conta da Real Fazenda."

Essa e todas as outras leis relativas a dispêndio de dinheiro do real erário, sempre foram indiferentemente retardadas, senão às vezes iludidas, em sua execução. O próprio exército nos domínios do ultramar, chegou a contar não pequena série de meses de atraso em seus então insignificantes vencimentos. Em 1801, por ocasião da conquista das Missões Orientais, as tropas lusitanas sofriam quinze meses de atraso em seus soldos. Se não fosse a generosidade e patriotismo dos rio-grandenses, tal conquista não chegaria a ser empreendida e menos realizada.

Naquele, como em todos os demais gastos por conta dos cofres régios, a impontualidade foi sempre um característico dos empregados fiscais.

E, quando tal impontualidade não fosse sempre certa, que crime haveria em aplicar o produto do trabalho dos índios aldeados na alimentação, vestuário e transporte dos selvagens do sertão para os aldeamentos?

"É efetuada a segunda necessidade porque, pelas mesmas leis régias, se acha estabelecido a construção e fabricas das igrejas pertencer à Sua Majestade e, quando faltar o suprimento da fazenda régia, terão aquela obrigação os mesmos índios."

Muito bem! A construção das igrejas é da competência do Rei, mas se este não fornecer os meios necessários para aquisição do necessário para tais construções e para o culto, façam-no os índios. E como estes, com os rudimentos incompletos da doutrina cristã, sem ter ainda adquirido o ensinamento e prática bastante de trabalhos artísticos (nas missões das capitânias brasileiras, porque nas da América espanhola tiveram esse ensino) poderiam levantar um templo, embora de construção singela?

São os jesuítas, seus diretores espirituais, poderiam dirigir-lo em tais construções e com o produto de trabalho dos índios comprar alfaias, paramentos e sinos, que vindos da Europa custavam dinheiro.

Isso tendo sido feito, que grande crime seria?...

"É afetada a terceira necessidade de vestirem os índios, porque em todo o tempo do descimento são vestidos à custa da Fazenda Real".

Essa acusação está implicitamente destruída pelas mesmas razões, que destroem as duas precedentes.

"É afetada a quarta e última necessidade de acudir os índios em suas enfermidades, porque em toda a América é notório que os ditos índios, assim no estado de sãos, como no de doentes, vivem do que fabricam no único dia, que os mesmos religiosos lhes dão em cada dia da semana, para fabricarem o seu sustento, que no Brasil e no Maranhão é o domingo reservado a Deus".

Essa acusação é gravíssima e até monstruosa.

Se fosse verdadeira, provaria que os jesuítas no Brasil foram um verdadeiro contraste dos seus irmãos da América espanhola. Enquanto estes observavam pontualmente o primeiro mandamento da igreja e terceiro do decálogo, consagrando o domingo e os dias santificados ao repouso e aos exercícios espirituais, aqueles profanavam esses dias fazendo os índios trabalhar para si aos domingos! Enquanto aqueles faziam os índios trabalhar quatro dias úteis para a comunidade e dois para si, em suas chácaras ou jeiras, os jesuítas do Brasil tiveram para as missões todos os dias de trabalho.

Essa disparidade é que não poderia ter lugar essa profanação dos dias santificados, não escaparia por certo à correção severa do Geral da Ordem, o qual todos os anos, em épocas indeterminadas, enviava visitantes revestidos de plenos poderes, e os visitantes não encampariam tantos e tão injustificáveis abusos.

E quando um visitante fosse assaz negligente em suas inspeções, uma denúncia (e não faltaria quem a desse) à Santa Inquisição abriria as portas de seus cárceres, onde os jesuítas culpados (nas mãos de uma ordem rival) expiariam bem caro um tão grave pecado.

Somos mais prudentes não acreditando tal acusação.

Depois desses pretextos banais, em que só ressumbra o desejo de tudo aproveitar para chegar a um fim, passa a Relação abreviada a mostrar o profundo ódio, com que foi ditada no trecho seguinte:

"Ao tempo em que se negociava sobre a execução do tratado de limites das conquistas, celebrado em 11 de janeiro de 1750, se romperam da Corte de Lisboa e daquela se passaram para Madri as informações de que os jesuítas se tinham feito, de muitos anos a esta parte, de tal sorte poderosos na América espanhola e portuguesa, que seria necessário romper uma guerra difícil para a referida demarcação ter o seu devido fim".

Segue-se a longa narrativa das campanhas, desde a oposição dos índios à demarcação em Santa Teclá, até a ocupação das Missões pelos exércitos aliados. Não a reproduziremos por tê-la feito no capítulo III, do mesmo modo que a fizeram (a parte a redação) todos quantos escritores tiraram-na dessa Relação abreviada. Nós, porém, à medida que expusemos tais episódios, fizemos nossos comentários dissentindo em absoluto de certas exagerações e inverossimilhanças.

A Relação abreviada transcreveu ainda três artigos de um tratado celebrado entre o cura de S. Francisco Xavier de Acajá e os selvagens Amajós, mas esses artigos não têm importância, pois cifram-se em declarar os índios reconhecer os padres como seus diretores e mestres.

Não há nesses três artigos uma só proposição denotando o espírito de revolta contra as ordens reais nem o desconhecimento das autoridades temporais.

Entretanto, com esse amontoado de acusações, a maior parte evidentemente improcedentes, todas fúteis e destituídas de provas, foi requerida a expulsão dos jesuítas!

Que os homens sensatos leiam essa Relação abreviada e digam se esse memorial, que outra coisa não é, desacompanhado de provas de co-autoria dos jesuítas na pretendida tentativa de regicídio e concomitantemente na direção da resistência à demarcação de limites (posto nesta estivessem os índios em seu pleno direito) seria bastante para justificar o emprego das medidas violentas postas em execução contra os padres do Instituto de Loyola.

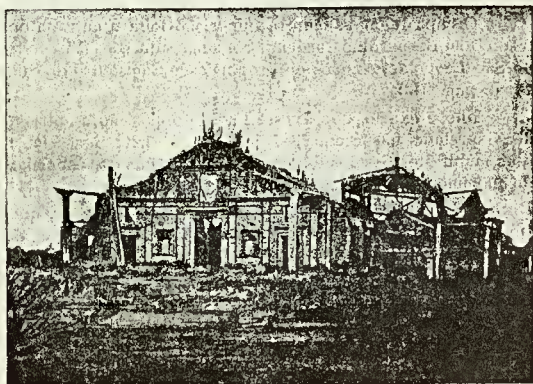
Alguns escritores, exagerando o poder, desses padres sobretudo a sua mágica finura, entendem que sim, e para isso adicionam algumas acusações póstumas, que ao nosso modo de ver, são ainda menos procedentes.

I

Ocupa lugar saliente a oposição feita à entrada do bispo

Dom Bernardino Cardenas em suas reduções (Visconde de São Leopoldo, Anais da Província de São Pedro do Sul, 2ª ed. pág. 243).

Não é exato que tivesse havido oposição à entrada desse prelado nas reduções, a título de visita, mas sim a seus manifestos desejos de apoderar-se de uma das estâncias do patrimônio das reduções.



Ruínas do templo de São Luiz — 1876.

Pelo que vai exposto na nota infra, verá o leitor que Dom Bernardino Cardenas (parce sepultis) foi homem, a quem nunca devera ter sido entregue um baculo pontifical⁶).

II

A perseguição e morte de Dom José Antequera e do seu
alguazil maior

Foram ambos enforcados em 5 de julho de 1731 pela justiça secular de Lima.

O próprio Visconde de São Leopoldo citado diz à pag. 244 e 245 o seguinte: "... tanto quanto se pode lobrigar através do espesso véu, em que a vingança e o espírito de partido encolveram e enredaram essa tragédia, Antequera morreu vítima da cabala e prepotência dos jesuítas."

É esse um juízo conjectural, provando haver neste mundo, quem possua mais argúcia do que toda quanta tem sido atribuída aos padres do Instituto de Loyola. Entretanto, para mostrar e fazer crer que eles tiveram toda a influência na condenação de Antequera, seria mister exhibir provas do suborno de seus juizes ou mostrar que contra esse infeliz houvessem eles prestado depoimentos ou prova documental.

Em piores condições de credibilidade está a imputação sobre a condenação de Dom Paulo de Olavides, pelo Tribunal da Inquisição em 24 de setembro de 1778, porquanto onze anos antes, como vimos no capítulo precedente, já os jesuítas não existiam na Espanha e suas possessões e, em 21 de julho de 1777, já o pontífice Clemente XIV (Ganganelli) havia suprimido essa ordem (como medida política) pela bula Dominus ac Redemptor noster¹⁾.

III

Terem instituído um exército

Foram autorizados pela Real Cédula de 20 de setembro de 1649. O rei da Espanha foi mais longe, recomendando nesse decreto não deixassem os índios perder o manejo das armas antigas, como demonstramos no capítulo II.

Essa milícia foi instituída para defesa contra as invasões inesperadas dos paulistas caçadores de escravos.

As leis canônicas não condenam a legítima defesa, quando necessária, se bem que com o moderamen inculpatæ tutelæ.

A propósito: chamou-se arrogante a carta, em que o Geral da Ordem Francisco Rodrigues, lá na Europa, traçou estas palavras: Exterorur acies non timemus, nihil foris conturbare potest, e pretendeu-se fosse essa uma ameaça com os homens de armas existentes nas reduções.

Porém, reflitamos. Essa carta foi escrita em 1748, dois anos antes de ter começado no segredo das chancelarias o projeto desse tratado, que nada havendo resolvido sobre a demarcação de limites entre as possessões americanas da Espanha e Portugal, acabou, ao fim de cinco anos, em ceder as Missões Orientais em troca da Colônia de Sacramento.

Não podia essa carta conter uma ameaça, tão insensata como ridícula, às duas altas partes contratantes, e isso estipulações incertas e porvindouras. Houvessem-na transcrito em sua íntegra e não tomando, em época tão posterior, uma frase isolada (contra as regras da boa hermenêutica) e poderíamos saber qual o alcance de sua redação.

Refletindo com calma, achamos mais aceitável a explicação dada por um criterioso sacerdote, de ser tal carta a escrita a propósito de algumas das muitas acusações, que no velho mundo se ergueram contra a então prestigiosa Companhia.

O seu Geral refutando-as, quicã escudado na consideração, que à sua Ordem dispensava o pontífice Clemente XIII, chegasse a dizer:

"Não tememos as maquinacões (acies) dos nossos inimigos (exterorum) nada pode perturbar nossa vida íntima".

São essas as acusações de Raynal e de outros escritores aproveitadas pelo autor dos Anais da Província de São Pedro, acusações por si mesmas improcedentes se não companheiros da torrente de falsidades, que uma posteridade menos apaixonada e mais criteriosa tem achado sem valor.

Na Europa, outras acusações bem diversas foram levanta-
das por Pascal e outros, por fatos praticados, ou teorias susten-
tadas pelos jesuítas, sem a maior ligação com as ocorrências do
Novo Mundo. Essas acusações foram compendiadas no Dicionário En-
ciclopédico de Larousse, verbo Jesuítas, refutadas, porém, na obra
intitulada Verdadero retrato de la Compañia de Jesus, cujo autor
oculta seu nome.

Nós, que não nos propusemos traçar a história dessa Com-
panhia, apenas apuramos o necessário para justificar o nosso mó-
do de encarar-la em face dos acontecimentos desenrolados na Améri-
ca Meridional. E cremos tê-lo feito com toda a imparcialidade⁸).

Se, porém, alguns dos nossos leitores tiver provas, que
destruam os fundamentos da nossa opinião, farã um favor apresen-
tá-las, acompanhadas de reflexões cordatas e convincentes.

A verdade histórica assim o exige.



1) Assim nos exprimimos por não levar em conta a republiqueta de Veneza, e muito menos a idêia republicana proclamada em 1710, no senada da camara de Olinda, por Benardo Vieira de Mello, logo preso com seus pouquissimos adeptos, misteriosamente consumidos nas masmorras do Limoeiro em Lisboa.

Essa idêia, que reapareceu descoberta em 1789 na Inconfidência Mineira e custou o martírio ou a proscrição de todos quantos achavam-na excelente, nem chegou a ser pôsta em execução, sendo contra todas as leis das nações civilizadas punido o simples pensamento do pretendido crime, como se este houvera sido consumado.

2) Muitos caciques, ainda inteiramente selvagens, tiveram bastante argúcia para opor evasivas bem hábeis aos argumentos dos missionários. O Cacique Nezu de São Nicolau, nunca se converteu sinceramente. O Cacique-mor Guiraverã recusou absolutamente ser cristão.

3) Toda a ciência desse insigne pregador, todos os louros colhidos nessa campanha pela liberdade foram eclipsados pelo disequilimental da sua velhice.

Mesmo assim pode a nação portuguesa citar com ufanía o nome desse, entre os seus poucos homens antigos de grande engenho.

4) Alguns maçons em sua reacção contra o clericalismo emprestam ao Marquês de Pombal a qualidade de maçom.

Não acreditamos, que o houvesse sido, pois a maçonaria só começou a existir em Portugal no começo do século XIX. Alguns dos seus membros ou seus peitos tais foram parar nos cárceres da Santa Inquisição, essa que o Marquês do Pombal aproveitou para os seus fins políticos, como vimos no capítulo precedente.

Entre as vítimas daquele tribunal sangrento cantar-se-ia Hipólito José da Costa, autor do Correio Brasiliense, se os seus confrades não lhe houvessem preparado uma evasão para Londres.

5) Na cidade do Recife é digno de admiração o antigo templo dos Jesuítas, entregue pelo governo a irmandade do Divino Espírito Santo, contígo a igreja existe o grande colégio, onde vimos funcionar a um tempo o tribunal da Relação, as salas das audiências da 1ª instância, o quartel geral, o correio, os tesouros geral e provincial, uma mesa de rendas e grande parte do arsenal de guerra. Em lugar da relação e auditorios judiciários funciona hoje a faculdade de direito com suas aulas, biblioteca e secretaria.

Também vimos, em viagem da hoje cidade de Pau do Alho para a hoje vila da Glória de Goitã, as ruínas de um grande engenho de açúcar, propriedade do colégio do Recife. Essas terras estavam então baldias.

6) Vai aqui um perfil biográfico e abreviado, do que escreveu Southey, confirmando o conceito acima mencionado.

- Era frade franciscano, nascido em Chuquisaca, onde professou e, ainda muito moço, eleito guardião do convento dessa cidade.

Saindo um dia com a cabeça coberta de cinza, costas nuas e ensanguentadas, acompanhado da comunidade, disciplinando-se pelas ruas, foi obrigado pelos poderes superiores da ordem a renunciar o cargo.

Mas a notícia de sua vida austera e santa chegara muito antes a Madrid, dali sua eleição para a diocese então vaga do Paraguai. Tanto bastou para, dispeitado com os irmãos da sua ordem, abandonar o convento e aguardar

em Potosi a chegada de sua confirmação e a comissão para o ato da sacração episcopal.

Como ali falecesse o cura, ele, independente de nomeação, assumiu o cargo e notabilizou-se por atos de simonia e extorsões entre os quases aponta-se o de haver conseguido a sucessão testamentaria de um índio abastado e seu confessando in articulo mortis.

Essa e outras imputações chegaram ao conhecimento do arcebispo do Peru, e este, não as acreditando, todavia, para sossego do povo, ordenou a Cardenas recolher-se a sua diocese, assumir inteiramente o governo até a chegada das letras apostólicas.

Gênio sôfrego e discolo procurou e conseguiu ser sagrado independentemente da bula pontificia. Prestou-se a essa cerimonia o bispo de Tucuman, assistido por dois cônegos, contra o parecer da maioria do Cabildoe do jesuíta Diogo Borôa, reitor da Universidade de Córdoba.

Seguiu para Assunção, entrou logo em exercicio do cargo incorrendo em breve tempo no desagrado quase geral dos seus diocesanos por causa de suas arbitrariedades.

Chegou a cantar duas missas pontificais por dia, alegando ser papa em sua diocese. Inimizou-se logo com o governador dom Gregório Hinostroza, de quem exigia a liberdade de um familiar do Santo officio preso por crime de pena capital; e, como não fosse servido, foi a catedral, tirou a ambula do sacrário, saiu processionalmente e foi depositá-la numa mesa em frente a cadeia.

O superior dos jesuítas ponderou-lhe o inconveniente de tratar por modo tão irreverente o Santíssimo Sacramento, e elle respondeu não sair dali, sem que fosse o homem solto. O superior jesuíta foi logo ter com o governador e conseguiu a ordem de soltura, acompanhando o réu a procissão e recolhendo-se ao asilo episcopal.

Dias depois e por fúteis motivos, excomungou o governador, que teve a fraqueza de sugar-se a cerimonia do levantamento da excomunhão. Essa pena foi-lhe mais duas vezes imposta dependendo a última do pagamento ao bispo de 8000 arrobas de erva-mate ou 4000 coroas, ao mesmo tempo que impunha igual censura, resgatável mediante 50 coroas, a todas as pessoas que faliassem com o governador. Essa extorsão não foi mais extensa devida a opposição do mestre de campo (Coronel) Sebastião Ponce de Leon. O governador, sem pre pusilânime, pagou as 8000 arrobas de erva.

Sem que fosse desvendada a causa, declarou guerra aos jesuítas e convidou as demais ordens para atacá-los em suas reduções e tomar-lhes uma das estâncias. Esse rompimento foi um alvitre traiçoeiro do governador, cuja fraqueza fora estranhada pelo de Buenos Aires; e então, fomentando essa intriga e prometendo auxilio de força ao Bispo Cardenas, reuniu a que pôde e, em vez de marchar contra as reduções, marchou contra o bispo, que refugiou-se no convento dos franciscanos e ali recebeu ordem de Audiência Real de Charcas para entregar a diocese (que estava administrando sem sacração legal) ao cônego Sanches, nomeado vigário capitular. Este declarou nulos todos os interditos do ganancioso prelado, que só deixou naquela diocese recordações pouco lisongeiras as quais ainda perduram. Estivemos em Assunção em 1873, durante dois meses, e ainda era bem triste a memoria desse infeliz bispo.

O governador Irala era ainda tratado com louvor.

Ao inverso desse outros prelados visitaram as reduções, como o de que fizemos menção no Capitulo II.

7) Começavam já os 41 anos do ostracismo da Companhia de Juses, restaurada pela bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum* de Pio VII, expedida a instâncias de Paulo I da Rússia e Fernando IV de Nápoles.

8) Nenhuma ligação temos com esses padres, que, há 25 anos, deixaram de ser os preceptores de quatro filhos nossos, no seu internato de São Leopoldo, onde muito aproveitaram, sem que um só quisesse seguir a vida ecclesiástica.

No quasi regimen do positivismo ortodoxo, vemos os jesuítas, em concurrencia com os padres salezianos, os premonstratenses e os irmãos leigos maristas, cuidando da educação civil e religiosa da mocidade.

Contam os jesuítas os ginásios de São Leopoldo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Itú (em São Paulo) Friburgo, no (estado do Rio de Janeiro) e os colégios de Santa Cruz, Pareci e um na capital federal. Se eles tem adversários; também tem amigos.

Capítulo VI

CONQUISTA DAS MISSÕES ORIENTAIS

*Il est vrai que nos noms ne sauraient plus périr,
L'occasion est belle, il nous la faut chérir,
Nous serons les miroirs d'une vertu bien rare.*

Corneille

Nos capítulos precedentes, ficou traçada a história da fundação e esplendor das Missões, a proscrição dos seus fundadores, acusados, sem provas robustas, de terem sido os fomentadores da revolta dos índios guaranis contra a demarcação de limites entre as possessões espanholas e portuguesas da América do Sul.

Dissemos que nunca o governo espanhol desejou aquela demarcação. As guerras que se seguiram, por quase meio século, bem provaram ser intenção daquele governo ir estendendo seus domínios, se possível fosse, apropriando-se do território do sul do vice-reinado do Brasil.

A invasão da vila do Rio Grande e da campanha circunvizinha, os assaltos à fortificação de Rio Pardo, a tomada por vez da colônia de Sacramento, a invasão e ocupação da ilha e da parte continental de Santa Catarina, tudo isso confirmou a opinião dos coevos, com os quais sempre concordaremos.

Mas, se assim procedia a Espanha em relação à nação como ela genuinamente latina, se teve a habilidade de implantar entre seus súditos sul-americanos esse ódio, que ainda hoje contra nós se manifesta; em relação aos índios das Missões fê-los gemer sob o jugo mais cruel e despótico.

E foi assim que esses mesmos índios, inimigos irreconciliáveis dos portugueses, chegaram a desejar o domínio destes, na persuasão (mais tarde illusória) de serem regidos com mais brandura.

Do tempo dos jesuítas ainda existiam índios que sabiam ler e escrever em guarani e em espanhol, e foram esses, segundo o testemunho de alguns historiôgrafos, que enviaram uma mensagem ao governador do Rio Grande do Sul franqueando-lhe o território das Missões e oferecendo-lhe toda submissão.

Foi recebida, dizem, na cidade do Rio Grande, pelo Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara, e este procurou conduzir-se com aquela tática e finura que, em regra, dão os anos.

Seguiu para Porto Alegre, para onde convocou o Tenente Coronel Patrício José Correa da Câmara, comandante da guarnição e fronteira do Rio Pardo, e deu-lhe instruções reservadas.

De Rio Pardo enviou Patrício Câmara os emissários que adiante vemos figurar tão brilhantemente.

Percorreram esses indivíduos, representando o papel de desertores, todo o território povoado das Missões e voltaram dando àquele comandante as melhores informações. Estas foram, pelo intermédio do governador, transmitidas ao Vice-Rei no Rio de Janeiro e ao corte de Lisboa.

O gabinete português ardia em desejos de uma conquista, que compreendesse a perda da verdadeiramente insustentável colônia de Sacramento e portanto oficiou para o Rio Grande do Sul, declarando guerra à Espanha.

Esse brado inflamou a população gaúcha que, bem pouco se importando com a penúria dos cofres régios, reuniu-se pronta a marchar sobre as Missões.

Mas o comandante de Rio Pardo não enviou para essa empresa uma força regular, e sim uma guarda avançada de oitenta cavaleiros rio-grandenses, capitaneados em turmas pelos emissários que antes lá foram. É possível duvidasse o comandante do bom êxito da conquista.

Mas os oitenta gaúchos, guiados por uma estrela feliz, lá foram trepando pelo contraforte de serra geral, realizar uma conquista temerária e sem exemplo talvez no mundo inteiro.

Como os heróis dos tempos fabulosos ou pré-históricos, em um momento, apoderaram-se da guarda castelhana de São Martinho e já aí acharam homens, que se lhes submeteram com armas, cavalos e munições de guerra e foram seus companheiros na encetada e jamais descontinuada marcha.

Lá foram eles, com mais de setenta e dois quilômetros, surpreender e submeter a guarda de São Pedro.

Mais além, prosseguindo em trote largo, por mais de 60 quilômetros, tomaram de assalto a guarda de São João Merim e, vinte e quatro quilômetros mais adiante, o posto de Santo Ignácio.

Crescera bastante, com a submissão dos índios das guardas batidas, a força de cavalaria que marchava sobre as reduções.

Desde a guarda de São Martinho separara-se o esquadrão de 40 homens sob o comando de Manoel dos Santos Pedroso, para fazer correrias pela campanha, recrutar toda a possível cavalaria das estâncias missioneiras, tais como: São Pedro Tujá, Tupancire

tã, Santa Tecla (a de cima da serra) e outras. E esse esquadrao sô tornou a unir-se aos outros expedicionários um dia depois da capitulação e conquista.

Enquanto Pedroso fazia sua diversão, os demais soldados e índios aliados sob o comando, em comum acordo, dos chefes José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida (autor do manuscrito que adiante se segue) marchavam sobre a cidade de São Miguel.

Mas antes de lá chegarem, resolveram atacar uma invernada, retirada trinta e dois quilômetros da estrada geral, onde estacionava um depósito de recrutas, guardados por 70 soldados e panhóis e 300 índios, armados e municiaados. Essa força, sem dúvida, atacaria pela retaguarda os expedicionários, quando estes ou sassem aproximar-se dos muros da quinta e das casas do povo de São Miguel.

Compreendendo isso, Borges do Canto e Almeida puseram-se em marcha durante a noite, debaixo de copiosa chuva e medonha trovada. Foram seus guias os índios que, pelo caminho, se lhes haviam incorporado.

Ao clarear do dia, reinando ainda o temporal, atacaram de improviso o acampamento, matando quatorze homens e pondo os demais em pavorosa debandada.

O bom êxito dessa arriscadíssima jornada, que poderia ter custado a vida de todos os assaltantes, facilitou a conquista (que desde o início parecia uma concepção desvairada) da província das Missões Orientais.

Os índios desse acampamento, persuadidos pelos discursos em guarani do chefe expedicionário Almeida, confirmados por outros índios (que já vinham aliados desde as guardas de São Martinho e São Pedro) de ser a guerra feita somente aos espanhóis seus perseguidores, não hesitaram unir-se à força invasora. Quando esta chegou às imediações de São Miguel, compunha-se de mais de mil homens.

Posta a capital das Missões em apertado assédio, três dias bastaram para o Governador Dom Francisco Rodrigues render-se a discrição.

Em poucos dias, as reduções próximas de São João e São Lourenço enviavam, como prova de adesão aos audaciosos conquistadores, os seus estandartes.

Foi depois de tudo isso feito que chegou a força tantas vezes reclamada para Rio Pardo. Comandava-a o Sargento-Mor José de Castro Moraes, que regulou as bases da capitulação.

Glória a Almeida e a Canto que sô eles, por um rasgo de temeridade, tendo em pouco as próprias vidas, inflamados no mais abnegado patriotismo, conseguiram enriquecer sua terra natal, o Rio Grande do Sul, com cinco mil léguas quadradas, um território muito maior do que esse de onde saíram para tão audaciosa conquista.

Daqui por diante falará o expedicionário Almeida; o leitor vai ler o manuscrito que em seguida transcrevemos, com permissão de seu actual possuidor, o Coronel Rodolfo Paixão, deputado ao Congresso Federal.

É singela, é mesmo rude a linguagem desse bravo servidor da pátria, mas que vã, tal e qual foi escrita essa epopéia, verdadeira glorificação do heroísmo rio-grandense.

Praza a Deus, que esse sentimento não franqueie, como o de outros Estados da Federação Brasileira, outrora heróicos, mas hoje, salvo rara exceção, enfraquecidos pelas facções dominadoras.

"Memória sobre a Tomada dos Sete Povos
De Missões da América Espanhola

Que se acham anexos ao domínio do Príncipe Regente de Portugal, nosso Senhor!)).

Governava a capitania do Rio Grande de São Pedro o Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara quando, no ano de 1801, se declarou a guerra entre Portugal e a Espanha. Logo que lhe chegou esta notícia por Pernambuco²⁾, mandou pôr editais para que os povos reconhecessem a nação espanhola por inimiga.

Não há palavras com que se explique o alvoroço de todos os habitantes daquela capitania, na esperança de imporem, com as armas na mão, uma demarcação de limites mais vantajosa. Recebida enfim a certeza pelo vice-rei do Rio de Janeiro, feita a declaração de guerra com as formalidades do costume, mandou o governador aprontar as tropas, tanto pagas como milicianas, mas repletando que o meio mais essencial de conservar a disciplina nos corpos militares, e individualmente a satisfação de cada soldado pelo bem do real serviço é tê-las bem pagas de seus soldos e vestidas de seus uniformes, e que desgrazadamente aquela tropa estava reduzida à última miséria, não tendo por si mais do que a sua coragem, porque a tesouraria do Rio de Janeiro, por quem naquele tempo eram pagos, lhe devia distintamente de doze para quinze meses de soldo³⁾ e outro tanto ou mais de fardamento; por único recurso contou-se com a disposição do povo para vestir a tropa paisana, tão desejosa da guerra.

Deu as suas ordens aos chefes dos regimentos, tanto ao Coronel Manoel Marques de Souza⁴⁾ como ao Tenente Coronel Patriício José Correa da Câmara⁵⁾, que convocassem as pessoas principais do povo, e lhes expusessem a necessidade que havia de socorrer a tropa para marchar naquele inverno para uma campanha.

O mesmo espírito de patriotismo que havia feito com que os povos preferissem entrar voluntariamente em guerra fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa, pois os que não podiam dar dinheiro davam panos, bois, cavalos, carros, escravos, oferecendo tudo em benefício da tropa e do Estado, e isto continuaram a praticar em toda a guerra.

Dividido o exército em dois corpos, os fez marchar para as fronteiras respectivas, um para o Rio Grande e outro para o Rio Pardo. O do Rio Grande, comandado pelo Coronel Manoel Marques de Souza, compunha-se de oitocentas praças, a maior parte milicianas, o do Rio Pardo, comandado pelo Tenente Coronel Patriício José Corrêa da Câmara, também em grande parte milicianas.

Nessa mesma ocasião, chegavam os mais poderosos daquela capitania a pedir licença ao governador para levantar companhias de gente a cavalo e arma-los a sua custa para saírem contra o inimigo, os mais pobres se ajuntavam em ranchos para o mesmo fim, e como todos levavam fácil concessão, concorria para o exército gente inumerável, resoluta a tomar a dianteira do exército e fazer as hostilidades possíveis ao inimigo. Desta sorte, se apresentou naquela fronteira um exército formidável, não tanto pelo número dos indivíduos, como pela disposição dos ânimos, e isto sem despesa para o Estado; a maior parte destas tropas milicianas e esta gente a mais atrevida, robusta e atia nas suas campanhas, em que os povos confiavam o seu triunfo⁶⁾.

Os espanhóis, vendo os movimentos dos dois exércitos portugueses, que marchavam para as raías, abandonaram as guardas de maneira que já as nossas tropas não achavam nas ditas guardas senão o abarracamento, que logo demoliram; e começando pela Lagoa Mirim, para o Norte, eram as guardas seguintes: - 1ª) a da Lagoa, - 2ª) a do Quilombo, - 3ª) São José, - 4ª) Santa Rosa, - 5ª) Santa Tecla, - 6ª) Taquarembó, - 7ª) Batovi, 8ª) São Sebastião: as duas últimas do lado de Missões e as demais do lado de Montevideão, confrontando com o Rio Pardo e Rio Grande e Lagoa Mirim para o sul no estreito de terra, que corre entre ela e o Oceano, havia duas guardas, que foram avançadas pelo Capitão Simão Soares da Silva e o Tenente José Antunes, que saíram do Rio Grande para atacar aqueles guardas, quando marchava o exército para a fronteira, pois não deixou de lembrar ao governador, que podia entrar o inimigo por aquele estreito entre a Lagoa Mirim e o Oceano, e vir surpreender a Vila de São Pedro na ausência das tropas cujos oficiais, destruindo as ditas guardas, retiravam-se com os despojos, que nelas achavam.

Retirando-se os espanhóis das guardas mencionadas, se reuniram em um forte de campanha denominado Cerro Largo, e aí se prepararam para a defensiva.

Entre os voluntários paisanos, que se ofereceram para ir contra o inimigo, foi um deles Manoel dos Santos Pedroso, homem fazendeiro e soldado miliciano; e obtida a licença, marchou com quarenta homens, dos quais se fez chefe, atacou e pôs em fuga a guarda de São Martinho⁷⁾ e, na posse desta, passou a saquear algumas fazendas nestas imediações e retirando-se com mais de cem animais vacuns e cavalares, deixou em abandono aquele posto. O Capitão Francisco Barreto da Fonseca Pereira Pinto, aproveitando-se da ocasião, não se descuidou de por ali imediatamente uma guarda nossa, pois é a principal entrada para Missões.

José Borges do Canto e Eu⁸⁾ com quarenta homens fizemos a conquista dos Sete Povos das Missões, do modo que vou referir:

O dito Canto tinha sido soldado de dragões, e antes de ser disciplinado no seu regimento, havia desertado; havia muitos anos, que vivia entre espanhóis e portugueses naquela vasta campanha, povoada de uma nação de gentios charruas e minuanos, couro e refúgio dos criminosos de ambas as nações. José do Canto, pois, ora entrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, de onde era natural, ora nas terras dos espanhóis a traficar contrabandos; em uma e outra parte passeava disfarçado, pois se tinha feito célebre com a sua vida extravagante e odiosa a ambas as

nações; e, sabendo que havia perdão geral aos desertores, apresentou-se ao Tenente-Coronel Patrício José Correa da Câmara e pediu licença para ir a fazer algumas hostilidades ao inimigo, e, obtida a permissão, saiu pelas fazendas convocando alguns seus conhecidos e incorporou consigo quatorze homens.

Andava nessa mesma diligência um Tenente da capitania de São Paulo, chamado Antonio de Almeida Lara, que por seus negócios vivia nesta capitania: este tinha consigo doze homens e se incorporou ao dito Canto; e, saindo ambos para frenteira, chegaram à guarda denominada de São Martinho, onde eu estava destacado debaixo das ordens do Alferes André Ferreira, que ali comandava, sujeito ao Capitão Francisco Barreto da Fonseca Pereira Pinto, comandante militar daquele distrito, o qual tinha o seu quartel dali distante duas léguas⁹⁾ e respondia por ele ao Tenente-Coronel Câmara.

Na dita guarda me ofereci a acompanhá-los, levando mais seis camaradas da minha companhia e, no primeiro dia de marcha, encontramos oito, comandados por Antonio dos Santos, que andavam explorando a campanha, e unindo-se também a nós, com estes se completaram quarenta homens de armas, com os quais se fez a campanha, que vou descrevendo.

Entramos nessa campanha no mês de agosto, na força e rigor do inverno, o que foi causa de nossa felicidade em todos os sucessos. No primeiro dia, fizemos dez léguas de caminho, e por ser a noite tenebrosa, tomamos a guarda de São Pedro, sem sermos pressentidos e sem dar-lhe tempo a pegar em armas. Achamos aí trinta índios comandados por um espanhol, que pusemos em prisão e os índios em liberdade, capacitando-os de que a guerra era só com os espanhóis e não com eles.

Com isso se puseram em sossego e nos fizeram bons officios¹⁰⁾. Não consentimos se lhes fizesse saque algum, para não desgostá-los, e unicamente nos refizemos de cavalgadas, pois neste lugar havia mais de mil animais cavallares e vacuns; e seguimos a nossa marcha com o desígnio de voltar, quando pudessemos dar notícia certa das forças que havia naqueles povos.

Neste lugar me pediu o Canto que eu houvesse de tomar parte no comando e direção daquela empresa, pois se confundia por não entender a língua daqueles índios, e eu os entendia perfeitamente; consenti a proposta, e tratamos de consultar mutuamente em tudo quanto fosse preciso.

No terceiro dia de marcha, avistamos alguns homens armados, muito ao longe, e vimos que se encaminhavam para a nossa parte. Fizemos-lhe emboscada em um desfiladeiro e caíram-nos prisioneiros, sem haver a menor resistência. Estes homens eram exploradores da nação inimiga, que circulavam aquela campanha, para dar aviso de toda a novidade que encontrassem. O que comandava, pela portaria que me apresentou, mostrava o grande coneito, que dele fazia o seu chefe, e por fim era um insigne saoteador, desertor das nossas tropas, chamado João Ignácio, que estava agregado ao serviço de Espanha e, logo que foi reconhecido, o conduzimos preso pelos crimes de inconfidência e traição.

No seguinte dia, tomamos o posto denominado Santo Ignácio: aqui havia uma pequena guarda guardando quinhentos cava-

los. Neste lugar, fomos instruídos do estado em que se achavam aqueles povos pela forma seguinte:

Disse-nos o que comandava, que dali distante quatro léguas havia uma guarda denominada São João Mirim¹¹⁾ onde havia dez espanhóis escolhidos e bem armados e também havia muita cavalhada e boiada mansa, gado da munição dos povos, e sessenta índios para seu costeio, e que do dito São João Mirim, a cinco léguas, estava um acampamento, que se havia principiado, fazia oito dias, para disciplinar recrutas, e para quartel das tropas que se haviam de reunir, vindas da cidade de Assunção do Paraguai e dos demais povos além do Uruguai, para marcharem contra os domínios de Portugal, e que aquele acampamento distava uma légua da capital¹²⁾.

Sabida essa notícia, resolvemos atacar esse acampamento para o que essa noite adiantei-me com vinte homens, deixando outros vinte para marcharem na manhã seguinte com o Canto e mais gente de armas.

Essa noite, pus em cerco a guarda referida e, ao clarear do dia, pus tudo em prisão favorecendo-me a escuridão da noite e horrorosa tempestade, que felicitou minha resolução, e chegan do meu companheiro Canto, que tinha ficado, como já disse, cuidamos em viajar, tomando as precauções para que essa noite não fosse algum aviso ao acampamento inimigo: marchamos as ditas cinco léguas debaixo de copiosa chuva e trovoadas, nos avizinhamos do acampamento.

Era este sítio em terreno alto, resguardado de um mato e dois caudalosos arroios¹³⁾, em cujas entradas não havia ainda guardas avançadas, pois parecia impossível entrarem tropas portuguesas, sem serem sentidas pelas guardas ou exploradores da campanha, visto que deste acampamento às nossas raías, dista trinta léguas e, por causa desse descuido¹⁴⁾ em que estavam, foi a nossa entrada feliz.

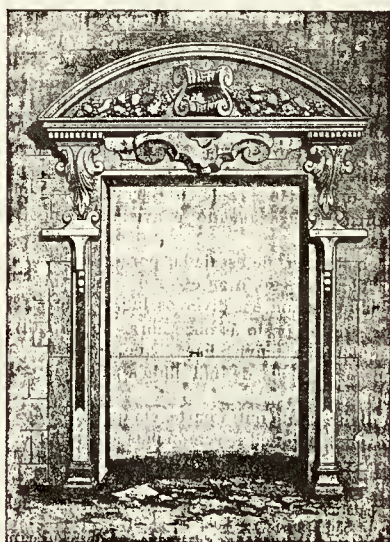
Depois de ter explorado o acampamento, dispusemo-nos para a ação, pois vinha o dia rompendo.

Pusemos em linha de batalha a força que levávamos, que se compunha de quarenta praças, comandando-as eu e o Canto. Haveria pouco mais ou menos quinhentos passos de distância entre nós e o dito acampamento e teríamos já avançado metade quando, picando a marcha a toda a brida, fizemo-nos senhores do acampamento sem haver um grito de armas nas sentinelas e, como saíssem alguns tiros da barraca do comandante, que era D. José Manoel de Las Canas, foi preciso fazer fogo. Nesta ação, perdeu o inimigo quatorze homens mortos além de muitos feridos, e da nossa parte houve apenas um companheiro ferido.

Havia nesse acampamento cem espanhóis, homens de armas, e trezentos índios, que ficaram livres da hostilidade e do assalto, porque o seu abarracamento estava algum tanto separado dos espanhóis.

Alcançada a vitória ao clarear do dia, refleti eu que os índios estavam suspensos, e aproveitando-me da ocasião por ver o susto em que estavam, lhes fiz uma fala em seu idioma, conforme as mais das vezes tinha praticado; animei-os e fiz-lhes ver que a guerra não era com eles e, para mais atraí-los,

os poucos despojos que achamos neste acampamento, de acordo com o Canto, fiz repartir por eles, isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco, e vendo-nos reforçados com estes trezentos homens, resolvemos investir a capital (São Miguel), que estava à vista.



Porta principal da antiga igreja de São Borja — 1846.

Reparti então os novos soldados em pelotões e avançamos ao dito povo de São Miguel. Depois despachamos uma parte ao Capitão Francisco Barreto; dando-lhe conta de tudo circunstanciadamente, e avizinhamo-nos então da capital das Missões.

Não a levamos de escalada, porque tinha artilharia¹⁵⁾, mas pusemo-la em sítio, e as escoltas e patrulhas que dirigíamos a inquietavam em diversos lugares de seus muros.

Este sítio foi posto às onze horas do dia e divulgou-se tanto naquela circunvizinhança que, quando foi noite, achamos com mais de mil índios¹⁶⁾ (debaixo do nosso comando).

No dia seguinte, outra parte, em que dávamos conta de estar a capital daqueles sete povos em sítio, e que nos viesse só corrol¹⁷⁾. Mas esse sítio o apertamos por tal forma¹⁸⁾, que dentro em três dias rendeu-se por uma capitulação, conosco assinada, o Tenente-Coronel Dom Francisco Rodrigues, que aí residia e governava os sete povos das Missões.

Entramos neste povo tomando dele posse e se retirou o dito Dom Francisco para além do Uruguai, levando consigo duzentos homens, pois era a guarnição, que ali havia.

Deste acontecimento demos parte ao nosso chefe, que era o Capitão Francisco Barreto e já era a terceira vez que o fazíamos, sem termos resposta nem socorro¹⁹).

Pondo este povo em tranquilidade, dirigi officios aos demais povos pertencentes àquella conquista, cujos comandantes não tiveram a menor dúvida em render-se, desde que viram sua capital tomada.

Com isto entramos em detalhe de governo, tomando posse dos povos, que estavam immediatos, a saber: São Lourenço, São João, São Luís Gonzaga e Santo Angelo, para os quais marchei deixando com o Canto vinte homens de guarda na capital²⁰) levando comigo os outros vinte.

Chegando aos ditos povos, cuidei logo em recolher os estandartes das camaras ou cabildos fazendo ver que não deviam ser mais arvorados, porque o domínio espanhol tinha cessado. Eses estandartes entreguei pessoalmente ao falecido governador²¹).

Ainda que as circunstâncias da guerra não me permitiam demorar no recebimento daqueles povos, contudo sempre falhava um dia em cada povo e fazia por contentar ao público, assistindo aos festejos, empenhando-me em contentar os reverendos curas, mostrando-lhes muita benignidade e capacitando-os de que seriam respeitadas das nossas tropas e roguei-lhes juntamente que não abandonassem as suas igrejas.

Esta política que usei, foi o motivo dos ditos padres se conservarem no mesmo cuidado daquelle grande número de almas, que tinham a seu cargo, não obstante terem o passo livre para se retirarem segundo as condições da capitulação, e ainda ali se conservarem até minha retirada daqueles povos, que foi em 1805.

Acabada a diligência do recebimento daqueles quatro povos, recolhi-me ao de São Miguel.

Manoel dos Santos Pedroso, que tinha feito o saque na guarda de São Martinho, entrava novamente com quarenta homens, que o acompanhavam, e chegando ao povo de São Miguel, como já o visse tomado, pôs-se em consulta com os seus camaradas, e refletindo eu nisto lhe fiz uma fala, para que nos reuníssemos, pois incorporados todos eram maiores as forças, e mais que éramos juntamente vassallos de um mesmo soberano: respondeu-me com palavras equívocas, e no mesmo dia seguiu para o povo de São Nicolau, que ficava quase a margem do rio Uruguai, onde esperou o Tenente-Coronel espanhol, que se retirava fiado nas condições da capitulação, e por consequência sem susto, e antes de chegar ao rio Uruguai o atacou uma noite, e a seu salvo o fez prisioneiro, e pôs em fuga toda a gente, que o acompanhava, ficando senhor de toda a equipagem fazendo voltar e conduzir para trás por uma guarda de homens sem pondonor algum, pois o insultaram nessa marcha para lhe tirarem quanto levava de precioso²²).

Nessa ocasião chegávamos; eu de tomar posse dos povos e o Sargento-Mor de dragões José de Castro Moraes com tropas em socorro, e o sobredito Tenente Coronel espanhol preso, e todos nos juntamos em São Miguel. Examinada a causa daquela prisão, foi respondido que quem tinha feito aquela capitulação não eram oficiais; por consequência, o dito Santos mandava preso para o Rio Pardo ao dito Tenente Coronel. Esse procedimento foi-nos muito sensível; mas como já estivesse presente um oficial superior, a este competia prevenir e remediar a tudo.

O Capitão Manoel Carneiro da Fontoura²³⁾ e o Tenente Francisco Carvalho da Silva foram os que se incumbiram e empenharam em fazer com que os ditos soldados de Manoel dos Santos Pedroso, que escoltavam o Tenente Coronel espanhol, restituíssem o que lhe haviam tirado, o Sargento-Mor José de Castro Moraes olhava com refinada política, estudando os meios de escurecer os nossos serviços²⁴⁾, e lembrando-se de ser o Canto soldado de seu regimento, quis puxá-lo para o esquadrão e tira-lo do comando daquela conquista, único meio de nulificar-lhe os serviços.

O Canto, mal acostumado na sua vida dissoluta a sofrer humilhações e ainda mais com a vaidade de conquistador, cuidou em prevenir-se e assentou de defender-se com as mesmas armas com que tinha combatido o inimigo; eu, refletindo que minha prudência não era bastante para remediar tão séria controversia, tomei o expediente de passar ao Rio Grande e dar conta ao governador, não daquela intriga mas da conquista²⁵⁾. O Tenente Coronel espanhol sabendo que eu me dirigia a dar conta daquele serviço, rougou-me lhe conduzisse uma carta, ao que eu não opus dúvida, e nela se queixou de Santos Pedroso ao governador, fato que fui saber no quartel-general.

Tomou conta da nossa conquista o Sargento-Mor José de Castro Moraes²⁶⁾ não se conduzindo com a regularidade devida, mas com aquelas vistas e disposições de que já tratei; eu porém, marchei para a vila do Rio Grande, onde cheguei quando o governador se achava gravemente doente, entreguei ao seu ajudante de ordens José Ignácio da Silva os estandartes espanhóis²⁷⁾, a capitulação e mais documentos, que eu levava, bem como a carta do Tenente-Coronel espanhol.

O governador, apreciando o valor de nossos serviços, fez nesta ocasião galardoar José Borges do Canto com o posto de Capitão de milícias, e eu o de Tenente da mesma companhia²⁸⁾ e deu ordem para ser nomeado alferes, o que fosse de mais merecimento entre os quarenta homens, a quem se devia aquela conquista; foi nomeado Francisco Gomes de Mattos.

Ordenou também o governador fosse preso Manoel dos Santos Pedroso pelo insulto feito ao Tenente-Coronel Dom Francisco, governador, que tinha sido daqueles povos; mas esse castigo não se efetuou por causa da morte do nosso governador, que sucedeu dali a poucos dias. Mas antes, depois de ter dado esta ordem, o mesmo governador condecorou-o com o posto de Tenente das milícias, isto por condescender com a vontade do Tenente-Coronel Câmara, que mandou o furriel José Maria com uma proposta de oficiais ao Rio Grande, para que a assinasse antes de morrer, em cuja ocasião foi incluído o dito Manoel dos Santos.

Eu e os meus camaradas bem conhecíamos a José do Canto, homem intrépido e valoroso; porém, há muitos anos desertor e por consequência indisciplinado, não sabia que ele ignorava a língua, embarçado em manobras, era desses homens sem deliberação nem ação; contudo a fama que tinha adquirido nas suas estravagâncias fazia com que o preferíssemos no comando, se bem que tínhamos conhecimento de que ele não sabia nem ler nem escrever. O Tenente Lara e eu não duvidamos ceder-lhe para evitar desordens e chegarmos ao fim da nossa empresa.

Esse Tenente, apesar de suas virtudes, nem tinha nascido para a guerra. A sua constituição e talvez a educação o desviavam da campanha, e essa é a razão por que não aparece nos combates e se oculta nesta Memória.

Enquanto José Borges do Canto e eu conquistávamos os povos de Missões, não estava o exército ocioso, estando o Coronel Manoel Marques em uma guarda, abandonada pelos espanhóis, denominada da Lagoa, teve aviso que além do rio Jaguarão aparecia um grande corpo de inimigos; despachou o Capitão de milícias Antônio Rodrigues Barbosa, o Capitão Antônio Xavier de Azambuja e alferes Hipólito do Couto com duzentos e quarenta homens de armas a encontrar-se com o inimigo: em dois dias de caminho se toparam.

Entrando os ditos oficiais em consulta para fazerem aquele ataque, opôs-se a isto o Capitão Azambuja, dizendo "que ia primeiro observar em um alto, se o inimigo trazia artilharia", e retirou-se levando consigo a sua companhia. Conhecido o medo, resolveram os outros dois oficiais entrar em ação, e o fizeram em tal valor e intrepidez, que venceram e destroçaram o inimigo, ficando com a vitória desta jornada os ditos Capitão Antônio Rodrigues Barbosa e alferes Hipólito do Couto. Houve cinquenta mortos e setenta e oito prisioneiros, entre estes dois capitães e um alferes e dos nossos só morreu um cabo de esquadra.

Depois desta ação, fez o Coronel Manoel Marques de Sousa marchar o seu exército para a fortaleza do Cerro Largo onde, dizia-se ter ido incorporar-se as guardas espanholas, quando abandonaram a sua fronteira; e chegando o dito Coronel à fortaleza, combateu-a e tomou-a por uma capitulação, retirando-se a força espanhola, entregando-lhe aquela fortificação com quatro peças de artilharia, munição de guerra e cinco mil pesos duros em prata. A tropa espanhola que aqui se achava era em número de setecentos e sessenta homens; pois tinham saído outros tantos desta mesma praça, comandados pelo Coronel Quintana com o designio de atacar a fronteira de Rio Pardo, o que não teve efeito como adiante se dirá.

No segundo dia, depois desta conquista, seguiu o nosso exército em retirada para o rio Jaguarão.

Deixo aos políticos avaliarem este modo de proceder.

Os sete povos das Missões conquistados por um punhado de homens, meros soldados, acham-se debaixo do domínio do S.A.

Real o Príncipe Regente; aquela fortaleza do Cerro Largo, conquistada por aquele Coronel, munido de artilharia, com oitocentos homens, está possuída pelos espanhóis que em poucos dias ou tra vez se assenhorearam dela.

Retirado o nosso exército, tanto que passou o rio Jaguarão para a nossa banda, o sobredito Coronel licenciou a tropa, deixando só duzentos homens de guarnição naquele passo, comanda dos pelo Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja e retirou-se para o Rio Grande, por saber que estava o General à morte. Este novo modo de obrar, de licenciar a tropa e voltar o inimigo a tomar posse da fortaleza, que tinha perdido, tornou-se muito digno de reparo²⁹⁾, mas seja o que for, eu não me proponho senão dizer em verdade o que aconteceu.

Apossado o inimigo da fortaleza, adiantou-se um pouco mais até chegar ao passo do Jaguarão, e como se achasse com os duzentos homens, que dissemos, parou o exército inimigo e mandou o seu comandante, que era o marquês de Sobremonte dizer ao comandante do passo, dito Azambuja, que logo lhe desse o passo livre; respondeu este por uma carta (pois que o Marquês também lhe escrevera), que o seu comandante e governador estava na vila do Rio Grande, e portanto S.Exa., concedesse-lhe três dias para dar-lhe resposta, e sendo-lhe concedidos³⁰⁾, no mesmo instante deu parte ao Coronel e este para Porto Alegre ao Brigadeiro João Francisco Roscio, que comandava aquela praça, e assim, nenhuma resposta se deu ao Marquês de Sobremonte. Nesse entretanto, faleceu e foi sepultado o Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara e tomou conta do governo o Brigadeiro Roscio, que desceu imediatamente para a vila do Rio Grande, onde achou os poxos em grande confusão, dispondo-se a passar a São José do Norte³¹⁾, antes que entrasse o inimigo, pois sabiam da retirada do exército e da nenhuma providência para guarnecer a fronteira. A chegada do governador interino àquela vila, pôs tudo em sossego à vista das providências que o vimos dar.

Imediatamente fez marchar para Jaguarão o Coronel Marques com toda a tropa de seu comando, mandou reforçar as guardas do Tahim, do Albardão, estreito de terra na costa do oceano e, receando viesse o inimigo surpreender a vila, fez descer da fronteira do Rio Pardo o segundo corpo de exército, que comandava o Tenente-Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, com ordens de acometer o inimigo ou então unir-se ao exército, que comandava o Coronel Marques, a quem também deu ordem igual; dispunha-se ele mesmo a sair para a campanha, quando chegou a paz entre Portugal e a Espanha, restando-lhe a satisfação de ter da do todas as providências próprias de um bom e prudente General.

Marchava o exército da fronteira do Rio Pardo para Jaguarão, só lhe faltavam dias para unir-se ao que comandava o Coronel Marques, quando os dois comandantes receberam ordens do Brigadeiro governador para não acometerem o inimigo, mas logo foi o brigadeiro avisado, de que o Marquês de Sobremonte, sem fazer caso da publicação da paz, perseverava no mesmo projeto de invasão, escrever-lhe o brigadeiro nos seguintes termos:

"Que ele (governador interino do Rio Grande) havia ordenado ao exército português se passasse ao rio Jaguarão para a-

companhar os movimentos do exército de S.M.Católica, comandados por S.Ex.^a no território dali até Montevideu, mas que suspendera a execução dessa ordem em cumprimento das de S.A.Real o Príncipe de Portugal, que ajustara pazes com S.M.Católica, mas que agora, vendo S.Ex.^a perseverar no intento de passar aquém do Jaguarão, sem nenhuma consideração à paz feita, não lhe parecia isto muito honroso.

Entretanto, se S. Ex.^a quisesse não obstante romper aquela raia, poderia vir passar pelo desar de não concluir seu emprego, enquanto as águas do Jaguarão pudessem levar os cadáveres dos seus soldados; e quando estes formassem o vau por onde o exército espanhol passasse de armas em punho para entrar em terras, que eram do domínio da coroa portuguesa, ainda seria prudente que S.Ex.^a o Sr. Marques viesse na retaguarda, tendo certeza de não voltar ao seu quartel e sim ficar no do comando do exército português³²).

Tal foi a aceitação desta carta que, com maduro e prudente conselho, cuidou o Marquês em se retirar. Via uma carta cheia de razão, via que as tropas portuguesas anelavam pela peleja e via finalmente a contínua série de estragos que os espanhóis tinham experimentado; a retirada, pois, foi a mais pronta decisão. Desta forma, finalizaram suas campanhas as tropas desta fronteira e ficou o rio Jaguarão servindo de divisa ou limite, que poderia ter sido pelo Cerro Largo³³).

Enquanto fiz a viagem, que já disse, ao Rio Grande, esteve o Canto em S.Miguel até a minha volta, e os espanhóis a reunir tropas para retomar-nos os povos perdidos, o Sargento-Mor, José de Castro Moraes e a seu exemplo toda a sua gente de armas cuidavam mais em locupletar-se do que da conservação daquela conquista.

Mas quando cheguei, em minha volta a São Miguel³⁴) já havia tomado conta do governo daquela conquista o Sargento-Mor José de Saldanha³⁵) retirando-se o Sargento-Mor Moraes, o Capitão José de Anchieta, o Capitão Alexandre Guedes e parte das tropas que guarneciam estes povos, recolhendo-se à fronteira do Rio Pardo, ao corpo que comandava o Tenente-Coronel Câmara, deixando-se menos guarnecido o lugar onde não tardavam haver novos choques e ataques, como se verá.

O Sargento-Mor Joaquim Félix da Fonseca Manso³⁶) fez sua residência em São Nicolau, três léguas distantes do rio Uruguai, e o comandante da tropa foi residir em São Francisco de Borja, vinte léguas mais ao sul e a uma légua do rio.

Defronte de São Francisco de Borja está o povo de São Tomé, um quarto de légua distante da divisa espanhola, que é aquém do rio.

Entre estes dois povos, no passo denominado São Marcos, houve muita hostilidade, e deste ponto para baixo, tínhamos que defender mais de vinte léguas de fronteira e isto só com quatrocentos homens contra mais de dois mil, que se reuniram para a reconquista dos povos.

Fui com ordem de comandar a companhia por ter o Capitão (Canto) ficado doente em São Miguel. Tomei quartel em São Nicolau, mas em poucos dias marchei em socorro do Tenente Manoel

dos Santos Pedroso, que via-se atacado por forças muito mais numerosas, e como achassem valor naquele oficial e lhe acudissemos com tempo, não pôde o inimigo efetuar ali o desembarque.

Alguns dias ajudei a defender aquela entrada, no entanto houve vários choques que vou referir.

No passo da Cruz, que dista para baixo de São Jorge mais de vinte léguas, foram atacados o Tenente Francisco Carvalho da Silva e alferes João Antônio da Silveira por um corpo de inimigos. Estes dois oficiais se portaram com muito valor, defenderam esta entrada com 40 homens e perderam um camarada neste ataque, mas destruíram e venceram, havendo nove mortos e vários feridos da parte do inimigo.

Passado poucos dias, no passo de São Marcos, entre São Borja e São Tomé, foram nossas guardas duas vezes destroçadas, mas sem perda de gente. Este lugar foi mais invadido e de um modo sempre perigoso.

Foi atacado no passo de São Lucas o Tenente Manoel dos Santos Pedroso por um corpo numeroso de inimigos. Este lugar dista dezoito léguas acima de São Francisco de Borja e foi valorosamente defendido com cento e sessenta homens distinguindo-se muito o alferes Manoel Padilha. O inimigo foi destroçado perdendo um ajudante de artilharia, dois soldados e duas peças que trazia.

No passo de Santa Maria do Uruguai, foi atacado o cabo de esquadra Bernardino da Silva, e perdendo um camarada todavia defendeu esta entrada valorosamente.

Continuaram os choques no passo de São Marcos, e foi atacado o furriel de milícias Victor Nogueira da Silva por uma força de mais de cem homens. Achando-se ele com quatorze homens somente, cercaram-se entre umas laranjeiras, onde sustentou, por espaço de uma hora, o fogo, na esperança de ser socorrido, mas acabando-se-lhe a munição, entregou-se prisioneiro de guerra de pois de perder dois camaradas.

Quando chegamos a esse lugar, a embarcação onde ele ia como prisioneiro, tocava a margem oposta do Uruguai e efetuava desembarque livre do alcance dos nossos tiros.

Este infeliz sucesso nos contristou muito, porque em toda essa campanha era a primeira vez que os castelhanos nos venciam e nos levavam prisioneiros na fronteira de Missões. Custou-nos muito conter a nossa gente para que não seguisse a resgatá-los, pois queriam entrar no território inimigo onde as forças eram superiores às nossas.

Apesar de não termos neste porto barcos, ainda assim seis dos nossos homens, descobrindo um batelão, embarcaram-se nele ocultamente uma noite e atravessaram o Uruguai, mas, como chegassem à margem direita pelo alvorecer, foram pressentidos e atacados. Sustentaram por algum tempo o fogo, mas, conhecendo a temeridade, retiraram-se sempre perseguidos do inimigo, que por fim os perseguiu com força em duas barcas que quase os abordaram antes de vencerem o rio. Felizmente, observando esse movimento, estávamos postados em lugar onde nossas balas já alcançavam o inimigo que teve de retroceder. Se não fosse esse nosso

socorro, teríamos perdido esses seis homens destemidos, entre os quais se achava o valente furriel de milícias Raymundo de São Thiago; eles seriam capazes de se deixar matar, porém nunca se entregariam prisioneiros como sucedeu ao herói Víctor Nogueira.

A vista de tantos choques que se davam nesse ponto de São Marcos, tive ordem de o guarnecer com a minha companhia, que se compunha de quarenta praças, bem pouca para defender uma legua de margem do rio, em toda sua extensão muito acomodada para um desembarque.

Do outro lado, o inimigo tinha um reduto com artilharia e uma força maior que a nossa. Observei o grande estrago que tinham causado as balas inimigas no laranjal, onde estiveram entinchirados o Víctor e seus cinco companheiros com ele aprisionados; tive a idéia de mandar vir de São Borja sessenta índios para me auxiliarem no serviço de armar barcos, abrir picadas etc.

Retirei-me um pouco para a retaguarda, para que me servisse de forte e amparo uma grande barranca do rio Camaquã, que faz barra no Uruguai; aí me acampeei. Dispus as minhas guardas e sentinelas, que todos os dias visitava; passava as noites em vigia com cartucheira, espada à cinta e armas na mão, mostrando pelo exemplo como deviam ser cumpridas minhas ordens. Lembrava aos meus camaradas os descuidos em que tinha achado o inimigo, sempre que o havia por vezes surpreendido, parecendo que toda a cautela seria pouca, a que não sofréssemos outros tantos desastres.

Trinta e nove dias durava já este meu destacamento, quando a amanhecer o dia 23 de novembro recebi parte de que um grande corpo de inimigos passava o rio.

Imediatamente a um sinal meu, recolheu-se ao acampamento o piquete de cavalaria, pus toda a minha gente a cavalo e animei a assegurando-lhe que eu seria o primeiro a receber os golpes do inimigo.

Mandei aviso para o povo de São Borja, onde tínhamos alguma tropa e, como não aparecesse o inimigo até o clarear do dia, cuidei em ir encontrá-lo e, às cinco horas da manhã, achei-me à frente dele com cento e doze homens, pois já me tinha vindo o so corro pedido.

O inimigo achava-se junto à foz do Camaquã em um barranco sobre o Uruguai. Quando avistou-me, pôs-se em linha de batalha colocando cem homens à frente, cinquenta nos flancos e o rio pela retaguarda para reembarcar-se.

No socorro vindo de São Borja, vieram seis oficiais, e como se achasse aí o Capitão José Borges do Canto, a ele competia o comando da ação, por ter maior patente; às suas ordens pois me entreguei.

Pusemos-nos em consulta, e como esta se demorava, não se resolvia nada, pois tudo era fazer ver o grande perigo, as grandes forças do inimigo, a desigualdade do terreno etc. A vista da demora, separei-me da conferência e apliquei-me a observar os movimentos do inimigo.

Desde cinco até dez horas do dia não se havia ordenado ataque, mas vendo que embarcariam tropas do outro lado do rio em

auxílio do inimigo, entendi que não havia tempo a perder, e que quanto antes convinha provocar o mesmo inimigo a combate.

Ofereci-me para entrar naquela ação pronto a dar a vida em defesa da pátria e, sendo aceita minha proposta pelo capitão e mais oficiais, concordamos todos em executar o plano seguinte:

O Tenente João Machado e o alferes André Ferreira, com trinta homens a cavalo, tomariam a frente; o Tenente Felipe Carvalho, com os alferes Manoel Carvalho e João Antônio, com outros trinta, tomariam o flanco direito.

Os trinta da frente deviam fazer sempre fogo para divertir e entreter o inimigo; os do flanco direito só deveriam, a um sinal meu, atacar ou abordar os barcos da beira do rio, o Capitão José Borges do Canto ficaria com alguns camaradas de reserva para acudir, onde visse o maior perigo, e eu, com quarenta homens, ataquei o flanco esquerdo, que logo se pôs em confusão e fugida.

Avancei logo sobre a retaguarda tomando as munições e bagagem, passei ao flanco direito e fiz a mesma coisa. O tenente e o alferes nomeados para este posto bem como o capitão, ao meu sinal, entram todos em combate e fazendo fogo à frente os nomeados tenente e alferes sustentaram bizarramente o seu posto, e depois de algumas escaramuças, incorporamo-nos todos e fizemos fogo mais vivo. O inimigo ficou vencido e derrotado e a vitória foi declarada minha por aqueles honrados oficiais, como provei, com os documentos, que tive a honra de apresentar a S.A. Real³⁷⁾.

Estava além do rio Uruguai o governador daquela fronteira inimiga D. Francisco Bernardes, insistindo em querer mandar socorro, e como estivesse o povo de São Tomé imediato ao porto, ficou a praia coberta de povo, que baixara a presenciar o combate, retirando-se bem descontente com a derrota de seus compatriotas. Acabada essa gloriosa ação, recolhemo-nos a São Borja com setenta e três prisioneiros, ficando no campo da batalha sessenta mortos, da nossa parte houve três mortos e quatro feridos³⁸⁾. O despojo consistiu em duzentas armas de fogo, algumas espadas e bastante munição de guerra.

Foi este o último combate que tivemos na fronteira das Missões, e logo depois nos chegou a paz e a declaração dela produziu um grande desgosto nas tropas. Desta forma ficaram aqueles sete povos e o seu grande território anexado ao domínio de S.A. Real, servindo de divisa o rio Uruguai, tudo isso tomado, defendido e conservado até esta data sem nenhuma despesa para o Estado, mas sim à custa dos próprios vassallos portugueses³⁹⁾, não obstante terem à sua frente mais de dois mil homens, que vieram de Assunção, comandados pelo Coronel Espínola.

Todos sentíamos que não se nos desse tempo para levar o inimigo além do rio da Prata, e nisso não víamos dificuldade alguma, tal era a desmoralização do inimigo.

Nosso soberano não quis a continuação de nossos serviços, assim foi que logo veio também ordem dirigida pelo governador, para que nossas tropas se retirassem, o que sendo cumprido, foram encontrar o Tenente-Coronel Câmara, dez léguas aquém do rio Jaguarí⁴⁰⁾.

Foi indizível o pesar de toda aquela tropa, quando teve certeza da paz, pois via o inimigo à vista, sem ter uma ocasião

tão desejada de medir com ele suas armas.

Esse inimigo era aquele Coronel Quintana, que com uma coluna de setecentos homens, viera do Cerro Largo com o fim de invadir-nos pela fronteira do Rio Pardo.

Estava a coluna que comandava o Tenente-Coronel Câmara acampada na guarda denominada de São Francisco de Assis⁴¹⁾ duas léguas distante da de Batovy, quando teve parte pelos nossos exploradores da campanha, que aqueles setecentos espanhóis vinham com o designio de atacá-lo.

Imediatamente pôs-se em marcha⁴²⁾ e foi encontrá-los no passo denominado do Rosário do rio Santa Maria⁴³⁾. Estiveram a fala e o inimigo chegou a despedir alguns tiros de canhão, mas estando crescendo o arroio e sendo já tarde⁴⁴⁾, não intentaram a passagem, deixando-se para o dia seguinte. Nessa noite, o exército inimigo perdeu o valor e pôs-se em retirada.

O Tenente-Coronel Câmara não lhe quis ficar à retaguarda com grande pesar e murmuração da nossa gente; mas eu o considero até um certo ponto digno de louvor, porque doente e em uso constante de medicamentos não abandonou o comando da sua coluna e fez todas as marchas da campanha.

Como ele e suas tropas tivessem ordem de recolher-se ao Rio Pardo, assim finalizou a guerra naquela capitania.

Eusou testemunha ocular da maior parte dos fatos, que nesta memória relato, e deixo de expender circunstâncias mínimas, envolvendo ações nobres e gloriosas de nossos patrícios, para não cansar a paciência do leitor, e assim oculto serviços que prestei e outros sucessos, em que tive parte, ou fui principal agente.

Fiz patente tudo a Sua Alteza Real⁴⁵⁾ no memorial, que lhe ofereci. Em todo o tempo provarei a verdade desses feitos até com os próprios espanhóis".

Até aqui falou o expedicionário Gabriel Ribeiro de Almeida, agora nós.

Esse desinteressado servidor da sua pátria, sem outra remuneração que os diminutos postos de Tenente e Capitão de milícias, finou-se no povo de São Miguel, a antiga capital das Missões Orientais, que ajudou a tomar, em extrema pobreza.

Esse seu escrito fora, nos seus últimos dias, entregue ao capitão reformado do antigo regimento de dragões Francisco Rodrigues Dias e este passou-o a seu filho Deniz Dias, mais tarde Coronel da guarda nacional e Barão de São Jacob, que o doou a seu genro, hoje Coronel de engenheiros, Rodolfo Paixão, deputado ao Congresso Nacional.

O governo foi bem ingrato com o valente e destemido soldado Gabriel Ribeiro, que moldado no patriotismo de Atílio Régulo, Cipião e outros, escrevendo em seus dias de miséria, não articulou uma queixa contra esse governo tão mal agradecido e, o que é mais, nunca salientou os defeitos, aliás ainda hoje sabidos, dos seus companheiros de armas.

NOTAS

1) Entendemos ser de interesse para a história, algumas notas sem as quais ficaria o texto, que publicamos intacto, obscuro em muitos pontos. Todas as notas são nossas.

2) Talvez por algum navio mercante, que já então fazia tráfego entre essa e esta província.

3) À vista de uma monstruosidade destas, não há que pasmar da corrupção de muitos funcionários de nossos tempos, para os quais o dinheiro do erário é pouco para sustentá-lo. Felizmente o exército hoje tem, incontestavelmente, outras regalias.

O grifo é nosso.

4) Avô do conde de Porto Alegre.

5) Foi depois tenente-general e visconde de Pelotas. Uma e outra coisa até o posto de marechal do exército, foi seu neto José Antônio Corrêa da Câmara.

6) O que eram nesse tempo os milicianos são hoje os guardas nacionais rio-grandenses, que nascem soldados por vocação, disciplina e valor.

7) Vila outrora com o mesmo nome.

8) O furiel Gabriel Ribeiro de Almeida, mais tarde tenente e por fim capitão, de quem falou o visconde de São Leopoldo à pag. 216 dos seus Anais. É o autor do manuscrito, que ora publicamos.

9) Na entrada da picada denominada ainda hoje Boca do Monte.

10) Tão odiosa e opressora se tornara a administração das autoridades Espanholas nas reduções dos índios guaranis, habituados a melhor tratamento no tempo dos jesuítas, que, ao verem as Missões invadidas pelos Portugueses, tomaram o partido dos invasores, e a isso talvez mais do que a pericla e bravura desses homens, foi devida a facilidade da conquista.

11) A distância da São Pedro a São João Mirim é maior de dez léguas. Já as percorremos a cavalo.

12) Esta capital era a grande redução de São Miguel.

13) Deve precisamente ser na invernada que hoje é dos herdeiros do finado Tristão Frederico Schmit, por ser o muito lugar tão próximo de São Miguel, nestas condições.

14) A distância desse ponto a São Martinho ou a Boca no Monte Grande é maior. Em todo o caso ou confiados nessa distância ou por causa da muita incuria dos chefes Espanhóis, esses quarenta homens obraram prodígios de valor nessa arriscadíssima conquista.

15) Nada menos de dez peças de vários calibres, segundo confirma o Visconde de São Leopoldo.

16) Provavelmente vindos das reduções de São Lourenço e São João, a quella a duas léguas ao Norte e esta três léguas ao Sul de São Miguel.

17) Foi baldado esse apelo, pois o chefe português não se capacitava, de que esses aventureiros voltassem com vida dessa empresa, quanto mais que chegassem a encontrar todo o acolhimento da população indígena ao ponto de ter forças para pôr em sítio uma cidade de mais de mil e duzentas habitações.

18) O Visconde de São Leopoldo em seus Anais preconiza muito este assédio; mas era fácil. Uma vez postada uma força na única fonte, que abastecia de água a povoação, distando desta uma milha, deveriam ser triste as contingências dos sitiados.

19) Isto confirma a nota antecedente; mas agora verá o leitor, que após esta heróica jornada não faltaram oficiais, que, possuídos de raro civismo, chegaram a disputar a estes dois soldados, arvorados em chefes, as honras da conquista.

20) Não compreendendo os índios aliados.

21) Ainda era o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Camara.

22) Esta vilania de Manoel Pedroso é também censurada por Southey na sua história do Brasil (traduzida) vol. 69 pag. 308; entretanto o Visconde de São Leopoldo gastou páginas a louvar esse oficial, que apenas veio completar os dois inferiores que haviam tão nobre e heroicamente efetuado a conquista.

23) Mais tarde oficial-general, foi senhor de uma das mais vastas fazendas da região serrana, e deixou uma ilustre e numerosa descendência.

Ao inverso deste capitão, Canto, Pedroso e Gabriel Ribeiro, o autor desta Memória, morreram pobres, porque apenas lhes tocou uma porção muito mesquinha na partilha das terras conquistadas. Devido a essa extrema pobreza obscureceu-se a descendência desses três bravos.

24) Confirma isso o que dissemos na nota 18 supra.

25) Isto mostra, que o autor desta Memória ao mesmo passo que foi um soldado destemido e patriota, era também perspicaz e muito ajuizado.

26) Este foi de fato e direito o primeiro comandante militar das Missoes e não o coronel Joaquim Félix da Fonseca, como alguém escreveu.

27) Não se sabe o fim que eles levaram; mas é certo que não figuraram dependurados no interior de alguma igreja brasileira, como lá existem pendentes do teto da catedral de Buenos-Aires, dois entandartes brasileiros, que se dizem tomados na batalha do Rosário de Ituzaingó.

28) O visconde de São Leopoldo citado à pág. 221 faz menção tão somente da promoção de Pedroso; mas como à pág. 226 faz menção do autor estar pela mesma ocasião também promovido. No futuro tombaram estes heróis na voragem do tumulto nos mesmos postos (isto é: Gabriel consta ter chegado a ser capitão).

Entretanto os heróis das nossas últimas guerras são por muitos anos preferidos em todos os acessos; e mesmo nesse tempo houveram alguns favorecidos da fortuna, que em breve subiram aos mais elevados postos do exército.

sendo mui somenos os seus serviços.

29) Entretanto esse coronel foi um dos oficiais mais galardoados. Acabou marechal de campo.

30) Isto prova, que o inimigo não confiava em sua força e bem se lembrava da refêrga na tomada do forte de Cerro Largo.

31) Faleceu há poucos anos na cidade de Cruz Alta o respeitavel ancião José Manoel Lucas Anes, sogro do barão S. Jacob, que foi possuidor deste manuscrito. A esse velho que era adolescente no começo do último século, ouvimos contar vários casos relativos ao panico, de que se apoderaram os habitantes do Rio Grande, com a notícia da aproximação do inimigo. Na casa paterna, onde então moravam ele e todos os homens da familia, fortificaram-se e prepararam-se para uma morte talvez certa; mas escaparam, por ter o inimigo mudado de rumo.

32) Esse brigadeiro mostrava, pela linguagem, que ou devia ter seu tanto ou quanto da origem Espanhola, ou ser homem fogoso, como disse o visconde de São Leopoldo.

33) Seria vantagem demasiada, porque com algum esforço mais estaria absorvida a banda Oriental e talvez mesmo fossem nossas divisas, pelo lado de Missões, até o Paraná.

34) Em Janeiro de 1802.

35) Este já vinha a ser o segundo comandante das Missões conquistadas e pouco precedeu ao major Joaquim Félix da Fonseca Manso.

36) Terceiro comandante. Os demais até hoje tem sido: 39 o sargento-mór José de Saldanha (pela segunda vez), 49 o capitão João de Deus Menna Barreto (faleceu marechal do exercito e visconde de São Gabriel), 59 o tenente-coronel Thomas Costa, 69 o coronel Joaquim Félix (por segunda vez), 79 o coronel Francisco das Chagas Santos, 89 o brigadeiro Manoel Marquês de Souza, 99 o coronel Antônio José Paulête, 109 o tenente coronel Joaquim Ferreira Braga, 119 o coronel José Pedro Cezar, 129 o coronel João José da Fontoura Palmeiro, 139 o tenente-coronel Cláudio José de Abreu, 149 o coronel Francisco Antônio Olinto de Carvalho, 159 o coronel José Maria da Gama Lobo d'Eça, 169 o tenente coronel Joaquim Antônio d'Alencastro, 179 tenente-coronel Olivério José Ortiz, 189 o tenente-coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, 199 o tenente-coronel João Manoel de Lima e Silva, (que rompendo com suas contradições de familia, aderiu ao governo republicano), 209 o general David Canabarro (pelo governo republicano), 219 o general João Antônio da Silveira (idem, idem), 229 o coronel Manoel dos Santos Loureiro, 239 o coronel Feliliciano Antônio Falcão, 249 o coronel Manoel dos Santos Loureiro, 259 o major João Gualberto da Fontoura (interino), 269 o brigadeiro João Propício Menna Barreto (comandante também da fronteira de Alegrete), 279 o comandante superior José Corrêa da Silva Guimarães, 289 o coronel Manoel Luiz Osório, 299 o comandante superior Joaquim da Silva Lago (interino), 309 o coronel José Luiz Menna Barreto, 319 o coronel Antônio Fernandes Lima (até a invasão paraguaia em 1865), 329 o tenente-coronel José Joaquim d'Assumpção (interino), 339 o coronel Antônio Fernandes Lima, 349 o marechal José Luiz Menna Barreto, 359 o coronel Antônio Fernandes Lima, 369 o marechal Salustiano Jeronymo dos Reis, 379 o coronel Antônio José de Moura, 389 o brigadeiro Francisco Antônio Martins, 399 o brigadeiro Francisco Rodrigues Lima.

37) O Visconde de S. Leopoldo; Anaes pag. 226 contando muito diversamente esta jornada, não deixa de mencionar o tenente Gabriel Ribeiro de Almeida autor da Memória, que acima publicamos.

38) O mencionado visconde eleva a maior cifra o número dos mortos e acrescenta mais de oitenta afogados no rio.

39) Sim, porém rio-grandense.

40) Tributário do Ibicui, que por seu turno o é do Uruguai.

41) Mais tarde freguezia e hoje vila, sede do município.

42) Devia precisamente ter atravessado o rio Ibicui abaixo da foz do Jaquari grande que nesse ponto é consideravelmente largo, profundo e correntoso.

43) Outro grande tributário, que lança-se no Ibicui pela margem esquerda um pouco acima da confluência do Jaguari.

44) Desculpa. Esse rio não tem ali uma quarta parte da largura e nem tanta profundidade como o Ibicui, que essa força transpoz um dia antes.

O que parece é, que topavam dois chefes bastante medrosos o coronel Castelhana Quintana e o brasileiro tenente-coronel Camara, tão galardoado de pois.

45) O futuro rei Dom João VI, então regente.

Capítulo VII

PLANOS DE RECONQUISTA. REDUÇÕES DESTRUÍDAS. INVASÃO DO PARAGUAI.

*Les conquêtes sont aisées, par ce qu'on les
fait avec toutes ses forces, elles sont difficiles à
consommer, parce qu'on les défend avec une
partie de ses forces.*

Montesquieu

*Tout était donc consommé dans les
Missions de la rive droite, la ruine était entière et
absolue.*

Martin de Mussy

O gabinete de Madri e o vice-reinado de Buenos Aires não se conformariam facilmente com a permuta forçada da colônia de Sacramento pela província das Missões Orientais.

O modo quase suave, por que esse vasto território passou ao domínio português, com o esforço apenas dos gaúchos rio-grandenses, estimularia indefinidamente o orgulho mais uma vez abatido, da pundonorosa raça espanhola no velho e no novo continentes.

A paz de 1801 nem seria feita, nem tão duradoura, se não fossem os acontecimentos que, desde 1789, traziam abalada a Europa.

A monarquia espanhola e a portuguesa temiam (como todas as outras) o triunfo e propagação das idéias liberais, que irra diavam da França. Esta, banindo sua monarquia, vazada em moldes diversos do preexistente direito divino, já ousava exigir das nações mais fracas preito, homenagem e até subsídios de soldados para suas guerras de conquista. Colocadas sob tal pressão, as duas monarquias rivais não podiam preocupar-se demasiado das colônias

americanas entregues por fim a seus próprios recursos. A monarquia espanhola, prejudicada com a perda das Missões Orientais, procurou na diplomacia o remédio dos paliativos até que, em futuro mais ou menos distante, pudesse agir com tanta energia, quanto empregara, vinte e cinco anos antes, na invasão de Santa Catarina e conquista definitiva da Colônia de Sacramento. Gastará, entretanto, perto de cinco anos em reclamar apenas o território à margem esquerda do Ibicuí. Mas, enquanto fazia-o, para não descontentar o governo do vice-reinado de Buenos Aires, outros acontecimentos mais sérios desviaram-na para sempre desse forçado empenho.

No mês de junho de 1806, uma esquadra inglesa invade o Rio da Prata com um exército de 5.000 homens de desembarque sob o comando do conhecido Lord Beresford.

Qual seria o fim dessa súbita e inesperada invasão?

- A vingança de agravos, ou perfídias da corte de Madri em sua aparente coligação com a França?

- Ou o plano de uma conquista, que assegurasse à Inglaterra o domínio sobre as águas do Prata?

Uma e outra coisa talvez; mas o gabinete britânico, ou porque Beresford fosse-lhe um homem necessário, ou porque conhecesse arredá-lo de um teatro de intrigas entre as forças expedicionárias de terra e mar, chamou-o a Londres para encarregá-lo de mais importante comissão e deu-lhe por substituto o Tenente General Whyteloock. - Infeliz lembrança!

Esse chefe, pensando que o lapso de quase um ano decorrido sem maior reação era prova suficiente da fraqueza dos colonos espanhóis, investiu contra Buenos Aires, que, calculadamente, opôs fraca resistência e deixou-o entrar com todo o seu exército. Nas ruas da cidade, sofreu o chefe inglês completa derrota, deixando em poder do povo buenairense, entre outros troféus de guerra, as bandeiras que, ao fim de setenta anos, ainda vimos pendentes da nave da igreja catedral.

A 5 de julho de 1807, firmou o General inglês uma paz vergonhosa e desde então, mais comedidas tornaram-se as vistas daquela nação conquistadora sobre as terras platinas.

Com a invasão de Portugal em 1807 pelo General Junot, com a emigração da família real para o Brasil, ficou o reino à mercê da nação inglesa, que soube fazer-lhe completa reparação enquanto na Europa tinha o monarca português firmada a sua soberania, podia no Brasil fortalecer o seu domínio sobre o território conquistado.

No seguinte ano, um outro exército francês invade a Espanha e coloca no trono o intruso rei José Bonaparte. Mas, ao inverso do monarca português, o espanhol deixou-se ficar na Europa pugnando pela sua restauração.

Só poderia fazê-lo com êxito abandonando as colônias, mas estas, incitadas pela influência das idéias emancipadoras, ou ressentidas com a aparente adesão da metrópole à usurpação es-

trangeira, constituíram outras tantas repúblicas, desde as margens do Prata até o México.

A independência de Buenos Aires foi proclamada a 25 de maio de 1810 porém, como sucede a toda mudança de forma de um governo, sem o preciso preparo; no seio da nascente nacionalidade; pulularam as ambições políticas, quase reinou a anarquia e foram grandes os desmembramentos.

O Paraguai sacudiu o jugo da metrópole e o do antigo Vice-Reinado platino submetendo-se à ditadura do Doutor José Gaspar Rodrigues Francia que, mantendo o mais pesado e sangrento despotismo, conseguiu consolidar a independência de sua terra natal.

O Estado Oriental do Uruguai procurou emancipar-se absolutamente mas, como eram muitos os pretendentes ao exercício do governo supremo, e perto estava o governo de Buenos Aires, tentando sempre e por vezes conseguindo sujeitá-lo à obediência, só muito mais tarde pôde firmar sua tão disputada e vacilante independência.

Enquanto esses povos vizinhos debatiam-se em guerras civis, o território conquistado pelo Brasil em 1801 gozava inalterável tranquilidade, crescia-lhe a população, desenvolvia-se indústria e o comércio até que em 1816 tornou-se o teatro de uma série de campanhas empreendidas com máxima insensatez, sem jamais abalar o domínio firmado pelos gaúchos rio-grandenses.

José Artigas, que bastante pugnara pela independência de Montevidéu e fizera-se aclamar seu governador, achou-se empenhado em guerra contra o muito mais forte governo de Buenos Aires.

Como seu exército era insuficiente, lembrou-se de aumentá-lo com os índios das Missões Ocidentais, no território de Corrientes.

Para esse fim, enviou seu filho adotivo André Artigas, a quem seria fácil o desempenho da comissão porque era índio, nascera em São Borja e falava o guarani). Apresentando-se naquelas Missões, teve bastante força suasória para seus irmãos de raça, dos quais reuniu mais de 1.600 cavaleiros e alguma artilharia de campanha.

Moço e fogoso pensou ser-lhe fácil tomar de assalto as Missões Orientais (ou parte destas) e incorporá-las talvez ao Estado que seu pai ditatorialmente governava.

Nos primeiros dias de setembro, transpôs o Uruguai em frente a Itaqui. A pequena guarda comandada pelo furriel de milícias Athanásio José Lopes²) retirou-se para sua estância de São João, distante 30 quilômetros.

Aí foi ter o inimigo. Athanásio, em vez de ocultar-se no extenso matagal (quase contínuo a sua vivenda e que estende-se até internar-se no grande banhado de São Donato) teve a indesculpável temeridade de resistir com seus companheiros. Estes, ele próprio e quase toda a família foram exterminados.

Um dos milicianos, que conseguiu escapar, seguiu até São Borja, distante 50 quilômetros e deu circunstanciada informação ao General Francisco das Chagas Santos, comandante geral das Missões Orientais.

Mandou Chagas reconhecer o inimigo por uma força de trezentos cavaleiros, comandados pelo Major Joaquim Ferreira Braga, enquanto seguia em expresso³⁾ com ofício ao Tenente-Coronel José de Abreu, comandante da guarnição de Alegrete.

A força ao mando de Braga foi batida sobre as vertentes do rio Baotui, sendo obrigada a regressar a São Borja.

Entusiasmado com essa vitória prosseguiu André Artigas sua tão auspiciosa marcha sobre o povo de São Borja. Era aí a capital das Missões Orientais e o quartel general do comandante Chagas; mas este só tinha, para opor-se a tão crescida e tão animada força inimiga, um guarnição pouco maior de 400 homens das três armas.

Homem experimentado na guerra, compreendeu que só podia, quando muito, reconcentrar-se na povoação e daí opor toda a possível resistência até que Abreu pudesse chegar e socorrê-lo.

Assediado desde 21 de setembro até o dia 3 de outubro, tanto a força da guarnição como as famílias aí refugiadas estavam prestes a render-se, mais pela fome e pela sede, do que por medo do inimigo. Eis que inesperadamente chega o Tenente-Coronel José de Abreu com uma coluna de 800 cavaleiros, bem armados.

Compreendeu André Artigas que não poderia lutar contra as duas forças combinadas e por isso, mal avistou a coluna de Abreu, mandou tocar retirada e, em precipitada marcha, ganhou a margem direita do Uruguai.

Qualquer outro homem desanimaria da impossível empresa da reconquista das Missões, mas André Artigas foi tenaz e perseverante.

Em 1817, seu pai adotivo José Artigas, foi desbaratado em Catalan pelas forças brasileiras, quando, depois de trair seus companheiros da campanha da independência contra o domínio de Buenos Aires, lembrou-se de disputar pelas armas o território ao Sul do Ibicuí, incorporado ao Brasil.

Seguiu para Santa Fé e Entre-Rios, enquanto o filho reunia nas Missões Ocidentais novas forças de índios e provia-se de cavallhada.

O Marquês de Alegrete, governador do Rio Grande do Sul, informado disso, oficiou ao General Chagas ordenando invadisse as Missões Ocidentais, destruísse e saqueasse todas as suas reduções, não poupando os grandes templos, nem as capelas, nem as estâncias, trazendo todas as alfaías, sinos e os mesmos índios, colocando-os nas Missões Orientais.

Cumpriu Chagas essa ordem tremenda e sacrílega. Os seus auxiliares Coronel José Maria da Gama Lobo d'Eça e Major Luis de Carvalho e Silva destruíram somente os povos da Cruz, Japeju ou

Santos Reis, Mártires do Japão, São José, Santa Maria Maior, São Thomé e São Xavier.

Por seu turno, Francia, ditador do Paraguai, temendo ser incomodado em seus domínios pelos brasileiros ou orientais, mandou retirar todas as alfaías e sinos dos povos da Candelária, Loreto, Sant Anna, Santo Ignácio Merin e Corpus Christi. Os índios neles residentes atearam fogo a todos os edificios e foram retornar nas selvas e antiga vida errante.

Eis como foram destruídas quinze reduções dos jesuítas ao ocidente do Uruguai e como completou-se a dispersão dos índios missioneiros.

Mais tarde, tiveram a mesma sorte cinco povos das Missões Orientais: Santo Angelo, São João, São Miguel, São Lourenço e São Nicolau, os quatro últimos com os templos incendiados casualmente, o primeiro destruído e saqueado, após seu total abandono⁴).

André Artigas aproveitou-se do ressentimento da população indiática pela destruição dos templos e das suas habitações. Reuniu perto de mil homens, dos escapados ao recrutamento de Chagas e aquartelou-se no povo de Apóstolos. Soube-o Chagas e para lá marchou transpondo o Uruguai. Era porém inferior e mal armada a força brasileira, levando uma cavallhada enfraquecida com o grande nado no Uruguai, resolveu evitar uma derrota infalível e regressou a São Borja.

No ano seguinte (1818), sabendo Chagas que André Artigas viria com força considerável atacar as Missões e unir-se a seu pai para bater o General Curado no Rincão das Galinhas, resolveu transpor de novo o Uruguai.

Dessa vez, mais bem armado e equipado, marchou sem demora, sobre o povo de São Carlos, onde se aquartelara André Artigas com toda a sua força. Assediando-o conseguiu Chagas atear um incêndio na igreja convertida em depósito do pólvora e fabricação de cartuchos.

Tremenda foi a explosão. Morreram, dentro do templo, mais de 200 índios e alguns dos próprios sitiados. Comunicado o incêndio ao colégio, não foi tão completo, porque Artigas e muitos dos seus companheiros, lograram escapar-se.

Chagas fez destruir todos os edificios desse povo e oito dias depois, os de Apóstolos, de onde ele recuara um ano antes.

Escoou-se o resto do ano sem o menor incomodo para os habitantes das Missões Orientais, mas André Artigas, influenciado por seu pai, dispôs-se a atacá-las de novo e dar batalha mais decisiva.

Com efeito, em março de 1819, tranpôs o Uruguai, no passo de Santo Izidro com força maior de dois mil homens e foi ocupar o povo de São Nicolau, ainda perfeitamente conservado. Deveria seguir daí até os campos abaixo da Serra de São Xavier e fazer junção com as forças do mes-

mo seu pai. Chagas, sabedor desse plano, comunicou-o ao Capitão-General Conde da Figueira e ao Coronel Abreu, que ainda comandava em Alegrete. Este ficava a 140 quilômetros e aquele a 610 de São Borja. Teria Chagas, pelo caminho mais curto, de transpor 110 quilômetros para chegar a São Nicolau atravessando nessa estação de chuvas os caudalosos Cambacoã, Manoã, Urucutaí e o Piratini.

Como demorassem os socorros pedidos, resolveu Chagas sair de São Borja e marchar por esse difícil caminho para atacar um inimigo entricheirado.

Mas o inimigo, cōscio de sua superioridade, deixou aproximar-se a força de Chagas e reagiu com tal impetuosidade, que o General brasileiro mandou tocar e efetuar a retirada, varando o Piratini no passo de São Borja, na estância da Palmeira de Bento Ferreira de Moraes.

Aí ficou Chagas de observação.

André Artigas, convencido de sua perícia e bravura, e de ter muito adiantado no empreendimento da reconquista das Missões Orientais, deixou em São Nicolau uma guarnição suficiente para a repulsa de qualquer agressão de Chagas e, com o grosso de sua coluna, desceu a serra a encontrar o exército de seu pai.

Infelizmente adiantou bombeiros, que voltaram dizendo não terem encontrado sequer notícias de Dom José Artigas. Foi uma decepção, que obrigou seu filho a retroceder por São Francisco de Assis⁶). Marchou então pelo boqueirão de Santiago até a coxilha geral, por onde desceria a pé enxuto pelo Rincão do Cambacoã até o passo chamado posteriormente do Sarmento, por onde Chagas havia ido atacá-lo em São Nicolau.

Seguia André Artigas muito crente de chegar incólume a esse ponto fortificado, quando, abaixo do capão de Carovi, foi alcançado pela coluna de cavalaria ao mando do Coronel José de Abreu, vindo de Alegrete ao reclamo de Chagas.

Chocaram-se as duas forças, mas o desbarato de André Artigas não o impediu de chegar a seu destino.

Apenas entra em São Nicolau, recebe o aviso da aproximação do governador Conde de Figueira com forças de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira, formando, com as de Abreu e Chagas, um exército de 5.000 combatentes. Estava perdido o caudilho.

Pôs-se logo em fuga para o território de Corrientes; mas houve-se com tal desazo, que indicando para seu exército o passo de Santo Izidro, escolheu para si e mais três companheiros o de São Lucas. O primeiro não tinha gente que pudesse obstar-lhe a passagem do exército, mas no segundo encontrou uma guarda de 15 homens sob o comando do Sargento Joaquim Antônio Santiago, que o prendeu e conduziu a presença do governador. Reteve-o o Conde da Figueira e, quando regressou a Porto Alegre, levou-o com toda a segurança e fê-lo embarcar para o Rio de Janeiro, onde, em poucos meses, vitimou-o uma enfermidade qualquer.

Com a prisão e morte desse caudilho, cessou a guerra que, por mais de quatro anos, teve em contínuo sobressalto a população missioneira, mas nem por isso o Brasil esteve em paz: por vezes

os habitantes do território conquistado tiveram que deixar seus labores e marchar em defesa da pátria nas repetidas guerras com os nossos vizinhos da fronteira do Sul.

José Artigas, forcejando por constituir no Estado Oriental uma ditadura tão sólida como a do Paraguai, entendeu desapressar-se dos embaraços opostos pelo Brasil, prestes a absorver seu pequeno Estado.

Em 1822, foi outra vez batido em Taquarembó em consequência da defeção de seu importante companheiro Fructo Rivera, que pronunciou-se em favor dos brasileiros.

Refugiou-se com a diminuta força, que se lhe conservou fiel, no território de Entre-Rios. Aí esperava encontrar gente suficiente para formar um pé de exército, com o qual iria desbaratar as forças que apoiavam o domínio do Brasil no território de Montevideu. Desavindo com seu companheiro Ramires e por este atraído, seguiu com os poucos companheiros fiéis até o extremo Norte de Corrientes, de onde mandou pedir asilo ao ditador do Paraguai.

Francia não era amigo de estrangeiros, nunca os quis aumentando ou melhorando a raça dos seus patrícios. Provou nutrir esse ódio egípcio, quando apoderou-se do sábio Bompland e o reteve em prolongado cativo; confirmou-o ainda quando com intenção perversa, deixou entrar Artigas em seu território, mandando-o internar em Curuguaiti, onde foi guardado como prisioneiro até a morte do ditador).

Os montevidéanos resistiram, por alguns tempos ao domínio de Buenos Aires. Pediram e conseguiram sua incorporação ao Reino Unido do Brasil, e quando este proclamou sua independência, o Estado Oriental tornou-se a província denominada Cisplatina, jurou a Constituição política do império, elegeu três deputados, apresentou lista triplíce para senador.

O Imperador Pedro I (na organização do senado em 1826) escolheu dentre os eleitos Dom António Larrañaga.

Foi uma concessão muito mesquinha e que provavelmente desagradaria uma província importantíssima por sua posição topográfica composta, em sua totalidade, de uma raça diferente. Eram precisos outros meios de atração como: o aumento de sua representação na Assembléia Legislativa do Império, o aproveitamento dos seus homens mais notáveis no governo de outras províncias ou noutros empregos importantes no território brasileiro. Tudo isso serviria, quando não fosse melhor, o conselho de Maquavel, ir o monarca conquistador residir (ao menos por algum tempo) na capital do país incorporado.

Recebidos com tanta reserva, os orientais não podiam ficar por muito tempo unidos ao Brasil.

Com efeito, no ano de 1826, começou uma luta pela separação, e Fructuoso Rivera, inimigo do domínio buenairense ou portenho e

aliado do Brasil, passou-se completamente com seus patrícios orientais para o partido, que aderira aquele até então detestável domínio.

Talvez por querer dar prova da sinceridade de sua adesão ao governo sucedâneo do antigo vice-reinado, resolveu Fructo Rivera (que não aceitara o título de Barão de Taquarembó, dado pelo Imperador do Brasil) empreender uma guerra, que o escoimasse das desconfianças de seus novos patrícios.

Com 200 homens, entre índios charruas e gaúchos tomou o itinerário de seu antigo chefe Artigas, atravessou o Uruguai e, entre Entre Rios e Corrientes, encontrou com quem aumentar o seu séquito. Repassou o Uruguai em Sant'Anna Velha (abaixo da atual cidade de Uruguaiana) em poucos dias rechaçava a guarda do passo do Mariano Pinto no Ibicuí⁸) e seguia direto a São Borja.

Aí já não era comandante geral um Chagas, mas o Coronel Joaquim Antonio de Alencastro que, pusilânime e irresoluto lançou o pânico entre seus jurisdicionados e, com o Tenente-Coronel José da Fontoura Palmeiro, comandante da guarnição e o Major Manoel da Silva Pereira do Lago, administrador geral dos povos, puseram-se em vergonhosa fuga até Cruz Alta, de onde separaram-se, o primeiro para Porto Alegre, descendo pela serra de São Martinho (Pica-da-da Bocca do Monte), o segundo para o Rincão de Botucaraí (hoje município de Soledade), o terceiro para Passo Fundo.

Senhor da melhor e mais rica zona do território missioneiro, Fructo Rivera, não podendo conquistá-lo, saqueou o que ainda restava nas igrejas das reduções. Em grande comboio de carreatas tomadas das fazendas abandonadas, ou extorquidas a seus donos fugitivos, carregou alfaias, paramentos, sinos e, afora isso, o gado que pode levantar das estâncias dos índios e dos particulares, em número maior de 60.000 cabeças.

Os mesmos índios foram obrigados, com suas famílias, a deixar as reduções e estâncias e acompanhá-lo até o Rincão de Arapeí, onde ele os estabeleceu esbulhando os fazendeiros que lá existiam, por concessão de autoridades brasileiras, pois que esse rincão ainda pertencia ao Brasil.

Antes, porém, passou com esse enorme séquito por Alegrete. Era aí comandante o Coronel Bento Manoel Ribeiro que, em vez de bater o caudilho e tomar-lhe o saque, deixou-o seguir incólume e fazer entrada triunfal em sua nova pátria, assim habilitando-se a mais tarde governá-la, como é sabido.

Para o Brasil, a deserção desse caudilho importou uma grande perda mas, como um desastre nunca vem sem outro, apenas lembraremos o da batalha do Rosário de Ituzaingo, alguns meses depois, em 20 de fevereiro de 1827 e onde (digam o que melhor aprouver) foi eclipsado todo o brilho das armas brasileiras, até então vitoriosas.

O território das Missões Orientais continuou progredindo, se bem que se tornasse um pouco estacionário durante o período da revolução gaúcha de 1835 a 1845. Depois disso foi notável o desenvolvimento do comércio e o aumento da população, assim na re-

gião serrana, como abaixo desta e até o extremo das nossas fronteiras meridionais, durante os vinte anos posteriores à pacificação daquela, por vezes quase triunfante rebelião.

Em 1851 e 1852, achou-se o governo do Brasil empenhado em guerra contra as repúblicas do Uruguai e Argentina, e conquanto de todo o Rio Grande do Sul, mas muito especialmente do território conquistado, houvessem marchado vários corpos da guarda nacional para essa campanha, isso em nada arrefeceu o progresso crescente daquela região voltando a seus lares quase toda a força coberta dos louros da vitória brasileira sobre a tirania do General Rosas.

Nada faltava, para que se julgassem bem felizes os habitantes das Missões Orientais, quando a parte mais importante é invadida pelo exército paraguaio sob as ordens do Coronel Antônio de La Cruz Estigarribia.

Bem que não fosse um projeto formal de conquista do território missioneiro, faremos uma sucinta narrativa desse lúgubre período, começando pelos antecedentes que deveriam por de sobreaviso o indisculpavelmente descuidoso governo brasileiro.

Ao governo do extremo opressor de José Gaspar Rodrigues Francia, sucederá no Paraguai, com poucas modificações, o não menos despótico de Carlos Antônio Lopes.

Se bem que este não chegasse ao ponto de vedar a entrada de estrangeiros em sua república, todavia eram todos recebidos com reservas e desconfianças e nenhum navio estrangeiro poderia subir acima de Assunção, onde chegaria (sendo mercante), se não debaixo de severa fiscalização.

Essa medida era vexatória em demasia ao Brasil, que não podia servir-se de um rio que, em grande parte, lhe pertencia e responder-se com a província de Mato Grosso⁹).

Como interessasse também à República Argentina a navegação e comércio para o Alto Paraguai, persuadiu o governo do Brasil ou daquela república a celebrar também por seu turno um tratado de comércio e amizade com a do Paraguai, franqueando a navegação aos navios especialmente vapores argentinos e brasileiros, até a cidade de Cuiabá e portos intermediários.

Em fins de 1854, mandou o governo do Brasil, no caráter de enviado extraordinário, o chefe de esquadra Pedro Ferreira d'Oliveira, levando consigo três vapores de guerra, num dos quais concluiu sua viagem, deixando dois abaixo da confluência do Paraguai.

Ao Chegar a Assunção, recebeu o plenipotenciário brasileiro uma nota do ministro paraguaio vedando-lhe o desembarque, porque viera acompanhado de uma esquadra imponente, o que excluía toda a hipótese de uma missão pacífica.

Fez o chefe de esquadra Pedro d'Oliveira regressar os vapores obtendo permissão para o desembarque, mas o seu procedimento foi desaprovado pela chancelaria brasileira. Isto já em 1855.

Então seguiu para Assunção, em missão especial, o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, que obteve assentar um tratado, em que era permitida a navegação dos navios brasileiros até os seus portos, em território de Mato Grosso. Firmou esse tratado o plenipotenciário paraguaio Dom José Berjes, em 6 de abril de 1856, mas logo que foi ratificado, o ditador Carlos Lopes expediu decretos, que sujeitavam os navios estrangeiros (e portanto os brasileiros) a medidas demasiado vexatórias, impondo-lhes pesados tributos e alcançando estes aos próprios passageiros.

Seguiu para Assunção, com plenipotenciário brasileiro, o Conselheiro José Maria do Amaral, que foi tratado com máximo desrespeito e viu-se obrigado a retribuir ao ditador Lopes na mesma espécie.

Numa das audiências trocou-se este amável diálogo:

- Lopes: - Miente usted...

- Amaral: - V.Exa. é que está mentindo...

- Lopes: - Como és eso, a mim dice usted, que miento.

- Amaral: - Perdão, Senhor Presidente, estou usando uma fórmula da diplomacia paraguaia.

A audiência acabou, nada se fez, e não tardou a substituição do ministro Amaral pelo Conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

A esse tempo, porém, o gabinete brasileiro tudo dispusera, para levar forças aquela república e modificar talvez o seu despótico governo, se tanto fosse preciso.

Na fronteira de São Borja, existia uma brigada das três armas sob o comando do legendário Manoel Luís Osório, outra ainda maior em São Gabriel sob o comando do não menos bravo General João Propício Menna Barreto, outra em Piratini tendo por chefe o experimentado e valente Coronel Tamarindos, outra em Sant'Anna do Livramento sob o comando do bem conhecido General honorário David Canabarro. Ao mesmo tempo foram chamados às armas vários corpos da guarda nacional, acampando esse exército à margem esquerda e quase à barra do Ibicuí, sob as ordens e direção do Marechal Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto.

Apelando o governo do Brasil para o General Urquiza, este reuniu uma divisão e veio acampar na margem direita do Uruguai, e assumiria o comando geral, quando por ali passasse o corpo do exército brasileiro.

Não foi preciso ir mais longe. O ditador Carlos Lopes deu aos dois governos aliados todas as satisfações pedidas, e então em 12 de fevereiro de 1858 firmou-se entre o ministro José Maria da Silva Paranhos e o General Francisco Solano Lopes (filho do ditador) uma convenção explicativa do tratado precedente, e foram derogados os decretos vexatórios, a que aludimos.

Passou essa nuvem, o governo do Brasil retirou suas forças da fronteira, Urquiza também recolheu-se à cidade de Concorórdia em frente a do Salto Oriental.

Daí por diante, começou a franca navegação do rio Paraguai, porém Carlos Lopes sempre autoritário e fugindo as vezes que podia às franquias do tratado de 1856, e da convenção de 1858 achou-se envolvido em sério conflito com a república dos Estados Unidos da América do Norte, por causa dos tiros disparados contra o vapor Watterwich e dos quais resultou a morte de dois indivíduos a bordo.

Uma esquadra bem preparada partiu de New York e entre os vasos a vapor com gente de desembarque contava-se o próprio Watterwich para esse fim armado em guerra, os quais tocaram em vários portos do Brasil.

Muito valeu ao Ditador do Paraguai a intervenção do General Urquiza, e mesmo os bons ofícios (menos ostentosos) do governo brasileiro. Reconciliaram-se a grande e a pequena república prestando-se esta a todas as satisfações exigidas.

Por esta ocasião, foram malogradas as esperanças dos distintos prófugos do Paraguai, que esperavam ver realizada a libertação de sua pátria, sendo esta regida por um governo menos opressor e tirânico.

Morto Carlos Lopes (1862) sucedeu-lhe seu filho o General Francisco Solano Lopes, o primogênito de sua sonhada dinastia, como um manifesto publicado, quatro anos antes, chamaram-no os ilustres prófugos, Machain, Iturburu, e outros.

Parece que Solano Lopes nutria desejos de proclamar-se imperador. pelo menos foi isso muito divulgado e conversado nas cidades platinas, no Rio Grande Do Sul e na própria corte de Dom Pedro II.

Confirmou-se essa crença, quando em 1869, ele, fugitivo de Assunção e perseguido, deixou cair em poder das forças aliadas uma arca contendo uma coroa imperial e cetro de ouro, um manto de veludo carmesim ricamente bordado a ouro. Isto vimos publicado nos jornais desse tempo.

Mas o soberano in fieri não limitava sua ambição a um pequeno império como o de Marrocos, ou de Dirman, porém vasto e suscetível de conter algum dia dezenas de milhões de súditos.

Sempre manteve as pretensões de seus antecessores sobre o domínio exclusivo do Chaco, bem como sobre o território de Corrientes, à margem esquerda do Aguapeí, invadido e ocupado em 1847 por ele, ainda jovem, el generalito, el Lopesito, como chamavam, quando veio dali visitar o povo, e algumas estâncias de São Borja.

Pensou, afirmaram, absorver toda ou grande parte da província de Mato Grosso, que seria o dote da princesa brasileira, que desejava desposar.

Constou mesmo no Rio da Prata, que ele incumbira uma distinta matrona francesa de falar reservadamente sobre a conveniência dessa aliança, ao imperador Pedro II e este deu uma negativa, que levou ao requinte o despeito e a ojeriza do ditador hereditário do Paraguai¹⁰).

Quando em 1864, o Brasil viu-se forçado a declarar guerra à República Oriental, invadir seu território, bombardear Paissandú, assediar Montevidéu, que cedendo à pressão do comércio e diplomatas estrangeiros, capitulou e fez a paz, Lopes, como em sessão revendida, aprisionou em Assunção o vapor brasileiro Marquês de Olinda, reteve cativos (era o termo usado no Paraguai) o presidente do Mato Grosso, Coronel Frederico Carneiro de Campos e sua comitiva.

Sem perder tempo, enviava força considerável à fronteira de Mato Grosso, apoderava-se do forte de Coimbra, Corumbá e outros pontos, destruindo habitações e aprisionando quanta gente fosse possível aprisionar.

Apelando para o governo argentino, este negou-lhe a aliança que antes havia prometido ao Brasil.

Despeitado, enviou um corpo do exército, que tomou de assalto a cidade de Corrientes e atravessou todo o território dessa província indo acampar em São Thomé, aí permanecendo desde 8 de maio até 10 de junho de 1865¹²⁾.

O presidente do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga, apesar dos poderes que recebera do governo da corte, apenas conseguiu reunir uma divisão de corpos da guarda nacional sob o comando do General David Canabarro. Essa força quase toda de cavalaria, tinha o preciso equipamento, mas em sua maior parte, estava mal armada. Canabarro confiando a primeira brigada ao Coronel Antonio Fernandes Lima (analfabeto), incumbiu-o da defesa da margem do Uruguai, desde a foz do Ibicuí até acima de São Borja, ficando ele acampado com a segunda brigada em Ibirocaí. Foi uma lembrança infeliz, como provaram os desastres posteriores.

Fernandes escolheu para seu acampamento e como ponto intermediário o Passo das Pedras.

Sendo prevenido que os paraguaios atacariam São Borja, de onde a população estava emigrando, para ali seguiu em marcha forçada. Ao fim de três dias, regressou ao seu acampamento, persuadido por um Tenente-Coronel Paiva, de Corrientes, que Estigarribia contramarchava para a margem do Paraná. Essa notícia fez também cessar a imigração. Era, porém, um laço armado à credulidade daquele povo ou talvez uma perfídia de dois estrangeiros residentes em São Borja, os quais, na véspera da invasão, foram a São Tomé, conversaram com Estigarribia e voltaram assegurando que os paraguaios dali não avançariam.

Pelas 8 horas da manhã do dia 10 de junho desembarcavam, em canoas e balsas, convenientemente preparadas, mais de 400 paraguaios e essas embarcações voltavam para tornar cheias de soldados armados.

Os moradores da pequena povoação do Passo deitaram a fugir para a vila, o que produziu um pânico geral.

Quando o inimigo tinha gente bastante para atacar sem receio, fez fogo sobre o piquete de 30 homens da guarnição do Passo a mando do Tenente João Clemente Godinho¹³⁾ que, no tiroteio em defesa perdeu dois soldados. Então começaram os tiros da artilharia inimiga sobre a vila, sem que os projectis a alcançassem.

Por fortuna; chegara de véspera e acampara na distância de duas léguas o primeiro batalhão de voluntários da corte com 850 praças e, quando teve notícia da invasão, seguiu a marche marche e atravessou pelo meio da vila. Comandava o bravo Coronel João Manoel Menna Barreto, que forá dos muros da povoação mandou fazer alto e estender em linha. O inimigo estava à vista e a tiro de alcance, mas tanto que ouviu tocar a banda de música do batalhão e uma descarga cerrada, que derrubou-lhe algumas praças, contramarchou e pôs-se em guarda.

Graças à atrevida manobra do bravo Coronel rio-grandense¹⁴⁾, os paraguaios ali ficaram desconfiando fosse essa a vanguarda de um forte exército e terem sido iludidos por seus officiosos espiões. Sô entraram na vila passados três dias, entretanto que, desde às 4 horas da tarde do dia 10 de junho, aí sô ficā ram com suas famílias os estrangeiros, que foram os primeiros a saquear as casas abandonadas.

O primeiro batalhão transportou seus poucos mortos e foi acampar ao pé do capão de matos, onde passaram a noite precedente. Aí, à margem da estrada geral; foram enterrados os corpos das vítimas dessa patriótica jornada. O povo ficou chamado a essa paragem o capão dos voluntários. Um montículo de pedras toscas assinala o covão, onde repousam seus desfeitosos restos. E nem uma pirâmide foi até hoje erguida memória desses bravos!

Não demoraram os paraguaios muitos dias em São Borja.

Marcharam, em número reduzido a 6,500 homens, mais ou menos, para Itaqui, enquanto uma coluna de 1.600 homens, sob o mando de Pedro Duarte, seguia-os pela margem oposta. Nesse trajeto as forças de Estigarribia incendiaram as estâncias de José Manoel Mendes, Joaquim de Souza Rocha, Dona Ana Hiólita Pereira, Tenentes-Coronéis José Pedro Pereira de Escobar e José Joaquim de Assunção, Capitães Sezefredo José Gonçalves, Rufino Rodrigues dos Santos, Florentino Dutra Lemos, Coronel José dos Santos Loureiro, Porfirio Gonçalves Cabral, Fortunato José de Assunção, Manoel de Souza Caldas, Tenente-Coronel José da Luz Cunha e Coronel Antônio Fernandes Lima.

Muito antes de chegarem a Itaqui, um batalhão paraguaio, que saíra em descoberta, encontrou a brigada do Coronel Fernandes. Este não compreendendo o sinal de rendição mandou carregar sobre o batalhão, que formado em quadrado, opôs heróica defensiva, causando grande estrago à força da cavalaria brasileira que, entre várias perdas, teve a do valente Capitão João José de Oliveira, rico estancieiro de Alegrete. O batalhão paraguaio conseguiu reentrar no banhado de São Donato e aí ganhar um capão deixando no campo mais de 80 homens. Já vimos escrito número tão exagerado, que importaria o extermínio total do batalhão, mas alguns officiaes dessa jornada, nossos amigos, e o próprio Coronel Fernandes disseram-nos ter sido aquela, pouco mais ou menos, a perda do inimigo.

Em Itaqui pouco se demoraram, conseguiram passar sem tropeço o Ibicuí e foram direto para Uruguaiana, deixando destruídas as estâncias de Francisco Fonseca (o Bagê) João Gomes Jardim e as moradias dos habitantes da Serrilhada do Toropasso. Ao descambar dessa coxilha existe o arroio Toropasso, que, estando cheio e profundo, foi enrocado a pedras e deu passagem de vau ao exército inimigo.

No dia 5 de agosto, estava Estigarribia de posse da hoje cidade de Uruguaiana, encontrando a alfândega e os armazéns dos comerciantes repletos de mercadorias. A vila, porém, achou-a tão deserta como as de Itaqui e São Borja.

Mas, eles e seu exército ficaram encurralados, porque, pelo rio Uruguai sitiava-o flotilha organizada com os vapores onze de Julho, Taquari, Tramandaí, sob o comando do Capitão de Fragata Pereira Lomba, unindo-lhe o Uruguai armado em guerra sob o comando do 2º Tenente (mais tarde Marechal) Floriano Peixoto. Por terra, sitiava-o, pelos lados Norte, Sul e Leste, o exército brasileiro com mais de 8.000 homens sob o comando do Tenente-General João Frederico Caldwell, incluindo as divisões a mando de Canabarro e do Barão de Jacuí. As forças aliadas argentinas e orientais, comandadas por Flores e Paunero, antes de vir aumentar o sítio, resolveram derrotar à margem direita do Uruguai, a força inimiga do Major Duarte.

No dia 17 de agosto feriu-se à margem do arroio Jataí, subúrbios da vila argentina da Restauração ou de Libres, renhida peleja, morrendo mais de 300 paraguaios e rendendo-se prisioneiros o chefe Duarte com 1.200 homens. Foram recuperadas mais de 15.000 reses arrebanhadas das estâncias brasileiras e 40 carretas de objetos e mercadorias saqueadas em São Borja e Itaqui. Muito mais do que isso havia Duarte remetido para o Paraguai.

Essa derrota, à vista quase de Estigarribia, não o inibiu. Mas logo que chegaram o General Mitre, Presidente da Presidente da Confederação Argentina o Imperador do Brasil, os príncipes seus genros, Caxias, o almirante Tamandaré, o Conde de Porto Alegre, outras grandes sumidades políticas e militares, quando chegou a maior parte do exército brasileiro, que servira na campanha oriental, quando finalmente viu na sua gente exausta pela fome (pois que os viveres em Uruguaiana estavam todos consumidos), quando no dia 18 de setembro recebeu intimação para render-se ou ser atacado por mais de 18.000 homens de mar e terra e bombardeado por 54 canhões, rendeu-se com todo o pessoal, entregando 6 canhões, 7 bandeiras, armamento, cartuxame e 5.545 soldados que lhe restavam.

Ao seguinte dia proclamou o Imperador ao exército congratulando-se por essa vitória incruenta e concitando-o a prosseguir a campanha até a libertação do território argentino e o da província de Mato Grosso.

Quando na Parte Quarta deste nosso trabalho, ocuparmos-nos do município de Uruguaiana, mencionaremos os estragos causados nessa bela povoação e a sua porventura mais esmerada reedificação.

E possível não mais seja essa parte do território brasileiro invadido por forças estrangeiras. Uma orientação política mais criteriosa predomina os países limítrofes, enquanto o governo do Brasil, desde a terminação daquela sangrenta campanha, tem procurado até hoje granjear a amizade e confiança desses vizinhos, concorrendo ainda para que passassem a viver entre si harmonizados.

É também certo que, a par dessa união crescente, as nossas fronteiras do Sul estão guarnecidas e temos rápidos meios de nelas colocar, em poucas horas ou em breves dias, um bom pé de exército.

Enquanto descansava este capítulo entre nossos papéis, aguardando oportunidade da impressão do livro, levantou-se na imprensa de Buenos Aires uma cruzada contra o Brasil, que tem dado provas sobejas de manter inalterável harmonia com essa nação vizinha.

É crível, porém, que nunca surja a guerra tão desejada por aquela, em grande parte, belicosa população.

NOTAS

1) Quando ainda pūbere chamava-se André Tacoary. Passando com sua mãe para São Thomé, foi entregue a Dom José Artigas, então comandante dessa fronteira. Em vez de tratá-lo como a qualquer pia ao seu serviço, deu-lhe uma educação decente e adotou-o como filho.

Era chamado em casa do pai Andrezito, mas os brasileiros da fronteira chamaram-no o Artiguinhas, mórmente depois das suas desastradas invasões.

2) Athanasio pertencia a uma das famílias, que de Santo Antônio da Patrulha foram povoar as Missões. Adquiriu essa estância com mais de três léguas quadradas, estabeleceu-se com grande copia de gados, escravos etc.

Os patriotas de hoje podem admirar, que um fazendeiro abastado aceitasse um posto de furiel, quando há menos de trinta anos, nem tanta fortuna seria precisa para um cidadão julgar-se com direito a um comando superior. Mas é que nesses tempos heróicos (e como ainda vimos em 1856) muitos moços da nata social missioneira tinham muita honra em vestir uma farda de soldado de milícias ou da guarda nacional.

Da família de Athanasio escaparam uma escrava e duas filhas de tenra idade. Estas foram casadas com os bravos coronéis Manoel dos Santos Loureiro e Tristão Nóbrega, dos quais adiante falaremos.

3) Esse expresso foi o miliciano Antônio José de Moura, concessionário de uma sesmaria na Serrinha de Iboraiassã, onde o conhecemos. Era pai do coronel Antônio José de Moura, um dos bravos da campanha do Paraguai, co bardemente assassinado em 1892.

4) Em Missões arraigou-se a crença, de que todas as localidades das reduções ficaram amaldiçoadas, como por um castigo providencial, sendo inúteis todos os esforços para restaurá-las, como sucedeu a esse posteriormente destruído povo de Apóstolos. Designado para capital da província de Missões, da república argentina, foi logo abandonado e essa capital transferiu-se para a atual cidade de Pozadas, já populosa e rica.

5) Em 1856, achando-nos na fazenda da Santa Maria da Tigana, propriedade do capitão Manoel Pereira Escobar, contou Antônio Luiz dos Santos Assis (outro soldado como ele dessa campanha) que havendo trepado, de ordem do seu comandante, por uma improvisada escada portátil descobriu a fabricação dos cartuchos, por uma das janelas. Então forneceram-lhe um tição do fogo, que ele atirou pela janela dentro, caindo de costas com a cara chamuscada, do que tinha sinões. De então por diante, ficou-lhe a alcunha de Chifre Queimada.

6) O velho João Xavier Pedroso, grande capitalista em Missões, contou-nos, que teve de fugir abandonando os seus mares (voltando ao estado de miséria, com que começara sua vida): Isto fizera para não ser morto ou incorporado à força de Artigas.

7) José Artigas finou-se, aos 90 anos de idade, em Assunção, onde seus restos mortais, trasladados para Montevideu, repousam em suntuoso jazigo.

A posteridade foi reconhecida ao fundador da nacionalidade oriental e deu seu nome a cidade fronteira à de Jaguarão.

8) Comandava-a o Capitão Boaventura Soares da Silva, que conhece-

ceamos em São Borja no posto de Tenente-Coronel, pelos anos de 1855 a 1862. Contou-nos muitos episódios das guerras de Artigas e de Fruto Rivera e sobre a campanha da revolução, na qual tomou parte ativa e exerceu, entre outros cargos, o de comandante da guarnição de São Borja. Foi concessionário de uma sesmaria à margem esquerda do Ijuí Grande, além do passo do Quaresma.

9) Em 1843 seguindo para Mato Grosso o Presidente-Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, depois de alguns dias de marcha através do sertão, foi surpreendido uma noite por uma força de índios coroados, que com suas flechas disparadas mataram algumas pessoas da comitiva, inclusive o filho do presidente, um jovem oficial seu ajudante de ordens. Mesmo assim prosseguiu e tomou posse do governo.

10) Ouvimos (por vezes, em tempos e lugares diferentes) grandes censuras ao Imperador, pois manteria uma outra monarquia, que seria à despeito da má vontade das repúblicas vizinhas, um sustentáculo da sua, enquanto por seu turno o México (que para isso já se preparava) faria sentar no trono de Iturbide e de Montezuma o príncipe Maximiliano da Áustria.

Nós, entretanto, pensamos, que o Imperador do Brasil repelindo a proposta de Lopes procedeu com tanto patriotismo, quanta dignidade, quer como monarca, quer como um pai de família exemplar.

11) O general José Bernardino Bormann, em sua adolescência um dos soldados brasileiros da campanha contra a República Oriental, em 1864, atribui ao ditador do Paraguai Solano Lopes a pretensão de tornar-se o fiel da balança das repúblicas sul-americanas.

Como esse notável escritor, outros que trataram da guerra contra o Paraguai atribuem-lhe esse sentimento de ambição como causa única dessa guerra, por ele loucamente provocada.

Pode ser, que fôsse esse um dos sentimentos, que desvairaram àquele déspota; mas esses sentimentos não excluem o do despeito pela repulsa do seu pretendido enlace com a princesa brasileira e a instituição da dinastia de sua família do domínio perpétuo da nação paraguaia.

12) Dessa vez nem seria incomodado com uma intervenção dos Estados Unidos da América do Norte, porque essa república estava dividida em dois campos de combate com a chamada guerra da secessão.

13) Agregaram-se-lhe alguns paisanos e o Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, que ordenou-lhe se retirasse até dentro da vila para não sacrificar toda a sua pouca gente. Godinho serviu até a terminação da campanha, onde, por atos de bravura, subiu todos os postos até o de coronel honorário.

14) No território paraguaio esse heróico filho de João de Deus Menina Barreto (soldado da conquista das Missões, das campanhas subsequentes e por fim Visconde de São Gabriel) soube honrar a memória de seu digno progenitor. Ocupou lugar saliente em todos os combates e gloriosamente morreu na batalha de Peribebui a 12 de Agosto de 1869.

Capítulo VIII.

CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA

*Nulle part on ne voit mieux, combien il eut
été facile, avec un peu de patience et de bon
sens, de s'assurer sans secousse toutes les
conquêtes dont nous jouissons.*

Lavergne

O território conquistado foi reunido à capitania do Rio Grande do Sul, que assim duplicou sua já crescida extensão.¹⁾

Não obstante essa incorporação, aquele território continuou, por muitos anos, a ser tratado pelo seu título antigo: - a província de Missões.²⁾

Longa é a distância de qualquer das reduções, únicas povoações então existentes, para a cidade de Porto Alegre, sede da capitania. Nada menos de 580 quilômetros eram precisos caminhar desde a capital rio-grandense até a redução de São Miguel, a de mais fácil acesso e que, no ano da conquista, era a capital das Missões Orientais.

O governador da capitania, em falta de melhor alvitre, nomeou logo um oficial superior do exército para exercer o cargo de comandante geral das Missões. Este devia escolher uma das reduções para seu quartel e centro de direção, sendo seus auxiliares, e a ele subordinados, os comandantes das outras reduções ou distritos, todos com os postos de capitães e, às vezes, oficiais subalternos.

Instituiu-se assim, um governo militar com poderes para decidir todas as questões, mesmo as pertencentes à jurisdição civil, com recurso para o governo da capitania.

Muitos anos durou essa administração excepcional, sem que uma só queixa fosse levada àquele governo contra os comandantes gerais das Missões.

Nos anos de 1855 a 1857, quando residimos em São Borja, tivemos ocasião de percorrer grande parte daquele território e

interpelando vários anciãos missioneiros, ouvimos-lhes dizer: que o governo dos comandantes gerais fora todo paternal e criador

Essa informação, por velhos tão respeitáveis, fez-nos crer e poder afirmar hoje, que os governadores e capitães gerais do Rio Grande do Sul foram muito escrupulosos na escolha desses seus delegados, que armados de poderes discricionários, sem leis nem regulamentos, pelos quais se regessem, exercendo sua ação e mando em uma região vasta e longínqua, para onde afluía uma corrente emigratória de diversas procedências, são sen do dotados de inexcusável cordura, poderiam, no espaço de mais de vinte anos, ter feito uma administração irrepreensível, são assim esses povos, à parte algumas invasões estrangeiras, conse guiram viver em uma harmonia patriarcal.

Os comandantes gerais, além de suas atribuições milita res e civis, foram autorizados pelo governador da capitania, a conceder provisoriamente os campos baldios, excetuados os já an tes ocupados por concessão do Vice-rei de Buenos Aires³⁾ e as estâncias pertencentes às reduções dos índios.

A faculdade da distribuição das terras e a dependência de informação daqueles comandantes para a expedição das cartas de sesmaria, aumentou consideravelmente o prestígio de sua qua se onímoda autoridade.

No primeiro ano da conquista, mas são por alguns meses, a sede do comando geral conservou-se na redução de São Miguel, porém, sendo necessário preferir uma povoação mais próxima à di visa pelo Uruguai, foi escolhida primeiro a de São Nicolau e dê pois a redução de São Luís Gonzaga que, apesar dessa preferên cia, ficou estacionária. Assim, esteve até 1810, quando, sendo comandante geral o Coronel Francisco das Chagas Santos (logo de pois promovido a brigadeiro), mudou o seu quartel para São Bor ja, que até hoje tem sido a sede do comando da fronteira.⁴⁾

Antes de Chagas haviam sido comandantes gerais os Sar gentos-mores José de Castro Morais (dois meses apenas), José de Saldanha, Joaquim Félix da Fonseca Manso, o Capitão João de Deus Menna Barreto⁵⁾, Coronel Thomaz Costa, Coronel Joaquim Félix, por segunda vez, os quais quase nada adiantaram, durante seus governos pouco duradouros. Foi Chagas, o sétimo comandante ge ral que, conservado por mais de oito anos imprimiu uma nova vida à região missioneira. Sua marcha administrativa foi seguida por seus sucessores.⁶⁾

Pode-se-lhe argüir que se houvesse constituído proprie tário de quatro grandes estâncias mas, se considerar-se que já era fazendeiro ao Sul de Viamão⁷⁾ e que as quatro estâncias fo ram terras concedidas por seus antecessores a outros e por estes vendidas, como então eram-no, por preços ínfimos, não há que cen surar, vendo-se um militar rio-grandense adquirir, para deixar a seus filhos, nascidos neste Estado, propriedades que os tornas sem independentes e abastados. Fizeram outro tanto os comandantes Palmeiro, Gama, Ortiz e outros.

Nos capítulos referentes aos municípios fundados no ter ritório conquistado, faremos menção dos concessionários de ter ras que, valorizando-as com seu trabalho e indústria, foram os

fatores dessas novas e importantes circunscrições. Aqui apenas assinalaremos que a José Borges do Canto e a treze companheiros da ousada expedição conquistadora (capítulo XVIII), foram concedidos, em 1808, sessenta e seis quilômetros de comprimento, sobre vinte e quatro na maior largura (ou quatorze sesmarias de três léguas quadradas) nos campos à margem esquerda do rio Uruguai⁸) desde o arroio Quebraicho até o Itaporé, ou até o Piratini. Essas terras não ficaram por muitos anos no poder dos concessionários, pois, vimo-las em poder de terceiros, sendo estes fazendeiros muito antigos.⁹)

A Manoel dos Santos Pedroso, outro expedicionário da conquista, foi concedida uma sesmaria na distância de quinze quilômetros, mais ou menos da atual cidade de São Borja.

O território das Missões foi anexado ao município de Porto Alegre e assim conservou-se até o ano de 1809. Nesse ano, por provisão do Desembargo do Paço de 7 de outubro, foi criado o termo de Rio Pardo, passando a pertencer-lhe todo aquele território.

Mas, como além de demasiado extenso, a população crescia extraordinariamente, em consequência da concessão gratuita das terras, resolveu o Governo da Corte do Rio de Janeiro criar uma vila e termo em Missões, elevando a essa categoria a redução de São Luís Gonzaga com o título de Vila de São Luís da Leal Bragança. O alvará de 13 de outubro de 1817, que decretara esse vīlamento, nunca teve execução, porque, desde a transferência da sede do comando geral das Missões, tinha decaído tanto que a redução de São Luís, que só ficou com a população indígena, e essa mesma em progressiva diminuição.

A povoação de São Borja, por ser a sede do comando geral, com a presença das forças da guarnição e com sua proximidade ao Uruguai e o comércio por esse rio cresceu de modo a excluir dos limites urbanos a população indígena, sendo substituída pela população branca. Desde então, tornou-se impossível o aumento das demais reduções.

Mas, sendo demasiado oneroso, às vezes mesmo impossível, recorrer ao foro de Rio Pardo, com jurisdição sobre todo o território conquistado e portanto, quase metade da capitania do Rio Grande do Sul, procurou o governo remediar esse mal.

Na distância de sessenta quilômetros daquela vila e sobre a margem do Jacuí, crescia a povoação de Cachoeira, que, posto não fosse sequer metade de Rio Pardo, todavia por alvará de 20 de abril de 1819 foi elevada a vila compreendendo o território da respectiva paróquia e o da margem esquerda do Ibicuí, desde o braço mais próximo a Santa Maria da Boca do Monte, até sua foz no Uruguai portanto, tudo quanto hoje constitui os municípios de Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Rosário, Quaraí, São Vicente, São Gabriel, Bagé e Dom Pedrito.

Ao Rio Pardo continuou pertencendo todo o território de Cima da Serra até a foz do Ibicuí no Uruguai e portanto, o que constitui hoje os grandes municípios de Soledade, Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira, Santo Ângelo, Santiago, São Luís Gonzaga, São Borja, Itaqui, Vila Rica e São Francisco de Assis.¹⁰)

De então por diante sô este território foi considerado como havendo sido o único das Missões Orientais.¹¹⁾

Quando pela carta de lei de 15 de outubro de 1827 foram criados os juizes de paz, em todas as freguesias e curatos providos canonicamente e isso cumprindo o disposto no artigo 162 da Constituição do Império, teve São Borja o seu com jurisdição em todo o território, desde a margem direita do Ibicuí, até o Uruguai, e por este acima até dividir com as terras de Vacaria. A Cruz Alta, que já tinha pároco, ficou sem juiz e compreendida nessa circunscrição de 360 quilômetros de comprimento sobre 290 de largura.

Outra carta de lei, a de 6 de junho de 1831, autorizou os juizes de paz a ter delegados, conferindo-lhes parte de suas atribuições policiais e judiciárias. O juiz de paz de São Borja criou três ou quatro delegados, lembrando-nos terem-no sido: em Cruz Alta, Bernardino José Lopes; em São Xavier, José Bento de Almeida¹²⁾ e em Passo Fundo, Manoel José de Araújo, que nunca entrou em exercício.

Felizmente, em 1832, foi sancionado o Código de Processo Criminal, autorizando, no artigo 39, o governo na Corte, e os presidentes nas províncias, a criarem comarcas, termos e distritos de paz, necessários para a execução do mesmo Código, e no artigo 19 extinguindo os delegados de paz, criados pela lei do ano anterior.

Aproveitando, como devera, a promulgação do referido Código, o presidente do Rio Grande do Sul elevou a categoria de vilas as povoações de São Borja e de Cruz Alta¹³⁾ e criou a comarca denominada de Missões, compreendendo o termo de Alegrete, o mais importante, já antes criado pelo Decreto de 5 de outubro de 1831. As duas primeiras vilas foram instaladas em 1834 e, nesse mesmo ano foi provida com o Juiz de Direito, Dr. Agostinho de Souza Loureiro, a comarca de Missões, sendo a sede em São Borja.

Os termos todos tiveram os seus juizes municipais, tabeliães, escrivães de orfãos, tribunais do Juri e coletorias. Os juizados de paz, que deviam existir em distritos com mais de setenta e cinco casas habitadas, foram criados, com grandes circunscrições e maior número de fogos, cinco em São Borja, quatro em Cruz Alta, mais tarde elevados a nove e cinco em Alegrete.

Com o exercício desse novo pessoal, em toda a comarca das Missões, desapareceu a intervenção, se bem que conciliadora, dos comandantes militares nas questões civis, raríssima vez leva das (quando entre pessoas abastadas) ao foro longínquo de Rio Pardo. Começou também a repressão dos crimes, mas, apenas duas ou três sessões do juri foram realizadas em todos os termos. Ganhando terreno a revolução republicana de 1835, cessaram (e que remedio?) as autoridades civis.

Nesse periodo de guerra, e ainda muitos anos depois, os modernos comandantes (salvo poucas exceções) levaram seus atos de prepotência mais longe do que seus antecessores, quando sô estes eram as únicas autoridades conhecidas no território missionario.¹⁴⁾

Não daremos por findo este capítulo, sem contar qual foi a sorte dos índios das Missões, depois que tão facilmente abriram as portas do seu vasto território para a conquista e domínio dos seus, outrora odiados vizinhos, os portugueses residentes no Brasil.

Pouco ou nada melhoraram.

O governo português aboliu o imposto da capitação, que pesara sobre eles, durante quase dois séculos da dominação espanhola, mas conservou-lhes o sistema da comunidade com algumas restrições.

Ficaram as reduções sob a inspeção suprema dos comandantes das Missões, que estabeleceram, em cada uma das estâncias, um administrador, um ajudante e, em cada redução, um cura, com seus sacristãos e serventes, tendo sido conservados por muitos anos os sacerdotes espanhóis.

Todos esses funcionários percebiam vencimentos em dinheiro e abundante ração alimentícia.

Apurava-se o numerário preciso para as cõngruas e soldos com o produto do trabalho feito para a comunidade. Para esta, de veria cada índio trabalhar (quase como no tempo dos jesuítas e do domínio espanhol) metade de uma semana, e outra metade desse tempo trabalharia para si. As mulheres tinham também tarefas, mas suas faltas, como as dos índios, não ficavam impunes, posto fossem os castigos corporais mais brandos, do que os aplicados pelos administradores espanhóis.



Teatro Pzevodosky e intendência de Itaquí.

Entretanto é força confessar que os administradores brasileiros não descuraram menos do seu bem-estar pessoal. Fizeram mais, consentiram que os índios dissipassem o seu grande patrimônio, assim é que, as próprias terras, sob pretexto de superabundantes, foram vendidas pelos cabildos das reduções.

Em prova do que afirmamos, citaremos as vendas feitas em 1809 pelo cabildo de São Miguel ao Capitão (mais tarde Tenente-General) Manoel Carneiro da Fontoura, seis léguas quadradas da extinta estância do Durasnal de Santiago, distrito de São Xavier, por quatrocentas reses de criação, ao preço então de mil réis por cabeça, indo esse gado para a já desfalcada estância (hoje vila) de São Vicente. Outra venda foi feita pelo cabildo do povo de São João a Matheos Soares da Silva, compreendendo os campos entre os arroios Avaí e Buracos, ao preço de dez onças em ouro. Essas vendas, não obstante o vício da lesão enormíssima, ficaram consolidadas pela prescrição aquisitiva e posse quase secular.

Ficando paupérrimos e depois expulsos de algumas de suas reduções, já pela população branca, que em São Borja tomou-lhes suas casas, já em outras reduções, arrebanhados ou corridos em consequência das guerras de Artigas e de Fruto Rivera, os que voltaram sem achar quem mais olhasse por eles, passaram a viver como párias, na mais completa miséria: outros, desde então e até hoje, vivem como agregados ou peões das estâncias, na sua maior parte esquecidos da bela língua indígena, que Montoya tornara culta e o Dr. Marcos Christino Fioravanti, médico grego, dizia ser muito parecida à língua falada em seu país.

Não deixaremos de consignar um fato.

Por solicitações reiteradas do governo, a Assembléia Legislativa do Império decretou, pelo artigo 36 da lei orçamentária de 21 de outubro de 1843, a incorporação aos próprios nacionais das estâncias dos índios das Missões Orientais.

Essa lei que acabou de despojar os pobres índios dos poucos bens, com que poderiam ainda voltar a uma vida mais regular, quando cessasse a guerra civil do Rio Grande do Sul, essa lei já encontrou as poucas terras do antigo patrimônio dos índios, em poder de terceiros e estes, em mais de meio século decorrido, não têm sido (com uma única e bem serôdia exceção) incomodados com um pleito judicial.

Enquanto a população aborígine descia ao último grau de miséria, o território conquistado das Missões experimentava grandes benefícios materiais e morais postos em prática pelos novos povoadores do solo.

Esses benefícios começaram pela prodigiosa multiplicação dos gados colocados nas terras adquiridas pela população branca, no desenvolvimento da agricultura (se bem que esta fosse diminuindo) na valorização progressiva de todos os imóveis, na fundação e desenvolvimento de novas povoações, no comércio com o estrangeiro e até nas relações pessoais entre os moradores de diversos vizinhos.

Ninguém adotou para as casas das povoações a arquitetura dispendiosa dos jesuítas. Essas casas, ainda por muitos anos eram baixas e acanhadas, pouco diferindo das de algumas estâncias.

Existem ainda espécies dessa arcaica construção, em Cruz Alta, em Passo Fundo, em São Martinho e em outras povoações descritas em capítulos especiais (partes terceira e quarta). O progresso não deixou de ser lento e dominado pela velha rotina, por mais de 60 anos.

As vias de comunicação, enquanto não foi iniciado em 1882 o tráfego, em parte, da estrada de ferro de Porto Alegre para Uruguaiana, limitaram-se às estradas de rodagem, feitas sem o menor auxílio dos cofres públicos, pelo contínuo trânsito de carretas e tropas de gado. A passagem nos rios caudalosos ainda se faz, na maior parte deles, em canoas ou em balsas.

As pontes decretadas para os rios Ijuí, Cambacoã, Jacuí-Grande (duas bem distanciadas em cima da serra), Botuhy, Ibicuí, Toropasso, Inhaçundã e inúmeros outros ainda não tiveram sequer começo de execução.

As linhas do último período foram escritas há mais de 20 anos, tendo feito menção de todos os rios e arroios carecedores de pontes, decretadas ou por decretar, como as sobre o Santa Maria, Saycan etc..

Nos últimos dez anos decorridos, foram construídas e expostas ao trânsito público, as do Piratini, a do Ijuí Grande, em uma estrada nova e não na antiga, a de Jaguari para a colônia do mesmo nome e, por conta da respectiva municipalidade, as que mencionamos no capítulo XVI sobre São Luís.

Para a construção de uma das decretadas para o rio Ijuí sinho, foi mister, que a câmara de Cruz Alta em 1870, auxilia-se com metade da despesa.

Mas ainda isso não foi tudo.

A instrução primária, que a Constituição do Império garantia gratuitamente a todo cidadão, foi negada por mais de meio século, aos habitantes de mais da metade do território conquistado. Quem não teve pai sabendo ler e escrever, que se desse ao trabalho de ensinar (embora mal) os seus filhos, ou tão abatido e desprendido, que os mandasse para bem longe estudar em um colégio, chegaria à idade viril e à velhice não conhecendo uma só letra do alfabeto.

Outros contentavam-se em saber, pelo acaso, firmar o seu nome sob qualquer papel escrito (riscar a marca, diziam em gíria campônea). Esses coitados só sabiam o que assinavam quando lhes era lido. E quantas extorsões não se fez a esses analfabetos?

Em Cruz Alta, conhecemos oficiais de justiça (sendo um o crioulo José Felipe, porteiro dos auditórios) fazendo as cita-

ções e um negociante ou qualquer outra pessoa a seu negócio escrevendo e assinando a fe da citação! Em São Borja conhecemos um e era índio, que apenas assinava seu nome Hilário Arahý, mas esse fazia-o quando o escrivão lavrava por ele as citações e autos respectivos.

Houve cidadãos que, por atos de bravura, obtiveram postos da guarda nacional e honorários do exército, tais como: os Capitães Manoel da Luz Cunha e Adriano José Bueno, o Coronel Antônio Fernandes Lima, Comandante Superior e da fronteira, o Tenente-Coronel Antônio José de Mello Brabo (este assinava de chancela) e o Major José Joaquim da Silveira, que apenas assinavam seus nomes e tomavam um ofício ou qualquer escrito de pernas para o ar, como vulgarmente se diz.

Essa miséria literária começou a decrescer, passado mais de meio século da conquista das Missões.

Em 1856, apresentou-se em São Borja, o primeiro professor público, Felisberto Batista da Costa, instalando sua aula mais de cem alunos. Antes disso, dois anos, aí se instalara a aula primária do sexo feminino. Em Cruz Alta houve, em 1855, um professor público epilético, que sucumbiu logo a esse incômodo. Só em 1860 conseguiam-se aí, aulas públicas para ambos os sexos e em Passo Fundo em 1864. As povoações menores, enquanto simples freguesias, não tiveram aulas providas apesar de terem-nas decretadas por leis provinciais!

E o governo retirava todos os anos, dos cofres de coletorias e mesas de rendas das vilas, das barreiras de Nonoai e do Pontão, muitas dezenas de contos de réis provenientes de impostos, avultando em mais o de exportação de muares para São Paulo e o de sobre erva-mate para o Rio da Prata. Toda essa receita, que em dez anos avultou em um milhar de contos de réis, foi remetida para Porto Alegre, nada se gastando em compensação com os melhoramentos dos municípios contribuintes. Alguns, com avultada receita municipal, quiseram tomar a si esses encargos, mas foi-lhes recusado.¹⁵⁾

Passamos agora a tratar do território conquistado sob o ponto de vista religioso.

Todas as antigas reduções foram outras tantas freguesias, mas a exceção de São Borja, todas as demais reduções, desde que tiveram suas suntuosas igrejas destruídas (nada menos de quatro) por incêndio e outras por abandono foram extintas, seus territórios repartidos entre São Borja e Cruz Alta. Já estas não ficaram sendo simples paróquias, mas pareciam dois regulares bispados, conservando-se tão extensos e populosos até 1860, quando foram providas as freguesias restauradas de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo, tendo-se mais em vista, satisfazer exigências da política, que não o bem espiritual dos paroquianos. Nesse ano, foram também providas as novas paróquias de Santo Antônio da Palmeira e de Soledade (desmembradas de Cruz Alta) e São Francisco de Assis, quase todas sem igreja ou capela.

Alguns anos antes, estavam providas as paróquias do Alegrete, São Patrício de Itaqui, Uruguaiana e Livramento, desmem-

bradas de São Borja. Em todos esses lugares, salvo raríssima exceção, os párocos só curavam do aumento dos seus benesses, esquecendo muitas vezes a celebração da missa paroquial, mas então me diante exigida e elevada remuneração, administrava-se o batismo, o matrimônio e a encomendação dos defuntos abastados.

Em igreja alguma existiram os sacrários com o Santíssimo Sacramento, nem o confessionário (salvo por mera formalidade) nas igrejas de Cruz Alta e de Alegrete.

Em parte alguma das Missões se usou a desobriga, nem a unção extrema¹⁶⁾. São naquelas duas igrejas e na de São Borja fa zia-se ouvir, às vezes, uma prédica à missa conventual. E assim, a doutrina cristã, mesmo a chamada de necessitate salutis, não era sabida pela quase totalidade da população.

Ouvimos um fazendeiro (falecido há poucos anos), dizer: "que desejava ver uma imagem da Santíssima Trindade, pois era uma Santa que nunca tinha visto".

Não declinamos o nome desse pobre de instrução, mas abundante em cabedais, porque enquanto viveu, foi-nos um bom camarada, a quem explicamos o que nunca lhe ensinaram.

O povo entretanto é instintivamente religioso, há muita gente com a vida isenta de crimes, devido a esse instinto, que para muitos degenera em grosseira superstição.

Acredita-se no Negrinho do Pastoreio e fazem-se-lhe promessas, acendem-se-lhe velas no campo, acredita-se no patrocínio da Virgem Maria, em Santo Antonio, São João e São Pedro. Estes, nas vésperas e dias de suas festas são saudados com salvas de roqueira e todos, à noite, com fogueiras, sortilégios de toda a espécie, provas de fogo e águas de regatos, nessa estação frigidíssima. Muitas famílias observam a abstinência de carne durante quase toda a Semana Santa, sendo notável o recolhimento religioso, desde o meio-dia da quinta-feira maior, até o romper da aléluia. A Páscoa, o Natal, a Epifania, ou festa dos Reis, celebram-se com banquetes familiares. Porém, a devoção que a todas excede na mais respeitosa veneração é o culto ao Divino Espírito Santo.

Para a festa, que se faz na igreja matriz, sai a pedir esmolas por todas as habitações da circunscrição paroquial um grupo de foliões a cavalo, levando tambor, outros instrumentos e cantores. Uma pessoa impunha a bandeira de damasco de seda ricamente bordada a fios de ouro e prata com o emblema do Divino. Ao chegar a uma casa de campo, a família, que de longe ouviu o tambor, prepara-se logo com os seus melhores vestidos, recebe o santo estandarte e, depois beija-o em genuflexão, entrega suas esmolas, algumas avultadas. Depois são observados os foliões, mais comitiva com uma bem servida mesa, e eles, depois de comerem, prosseguem o seu caminho, se, por já ser tarde, não ficam aí de pouso. O mais pobre rancho não é dispensado dessa visita embora não tendo com que retribuí-la. Se alguém ousar menoscar essa prática devota e supersticiosa, ou falar desrespeitosamente da bandeira, não escapará a uma repressão dos circunstantes.

Eis ao que foi reduzido o sentimento religioso da maioria dos habitantes do território conquistado das Missões, ou estes gastam dezenas de anos para serem construídos como os bem acanhados de Cruz Alta, São Borja e outros.

Por diverso teor têm procedido os colonos alemães e italianos, estabelecidos estes, desde 1873 até os últimos anos no Vale do Caí e daí até o território de Vacaria e Lagoa Vermelha.

As povoações de São João do Monte Negro (verdadeira cidade) São Sebastião do Caí, Estrela, Picada Feliz e outras sedes de colônias alemãs, contam bonitos templos católicos e protestantes. As matrizes de Estrela, Santa Cruz e Bento Gonçalves podem conter mil pessoas cada uma, sendo como todas as outras frequentadas aos domingos e dias santos.

Caxias, com menos de trinta anos, a contar da sua fundação, já possui uma verdadeira catedral, às expensas dos colonos italianos. Notam-se com pequena diferença para menos as igrejas paróquias de Alfredo Chaves e Garibaldi. Os pequenos povoados do Borghete, Santa Clara, São Valentim e outros (que nem sabem, quando chegarão a ser paróquias) possuem capela sólida e decentemente construídas às expensas dos colonos aí estabelecidos¹⁷). Tão boas tivessem as cidades da região serrana, a de São Borja e as vilas de São Vicente e São Francisco de Assis.

Pelo que observamos, durante nossa residência e visitas no território missionário, a população, embora laboriosa e honrada, carece em sua máxima parte, de melhor orientação religiosa e para isso torna-se preciso evitar que seja o curato dos fiéis entregue a sacerdotes, que não procedam, como alguns dos seus irmãos (na maior parte estrangeiros) notabilizados por atos de escandalosa simonia.

Conhecemos um padre italiano, dois portugueses, um francês corso (este por tradição) que, naturalizados brasileiros, após alguns anos de pároco em Missões, retiraram-se para suas pátrias de origem, levando cabedais para viver independentes¹⁸) mas também arvorara-se em bispos, celebraram casamentos por procurações, existindo ambos os nubentes no território da paróquia. outras vezes usando da Epikcia chegaram a dispensar ex proprio Marte impedimentos dirimente absolutos.

Um desses padres, não tendo encontrado a missa de domingo 26 depois de Pentecostes, foi preciso que o autor destas linhas traduzisse a rúbrica do Missal, com o que ficou sabendo, onde encontrá-la, entre as que não foram celebradas depois da Epifania. São assim pôde rezá-la em voz alta com uma profusão de sílabas.

E foram as extorsões, a conduta irregular de alguns sacerdotes, ou sua ignorância crassa, que proscreveram de muitas paróquias o casamento religioso e, portanto, a missa própria desse sacramento, uma das mais belas do Missal Romano. Para esses povos, o casamento civil foi um alívio.

Com o que deixamos exposto (e é a expressão da verdade) são temos em vista evitar reprodução de tais fatos, ou antes, ver completar-se o empreendimento dos dois últimos prelados rio-grandenses: a reabilitação da força moral do clero, amado e não temido, o amigo sincero e necessário dos seus fregueses, o conciliador de todas as quarelas, em uma palavra, o irrepreensível ministro da religião que, sinceramente professamos¹⁹).

E nesse caminho já (felizmente) tem-se adiantado alguma coisa ²⁰).

Atualmente, o território missioneiro conta as estradas , de ferro desde Santa Maria, até Uruguaiana; as de Santa Maria a da de Quaraí a Itaqui, que deveria seguir até São Borja, São Luís Gonzaga e Uruguai.

Ainda essas não satisfazem a todas as necessidades da população, pois, continuam alguns pontos importantes da fronteira e da região serrana reclamando uma estrada de ferro como meio de aumentar e desenvolver sua indústria e comércio e mais do que isso, atender a defesa de nossos pontos de contato com os países estrangeiros.

Teremos ocasião de ainda tratar desse assunto nos capítulos referentes a diversos municípios.

Tempo houve, em que a correspondência oficial e particular sofria a demora de um mês e mais, de sorte que era humanamente impossível uma providência qualquer, satisfazer um pedido, cumprir uma ordem urgente para os lugares distanciados da capital do Estado.

Hoje, por meio dos telégrafos, já se obtém no próprio dia, em poucas horas, uma notícia, pede-se ou é satisfeita uma providência para a maior parte desses lugares e os comerciantes podem ser com brevidade atendidos em seus reclames.

Em 1870, começou a funcionar o telégrafo de Porto Alegre para Rio Pardo e Cachoeira, instalado sob a direção do engenheiro Eduardo Laranja de Oliveira. Essa linha, que era provincial, foi doada ao governo geral e este logo ampliou-a até Caçapava, São Gabriel e Alegrete, serviço este, executado em 1874, sob a direção do mais tarde Marechal João Luís de Andrade Vasconcelos. Em 1876 foram instaladas as linhas para Cruz Alta e Passo Fundo sob a direção do Engenheiro Luís Manoel Martins da Silva.

Em 1881, estendeu-se a linha de Alegrete até Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

Com as estradas de ferro, ficaram também servidas pelo telégrafo as povoações fundadas em quase todas as estações intermediárias, algumas com agências de correio.

Durante o ano de 1904, foi fechada, sob a direção do habil engenheiro militar Marechal reformado João de Deus Martins, a rede telegráfica na extensão de 312 quilômetros, ligando a Cruz Alta, a colônia Ijuí, vila de Santo Ângelo, colônia Guarani São Luís Gonzaga e São Borja.

Como não pudesse ser concluída a linha telegráfica ligando a essa rede a colônia militar do Alto Uruguai, o governo, pelo Ministério da Indústria e Viação, está tratando agora de extendê-la até a Palmeira e Campo Novo e daí aquela colônia.

Já foi nomeado o pessoal diretor e auxiliar da construção, mas essa medida reclama um prolongamento até o riquíssimo e todavia pouco favorecido distrito de Nonoai.

O telegrafo será útil, mas uma estrada de ferro, cortando e ramificando-se por essa região útil: é necessária.

A despeito, porém, de tantos melhoramentos necessários, a conquista das Missões, ex abrupto realizada em 1801, atravessando crises terríveis, tais como: as invasões estrangeiras e as duas guerras civis, consolidou-se: esse grande e ubêrrimo território tornou-se uma parte integrante do poderoso e ativo, Estado do Rio Grande do Sul.



Ruínas da Igreja de São Miguel em 1846.

NOTAS

1) Não é conhecido, procuramos e jamais encontramos o decreto, que fez tal incorporação.

Consta, que foi por ato do vice-rei, no Rio de Janeiro; mas este fê-lo provisoriamente. O tempo, porém, tornou definitiva essa incorporação.

2) Alguns proprietários do território missioneiro, por causa de du vidas suscitadas com heróis confinantes, mostraram-nos títulos de concessões feitas a seus antecessores. Estes, requerendo ao comandante geral, diziam: situado dito campo nesta província de Missões.

Vimos ainda esse modo de tratar o território conquistado numa certidão junta aos autos da apelação civil, procedente de Itaqui para a Relação de Porto Alegre, sendo apelantes José Floriano Machado e outros e apelados nossos clientes Ivo Florencio de Escobar e outros.

Copiamos por demasiado curioso o trecho seguinte: - "Aos doze de Outubro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e cinco, nesta vila de Rio Pardo, em publica audiência, que fasendose estava o juiz de fôra e orfãos doutor José Emygdio dos Santos Tourinho, comigo escrivão do seu cargo, compareceu o capitão Manoel José Machado, representado por seu procurador Manoel Guedes Luiz, e disse, que para esta audiencia trasia citados: Manoel Pereira d'Escobar, sua mulher e outros confrontantes, moradores na província de Missões, pertencente ao termo desta vila, para se louvar em piloto e ajudante de côrda, que façam a medição e demarcação dos campos de sua fazenda, situada em dita província...."

Não copiamos mais por ser desnecessário.

3) Vimos alguns títulos expedidos pelo vice-rei marques de Avilez, sendo um dos campos de Entre-Ijuí a Miguel Guiravê.

4) Uma única excepção: a dos tempos, em que, por mais de uma vez, o coronel Antônio Fernandes Lima, antes e depois da guerra com o Paraguai, exerceu o comando da fronteira. Esse coronel teve o seu quartel em Itaqui, onde era fazendeiro e residia.

5) Esse serviu inteiramente alguns meses e concedeu terras, como a da Estância dos Negrinhos, em São Martinho, a Antônio de Siqueira Leilão.

Esse capitão reformou-se (ao fim de 50 anos de bons serviços e promoções por atos de bravura) no posto de marechal do exercito com o título de São Gabriel, João Manoel, Gaspar Francisco e José Luiz e avô dos generais, João Francisco, Antônio Francisco, Antônio Adolfo e José Luiz Menna Barreto, todos notáveis por sua comprovada bravura e disciplina militar

6) No período de seu comando foi separado militarmente todo o território entre o Ibicuí e o Araçá para constituir o comando da fronteira, depois chamada de Alegrete e mais tarde de Quarai. Era comandante desse território José de Abreu, quando, em 1816, deu-se a primeira invasão de Artigas.

7) No arquivo publico de Porto Alegre existe o inventario do finado marechal Chagas, sendo avaliadas e partilhadas a sua estância de Itapoan, deas de São Donato, São Lucas, Botui e a dos suburbios da redução de São Nico-lau.

Em 1888 defendemos a compradora de São Donato contra uma infundada ação de reivindicação. Em 1891 assistimos e patrocinamos a demarcação da estância da Varzinha em Itapoan, no foro de Porto Alegre.

O escritor Saint Hilaire, na obra que por vezes citamos, frz acrescensuras ao comandante Chagas, sem dūvida informado por seus desafeitos. Preferimos o testemunho dos velhos moradores das Missões, aos quais ouvimos.

8) A maior parte desses campos eram estâncias de Valeriano Ferreira de Moraes e seus filhos, ou de Candido José Guimarães e outros.

As terras de José Borges do Canto foram dadas a registro conforme a lei n.601 de 18 de Setembro de 1850, por uma sua filha. O livro desse registro, pertencente a paróquia de São Borja, existe hoje no aquivo publico, em Porto Alegre.

9) Um dos filhos desse chefe, que ainda existia em 1855, deu esse campo ao registro paroquial, conforme vimos no já indicado livro.

10) Para se poder ir de Rio Pardo até São Martinho, Cruz Alta e mais pontos da região serrana, assim como para ir a São Borja sem subir a serra, era esforçoso caminhar mais de noventa quilômetros por território, que exclusivamente ficou pertencendo a Cachoeira. O que bem mostra o desfeito dessa antiga divisão municipal.

11) Já dissemos, porque pensamos o contrário, isto é: porque todo território conquistado, além da margem esquerda do Ibicuí e até Bagé, deva ser considerado pertencente de fato a antiga provincia das Missões.

12) Notavel por muitas arbitrariedades, que praticou e soubemos: umas por fama, que o acompanhou até sua morte com mais de cem anos; outras vimos num pequeno e sumário processo, junto como documento aos autos de uma ação de reivindicação, que defendemos.

13) Nunca vimos publicado esse ato de tão grande importância, mas deverá ser datado o ano de 1833 e submetido a aprovação do governo imperial.

14) Houve um na tão extensa como importante fronteira de Guaraí, que ordenou, em 1856, a um official da guarnição de Alegrete, fizesse pôr em liberdade um preso, indicado em crime de resistência e já em processo de formação de culpa. O juiz de direito, Dr. Oliveira e Souza, houve por melhor passar a vara e retirar-se da comarca.

Informaram-nos que, por esse mesmo tempo, opondo um vigário dificuldades a um casamento, em que havia impedimento dirimente (mas em que era necessária uma reparação de honra) o comandante ordenou ao vigário, celebrasse o casamento, independente de dispensa, e foi obedecido. Demos credito a existência desses dois fatos, pela respeitabilidade de uma das várias pessoas, que no-los contaram, quando, nesse ano, passamos por aquela cidade.

15) Quando em 1862, tivemos assento na assembléia provincial do Rio Grande do Sul, apresentamos um projeto argumentando a gratificação de exercício dos professores publicos dos municípios do território missioneiro, os quais não podiam subsistir com 66\$000 rs. mensais, em lugares onde a vida era carissima. Esse projeto foi a comissão da instrução publica, de onde não mais saiu. Chegamos a propor e a justificar uma emenda, a lei do orçamento municipal autorizando a camara de Cruz Alta (de que eramos presidente) a dar uma gratificação adicional de 50\$000 rs. por mês aos professores do seu município, o que não era pesado ao cofre desse município, que então acumulava saldos. Essa emenda foi combatida e nao foi aprovada; alegando-se, que as

despesas com a instrução publica eram da competência dos cofres provinciais. Sucedeu essa oposição, em que salientou-se o deputado, ao mesmo tempo inspetor geral da instrução publica e fora eleito pelo distrito da capital, por que o professorado (para o qual a vida era mais economica) não via com bons olhos, os professores da roça com maiores vencimentos. Caíndo essa emenda, deu-se em poucos meses a vacancia de todas as cadeiras, que só foram providas muitos anos depois, quando todo o magistério com o preparo da Escola Normal, teve argumento de vencimentos sem outra diferença, que os das aulas do 1º e 2º graus.

A entao vila de Itaqui perdeu o seu unico professor, o ilustrado poeta Pedro Antonio de Miranda, que em 1860, dentro em poucos meses, arrepio carreira e preferiu dedicar-se ao ensino particular e mais tarde ao officio, embora prozaico mais rendoso, de tabelião.

16) É possível sejamos muito censurados pela atenção prestada a essas faltas e ainda a consigna-las neste trabalho; mas fazemo-lo, porque, se a religião predominante, pelo crescido número de seus adptos, é a católica, os seus ministros subalternos não estão autorizados a fazer-lhe modificações conducentes a uma incredulidade popular, de que eles, sendo os maiores culpados, entretanto queixam-se.

17) Se alguma vez permitirem nossos lares e recursos, publicaremos um livro illustrado sobre a regio colonial riograndense.

18) As paróquias de São Borja, de Cruz Alta, Alegrete, Uruguai e Livramento já renderam doze e mais contos de réis anualmente com diziam os próprios parocos.

19) Respeitamos todas as crenças divergentes. A liberdade de consciência é para nós um alto preceito sovial; mas com isso não estamos de acordo, em que os ministros do culto católico o prejudiquem com abusos e erros propositais. Vós estis sal terra, et si sal invaluerit, in quo salictur; disse Jesus Cristo, quando recomendava aos seus discipulos a correção de sua conduta.

20) O atual bispo riograndense, Conde Dom Claúdio José Gonsalves Ponce de Leon, tem dado maior expansão ao clero, e este (inclusive muitas paróquias regulares estrangeiras) tem mantido uma conduta a que se não pôde arguir escandalos.

Se algum tem delinquido, não lhe tem faltado a correção.

Por outro lado tem crescido o ensino religioso, como dissemos em nota ao cap. V e assinalaremos nos capitulos referentes a diversos municípios.

Capítulo IX

RIQUEZA INDUSTRIAL

Une multitude d'animaux, placés dans ces retraites par la main du Créateur, y repandent enchantement et la vie.

Chateaubriand

Os novos habitantes do território conquistado entregaram-se com preferência à indústria pastoril. Não podiam fazê-lo de outro modo.

Tinham diante de si, facilmente adquiriam campos cobertos de pastagens verdes e succulentas.

Para povoá-los compravam baratíssimos os gados, que ainda abundavam nas estâncias das reduções, outros, transferindo-se de seus acanhados estabelecimentos em Viamão e terras próximas à fronteira do Rio Pardo, conduziram, com longa e penosa viagem tudo quanto possuíam para suas novas e grandes estâncias.

As prodigiosas vantagens dessa abençoada profissão logo se manifestaram.

Ao fim de três anos, duplicava o gado vacum, em outro igual período quadruplicava e assim progressivamente. O criador, que dificilmente começava com cem reses, possuía, ao fim de doze anos, mil e seiscentas cabeças de gado, era portanto um estancieiro, se não rico, pelo menos abastado. Isso não falhou, por que o território missioneiro esteve em paz durante quinze anos posteriores a conquista.

Até aqui falamos do gado vacum, do qual (se bem que, com muita parcimônia, a princípio) abatiam-se as reses indispensáveis para alimentação de família e peões, o que de nenhum modo impedia o aumento progressivo da herdade.

O gado cavalari e o azinino gastando maior espaço de tempo na gestação das crias, aumentava na mesma, ou talvez maior progressão, porque deles só se separavam os machos para montaria e carga, ou para cruzamento dos muars.

O gado ovelhum, em consequência da sua dupla produção anual (sem embargo do que se matava para variar o alimento da família) aumentava muito mais, pois quadruplicava em menos de dois anos.

Ainda hoje os fazendeiros, possuidores dos melhores campos, experimentam vantagens iguais, e por isso, apesar do considerável valor das terras e do próprio gado, ainda há quem muito se esforce e procure manter uma fazenda de criar.

Nos campos da fronteira, em sua quase totalidade, abertos¹⁾. não era sem grande trabalho e fadiga, que se conseguia sujeitar a aquerenciar os gados.

O gado vacum em um estabelecimento novo é mantido em rigoroso pastoreio por mais de um mês, sendo escolhido um lugar enxuto, ordinariamente o alto de uma colina. Ai finca-se um poste de madeira como centro da aglomeração das reses. Chama-se a esse lugar o paradoro e mais tarde será o rodeio da estância, o qual não pode ser transferido para outra localidade, sem passar o gado por igual consteio, como se diz na linguagem campônia.

O gado assim cuidado acaba por ficar aquerenciado (isto é, sujeito e habituado ao campo) de modo, que uma outra res se tresmalha.

Nos campos naturalmente fechados ou que podem sê-lo, em geral nos campos chamados saleiros, onde o gado de todas as espécies não podem medrar sem uma ração de sal marinho em todos os quartos minguentes, basta isso para realizar facilmente sua querença.

Esse gado não foge do homem tão facilmente, ao contrário é mais manso e quase espontaneamente vem ao rodeio e ao curral, denominado a mangueira.

O gado do campo denominado saleiro como o de toda a Região de Cima da Serra não deixa de ser um vizinho incômodo, pois obriga os moradores das estâncias a ter suas habitações cercadas, não se descuidando de conservar fechadas as porteiras, para que a noite, em procura do sal, não venha um cavalo, uma ou mais eguas ou burros fazer no terreiro um barulho insuportável, brigando entre si ou escoiceando paredes e portas da casa²⁾.

Durante o decênio revolucionário, o gado vacum aumentou consideravelmente e até alçou-se³⁾ na maior parte dos campos abaixo da serra. Muitos fazendeiros emigraram com suas famílias os peões tornaram-se escassos por causa do recrutamento pelos exércitos combatentes, crescendo a isso a cessação absoluta, em muitas estâncias, da apartação e venda de gado para as charqueadas. Esse gado assim alçado tornou-se um perigo para muitos criadores, porque levava consigo todo o gado manso, que apanhava em suas correrias. Foi preciso, como aos bizões norte americano, exterminá-lo por meio de caçadas, nas quais só se aproveitava o couro.

O gado da região serrana pouco faltou para extinguir-se, porque, além das citadas causas, cresceu a da falta do sal marinho, quase impossível de transportar até aquela região. Só a falta do sal bastaria para que o gado aí definhasse e ficasse, como se diz na gíria serrana, tocado, ou raquítico.

Com a raça cavalar os efeitos foram os mesmos nas duas regiões criadoras.

Publicada a paz, dentro de cinco anos, já se podia ver e apreciar as vantagens dos criadores da região serrana.

De 1855 por diante vimos as mais belas espécimes de gados e animais crioulos nos campos dos coroneis, Antonio Gonçalves Padilha, Baptista Mello, Joaquim Gomes Soares, Salvador Martins, França, capitão Antonio José de Barcellos e outros, que diziam não invejar os produtos dos campos da fronteira, porque nós seus, com a fartura do sal, obtinham resultados iguais e empregavam menor pessoal no costeiro da criação.

Como este livro não é só escrito para os Rio-Grandense, será conveniente contar certas particularidades da criação e aproveitamento das várias espécies de gados.

Na idade de um ano, todas as crias do gado vacum são marcadas a ferro em brasa, com a marca que, por lei, deve ser registrada na secretaria do conselho municipal e além disso com um sinal em uma ou em ambas as orelhas⁴).

Essa marca deve ser reproduzida, quando as reses são vendidas, operação essa que se chama contramarca. Por essa ocasião é também aplicado em brasa o ferro do novo dono⁵).

Por ocasião da marcação dos bezerros ou torneiros (como são chamados em linguagem vulgar) não falta quem graciosamente queira tomar parte no serviço e deleitar-se com os berros das crias, mas é porque às vezes uma quebra uma ou mais pernas é logo sangrada, esfolada etc. Dentro em pouco, os circunstantes saboreiam um churrasco ou matambre, rebatido com um mate chimarrão, que sabe a gaitas.

Digna de admiração é a perícia, com que nos serviços ou da castração dos tourinhos e potros ou em quaisquer outros serviços, um homem a cavalo, às vezes no campo em carreira cerrada, atira a laço e com este segura o terneiro, o animal cavalar ou muar pelo pescoço, o boi ou a vaca pelos chifres (chama-se a isto enlaçar) enquanto outro atira também o seu laço e sujeita o bruto pelas patas trazeiras, ou dianteiras (chama-se isto pealar), outras vezes em campo franco atiram as bolas, a grande distância e prendem o animal pelas patas e chama-se a isso bolear. Seguro, por qualquer desses modos, far-se-á do animal o mais bravo, o que se quiser.

Na idade de dois anos (ou mais tarde para alguns criadores melhor orientados) são castrados os tourinhos, com exceção dos reservados para reprodutores. Os castrados são chamados impropriamente novilhos, os inteiros touros. Aqueles, aos três ou melhor aos quatro anos de idade, são do mesmo modo que as vacas velhas e as estêreis, vendidos para charqueadas e açougues. Executam-se os novilhos amassados para o serviço das carretas, arados e atafonas de fazer farinha, chamado bois carroceiros, bois lavradores e tafoneiros.

O serviço dos rodeios, principalmente quando nele se aparta gado, é o mais árduo, porém mesmo assim os campônios acham-lhe muitos atrativos.

Logo ao despertar a estrela Dalva, depois do imprescindível mate saem os peões a cavalo pelos limites do campo muitas vezes, levando cães e acusando quantas reses encontram vêm elas ao rodeio, que se completa à luz do sol. Aí verifica-se o que há ou falta, aparta-se, o que se quer, traz-se ao curral ou larga-se o gado que se dispersa.

Em todas as grandes estâncias o gado divide-se em manso e chucro, ou quase bravo, este para ser apartado ou retirado da querência e precisa o auxílio do sinuelo, ou uma pontã (ou porção) de gado manso, ao qual o chucro, atropelado pelos ca valeiros, acompanha facilmente.

É do gado manso, que nas estâncias e nos pequenos estabelecimentos de criar, são tiradas as vacas leiteiras, que fornecem o necessário para alimentação da família e para fabricação do queijo e da manteiga. Estes produtos são magníficos, especialmente nos campos de cima da serra; porém são tão poucos, que apenas são aí consumidos e algum raro espécimen remete para mais longe ou vendido nas povoações.

Em São Borja já saboreamos manteiga, tão boa como a mineira, e um queijo do Rincão da Cruz, mais seco apenas que o flamengo.

Até bem pouco mais de trinta anos decorridos, o gado vacum pouco melhorava, devido ao fato de serem os reprodutores escolhidos entre as crias do próprio rodeio ou rebanho. Depois que alguns fazendeiros deram-se ao cuidado de ir escolher e comprar os mais bem desenvolvidos tourinhos de outros criadores especialmente os que possuíam os chamados franqueiros, nilos e caracús (raças bem diferentes) providos de Minas e São Paulo, depois que os mais abastados compravam-nos providos da Europa, foi-se desenvolvendo a regeneração do gado rio-grandense, sendo de esperar, que, em poucos anos, o território missioneiro produza-o da melhor qualidade, pois que aí já penetraram espécimes de gado estrangeiro.

Com pequena diferença tem sido o método rotineiro da criação da raça cavalar, mas nesta somente são marcadas as crias depois de desmamadas.

Os potros, com exceção dos poucos destinados para garanhões ou reprodutores, são castrados aos três anos; por quanto antes será em prejuízo do seu desenvolvimento e corpulência.

Os castrados são destinados a montaria para o que são convenientemente amansados; enquanto isto faz-se são denominados redomões. Depois de mansos têm os nomes de rocis, pingos se destinados à montaria, parelheiros os destinados as corridas em apostas (as quais se fazem por preços elevadíssimos) a guanteiros os mais despresados acupados em puchar o barril com água da fonte. Chamam-se matungos os cavalos dos peões do serviço das estâncias e baguais os cavalos e quebras os quais indomáveis⁶). O serviço de domar animais é bastante perigoso.

Ninguém pode ter para sua montaria um cavalo inteiro, como, pelo contrário, usam nos estados do norte as pessoas de tratamento afidalgado.

Os cavalos mansos, destinados à montaria são reunidos em lotes denominados tropilhas, quando são todos de um só pelo ou cor e quadrilhas quando de pelos diferentes. Cada lote tem uma égua denominada égua madrinha, com a qual são aquerenciados e todos seguem-na. É fácil aquerenciar uma tropilha ou uma quadilha, se a égua tem uma cria no curral onde estivessem todos encerrados. Na falta disso torna-se mais trabalhoso o aquerenciamento, sendo às vezes preciso acolher, isto é prender com cãbresto e pelo pescoço, por alguns dias, um cavalo à égua, ou a outro já com ela aquerenciado.

Como a raça bovina, a cavalar também havia degenerado em nada tendo aproveitado, o cruzamento dos cavalos pampas ou tobianos (assim chamados por serem providos da fazenda do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, em São Paulo). Esse brigadeiro presenteou o Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado com dois garanhões, ainda patros, quando esse doutor mudou-se para Cruz Alta. Foi grande a prole desses dois animais, deram cavalos de bonita estampa, porém fracos nas viagens por melhor tratados, que fossem.

Hoje (e isso tem custado muitas dezenas de contos de réis) têm-se conseguido melhores espécimens dessa raça, que, como a bovina, propende para uma completa regeneração, se os criadores não arrefecerem nesse nobre (e porque não diremos patriótico?) empenho.

Não se nos leve a mal citar, entre os propunadores desse melhoramento da indústria pastoril, os nomes de Júlio Duclos, que trouxe da França os primeiros trouros o Dr. Joaquim F. de Assis Brasil (ministro plenipotenciário em disponibilidade) e seus irmãos fazendeiros em Alegrete, Manoel Canabarro, Doutor Cândido Borba, Coronel David Manoel da Silva em Santana do Livramento, Doutor José Gomes Pinheiro Machado e seus irmãos, fazendeiros em São Luís Gonzaga, Coronel João Francisco Pereira e Souza e muitos outros dos quais não obtivemos informações, o que muito sentimos.

A raça azinina ainda não mereceu a precisa atenção, por que, só é conservada para dela serem tirados os pais dos muare, que ainda constituem um dos mais lucrativos ramos de comércio com remessa de dezenas de milhares de mulas para a feira anual de Sorocaba em São Paulo.

As tropas de muare devem viver encerradas em invernadas, (chamadas no Norte Soltas) sendo-lhe indispensável uma égua madrinha, a que sempre acompanham.

Uma vez tratando disso é conveniente dar ao leitor uma idéia do modo porque se obtém o cruzamento da raça azinina com a cavalár.

Enquanto na Europa, e mesmo em alguns estados do Norte, é necessário o auxílio do homem chamado lançarote em Missões, ou porque o sistema fosse inventado nas estâncias dos jesuítas, ou porque o fosse dos colonos espanhóis vizinhos, a procriação dos mares tornou-se mais fácil.

De tenra idade separa-se e é logo morto o potrilho de uma égua, tirando-se o couro. A pele do potrilho é costurada sobre um burrinho (quase da mesma idade) que esteve por mais de um dia separado da jumenta e com a qual nunca mais se ajunta.

Assim, retovado (como se diz em linguagem campônea) é levado o burrinho ao curral, onde está a égua. Esta vendo a pele de seu filho, sem quase notar a diferença, lambe-o e deixa-o mamar à vontade, o que faz o animalejo, pois deve estar desesperado de fome.

Daí por diante recolhida a égua a sua manada, cresce em meio desta o filho, que, na idade competente será o pai dos filhos de outras éguas.

Para que isto se consiga, sofre o cavalo, que até aí foi das éguas, uma operação que conservando-o inteiro, todavia fica impossibilitado do ato da procriação. O cavalo assim deformado chama-se retalhado e conserva reunidas as éguas da manada, a disposição do burro, que será pai dos muares: chama-se burro, que será pai dos muares: chama-se burro hechor, ou trabalhador ao produtor dos muares.

O sentimento da ganância induziu a maior parte dos criadores a dedicar-se mais aos muares, o que foi também em prejuízo da raça cavalár.

A criação dos gados vacum a muar alimentam uma profissão sô excedida em trabalho e riscos pela dos homens do mar. Quere-mos falar da profissão do tropeiro, ou antes dos seus auxiliares

Depois de pronta uma tropa de gado destinada as Charqueadas não é sem grande dificuldade, que é retirada da querência.

E preciso um grande número de cavaleiros, verdadeiros mestres de montaria, em bons cavalos, para circundar a boiada até distanciá-la dez ou doze quilômetros, pelo menos do campo onde pastava. Ai é conservada em pastoreio e ronda durante uma noite, na manhã seguinte a marcha não exige menos cuidados.

Do terceiro dia em diante, já não serão precisos tantos cavaleiros, porém, os cuidados da marcha, e as vigílias nem por isso diminuem até que, a tropa com oito, dez, quinze ou mais dias de viagem consiga chager às charqueadas, se estas forem(e são as mais reputadas) em Pelotas⁷⁾.

Durante essa longa marcha a ninguém é permitido mudar a roupa, que com pó, os suores ou as chuvas, ficará inservível.

Pode-se avaliar na maioria das marchas, como não chegarão esses homens ao seu destino ou voltarão a suas casas, depois de uma sequência de vigílias, alimentação insuficiente e quase sempre às pressas.

O tropeiro dos muares não têm menos riscos e incômodos.

A partida das tropas da querência é mais trabalhosa, pois são animais de carreira mais veloz que o gado vacum.

Entretanto, passado o primeiro dia em que a tropa de muares pode vencer uma distância quase triplicada a da boiada, os cuidados diminuem e o trabalho da condução pode ser mais reduzido.

Para contar os muares, principalmente depois de saídos da querência, basta a chamada êgua madrinha, que segue a frente puchada ao cabresto pelo guia, e toda a tropa marchará atrás de tropel.

Deve a êgua madrinha ter um cincerro ou chocalho ao pescoço e o contínuo tinir do cincerro é bastante para que nem um animal durante a noite se distancie.

Não obstante isso a passagem a nado do rio Uruguai, no passo do Goyoen, a viagem por dentro dos sertões de Guarapuava, Palmas e outros exigem cuidados. Apesar destes não é raro o extravio de um animal, que aí, ficará para ser talvez o pasto dos tigres.

A viagem das tropas até a feira de Sococaba é de mil e duzentos quilômetros calculados só desde Cruz Alta mas pode ser muito maior, quando a tropa sai das invernadas de São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão, São Xavier, São Luís Gonzaga e pontos intermediários.

Além dos labores da viagem (melhor diríamos peregrinação) custam as tropas de muares contos de reis de despesas, quase sempre compensadas por lucros avultados.

O dano da tropa ordinariamente chega a enriquecer, se não dissipa o seu dinheiro. Os capatazes, os peões, raríssimas vezes se erguem dessa posição contingente.

Não obstante isso, acham encantos nessa profissão de excessivo labor e contínua pobreza, durante as noites cantam e distraem os pesares da vida.

A criação do gado é tão diminuta e descurada, que nunca chegará como nas caatingas do Norte, a tornar-se um ramo do comércio sobretudo para a venda da quantidade enorme de couros, que vimos em Pernambuco.

O gado ovelhum esse sim, cresceu tanto que, a princípio foi muito depreciado, mas é uma criação lucrativa.

A sua lã é reputada por tão alto preço como a crina das

éguas. Os couros ou pelegos passaram a ser um ramo do Comércio. Ou são curtidos com a lã ou são pelados, caso em que servem para a selaria. Da lã faz-se cochinilhos, baixeiros e xergas para montaria, ponchos, casimira e outros artefatos das grandes e aperfeiçoadas fábricas de Porto Alegre e Rio Grande.

Muitos fazendeiros têm procurado regenerar seus rebanhos ou cruzado as ovelhas com carneiro mirinos, ou tendo rebanhos, exclusivamente destes e de outras raças de lã muito mais fina. Os campos de pastagens baixas, ou de grama rasteira, são os mais apropriados para esse gênero de criação. Os de macega ou capim alto não são bons.

Sera conveniente não esquecer, porque modo eram guardados os primitivos rebanhos e como ainda fazem alguns criadores rotineiros de Cima da Serra.

Da tenra idade separavam da ninhada um cão de boa raça e logo castravam-no. Era alimentado com leite de vaca até a idade da alimentação sólida. Consistia esta em legumes, pouca carne e esta cozida e temperada. Tendo crescido no meio das ovelhas, tornava-se-lhe um amigo dedicado, ao ponto de defender os cordeiros recém-nascidos das aves de rapina, como o carancho ou carcarã, sempre pronto a matar e comer, os que podia apanhar a jeito.

Com exceção da pessoa, que vai levar-lhe o alimento, ninguém mais, nenhum outro animal, muito menos outro cão, ousará aproximar-se do rebanho sem experimentar a força dos bons dentes do chamado - cão ovelheiro.

A criação das abelhas, que em toda parte sempre foi muito rendosa, em Missões não o será menos.

Nem todos podem ser estancieiros ou negociantes, mas todos podem ter uma indústria útil como essa, capaz de tornar-se uma independência ou abastança das coisas essenciais à vida e um dos ramos da riqueza do país.

Nos subúrbios das ruínas de São Miguel, no sítio de Francisco João Schmitt, vimos uma esplêndida criação desses utilíssimos insetos.

Ele colhia muito mel, cera da chamada abelha européia e mandava vender em Itaqui esses produtos. Muitos negociantes e moradores das terras intermediárias mandavam também comprar-lhes, e esse ramo foi uma das boas rendas do colono e da família brasileira, que ele soube submeter a lei do trabalho e da economia.

Poderiam imitá-lo muitas pessoas, que só têm essa criação para uso próprio e regalo.

Nota-se um fato singular.

Quando nasce um novo enxame de abelhas européias, se o dono não se dá ao trabalho de as recolher a um outro cortiço, todo aquele enxame foge para o mato. Se aí encontra um viveiro de abelhas silvestres, travam com estas uma luta encarniçada, obrigando-as a abandonar o seu alojamento e o mel que lá existir.

Ha, quem tenha encontrado dentro do mato os cortiços tostos das abelhas europeias.

Pensamos, porém, que se alguém se dedicar a uma tal criação, esta lhe proporcionará um meio de vida rendoso como sucede na região colonial rio-grandense, especialmente entre os colonos de origem germânica.

A criação das aves sendo tão fácil é entretanto limitada. Fazendeiros há, que podendo tê-la abundante, ao pé de casa da vivenda, ou em uma chácara de amigos a cargo de um peão, vêm-se obrigados a comprar uma galinha para dieta própria ou de pessoa da família. Entretanto os colonos italianos, em todo o Rio Grande do Sul criam aves em grande escala e vendendo-as têm com que sustentar-se.

A criação dos porcos é ainda menos propagada⁸). Há pessoas, que só criam os precisos para algum dos raros dias de banquete familiar, por isso quase todas as iguarias são preparadas com graxa de gado vacum, o que é pouco saboroso e depõe contra a arte culinária em Missões.

O clima, é favorável a essa criação, fácil de alimentar, porque, além dos grãos cultiváveis, das laranjas e outras frutas, há o pinhão, o jerivá, o butiã, o fruto do cinamomo, a semente de carvalho (por alguns plantado) que tornam a carne do porco saborosíssima e até são.

E não seria sem resultado essa indústria, que tem enriquecido famílias dos colonos de São João do Monte Negro, Caxias Taquari, Estrela e outros lugares servidos por navegação a pequenos vapores. Desses lugares, diariamente chegam a Porto Alegre muitas centenas de arrobas de banha e outros produtos suínos.

Depois da criação de gados e animais nota-se um rumo de indústria peculiar a uma parte da região serrana das Missões.

Queremos falar da erva-mate, que absolutamente não produz nos municípios missioneiros abaixo da serra, onde aquela erva tem extraordinário consumo.

A chamada indústria da erva-mate consiste unicamente na colheita e aproveitamento, do que a natureza produz em lugar apropriado.

A árvore, que fornece esse gênero de extraordinário consumo, não pode ser plantada nem cultivada, tendo sido improficuas todas as tentativas para estabelecer um erval composto de árvores plantadas de sementes.

E por isso, (e porque o tratar desenvolvimento dessa indústria, importaria duplicar a escrituração deste capítulo) reservamos tal assunto para o seguinte, em que trataremos das riquezas naturais.

O fumo, cuja cultura é tão rara e tão negligenciada em Missões, pode ser uma fonte de riqueza.

Citaremos um fato.

Em 1866, veio dos sertões da Bahia, derrotado por uma seca, o cidadão Ciriaco Santiago de Oliveira, em companhia do Capitão Antonio José Antunes, fazendeiro em Santo Ângelo, no Rincão do Comandã. Colocado esse emigrante com sua família em um terreno daquele fazendeiro, dedicou-se ao plantio e cultura do fumo, levou-o em rolos para a fronteira de Quaraí, onde, durante cinco ou seis anos, conseguiu ganhar tanto, que reuniu um pecúlio e voltaria para sua terra natal com meios de viver independente, se não tivesse sido assassinado em sua casa por uma malta de bandidos.

Estamos certos, de que esse ramo de indústria, ainda tendo concorrentes como os de Santa Cruz e outros municípios, será para quem o exercer em Missões uma fonte de riqueza.

Vamos mais longe. Pensamos, que todo o solo rio-grandense presta-se maravilhosamente a cultura do fumo e já vimos-lo nascido espontaneamente.

Na casa, onde muitos anos habitamos em Porto Alegre, nasceu no quintal um pé de fumo, cresceu e chegou a dar flores e sementes. Era demasiado viçoso, as folhas grandes e suculentas.

Quem o plantou?

Nós não, que nem fumamos e, desde alguns anos que já aí morávamos, nem vimos a semente dessa planta.

Maravilhando-nos disso, um amigo mostrou-nos em seu quintal mais de um pé de fumo nascido espontaneamente.

Em nossa última estada em Cruz Alta, vimos aí, pela primeira vez, fumo nascido sem ser plantado e ninguém aproveitava as folhas, quanto mais as sementes para a reprodução.

Mas se houvesse, quem o contrário fizesse, quem distribuisse a semente abundante de uma planta dessas, nascida ao acaso, estamos certos, que a indústria do fumo ou tabaco não teria desaparecido das Missões. Não se lembram, os que desprezam sua cultura, que, em muito mais longinqua distância de um porto de mar estão os habitantes do por demais central Estado de Goiás, de onde se faz a cultura e exportação do fumo em larga escala. Essa erva, para nós inútil, é, além de medicinal, uma agradável distração, para os que não podem passar sem o cigarro, o charruto, o cachimbo ou o rapé⁹).

O algodão é também cultivado em Missões, mas em muito pequena escala.

Quase todas as casas de campo têm-no para a fiação dos pavios de velas, torcidas da candeia, etc.

Vimos contudo no rincão do Cambacoã, nas casas de algumas famílias oriundas de Mostardas e de Viamao, algumas colchas, toalhas e outros artefatos para uso doméstico feitos em seus pequenos teares. Eram produtos de meia dúzia de algodoeiros plantados para esse fim.

Os jesuítas tiveram não pequenas lavouras de algodão, com o qual eram tecidas, em todas as reduções, as fazendas, com que as mulheres índias faziam a própria roupa e a de seus maridos e filhos, toalhas, redes, etc.

Para conseguir esse resultado era mister uma plantação metódica e em larga escala, ainda que a produção só chegasse para o vestuário, pois a população foi grande, chegou em todas as reduções a mais de cem mil índios, sendo de trinta mil a das Missões Orientais, como já o dissemos.

Depois da conquista espanhola, e ainda pior da portuguesa, as lavras ou lavouras do algodão caminharam para o mais completo desaparecimento.

E hoje, que já nem todos podem ser criadores de gados valia a pena abraçar essa cultura, que no Norte (como há poucos anos vimos) foi o refúgio de todos quantos já não puderam dedicar-se ao açúcar. Dedicando-se ao algodão e exportando-o, alguns estão ricos.

E porque não farão os missioneiros outro tanto?

O trigo foi plantado, no tempo dos jesuítas, e pelos no vos povoadores da Missões, porém, atingido, pela ferrugem (como sucedeu em todo o Estado) a sua cultura, em larga escala, já se não faz, há mais de meio século. Entretanto, do pouquíssimo, em Missões se planta, já comemos excelente pão crioulo e também o trigo cozinhado na água e sal, misturado depois leite. Achamos, pouco apetitoso, embora, em muitas casas de campo, seja uma excelente sobremesa.

A cana de açúcar, que já era plantada no tempo dos jesuítas, tem tido vários cultores. Entre estes, alguns lavradores dos municípios de São Luís e Santo Ângelo só conseguiram fazer e exportar rapaduras e aguardentes, salientando-se (enquanto viveu) o cidadão Vireato Ignácio Baptista, que há trinta anos, exportava muitas pipas de álcool. Contudo sempre diremos, que a cana em todo o território de Missões não pode chegar ao estado de completa maturidade, porque, ao fim de nove meses, as geadas devem tê-la completamente deteriorado ou destruído.

No vale das Antas, da região das colônias italianas, onde não cai a geada, sucede, como nos engenhos do Norte: a cana amadurece, doze meses depois de nascida, sendo completos os seus produtos.

Há uma indústria lucrativa e que muito tarde se desenvolveu em Missões, talvez depois da pacificação de 1845.

Queremos falar da farinha de mandioca, que nem sabemos, se antes desse tempo era ali conhecida.

Plantava-se o aipim ou mandioca mansa, que como o feijão, a abóbora e a canjica do milho eram auxiliares da alimentação à carne.

Por aquele tempo emigraram de Taquari os cidadãos Manoel Joaquim dos Santos para Cruz Alta, Serafim Joaquim dos Santos, (o Farinheiro) para São Francisco de Assis e Justino Marques (este de Viamão) para o Rincão do Cambacua ou Camaqua das Missões. Dedicando-se seria e quase exclusivamente à plantação da mandioca, ao fabrico e venda da farinha, viram-se em poucos anos, recompensados com uma honrada e invejável abastança.

Nem podia ser de outro modo, porque, a esse tempo, com prava-se, nas povoações da fronteira, uma saca de farinha de mandioca, transportada de Viamão, Aldeia dos Anjos e Taquari, com mais de seiscentos quilômetros, na marcha morosa das carreatas, por dezesseis mil réis. Os iniciadores dessa indústria em Missões, vendiam por menos de metade daquele preço fabuloso e achavam-se bem satisfeitos do produto de seu honrado trabalho.



Cruz Alta — Rua do Comércio.

O milho, o feijão de todas as qualidades conhecidas, o arroz, a cevada, a lentilha, a ervilha, a abóbora, a fava, o amendoim, o alpista, a batata, chamada impropriamente inglesa, a doce quase espontânea, o inhame, a beterraba, a araruta, a cebola, o anis ou erva-doce, o funcho ou losna, todos os legumes e ervas próprias de alimentação, a hortalica a mais completa, tudo isso produz o feracíssimo solo das Missões, contanto que se não descuidem de seu cultivo e da limpeza (capinação) da milha e outras ervas destruidoras das plantações.

A vinha é também abundante, mas só em Cruz Alta e nas novas colônias há, quem fabrique o vinho de uvas¹⁰), o de laranja tornou-se raríssimo. A pêra, a maçã, os pêssegos, os marmelos, os figos, a romã, as ameixas, os damascos (raríssimos), os morangos, melancias, melões, o ananás, a banana, a goiaba, a princípio escassa e hoje tão abundante que dá para competir com as geléias e doces do Norte, as laranjas variadas (sendo inferior a todas a seleta, que degenerou) as limas da Pérsia e de umbigo, a cidra, limões de todas as qualidades, o melão chei

roso e sem sabor, várias frutas silvestres aclimadas em jardins, tudo isso é fácil saborear nas estações próprias.

No capítulo seguinte trataremos das riquezas naturais do solo.

NOTAS

1) Hoje os campos, em toda parte do Rio Grande do Sul são fechados, ou por cercas nativas ou por meio de cercas de arame de ferro, pregado em postes de madeira. São os chamados alambrados, mas na aqueles tempos remotos nem disso se cogitava.

2) Como é sabido, os arreios da montaria, compostos do lombinho, ca rona, xerga e outras peças separadas, constituem o leito do viandante, quan do este é forçado ou prefere dormir ao relento.

Nos campos abaixo da serra, poderão passar uma noite magnífica; mas, no campo saleiro, não será raro vir uma rez tentar arrancar-lhe uma das peças empenhadas do suor da cavalgadura.

Quando os cavalos mansos deixam uma vaca lamber-lhe o suor, acontece, as vezes, mascar, cortar-lhe e engolir o cabelo da cauda. No buxo dessa rez forma-se uma pedra, que só é tirada quando a rez é morta. Já vimos várias pedras dessas.

3) Este verbo e o seu participio alçado, podem soar, aos ouvidos do acanhado creador do Norte, como um termo do outro mundo. Eles lá dizem gado amontado, o que ganha as serras ou foge das fazendas. Parece-nos, que gado alçado compreende se melhor.

4) A rez a que falta esse sinal e não tiver marca chama-se orelha na (como eram quasi todas as do gado alçado) e então pertenciam ao dono de campo onde fosse encontrada.

O gado ovelhum tem só a marca ou sinal nas orelhas. O cacalar, o azinino e o luar tem somente a marca de ferro em brasa, que alguns criadores só aplicam-na às crias de mais de um ano. As egoas tem essa marca sobre a anca ou picanha, os outros em qualquer dos quartos trazeiros.

5) Não se faz essa operação no gado vendido para os açougues ou xarqueadas nem na cavallhada e muarees vendidos em tropas para commercio. Nesses casos um certificado assinado pelo vendedor é bastante para legitimar a aquisição.

6) Alguns cavaleiros costumam chamar bagual um estimado cavalo de montaria, mas só por metáfora. Não se compreende um bagual ricamente aperado, isto é: com arreios custosos, desde a redea e a brida ou freio até os estribos de prata macissa.

7) Ha alguns anos existe na fronteira a importante xarqueada de Quarai, de que os ocuparemos no outro lugar, bem como as de Bagé, São Gabriel, Santa Maria e outras, sem que as de Pelotas tenham perdido com isso.

8) Assim era quando, ha 20 anos, escreviamos este capítulo. Mas hoje nos municípios de Alegrete, São Gabriel e Santa Maria já é regular a criação dos porcos e a fabricação da banha. Na vasta região serrana são nas colonias Guarani, Jaguarí e outras ha resumida criação desses animais.

9) Presentemente ha proveitosa cultura de fumo nas colonias Ijuí, Guarani e outras fundadas em terras missioneiras, mas isso não impede, que os habitantes de outras paragens, no mesmo território possam dedicar-se a essa industria rendosa.

10) Quando escrevemos este capítulo não tinhamos se quer noticia dos recentes vinhedos da Uruguatana e Sant'Anna do Livramento, dos quais fazemos menção nos capitulos respectivos.

Capítulo X

RIQUEZA E PRODUÇÕES NATURAIS

A natureza oferece espontaneamente riquezas; mas é necessário que o trabalho lance mão delas para torná-las próprias do nosso uso, transportadas do lugar em que abundam, para o sítio onde faltam.

Ferreira Borges

Não podíamos deixar de consagrar um capítulo às riquezas e produções naturais do território conquistado e seria este em seguida e como um complemento do capítulo precedente.

Procedendo metodicamente, trataremos, embora resumidamente, de cada um dos três reinos da natureza.

Geologia e Mineralogia

Quase toda a serra, que separa os campos de baixo e os de cima da serra teve formação basáltica. Encontra-se aí o quartzo, o talco, a mica, o pórfiro (raro), a calcedônia, em quantidade granito, pedra de grês, o diorito, a cornalina e, nos municípios de Passo Fundo, Soledade e São Luís Gonzaga (de onde têm sido extraídas e transportadas para muito longe) grande quantidade e qualidades várias de ágatas, as quais têm enriquecido alguns dos seus extratores.

Nas mesmas jazidas de ágatas, mas, só em Passo Fundo, e em Campo do Meio, foram encontradas opalas, topázios, cristal de rocha e ametistas.

Hã minas de sulfúrio e em São Borja, muito perto da cidade, uma grande mina de carvão de pedra e por toda a parte a lignita.

Nos campos da Timbaúba (rincão do Cambacua), deram-nos mostras de zinco e sulfureto de ferro, na fazenda do nosso amigo David José Pereira.

Mas, em toda a parte, é tão abundante o ferro, que frequentemente aparece, em pequenas porções, fundido nos tijolos das olarias.

Vimos amostras de chumbo em Campo Novo e cobre da abundante (mas ainda não explorada) mina existente na estância de Capivari, município de Uruguaiana.

Mas cremos não seja só aí, porquanto os jesuítas fundiram muitos sinos, campainhas, etc., para as igrejas das reduções e capelas das estâncias, portanto, acharam cobre abundante para suas obras de bronze.

Do mesmo modo, pensamos, devem existir minas de prata, porque, quando esses padres foram banidos, deixaram em todos os seus templos algumas centenas de arrobas de prata em alfaia, ornatos de imagens e vasos sagrados. E todas essas obras foram feitas nas próprias reduções.

Se há ouro, ignoramos, nem nos consta houvesse alguém descoberto e extraído a mínima porção, que fosse, desse valiosíssimo metal.

Em São Luís foi descoberta uma mina de níquel, mas não temos dados para acreditar na existência abundante desse metal, nem do antimônio, nem do mercúrio, que afirmam existir nas Missões.

E, porém, crença firme a existência de muitos metais, por causa da frequência dos raios, sendo raro o ano em que, pelo menos um indivíduo, deixe de ser fulminado, o que também sucede a alguns animais do campo. O solo das Missões não contém pedra calcária, exceto o município de São Vicente, onde parece ter cessado a fabricação de cal por ter sido esgotada a única jazida. A areia é demasiado fina e por isso dificilmente serve para construções. Excetua-se a pouca, que existe numa ilha à confluência do Ijuizinho. Em todas as estradas e regos, por onde naturalmente correm as águas da chuva, encontra-se excelente e abundante areia preta, própria para escritório.

Mas quase todo o solo compõe-se de terra vermelha, excetuados os mencionados campos da Timbaúba, os de Itaroquém, grande parte do Rincão da Cruz, campos de Alegrete e Uruguaiana, onde as muitas pedras (seixos rijos) do subsolo são cobertas, ou acham-se envolvidas num barro preto e viscoso.

Intercalamos aqui e com a devida permissão, o que, sobre a geologia das terras de Passo Fundo, escreveu e publicou num jornal o Senhor Doutor Osório Resende Meirelles, Engenheiro Civil e de Minas.

Desde que pode falar um profissional, é escusado fazê-lo quem não teve (como nós não tivemos) o estudo teórico e prático de uma ciência tão importante.

Eis o que transcrevemos:

"Os terrenos do município, como os de todo o Estado, são de formação carbonífera, da idade triássica, por isso nele abundam os minerais que abaixo mencionarei. Terrenos geralmente on

dulados, em alguns pontos mais dobrados, são cobertos de campos, matos virgens de grande extensão... Os minerais são os seguintes: limonito, ferro oxidado, e minério de ferro, se apresentam sob diversas formas: fibroso, esférico, conglomerado, em massas estalactites ou mamelonadas, da superfície negra, com formas esquisitas de arboritos brilhantes de cor de cinza irisados ou com pactos.

"Algumas vezes ele se apresenta em esferóides de camadas concêntricas, ocas interiormente, contendo às vezes núcleos móveis.

"Hã limonitos terrosos, que servem para o fabrico de oca amarela.

"Os por mim encontrados, muito parecidos com o itaculimito de Minas, podem conter de 70% a 80% de óxido de ferro.

"Prestam-se para minério de ferro.

"Encontra-se também o ferro de oligisto. Informaram-me haver jazidas de manganês e ouro, porém ainda não encontrei os seus minérios. Ainda não encontrei o granito!). A rocha predominate é o diorito, pedra dura, negra ou cor de cinza, conforme a maior ou menor quantidade de ferro que contém.

"É encontrado geralmente em blocos, oxidados na periferia; é empregado nas construções.

"O grês friável, mole o grês duro ou compacto, o grês vermelho e o terreiro ferrífero, com cavernas cheias de pequenos cristais de rocha em formação. Os dois primeiros citados são encontrados em camadas estratificadas, dando lugar à sua extração ser feita em lajes, para calçamentos.

"Os dois últimos encontrei-os em blocos poliformes nos serros das matas de Erexim.

"Temos a pedra-molar, que é encontrada mesmo na cidade, ao passo que é essa rocha também um sinal característico da idade desses terrenos.

"Essa pedra é mais ou menos cor de cinza: é careada interiormente, com cavernas ou tubérculos, devido a infiltrações selicóreas de antigos calcários lacustres pequenas conchinhas que ficaram presas no seu interior, as quais decompondo-se, deram lugar à formação das cavidades maiores ou menores, que nela se encontram.

"Daí o valor industrial dessa pedra para o fabrico de mós para moinhos de cereais. As casas de ferragens do Rio de Janeiro importam estas pedras das ilhas dos Açores, já preparadas em mós, para serem vendidas em Minas e no Rio de Janeiro, para a montagem dos moinhos de milho para reduzir este a fubã, com que se faz o angu, que é o pão diário da população daqueles Estados, principalmente, do pessoal operário no interior.

"São vendidas aos pares, de diversos tamanhos, conforme a queda d'água de que o fazendeiro dispõe.

"Os terrenos do município são também de formação amida lóide, tendo como prova característica a grande existência de ametistas e ágatas, cada qual mais bela e caprichosa, de inúmeras

variedades. Neste ponto de vista mineralógico, a natureza esmerrou-se o quanto pôde na sua formação pois encontram-se, principalmente, nas ágatas verdadeiros brinços de beleza.

"A ágata de mil cores e variedades esquisitas, unida ao cristal de rocha e à ametista, nos fornece, neste município, o que há de mais lindo e caprichoso no gênero, não se podendo invejar as mais belas do mundo só se vendo para crer. Na família das ágatas, encontram-se o ônix, o olho de tigre, etc., lindos espécimes, grande valor para o fabrico de mil objetos diversos. É este Estado o mais rico do país, neste gênero de minerais.

"Neste município, é o distrito do Campo do Meio, a 7 léguas a Leste desta cidade, que mais ricas amostras tem dado.

"Dizem, não há muitos anos, havia um grande comércio destas pedras neste município e vizinhos (como o de Soledade). Eram vendidas para Porto Alegre, exportadas para a Europa porém, hoje este ramo de comércio é quase nulo, talvez pelo progresso da ciência química, que já tudo falsifica, imitando as pedras naturais.

"Certamente, no futuro, quando facilitarem os transportes, a exploração desta riqueza natural retomará a sua antiga importância."

Todo o trabalho do ilustre profissional obteria, com pequenas modificações, os mesmos resultados, se seus exames pudessem ser feitos em toda a Região Serrana, especialmente nos municípios de Soledade, São Luís Gonzaga e no distrito de Nonoai.

Quanto aos reinos vegetal e animal, deixamos de transcrever o que escreveu o Sr. Doutor Osório Meirelles, pensando satisfará ao leitor, a nossa embora imperfeita descrição.

Reino Vegetal

Começamos pelas verdes pastagens, que cobrem as campinas interminas e sempre ridentes.

Em toda a parte, mas muito especialmente em cima da serra, abunda a macega, que além de ser uma boa pastagem, quando bem crescida e madura, é arrancada para coberta de algumas choupanas. Há também para esse mister o sapê, o capim manso, o santafê e outros.

O gado prefere e conserva-se bem nutrido onde há a grama rasteira, (espontânea, a grama paulista, introduzida como meio de extirpar os pastos de má qualidade, como o capim limão e o barba de bode). Este, quando maduro e seco, tem uma semente presa a dois fios, levada pelos ventos muito longe, logo germina no chão, onde cai. O fogo é insuficiente para consumir essa praga.

Nos campos abaixo da serra, especialmente na fronteira, abunda o capim mimoso, diferente do das terras criadoras do Norte. O gado prefere-o (e é mesmo mais nutritivo) assim como o trevo ou alfafa rasteira, que espontaneamente nasce em alguns campos.

Em todas as lavouras, nasce o milhã, ou capim de roça e o pē-de-galinha, pastos tão nutritivos como a folha de jerivãmas só podem ser dados aos animais mansos e tratados para serviço especial.

Duas pragas difíceis de extirpar são: o caracoatã miúdo, em qualquer campo, e a vassoura brava em todos os declives pedregosos das coxilhas próximas à serra.

Há uma infinidade de ervas imprestáveis, que nenhum animal come e cujas propriedades ou virtudes são ignoradas.

Flores Silvestres

Nos meses de setembro e outubro, o próprio campo é coberto de uma grande variedade de flores.

A anêmona, desde quase rasteira até a cebola cecém ou a gucena escarlate do campo, os malmequeres (muito variados com o nome impróprio de boninas), a maravilha, muito aromática e de cores variadas (esta é a verdadeira bonina), a rosa branca e a escarlate (inodoras e muito propagadas como cercas de jardins), o cipó de São João (tirado do mato e cultivado para o mesmo fim), o bico-de-papagaio, a flor do Maranhão, (esta nasce espontaneamente nos quintais), o coral, o alevante ou manjerição bravio, a erva-de-Nossa Senhora, ou trevo do mato, as parasitas muito variadas nos bosques, mas pouco apreciadas, a vela da pureza, as flores de diversas qualidades de cactus ou cardos, o jasmim do Paraguai, conhecido com o nome de primavera, igual ao que sob outro nome abunda no Norte, a boca-de-leão de várias cores (digitális), o cravo amarelo do campo, a saudade-do-campo e inúmeras outras.

Plantas Medicinais

São notáveis: - a salsaparrilha, abundante no Uruguai, a salsa moura nas roças, a erva-do-bicho (pimenteira d'água), a poaia ou ipecacuanha vomitiva, a poaia branca purgativa (raras) a erva-tostão, o carrapicho de várias qualidades, a alfavaca, a lingua-de-vaca, o matapastos, a erva touro, diurética e especial nos sofrimentos hepáticos, o ruibarbo, o velame branco e o vermelho, a bardana, a guaxuma cuja raiz supre a altêia, a batata barão (purgativa), a chicória e o nabo selvagem, o cidrô, a erva cidreira, o lechetrez (que produz um drástico semelhante ao do óleo de crôton), o gervão, a arnica, a baleeiro, o mastruço (ou erva de Santa Maria), o agrião de várias espécies, inclusive o do banhado, o extramônio ou figueira do inferno, o cartucho, a

trombeta, o juá, o guaco, o picão, o fedegoso, a malva silvestre, a ortiga do campo e as diversas do mato, a macela brava, a maçanilha, a papoula e a linhaça (cultivadas), o cipô-mil-homens, o sangue-de-drago, (na margem do Uruguai), a china, a cina-cina, o coentro e mostarda (espontâneos em Santo Ângelo), a aroeira, a caroba, a carobinha, a japecanga, a capororoca, o fumo bravo, o sabugueiro, o tajuá, o mata-olho (um pronto veneno), o umbu (arvore grande, madeira imprestável e cujo fruto produz um forte drástico), o angico, o cambará (madeiras rijas, mas das folhas e cascas fabricam-se excelentes xaropes peitorais) a cabriúva (outra madeira rija, excelente para móveis, mas que produz um bálsamo específico nas pisaduras), o suçuaia, as sete sangrias, a caúna, o molho (excelente específico para os dentes abalados), a corticeira e inúmeras outras, que deixam quase desconhecidas muitas virtudes da abundante flora missioneira.

Árvores Frutíferas

Entre as plantas silvestres, que dão bons frutos, podemos fazer menção: - do araçazeiro (de inúmeras qualidades desde o rasteiro até o de árvore grande), o ariticum ou quaresma, o bacupari, a goiabeira do mato, a pitangueira (de muitas variedades), o guabeju, o vaporeiti, os-sete-capotes, a jaboticabeira, a guabirobeira (ambas já aclimadas em pomares), a uvaia, a do mato (rasteira ou pêssego do campo), (espécies de louro cereja), a ginja, a cerejeira brava (também aclimadas em jardins, o maracujá de mais de uma espécie, o jerivã, o butiã, o pinheiro araucário, de que faremos detalhada menção, bem como da erva-mate.

O Pinheiro Araucário

Essa majestosa árvore, além do seu fruto altamente nutritivo, das virtudes medicinais da sua seiva e da fumaça dos seus nós, quando queimados para pessoas afetadas dos pulmões, é uma fonte de riqueza, para os que o serram e vendem o seu abundante taboado.

São essa árvore povoa os bosques e capões dos municípios de Soledade, Passo Fundo, grande parte de Palmeira, Vila Rica e alguma coisa em Cruz Alta.

Nesses lugares há quem, com o taboado desse pinho, tenha auferido grandes lucros.

Se as comunicações daí para a fronteira fossem mais fáceis e não tamanha a distância, então, quem negociasse com essa madeira, ficaria tão rico como qualquer dos nossos amigos que em Taquari, Estrela, Garibaldi e Montenegro se entregaram a esse tráfico.

Mas o pinheiro araucário não é como a erva-mate, propriedade de certos e determinados terrenos. Ele produz, e dele temos visto árvores gigantescas, que foram plantadas em terras da fronteira, em lugares de cima da serra, distanciados da zona onde ele abunda.

Os jesuítas adornaram todas as suas quintas com um bosque dessas árvores, como vimos em São João, em São Miguel e em São Luís, os que ainda resistiam ao abandono e à destruição.

Em Porto Alegre, Aldeia dos Anjos, Santo Antonio da Patrulha, etc., também vimos e até carregados de pinhas, vários Pinheiros araucários assim como alguns pés do pinheiro europeu.

Mostram estes fatos, que em todo o Rio Grande do Sul será facilílima e proveitosa a cultura do pinheiro araucário, tão explorado na região colonial, onde também é mais destruído que a proveitado.

O fazendeiro, o simples proprietário de um terreno baldio, que quisesse aumentar-lhe o valor e colher um dia ou legar a seus filhos uma fortuna com pouco tempo e trabalho, bastaria escolher um terreno gramado com cento e cinquenta metros (uma quadra) de frente, sobre seiscentos metros (dez quadras de fundo). Plantando aí, quase à superfície, duas mil e quatrocentas sementes, em distância de quatro a cinco metros, tendo o cuidado de correr uma cerca impedindo a entrada do gado, por três ou quatro anos somente, veria crescer um belo arvoredado, que de então por diante, serviria de abrigo ao gado nas noites e dias de geada, ou nos dias de sol canicular. E com isso, nada sofreria o arvoredado.

Ao fim de quinze anos, esse bosque depois de ter dado a bundante fruto, poderia ser derrubado e serrado em tábuas, produzindo um lucro de 144:000\$000rs., pelo menos o que no Rio Grande do Sul, já se diz uma fortuna.

Agora vejamos a importância de capital empregado.

Importância do terreno, quando muito caro. - 1:000\$000

Três sacos de semente²⁾ 30\$000

Uma cerca e a sua renovação ao 3º ano 400\$000

Total 1:430\$000

O que em dinheiro emprestado com a mais implacável usura, nunca poderia dar o cêntuplo do capital empregado, ficando este (o terreno depois de limpo) com o mesmo ou maior preço, porque a propriedade territorial no Rio Grande do Sul continua a crescer de valor.

Os fazendeiros da fronteira com seus campos demasiadamente despidos de matos, poderiam por esse meio tão fácil e tão suave, ter abundância de madeiras e até de lenha nas suas fazendas. Os galhos dos pinheiros, à medida que estes crescem, secam ou caem. Não será desacertado podá-los. Em qualquer das hipóteses haveria lenha.

Árvore do Mate

Em Minas e São Paulo tem o nome de congonha (nome vulgar indígena) a árvore nas Missões chamada, pela população conquistadora, pau-de-erva, porque dela se prepara a chamada erva-mate.

Constitui um ramo de indústria, que produz, além do grande consumo no país, algumas centenas de milhares de arrobas exportadas para o estrangeiro. Tratamos aqui desse ramo de indústria e comércio, porque, como dissemos no capítulo precedente, é uma produção espontânea do solo, em determinadas localidades e não em toda a parte do território missioneiro de cima da serra, como já foi escrito.

Nos municípios de Santo Ângelo, Palmeira, (compreendendo o distrito de Nonoai), Passo Fundo e Soledade, uma pequena área de Cruz Alta (o Rincão de Nossa Senhora), são os únicos lugares, onde, dentro das serranias e capões de matos, encontra-se a erva-mate.

Alguns proprietários têm conseguido arrancar e conduzir daí e plantar em suas terras distanciadas pequenas árvores, denominadas guachos isto com o fim de terem um erval próprio, em lugar, onde absolutamente não há essa árvore. Mas desse trabalho e cuidados ainda nenhum obteve resultados vantajosos.

Seriam assim plantados os pequenos ervais, de que ainda há restos, nas ruínas de São Miguel e São Lourenço, mas esses mesmos insuficientes para o consumo das reduções, o que prova ser a erva-mate um produto espontâneo da natureza e em determinadas zonas chamadas manchas.

Vejamos agora o trabalho, que custa a indústria extrativa nos chamados ervais públicos, para o que reproduzimos literalmente o manuscrito do nosso amigo, o Sr. Inácio Capistrano Cardoso, que foi, ou ainda é, proprietário no município de Soledade. Ele penetrou pela serra dentro e viu o modo, por que se exercita essa indústria.

Ouçamo-lo:

"Ordinariamente dois e três ervateiros³⁾ formam o seu contrato de parceria para a colheita, preparo e venda em comum da erva-mate. Entrando para o mato, escolhem para seu alojamento um lugar apropriado, e depois de roçado e bem limpo, levantam o carijó. É este um galpão de trinta e seis a cinquenta metros quadrados, mais ou menos, sobre grossas forquilhas, com a competente cumeeira (e portanto de duas águas) aberto por todos os lados e coberto de palhas de jerivã ou de outra palmeira. E aí, que esses homens passam as noites e os dias de copiosa chuva durante o tempo da safra, que começa em meados de março ou de abril e finda em meados de agosto. Todo o trabalho, fora desse tempo, é proibido pelas posturas municipais e punido com prisão e multas.

Pronto esse rancho ou abarracamento, vão entrando pelo mato, já previamente explorado, e podando todas as árvores que encontram, ou sejam, os chamados paus em ser⁴⁾ ou as chamadas socas⁵⁾.

"Todos os galhos podados com as folhas (que nenhuma fica nas árvores) são picados pelos mesmos ou por outros parceiros⁶⁾ e reduzidos a menores proporções, formando-se e atando-se em feixes com cipó ou fitas de taquara.



Rancho e utensílios para preparação da erva-mate (sistema antigo).

"Depois são conduzidos todos os feixes para um lugar tam bẽm roçado e limpo, na distância de meio a um quilômetro do cari jo, que se chama o sapecadouro, da erva ainda verde⁷⁾.

"Aí forma-se um parapeito, com altura pouco maior de um metro, resguardado, com uma espécie de paliçada de faxina e fo lhas verdes, a fim de defender do fogo o parceiro ou parceiros, que tomam o trabalho de sapecar⁸⁾ a erva.

"Dispostos os feixes sobre um pau mais alto, acende-se por baixo uma fogueira com o fim de emurcheecer ou secar a erva, até que esta amareleça por completo.

A medida que isto se consegue e enquanto se sapecam ou- tros feixes, um dos parceiros vai se dando ao trabalho de que- brar os galhos já crestados ou sapecados, formando outros meno- res, entre duas estacas distanciadas quinze centímetros, e aí, a pertando os novos feixes com o pẽ, atã-los com cipõ ou fita de taquara como na operação precedente.

Depois de iniciado o processo de sapecação, os ervatei- ros não o podem abandonar, apesar do frio e da neve, e ainda que entrem pela noite a dentro, até amanhecer, e assim passãf fome ou alimentam-se com algumas espigas de milho seco, que prevenidamen- te tenham levado de suas casas, passadas pelas brasas ou comendo o palmito (o olho da palmeira) assado e o fruto do pinheiro, onde o houver.

"Depois de arrolhada, sapecada, quebrada e amarrada em feixes de trinta quilos, mais ou menos, são estes carregados às

costas pelos parceiros até o carijo, evitando assim que a super-
veniência de uma chuva torrencial possa inutilizar-lhes o insano
e porfioso trabalho já feito.

"Aí começa novo e não menos fatigante serviço. "Tendo já
preparado dentro do carijo os jiraus, compostos de três caibros
cada um, onde empilham, de três em três, os feixes da erva sape-
cada. Cada caibro com os feixes suporta o peso de seis arrobas
mais ou menos, com o nome técnico de meio vão. Os meios vãos,
em número de vinte, perfazem o total de cento e vinte arrobas de
quinze quilos, mais ou menos, que é a conta usual de cada colhei-
ta, a menos que não seja maior o número dos parceiros e mais ex-
tenso o carijo.

"Uma vez cheios, os jiraus passa-se a aplicar o fogo para
acabar de secar a erva, conforme a urgência do serviço.

"Os jiraus ou meios vãos devem ficar em declive tendo da
parte de dentro 1,5 metros, e da parte de fora 1,2 metros mais
ou menos.

"No fogo, que deve ser lento, empregam-se madeiras ver-
des e grossas, como: a tarumã, a guabirobeira, a pitangueira do
mato, a cerejeira, a cabriúva, o araçazeiro e o guabeju, para
que a fumaça deixe a erva impregnada de um cheiro agradável e
gosto menos amargo.

"Em cada lado do carijo é colocado um cocho cheio d'água
e com vasilha própria para atirar sobre o fogo, diminuir-lhe a
intensidade das labaredas e evitar um incêndio, que tudo nulifi-
caria.

"Para melhor observar a fogueira, que deve abranger toda
a linha dos meios vãos, é preferível à noite, durante a qual, to-
dos os parceiros ficam em contínua vigilância para agir no inte-
resse comum.

"Muitas vezes, para tornar mais completa a secagem da er-
va, é mister repetir o fogo por mais de uma vez.

"Para o corte e a condução da lenha, o preparo da can-
cha⁹⁾, da fabricação dos jacãs, ou cestos de taquara e colheita
das folhas desta para acomodar a erva depois de cancheada, apro-
veitam-se os dias de chuva e mesmo a noite.

"Uma vez seca toda a erva, tanto as folhas como mesmo os
pauzinhos dos galhos, trata-se do trabalho denominado a canchea-
ção¹⁰⁾.

"Apaga-se o braseiro do chão, que é varrido e molhado a-
tê arrefecer, arrancam-se os caibros, tira-se a erva que é colo-
cada na cancha, e com o auxílio de dois paus denominados canchea-
dores, é batida, quebrada e reduzida a mínimas proporções.

"Isso feito já é possível pô-la na cuia e apreciar um ma-
te ou chá, se houver um bule.

"Entretanto, a boa erva, depois de moída e decorridos al-
guns meses, é melhor saboreá-la em mate.

"Terminada a cancheação, passa-se a encher com essa erva
os cestos ou jacãs, com uns paus pontiagudos chamados socadores,

atê completar um peso de quarenta e cinco a sessenta quilos, ou de três a quatro arrobas. Dois homens podem cancheiar e encestar por dia, de vinte a vinte e cinco arrobas de erva-mate.

"Isso feito, são os jacãs, depois de fechados, empilhados no carijo em jiraos, acima do nível do chão.

"Assim feita uma ou mais colheitas é a erva conduzida às costas de um animal, arreado para um monjolo ou engenho, onde é moída até ficar em pó quase impalpável, como usam-na nas Missões e, ainda mais fina, no Rio da Prata. Concluída essa operação é acondicionada em surrões de couro seco, vulgarmente denominados terços, com o peso de duas a cinco arrobas, e essa é destinada ao comércio ou à exportação para outros municípios ou para o estrangeiro.

"É este o modo usual e ainda rotineiro da preparação da erva-mate.

"O resultado de tão ímprobo trabalho, em que sofreram fomes, expuseram-se a contrair uma moléstia mortal ou que os invalidasse em consequência das noites frigidíssimas passadas ao desabrigo, o risco da mordidela de uma cobra ou aranha venenosa, ou vitimados por um tigre ou tamanduã bandeira, tudo isso vai ser miseravelmente sacrificado nas mãos do proprietário do engenho ou de algum negociante, (onde os há bem usurários) pelo mísero preço de 500 a 800 réis por arroba de erva cancheada, quase o custo de um quilo nos mercados de serra abaixo, e, portanto, sendo revendida com um lucro de oitocentos por cento, mais ou menos.

"Alguns ervateiros, proprietários de terras, em cujos matos há árvores do mate, têm-nas segregado do demais arvoredo silvestre, sendo este completamente derrubado e removido, ficando-lhes assim mais simplificado e suave o trabalho da colheita e preparação da sua erva, e o erval de sua propriedade livre do comunismo, em que por muitos anos estiveram os ervais chamados públicos".

Atê aqui o manuscrito do Sr. Cardoso ilustrado com o desenho do carijo e pertences como verá o leitor. Agora falaremos nós.

Que o comunismo nos ervais públicos depauperava-os consideravelmente e chegaria a extingui-los, tivemos ocasião de reconhecer-lo, durante cinco anos no exercício do cargo de Presidente da Câmara de Cruz Alta, quando esta, Palmeira, Santo Ângelo e até São Martinho (onde não há erva-mate) formavam um só município.

Tendo de organizar o código de posturas, estabelecemos penas muito severas para a colheita e preparação espontânea e até sobre a falsificação da erva-mate.

Pouco adiantamos com isso, pois mudando de domicílio continuou o comunismo e então já não se guardava o interstício de quatro anos de uma colheita à outra¹¹), o que fez definhar e morrer muitas árvores, tendo sido preciso às câmaras dos novos municípios

cípios de Palmeira e Santo Ângelo, declarar interditos, por três ou quatro anos os importantes ervais do Campo Novo, Nuncorã, Galpões, Santa Rosa e outros, embora com uma tal medida, vissem diminuir o mais importante ramo de sua receita.

Em 1861, e por aviso do Ministério da Agricultura, de 20 de maio, de acordo com a lei de 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial determinou a distribuição gratuita das terras públicas, onde havia ervais, mas só na zona de dez léguas da fronteira. Essa medida foi mais ilusória do que a da concessão das terras aos voluntários da pátria, que se alistaram e seguiram para a campanha contra o Paraguai, em 1865.

Hoje, tendo passado todas as terras devolutas ao domínio estadual, a este compete providenciar sobre o exercício da extração da erva-mate nas terras, que não estiverem no domínio particular.

No manuscrito, que intercalamos, não se fez menção do modo mais abreviado de preparar e exportar erva-mate em pequenos cestos, mais apropriada para o chá, do que para o mate tomado em cuíás.

Quem iniciou no município de Palmeira essa aperfeiçoada preparação foi o finado Coronel Evaristo Teixeira do Amaral que, nos últimos anos precedentes a seu trágico fim, tornara-se um esmerado explorador dessa indústria, em terras de sua propriedade.

Mas, já vimos que outros industrialistas vão seguindo o rastro por ele deixado.

Atualmente, no município de Passo Fundo, os industrialistas Escalada, Verger y Hermanos, tomaram por arrendamento os ervais públicos de Erechim, onde por um sistema mais aperfeiçoado, a que o povo deu o nome de barbaquã, é preparada a erva-mate com que comerciam. As fogueiras, com que secam a folhagem verde, são isentas da fumaça, que, em regra, prejudica o bom gosto do mate⁽²⁾.

Madeiras de Construção

Entre as madeiras próprias para construção e cercas, no tam-se: - o cedro, o louro, o pau-de-arco, o açoita-cavalo (lindeíssimos quando florescidos), a grapiunha, o ipê (branco e preto), a cabriúva, a guajuvira, o pau-ferro, a caneleira, a timbáuba (resistente ao incêndio), a canjerana (incorrutível debaixo do solo), o alecrim (pau rijo e imprestável), a peroba, o tapinhoa, o inhanduá, o espinilho de várias qualidades e espécies (para cerca); a issara (especial e eterna para ripas), a árvore do touro ou quebracho, o salso (que em alguns lugares facilmente petrifica), o cinamomo (único plantado e rival da cabriúva na fabricação de móveis), a cotia, o angico, a tarumã, o cambarã, as de frutas silvestres já mencionadas, como o araçazeiro, a guabirobeira e outras.

Reino Animal

Excluindo os gados e animais domésticos, mencionamos classificadamente, os que existem pela mão da natureza e nada devem ao homem.

Ornitologia

Abundam aves belíssimas como os tucanos (nos bosques), as grandes pombas, as rolas, o nambu, jaô, o macuco, o jacu, e ja cutinga, o papagaio, o periquito, a caturrita, o cara-suja, a grã lha, a arara (raríssima), o corvo preto, o branco (também raro), o carcarã ou carancho, o chimango, o gavião pequeno, o grande ou de penacho, a coruja grande ou mocho, a pequena do campo (onde se mostra de dia e de noite), o pica-pau, o urutau (estes e as corujas são considerados de mau agouro), a perdiz grande e a pequena ou codorniz, o pato mergulhão, o socô, o marreco (bravio), o colheireiro, a narceja, a galinha d'água, o quero-quero, a sa racura, o caça-peixes, o maçarico grande e o pequeno, o tachã (pronuncia-se como em espanhol), avestruz (cuja pena é caríssima), a seriema, o papo-amarelo, o sanhaço, o colibri, os insetívoros como: o joão-de-barro ou forneiro, a tesoura-grande e a pequena, o bem-te-vi (de três espécies com o mesmo canto a corruira e as andorinhas, desde a primavera até fim do outono.

Seguem-se os cantores como: o canário, o pardal ou tico-tico, o caminheiro ou tico-tico do campo, o sabiã comum, o da Praia, o do mato ou sabiã-açu (o mais cantador), a patativa, o coleiro, o pintassilgo, a araponga (esta é até incômoda), o cardeal, o curió (raríssimo), o vira-bosta ou graúna do Sul, e nem é preciso mais para apreciar uma orquestra matinal ou a do meio-dia, a sombra do laranjal, ou arvoredado de um capão, se este for à beira d'água. E, dizem os religiosos de coração, hino que as aves enviam ao Criador, quando os homens dele se esquecem.

Durante o inverno é raro ouvir-se cantar um pássaro com exceção do canário, do vira-bosta e dos notivagos.

Quadrúpedes

Entre os quadrúpedes citaremos: o tamanduã bandeira, o tamanduã mirim, o tigre preto (muito raro), o tigre amarelo, o leão ou cão silvestre, a jaguatirica, o gato do mato¹³, o mão-pelada, o guarã, o guarachaim, a guaitica, o furão, o gambá, o ratão do mato, o serelepe (espécie de esquilo), o caxinguelê, o ouriço o zorrilho (ou maritacaca no Norte), estes todos ferozes e indomesticáveis.

Quadrumanos

De quadrumanos são conhecidos apenas o mono e o mico (macaco), a preguiça, muito rara. Todos são domesticáveis.

Anfíbios

Anfíbios: a capivara, a anta (não o é tanto e é doméstico), a irara, a ariranha ou nutria, a lontra, o rato d'água (espécie de castor), o jacaré, o cágado, o sapo e a rã.

Repteis

Incluimos nesta classe: - o lagarto, a lagartixa verde do campo, a branca (únicas inofensivas), o escorpião ou lacraia e as aranhas (venenosas).

Entre as cobras: - a coral, a jararaca, a verde, a pa-pa-pintos, a cascavel e a surucucu (muito raras).

Animais de Caça

Fazem a delícia dos caçadores: - a paca, a cotia, o tatu de várias qualidades, o preá, o porco do mato ou tateto, o veado, o cervo, o coati, (domesticáveis). São também objeto de perigosa caçada, para aproveitamento dos pelos, o tigre e outros selvagens ou indomesticáveis. Não mencionamos aqui por tê-las já mencionado entre os pássaros, as aves que são objetos de caça, como a perdiz, a pomba, etc.

Peixes

Entre os peixes contam-se apenas: - o lambari, o salmão, o dourado, o linguado, o surubi, o pati, o pacu, a traíra, a arraia, o cascudo, a piaua e a grumata.

Poderia compreender o caramujo, e o caranguejo de água doce, os quais ninguém come.

Insetos

Entre os insetos úteis: - abelha jataí, a guaraipo, mandorí, mandaguai, tubrina, iratin, a mandaçaia, a lixiguana (espécie de marimondo), que produz o mel mais puro e delicioso, e abelha mirim de três qualidades.

Entre os nocivos: - bicho-de-pé, o percevejo, a pulga, o mosquito pernillongo, o borrachudo, o mosquito pólvora (somen te na serra), a botuca ou mutuca, a vespa, o marimondo vermelho, o preto, o fincão, a lagarta de várias espécies, a mosca varejeira, o carrapato, o micuim, e o bicho propriamente dito (prejudiciais ao gado), o cupim prejudicial aos móveis e madeiras de construção, a barata, a traça e a punilha (prejudiciais à roupa, peles secas, papéis e livros), o gafanhoto de várias qualidades, havendo um muito grande chamado lagosta¹⁴ que aparece em tempos indeterminados e, em um momento destrói toda a plantação,

a formiga mineira e a saúva, para as quais já foi antídoto a formiga miúda, importada de Sorocaba, muitos besouros sendo o pior o marangongo o morpião ou piolho lázaro, o piolho dos cavalo, nos quais ocasionam grandes peladuras, o bicho da sarna, o grilo e outros menos importantes.

Entre os inocentes nota-se: a imensa variedade das borboletas, bruxas, escaravelhos, as mariposas, os vaga-lumes grandes ou pequenos, o louva-a-deus, as cigarras, a lanternaria (sem razão considerada venenosa), a esperança, ou gafanhoto verde, no turno.

Tais são as informações, que podemos ministrar sobre as produções naturais do território conquistado e incorporado ao Rio Grande do Sul, em 1801, tanto que é útil, como o que por no civo convém extirpar.

Restam-nos duas palavras sobre o que constitui a verdadeira e sólida riqueza natural, e é a terra, que tudo aquilo contém e tudo aquilo produz.

É surpreendente o modo por que o solo missioneiro, que há quarenta e oito anos, encontramos na maior parte desvalorizado, ou constando ainda de prédios rústicos baratíssimos, hoje, ninguém os adquire, senão por bem alto preço.

No princípio, como já vimos (Capítulo VII), as terras eram facilmente distribuídas a título gratuito, a quem as pedia.

Quinze ou vinte anos depois da conquista, muitos concessionários ou sesmeiros, incapazes de cultivar as terras obtidas, vendiam-nas por preços bem ínfimos e até davam-nas, passando es critos de vendas simuladas, pagando os adquirentes o imposto da sisa.

Essas terras cresceram gradualmente de preço e causou-nos admiração ver um herdeiro, tendo um quinhão de herança paterna, em um campo dos Três Capões, duas léguas distante de Cruz Alta, no valor de trinta e dois mil réis, em 1836, vendendo pelo dúplo, em 1859 a um condômino, e este, satisfeitíssimo por ter feito uma pechincha.

Enquanto faziam-se tais negócios, existiam muitas centenas de léguas de terras cobertas de mato virgem e ninguém queria comprá-las nem mesmo pelo preço mínimo estabelecido pela lei de 18 de setembro de 1850, a saber: meio real por braça quadrada ou 4:500\$000 rs., por cada légua.

Hoje, essas mesmas terras que ainda em 1866 os imigrantes alemães não queriam ir colonizar, sendo-lhes dadas gratuitamente¹⁵⁾, são vendidas nas colônias fundadas em pontos bem distanciados e em lotes de cem metros de frente, sobre mil de fundo, por 400\$000 ou 500\$000 rs., o que importa dizer, que em meio século decorrido depois da lei de 1850, cada légua quadrada daquelas depreciadas terras, vendida em prazos coloniais, pode render ao estado (como tem rendido a particulares) 90:000\$000 rs., ou mais.

Esse valor há de ser muito maior, quando também for mais extensa a rede das estradas de ferro, pondo as colônias quase em contato com a capital do Estado, sendo mais reduzidos seus exagerados fretes.

NOTAS

1) Que entretanto vimo-lo.

2) Obtida de maior distância é o que (inclusive o transporte) pode custar. Nesse cálculo entra também a possibilidade de algumas falhas, que de um ano para outro, e com novas sementes, seja preciso plantar de novo.

3) Assim chamados ou também carijeiros, os homens, que se dedicam ou quasi vivem da colheita e preparação da Erva Mate.

4) Chama-se pau em ser a árvore, que ainda não foi podada.

5) Chama-se sôca a árvore, que já foi podada e que, decorrido o período legal (quatro anos), tem de se-lo de novo.

6) Os parceiros encarregados desse serviço são chamados, na ocasião, picadores ou arrolhadores.

7) O trabalho dessa condução é, em gíria de ervateiros, chamado arrolhar a erva.

8) Sapecar é secar, lentamente e ao calor do fogo, a erva, até que as folhas e talos percam toda a verdura.

9) Cancha é um pequeno girau de fachinas unidas, entre duas paredes inclinadas, onde de novo é quebrada a erva e reduzida a menores proporções para ser acondicionada nos cestos ou jacás.

10) Outro termo na gíria dos ervateiros, designando o trabalho de bater a erva depois de crestada e reduzi-la, até onde for possível, quasi a pó. Ai não acaba de todo o preparo da erva, mas sim no engenho, como acima fica dito.

11) Não dando a erva mate, colhida prematuramente um bom produto, os ervateiros recorriam a falsificação, sapecando, canxeando e misturando-lhe ramos de caúna, sete-sangrias, capororoca e outras árvores aparentemente semelhantes, porém inteiramente medicinais.

12) Eis, o que a respeito desse novo metodo nos informaram:
"Depois de podadas as árvores no mato e arrolhados os galhos, como acima ficou dito, são colocados em uma espécie de grelha, onde recebem o calor do fogo, que é transmitido por um cano em posição horizontal e subterrâneo. Esse cano recebe de uma fornalha o calor, que transmite aos galhos arrolhados.

Logo, que a erva por esse meio tem secado, são quebrados ou canxeados todos os galhos e depois de bem secos e quebrados, são exportados para o Rio da Prata, onde são reduzidos ao pó impalpável, como ali se usa, ou preparados para servir como chá".

Essa erva mate obtem melhor preço, que a outra.

13) Todos estes pertencem a família da onça, como é chamada no Norte, onde há também a sussuarana do tramanho da jaguatirica com pelo diferente.

14) Essa praga é desconhecida nos estados do Norte.

15) Nesse ano a camara de Cruz Alta officiou ao cidadão Carlos Von Kozeritz, agente interprete da colonização, pedindo-lhe de encaminhar para aquela, então vila, alguns colonos, aos quais daria a camara, 200,000 braças quadradas das terras que comprara ao governo, à margem da estrada do Fa chinal; isso para cada família, que se obrigasse a cultivar o seu prazo e conservar a sua testada sobre a estrada.

Ninguém quis aceitar essa vantajosa proposta.

PARTE SEGUNDA

VIAGENS PELAS MISSÕES

Heureux, si nos descriptions peuvent faire éprouver à nos lecteurs quelque faible partie de l'enthousiasme, que nous saisis en présence de ces vénérables restes des temps passés.

Bréton

Capítulo XI

DE PORTO ALEGRE A CRUZ ALTA

Que prazer doce não é o de deixar essas habitações alinhadas pelo prumo de sua pequenez e vir, no desalinho dos campos, folgar em liberdade com a natureza?!

A. Garret

Não entraremos no território missioneiro, sem descrever seu longo itinerário.

Tenha paciência o leitor que sô conhece esta era de progresso. Compartilhe e experimente conosco os sofrimentos e emoções na extensa peregrinação desde a capital rio-grandense até obter descanso definitivo, ou duradouro, numa povoação, numa estância da região serrana, ou abaixo desta, na extensa campanha até a fronteira com os países vizinhos.

A viagem para qualquer desses rumos, fazia-se em alguns dias, suportando o trote duro do animal. Mais penosa era-o, durava um mês ou mais, esgotaria a paciência dum santo, quando feita com família, acompanhando as antiquadas carretas puxadas por quatro juntas de bois.

E o que diremos dos pobres carreteiros, condutores dos fardos de mercadorias, quando eram remetidas de Rio Pardo para os comerciantes da campanha, com uma dúzia desses pesados veículos?

Nos dias de chuva, eram obrigados a permanecer no lugar, onde houvessem passado a noite, esperar o tempo seco, porque de outro modo inutilizariam a boiada de trabalho. As cangas, os canziz tirar-lhes-iam todo o pelo molhado ¹⁾ quer do pescoço, quer da nuca, abrindo feridas de curativo difícil.

Para evitar esse prejuízo, não pequeno, tinham os pobres carreteiros de passar três, quatro ou mais dias, lutando com dificuldades para acender com o seu isqueiro ²⁾ a lenha molhada e formar uma pequena fogueira, aquecer a água, fazer e tomar o ma

te ou cozinhar a feijoada, alimento seu e do pessoal empregado nesse difícil e às vezes ingrato labor.

Embora isento de sofrer os sustos, os perigos tais como os de um procela desencadeada no oceano, nem por isso o carreteiro é menos dispensado que o nauta, de afrontá-la em terra de dia ou de noite. Enquanto aquele suporta-a no convés do navio, trabalhando e vigiando sempre, o carreteiro, bem como o tropeiro tem que expor-se à chuva para trazer a boiada e animais em contínuo pastoreio. Mal dele se os deixa escapar.

E tudo para fazer num mês a viagem, que a cavalo seria feita em uma semana ou em menos tempo.

O recoveiro ou condutor de tropa arreada (assim chamada a dos muarees carregados de fardos) tem uma lida mais afanosa, porém suas fadigas e cuidados são menos duradouros.

Antigamente era por meio das tropas arreada que se fazia o transporte até os lugares para onde não havia estrada de rodagem.

Esses lugares ainda são, em partes, dos municípios de Passo Fundo, de Soledade e para Nonoai.

Alguns fazendeiros, alguns comerciantes abastados adquiriam mais tarde, para sua condução pessoal, carruagens, parêlhas de animais adaptados e boleeiros, podendo fazer viagem mais breve, mas nem por isso isenta de incômodos. Posteriormente, mas só para determinadas cidades, estabeleceram-se carruagens de posta, vulgarmente denominadas diligências. Nestas o boleiro chefe tem o pomposo título de maioral. E, com efeito, assentado sobre a boleia chamada também o pescante, não só toca os animais e dá ordens aos sotaboleiros, mas também ordena e dispõe a viagem, designando a hora e local do almoço ou o do pouso noturno.

Entretanto, a vantagem de abreviar um pouco esse trajeto converte-se em um prejuízo se sucede quebrar-se uma roda, um eixo ou mola principal do veículo.

Se isso dá-se em lugar distanciado de artifices, que possam fazer logo um conserto, aí vão perdidos um ou mais dias de demora e o acréscimo de despesas para o viajante.

Todos esses velhos modos de viajar na campanha ainda subsistem, bem que limitados aos distritos distanciados das vias ferreas.

Assim será, até que o Rio Grande do Sul possa contar, como os Estados de São Paulo e Minas, com estradas de ferro para quase todas as direções.

Naquele tempo não tínhamos, ao menos em parte, o transporte suave e cômodo do vagão, vencendo, na rápida velocidade de uma ou duas horas, a distância que, pelo velho e rotineiro sistema, importava em dias de vagarosa viagem.

De todas quantas fizemos a cavalo, a mais abreviada viagem foi em 1876³) quando apenas cogitava-se da construção da via férrea, iniciada em 1878 e concluída de todo entre Porto Alegre e a Uruguiana.

É pois aquela, e não a que fizemos quinze anos mais tarde, a que descreveremos pari-passu.

Um pequeno barco a vapor, repleto de passageiros, separa da a câmara dos homens (servindo simultaneamente de refeitório e dormitório), do pequeno cubículo reservado às senhoras, leitos com quarenta centímetros de largura, travesseiros e colchões duros, despidos de lençóis e coberturas, e isso mesmo não chegando para todos, ficando muitas pessoas de pé ou assentadas em tamboretas durante uma noite inteira, uma profusão de mosquitos, desde o crepúsculo da tarde até o da manhã seguinte, tal foi nosso suplício até desembarcarmos, felizmente cedo, em Rio Pardo.

Essa povoação foi o berço de grandes homens rio-grandenses. Aí nasceram o senador Pedro Chaves (Barão de Quaraí), seu filho, o estadista Alfredo Chaves, o redivivo Andrade Neves (Barão do Triunfo), o abalizado médico Antônio Martins da Cruz Jobim (também senador), os generais Gaspar, Propício (Barão de S. Gabriel), João Manoel (irmãos), João Francisco, José Luís, Antônio Adolpho Menna Barreto (seis generais filhos e netos do Marechal João de Deus Menna Barreto), Inocêncio Veloso Pederneiras, o Engenheiro Frederico Menna, o sábio sacerdote João de Santa Bárbara, o notável pintor e grande épico Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo), Antônio Pedroso d'Albuquerque, mais tarde o homem mais rico no Estado da Bahia, o dr. José Affonso Pereira, o Visconde da Graça e vários outros.

Mas, desde a pacificação da guerra dos farrapos, que aí teve o seu forte e alternado teatro de operações, marchou Rio Pardo para uma tal decadência, que nenhum esforço humano jamais pôde refrear.

Ouvimos alguns dos poucos velhos que conseguiram transpor várias décadas após aquele período revolucionário, contar as grandezas da opulenta vila de Rio Pardo, a vida expansiva, a união íntima de seus mais antigos habitantes.

Eram aparatosas e completas as festas nas igrejas e fora, com os competentes torneios das cavalhadas. Eram ainda animados os repetidos saraus familiares com as danças do solo inglês, do minuete afandangado, da gaiota, da cachucha e da contradança antiga, desbancada pelas quadrilhas. Eram bem desempenhados os espetáculos teatrais, em que brilharam Felipe Neri, Mello e Albuquerque, Borba e outros jovens amadores, mais tarde chamados para representar papel saliente na política rio-grandense.

Reinava uma excepcional atividade no comércio. Era este abundante em todos os gêneros, era o fornecedor do município e até da maior parte dos negociantes da companhia e da região serrana. Estes e aqueles aí vinham comprar mercadorias e transportá-las para, lá longe, revendê-las com avultado lucro.

E todos ganhavam bom dinheiro, as onças de ouro, os patações formigavam.

Mas passada aquela crise revolucionária e tristíssima, a opulenta vila deixou de ser um entreposto comercial.

A navegação fluvial a vapor, a princípio bisemanale por fim quase diária, anulando quase a dos lanchões e canoas, atraiu do para Porto Alegre toda a freguesia comercial da companhia e da serra, desferiu profundo golpe no comércio de Rio Pardo.

A supressão do comando da guarnição e fronteira, a retirada das forças que aí estacionavam, diminuiu-lhe mais de metade da antiga população urbana.

Apesar de elevada a categoria de cidade, nem por isso cessou, antes progrediu, a sua decadência, chegando ao ponto de serem oferecidas gratuitamente as casas, para não permanecerem desabitadas por meses a anos.

Entretanto, Rio Pardo possuía ainda alguns homens prestigiosos e destes mais de um foi chamado a ocupar uma cadeira de deputado à assembleia geral e à provincial. Esses homens envidaram o melhor de sua influência, para recuperar o antigo esplendor da cidade, digna de melhor sorte.

Os deputados e senadores rio-grandenses, encontrando no ministério o Marquês de Caxias, amigo devotado do Rio Grande do Sul, conseguiram fossem criada e inaugurada uma escola militar, provida de ilustrado corpo docente. Mas, ao cabo de dois anos, já não sendo ministro aquele titular, foi a escola removida para Porto Alegre. Trinta e cinco anos mais tarde restituída, não demorou em ser-lhe de novo tirada. Uma outra escola de tiro, uma guarnição militar com um batalhão de infantaria, uma grande estação da estrada de ferro, nada disso tem melhorado as condições da cidade, que foi a chave da campanha rio-grandense.

Habitam-na hoje mais de seis mil almas.

Mas, apesar dos templos, teatro, hospital de misericórdia, grandes casas particulares, ainda reina quase geral pobreza.

Era aí que os viajantes da capital para a campanha, para a região serrana, ou vice-versa, iam encontrar meios de transporte; foi aí que os procuramos.

Sendo a peregrinação demasiado longa, eram indispensáveis três cavalos para a montaria de cada um dos camaradas ou peões (pois fazem serviços extraordinários além da marcha), dois para cada um dos patrões, dois muarees para cada cargueiro e a competente égua madrinha, sem a qual é certo o extravio de animais durante a noite.

De um todo prontos, inclusive a matalotagem, partimos pelas quatro horas da tarde, com uma grande animalada por diante, apreciando a bela paisagem que se ostenta à direita e à esquerda da vereda, desde a ponte sobre o rio, que dá seu nome à cidade, até os confins missioneiros.

Passamos a grande várzea, que nas maiores enchentes é quase toda coberta de água na extensão de nove quilômetros. Nessa ocasião, o terreno era seco, facilmente transitável até o Sítio das Moças Velhas.

Daí começamos a subir uma ladeira de suave declive até o outorá desprezado e baldio passo colonial, adquirido e consideravelmente valorizado pelo operoso industrialista F. Hahnemann, então o mais aperfeiçoado vinhateiro do Rio Grande do Sul.

Um pouco mais além, passávamos o Arroio das Pedras, 6 quilômetros mais adiante chegamos ao Capão da Cruz Alta, pernoitando na hospitaleira vivenda de Manoel Pinto Lima.

Caminháramos já 30 quilômetros, desde a cidade de Rio Pardo.

Ao seguinte dia, passávamos pelas Três Vendas, pela estância do Chico Thimotheo, começando e continuando a avistar, por mais dois dias, mais próximo ou mais afastado, conforme as curvas da estrada, o majestoso Cerro do Butucaraí, notável por sua excepcional posição sobre a encosta da Serra Geral e por ter sido um dos asilos do célebre monge⁴) que primeiro estivera nas Águas Santas do Campestre, localidade que adiante descreveremos.

Passada a magnífica ponte de pedra sobre o arroio Butucaraí, subimos por uma suave encosta até a modesta fazenda de Manoel José Severo.

Aí, à sombra de uma ramada, fizemos o clássico descanso para o almoço e sesteada, mas ninguém dormiu, antes palestramos sobre vários assuntos.

Prosseguimos pelas três horas, dardejando-nos pelo rosto um sol ardente, tormento cruel nessa e em todas subseqüentes.

Passamos pelas situações dos enforcados, das Águas mortas, o Cemitério dos Machados, lugares todos sem atrativos à morada do Francão, uma eminência, que domina até além do Passado Jacuí.

Essa casa, o pomar e mais dependências do pequeno estabelecimento de criação e lavoura, ficam quase assombrados pelas gigantescas figueiras bravas. A vivenda é, não obstante, alegre, mas seu bizarro dono já não existe.

Começamos daí a descer por uma extensa encosta até o sangradouro e várzea da margem esquerda do Jacuí. Havíamos vencido 90 quilômetros, desde a véspera.

Passamos a grande e custosa ponte mista, sobre bem altos pegões de pedra e detivemo-nos a contemplar a beleza natural das margens do grande rio, que leva suas águas até a bacia, onde confluem os rios Caí e o dos Sinos, formando mais adiante com o Gravataí o majestoso Guaíba.

Aí estavam ancorados ou vogavam sobre essas águas sempre tranquilas, vários lançhões e canoas.

Depois, já imerso o sol no ocaso, era mister procurar o pouso e achamo-lo no sobrado, que era então o orgulho da povoação da margem direita⁵).

Conquanto cavaleiros, já havendo feito várias viagens, tão longínquas como essa, experimentamos, o que sentem quase todos os habitantes do Rio Grande do Sul que não tiveram o hábito de dar diariamente um passeio (e chama-se um passeio) de oito ou dez quilômetros ao trote ou galope do bagual.

Um cansaço absoluto, quase febril, dores por todas as articulações e espinha dorsal, eis o que sucede, mais ou menos, ao melhor cavaleiro que, por alguns meses, tenha-se absterido de viajar a cavalo e ao rigor do sol.

Durante essa noite, quase não dormimos. No seguinte dia, não foi sem grande custo e pesar que prosseguimos a jornada com a qual, so ao terceiro dia, estávamos familiarizados.

Tomamos pela extensa várzea chamada do Jacuí, mas que só margeia o Vacacaí-Mirim, na extensão de doze quilômetros; a Estiva; três quilômetros mais adiante a Picada do Araçá, monótona pelos trinos das aves da selva, oito quilômetros mais além o Vende Almas, três quilômetros adiante o Cemitério do Ornellas e depois a Chacãra de Dona Gertrudes, onde, à sombra de um frondoso umbu, foi o nosso descanso meridiano, saboreando parte do nosso farnel de viagem.

Prosseguindo à tarde, passamos a Restinga Seca; oito quilômetros mais adiante, a fazenda e posto de Antônio Gonçalves Borges; em outra quase igual distância, o Arroio do São; seis quilômetros mais, o Cemitério dos Cordeiros e, com mais três, a Picada da Tronqueira, além da qual pernoitamos ao relento.

São quem já fez uma viagem pela campanha do Rio Grande do Sul, desde os fins da primavera, por todo o verão e, às vezes, pelo começo do outono, em uma palavra enquanto o tempo não é de demasiado fresco, poderá apreciar quanto seja confortável uma noite dormida ao relento.

A xerga e as caronas sobre a relva, tendo por travesseiro o lombinho e o coxonilho, tal é o leito do viajante. Não há outro teto senão o firmamento recamado de estrelas.

Por maior que seja o cansaço, ao fim de um dia cáldo, por mais inalterável que seja uma calma, nem de leve agitando a folhagem das árvores, lá vem pela meia-noite um brando frescor matinal produzindo o mais agradável dos sons.

Não será sem um sentimento de mau humor, que se desperta ouvindo o camarada gritar: - "patrão, o dia aí vem, aqui está também o mate, tratemos de viajar".

No meio do campo é o camarada ou peão, quem manda ou dispõe, quando o patrão não é tão campeiro como ele.

Mas, depois de encetar-se a troteada, ouvindo-se o chilrar de vários passaros, o silvo saudoso das perdizes ou dos parais⁶), tendo diante dos olhos o sublime espetáculo da natureza iluminada pelos raios rubros do sol nascente, os verdes campos, onde pastam grupos de animais vacuns e cavaleares, bandos de aves truzes e os veados do campo, um capão de matos com vasta folhagem, as vezes florescida e aromatizada, lá, de vez em quando, uma casa de vivenda com o seu arvoredor, vendo-se tudo isso, experimenta-se deveras uma satisfação íntima, indescritível. Quase se não

sente saudade do lar. Todas as preocupações, todos os cuidados são esquecidos. E foi o que nos sucêdeu.

Era a manhã do terceiro dia da nossa jornada.

Passamos, ao fim de cinco quilômetros, pelas Águas Boas (para não dizer péssimas), sete quilômetros mais adiante a graciosa situação quase contígua à Picada dos Pains, onde foi-nos servido um bom café e dado pasto aos animais.

Daí por diante, perdido já de vista o Cerro de Botucaraí, começamos a avistar os dois cerritos, sem denominação própria, além dos quais ficava-nos escondida a cidade denominada Santa Maria da Boca do Monte.

Passamos, ao fim de seis quilômetros a Casa Branca, a venda de Frederico Crespo, entramos na Picada de Santa Maria, chegamos ao Alto da Eira e, por fim, achávamo-nos à Rua do Acampamento, a mais antiga e histórica das ruas, dessa em seu começo quase nula povoação, hoje uma das mais importantes cidades rio-grandenses.

Tínhamos mais de uma hospedaria a escolher, mas não nos perdoaria um amigo que exigia fôssemos de preferência seu hóspede, sempre que aí passássemos. Com efeito, esse amigo foi uma das pessoas mais conspícuas do lugar, quer pela fortuna sólida, quer pelo prestígio granjeado a troco de uma franqueza pouco vulgar⁷).

Ele por si e seus numerosos amigos, pessoas igualmente respeitáveis, foram pródigos em obsequiar-nos e aos nossos companheiros de viagem.

Os camponeses rio-grandenses, os habitantes mesmo das povoações da campanha são hospitaleiros afáveis e francos, como essa vasta e devassada região varrida e purificada, de vez em quando, pelos vendavais do pampeiro e chuvas semidiluvianas.

Em qualquer estância, onde for pedida permissão para o descanso meridiano ou mesmo uma pousada, o viandante será afavelmente acolhido sem cerimônias nem desdêns.

Mas na cidade de Santa Maria, então como quando simples freguesia, essa hospitalidade deixaria o viajante mais sinceramente penhorado.

As senhoras ainda rivalizam em distinção e afabilidade com as das mais cultas cidades brasileiras. Não há exagero em dizê-lo. Enquanto os homens se dividem por opiniões políticas e religiosas, pois a população de origem germânica conta crescido número de protestantes, o belo sexo, assíduo aos deveres domésticos, vive em contínua permuta de obséquios.

Nos casos de enfermidade grave, ou morte de pessoa numa família, não falta quem voluntariamente vá auxiliar os cuidados do doente, o velório ao cadáver, a confecção gratuita dos vestidos de luto.

Durante os dias de nojo, emudecem os pianos e todos os instrumentos musicais do vizindário⁸). "E uma caridade patriarcal", disse-nos o sacerdote que ainda vive e com geral aceitação parouquiava esse grande rebanho.

Não prosseguiremos sem referir o que numa viagem, sete anos antes, aí presenciamos e despertou gratas recordações da nossa vida colegial.

Era um domingo.

A pedido da colônia alemã de Santa Maria, chegara de Porto Alegre o padre João Gassner, da Companhia de Jesus, sob a obediência do seu superior em São Leopoldo.

Tinha preparado os meninos de ambos os sexos da população católica, de origem germânica, para a primeira comunhão eucarística.

Agregaram-se-lhe os da população luso-brasileira, preparados pelo vigário.

Pelas nove horas da manhã, desfilou lindo o vistoso prêstito, com seus estandartes, dividido em duas turmas. A das meninas trajava vestido branco, véu e grinalda, tendo ao tiracolo uma faixa de seda azul; a dos meninos, com vestuário preto, tinha ao braço esquerdo o laço próprio dessa solenidade e todos levavam velas de cera, entoando hinos adrede compostos.

Apenas entrados no templo (a igreja velha que foi mais tarde arrasada e jamais reconstruída) subiu ao púlpito o padre Gassner, falou ao auditório, primeiro em português percorreu sobre a sublimidade imponente da primeira comunhão na Europa católica.

Pedindo depois licença ao auditório, falou aos seus patrícios alemães com tão entusiástica unção que vimos dois velhos e algumas senhoras derramar lágrimas.

Seguiu-se a missa cantada e, por ocasião da comunhão, o vigário, que fora o celebrante, dirigiu aos meninos uma breve e tocante alocução.

Concluída a festa, retirou-se o prêstito na mais respeitosa ordem. O resto do dia passou, para crianças e adultos, em religioso recolhimento, contrastando com os hábitos de uma sociedade de expansiva no dia do repouso hebdomadário.

É que nesse povo existe, sem o aparato ostentoso do beatério, um sentimento religioso, ainda hoje comprovado.

Ao amanhecer do sexto dia de nossa partida do Rio Pardo, resolvemos prosseguir a viagem subindo a Serra Geral pela estrada de rodagem que atravessa a emancipada colônia alemã do Pinhal.

Em vez dessa e da estrada moderna denominada da Caturrita, poderíamos ter seguido (como uma vez fizemo-lo, por precisarmos ir a São Martinho) pela ultra-secular-Picada da Boca do Monte.

Passaríamos pelo assaz deserto arraial do Campestre, onde estacionou o ermitão João Maria, de quem daremos sucinta informação, porque a narrativa de uma viagem admite (e às vezes agrada) certas digressões.

Desse misterioso e desaparecido personagem, que tanto deu que falar de si e do seu eremitério conseguimos saber o seguinte:

Era italiano mas residiu, dizia ele, em São Paulo donde retirou-se enveredando por infindas selvas (quem sabe por quantos meses de arriscada peregrinação) até a fronteira do Paraguai. Daí foi obrigado a sair.

Atravessou o rio Paraná, depois a Lagoa Iber, em uma pequena canoa; seguiu a p pelo território deserto das Missões Corrientinas até o extinto povo de São Tomé, hoje restaurado e elevdo a cidade. Desceu pelo Urugu até São Borja onde desembarcou e foi bem acolhido. Deu aí o nome de João Maria de Agostini.

Em poucos dias recomeçou sua peregrinação a p e foi dar com mais de 580 quilômetros de marcha ao Cerro de Botucaraí, onde pouco demorou-se e regressou até o Campestre, perto de Santa Maria por onde já havia passado.

Nessa situação agreste e merencria, escolheu um Cerro elevado e  base deste, uma fonte de água cristalina  qual atribuiu a virtude de curar inúmeras enfermidades⁹).

Não era a primeira vez que no Brasil se descobriam fontes de águas puras com virtudes semelhantes e que, como essas outras, as do Campestre operariam curas surpreendentes.

Após alguns sucessos reais ou aparentes, após uma boa colheita em esmolas, o ermitão resolveu, auxiliado por alguns devotos, levantar no alto do Cerro, uma ermida e neste foi colocda uma imagem de Santo Antão, abade da Tebaida, imagem que existia em poder de um morador do lugar e fora pertencente aos povs das Missões.

Rezam as crnicas eclesiásticas que Santo Antão, chamado também Antônio, o Grande, tendo fundado o seu mosteiro em Como, no Egito, vendo sua pátria atacada pelos sarracenos, convocou seus monges e intimou-os para acompanhá-lo na defesa da fé e da pátria. Despindo a estamena e cingindo a armadura de ao, foi imitado pelos seus súditos espirituais.

Seguiram para o combate onde auxiliaram, com desmesurado valor, os soldados cristãos no desbarato dos infiéis. Após a vitória, voltaram ilesos para a solidão do claustro.

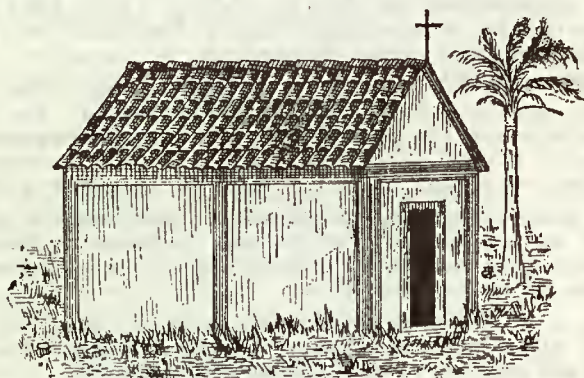
Canonizado muitos anos depois de sua morte,  venerado em vários países católicos e dele tomou nome esse taumaturgo portuges, fidalgo Fernando de Bulhões, quando se passou da ordem premonstratense para a dos franciscanos mendicantes.

Santo Antão é o padroeiro de uma vila em Pernambuco que teve o seu nome mas foi elevada dessa categoria com o nome de cidade de Vitória. Aí, prem, não goza o padroeiro de tanta veneração, nem é tido por milagroso como no Campestre de Santa Maria. En

tretanto, o povo daquele Estado é muito mais religioso, fanático mesmo, de que o povo rio-grandense.

O ermitão João Maria de Agostini não se limitou a construção da ermida.

Para a festa do dia próprio (17 de janeiro) cuidou da construção de uma capela, em lugar plano, à base do Cerro. É essa que damos à estampa.



Capela de Santo Antônio.

Sendo necessário um patrimônio, para sustentação da capela, um cidadão por nome Jezuíno de Tal doou de suas terras duas braças de frente sobre mil de fundo.

Para essa, apenas mais espaçosa capela, é trasladada, no dia da primeira novena, a imagem do padroeiro e aí permanece até o dia da festa, finda a qual é reconduzida, em procissão, para a tristonha ermida no cimo do Cerro.

No tempo do ermitão, a festa não teria o aparato religioso, nem o profano da atualidade, mesmo porque ele, o coitado, teve que deixar o Campestre, fugindo perseguido pela polícia, sem que se soubesse outras notícias dele¹⁰).

Todos os anos, durante os dias consagrados à festa, com corre de muitos pontos do Estado (e até do estrangeiro) crescido número de romeiros, que formam em barracas, carretas e outros veículos um grande acampamento. Contaram-se mais de cinco mil pessoas no ano de 1906, um dos em que menos concorrida foi a romaria, por causa das copiosas chuvas.

É certo que alguns homens lá vão, sem o espírito religioso, mas são pelo prazer de observar o movimento dos romeiros, apanhar as distribuições dos pagodistas e com estes gastar o tempo em descantes, folgares e libações.

Uma prova temo-la na versalhada, ao som da viola, então da, nove anos antes, em desafio entre dois repentistas que, tomam

do o ultimo verso do seu contendor, respondia-lhe com uma chisto sa quadra sem deixar de observar a velha lei dos consoantes.

No capítulo XXXV, dedicado ao município de Santa Maria, di remos ainda alguma coisa sobre o ermitão do Campestre, que o lei tor reconhecera, pela leitura de um documento por ele firmado, não passar de um fanático visionário, carecedor, mesmo debaixo do pon to de vista religioso, de melhor orientação.

Deixando de mais ocuparmo-nos dele neste capítulo, pros seguiremos nossa assaz demorada viagem.

Até concluirmos a ascensão da serra, para o que faltariam treze quilômetros, a partir de Santa Maria, tivemos que marchar ao passo lento dos animais, por um solo bastante íngreme, coberto em muitos lugares de pedações de madeiras petrificadas, notavelmen te o salso.

Passamos e repassamos, diversas vezes, o Ibicuï, aí o in significante regato serpeando pelo contraforte da serra, mal co brindo as patas dos animais; porém, em sua confluência no Uruguai, em um curso de 480 quilômetros é profundíssimo, com largura de mais de 1.500 metros e navegável até acima das subconfluências do Toropi e do Santa Maria.

Continuando nossa peregrinação, passamos as fazendas do Tico Barcellos, a do finado João Pereira, outrora do bizarro e afidalgado Coronel Batista Mello¹¹), a dos herdeiros e sucessores do Barão de Ibicuï, as dos Correias, do Hermenegildo, do João Bri sola, o Caiboatê (tapera do Fidêncio) e as Três Árvores.

Deixando à direita a vivenda dos Alemães ou dos Bruns, to mamos o atalho (que nada encurta) e fomos pernoitar ao relento, à margem esquerda do riacho Taquarembô, tributário do Guassupi.

No seguinte dia, em vez da estrada à direita, que passa pela invernoada do finado Francisco Luís Deniz e atravessa os cau dalosos arroios dos Buracos, Ivaí e outros menos importantes, se guimos pela coxilha seca ou Estrada Geral.

Passamos o local outrora chamado João Vieira, depois Po vo Novo, depois Vila Rica, por fim Júlio de Castilhos, de que tra taremos em outra parte.

Treze quilômetros mais adiante, passamos a histórica e hoje despovoada Guarda de São Pedro, a estância dos herdeiros de Sera fim Bravo, doze quilômetros mais adiante a encruzilhada de Tupan ciretã, transformada agora em alegre povoação rival da Vila Rica.

Seis quilômetros mais além de Campina Erma, passamos o Es pinilho, mais além a isolada capela do Batu, (outrora estância da redução de Santo Ângelo), depois o Capão da Sesteada, mais Moreira ou Cruz Alta Velha. Por fim, sucessivamente, as chácaras dos fina

dos Henrique, Velho Terra, Jacob Winkler, Antônio Veríssimo, chegando ao lusco-fusco a cidade de Cruz Alta, com 360 quilômetros desde Rio Pardo, inclusive 144 a partir de Santa Maria.

Hoje a viagem, em que gastáramos nove dias (inclusive três de descanso), faz-se em menos de dois dias, assim fracionados:

Uma noite em melhor vapor de Porto Alegre até a Margem de Taquari. Daí partindo um trem de passageiros pelas cinco horas da manhã, passando com pouca demora pelas estações de Santo Amaro, Monte Alegre, João Rodrigues, Couto, Rio Pardo, Escola do Tiro, Pederneiras, Bexiga, Cachoeira (onde é o bufet para o almoço), Ferreira, Jacuí, Estiva, Restinga Seca, Arroio do São, Colônia, a chegar a Santa Maria pelas quatro horas da tarde¹²). No outro dia, toma-se a estrada de ferro de mais estreita bitola e carros menores. Subindo a Serra, passa-se a bela e risonha quinta denominada Vila Etelvina (ponto de parada). Aí é a deliciosa vivenda de um dos opulentos empreiteiros dessa via férrea.

Segue-se pelas estações do Pinhal, Val de Serra, Taquarembo, Vila Rica, Tupanciretã, Espinilho, chegando a Cruz Alta pelas três horas da tarde.

Trataremos em outra parte (Cap. XIX) dessa cidade que, durante doze anos, foi nosso ainda hoje lembrado domicílio.

Foi esse o centro de nossa laboriosa luta pela vida; foi daí que, por vezes, em penosa e demorada viagem, no desempenho de afanosa profissão ou para fins políticos,¹³) caminhamos por vezes para as povoações da fronteira do Uruguai, ou para a então vila do Passo Fundo e paróquias de Santo Ângelo e Palmeira.

Não nos censurem, por mencionarmos aqui o itinerário até a primeira das mencionadas povoações.

Foi em 1861, no tempo em que Passo Fundo, levado por senda benéfica, parecia ganhar vantagem sobre Cruz Alta.

Seu comércio em mueres mais desenvolvido, sua exportação de erva-mate para a fronteira, suas casas comerciais, tomaram maior vulto do que no prospero município limítrofe de que fora desmembrado.

Naquele ano, saindo uma tarde de Cruz Alta, fomos pernoitar no lugarejo denominado Lagão.

Tínhamos passado a chácara do Barão de São Jacob, outrora do Coronel Vidal, a estância de Dona Gertrudes, abandonamos a esquerda o chamado atalho do João Margarida, preferindo a estrada das carretas.

Assim sendo, ficaria de parte o atalho chamado do Velho Moura e passamos as pequenas estâncias do Maneco Dias e do Anacleto e pelo sítio do velho Sanches Ervilhas (o cego).

Um sol primaveril dava às verdes savanas, aos arvoredos das estâncias e aos bosques distanciadas da estrada o cunho dessa beleza que, sem o menor trato por mãos de homens, excede muitas vezes aos jardins mais bem tratados.

Partindo ao seguinte dia, chegamos cedo ao alto dos Porongos, onde havia um só rancho e hoje é uma pequena povoação. Daí passando pelo João Evangelista, chegamos à estância de Santa Bárbara, outrora do bravo e destemido major Atanagildo Pinto Martins (herói da jornada dos Curitibanos em 1840) um pouco adiante aos sítios de João Volino e Luís Terra.

Mais adiante era a estância do major Vitor Dumoncel, o intrépido explorador do rio Turvo, onde soçobraram suas embarcações, voltando ele e companheiros a pé, depois de muito errarem perdidos, através de extenso mato virgem¹⁴).

Da estância do Major Victor, descemos até o passo do arroio da Palmeira e daí fomos descansar da meia jornada na estância de Dois Irmãos.

Descendo a meia tarde dessa estância, atravessamos mais adiante o passo do Jacuí que uns pretendem tenha suas principais vertentes ao norte da estrada; mas outros, com mais razão, pensam ser esse apenas um braço do Jacuí Grande que nasce nas proximidades da entrada do Mato Castelhano¹⁵).

Passamos pelo capão do Pinheiro Marcado, sítios do Juca Dias, Izidro Carpes, o passo do Jacuizinho e fomos pernoitar na fazenda de Bernardo de Quadros (hoje tapera, denominada Cruzinha).

Ao terceiro dia, passamos o lugar denominado Braz, o Capão da Glória, o arroio Carazinho, a morada de Sebastião de Camargo, o local já então destinado para a povoação e capela de Bom Jesus; após uma larga troteada, a estância de Francisco Marcondes, o Capão das Gateadas, a estância do finado Generoso de Albuquerque ou da Bela Vista (cujo nome bem lhe assenta), a estância velha do Ajudante Albuquerque, no lugar denominado a Divisa, nosso descanso meridiano.

Daí prosseguindo, passamos pelo lugar denominado Pulador, depois o do Umbu, depois o Pinheiro Torto, onde um arroio inextinguível pela nitidez e frescura matou-nos a sede. Estivemos na morada do macróbio Bernardo Castanho, no engenho de Manoel Ferreira Pedra e continuamos até a capelinha de São Miguel, o Lapaes, o Boqueirão e, por fim, na então promissora vila de Passo Fundo. Vencemos em dois e meio dias 156 quilômetros.

Em outros tempos assim era; mas hoje tudo evoluiu nas asas do progresso.

A viagem a fazer entre as duas cidades é: - partir de Cruz Alta pela estrada de ferro; chegar à estação do Lagoão depois, sucessivamente, às de Santa Bárbara, Pinheiro Marcado, São Bento, Cruzinha, Pulador e chegar à tão suspirada estação de Pas

so Fundo. Mas isso que por mais de doze anos sō se obtinha às segundas, quartas e sextas; hoje, felizmente, ē em viagem diāria, embora em pēssimo trem.

Feita esta digressão, passemos a outras viagens, pelas ruínas dos sete povos missioneiros, desejando sejam mais gratas ao paciente leitor.



Uma viagem em carreta.

NOTAS

1) Em linguagem gaúcha diz-se lonquear a operação, pelo qual é tirado o pelo aderente ao couro do animal. Os bois nesse caso ficariam lonqueados ou, em termo classico, pelados.

2) É assim chamado um pequeno tubo de metal ou de chifre, contendo um pouco de algodão que recebendo as centelhas de uma pederneira, ferida com um ferrinho denominado fuzil, dá o fogo para todos os misteres. Alguns gaúchos ricos usam o isqueiro de prata.

O uso dos fósforo não aboliu inteiramente o do isqueiro.

3) Nossa primeira peregrinação de Porto Alegre a Cruz Alta (em caracter oficial) foi em 1855, com rota diferente.

4) Entre muitos jornais que dele se ocuparam, com elogiosa fraseologia, conta-se a Gazeta dos Tribunais do Rio de Janeiro n. 43 de 1848.

5) Hoje essa pequena e pitoresca povoação está suplantada, pela que, dois quilômetros mais adiante, começou a existir com a estação da estrada de ferro. Já, que nesta falamos, mencionaremos a ponte metálica, posteriormente construída, acima da ponte mixta, e que é uma obra muito abonadora da competência dos engenheiros brasileiros.

6) O pardal é conhecido no Rio Grande do Sul pelo nome de tico-tico, abunda no campo e em derredor das habitações.

7) Já não existe, mas declinando o coronel João Pereira de Almeida, barão de Nonoai, equivale dizer uma grande perda para esse meio social.

Antes dele ali ter fixado residência, tínhamos um outro amigo o coronel João Antônio da Silva Cezimbra, a quem e a sua família muito deve a sociedade santamariense. Hoje também pertence à eternidade e de sua prole só netos e bisnetos existem em Santa Maria.

8) Vimos prática semelhante em Alegrete, Itaqui, São Borja e Cruz Alta.

9) Em execução a lei provincial de 18 de julho de 1848 mandou o Presidente do Rio Grande do Sul uma comissão de médicos e farmacêuticos examinar as Águas Milagrosas do Campestre. Feito um exame clínico, não mostraram propriedades medicinais nem miríficas.

Isto não tem impedido o povo de continuar a usá-las como uma panacéia sobrenatural.

10) O conego João Pedro Gay na sua História da Republica Jesuítica, a pag. 345 afirma, que esse eremita estacionara no sonhado Campo das vacas brancas, perto do Cerro Pellado (preferimos escrever Serro) onde existe o ainda chamado Serro do Monge.

Não é crível que esse eremita estacionasse em paragem tão deserta e então inabitada.

Entretanto em Araraquara (São Paulo) finou-se em 1906, com idade maior de um século, um eremita chamado João Maria.

Seria esse, o que tanto deu de faltar de si, em todo o Rio Grande do Sul? Seria esse o devoto servo de Santo Antônio no Campestre de Santa Maria?

Os jornais que deram noticia do citado macrobio, nada esclarecem;

mas quem conhecer o passado do ermitão do Campestre, talvez, por indução ou ze afirma-lo.

11) Hoje convertida na laboriosa e importante colonia israelita, que adiante descreveremos.

12) Esse horário é alterado no verão, partindo o vapor de Porto Alegre as 6 horas da manhã, chegando à Margem de Taquari pelas 11 horas e por fim a Santa Maria pelas 8 horas da noite.

O misero viajante, terá de sofrer uma temperatura calida, aspirar um pô sufocante, por espaço maior de seis horas.

13) Sô podemos recordar essa quadra de agitação partidaria para a maldiçoar o tempo nela empregado. Desde então fizemos o protesto, bem tardio é certo, de não militar em partido algum.

Essa indiferença traz-nos amargores, mas antes isso, que ir atrás de novas ingratidões, trabalhando, gastando tempo e dinheiro em proveito dos bemaventurados eleitos para as camaras legislativas ou uzufrutuários de outras sinecuras.

14) É pena ter-se perdido o relatório dessa exploração; mas talvez se encontre uma copia autentica e anexa ao relatório, que o engenheiro Nunes de Miranda enviou de Cruz Alta ao então presidente da provincia, em 1859.

15) No Capitulo XX consagrado ao município do Passo Fundo; tratado de sua hidrografia, o amigo, que nos forneceu esse valioso subsídio, liquida essa questão.

Capítulo XII

SANTO ANGELO

Tous les hommes ont un secret attrait pour les ruines. Ce sentiment tient à la fragilité de notre nature, à une conformité secrète entre ces monuments détruits et la rapidité de notre existence.

Chateaubriand

Deixando a Cruz Alta, resolvemos, pela última vez, visitar as ruínas dos Sete Povos das antigas Missões Orientais e, contar o que outros ainda não descreveram.

Iniciamos essa peregrinação pela estrada, que partindo daquela cidade atravessa o chamado Rincão de Nossa Senhora.

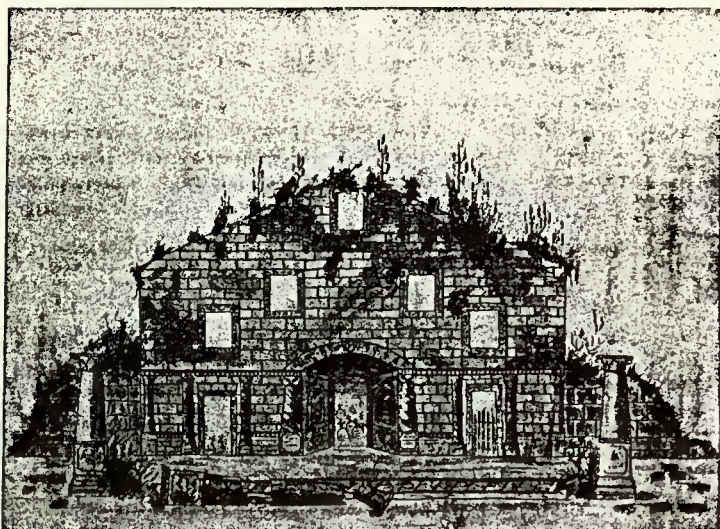
É esse um polígono irregular, formado pelos arroios Conceição, Nossa Senhora e a serra do Ijuí-Grande com 38 quilômetros de comprimento sobre 24 em sua maior largura. Começa desde os tapumes e porteira da estância dos sucessores do finado Benedito Mariano, nos subúrbios da cidade, e segue pelo dorso de uma coxilha, com várias ondulações a terminar na referida cordilheira do Ijuí.

Nota-se em todo o rincão, uma paisagem agreste e merencória. Circundando os abundantes capões de matos, observa-se a campina de uma verdura desbotada em consequência da inferioridade do capim que a cobre. É o detestável barba-de-bode, de que já tratamos.

Apesar dessa praga, os campos do rincão acham-se ocupados de casas onde residem inúmeros lavradores e criadores, em pequena escala.

Existem ainda, à margem, ou muito perto da estrada, as fazendas de Cândido José Luís, as dos finados David Ramos, Cyríaco de Moraes, Chico Samambaia, dos Machados e as ruínas do estabelecimento (serraria) do José Francisco.

Tudo isso atravessamos em mais de meio dia de marcha.



Ruínas da Igreja de Santo Angelo em 1860.

Ao seguinte, penetramos cedo na cordilheira seguindo pela estrada de rodagem, ainda chamada a Picada da Conceição, outrora regular, porém hoje (informam-nos) estar abandonada.

Hã trinta e tantos anos, sô se encontrava dentro desse bosque um sítio de propriedade do cirurgião-mor José Inocência de Moraes Dutra que o transferiu ao Coronel José Gabriel da Silva Lima; e este, para não ter aí uma propriedade isolada, tomou a resolução de distribuir todo o terreno numa e noutra margem da estrada, em lotes de 225 metros de frente sobre 1200 de fundos, a colonos nacionais e estrangeiros comprometendo-se todos a conservar limpa sua testada sobre a estrada.

Todos esses colonos ficaram com suas terras legitimadas por títulos expedidos pelo governo.

Eis a razão por que, em nosso último trajeto, já não ouviamos, como outrora, durante duas ou mais horas de marcha, os estrídulos das arapongas e outras aves da selva.

Agora, com a permanente habitação dos posseiros, ouvem-se sim, os golpes dos machados, derrubando árvores para madeiras de construção e lenha, ou preparando a terra para a plantação de legumes; - ouve-se o rumor dos monjolos triturando a erva-mate ou o milho para farinha.

Bem caro devem custar um dia essas derrubadas e os incêndios. Em toda a parte do Brasil (mas especialmente no Sul) a destruição das árvores da selva sem a menor reserva, extinguindo-as mesmo, produzirá a secura da terra e até a alteração do clima, tornando-o insalubre.

Pior que isso é a fabricação do carvão vegetal em covas, cobertas de terra e ervas, mal deixando sair a fumaça. Esse processo rotineiro produz uma quase calcinação da superfície do solo e a sua esterilidade por muitos anos.

Nisto pensávamos, quando chegamos à margem direita do arroio Conceição, aquela vertente diminuta que nasce na cidade de Cruz Alta e aqui após 48 quilômetros da sinuosa torrente é um rio profundo com 35 metros de largura.

Pouco abaixo da estrada, existe um vau perigoso, por cima de uma cachoeira com pouco mais de um metro de queda. Daí para baixo, além de profundo, o rio é correntoso por dentro de um es pesso bosque até desaguar no Ijuí Grande.

Em alguns dias, bem cedo, ouve-se de longe um fragor de susado do desempenhar das águas. "É sinal certo da chuva", dizem os habitantes do lugar.

Como ainda não estivesse pronta a ponte sobre esse rio, atravessamo-la numa balsa sobre canoas, e logo achamo-nos nas terras do Entre-Ijuí, com oito léguas quadradas de campos, já muito subdivididos e mais do duplo em matos.

São limitadas pelos rios Ijuí-Grande, Ijuizinho, Arroio Conceição e a cordilheira por onde corre parte do último e que também borda o mesmo Ijuizinho. Em diversas direções cortam esse campo mais de dezesseis arroios que, nascendo de diversas co linas, levam suas águas àquelas três ribeiras maiores.

Em 1801, antes da conquista brasileira, o Marquês d'Avil lez, Vice-Rei de Buenos Aires, concedeu essa vasta propriedade a Miguel Guiravê, Tenente-corregedor do povo de Santo Ângelo. No ano seguinte (o da conquista) as autoridades brasileiras respeitaram essa concessão; mas Miguel Guiravê vendeu-a ao brasileiro Luís Guedes de Moraes Sarmento, que abandonou-a em ... 1835, em consequência da revolução, de que teve infundado medo.

Estabeleceu-se nesse período um enxame de intrusos que, com a prescrição de longo tempo, consolidaram muitas pequenas propriedades adquiridas pelo usucapião.

O terreno, que foi uma sô fazenda e em qualquer Estado do Norte constituiria uma comarca, é fertilíssimo.

Possui em abundância a erva-mate, madeiras de construção em muitos capões de matos, destacados da cordilheira do Ijuí. Nota-se à margem dos arroios, o ruibarbo, a mostarda, o coentro que são silvestres, a erva do touro, a china, o tajuá e várias plantas medicinais.

Depois de larga troteada, por esse acidentado campo, pu demos obter pouso numa estalagem à margem esquerda do Ijuí-Grande. A localidade é aprazível, contava várias habitações e duas casas de negócio todas isoladas. Se aí houvesse sido fundada uma povoação, com planta regular, chegaria ser uma vila florescente tanto mais que o local é cortado por três estradas, ao pé de um rio caudaloso. Uma ponte que fora decretada por lei de assembléia provincial, há quase sessenta anos, sô agora (informa-nos) está prestes a ser concluída. Enquanto não se tratou disso, o trânsito de uma para outra margem do Ijuí-Grande tem sido fei

to numa barca, mediante pedágio, tanto de cavaleiros e animais de carga, como de veículos, inclusive as pesadas carretas.

Foi na manhã seguinte ao nosso pouso, que conseguimos a travessar esse rio, um dos maiores da região missioneira.

Seguindo por uma larga e boa estrada, que nada custou aos cofres públicos, em menos de uma hora apeávamos na praça da vila de Santo Ângelo.

Foram as linhas precedentes escritas em 1886. A impressão deste livro, demorada por força maior, obriga-nos a fazer alguns acréscimos. Em mais de um decênio decorrido, após a fundação da Colônia Ijuí, transformou-se por completo todo o terreno entre esta e o mencionado Rincão de Nossa Senhora. Essa espessa cordilheira do Ijuí, enriquecida com mais de duas mil propriedades, roteadas as terras pela população colonizadora, fez com que fosse abandonada a Picada da Conceição. Hoje, por uma estrada de rodagem através do mato já muito devastado, chega-se à sede da mencionada colônia. Daí atravessando-se o Ijuí-Grande, acima da foz do Arroio Conceição, chega-se com pouco mais de duas horas de marcha, à vila de Santo Ângelo, deixando para trás os campos chamados de Santa Teresa.

Isto explicado, passemos a descrever a bem edificada, mas depois destruída redução jesuítica, hoje restaurada como vila de Santo Ângelo.

Assentada numa esplanada extensa, circundada pelo Arroio Taquaranxim, abundante em excelente água potável, fica a vila que é também sede de uma grande comarca.

Partem ou antes aí cruzam três grandes estradas: - a por onde entramos, com dois ramais, um para Santa Tecla, outro para as demais reduções e até a fronteira; - a segunda para a colônia Guarani, no sertão do Comandã e também para os ervaais de Giruã, Santa Rosa, Santo Cristo, Nucorã e outros; - a terceira para os ervaais de Montalvão, Ramada e Palmeira, deixando em São Jacob a estrada para o Campo Novo e colônia Militar do Alto Uruguai, lugares esses, de que em outra parte nos ocuparemos.

Não sabemos, nem questionamos se a antiga redução de Santo Ângelo, ou do Santo Anjo, foi fundada nesta localidade em 1707, nem se foi uma colônia da redução da Conceição, das Missões Ocidentais.

O que, porém, admitimos como provável, é ter sido a redução neste lugar consagrada ao Anjo Custódio das Missões. A antiga denominação espanhola Sant'Angel é muito vaga.

A Igreja Católica conserva a tradição e dogma (provinhos desde o judaísmo) de existir na corte celestial uma miríada de espíritos puros, que não acompanharam a rebelião de Lúcifer e seus sequazes. Aqueles, os espíritos gloriosos, são divididos

em nove hierarquias: anjos, arcanjos, tronos, dominações, potestades, céus dos céus, virtudes, querubins e serafins. Dessa incommensurável milícia celeste só ficaram conhecidos os arcanjos São Miguel, São Gabriel e São Rafael.

E ainda um ponto de fê, que cada criança, ao receber o batismo, tem para protegê-la espiritualmente um anjo de primeira categoria, que a abandona quando na idade adulta incorre em pecado mortal.

As nações têm o seu anjo custódio, o Brasil tem-no com missa própria, independente da que no dia 2 de outubro é consagrada a todos os anjos da guarda. O nome porém desse protetor da nação é ignorado.

Ora o martirologio faz menção de um Santo Angelo, bispo, mas se este não foi o padroeiro desta redução, pois chamou-se Sant'Anjo, só pode admitir-se que esse orago seria o do anjo Custódio das Missões ou o da nação espanhola. A imagem desse padroeiro (que tiraria toda a dúvida) e as dos diversos altares da igreja desta redução nunca apareceram¹⁾ sendo certo que não seriam reduzidas a cinzas, porquanto aqui não houve a destruição por incêndio; mas sim, pelo abandono o mais completo da igreja e das casas emigrando a população indiática.

A história conta que na guerra contra as reduções, (Capítulo III) aqui esteve o general-chefe do exército português, e, decorridos alguns meses, retirou-se com sua força, convencido da impossibilidade de uma demarcação de limites entre as possessões espanholas e portuguesas.

Quase um século e meio mais tarde, aqui se achou o pessoal técnico enviado pelo governo de Buenos Aires, para reconhecer o terreno que depois da conquista brasileira em agosto de 1801 continuou em litígio; mas hoje é exclusivamente brasileiro e parte integrante do Estado do Paraná.

No ano da referida conquista, ainda aqui existia uma população maior de mil almas; porém no ano de 1810, Santo Angelo estava deserto; os índios voltaram à vida errante, ou procuravam as outras reduções já também decadentes.

Dentro do mato, que logo cresceu sobre seus escombros, ficaram sepultados muitos materiais e obras de arte, como mais tarde vimos.

Em 1831, aí se achou o jovem Francisco de Paula e Silva com a incumbência, que não pôde desempenhar seu irmão mais velho João da Silva Machado²⁾ de verificar os vestígios das estradas do tempo dos jesuítas.

Saiu-se o jovem Chico de Paula perfeitamente bem da comissão, e as estradas, que encontrou quase apagadas, são as que seguem hoje para todos os ervaais. Tornaram-se indelêveis pelo trânsito assíduo das carretas.

Por essa ocasião, encontrou Chico de Paula várias famílias, vindas de São Paulo buscando (o que lá se supunha ser) o Eldorado das Missões Orientais. Os campos da fronteira, incontavelmente melhores, já estavam quase todos dados, por isso tiveram os emigrantes paulistas de ficar aqui mesmo. O mencionado

Paulo (a quem essas terras agradaram) requereu ao comando da fronteira todo o terreno à margem sul da estrada, entre as vertentes dos Arroios Mochila e São Jacob até confluírem no Ijuí-Grande.

Na margem oposta da estrada, colocou ele os irmãos Francisco, José, Luciano e João Rodrigues da Fonseca, a cada um dos quais, mediante requerimento ao referido comandante, foi concedida uma sesmaria de campos e matos³⁾.

Pouco tempo depois chegara de São Paulo com família e escravos o cidadão Antônio Manoel de Oliveira e obteve uma sesmaria nos campos de Santa Teresa, duas léguas ao sul das ruínas da redução de Santo Ângelo.

Entre esse e o citado Paula e Silva foi concedida outra sesmaria ao Capitão Manoel Correa Taborda, que mais tarde foi senhor de quase todo o campo e ervaais de Nuncorã, a rumo muito oposto, encravados na cordilheira do Uruguai.

Entre os subúrbios de Santo Ângelo ou antes entre os Arroios São João e Comandã, conseguiu outra sesmaria o Tenente de milícias Bento Barbosa de Lima, natural de Goiás, que aí finou-se em muito dilatada velhice.

Além do Comandã, estabeleceu-se mediante concessão do comando geral das Missões, o cidadão Antônio José Antunes (natural do Paranã) e esse também aí acabou quase centenário. Assim como ao seu inventário, vimos o seu título, mas os campos nele mencionados excediam de duas sesmarias.

Pouco antes de nossa primeira vinda a Santo Ângelo, foi nos mostrado o título de duas léguas de campo concedido em Guarua, quase no extremo Norte do distrito, ao índio guaraní Antônio Gonçalves, por alcaunha o Bugreiro, violentamente expoliada sua viúva Gertrudes Gonçalves.

Não soubemos de outras concessões, mas são essas bastavam para a ocupação de cerca 1.440 quilômetros quadrados, absorvendo assim todos os campos baldios do distrito e muitos dos seus matos. Os concessionários ou posseiros, gente honesta e laboriosa, imprimiram nova vida ao território deserto. A grande profusão de erva-mate, quase toda em terras sem dono, atraíu uma corrente emigratória, que o decênio revolucionário de 1835 não impediu de aumentar consideravelmente.

Os distritos contíguos de São Miguel e Santa Tecla, pertencentes ao município de Santo Ângelo, serão tratados quando chegarmos às ruínas das reduções de São João e São Miguel.

Agora é mister historiar como, depois de povoados os distritos, se constituiu a paróquia e, depois deste, o município.

Por lei provincial de 14 de janeiro de 1857, foi criada uma freguesia no distrito de Santo Ângelo pertencente ao município de Cruz Alta, sem que, em parte alguma, houvesse uma igreja ou começo de povoação.

Em 1859, combinaram o citado Antônio Manoel de Oliveira e o Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, então vereador da câmara de Cruz Alta, aproveitar o local da antiga redução para se de da paróquia.

O mato, que crescera, mal permitia avistar de longe, por entre as frondes das árvores, a parte superior do frontispício do antigo templo.

Em março desse ano, aí passamos e não conseguimos entrar para observar as ruínas, tão espesso era o mato e tantos também os espinhos.

Meses depois, os citados Antônio Manoel e alguns amigos seus conseguiram abrir um largo caminho e pôr a descoberto todas as ruínas.

Sobre esses escombros, começou a nova povoação aproveitando a planta da antiga redução.

Na praça, ao lado Leste, foi construída a casa, que de veria ser a residência do pároco, com uma sala e altar destina dos a celebração da missa e atos paroquiais. Essa casa era propriedade do mencionado Antônio Manoel. A seu exemplo outros cidadãos foram apossando-se dos terrenos e construindo casas para si.

Não passavam de seis ou oito as habitações, ligeiramente construídas, quando foi conseguida a nomeação do padre Manoel da Silva Guimarães Araxá, um poeta satírico e mordaz. No cômeço do ano de 1860, fez ele sua entrada solene, instalou a pároquia e celebrou a primeira missa.

Havia em tudo isso um fim político e era: - separar a população alistada para a eleição primária da paróquia assaz longínqua de Cruz Alta.

Com efeito fez-se a eleição de vereadores e juizes de paz em setembro e aí fomos dirigi-la.

Para fazer-se uma idéia da pobreza intelectual de um grande partido, nesse território tão extenso e tão remoto, basta consignar que não achamos, na parcialidade que dirigiamos um cidadão elegível, que pudesse desempenhar as funções de secretário da assembleia paroquial! Tivemos de pedi-lo ao lado adverso, e feliz, ou infelizmente, vencemos as eleições nesse ano⁴)

Foi nessa ocasião que pudemos examinar o estado das ruínas.

O frontispício da antiga igreja estava perfeitamente conservado, deixando apreciar seus labores e adornos..

Aos lados da porta principal, existiam dois nichos em um dos quais notava-se a estátua de pedra de Santo Inácio de Loyola, paramentado de casula com um livro debaixo do braço esquerdo, o outro nicho tinha uma estátua de São Pedro. Nolasco, mas estava decapitada.

À frente do frontispício notavam-se quatro grandes colunas também de pedra, sendo duas caídas por terra e as outras dú

as ainda aprumadas, todas com capitães da ordem compôsa. Essas colunas serviam para sustentar o pórtico, que precedia a entrada do templo.

Ao lado esquerdo, viam-se duas colunas menores; únicas restantes das quatro que sustentavam o pequeno alpendre sobre o portão de entrada para o colégio. As paredes e colunas da área interior dessa bela vivenda dos padres estavam por terra.

Quatro das antigas habitações dos índios conservavam ainda as paredes e portas. Foram cobertas de novo e em 1886, ainda uma delas era aproveitada por uma família pobre. As outras três haviam sido transformadas em casas novas.

Tudo o mais que atestaria a passada grandeza desta redução eram escombros de pedra e barro cobertos pelas urzes, com dificuldades removidas, extirpada a vegetação bravia.

Para o leitor formar uma idéia da magnificência do templo de Santo Ângelo, oferecemos-lhe uma cópia do desenho, pacientemente executado em 1861 pelo amador Carlos Pettermann, que aí demorou alguns dias.

Em nossa visita em 1886, começavam a demolir parte do frontispício para aproveitar os materiais da capela, que preten^udiam construir.

Com efeito, veio tudo abaixo com exceção de duas colunas ainda conservadas, uma caída sobre o solo, outra ainda em pé e a prumo, ambas monolitas.

Não se completou o pensamento do restaurador dessa redução, que era aproveitar todo o frontispício e construir o corpo da igreja, menor que o antigo.

No lugar da quase basílica, levantada pelos jesuítas, mas barbaramente destruída e abandonada, campeia a nova igreja construída por influência do virtuoso pároco Francisco Rositi, verdadeiro contraste de seus quatro predecessores.

Tornando, porém, à nossa última visita, escolhemos uma tarde para passear pelos subúrbios. Entramos no cemitério, e aí estava partida a meio da haste a cruz monólita, trasladada do antigo cemitério de São Lourenço.

Em dois túmulos modestos repousavam os dois homens, que mais se esforçaram pela restauração do antigo povo de Santo Angelo.

Ou porque pouco sobrevivessem a esse tentame, ou porque preferível fosse a escolha de outro local, a povoação por eles fundada de novo, apesar de elevada a vila por lei de 22 de março de 1872 e a cabeça de comarca por lei de 28 de igual mês em 1875, nem assim tem progredido.

Nos limites urbanos conta cento e sessenta casas, uma

das melhores e bem sólida, foi concluída em 1862 por João Jorge Hain, outrora morador em uma casa à beira da estrada onde enriqueceu pelo comércio.



Casa de Colonos.

Uma outra casa, à esquerda da igreja matriz e no local onde foi o cemitério da antiga redução, é o edifício da intendência municipal, quartel do destacamento policial e cadeia. Tu do isso é moderníssimo, mas sem arquitetura, provando o nenhum progresso da paróquia e vila missioneira de Santo Ângelo, restaurada, há 49 anos.

Além das causas mencionadas do atraso da vila de Santo Ângelo, outras vieram tirar-lhe toda a possibilidade de aumento e talvez, em época não muito distanciada, arrancar-lhe a categoria de vila e cabeça de comarca.

Queremos falar da colônia situada à margem do Comandã, aí fundada em 1891 com o nome de Colônia Lucena e depois denominada Colônia Guarani.

Dista apenas 9 quilômetros de Santo Ângelo, é habitada por gente mais operosa (colonos polacos, em sua máxima parte) e equivalendo dizer que estes mais esforçar-se-ão pelo aumento da sede e do território de sua circunscrição colonial.

E o leitor se compenetrará desta verdade, lendo o que foi publicado na Gazeta do Comércio de Porto Alegre (39 ano, nº 13) e que, com permissão do seu autor, ora reproduzimos.

"Estamos em posição geográfica de 27º 47' 35" - 28º 0' 16" de latitude sul e 119 54' - 119 28' de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro, possui Guarani excelente clima, tendo na sede Santa Teresa, principal centro, a altitude de 241 metros sobre o nível oceânico.

"Tem a colônia a área de 559.970 hectares, dos quais a cham-se cultivados 2.250, por uma população de 4500 almas, em 819 lotes rústicos, 60 lotes urbanos e chácaras.

"Divide-se em dois grandes núcleos: Uruguai e Comandã, sendo a principal sede Santa Teresa do Guarani, situada neste último núcleo, à margem esquerda do rio Comandã, com 60 casas, entre as quais quatro comerciais com capital superior a 20:000\$000, três de menor capital, duas ferrarias, três sapatarias, uma funilaria, uma fábrica de cerveja, um engenho com alambique para aguardente, dois moinhos hidráulicos para farinha, um para descascar arroz, um outro para preparar erva-mate, uma atafona, uma padaria, três açougues, uma fábrica de sabão, duas marcenarias, uma olaria, uma farmácia. Possui também uma espaçosa igreja, três escolas, sendo duas públicas do sexo masculino e uma feminino e outra particular, mista, para ensino da língua polaca.

"É servida ainda a colônia por uma estação telegráfica e uma agência postal.

"Nas diversas linhas, contam-se oito pequenas casas comerciais, duas escolas, duas capelas, dez moinhos hidráulicos, dezoito engenhos de cana, sete alambiques, um curtume, quatro sapatarias, três funilarias, uma serraria, uma fábrica de escovas e uma fábrica de corda de fibra de hutilão.

"A sua produção é de 460 contos, dos quais exporta mais de 200 contos, computando-se o seu consumo também em cerca de 200 contos. Seu principal mercado consumidor é a fronteira sendo para aí seus produtos veiculados não só pelo rio Uruguai, mas ainda por três estradas de rodagem, que partem uma do núcleo do Uruguai e duas do núcleo Comandã.

O seu subsolo é também riquíssimo, contendo jazidas de preciosos minerais, entre os quais de níquel, cobre, ferro, ágata e muitos outros de grande valor.

"Conta, pois, a colônia com magníficos elementos vitais garantidores de um excelente futuro, devido em parte ao seu ilustre diretor Clarimundo de Almeida Santos⁵⁾ que tem sabido aplicar com inteligência seus largos conhecimentos na administração da colônia, que lhe foi confiada".

Além dessa, em distância pouco maior, ao Sudeste de Santo Ângelo, existe a colônia Ijuí, em terras do município da Cruz Alta. (Cap. XIX).

Quanto a rendas públicas o município de Sto. Ângelo teve no último ano financeiro, as seguintes:

Receita municipal	35:700\$390
Receita estadual	22:476\$107
Receita federal	2:315\$000
Total pago pelo povo	60:491\$497

A extraordinária demora na impressão deste livro obriga nos ainda mencionar, entre outros fatos, o seguinte:

Com a nova organização do exército, resolveu o governo da União colocar em Santo Ângelo um batalhão de infantaria e um regimento de cavalaria que, em falta de quartéis próprios, estão alojados o primeiro em um abarracamento nos subúrbios e próximo à torrente do Taquaranxim e outro em um sobrado no extremo Norte da povoação.

Essas forças fazem parte da brigada das três armas, que tem seu quartel general em São Luís Gonzaga. A permanência desses corpos trará em resultado o aumento de valor das propriedades rurais e urbanas, a da população, a circulação do dinheiro com a sustentação de oficiais, soldados e suas famílias.

Mas pensamos que nem com tais elementos a vila sobrepujará a sede de qualquer das colônias mais próximas. Um mau fado (se fôssemos fatalistas creríamos) paira sobre todas as antigas reduções, sempre monótonas, tristonhas, por mais que se esforcem o seu governo local e os seus homens mais influentes em dar-lhes animação e em promover seus melhoramentos.

Esta é a primeira redução restaurada, de que nos ocupamos, e com certeza não verá o leitor mais progresso nas duas outras, de que trataremos.

Ao terceiro dia de nossa última visita, aceitando um convite, fomos assistir a uma pescaria em uma chácara à margem direita do Ijuí-Grande.

Caminhamos cerca de dois quilômetros pela cordilheira dentro até chegarmos à denominada chácara.

Com todas as que os lavradores de Missões possuem em terras lavradas, tinha essa o rancho ou casa de vivenda, uma cozinha inteiramente separada (ambas de parede de pau a pique) o paiol, uma pequena horta para verduras e até flores, algumas laranjeiras, pessegueiros e outras árvores frutíferas; um poteiro bem gramado e os roçados para legumes, um chiqueiro de porcos e o galinheiro. Não ligam ainda os brasileiros de origem portuguesa nem os mestiços a importância que os colonos europeus (sobressaindo a todos os alemães) dão a seus pequenos estabelecimentos agrícolas.

Enquanto aqueles só procuram tirar da terra o que esta pode produzir-lhes, estes juntam a isso o enriquecimento da propriedade rústica com obras sólidas e até elegantes. Quem quiser uma prova disto, faça uma jornada a cavalo pelas linhas das colônias alemães do Caí, Santa Cruz, Rio dos Sinos e outras.

O rio Ijuí, no ponto a que chegamos, é demasiado largo e profundo. Em nossa opinião é, depois do Ibicuí, o maior confluente do Uruguai. Na terceira parte deste livro o descrevemos.

Pela margem direita, recebe as torrentes de Mochila, do São Jacob, do Montalvão, arroios dos Galpões, do citado Taquaranxim, do São João e muitos outros que têm seu curso dentro da floresta.

Pela margem esquerda, são-lhe tributários os arroios da Ramada, Divisa, Pinhalzinho, Alegre, Corticeira ou Fusa, Caxambu ou Porongos, Encarnação, Mombuca, Nossa Senhora, Saltinho, Ijuizinho e seus afluentes, Moinho, Urubucarú, Uruguá e inúmeros outros.

Se não fosse o salto ou cachoeira do Pirapó, doze quilômetros acima da sua foz, o rio Ijuí-Grande, com mais de 115 quilômetros de curso, seria navegável, embora para pequenas embarcações, muito acima do chamado Passo Real de Santo Ângelo.

Por vezes deixando os pescadores entretidos à beira de água com seus caniços enquanto outros em canoas iam colhendo os peixes seguros pelos espinhéis, ou anzóis flutuantes em porongos (cabaças), entramos pelo mato dentro, seguindo por caminhos estreitíssimos e atravessados, apreciando os troncos e frondes das árvores bem copadas algumas, como o açoita-cavalo com flores bem odoríferas.

Nessa ocasião, mentalmente repetíamos este inspirado trecho de Almeida Garret: "A majestade sombria e solene de um bosque que antigo e copado, o silêncio e escuridão de suas moitas mais fechadas, o abrigo solitário de suas clareiras, tudo é grande, sublime e inspirador de elevados pensamentos. Medita-se ali por força, isola-se a alma dos sentidos... e Deus, a eternidade, as primitivas e inatas idéias do homem ficam sós e únicas em seu pensamento".

Voltamos ao rio, quando retiravam-se os pescadores satisfeitos da farta colheita, que nos serviu de refeição.

Ao anoitecer, recolhíamos-nos de novo à vila de Santo Ângelo.

Ao quarto dia de nossa estada, resolvemos retirar-nos cedo e depois de haver transposto o Ijuí-Grande, entretivemo-nos algumas horas a ver o pequeno engenho de açúcar, que fazia a glória dessa região inteiramente.

O engenheiro (como aí era tratado o proprietário pelo fato de possuir uma engenhoca) era um homem rústico, porém afável. Obsequiou-nos com um almoço variado e alguns copos de café fermentado da cana, o melhor promotor de uma boa digestão.

À tarde, montamos todos a cavalo, e transpondo uma outra barca o Ijuizinho fomos daí a mais de uma légua pernoitar à margem direita do arroio Moinho.

Estavam já abarracados vários tropeiros, que acolheram-nos com a inimitável e sincera franqueza do gaúcho rio-grandense e obsequiaram-nos logo com algumas cuias de mate - chimarrão de fresca erva missioneira, por longo tempo saborosíssima e com o seu inesgotável suco verde:

Mais tarde, perto da meia-noite os peões fizeram ouvir suas canções rudes porém harmoniosas.

Realmente, é bem feliz a vida desses homens sempre satisfeitos, apesar da obscuridade e labor insano da sua profissão, perfeitamente convencidos de nunca obter uma vida independente e abastada.

Conhecendo isso, não deixam de alegrar-se e nas noites de luar, reunidos e acompanhados da viola, entoam a duo ou em choro a Chimarrita, a Zeferina, o Queromana, o Tatu e outras composições melodiosas, divertindo-se a si próprios e a quem se não enfada de escutá-los.

Não poucas vezes, esses homens de trabalho, reunidos em uma pobre habitação, onde é motivo de festa o aniversário do dono da casa, um boutizado (como eles pronunciam) um casamento, aparecem repentistas cantando de improviso (botando versos, dizem eles) e fazendo brindes em quadras ou sextilhas bem rimadas. E isso fazem sendo analfabetos.

Acalentados com os acordes dessas harmonias agrestes e o fragor da torrente do arroio Moinho adormecemos profundamente.

Ao alvorecer, despertamos satisfeitos, já encontrando circulando entre os nossos vizinhos o apetitoso chimarrão, exceto a lenta quebra jejum do viandante e do morador da campanha.

Momentos depois partiam duas cavalgadas em direções opostas.



Comissão exploradora do rio Ijuí-Grande.

NOTAS

1) Depois de termos escritos este capítulo e passado muito tempo, estivemos em São Leopoldo e visitamos o museu do colégio dos padres da companhia de Jesus. Nesse vimos uma grande estatua de anjo, bastante deformada por ter desaparecido com a intemperie (a que esteve exposta) toda a pintura, que a embelezava. Essa estatua de madeira cêrne, pareceu-nos, talvez a do padroeiro da igreja de Santo Angelo. Constou-nos fora arrecadada pelo padre Carlos Tetschauer, em uma excursão pelas ruínas das Missões Orientais, como preparatório dos seus importantes escritos.

2) Esse foi mais tarde o barão de Antônio, senador pelo Paraná. Seu irmão Francisco foi nomeado guarda-môr das minas e barão de Ibicui

3) Soubemos tudo isso por esses homens, nossos amigos pessoas e políticos, sempre confessando-se gratos ao mencionado Paula e Silva, que em S. Martinho era uma das maiores influências da política adversa.

4) As aulas públicas para ambos os sexos, sô foram providas inteiramente (com mestres contratados), em 1876, quando a povoação já era vila e cabeça de comarca.

Esses preceptores tão inabéis foram, dentro de dois anos, demitidos, ficando vagas as aulas.

Em 1886 foram providas as de ambos os sexos, na vila unicamente com professores diplomados.

No seguinte ano a professora D. Maria José Ortiz Caminha condoendo-se do analfabetismo de quasi todas as senhoras, instituiu um curso noturno e gratuito, conseguindo em pouco mais de seis meses faze-las ler, escrever, corretamente e até com os princípios elementares de gramática portuguesa.

Não podemos deixar de consignar o relevante serviço dessa senhora, que ainda vive em Santa Maria, exercendo o magistério.

5) Esse nosso amigo conta dezeseite anos de exercício desse cargo. A sua colonia duplicará em menos de dois anos, por causa do crescido número de emigrantes, que ali vão chegando encaminhados pelo governo estadual e pelos promotores do povoamento do solo rio-grandense.

Capítulo XIII

SÃO JOÃO BATISTA

Ici fleurit jadis une ville opulente.

Volney

Quando a aurora tingia de carmin as raras nuvens do azulado firmamento, já estávamos caminhando pela velha estrada até o povo de São João.

Dentro em poucos minutos, ao passo lento dos animais, aí chegamos.

Mas, que decepção! A grande cidade tão populosa como a capital das antigas Missões Orientais, havia totalmente desaparecido. Um grande, um quase impenetrável bosque cobria o local e parte do circuito, onde por quase dois séculos, campeara, no alto de uma colina, a redução dedicada ao precursor do Messias prometido, o popularíssimo São João Batista.

Parodiando o poeta latino pode hoje dizer-se: nunc sylva ubi oppidum fuit.

Trinta anos antes, em viagem para São Borja no desempenho de cargo de magistratura, aí passamos pela primeira vez¹⁾. O estado de ruína era já adiantado, mas ainda havia muito que ver e apreciar, muitas relíquias arquitetônicas, suscetíveis de uma permanência até hoje inalterável, se houvesse um pouco de cuidado pela sua conservação. Mas ao contrário, o governo foi deixando, impassível, que um povo estúpido e inconsciente destrísse uma edificação custosíssima e difícil de reproduzir.

A nossa primeira visita, que durou uma tarde e até a manhã seguinte, habilitou-nos a formar um juízo seguro, do que teria sido, nos tempos do seu fausto e opulência, a grande redução agora extinta.

Lêramos em nossa adolescência as Ruínas de Volney, a Viagem ao Oriente de Lamartine e acudiu-nos à memória diversos trechos de um e de outro, adaptáveis ao espetáculo que tínhamos diante dos olhos.

Passamos detidamente e por vezes pela praça e pelas ruas quase todas desertas. Conquanto bastante largas, estavam em dois lugares atravancadas com fragmentos de parede derrubadas, e através enormes telhados abatidos.

Seguimos contornando a extensa muralha da antiga quinta dos padres e tornamos a entrar na praça pelo lado oposto, fazendo nesse circuito mais de dois quilômetros a pê.

Nós tomamos apontamentos, mas tudo retivemos na memória tão fielmente que, ao fim de quase vinte anos, esboçamos uma planta. Com esta, com nossos esclarecimentos verbais, o hábil pintor Judicis de Mirandolle desenhou o panorama, que graciosa mente nô-lo ofereceu.

Era um grande quadro em tinta de Nanquim, que esteve exposto em Porto Alegre, em diversas vitrines e foi depois recolhido ao nosso gabinete²).

Constava a cidade, conforme o desenho junto, de uma praça perfeitamente quadrada com duzentos e sessenta metros em cada face de onde partíam nove ruas bem alinhadas.

Era essa a medida exata para todas as reduções e essa planta tem sido conservada nas duas cidades e vila, que hoje ocupam os lugares das reduções de São Luís, São Borja e Santo Ângelo.

Na praça da redução de São João (ao inverso da de Santo Ângelo) ficava a igreja na face do Sul. Ocupava aí um ponto equidistante dos extremos do alinhamento e tinha trinta metros de frente e quase setenta ao fundo. Aí toda a parede estava por terra. O frontispício era muito singelo, mas todo ele de pedra de grês, com belos labores, cornijas e colunas de ordem toscana.

Pudemos verificar a existência de três naves, porque ainda existiam de um lado as colunas torneadas de madeira de Ipê, sustentando algumas traves em parte carcomidas.

À direita da igreja ficava e ainda existia o cemitério, notando-se algumas sepulturas novas, com as cruzes que as assina lavam. Eram de alguns dos poucos maradores extintos.

A capela mortuária, que ali existia, achava-se completamente desmoronada.

Depois do cemitério era o hospital e a cadeia, porém sô eram visíveis os alicerces, o mais desaparecera.

A esquerda da igreja era o colégio, murado à frente, com um espaçoso portão, do qual sô existiam os portais de pedra polida.

Estava atravancado com uns paus impedindo a entrada de animais. Conseguimos penetrar na área pisando pela calçada de lajes, em forma de cruz, por cima da qual era o trânsito para ir de um a outro lado. As celas, as salas das refeições e da biblioteca, estavam todas abertas pois haviam tirado as portas e as janelas, assim como as telhas todas e algum madeiramento dos telhados. Os ladrilhos dos pavimentos já não existiam. Viam-se porém bem aprumadas as colunas, que ficavam à frente e à retaguarda das celas bem como as que sustentavam o alpendre que res-

guardava o muro, em meio do qual fica o portão de entrada e saída. Nesses intervalos, expostos ao tempo, já se desenvolvia alguma vegetação.

Nada restava do recolhimento das moças solteiras viúvas sem filhos, das casas dos teares, oficinas de carpinteiro e outras, nem dos armazéns que eram o celeiro do povo e o depósito da erva-mate destinada à exportação.

Quanto as casas da cidade, dessas sō existiam, em nossa primeira viagem, as de duas quadras ou quarterões na face Norte da praça, numa das quais estava o edifício do cabildo, já bastante arruinado. Do lado Leste estavam perfeitamente conservados os quarterões com frente à praça e os que pela retaguarda ficavam-lhe paralelos. Todas as demais casas ou haviam desabado, ou sido demolidas e muitos materiais transportados para construções das vivendas das estâncias, fundadas nos campos baldios desse distrito. As colunas que sustentavam o alpendre do colégio e das casas da povoação eram sextavadas com capitéis de ordem toscana. Onde a demolição havia sido completa, vimos algumas colunas ainda bem apumadas, outras caídas por terra com suas partes componentes desagregadas.

Podemos notar sessenta casas, umas habitadas, outras podendo sê-lo, mediante alguns reparos. Não passava de quinze o número das famílias de índios que habitavam essa redução em ruínas.

Uma das casas da praça era o depósito das poucas imagens salvas do incêndio da igreja, faltando a do padroeiro, talvez envolvida e consumida nas chamas. Vimos uma imagem de Nossa Senhora das Dores com um vestido já velho de chita. Ponderamos ao morador da casa contígua não ser decente aquele vestuário, nem a imagem precisar disso, porque (não sendo de roca) tinha o vestido da própria madeira pintada e dourada. Concorde o homem, mas se lhe disséssemos, que todas as imagens estavam incapazes de culto, talvez se molestasse.

Quando em nossa primeira viagem entramos nessa redução, fomos prevenido por um companheiro, que dirigia a jornada, para não aceitar pousada em nenhuma das casas habitadas ou vazias.

Havia fartura de pulgas, percevejos, morcegos e o cêebre fincão. Apesar dos oferecimentos reiterados dos índios pobres mas embora bastante oficiosos, preferimos dormir ao relento, fazendo camas sobre nossos arreios de montaria, estendidos, sobre a relva da praça. Nós levamos um pequeno travesseiro em nossas canastras de viagem, colocamo-o sobre o lombinho.

Os animais de montaria e carga foram recolhidos à antiga quinta dos padres. Aí, apesar das laranjeiras, dois pés de pinheiros e pessegueiros, nascidos ao acaso, havia pasto. Era esse o potreiro onde os poucos moradores da redução e alguns raros viandantes, como éramos, seguravam seus animais.

Ao por do sol, servimos de nossa matalotagem e tomamos um mate-chimarrão oferecido por uma índia velha.

Era noite de quarto-crescente, deitamo-nos todos, mas não pudemos conciliar o sono, porque sofriamos uma dor de cabeça que cessou inesperadamente. Sentimos um cheiro insuportável de asa-fetida. Era um zorrilho, que passava atropelado pelos cães e defendia-se com essa arma asfixiante, que a natureza deu-lhe, contra o mais poderoso inimigo. Passou-nos a enxaqueca, porém levamos mais de uma hora em vigília.

A claridade do astro da noite ainda lumiava os vultos sombrios dessas ruínas, que pareciam acusar as gerações passadas da espoliação de suas riquezas, da sacrílega destruição de seu templo e dos seus belos edifícios falanstéricos.

Ouvíamos, se bem que ao longe, os gritos do guaraxaim, o chagal destes desertos, o regougar das corujas, os lamentos do urutau e outras aves notívagas. Fez-nos lembrar a leitura do primeiro capítulo das Ruínas de Volney, mal compreendendo, que o aniquilamento total desta relíquia das Missões Orientais estaria tão próximo.

Adormecemos.

Quando acordamos pela madrugada, a lua havia feito o seu acaso. Reinava uma escuridão completa.

Começara então, o que em todas as noites escuras sucedia: - a caçada dos morcegos. São grandes. Quando os mochos se guram-nos com suas unhas penetrantes soltam guinchos estridentes e lúgubres.

Se acreditássemos em almas do outro mundo, sō bem acompanhados como estávamos, ousaríamos passar uma noite à vista de um cemitério e em meio de destroços, outras tantas testemunhas das gerações que aí se extinguíram.

Reconciliando de novo o sono despertamos com nossos companheiros ao romper do dia e já convidados a saborear um mate.

O templo de São João fora logo nos primeiros anos da conquista reduzido a cinzas por uma vela acesa. Ninguém conseguiu saber os pormenores desse sinistro nem marcar sua data.

Referindo-se a esta redução diz o Cônego Gay, em sua História da República Jesuíta, que constava de quarenta ruas, porém nós, que aí estivemos (ele nunca) podemos afirmar; que na praça desembocavam nove ruas cortadas por outras seis transversais, ao todo quinze ruas conforme o desenho, em anexo.

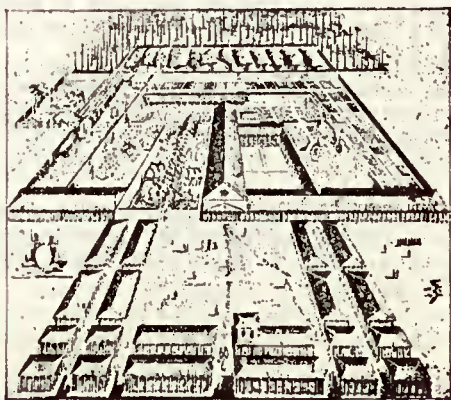
Não vimos aí, como afirmou aquele escritor, o colégio em terreno elevado com escada ou rampas pelas quais se descia ou subia a entrar ou sair pelo portão. Não seria isso um impossível desde que os padres jesuítas quisessem fazê-lo, mas na realidade, assim não foi. O terreno do colégio, interna e externamente, o pavimento da igreja e o dos quarteirões habitados, ficavam todos em verdadeiro plano horizontal.

É também destituída de fundamento a existência de folhas de ouro no arroio do Moinho, que era a servidão de águas da redução. Aquele escritor foi mal informado.

Em 1824, o governo mandou, para habitar esse povo, várias famílias dos primeiros colonos alemães introduzidos no Rio Grande do Sul. Esses, ou porque viam-se obrigados a morar na mesma redução com a raça indolente dos índios, ou porque precisassem um quilômetro de viagem para ir buscar água, ou porque não se lhes distribuisse terras de plantação, em maior distância superabundantes, abandonaram a redução de São João. Ficaram apenas residindo Ernesto Kruehl, cujos filhos enriqueceram no comércio, Carlos Holsbach que estabeleceu-se em São João Merin, Tristão Frederico Schmitt, que com seus filhos foi residir nas proximidades de São Miguel e João Bulgsdorph entre São João e São Miguel. Esses poucos colonos souberam honrar as tradições de sua operosa raça, mantendo em seus lares até seus netos e bisnetos sua língua, costumes e vida laboriosa.

Quando pela última vez aí passamos³⁾, conseguimos com muita dificuldade chegar ao local da igreja. Apenas existia por terra a verga da porta principal, conservando alguns labores, entre estes: um rosário, o monograma da Ave Maria e dois anjos perfeitamente esculpidos, segurando o rosário. Essa verga de pedra talvez por causa de sua grossura, não se quebrou quando caiu de sobre os portais.

Entretanto, não fora essa verga e não teríamos jamais descoberto o local onde existiu o grande templo. Seus alicerces tornaram-se invisíveis, cobria-os terra, grama e, em parte, alguns arbustos.



Povo de São João Baptista.

Ao sairmos pela última vez desse recinto chegamos a um rancho habitado por um índio velho, a quem pedíramos para vigiar e conter os animais, pois ao inverso da primeira vista, só pudéramos entrar agora a pé.

Depois de ter-lhe agradecido e remunerado seu serviço, conversamos sobre a destruição desse povo e ele disse-nos:

-Há mais de vinte anos aí não habita uma só pessoa; tudo acabou exceto as pedras, ainda muitas, cobertas por esse capão.

"Os maiores culpados são os meus patrícios índios, que tudo vendiam e negociavam com os brancos. Eu nada vendi, roubaram as telhas de minha casa e vim para aqui onde acabarei os meus dias."

"Todos os anos no dia de São João, ainda que chova, vou ao cemitério rezar as minhas orações em guarani e nelas pedir por meus pais e avós e pelos padres que morreram afogados⁴⁾ em viagem de Santo Ângelo para a festa desse dia."

Ditas estas palavras entrou e tornou a sair trazendo um grande livro infolio, editado em Sevilla (a antiga Hispalis) em 1612.

O título (se bem nos recordamos) era Antiphonarium Romanum e continha, além das antífonas com a competente música, salmos, lições e orações para todas as festas do ano.

Quisemos comprá-lo porém o velho Cherū⁵⁾ quase chorando disse-nos que por dinheiro algum o venderia.

Admiramos tanto desinteresse num índio maltrapilho e analfabeto.

Ao afastarmo-nos destas ruínas, e sairmos na estrada geral, vimos um estabelecimento novo de criar animais.

O proprietário construía casa de vivenda e de hóspedes, cobertas de telhas com paredes de pedra, com boa madeira, a custa dos materiais da redução.

Mas o que era uma verdadeira injúria a esses monumentos, que deveriam ser guardados como pertencentes da história, foi o chiqueiro de porcos formado de capitéis, baixos relevos e outras obras de arquitetura. Como esse, muitos outros proprietários fizeram a mesma coisa.

Mas não é só na Arábia, nem na Síria, nem na Palestina, que se encontram tribos nômades, que destroem os monumentos das cidades, que foram grandes e opulentas. No Brasil também há "Sheiks" e beduínos.

Olhando para a extensa campanha, que se estende desde a redução até a serra do Ijuí, ou, em rumo diametralmente oposto, até o capão de Carajá, vê-se todas essas terras ocupadas. Mas já não existem as grandes propriedades com que nos primeiros

vinte anos, após a conquista se estabeleceram, mediante concessão do comando geral das Missões (ou compras feitas no cabildo da redução), Antônio Moreira Tobias, Vicente Lopes Machado, Salvador Antunes da Costa, Guarda-Mor Francisco de Paula e Silva de quem já falamos (em São João Merin), Inácio Tacques de Almeida, Antônio Ribeiro Lemos, João Armand Mousquere, Joaquim de Souza Marques, Manuel José Antunes, Fabiano Gomes de Toledo, Guilherme Alves de mello, os já mencionados colonos alemães e diversos outros, que foram os continuadores da propaganda para a ocupação e cultura das terras missioneiras.

As divisões e subdivisões das grandes fazendas tornaram os pequenos proprietários mais zelosos da criação e conservação de seus pequenos rebanhos. Deram-se a cultura das terras que são fertilíssimas, tendo hoje a concorrência das colônias bem próximas de famílias italianas, polacas e de outras nacionalidades.

Vê-se já isso, mas uma tristeza paira sobre o recinto e arredores de cada uma das reduções extintas, deixando infrutíferas todas as tentativas operadas nos últimos vinte anos, para a restauração, embora por um sistema moderno das povoações arrasadas.

De São João, caminhamos para a que fora a mais importante e antiga capital; pousamos à margem do correntoso Urubucarú, dormindo outra vez ao relento. Quando despertos e em franca troteada, reinando uma brisa fresca, logo ao fim de uma hora, avistamos a alta coxilha, onde campeam ainda as ruínas do grande e formoso templo de São Miguel.

Já lá vamos chegando, uma coluna monólita, das que sustentavam o alpendre das casas de uma das ruas, advertiu-nos de que tínhamos chegado à extinta cidade que até aqui era de um quilômetro, pelo menos, a contar da praça ou da igreja.

Mas todo o perímetro ocupado outrora com as ruas da populosa cidade está abatido, como víramos em São João Batista.

Uma estrada pouco freqüentada, e que se dirige ao passo da Guerreira no Piratini, tivemos de abandoná-la para então chegarmos até a praça e ver o estado da igreja e do colégio.

No capítulo seguinte faremos descrição dessa redução célebre na história e que mereceu ser cantada no poema Uruguiaio do Jesuíta apóstata José Basílio da Gama.

A poesia improvisou nomes⁶), teceu um romance sensacional, que muita gente crê verídico, mas não descreveu as belezas do templo, o verdadeiro paraíso que foi o colégio, deliciosa habitação dos padres, como disse o poeta.

Não podia fazê-lo, porque no local nunca esteve, foi apenas informado por pessoas suspeitas. Fã-lo-emos nós, após minucioso e detido exame, consultando esses restos da passada

grandeza, que embora mudos como essas pedras lavradas, ainda fa
lam eloquentemente.

Ah, os discípulos de Loyola, embora padres cristãos, pensaram que escudadas em Jesus Cristo, visando a sua glória, não seriam jamais banidos do meio dos seus rebanhos. Um momento tiveram de vaidade (porque eram homens) quando ergueram esta grande cidade e seu riquíssimo templo ad majorem Dei gloriam. Mas a impiedade, a inveja, não gastou muito tempo em destruir o que muito tinha durado e ainda deveria durar séculos!

NOTAS

1) Foi isso em 1855. Ai estivemos em 1857 e 1860 e de cada vez desapa-
reçiam demolidas várias casas. Nossa última visita foi em 1886, quando na
da restava.

2) Quando em 1892, por motivos, que declaramos no prologo deste li-
vro empreendemos uma viagem a Pernambuco, onde nos demoramos, fizemos pre-
sente desse quadro aos padres jesuítas de S. Leopoldo, reservando a reduzi-
da cópia, que ora oferecemos ao leitor.

3) Em 1886, como já dissemos.

4) Nas Lendas Missioneiras vem narrada a versão popular desse nau-
frágio, em que ninguém escapou.

5) Cherū (pronúncia-se também Xirū) significa índio velho.

6) Taís como Baldette, Cocambo, Lindoya e outros.

Capítulo XIV

SÃO MIGUEL

Nous renonçâmes a bâtir aucun système sur l'ensemble de ces ruines, nous resignâmes à regarder et admirer sans comprendre autre chose, que la puissance colossale du génie de l'homme et la force de l'idée religieuse, qui avait pu remuer telles masses et accomplir tant chefs d'ouvres.

Lamartine

Foi construído o povo ou cidade de São Miguel sobre a mais elevada das colinas da Região Serranal).

A planta era a mesma, escusado é dizê-lo, das outras reduções com a diferença que nesta haviam mais dezesseis quadras ou quarteirões formando ao todo 1430 aposentos, ocupados por outras tantas famílias de índios. Eis porque alguns escritores calculam em 8.000 mais ou menos, os habitantes dessa redução, quando aí entrou o exército aliado na já descrita guerra de 1752 a 1756. Esse cálculo, porém, era exagerado.

O colégio dos padres era mais espaçoso e tinha o andar térreo e um andar superior, como vimos em 1855, sendo para notar como estavam conservadas as tintas na barra das paredes das celas do sobrado.

Nesse ano e ainda em 1860 viviam ainda três ou quatro famílias de índios no andar térreo, ninguém queria habitar o sobrado, para não ter o incômodo de subir pela escada velha, faltando-lhe alguns degraus.

O colégio, ao inverso das outras reduções ficava à direita da igreja, o cemitério do lado oposto. Os demais edifí-

cios, como, as escolas, o hospital, o recolhimento das meninas, o das viúvas sem filhos (casa de refúgio), o quartel, os armazéns, oficinas e casa dos visitantes leigos, tudo isso estava reduzido a escombros assim como a enorme casaria da povoação. O mato havia crescido por toda a parte; dificilmente, por entre a folhagem, divisava-se algumas colunas dos alpendres com seus capitéis de pedra polida.

A cadeia, edifício acanhadíssimo, ainda existia em nossa última visita (1886) e era a habitação de uma família paupérrima. A esse tempo, porém, só vimos o portão do colégio e dentro deste nada absolutamente além das paredes desmoronadas, por toda a parte era o ermo, o aspecto tristíssimo das ruínas.

A grande quinta por detrás do colégio, da igreja e do cemitério, com a extensão talvez de um quilômetro quadrado, só conservava a maior parte da muralha de pedras perfeitamente apuradas e, interiormente alguns pés de laranjeiras e os pinheiros, bem ao fundo.

Essa muralha nunca foi rebocada mas, em compensação, era coberta por uma cerca de roseiras bravias, sendo as flores de umas literalmente brancas e outras (as mais belas) escarlates. Com a folhagem verde ficava encoberto o negrume e a grosseria dos muros; porém, nos meses de setembro e outubro, por ocasião da florescência primaveril nada igualaria a beleza desse vasto e bem cuidado vergel²).

La-nos esquecendo referir que, até 1849 residiu, numa das celas do colégio dessa redução, o cura frei José de Santa Averana, carmelita descalço; o mesmo falecido em Cruz Alta em 1851 com idade maior de cem anos.

A vida desse religioso, um modelo de piedade, foi, quando bem moço, um romance sensacional, que alguém escreveu e publicou.

A igreja, poucos anos antes da conquista portuguesa, ficara destelhada e exposta à intempérie em razão do incêndio ocasionado por uma faísca elétrica, pelo que esse cura e seus antecessores celebravam os ofícios divinos numa das salas do colégio ou na capela extra maenia de Nossa Senhora de Lorêto, distante dois quilômetros.

Depois da retirada do cura começou de novo o abandono das poucas habitações da povoação, a destruição gradual e progressiva do colégio, a da mencionada capela. Desta, em 1886, só restava uma grande pedra de grês, tendo sido o supedâneo do altar.

Convém referir um fato.

Em 1864, em viagem de São Borja para Cruz Alta, estivemos na campina histórica de Lorêto, que tornou-se, pelo usu

pião, propriedade de Agostinho Theodoro Ferreira. O nosso descanso meridiano foi na casa que ele recentemente construíra com materiais da desmoronada capela.

Era uma obra sólida. Dois anos depois caiu um raio e a teou um incêndio, que ele, filhos e famulos não puderam dominar. Ficaram as paredes, tudo o mais foi reduzido a cinzas. Tomando esse sinistro como um castigo da utilização sacrílega dos materiais da capela, protestou não reconstruir a casa, por mais que procurassem dissuadi-lo desse infundado propósito.

Continuemos a descrição.

De tudo quanto vimos, nada foi tão belo e majestoso como esse templo a cair lentamente em ruínas.

Nossa atenção prendeu-se logo a torre de pedras de grês e granito ligadas a cimento, outros informaram-nos que com espigões de metal.

As conjunturas nos ângulos são colunas guarnecidas acima dos capitães, de umas carrancas de leão perfeitamente esculpidas.

No cimo do zimbório da torre existiu por muitos anos a figura de um galo, que pensavam fosse, pelo menos de prata dourada.

Em 1845, quando foram apeados quatro sinos e conduzidos para a matriz de Cruz Alta, elevaram um pouco os andâimes, arrancaram o galo e então verificou-se de estanho dourado, com máxima perfeição.

Do transporte dos sinos, foi encarregado o português Francisco Antônio Alves (nosso amigo pessoal) que informou ter o maior um peso excedente de cem arrobas de bronze e haver por essa causa quebrado mais de um eixo da carreta. Esse sino ainda existe com três outros menores sendo dois rachados.

Quando morador de Cruz Alta ouvimo-los badalar muitas vezes. O maior tinha som idêntico ao da igreja de Nossa Senhora do Livramento em Recife, próximo a casa onde, em nossa adolescência, muitos anos residimos.

A última vez que estivemos em Cruz Alta aguçou-nos a curiosidade de ver e captar as inscrições.

O sino maior tem o seguinte: Sancte Michael Ora Pro Nobis: Anno Domini 1726. Outro meão tem: Saucta Maria Nobis. In Opido Angeli Michaelis, estando ilegível o ano. Os menores, nenhuma inscrição tinha, mas colige-se que, sem dúvida seriam fundidos nesta redução, a opulenta capital das Missões Orientais.

A torre da igreja de São Miguel quando vimo-la pela primeira vez em 1855, conservava interiormente o compartimento de madeira, que resguardava o maquinismo do relógio. A escada de madeira para lá subir estava quase toda desfeita.

Não era para admirar, que os jesuítas tivessem aí um relógio, porque na sua provisória igreja do morro do Castelo (Rio de Janeiro) ainda hoje existe e ainda serve um ultrasecular relógio de torre.

Seria grato ouvir o badalar das horas durante o dia e a noite: porém, muito mais agradável seria bimbalhada³) sonora dos sinos anunciando ao crepúsculo vespertino, ou ao alvorecer, pela cidade e campinas suburbanas o imediato dia de festa.

A fachada da igreja era precedida de um pòrtico, ou grande alpendre, formado por dezoito colunas de ordem coríntia, as quais, quando vimo-las pela primeira vez já estavam desaprumadas, não só por causa da vegetação das parasitas, mas também por causa das escavações subterrâneas, em procura dos tesouros dos jesuítas.

Em julho de 1855, nossa primeira passagem por essas ruínas, o templo ainda conservava o mesmo aspecto do desenho tirado nove anos antes, pelo viajante Demersay para ilustração de sua obra, há muitos anos esgotada.

O leitor (página 152) tem ilustrado este livro uma reprodução fiel desse desenho. Não damos, porém, nenhuma das fotografias tiradas posteriormente, a medida que o desmoronamento e destruição progrediam. O original do viajante Demersay, em ponto grande e excelente litografia, demo-lo ao reitor do Ginásio Anchieta.

Dois dos balaústres do terraço sobre o portico do templo, transportados em 1903 para o museu Júlio de Castilhos, ficaram depositados em um jardim no campo da Redenção (antigo da Varzea) com as relíquias arquitetônicas de outras reduções.

Em 1886, em noite de pavorosa procela, caiu um raio e veio à terra toda a belíssima colunata, as cimalhas, o parapeito e os balaústres do espaçoso terraço. Ficou a descoberto uma porta pela qual passava-se do côro da igreja para aquele alegre terraço.

Sobre a cimalha, que cobria e ligava os balaústres, existiam as estátuas de pedra padroeiro e dos doze apóstolos (página 20). Mas as estátuas, mesmo antes da conquista brasileira, tinham sido atiradas ao chão e despedaçadas.

Além das colunas, o terraço era aformoreado e sustentado por onze arcos bem espaçosos e quase todos monólitos, cinco à frente e três em cada lado.

Dessa eminência ou de uma torre menor à esquerda (e que era, disseram-nos, um observatório astronômico) apreciava-se um panorama, que tornava encantadora essa mansão privilegiada.

A fazenda, outrora pretendida capela de Santa Tecla, o Capão de Carajá, o Espinilho das Tunas, três eminências oito e dez léguas distantes, a capela de São João Mirim, os belos campos entre Ijuizinho e Guassupí, o rição de Nacapetum, os povos de São João, São Lourenço e São Luís, a grande floresta de Caroví numa das mais belas colinas da região missioneira, tudo isso, em certos dias bem claros, caía debaixo das vistas do observador⁴)

Como nunca fizemos um estudo completo sobre a arquitetura, não pode ser perfeita a descrição do frontispício desse grande templo, extremado por duas belas volutas, encimado por uma cruz de metal dourada, nem descrever, com a devida minudência todos os arabescos em torno das cornijas e do parapeito do alpendre, apreciar cientificamente as folhas dos capitéis, as curvas ou arquivoltas dos arcos monólitos desse formoso e hoje desabado pórtico.

Mas, se isso não podemos fazê-lo, tivemos a fortuna de obter uma fotografia das ruínas, como ainda eram em 1882. Com essa e com o desenho do viajante Demersay, tirado trinta e seis anos mais cedo, com os esclarecimentos por nós ministrados, poude o pintor Judicis formar, para oferecermos ao leitor, a estampa da igreja de São Miguel, como fora no tempo de seu esplendor.

Resta-nos falar da parte interior da igreja.

Entrava-se por portas espaçosas, a frente, ou por quatro laterais estas em comunicação com o colégio. Da porta principal ao fundo há um espaço de cinquenta e dois metros sobre trinta de largura viva.

Interiormente, dividida em três naves, cada uma é com quatro arcos iguais em arquitetura e dimensões, ao arco cruzeiro ou da capela-mór.

Eram pois nove capelas, cada uma com o seu altar, sobre saindo o da capela-mór.

Não eram cinco altáres, como afirmou a pessoa, a quem se referiu o visconde de São Leopoldo, porém nove que, apesar de consumidos pelo incêndio e pela intempérie, ainda deixaram visíveis, como examinamos, restos de obra de talha embutidos nas paredes e nos lugares fronteiros aos arcos.



Interior das ruínas da igreja de São Miguel.

Não foi sem grande dificuldade, que conseguimos obter uma fotografia das ruínas do interior desse templo; mas sô com os arcos correspondentes aos quatro altares laterais de uma das naves.

Mas tão apagada estava, que a custo e com o auxílio de uma lente, o nosso amigo engenheiro Guilherme Ahrons conseguiu formar o desenho, que também oferecemos ao leitor. Supomos, e não sem fundamento, que, de cada um desses arcos deverã pender um lampadário de prata. Não era isso difícil, os padres podiam empregar esse metal em todas as igrejas das reduções e capelas das estâncias. Muitos anos depois da sua proscricção, foram retiradas muitas obras pesando cem ou mais arrobas de prata.

Na última nave do lado da epístola existe uma porta estreita, seguida de um longo corredor, com escadaria de pedra, que por dentro da muralha com mais de dois metros de espessura, vai terminar no fim da capela-mor.

Subimos por aí e reconhecemos, que serviria para levar o Santíssimo Sacramento até o camarim do trono do altar-mór, onde se ostentaria na grande pesada custódia de prata dourada, cravejada de pedras preciosas, que em São Borja nos fois mostrada⁵⁾

Todas as paredes exteriores da igreja de São Miguel foram feitas de pedras quadrilâteras; as interiores de tijolo cozido, mas estes e aquelas ligadas com argamassa de cimento e areia. Reparámos nisso e então convencemo-nos que, devido a essa solidez da construção, essas paredes ainda estão a prumo, resistindo a intempérie, como resistiram ao incêndio, e nem o tempo, nem a vegetação das parasitas, nem as escavações do subsolo, têm-nas feito abater.

Não succedeu a mesma coisa nas igrejas das demais reduções, porque tendo ainda um carácter provisório, as paredes externas eram feitas de pedra e barro e as interiores de tijolo cru, com reboque de tabatinga branca. Uma vez destelhadas pelos incêndios e outras causas, vieram a terra, deixando, apesar disso, alguns vestígios.

A igreja de São Miguel, pela circunstância de ser a capital das Missões Orientais e o seu colégio a residência do superior dessa parte da província da Companhia de Jesus, mereceu todos os cuidados na solidez e aperfeiçoamento da sua edificação. Não seremos exagerados afirmando que, de todas quantas obras deixaram os padres desses institutos assim no Brasil, como no território argentino, nem uma excedeu ou igualou em magnificência e solidez ao suntuoso templo, cujas ruínas por vezes contemplamos.

Jã descrevemos no Capítulo II o esplendor das festas das reduções no tempo da administração dos jesuítas. O brilhantismo das solenidades religiosas no interior dos templos, as procissões e festejos externos, de caráter religiosos ou profano, conforme as horas para tal fim reservadas, foram outros tantos meios de incutir no ânimo da população indígena o amor de

Deus e do próximo, a veneração aos seus superiores, os padres e o rei espanhol.

Mas, se netre essas festas sobressaía, pela magestade e aparato, a de Corpus Christi, nem uma outra igualaria se quer a do padroeiro da redução de São Miguel. A igreja católica consagra o dia 29 de setembro ao glorioso Arcanjo, que é chefe das cortes angélicas.

Esse dia, em plena primavera, revestir-se-ia da mais de susada pompa.

A florescência das roseiras, que ornavam a muralha da quinta, nessa quadra primaveril, a dos pessegueiros e outras árvores frutíferas, os cinamomos e o grande laranjal em flor, espargindo em grato aroma pelas ruas e praça da povoação, o gorgueio dos pássaros adejando em bandos, tudo isso excedia quais quer glorificações, que pudessem inventar e praticar os homens, imperfeitos e pecadores. Entretanto eis explicada a causa desse fanatismo, com que um índio dessa redução levantou consigo um exército e ousou enfrentar uma força regular, que o desbaratou, e deu-lhe morte heróica.

Em 1855 vimos a imagem dese tão venerado Arcanjo.

Era de estatura colossal. Tinha a seus pés um enorme dragão, em cuja cabeça descansava o conto da lança sustentada pela mão direita da grandiosa imagem. Esse belo espécimen de escultura bem merecia ter sido conservado, pois mostraria como eram perfeitos o perfil da estátua e as tintas e dourados, que afrontavam muitas décadas decorridas. Levaram-na para a casa que servia de matriz da paróquia de Santo Ângelo. Aí foi tratada com tanto cuidado, que incendiou-se com o altar de panos e sarrafos onde a colocaram. Tendo ficado muito deformada o vigário fê-la reduzir a cinzas. Era essa a imagem que deve ter ocupado o altar-mór da igreja de São Miguel, pois a do frontispício era de pedra, como já dissemos, repetindo o que outros viram e não-lo referiram.

Notava-se nesta redução uma grande falta de água. Era preciso ir buscá-la em distância maior de uma milha. Aí existe um manancial abundante, formando o regato, que deságua no Chuní, tributário do Piratini.

Pensavam os moradores antigos da circunvizinhança dessas ruínas, que os padres projetavam canalizar o arroio até a cidade, pois deixaram numa pedreira, distante três ou quatro quilômetros, grande quantidade de lojas preparadas para a galeria subterrânea. É possível que assim fosse, pois em São Nicolau existiu um aquaduto, como diremos no Capítulo XVII. Não seria de admirar esse melhoramento na cidade mais bela e a capital das Missões Orientais.

No poema Uruguai, de José Bazílio da Gama, afirma esse ex-jesuíta, que a igreja de São Miguel fora incendiada, quando entrou na redução o exército aliado.

O Visconde de São Leopoldo, que em nota transcreve as estrofes referentes ao incêndio, diz que este "lavrando nas casas, prendia já o templo que a custo salvaram". Em outro lugar afirma, que o incêndio desse templo foi devido ao acidente de um raio⁶).

Fica pois assim restabelecida a verdade histórica, alterada pelo poema escrito, ao que parece, para lisongear e merecer as boas graças do poderoso Marques de Pombal, como já dissemos em nota a pag. 47.

Como sempre estivemos convencidos da impossibilidade da existência de tesouros enterrados pelos jesuítas, aqui damos em nota⁷) as relações da grande quantidade de alfaías, que o governo do Brasil arrecadou nas Missões, depois que destas se apropriou.

Pode fazer-se idéia, de que enorme prataria não se apoderaram os administradores espanhóis, quando por mais de trinta e três anos estiveram na posse discrecionária das riquezas das reduções. Além dessas, quantas não teriam sido roubadas por ocasião da conquista de 1801 e ainda posteriormente até a invasão de Fruto Rivera?

Só essa grande cópia de metais aí ficou e, se é certo que os jesuítas não precisavam de dinheiro nas reduções e tinham a quem dar conta da despesa e receita da Companhia, tendo esta o seu centro em Roma, não há necessidade de amesquinhar tanto os homens que, com uma grandeza de ânimo sem exemplo, fizeram entrega, sem a menor observação, de uma riqueza imensa, acumulada com um trabalho⁸) ultra secular.

Pensando assim, consideramos muito sem fundamento a narração a propósito dos objetos de grande valor desenterrados por um célebre Falkstrupp na Serra dos Tapes, município de Pelotas (ora logo a que enorme distância), os quais supunha ele ali enterrados pelo padre Cristóvão de Mendonça martirisado, segundo uns, nos Quais em Corrientes. O senhor Falkstrupp não mais apareceu, nem os objetos que disse ter achado.

Nos subúrbios da redução existe hoje uma povoação nova constando de uma capela com uma imagem de São Miguel e cerca de sessenta casas.

O governo aí colocou uma aula de ensino primário e uma agência de correio; mas essa nova povoação, criada curato por lei provincial de 4 de maio de 1881 e elevada freguesia pela lei de 4 de janeiro de 1884, embora consiga que aí passe e tenha uma estação da projetada via férrea de São Borja a entroncar com a de Itararé, nunca será como foi a opulente capital das Missões Orientais, hoje totalmente destruída.

Consta-nos, depois de escritas as linhas acima, que os padres do instituto de Loiola, existentes no grande colégio de

São Leopoldo, pretendem obter para si, o até hoje não conseguido provimento canônico dessa freguesia fundando aí um pequeno colégio.

Despertou essa idéia, a demorada visita que pelas ruínas das Missões fez o ilustrado padre Carlos Tetschauer, sobre tudo observando os costumes e índole dos habitantes dessa ainda atrasada circunscrição. Não será um impossível ver erguida nessa grande eminência uma nova povoação com seu templo e colégio. Conquanto os jesuítas de hoje não seja aqueles varões fortes dos dois primeiros séculos da fundação de sua ordem; contudo mantendo, ao que parece, inquebrantável a disciplina estabelecida, pelo seu enérgico e intransigente padroeiro, eles que, pobres e hostilizados por seus inimigos, tem erguido em nossos dias, sumptuosos edifícios de educação, poderão restaurar a velha capital missioneira, sobre os destroços da antiga, formando uma vila ou cidade de feição moderna, mas sempre inferior, quanto a arquitetura, como quanto ao brilhantismo do culto, a que ora jaz em escombros de verde e agreste vegetação.

Segundo dizem vários escritores (entre estes o cônego Gay) em São Miguel nasceu o famoso general argentino Carlos Maria de Alvear, mas o general brasileiro João de Deus Martins, em artigo publicado no Correio do Povo de Porto Alegre, em 18 de Novembro de 1909, afirma ter Alvear nascido em Santo Ângelo, onde provavelmente seu pai exerceria o cargo de administrador. Em São Miguel, porém, nasceu o Barão de São Jacob, Coronel Denis Dias, sendo seu pai administrador dessa mesma redução, já muito decadente e pouco povoado.

NOTAS

1) É possível rivalizem ou excedam em altitude o Espinilho de Tunas e o Durasnal de São Thiago.

2) Ao longo dos muros existem muitas dessas roseiras, que alguns dizem poder ter nascido ao acaso, porque são silvestres; outros, que ainda viviam na quarta parte do século passado e alcançaram muitos índios velhissimos, afirmaram-nos (referindo-se aos índios) que haviam sido plantadas no tempo dos padres, tendo pelo contrário desaparecido, grande parte do roseiral absorvido por outros vegetais bravios.

Ora é certo, que em muitas estâncias e até num suburbio de Porto Alegre, vimos cercas dessas rosas bravias bem cultivadas. Isto nos confirma a opinião, de que os padres sem dúvida plantariam essas roseira para maior embelezamento da quinta do seu colégio nessa tão importante redução.

3) Causou extranhese o uso desse terno, empregado para designar a badalada simultanea de todos os sinos, dada em número de três, destacadas. O padre Lopes Gama professor da língua nacional e de retorica empregou-o na sua tradução da Solidão de Zimmermann.

4) Não é para admirar esse prodigio visual.

Em 1878, achando-nos na vila da Encruzilhada, chamaram-nos para ver as cidades de Rio Pardo e Cachoeira na distância de setenta e dois quilômetros, bem como a cordilheira da Serra Geral e o já supra citado serro de Butucarai. As duas cidades ficavam a cinquenta e dois quilômetros uma da outra, e ambas com a referida distância da Encruzilhada.

5) O então vigário paróquia afirmou num livro, por ele publicado, ser mais rica a custódia da sua igreja e ter sido levada para a igreja hoje catedral de Porto Alegre. Deve ser inexacta essa informação, porque as custodias que vimos, nessa e na outras igrejas desta capital, são todas muito singelas, embora de prata velha e quasi sem liga.

6) Annaes da Provincia de São Pedro, 2ª edição pags. 38 e 267.

7) Como uma prova, de que os jesuítas não esconderam tesouros em parte alguma, fazemos menção da extraordinária quantidade de pratas e objectos de ouro das igrejas além do Uruguai, destruidas e saqueadas por ordem do general Chagas Santos. Essa prataria e a arrecadada da igreja de São Borja, dando um total de oitenta ou mais arrobas, consta da certidão fornecida pelo almoxarife Antônio Pedro Frasão de Lima ao conego Gay e por este transcrita na nota 49 da sua citada obra.

Esse documento official diz o seguinte: 11 custodias com o peso total de 3 arrobas, 6 libras e 2 onças, 7 ambulas com 23 lb. e 2 onças, 49 patenas com 8 1/2 libr., 52 calices com 1 arroba e 3 1/2 libr., 10 cruces grandes com 2 arrobas, 18 lib. e 10 onças, 15 ditas menores, 4 coroas, 8 purificadores, 5 hostiários, 37 sacras com 5 arrobas e 5 lib, 16 vasos de santos oleos, 5 palmas com 5 libras e 6 onças, 2 bacias, 12 estantes com 2 arrobas e 29 lib., 8 pares de galhetas, 1 par de ditas e campanhia dourada, 14 thuribulos, 12 navetas, 2 saleiros com salvas, 6 vasos para flores, 3 ditos para sete lustres, 1 bordão de São José, 19 campainhas, 2 salvas para galheteiros (prata dourada), 82 castiçais com 13 arrobas, 2 Cristos de prata, 2 barrilinhos de prata, 1 brazeiro com 2 libras, 2 incensadores, 2 chaves de sacario, 27 pratos para galhetas com 29 lib, 19 ditos com 19 lib. 3 caldeirinhas com hyssope, 7 varas de cereais com 3 1/2 arroba, 44 canudos vassios, 4 ciriaes com 1/2 arroba, 1 conxa de batismo, 6 copoes, 35 colheres de cali-

ces, 7 relicarios de prata, 2 laminas de dar a paz, prata quebrada 17 arrobas, 1 rosário de ouro com topázio, 1 relicario de dito.

Essa foi a prata vinda dos povos da margem direita do Uruguai,

A levada para Porto Alegre, pretencente a igreja de São Borja constava: 1 cruz paroquial, 2 tocheiros grandes, 1 terno de sacras, 2 estantes, 1 Santo Cristo, 2 thuribulos com naveta, 3 calices com patenas, 1 caldeirinha com hyssope, 1 jarro, 1 vaso, 1 purificador, com tampa e prato, 1 custodia dourada, 1 alampala, 1 serpentina com 7 luzes, 1 caixa para hostias, 12 campainhas, 4 castiças grandes de banqueta, 1 relicario de prata, 1 bordão de São José, 2 arandelas, 2 corôas de Nossa Senhora, 1 par de galhetas com salva dourada, 1 campainha dourada, 1 rosário de ouro, o que tudo excedeu muito de seis arrobas.

8) Entre os sonhadores com tesouros dos jesuítas conhecemos em São Miguel um capitão de navio mercante por nome Joaquim José Pereira, que abandonou a profissão e a família e viveu por mais de dez anos a fazer escavações. A última, na igreja, foi no espaço da capela mór. onde perfurou tanto o subsolo, que encontrou uma abundante veia e te-lo-ia sepultado, se um dos seus escravos não o tivesse salvado. Desaminado depois disso, retirou-se para São João do Monte Negro, onde faleceu com mais de noventa anos. Teve ele um filho, muito ajuizado que foi professor em Porto Alegre, no bairro do Menino Deus.

De um outro sonhador de tesouros jesuíticos, dá notícia o Comércio de Joinville (Santa Catarina) nos termos seguintes.

"Da freguesia da Penha de Itapocoroi nos comunicam que no morro da Prainha, situado à praia daquela freguesia, ha um mês para cá trabalha pertinazmente o Sr. Antônio Silveria, fazendo profundas escavações e cortes extraordinários em busca de cinquenta mil contos e um Santo Ignácio de ouro com o peso de 80 quilos, ali deixados pelos jesuítas quando expulsos do Brasil.

O sr. Silveira guia-se nesses trabalhos por um mapa que acredita delixado por aqueles religiosos, e morando numa gruta daquele morro, diz, que si não encontrar a riqueza por cujo fim trabalha, acabará doído e morrerá imediatamente, conforme lhe diz uma voz íntima, que o guia nessa difficilissima tarefa.

Essa notícia vem transcrita no Jornal do Comércio de Porto Alegre, de 17 de Março de 1906.

Trata-se, como no caso precedente, de um monomaniaco.

Como esse serão também qualificados os sonhadores dos tesouros sepultados no Morro do Castelo no Rio de Janeiro, onde, feitas escavações enormes nada foi encontrado.

Capítulo XV

SÃO LOURENÇO

*A incúria religiosa pune o tempo,
E a casa do Senhor vê-se em ruínas,
Piam agouros, fúnebres corujas,
Onde outrora orações ao céu se erguiam
E o lar sagrado, que os fiéis reunia
De garida noturna aos brutos serve.*

J. M. de Macedo

Saindo de São Miguel procuramos a vereda, que foi a antiga estrada do tempo dos jesuítas, ligando aquela redução à de São Lourenço e hoje é uma quase apagada linha de união entre as ruínas de ambas as reduções.

Deixamos outras estradas mais transitadas e seguimos por essa, margeada aqui e ali por sulcos profundos, causados pelas enxurradas e cobertos de capim mau, desprezado pelo gado.

É perigoso andar a cavalo por essas estradas abandonadas. A cada momento topa-se, coberta pelo pasto bravo, uma fúria enorme, que foi, ou ainda é, a guarida de um tatu peludo. PISANDO sobre o capim, o animal montado ou de carga enterra uma pata num buraco desses; então caindo, não poucas vezes, quebra uma perna, ou o cavaleiro também vai à terra podendo ferir-se. É pois necessário um cuidado incessante e sobretudo fazer caminhar os animais a passo lento. Assim pode-se evitar uma queda, ou mesmo um incômodo maior. Descemos por uma encosta e vimos sobre os barrancos bem elevados de uma e outra margem do arroio Santa Bárbara, uma tal abundância de pedras de grês e tão grandes, que calculamos ser essa uma das pedreiras, de onde os jesuítas tiraram esses grandes monólitos e peças de arquitetura, com que construíram e abrihantaram as três reduções tão próximas de São João, São Miguel e São Lourenço.

Quando a natureza fornecia a homens tão engenhosos e ativos uma profusão de materiais apropriados para a construção de templos majestosos e cidades edificadas a capricho, era-lhes impossível deixar de aproveitar tão bons elementos e dotar os seus neófitos com todos os meios de viver em sociedade, dar graças a Deus, por ter-lhes proporcionado uma felicidade, que parecia indestrutível, mas foi por longo tempo inalterável.

Atravessamos o já denominado arroio de Santa Bárbara. Era tempo de verão, estava baixo, e portanto vadeável. Mas nas grandes enchentes é perigoso, carecendo de uma ponte, que ainda não se cuidou de construir. Por sua estreiteza, esse arroio não admite uma canoa que auxilie as passagens quando cheio. Subindo a ladeira da margem direita, observamos, por alguns minutos, as ruínas da capela dedicada à virgem mártir, que a igreja celebra a 4 de dezembro e a crença popular constituiu advogada contra os raios e trovoadas).

O lugar, onde sô existiam fragmentos de paredes e um cemitério afastado da estrada, foi uma importante estância pertencente à redução de São Lourenço. Desde a coxilha à margem direita até uma distância maior de sete quilômetros, nota-se um pasto melhor para o gado, semelhante aos dos campos da fronteira oriental. Dizem não ser aqui preciso o sol para o desenvolvimento da criação. Mas é sô aí.

Depois começam os pastos fracos, como os de quase toda a região serrana.

O campo dessa estância foi adquirido por Luís Antônio de Azevedo, mas os seus herdeiros venderam-no quase todo a Antônio Antunes da Costa.

Logo adiante, perto da tapera da estância do já mencionado Luís Antônio, notamos um aterrado, que informaram-nos existir desde muito antes da posse e ocupação desse fazendeiro.

Pernoitamos uma vez em 1855 em sua estância, sendo ele já morto. De pessoas sobreviventes da sua família soubemos o que no precedente período afirmamos.

Essa estância com uma grande casa, currais, boa quinta e outras benfeitorias tornou-se, pela demolição e transporte dos materiais para lugar mais longínquo, uma tapera, atestada pelos velhos e frondosos umbus, quem sabe, até quando duradouros.

Em 1886, ainda era visível a tapera, e antes de a ela chegar, o para nós não esquecido aterrado, que sô poderia ter sido feito sob direção dos missionários jesuítas, mas não por seus sucessores, nem pelos escassos moradores da vizinhança.

O aterrado (pequeno é certo) fica entre um banhado atolador e um despenhadeiro, por onde se precipitam as águas pluviais.

Não há como desviar, pois é o leito preciso da estrada.

Com pouco mais de nove quilômetros transpostos em marcha lenta, chegamos, pela última vez, às ruínas da redução de São Lourenço.

Aí, como sucedera-nos nas de São João Batista, foi-nos mister, apesar das nossas cavalgaduras entrar a pé, por um trilho estreitíssimo, atravessando um mato entremeado de espinhos.

Não sucedera assim em nossa primeira viagem, pois achamos um caminho franco até a despovoada praça da redução.

Naquele tempo ainda existia todo o colégio, com celas, sendo uma o depósito das imagens do padroeiro e de outros santos, um relógio quadrante solar sobre um pilar, em meio da área, os sinos pendurados no alpendre do colégio, uma adega subterrânea, a quinta com o laranjal, duas estátuas de anjos de pedra. Agora, tudo estava demolido, inclusive as belíssimas colunas roliças com seus capitéis de jônico. Os sinos haviam sido levados para Santo Ângelo, desde 1863.

No pátio interior do que outrora fora o colégio, crescera o mato com espinhos, dificultando o exame do que ainda pudesse existir perfeito. Entretanto, penetramos até o espaço da antiga sala do refeitório e vimos caído por terra o lavatório de pedra de grês, de que oferecemos um desenho. Era disposto em três partes, ficando na superior uma águia dupla, coroada, entre duas pilastras, sustentando nas garras um cano de metal, (já sem as torneiras); a parte do meio era uma bacia de pedra oblonga, com um sumidouro para a água servida; a parte inferior eram três figuras grotescas, em cujas cabeças descansava a bacia. Na pilastra superior à esquerda, lia-se: In anno, na outra, à direita, 1694, como verá o leitor no desenho a pagina 256.

No cemitério do lado oposto da igreja, existia uma cruz monólita, com quatro braços, a chamada cruz arquiépiscopal ou cardinalícia. Também damo-lo à estampa, inclusive a parte que foi partida, quando tentaram apear-la e transportá-la para Cruz Alta.

O frontispício da igreja, aliás singelo, estava a prumo, bem como as paredes. Estas, sendo de pedras, devem ter sido ligadas com argamassas de cal e areia, porque só assim resistiriam, como as da igreja de São Miguel, descobertas há quase um século.

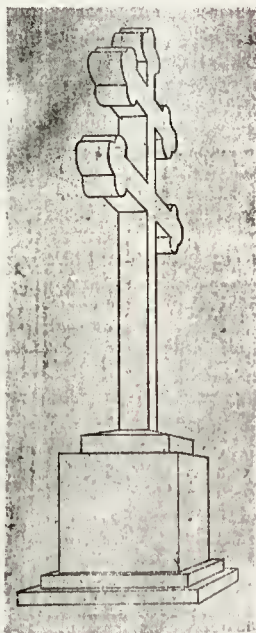
Todas as naves da igreja estavam cheias de um mato espesso e mais desenvolvido, pois haviam arrancado todo o trilho, que era de mosaico. Deixaram, entretanto, um pequeno monte dos tijolos, que eram oitavados e perfeitamente coloridos.

Nos portais da parede do lado da epístola, conservava a verga de cada uma das portas uma coroa ducal sobre uma esferoide, e esta, circundando às iniciais J P H, para nós, indecifráveis.

Quando fizemos a primeira visita, havíamos lido uma carta do bispo Dom Feliciano Prates ao padre José de Noronha Nãpoles, vigário então de Cruz Alta. O prelado descrevia o estado dessa redução, quando aí chegaram, de regresso, as forças levadas pelo governador Conde da Figueira, para bater as do caudilhão invasor André Artigas.

Esse bispo, que então era presbítero ordenado de poucos anos, acompanhara, como capelão militar, o exército e alojara-se com dois outros padres numa das celas do colégio. Ainda aí existia um cura espanhol, que obsequiou-os com um jantar bem preparado.

Sentimos não ter hoje a carta, que descrevia alguns episódios, a mesa onde esses sacerdotes, apesar da sua natural gravidade, tornaram-se expansivos e mantiveram uma palestra interessante.



Cruz monólita do cemitério.

Os fatos passaram-se em 1819, mas o velho bispo os descreveu em 1855, como se houvessem sucedidos alguns dias antes, tão fiéis são, nos homens velhos, as recordações da mocidade.

A igreja de São Lourenço foi depois disso incendiada e, das casas da povoação, nada restava em 1855, por terem sido demolidas e transportados os materiais pelos indivíduos, que se aproveitaram dos campos desertos, aproveitando esses materiais para construção das suas viviendas.

Dentro do mato, que tem crescido, ainda podem ser tiradas as colunas, capitais e baixos-relevos.

Fora isso, nada mais resta e é o caso de dizer com Quinto Curcio: - Ordinariamente o tempo, em seu perpassar, destrói minando-as, surdamente, as obras do homem e até mesmo as da natureza. "Ou melhor repetir com Vitor Hugo: - "Alguns desses simulacros, caídos dos seus pedestais, jaziam confusamente sobre as pedras em volta com os entulhos deformados cobertos de erva e musgo, por entre os quais rastejam os lagartos, as aranhas e todos os mais insetos, que nascem no seio da terra e das ruínas."

Por mais profundo que houvesse sido o ódio a que foram votados os autores de tão belos monumentos, estes deveriam ter sido poupados, pois eram úteis e porque seriam, ainda, hoje, outros tantos subsídios seguros para a história.

Mas se alguém houve bem culpado dessa destruição nunca o foi tanto como os governos das nações conquistadoras, que não souberam tirar todo o proveito da aquisição desta e das outras povoações tão custosamente edificadas, tão suavemente adquiridas e tão facilmente destruídas.

Na primeira visita, que fizemos em 1855, encontramos um velho ultra-octogenário por nome José Luís Matoso.

Tinha ele a robustez própria dos homens dessa circunscrição. Contou-nos que aí vivia desde o tempo dos espanhóis a achar a tradição de ter sido celebrada nessa redução, com toda a pompa, a festa centenária da fundação da ordem. Isso soubera de alguns índios velhos. Ele falava perfeitamente o Guarani.

Contou igualmente o modo por que se realizara o incêndio da igreja de São Lourenço, tendo ele ajudado a salvar as imagens e o sacrário que vimos. Tudo quanto era obra de madeira: altares, retábulos, castiçais das banquetas, veladores, etc., foi devorado por esse pavoroso incêndio. Nem se tentou dominá-lo, porque a água era muito distanciada da redução. O teto do grande templo veio abaixo e o espaço entre suas paredes ficou exposto, desde mais de trinta anos, já então decorridos, à ação destruidora do tempo. Na opinião dessa testemunha, o incêndio fora proposital se bem que tivesse, aparentemente, uma causa igual ao de São João: uma vela acesa tombada sobre a toalha de um altar. Ainda nos disse esse velho: que haveria três ou quatro anos, fora encontrado nesse recinto um tigre saboreando a carne de uma raposa; mas ao avistar dois índios e acudado pelos cães, que os acompanhavam, deixara seus despojos e sumira-se ao mato dentro. Isso nada tinha de extraordinário, porque o bosque, que se formara sobre o povo de São Lourenço, ficava próximo a outros maiores, que, com pequenas intermitências, iam unir-se à cordilheira do Ijuí Grande, onde tais feras abundavam e de onde, às vezes, vinham procurar alimento fácil entre o gado manso dos campos.

Esse velho, que sabia ler e escrever, era proprietário de um campo, onde tinha o seu estabelecimento de criação de gado. Possuía, disse-nos, alguns livros da biblioteca desse povo e tinha-os em sua residência, distante uma légua. Em nossa última visita, fazia muitos anos, já era falecido.

Lembramo-nos dele e de suas longas histórias, quando saímos do meio dessas ruínas e fomos pedir pousada, numa casa à beira da estrada: foi nos concedida. Na manhã seguinte, mostraram-nos uma grande pia batismal de pedra, recomendável pelos la vores. Esses moradores tendo-a obtido, já profanada, converte ram-na em vasilha para dar milho e sal aos muares, empregados no seu trabalho.

E essa pobre gente (colonos italianos) pensava restabele cer a povoação, de que já nem vestígios restavam, aproveitando uma das portas laterais da igreja para ser a da entrada, de uma capela dedicada ao padroeiro. Para isso, haviam já arrecadado a colossal imagem de São Lourenço, com a enorme grelha em que, re za o martirologio, fora assado; mas essa imagem também ficara chamuscada, quando salvaram-na a custo do incêndio da igreja.

Ao tempo de nossa primeira visita, além do indicado Mato so, da viúva de Luís Antônio de Azevedo, por vezes citado capitão Francisco Marques Pereira, habitavam essa circunscrição do Rincão dos Povos: Jose Marques de Menezes, Urbano Marques de Menezes, Ricardo Padilha, José Fabiano de Campos, Jesuíno da Silva Nunes Portugues²) e alguns outros, bem poucos.

Nos subúrbios da redução, havia mais três famílias de índios em completa miséria.

Por todas as campinas circunvizinhas, pela estrada, que as cortava, e bem longe, reinava uma solidão profunda, e esta imprimia ao viandante um sentimento da mais completa melancolia e uma saudade nostálgica do seu lar.

Mas também, para quem, pela história sabe e pelo testemunho mudo das ruínas vê o que foi esta redução, pode aplicar-lhe as palavras do sempre bem lembrado e tão mal retribuído escritor brasileiro monsenhor Pinto de Campos

"Mas de onde tanta desolação, ó desventurada cidade!
Por que não voltam as tuas antigas solenidades?

Por que não revestes o teu prisco esplendor?

Aí, a razão é tremenda.

O Senhor me entregou em mão, de sob a qual não poderia levantar-me."

E assim tem sucedido a esta, como às duas precedentes reduções e a que ocupará o capítulo subseqüente.

Depois que poucos dias antes da impressão deste capítulo, lemos o opúsculo *Vida e Obras do Venerável Padre Roque Gonzalez*, de Santa Cruz, editado na cidade de Rio Grande pelo reverendo Carlos Tetschauer, S. J., ficamos sabendo que fora entre a redução de São Lourenço e a de São Miguel, o teatro, onde teve lugar o martírio do mencionado padre Roque e seus dois companheiros, Alonzo Rodrigues e João de Castilhos.

O Cônego João Pedro Gay³⁾ e outros escritores, pretendem que o teatro desse atentado canibal fosse próximo à redução de São Nicolau, onde fora iniciada uma redução mais antiga denominada Todos os Santos, por ser o dia 19 de novembro de 1628, o da celebração da primeira missa e conseqüente consagração da respectiva igreja.

Quinze dias depois teve lugar o martírio.

No mapa (se bem que reduzido), impresso em Viena da Áustria em 1774 por João Cristóvão Winckler, vê-se assinalada com uma cruz o local denominado Caaro, em ponto equidistante de São Lourenço e São Miguel, mais próximo, porém, à cordilheira que borda o Ijuí Grande.

Desse chamado Caaro nascia um arroio, que tinha o nome de Caro-cuê, mas que hoje tem o de Uruquã (caramujo ou caracol de água doce), mas o povo geralmente o pronuncia Urucoã. Esse arroio pode considerar-se uma contravertente de Santa Bárbara, confluindo do este, no Piratini, e aquele, atravessando a cordilheira, lançando-se pela margem esquerda, no Ijuí Grande. Nem do povo de Caaro, nem da redução provisória, mas destruída, de Todos os Santos, resta o menor vestígio; entretanto o fato do martírio dado aos padres Roque Gonzales, Alonzo Rodrigues e João Castilho, pelos índios revoltados e insuflados pelo cacique Nezu ou Neçum, é verdadeiro, embora divirjam as narrativas.

Conforme o Cônego Gay, o citado martírio do padre Roque perde todo o merecimento, desde que esse padre teve a facilidade (aliás, incompatível com as regras de conduta dos jesuítas) de divulgar o segredo, que lhe confiou Nezu, de não ser feiticeiro. Abalados seus créditos por essa divulgação, procurou o índio vingar-se.

Segundo Southey, o móvel do crime desse selvagem hipócrita teve outros e mais fúteis motivos, nascidos da sua perversidade e habitual incontinência.

Acreditávamos uma tradição vaga de ter sido o martírio ocorrido nas proximidades das atuais ruínas de São Nicolau, mas o já citado opúsculo do Padre Tetschauer, os documentos, que o instruem, inclinam-nos a crer, ser outro o local da redução de Todos os Santos ou o Caaro.

Não existe, quem sabe se há mais de dois séculos, a cruz com a inscrição em latim comemorativa do triplice martírio; entre tanto, em 1857 ainda existia uma outra cruz, nos campos do Serrão Pellado, além do Ijuí Grande, que vem assinalada no mapa de Winckler; pois dela deu notícia o então Capitão Tristão Nobrega, chefe da comissão, que de ordem do governo, foi descobrir o jamais encontrado Campo das Vacas Brancas.

Não conhecíamos do padre Roque Gonzales senão o seu martírio e só este bastaria para sua canonização.

Mas a leitura do já citado opúsculo do padre Tetschauer, fez-nos compreender que Roque Gonzalez foi um verdadeiro e abnegado apóstolo. Talvez nem um outro missionário o excedesse em dedicação, sendo ao mesmo tempo modesto.

Nesse trabalho paciente, vem a correspondência trocada entre o padre Roque e os governadores do Paraguai e de Buenos Aires e com os seus superiores eclesiásticos, documentos esses e existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na de Buenos Aires e até em Roma, uns, em espanhol, outros, em latim, incluindo nestes o hino composto em louvor desse mártir.

Da leitura de todo esse opúsculo e dos ultra-seculares documentos que os instruem, vê-se que o padre Roque Gonzales foi um varão de inextinguível atividade ao ponto de parecer secundado por uma força sobrenatural, ou, como ele próprio o diz, auxiliado pela graça daquele para glória de quem se comprazia em trabalhar.

Em longa carta, que escreveu da redução de Santo Inácio (Paraná) ao provincial Diogo Torres, em 1613, na enumeração de longos serviços, narra: - que essa redução conta 1.300 almas, sendo, apenas 300 homens, um maior número de adolescentes de ambos os sexos, crianças e mulheres. Entretanto, além das práticas religiosas e de doutrina, além da lavoura das terras férteis, criação de gado, esperava o Rdo. Provincial para instalar uma escola onde ensinasse a ler, escrever e contar.

Basta-nos esse testemunho confirmando o que escrevemos no Cap. 55 pág. 25 sobre o ensino primário, que alguns negam ter havido em todas as reduções. Na enumeração dos trabalhos, em poucos anos, do infatigável Roque Gonzales contam-se: o seu catecismo da doutrina cristã (em Guaraní) discutido a aprovado, a nova fundação da redução de Santo Inácio Guaçu (cuja planta foi o modelo de todas as outras, tais quais dissemos (nos capítulos II e XIII) as fundações de Itapua, Conceição e Todos os Santos (onde recebeu a palma do mártir) e outras quatro antes dessa última. O martírio teve lugar, como já dissemos, no dia 15 de novembro de 1628, quando o padre Roque, depois de ter celebrado a missa, fazia suspender um sino da igreja para o respectivo campanário. (estampa alegórica à pag. 9). Nessa ocasião, curvando-se um pouco o padre para por o badalo, o índio Marangoá, um dos conjurados presentes, prostrou-o quase morto, com um golpe de macana e, com este tosco instrumento partiu-lhe o crânio. Logo rompeu grande alarido entre os índios presentes, conjurados e não conjurados, o que fez comparecer o padre Alonzo Rodriguez, que teve igual sorte. Pouco depois procuraram o padre João de Castilho e o mataram. Toda a aldeia, inclusive a igreja, foi reduzida a cinzas, queimados também os corpos dos mártires e arrancado o coração do padre Rodriguez, que atestaram alguns circunstantes e os próprios algozes, ter falado depois de morto⁴).

Os semiqueimados corpos, foram conduzidos a Assunção, diz Southey, afirmando outros que foram sepultados na igreja, hoje destruída do povo de Conceição algumas léguas distante da margem esquerda do Uruguai. O Cônego Pedro Gonzales, irmão do padre Roque, conseguiu, em vez das exéquias, ser cantado (sendo ele o celebrante) um Te Deum em ação de graças por aquele mártir²).

Não podíamos deixar de fazer menção desse tríplice martírio, ocorrido em terras das Missões Ocidentais, embora certeza absoluta não haja do local preciso, onde ocorreu essa emocionante tragédia.

NOTAS

1) A imagem da padroeira dessa extinta capela andou por diversas casas e ultimamente estava na de um agregado do barão de Jacui, destinada para uma capela a construir-se sob a invocação de Santa Barbara, no passo do Ijuizinho, na estrada entre Santa Tecla e o Cadeado.

2) Seu embargo do apelido Português, nasceu em São Paulo e faleceu centenário em 1907.

3) História da Republica Jesuítica, pag. 161 e nota 26. Essa nota contradiz texto, pois dá o martirio como ocorrido a 17 de Agosto, numa capela de N.S. da Assunção, perto de Ijuí. Ora deste rio a S. Nicolau ha uma distância (que não pode chamar-se perto) de dez léguas

4) O coração do padre Roque Gonzalés foi colocado num relicario de prata e enciado a Roma, onde se trata de sua canonização.

5) Conhecemos em Assunção parentes desse martir, um dos quais era senador e chegou a ser presidente interino da republica do Paraguai.

Capítulo XVI

SÃO LUÍS GONZAGA

Le style général des monuments d'une contrée y est un image des différents phases de la civilisation; ainsi on les voit s'élever, s'épurer, se dégrader suivant, que la civilisation s'avance se perfectionne ou decline.

Lenoir

Com uma bela e fresca manhã de outono, partimos das imediações das ruínas de São Lourenço para a de São Luís Gonzaga. São passados cinquenta anos e recordamo-nos, como se houvera sucedido ontem).

Foi essa nossa primeira visita a essa redução.

Era uma quinta-feira maior. Os companheiros preveniram-nos, que do meio-dia por diante, deveríamos suspender a jornada. Não o fizêssemos, tínhamos a má vontade dos moradores de todas as casas, onde, de perto ou de longe, vissem-nos passar em marcha troteada e viajeira.

O respeito devido a esse e ao seguinte dia era geral, também geral era a abstinência da comida de carne, mesmo para os que não jejuam.

Não é só nessa região, que reinava esse recolhimento no aniversário comemorativo da Paixão do Redentor.

Em toda a campanha rio-grandense, na das repúblicas vizinhas (como mais tarde notamos) quase ninguém viaja, ninguém toca instrumentos, não canta, não joga desde a indicada hora até às dez da manhã do sábado santo.

Então, com salvas de trabuco, rompe a Aleluia.

Aproveitando o frescor matutino tomamos por essa estrada feita, há mais de dois séculos pelos jesuítas, e pela qual podem

correr cavaleiros e veículos e foi, não há muitos anos, concluída uma viagem em bicicleta, encetada de longínqua distância.

Um pouco tortuosa e não em linha reta segue por mais de trinta quilômetros pelo dorso de uma coxilha. Dos declives à direita e à esquerda mana uma multidão de vertentes levando suas cristalinas águas, ao rumo de Leste para o rio Piratini e ao de Oeste para o Ijuí Grande.

À medida que se afastam, as vertentes são margeadas por belíssimas restingas de mato sempre verde e este une-se às grandes florestas, que bordam os dois rios.

É esse o território vulgarmente chamado o Rincão dos Povos, porque nesse perímetro existem as ruínas das três reduções de São Lourenço, São Luís Gonzaga (hoje cidade) e São Nicolau, ainda chamadas povos.

Tem o rincão a forma de um trapézio extremado pelo rio Uruguai e seus grandes afluentes Ijuí e Piratini. Entre a margem direita deste e a esquerda daquele é o trapézio quase fechado pelos arroios Santa Bárbara e Urucua.

Outrora, esse rincão era deserto. Perto da estrada geral, por onde caminhávamos, era muito raro enxergar uma habitação. Os lavradores e criadores, então poucos, tinham suas vivendas afastadas da estrada.

Era mesmo perigoso a um homem só e desarmado caminhar por aquelas paragens ermas, onde vagueavam malfeitores, que facilmente podiam refugiar-se no território de Corrientes²).

A esse tempo (1855) o extenso Rincão dos Povos não conta va um milhar de habitantes, e esses mesmos tinham suas vivendas desagregadas uma das outras. Essa população diminuta e em geral paupérrima era causa do deplorável atraso de um território, que poderia conter, sem exageração, o centuplo da gente, que então o habitava.

E notávamos isso e confrangia-se-nos o espírito, considerando que aí haviam florescido três cidades, embora pequenas, esmeradamente construídas, contando uma população de treze mil a mais, com seus edifícios cuidadosamente conservados e quase todos brutalmente destruídos. Conversando a respeito com dois companheiros de viagem avistamos numa coxilha mais alta as ruínas da redução de São Luís.

O mato em derredor e o soberbo laranjal no interior nos escondiam as casas, ainda habitadas, mas sobre o maciço desse arvoredor sobressaía a cúpula e todo o teto do grande templo.

Era belo ver, embora na distância de oito ou mais quilômetros, um sinal de povoação circundada por extensa campina tão talmente erma.

Às onze horas do dia, lá chegamos, apeando-nos à porta de um amigo que viera com sua família de São Borja, disposto a passar aí o resto de seus dilatados anos.

É excusado narrar, como fomos recebidos, porque os rio-grandenses são os mesmos em todo o seu hospitaleiro Estado.

Depois da refeição meridiana e de um regular descanso, passamos a visitar as ruínas.

Nesse tempo a igreja de São Luís Gonzaga estava em parte descoberta com o peso dos grandes cardos (tunas) que cresc^{em} do sobre o telhado, haviam-no abatido.

Com pouco trabalho, com pouco dispêndio, essa igreja teria sido inteiramente salva do desmoronamento, que passados dois anos se realizou.

Tinha no interior uma largura viva de trinta metros sobre cinquenta ou mais da porta principal até o fundo da capela-mor. Existia nesta o respectivo altar, nicho, colunas e mais o bras de talha dourada, com tal perfeição, que ainda resistia aos insultos da humanidade, que as chuvas torrenciais derramavam no pavimento das naves. Ninguém diria que a cor de ouro do altar teria uma duração ultra-secular.

O teto desse profanado santuário era em forma de zimbório, tal como por exemplo, o da capela-mor da igreja de São Pedro na capital Federal.

Existiam mais quatro altares laterais com imagens colorais de madeira, mas aí as chuvas caídas pelas aberturas do teto já tinham feito um dano regular.

Vimos, observamos, admiramos e lastimamos a perda, que seria inevitável, desse importante monumento.

Abrimos aqui um espaço para mencionar uma circunstância.

Há dias, facultaram-nos um livro, nitidamente impresso e ricamente encadernado, contendo uma tradução em espanhol da vida de São Luís Gonzaga, escrita pelo Padre Virgílio Cepari, da Companhia de Jesus.

Nessa obra ilustrada com mais de cem gravuras, entre as quais os retratos dos ilustres varões parentes do jovem fidalgo que abandonou a opulência e uma bela carreira no mundo para professar na Companhia de Jesus, encontramos uma estampa da igreja construída em Castiglioni, poucos anos depois da sua canonização.

Notamos, apesar da suntuosidade de uma e da singeleza da outra, serem exteriormente iguais a igreja em Castiglioni e a da redução de São Luís Gonzaga, com a diferença de ter aquela uma torre ao lado do muito mais elevado zimbório da capela-mor.

Hoje, do grande templo da redução, só resta o local ocupado (não todo porque era muito espaçoso, mas uma parte) com uma nova e singela capelinha.

Vinte anos depois (em 1875) vimos ainda existir as paredes exteriores. O pavimento estava coberto de grama, onde pastavam vacas e cavalos.

Existia frontespício da igreja, tal como o leitor verá da estampa a página 77. É a reprodução da vista fotográfica tirada, alguns anos antes, pelo amador Brustoloni. Nessa estampa vê-se ainda parte da armação da capela-mor, muito pendida para o desabamento, que logo se deu, caindo também o campanário.

Nas paredes podemos ler, do lado da Epístola:

Na primeira pilastra: - San Pablo Ermitano. Ora por Nosotros:

Na segunda pilastra: - San Antonio de Padova....

Na terceira: Santas Onze mil virgens. O.P.N.

Na quarta e na quinta, as inscrições estavam ilegíveis.

Na sexta: - San Rafael.O.P.N.

Na sétima estava destruída a inscrição.

Na oitava: - San Miguel Arcanjel. O.P.N.

A nona e décima pilastras estavam destruídas com a parede intermediária.

Do lado do Evangelho sô existiam:

A quinta pilastra com as letras S.E.K.O.P.N.

A oitava com a inscrição: - Sancte Gabriel. Ora Pro Nobis.

A nona: - San Leandro. Ora por Nosotros.

A décima: - San Silvestre. Ora por Nosotros.

Grande parte da parede desse lado estava demolida e por isso não existiam seis pilastras nem mais inscrições.

Na parede do fundo da Capela-Mor existia uma pilastra com esta inscrição: Beate Aloysii Ora Pro Nobis - Anno Domini 1718. Era esta a data da conclusão do templo conforme a tradição e notas de um livro manuscrito, que desapareceu com todos os da biblioteca dessa redução.

Voltemos, porém, à época de nossa primeira visita.

Passando da igreja ao colégio dos padres tudo aí estava perfeitamente conservado, desde as colunas de pedra de grês com capitêis dóricos, quer no interior e exterior da área, quer sob o alpendre para o lado do pomar.

Essa colonata assentava sobre um pavimento de lajes, niveladas com toda a perfeição.

Todas as celas e salas do colégio eram ladrilhadas de tijolo fino, sendo o teto de lona pintado a óleo e, como vimos em 1855, ainda tornamos a vê-lo trinta e um ano mais tarde, em nossa última viagem.

Na parede da frente do colégio, branqueada talvez antes da expulsão dos jesuítas, existe com tinta preta esta inscrição: - Viva o Imperador - 1882.

Afirmaram-nos alguns dos poucos velhos residentes em São Luís, que tal inscrição datava da festa havida no Natal da quele ano, em regozijo pela notícia sabida, poucos dias antes, da Proclamação da Independência e do Império.



*Coluna de madeira no interior da Igreja
de São Luiz — 1855.*

Dava-se, porém, em nossa última viagem o seguinte: -uma das salas servia de capela, tendo em um dos altares menores do templo a imagem do padroeiro, duas celas eram a aposentadoria do pároco (que raras vezes havia-o) duas outras eram prisões de homens e mulheres, duas eram o quartel do destacamento policial, outra das salas era destinada aos trabalhos da câmara Municipal e Juri.

Tudo isso no lance do fundo do colégio, além do qual, em terreno contíguo ao pomar, existia a cozinha, que, apesar de bem conservada, ninguém a utilizava.

Nessa última visita vimos demolidos o muro e o portão da frente do colégio, bem como todo o lance do lado direito, os

alpendres da frente e os dos lados direito e esquerdo, contíguos à igreja.

Haviam (e já muitos anos) demolido todos os alpendres das casas antigas da redução, com sua colunata oitavada e capitéis iguais aos do colégio. Muitas dessas casas haviam sido abastidas e construídas outras de feição moderna. Outras ainda conservam a primitiva e por demais sólida arquitetura.

No lado oposto ao do colégio, à direita da igreja, existia ainda, em nossa última viagem, o cemitério do tempo dos jesuítas. Em 1896, foi transferido para uma coxilha distanciada mais de dois quilômetros dos limites urbanos. Mas no lugar do antigo e de onde foi exumada toda a ossamenta, construiu-se o palacete da municipalidade, edifício pelo qual muito se esforçou o intendente, de quem adiante trataremos.

Na primeira, como nas duas viagens posteriores, notamos na distância de um quilômetro, mais ou menos, do lado leste da povoação, uma coxilha coberta por um capão de mato, salientando-se três árvores de jerivá destacadas, mas em linha reta e equidistantes. Diziam ser o sinal deixado pelos jesuítas do enterro de um grande tesouro, mas, pelas escavações feitas posteriormente, verificou-se nada existir no subsolo.

Tem sido esse o assunto de algumas lendas, entre as quais, a de terem aparecido em 1851 em São Luís quatro jesuítas, que passaram por todas as ruínas das reduções e na última desenterraram e conduziram o acreditado tesouro³). Outra lenda é a do final do Professor João Carlos Moré, encaixada no seu Paulo Lopes, romance escrito na sua juventude e impresso depois da sua morte.

Nada disso acreditamos, principalmente sobre a ida e volta em paz dos padres, porque nenhum poderia entrar e percorrer o território de um bispoado sem apresentar-se ao diocesano com sua carta de ordens e licença do seu superior hierárquico para viajar no estrangeiro. A disciplina eclesiástica impõe tais obrigações, e naquele tempo a sua inobservância provocaria o auxílio do braço secular para a prisão do sacerdote delinquente.

É certo que mais de um indivíduo, sacerdote ou não, tem aparecido em rápida excursão pela campanha do Rio Grande do Sul e das repúblicas vizinhas, fazendo casamentos, batizados e recolhendo os proventos, mas um, vimos, não escapou de ser preso, embora depois o largassem.

Deixando para o fim deste capítulo a solenidade da quinta-feira maior de 1855, entraremos na parte histórica dessa redução desde a conquista de 1801 até nossos dias.

Já dissemos⁴) que fora esta a segunda capital das Missões Orientais, prerrogativas de que despojou-a o Comandante General Chagas Santos, aliás fazendeiro nesta circunscrição, quando transferiu o seu quartel general para São Borja.

O governo tentou restituir a São Luís essa categoria, quando, por Alvará de 13 de outubro de 1817, criou a vila de

São Luís da Leal Bragança como sede do município ou termo que compreenderia todo o território conquistado até os limites com as possessões espanholas.

Nesse tempo ninguém falava em Alegrete, nem em Cruz Alta, Passo Fundo, nem em São Francisco de Assis. Não se cogitava da possível existência das importantes cidades de Uruguaiana, Livramento, Bagé e Quaraí.

Eram pois, São Luís ou São Borja as reduções mais aproveitáveis. Nas outras rareava a população indígena, única que nelas existia, mas que abandonava-as, para evitar os maus tratos dos administradores leigos.

Um homem houve, que adquiriu perto de São Luís, três léguas de campo e, sendo nomeado administrador dessa redução, exerceu o cargo por muitos anos e pôde persuadir seus jurisdicionados a trabalhar para si e para a comunidade, zelar e cuidar seus edifícios. Tal foi o cidadão Fidêncio José de Souza.

Informou-nos nosso hóspede, que privara com ele, ser muito pouco amigo da população branca (aliás sendo ele branco) por que dizia: "os brancos só tratam da destruição dos povos e são outros tantos verdugos dos índios".

Até certo ponto tinha o Fidêncio razão.

Mas esse seu exclusivismo foi em detrimento do Rincão dos Povos, onde, por longos anos, não houve pessoal apropriado para os poucos vereadores, juizes ordinários e almotacês, reclamados para as municipalidades dos tempos precedentes à emancipação política e governo constitucional do Brasil.

Na redução de São Luís Gonzaga jamais foi instalada a vila até que, sobrevindo a invasão de Fruto Rivera em 1826, arrebanhada sua população e gados das estâncias, saqueado o templo, como já dissemos (Cap.VII) marchou São Luís por um completo definhamento material e social.

Voltaram algumas famílias de índios, mas uma ou outra o cupou as casas do povo, preferindo os ranchos nos subúrbios cobertos de palha, ficando as demais casas da povoação à disposição de muito poucas famílias brancas.

Esse núcleo estava prestes a desaparecer, quando em consequência da guerra civil, que explodiu em 1835, vieram algumas famílias de São Borja, entre as quais a do juiz de direito da comarca Agostinho de Souza Loureiro, o advogado Venâncio José Pereira⁵⁾ o primeiro adquiriu mais de duas sesmarias de campos e o segundo uma. Além desses, passaram a ocupar campos de menores dimensões: Pedro José Moreira entre Ximbocu e Piratini; Bento Antungos de Freitas, José Rodrigues de Miranda, Antônio Silveira D'Avila, Antônio José de Carvalho; na margem direita do Piratini, Silvano Ribeiro da Costa; à margem do arroio Itapibu, Antônio José Vaz, Joaquim Mendes Ipanema, Querino Antonio de Mello e Francisco Alves do Amaral; à margem direita do Ximbocu, João Francisco Provença, João da Silva Ilha, Tenente Pedro Jairy, Frei Felisberto dos Anjos (cura de São Luís); à margem do Piraju, José Amaro do Prado, idem, Miguel Jaguaré e Francisco Alves de Camargo Moraes, este nas ruínas da capela de São Francisco de Assis, que existiu neste território.

Os progressos da guerra civil, o desaparecimento, quase total das poucas casas de negócio a varejo, obrigaram a maior parte da população branca a abandonar suas estâncias e chácaras.

Depois da pacificação, nem por isso aumentou muito o território chamado Rincão dos Povos. Além de alguns dos mencionados posseiros, quase ninguém mais procurou estabelecer-se nessa circunscrição.

O município de Cruz Alta, o mais vasto da Região Missioneira, tinha em seu seio homens influentes, que não se descuravam de solicitar e conseguir medidas tendentes a alargar sua grande circunscrição. Conhecia-se ali, que aproximava-se a época da criação do novo município de Passo Fundo e este tiraria ao de Cruz Alta, um terço ou mais da sua extensão. Procuraram suprir o próximo desfalque à custa do município de São Borja; e então, por lei provincial de 3 de novembro de 1854, foi incorporado o Rincão dos Povos ao município de Cruz Alta. A Câmara desse município, mais solicita pelo bem-estar dos seus jurisdicionados, do que a de São Borja, conseguiu, na divisão territorial do seu município, criar, o distrito de paz e subdelegacia de São Luís Gonzaga compreendendo todo aquele Rincão, que nunca passara de um quarteirão do terceiro distrito de São Borja. O juiz eleito e o subdelegado nomeado acharam-se em dificuldades para conseguir um escrivão, que reunisse prática, inteligência e honestidade precisas para criar o pequeno fôro distrital.

Convidaram o cidadão João Lopes Lencina, que anuindo mudou-se de São Borja, e veio domiciliar-se na redução de São Luís Gonzaga, onde entrou no exercício da escrivania de paz e da subdelegacia de polícia, acumulando, como era então de lei, o notariado do distrito.

Falando sinceramente, esse escrivão foi, por algum tempo, o oráculo daquela população, na sua quase totalidade analfabeta, mas foi bastante honrado para não tirar partido dessa posição necessária. Sua virtuosa esposa auxiliou-o abrindo uma escola, a primeira e única por muitos anos, para o ensino das primeiras letras às crianças de ambos os sexos.

O território de São Luís Gonzaga foi restituído ao município de São Borja, em virtude da lei provincial de 27 de novembro de 1857, mas conservando a sua qualidade de distrito de paz, subdelegacia e paróquia, a que foi elevado por lei de 8 de janeiro de 1859.

Por provisão do vigário capitular da diocese de 13 de dezembro de 1859 foi nomeado vigário encomendado o padre João Cancio Veríssimo dos Anjos.

Também já era tempo. O tão abandonado Rincão dos Povos, começara a adquirir outros homens com o prestígio e capacidade precisos para dar-lhe todo o necessário impulso.

A Lencina, pobre e que ainda assim muito fez, seguiu-se o Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, político notável e também influente em toda a região serrana.

Comprando nove lēguas quadradas de campos (os que foram do Dr. Loureiro e os do administrador Fidêncio) pela diminuta quantia de quatro contos de rēis, quando se duvidava que viesse ocupar essas terras desertas, ele, mais animoso que seus antecessores, mudou-se de Cruz Alta com família e escravos, trouxe gados de todas as espécies e foi, por alguns anos, residir em sua estância. Fazendo isso, não abandonou o labores da política.

Pouco depois, o General José Gomes Portinho, domiciliado e chefe político em Cachoeira, adquiriu uma sesmaria de campo e fundava uma estância. Igual procedimento teve o Coronel Sezefredo Coelho de Mesquita, fazendeiro em São Gabriel. Por esse tempo, o Major João José de Mello, estava estabelecido nos subúrbios de São Luís e o Capitão Antônio Ignácio Teixeira à margem esquerda do Piraju, o Tenente Coronel Fructuoso Borges da Fontoura, à margem esquerda do Ijuí Grande e vários outros, que imprimiram uma nova vida ao abandonado e quase esquecido distrito⁶).

Poucos anos depois, Querino Silveira Marques e alguns parentes seus, procedentes de Conceição do Arroio, para aí emigrarem e nas pequenas propriedades, que adquiriram, aplicaram-se à plantação da cana de açúcar, fabricação de rapaduras e destilação de aguardente, que chegaram a exportar em larga escala.

Com esta circunscrição deveriam desenvolver-se as não menos desertas de São Lourenço e São Nicolau, assim é que, vinte e um anos após o restabelecimento da freguesia, uma lei provincial de 3 de junho de 1880 a elevou à categoria de vila, a crescentando ao território municipal o entre as margens direita do Comandã e a esquerda do Ijuí, onde pensaram existir o nunca encontrado e imaginário Campo das Vacas Brancas⁷) e ainda o distrito de Caroví e parte do de Cambacoã, limitado ao sul pelo arroio Manoá e a contravertente e alveo do Santo Antônio, territórios esses desmembrados de São Borja.

Com a nova organização judiciária do Estado foi, por decreto do governo, elevado o termo de São Luís Gonzaga à categoria de Comarca, anexando-se-lhe o distanciado município de Santiago do Boqueirão.

Mais tarde o mesmo governo Estadual, no exercício do poder legislativo, expediu o decreto de 12 de maio de 1902 elevando a povoação, que já era cabeça de Comarca, à categoria de cidade.

Quem for hoje a São Luís Gonzaga pensará, com razão até certo ponto, que precisaria, para ser cidade, uma triplicação da população urbana, mas, que já viu Maxambomba, no Estado do Rio de Janeiro, São José em Santa Catarina e outras povoações inferiores elevadas à cidades, não achará demais uma categoria igual para a sede do município, que tanto se esforça pelo próprio engrandecimento.

Além de um bom palacete para a intendência e conselho municipal, do cemitério extramuros e a nova igreja já mencionados, foram construídas: uma ponte mista sobre o rio Piratini, uma no arroio Ximbocu-guaçu outra no Ximbocu-mirim, duas sobre o Piraju e outra sobre o Urucuã.

Sobre a necessidade inadiável dessas pontes, ainda diremos alguma coisa no capítulo seguinte. Aqui basta consignar, como um dever de justiça, único que nos impele, ser a comarca de São Luís Gonzaga, embora em detrimento de outros municípios, vedora de tais melhoramentos aos esforços de seu Intendente, General Salvador Pinheiro Machado que, com o seu irmão, o Senador José Gomes Pinheiro Machado, conseguiram levar a efeito, tudo quanto afagou e não pôde realizar (porque cedo morreu) seu já mencionado pai, um dos restauradores desse abatido território.

Não passaremos adiante, sem fazer menção de duas tragédias, que tiveram lugar na praça desta hoje cidade, ensanguentando seu verde e bem nivelado tapete gramado.

Em Dezembro de 1861 travou-se aí um combate entre o Major João José de Mello, seu irmão Jacintho de Mello e três índios seus peões (de uma parte); o Tenente Coronel Fructuoso Borges da Fontoura, Major Miguel Cândido da Trindade, Tenente Cândido Rodrigues e dois mais (de outra parte).

Insultado Mello por Fructuoso, em meio da praça, jurou que ali mesmo viria vingar-se.

Com efeito, seriam duas horas da tarde, quando Fructuoso foi prevenido da aproximação dos irmãos Mello com gente armada.

Em vez de esconder-se ou retirar-se (para o que teve muito tempo), ao contrário armou-se e, com seus amigos, também armados, esperou-os no próprio lugar onde dera uma bofetada no Major Mello.

Travou-se combate caindo mortos Ignácio de Mello, Fructuoso, dois peões e o velho decrépito Manoel Fontoura, todos os demais retiraram-se bastante feridos. Houve processo, mas só Cândido Rodrigues foi condenado.

A outra cena ocorrida vinte anos depois, em 23 de dezembro de 1881, foi o linchamento de Luís Cavalheiro do Amaral, preso e processado como autor do assassinato e roubo de Agostinho Souto Maior.

Havendo indícios e mesmo prova circunstancial, era coisa assentada uma absolvição.

Os parentes da vítima não estiveram por isso e, em uma madrugada, em número de vinte cavaleiros bem armados, atacaram a prisão, levaram o criminoso até a praça e o degolaram. Retiraram-se, em seguida deixando a população alarmada e estupefata ante tamanha audácia.

Todas as indagações policiais foram inúteis, o linchamento ficou impune.

Hoje, tais fatos se não podem reproduzir. Há força policial bastante para a perseguição dos criminosos, conquanto não seja possível impedir que um ou outro assassinato se cometa, como, apesar do policiamento, sucede nas grandes cidades.

O município contém uma população de perto de vinte mil almas e a cidade mais de uma décima parte. É isso apenas um cálculo, de quem não pôde conseguir dados oficiais, nem fez maior empenho considerando, que nesse terreno missionário tudo vai em aumento e os dados estatísticos que oferecêssemos hoje, estariam alterados ao fim de dois ou três anos.

As aulas públicas em número de seis na cidade e distritos estão todas funcionando, já não cresce, como outrora, ao tempo de nossas primeiras viagens, uma mocidade analfabeta, em sua máxima parte.

A receita municipal foi no último ano financeiro de 42:566\$900 rs, e a Estadual 33:797\$143 rs. Com a extinção da Colônia Federal tornou-se quase nula a receita para os cofres da União, pois é menos de 2:000\$000 anualmente.

Concluimos esse capítulo com a descrição da solenidade religiosa, a que assistimos em nossa primeira viagem à redução de São Luís Gonzaga.

Tão pobre, tão rude como foi, provocou-nos recordações dos piedosos exercícios consagrados a esses dias de desusado movimento da população católica das grandes cidades.

Logo ao anoitecer, chegou, vinda dos subúrbios, uma procissão de índios, de ambos os sexos, com archotes, trazendo à frente um andor com a imagem de Cristo, atado à coluna, entoando o cântico, que em seguida transcrevemos:

O primeiro verso, ou título é em latim, os demais em guarani.

Deve ser uma repetição infiel do canto da Paixão composto, há muito mais de dois séculos, em língua guarani pelos padres da Companhia de Jesus, com entonação plana e sentimental.

Depondo o andor em meio da sala, que serve de capela, seguiram-se momentos de religioso silêncio. Um índio velho fez uma prática em guarani, que comoveu alguns dos ouvintes. Receberam esmolas dos espectadores e retiraram-se na mesma ordem da vinda.

No dia seguinte, repetiram a mesma cerimônia, mas, ao chegarem de volta ao rancho de onde tinham ido, fizeram flagelar um índio, que se oferecera para, desse modo expiar suas culpas e as dos seus irmãos de raça.

Em São Borja, tudo isso praticam os índios e com mais aparato, mas essa prática supersticiosa há de acabar, quando os

índios tiverem deixado a vida ociosa, que ainda levam nos subúrbios das antigas reduções.

Hoje, são já bem raros os que falam o guarani, o que não sucedia há quarenta e mais anos passados.

Em São Luís, por exemplo, se a esse tempo existiam trinta famílias de índios, hoje, ao inverso da população branca, (que demasiado tem crescido) talvez não se contem dez famílias daquela raça.

Entretanto, aí vai o que então lhes ouvimos, e do que só muitos anos depois obtivemos cópia.

Canto

Passio Domini Nostri Jesu Christi

Christo Nhandejara, comi borara acuera y quatiã pirera
Nãndemonangara⁸⁾
Christo Nhandejara (bis)

Conde, quarepoti, yocuã acuera
Nãndemonangara yocuã pirera
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tatãhendê, hecã hecã acuera,
Nãndemonangara, hecã hecã pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, êbatê ynembohi acuera,
Nãndemonangara, ynembohi acuera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, poreru, abapetô acuera,
Nãndemonangara, abapetô pirera,
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, quicê pocū, San Pedro nhambi porū acuera,
Nãndemonangara, nhambi porū acuera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, uruguassū, San Pedro mboyehi acuera,
Nãndemonangara, mboyebi acuera
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, noati ynacacutū acuera,
Nãndemonangara ynacacutū pirera
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tocumbō, ypocuã acuera,
Nãndemonangara ypocuã pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, coluna, ynapitê acuera,
Nãndemonangara ynapitê pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, azote, ynapuã acuera,
Nãndemonangara, ynapuã pirera.
Ah! Christo Nhandejara.

Conde, aomiri hobā hici acuera
 Nāndemonangara hobā hici pirera
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, curuzū, ymbobohy acuera
 Nāndemonangara ymbobohi pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, itapē ymbocuā pii acuera
 Nāndemonangara ymbocuā pii pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, calis Pilatos, yepohei acuera
 Nāndemonangara Pilatos ypoche pirera
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, martello, ypombatā acuera
 Nāndemonangara ypombatā pireta.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, aobey ymenegnay acuera,
 Nāndemonangara ypomatū pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, camisa, ymadē, acuera,
 Nāndemonangara ymadē pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tapiquā, ypocatū a cuera
 Nāndemonangara ypocatū pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, vinagre, ymboyu acuera
 Nāndemonangara ymboyū pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, cuimbucū, ichequerece acuera,
 Nāndemonangara, ichequerece pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, tenaza, hecuhecu acuera,
 Nāndemonangara, hecuhecu pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, yepicā herechii acuera,
 Nāndemonangara, herechii pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Conde, sepuchro, ynatui acuera
 Nāndemonangara, ynatui pirera.
 Ah! Christo Nhandejara.

Não confiando no pouco que aprendemos do guarani nem mesmo auxiliados com o dicionário de Montoya, entregamos esse canto ao Sr. Dr. Manoel Maria de Castilho, muito digno engenheiro e cônsul geral do Paraguai, de onde é natural.

Disse-nos ele, estar o texto cheio de omissões e erros de ortografia, como sucedia a quase todas as orações sacras dos séculos passados, ainda hoje recitadas no Paraguai, todavia

para ser-nos agradável (o que muito nos penhorou) dava-nos a se
guinte.

Tradução Livre

A Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo

Cristo, Senhor nosso,
Livrai-nos Senhor,
Dos nossos pecados,
Ai! Cristo, Senhor nosso (bis)

Eis aí as tochas
Com que Te buscaram
Os cruéis judeus
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a espada,
Com a qual São Pedro
Tentou defender-Te
Dos cruéis judeus.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as algemas
Com que Te prenderam
Por nossos pecados
Os cruéis soldados.
Ai! Cristo, Sennor nosso.

Eis aí a estrada
Por onde Te levaram
Os cruéis soldados
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a mão,
Com que Te esbofeteou
Um cruel soldado,
Quando estavas preso.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o galo,
Que anunciou a Pedro
Recordando quando
Te negou três vezes.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis a coluna,
Onde foste atado,
Por nossos pecados,
Onde fostes atado.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as cordas,
Com que amarraram
Tuas mãos divinas
Por nossos pecados.
Ai! Cristo Senhor nosso.

Eis aí o instrumento
Com que Te açoitaram
Por nossos pecados,
Com que Te açoitaram
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a pedra,
Em que Te assentaram
Os cruéis judeus
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o manto,
Com que Te cobriram
Para escarnecer-Te
Por nossos pecados
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a cana,
Que em Tuas mãos puseram,
Por nossos pecados,
Em Tuas mãos puseram.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí os espinhos
Com que Te coroaram
Por nossos pecados
Os cruéis soldados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o jarro,
Com o qual Pilatos
Suas mãos lavou
Para condenar-Te.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a toalha,
Com a qual limpavam
Teus suores frios
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a túnica,
Que Te arrancaram
Os cruéis soldados
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a cruz,
Onde Te pregaram,
Por nossos pecados
Te crucificaram.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o martelo,
Com que martelaram
Ferindo-Te os cravos
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí os cravos,
Com que Te pregaram
Os pés e as mãos
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o vinagre,
Que a beber Te deram
Estando na Cruz
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí a lança,
Com que Te feriu
Já morto na cruz
O cego soldado.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí as tenazes,
Com que Te arrancaram
Dos pés e das mãos
Os agudos cravos.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Eis aí o sepulcro
Onde foi encerrado
Teu sagrado corpo
Por nossos pecados.
Ai! Cristo, Senhor nosso.

Essa tradução, não difere quase de uma que lemos em São Borja, em 1864, quando aí, achou-se o bispo diocesano Dom Sebastião Dias Laranjeiras, acompanhado, entre outros padres, do reverendo Amadeu Guide, vigário católico da Ilha de Guernesei, no canal da Mancha.

Esse ilustrado sacerdote inglês, ouvindo cantar o Cristo Nhandedjara por uma centena de índios exclamou: - "é belíssimo este canto." Parece-nos, que nem ali, nem em outra parte será mais ouvido.

Depois de escritas as linhas precedentes e decorridos ainda quatro anos, têm os governos do Estado e o da União posto em prática algumas medidas tendentes a imprimir mais vida neste município e sobretudo em sua sede.

O do Estado tem alargado a colonização e ultimamente dirigido para ali dezenas de famílias estrangeiras, que foram pôvoar o solo.

O da União, com a nova organização do exército, colonou na cidade de São Luís três regimentos de diferentes armas e o comando de uma brigada.

"Mas esse acrêscimo de população, o dinheiro que esta ali despende(diz-nos um amigo) não poderá aumentar e desenvol

ver a sede do município, sobre a qual pesa maldição dos jesuítas. Aquilo (disse ele) São Borja e Santo Ângelo, serão sempre as ruínas dos povos espoliados a quem os edificou".



Ruínas do colégio de São Luiz.

Realmente, é notável a decadência, que se nota nas antigas reduções.

Por mais que se as faça crescer, mais sensível é, dizem-nos, o seu atraso. Há um grande e incurável esmorecimento social.

Há muita gente culta, pensando como aquele amigo. Não acompanharemos seu evidente pessimismo.

As reduções só podiam servir para os seus fundadores e para essa população indígena que, quais outros tantos soldados disciplinados, reuniam-se nas igrejas ao tanger dos sinos como estes nos quartéis ao clangoroso toque de reunir.

NOTAS

1) Este capítulo já foi publicado num jornal, mas passa para o livro com várias alterações e narração de fatos posteriormente chegados aos conhecimentos.

2) No tempo da guerra civil de 1835 fora ali perto assassinado o bravo coronel João Manoel de Lima e Silva, menos por haver desertado do exército e aderido à revolução, do que pela prata do seus arreios (uma arroba talvez) dinheiro avultado em ouro e o belo animal de montaria.

Cometera a imprudência de distanlar-se do seu piquete, quando, preso por um bandido, foi cobardemente morto com um tiro.

Fugia o assassino com os despojos da vítima, quando alcançou-o o piquete e sumariamente liquidou-o.

Como esse alguns anos depois de feita a paz, ainda apareciam salteadores, de tempos em tempos.

Na época dessa nossa primeira visita, achava-se a localidade livre dos bandidos.

3) Essa, si vera est notitia, deverá ter sido a de São Nicolau, por que em São Borja nunca apareceu essa comitiva de padres jesuítas, fazendo excursões pelas antigas Missões.

4) Parte primeira, capítulos VII e VIII.

5) Mais adiante veremos (capítulo XXIX) figurar na fundação da Uruguiana, como presidente da camara municipal.

6) As terras, que a esse tempo compravam-se a menos de um conto de réis a légua quadrada, hoje, divididas em prazos coloniais importam em mais de duzentos contos.

7) Custou esse sonhado campo bastante trabalho e dinheiro aos cofres públicos, verificando-se por fim sua não existência.

No território onde o supunham, acha-se um núcleo da importante colônia Guaraní, com mais de 100 léguas quadradas, povoadas e roteadas e tudo do pertencente ao município de São Luís Gonzaga.

8) Os primeiros versos são cantados a duo, o último em choro.

Capítulo XVII

SÃO NICOLAU

Ces ruines ne sont pas comparables par leur beauté ou leur conservation à celles que nous offrent d'autres pays; mais ces montagnes de décombres et de débris... méritent une attention spéciale.

Ramée

Quem houver de viajar de São Luís Gonzaga, com destino a São Borja, tem duas estradas de rodagem a escolher: a primeira atravessando o Ximbocu-Meri e o Ximbocu-Guaçu às vezes invadeáveis e perigosos, e o caudaloso Piratini, que recebe as águas de ambos, - a segunda estrada, descendo até São Nicolau, vai daí ao Piratini, formando um ângulo obtuso e, depois de encontrar na distância de 48 quilômetros aquela primeira estrada, vai ao passo do Cambacoã, doze quilômetros aquém de São Borja.

Foi-nos forçoso um dia alongar o caminho, optando pela segunda estrada.

Resolvêramos visitar (o que nunca fizêramos) as ruínas de São Nicolau, uma das grandes reduções missioneiras, tão celebrada na história, o teatro de grandes dramas sangrentos e da derrota e prisão do caudilho André Artigas (Capítulo VII).

De outras vezes que iniciamos viagens para nosso interesse pessoal, ou a princípio, no exercício de nossas funções judiciais, sempre o tempo, ou um contratempo, obrigava-nos a renunciar tal digressão.

Mas por fim, em 1886, nenhum obstáculo embaraçou-nos. Era tempo de verão, os dias longos, o sol nem por isso ardente, os arroios e os rios estavam reduzidos uns, vadeáveis outros.

Quão diferente e malogrado não foi um tentamen igual em agosto de 1860?

Vindos de Cruz Alta, precisávamos chegar a São Luís. De moramos três horas durante as quais desabou tremenda borrasca. Quando o tempo serenou e quisemos prosseguir, foi-nos dito: "Vocês não poderão ir tão cedo a São Nicolau, o Piraju deve estar mais que cheio: ou proponham-se a falhar alguns dias, ou vão direito a São Borja pelo Passo Real no Piratini".

Não podíamos falhar por tempo indefinido. Tomamos a estrada com direção a esse chamado Passo Real de São Luís (ou Passo do Pedrinho) no Piratini, depressa achamo-nos entre Sylla e Caribidis. O Ximbocu-Meri já não dava vau e continuava a crescer, pior e mais temível seria adiante o Ximbocú-Guaçu.

Chegamos à vivenda de um pequeno estancieiro que, por ser tarde, insistiu para aceitarmos o pouso em sua casa..

No dia seguinte, disse-nos que só tínhamos um remédio: ou esperar dois dias baixassem os arroios (se não mais chovesse) ou então contramarchar até as vertentes dos dois arroios, nas proximidades das ruínas de São Lourenço. E aí por uma outra estrada, deveríamos seguir até o Passo Real, onde uma barca nos poria, como desejávamos, na margem oposta do Piratini.

Tomamos o conselho do nosso hóspede, o Velhinho da Quirêra, como tratava-o um dos nossos satíricos companheiros. Gastando dia e meio na contramarcha e marcha, fomos dar ao Passo Real.

Transposto o Piratini em uma balsa, caminhamos três dias com chuva incessante e, ao quarto, estando o tempo seco e soprando um forte e frio vento minuano, fomos encontrar o Cambacôa tão cheio que, com a represa do Uruguai, pareceu-nos um verdadeiro estuário.

O passo da barca, onde o álveo não tem mais de uma quadra ou cento e cinquenta metros, tinha nessa ocasião a largura de um quilômetro. Duas pequenas filas de árvores, muito baixas, parecendo duas cercas nativas, demonstravam ser esse o leito do rio, estando submergidas as grandes árvores, que guarnece suas ribas elevadas. Observamos isso da barca que, gastando uma hora, levou-nos à margem oposta.

No rio Cambacôa, pode dar-se ainda isso, pois nunca fizeram a ponte e aterros decretados. No Piratini e arroios próximos a São Luís, existem já as pontes, como dissemos no capítulo precedente.

Voltamos pois à viagem feita em 1886.

Partimos de São Luís, nada menos de sete cavaleiros, quatro dos quais nos deixaram em meio de nossa longa jornada. A estrada, ainda do tempo dos jesuítas, era e ainda é excelente, embora sem obras de arte.

O terreno não muito ondulado, forma uma série de campos cobertos de grama ou macega sempre verde. Os capões de mato estão, na maior parte, distanciados da estrada, e nesta, nos pontos mais elevados, avista-se à direita a grande cordilheira do Ijuí-Grande e, à esquerda, os restingões, que bordam o Piratini e o Uruguai.

Após duas horas de marcha, a passo lento, varamos o caudaloso Piraju, mais adiante o arroio São Jerônimo, deixando a direita, sobre elevada coxilha, as ruínas, hoje quase extintas, da capela e estância desse nome, pertencente à redução de São Luís. Mais adiante, quase duas léguas, serpenteia, por uma risonha planície, o Taquaranxim, bem diferente do seu homônimo nas imediações de Santo Ângelo. Aí descansamos um pouco, saboreando um irreprensível chimarrão. Prosseguindo a jornada, passamos muito adiante o Guarapacã.

Depois de todos esses tributários do Piratini, avistamos a pequena estância do Capitão Andrade, um velho bondoso, hospitaleiro e caritativo para com os pobres, qualidades que deveriam acarretar-lhe um fim trágico.

Releve o leitor, que consigne esse fato tristíssimo.

Um peão, que estivera ao serviço dessa fazenda, deixara-a para ir incorporar-se a uma malta de salteadores.

Não se sabe se de lá viera para sondar a possibilidade de um assalto proveitoso, pois, a esse tempo, vários grupos de bandidos infestavam essa parte da fronteira e muito custoso foi extirpá-los.

O tal peão, por nome José Francisco, apresentou-se ao cair da tarde, com mais três cavaleiros, em frente à casa do Capitão Andrade pedindo uma pousada. Foi-lhes concedida indo eles para a casa dos peões, onde nem um havia: os escravos da fazenda, já libertos, haviam abandonado a casa do seu filantrópico senhor.

Ao escurecer, indo a própria dona da casa levar a ceia, foi pelos bandidos agarrada e degolada.

Aos gritos da esposa acudiu o Capitão Andrade, mas os assassinos, largando o cadáver daquela vítima, agarraram o pobre velho e fizeram-lhe outro tanto.

Invadindo logo a casa da vivenda, desferiram um golpe de facão matando uma criança que aí fora a desmamar-se. Esse golpe atingiu também uma menina de 13 anos que tinha a criança ao colo, mas a moça, por instinto da própria conservação, fingiu-se moribunda e atirou-se ao chão, rolando para baixo de um catre, conservando-se imóvel, parecia morta.

Imediatamente, os salteadores trataram de enfardar e conduzir, quanto puderam, como fosse: o poncho, roupa, os arreios de prata da montaria e até algum dinheiro. Isso feito, encilharam os cavalos e partiram.

A moça quando ouviu-lhes o tropel em retirada, ergueu-se do chão, tomando um caminho de atalho para São Nicolau. Aí chegando pelas oito horas da noite, narrou o ocorrido ao subdelegado. Este, convocando vários moços, fê-los partir sem demora, bem armados e bem montados, em seguimento dos bandidos. No caminho, foi encontrado um com o cavalo cansado. Esse confessou o crime e indicou o local onde os outros bandidos o esperariam.

Pensando assim obter a liberdade, enganou-se. Os homens da escolta aí mesmo liquidaram-no e prosseguiram atrás dos outros.

Caminharam até o romper do dia seguinte e, seriam sete horas da manhã, quando conseguiram encontrá-los à margem do Uruguai, no passo de Santa Maria.

Tinham já desencilhado os cavalos e emalado os arreios. Um deles apoderara-se da canoa ao serviço do passo mas, ao avisar a escolta, fez-se ao largo, abandonando os outros dois companheiros que foram seguros e manietados pela escolta. Esta, feito esse serviço, desfechou alguns tiros para o fugitivo da canoa que, mal ferido, atirou-se ao rio desaparecendo de todo. Os dois presos foram então conduzidos até a povoação suburbana de São Nicolau, onde chegaram com a escolta ao meio do dia subsequente.

Recebendo-os, pô-los o subdelegado em tronco de laço¹⁾ com sentinelas à vista, a fim de remetê-los à justiça de São Luís.

Não esteve por isso do vizindário. Todo ele, sem distinção de crenças políticas, exigiram o linchamento dos dois bandidos no próprio local do crime.

Na manhã seguinte, marchou quase toda a população a pé, acompanhando os bandidos até o terreiro em frente à casa das vítimas.

Ligados ambos a um palanque²⁾, fez-se em derredor uma fogueira com a madeira dos currais. Dentro em uma hora estavam os infelizes reduzidos a cinzas.

Esse linchamento, o segundo cometido no município de São Luís Gonzaga, também ficou impune.

E que nunca poderá ser punido o crime cometido por uma multidão toda solidária.

Continuando a nossa jornada, chegamos ao lusco-fusco a uma das casas dos subúrbios de São Nicolau, onde passamos dois dias.

No primeiro fomos visitar as ruínas.

Já não existia o que fora descrito pelo sábio Augusto de Saint Hilaire, que se achou no povo de São Nicolau durante os dias 9 e 10 de março de 1821. Em sua Voyage à Rio Grande du Sud (página 384), escreveu ele o seguinte:

"Antes de entrar na aldeia, passei por um caminho bordado em confusão por pessegueiros e árvores silvestres, prevenindo-me que eu ia ver ruínas. Entrei numa rua muito larga, orlada de casas circundadas por galerias absolutamente iguais às de São Borja não sendo vistos habitantes em nenhuma casa, onde as portas têm sido arrancadas e onde os tetos e as paredes caem para todos os lados. São Nicolau foi construído seguindo uma planta igual à de São Borja³⁾. A igreja é voltada para o Norte e construída sobre uma praça regular cercada de casas, com um pórtico, dois lados mais baixos, duas sacristias e (interiormente) três

altares. Já não existe o campanário, nem o coro. As paredes são feitas de pedras e barro²), o arco cruzeiro e colunas (interiores) de madeira. O colégio, como em São Borja, fica ao lado ocidental da igreja, aí penetrando achamo-nos em um pátio cercado de galerias formadas pelo prolongamento da cobertura da igreja. Atras do colégio, um grande jardim cercado de muros no mesmo colégio há um edifício, formando um claustro, destinado aos operários⁵). As casas da aldeia não são mais do que quarteirões de edifícios quadrilongos cobertos de telha e cujo teto é sustentado por pilares formando em derredor uma larga galeria.

.....

"A igreja é menos alta que a de São Borja. O p^ortico, pelo qual aí se entra, tem uma única fila de colunas. Contei 96 passos da porta principal até o altar-m^or e 34 de uma parede lateral à outra. Os baixos relevos são separados da nave por oito arcadas sustentadas por colunas da ordem comp^osita⁶).

"A talha dos altares é guarnecida de dourados, que se elevam até a abóbada, como em São Borja porém, mais frescos e com melhor gosto. A igreja é também quadrilátera, porém, mais regular.

"A abóbada é pintada de arabescos grosseiros, mas que reunidos produzem uma vista agradável.

"As fontes batismais estão em uma pequena capela pertencente à igreja e ornada com muito bom gosto existe aí um teto formando como um zimbório em oito painéis e, em cada um, pintou-se um emblema referente ao batismo com o competente dístico.

.....



Pia batismal transportada de São Nicolau para São Borja.

"A praça tem por perto de 200 passos de Leste a Oeste sobre 157 de comprimento⁷). Defronte à igreja, há um edifício regular e assobradado com um andar⁸), tendo oito janelas à frente e um teto à italiana. O andar térreo apresenta três arcadas, que deixam ver pela retaguarda do edifício uma rua longa e cercada por uma ala de laranjeiras a terminar numa capela.

"Do lado do Oeste, as três ruas que convergem à praça estão bem conservadas, mas restam duas ruas do lado Leste e uma única do lado Norte.

"A rua que do lado oriental converge para o meio da praça, faz frente a uma capela quadrada cercada de alpendres, e à qual chega-se por uma ala de laranjeiras, acompanhada de uma contra-ala. O verde escuro dessas árvores e a sombra que projetam sobre a capela inspiram um religioso recolhimento, recordando a idéia dos lucos antigos⁹)."

Mais adiante à página 383, quando já se achava na redução de São Luís, escreveu o seguinte:

"Eu vi em São Nicolau um hospital, que fora construído pelos jesuítas.

Compõe-se de quatro salas, uma que servia de capela, outra de enfermaria para homens, a terceira para mulheres, a quarta para os velhos. Hoje esse edifício é inútil, os leitos para os doentes já não existem, na aldeia, não há um só medicamento. Um curioso português trata os doentes com plantas do país".

Quase tudo quanto ficou descrito pelo sábio naturalista francês tem desaparecido no período decorrido de mais de oitenta anos.

Todas as casas da redução vimo-las abatidas até os ali- cerces. Por sobre os escombros e por todo o terreno urbano cres- cera um espesso e bem alto arvoredor de laranjas azedas, onde em um ou outro lugar, conseguimos ver diversos capitães de ordem dó- rica e fragmentos de colunas e pilares.

Essa vegetação ainda não chegou a dominar de todo a anti- ga praça, talvez porque nesta existam alguns ranchos de índios.

O cabildo desse povo, mais bem obrado que os das demais reduções, ainda em parte está conservado e com bastante soli- dez. Os restos constam do desenho seguinte.

Esse desenho não poderia ser perfeito, por não ser esbo- çado no próprio lugar mas, ainda assim, dá uma idéia do edifi- cio com suas janelas mais estreitas, tanto no andar térreo como no superior.

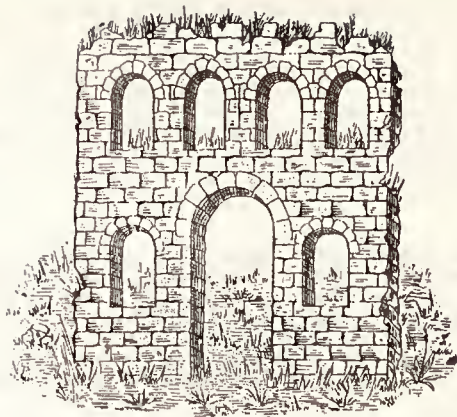
À direita do observador, na extremidade da quadra, corria uma rua larga e espaçosa e na outra esquina, com frente à praça, existem restos de um edifício de idêntico formato e assobradado.

Eram dois lances bem distintos mas ligados, como é tradi- ção no lugar, por um grande arco, por baixo do qual seguia uma rua.

Ninguém, entretanto, sabe explicar a razão da existência desses dois lances de sobrados, tão destacados, quando só um bas- taria para funcionamento do cabildo, que acumulava (bem que su- bordinado ao cura) as funções administrativas e até judiciárias.

Nós, porém, supomos que um dos lances seria o cabildo propriamente dito; o outro uma repartição pela qual eram expedi- dos e embarcados no Uruguai, ou talvez mesmo no Piratini, a erva- -mate e outros produtos exportados para o Rio da Prata.

São Nicolau foi uma das maiores e mais populosas reduções das Missões Orientais.



Ruínas do cabildo de S. Nicolau.

Por sua proximidade aos ervais, pela vizinhança a dois rios navegáveis, seria mais aproveitável para o embarque e expedições de gêneros de exportação do que São Borja, vinte léguas mais longe, precisando transpor, nessa distância e por terra, dois rios e quatro arroios caudalosos. E mais ainda, pensamos fosse São Nicolau, de preferência a São João, ou mesmo a São Miguel (sem portos de embarque próximos) o empório da erva-mate destinada ao comércio.

E, desde que assim fosse, tornava-se indispensável um edifício que, independente dos armazéns e depósitos, fosse para o caso um simulacro de repartição aduaneira, ou escritório de contabilidade.

Assim conjecturamos em 1886, em nossa única visita a essa redução.

Essa presunção converteu-se quase em certeza, quando vinte e um anos mais tarde, em 1907, visitamos o museu estadual em Porto Alegre.

Entre as escassas relíquias, que puderam vir dessa redução, foi-nos mostrado um caderno com capa de couro bruto, sovado internamente, mas exteriormente com o respectivo pêlo vermelho. Abrindo-o, vimos logo, pelas datas, ter alguns lançamentos (parte em guarani, parte em espanhol) posteriores à expulsão dos jesuítas, lançamentos bem pouco regulares de erva exportada ou mercadorias recebidas.

Se a redução de São Nicolau foi, quando dirigida pelos jesuítas, um empório da erva-mate, colhida e preparada para a exportação nos ervais de Santo Ângelo, Palmeira e outros, sem dúvida continuou a sê-lo durante o domínio espanhol. Daí o achado desse velho caderno, daí também o fundamento de nossa opinião,

quanto ao destino e ocupação desse outro sobrado igual ao do ca
bildo propriamente dito. Eram dois edifícios distintos, que o
Sr. Saint Hilaire julgou ser um só com oito janelas.

Os fragmentos e lances desses dois edifícios, devido a
sua sólida construção, devem custar a desaparecer, a menos que,
como outras preciosidades arquitetônicas das reduções, não sejam
propositalmente destruídos.

Os habitantes das ruínas e dos subúrbios informaram-nos
que, saindo da redução pela rua entre os dois sobrados, sem dúvi
da a mesma então arborizada, de que fala Saint Hilaire, chegava-se
a uma capela dedicada a Santo Isidro¹⁰).

Um pouco afastado dessa antiga rua, existiu um chafariz,
no qual as águas da vertente eram expelidas por duas carrancas
de jacarês de pedra.

Procurando no local do colégio alguma coisa digna de no
ta, vimos a um canto uma pia batismal, mas os seus labores não
eram tão belos, como os da que fora transportada para São Borja
e lá fotografada.

Bem ao fundo do local do colégio, conseguimos descer por
uma arruinada escada, até o terreno ainda murado da quinta. Aí,
só resta parte do pomar antigo cujas árvores, se bem que produzin
do ainda bons frutos, tendem a desaparecer no meio do arvoredo
bravio, nascido espontaneamente e que tem coberto quase todo o
terreno da redução. São milhares de laranjeiras, cujos frutos
se não podem tragar.

Regressando pelo mesmo trilho, que nos conduziu até à ex
tinta mansão dos padres, um dos nossos companheiros chamou nossa
atenção para um subterrâneo, pouco profundo é certo, com quatro
metros em cada face (dezesseis metros quadrados). As paredes no
subsolo eram guarnecidas de pedras de grês e era-o também o fun
do dessa cavidade.

Afirmaram-nos ser essa a descida para uma galeria subter
rânea, destinada aos criminosos, que aí deveriam acabar seus dias.

Não acreditamos nessa versão serôdia. Uma cavidade igual
vimos no colégio de São Lourenço, mas essa, que era bem ladri
lhada ao fundo, soubemos por um ancião, que já existia, ser a ade
ga dos padres. Nem o subsolo em São Lourenço, frouxo e compres
sível admitiria uma galeria e mais aposentos para aquele fim si
nistro. Em São Nicolau o subsolo é mais firme, mas nem por isso
é de supor que no colégio dos padres houvesse existido uma mas
morra subterrânea.

Para os crimes, como dissemos à pág. 26, outros eram os
castigos empregados e resignadamente recebidos por índios tão
submissos.

Ao seguinte dia de nossa estada em São Nicolau, percorremos a pequena povoação, fundada nos seus subúrbios por alguns cidadãos.

Constava então de sessenta e duas casas e entre essas três comerciais bem sortidas.

Essa nova povoação não teve uma planta regular, mas o povo, que aí habitava, alguns fazendeiros do distrito e até alguns outros da margem oposta do Piratini, deliberaram e levaram a efeito a construção de uma capela dedicada ao seu antigo padroeiro.

Fomos visitá-la e observamos que interiormente corresponde a sua pequenez externa.

Difícilmente poderão admitir trinta pessoas. Durante uma missa concorrida muita gente deve ficar da parte de fora.

Encerra, porém, algumas imagens do tempo dos jesuítas, que passamos a descrever.

Sobre o altar único, achavam-se a do Cristo crucificado de tamanho mais que natural e a do padroeiro, o bispo de Mysia na Ásia Menor, que a igreja canonizou e celebra a 6 de dezembro.

Tocamos essa imagem perfeitamente esculpura da, conservando, ao fim talvez de duzentos anos, a frescura das tintas, e dos dourados, assim do pluvial e rendilhados das túnicas, como da mitra e báculo. Este tinha a haste partida.

Outras imagens menores estavam de pé sobre o pavimento, notando-se a de Nossa Senhora da Conceição, a de Soledade, as de São Pedro e Santo Isidro, a de Cristo atado à coluna e a do Ecce Homo.

À frente da capelinha, vimos um sino rachado e copiamos as inscrições:

Anno Domini 1717 e logo abaixo Sancte Michael, Ora pro
Nobis!).

O distrito de São Nicolau, bastante vasto, com uma população maior de três mil almas não possuía, em 1886, uma aula pública de instrução primária²⁾.

A nova povoação dos subúrbios não podia conter mais de trezentos e sessenta habitantes, nem estes são os únicos consumidores das casas comerciais, porque dos diversos estabelecimentos rurais costumam vir pessoas, quase diariamente fazer compras do que necessitam, ou permutando mercadorias por produtos suscetíveis de exportação, ou mesmo vendendo-os as dos comerciantes. A estes, que mandam vir seus sortimentos de Porto Alegre, é devida a agência de correio, que funciona na povoação. Favorecidos por alguns comerciantes prestigiosos da capital, conseguiram do governo essa pequena estação postal, estendendo a condução das malas até São Borja, Itaqui, etc. para o Sul e para o Cerro Pellado ao Norte. Há quem pense restaurar o antigo povo de São Nicolau ou tornar mais importante e extenso o atual lugarejo dos subúrbios. Todas as tentativas para a restauração

dos povos jesuíticos têm (como já dissemos) sido infrutíferas. Nem como exceções podem citar-se São Borja e São Luís, porque esses dois povos têm sido auxiliados com inúmeros favores do governo, conservando-lhes forças militares aquarteladas. Mesmo assim, essas povoações novas sobre os alicerces das antigas não tem com pensado os sacrifícios empregados pelos novos habitantes. Aqueles dois antigos povos e o de Santo Ângelo pouco tem aumentado. O primeiro, sendo sede do comando da fronteira desde 1809, deveria ser o dobro (enquanto que não chega a ser metade) do que é Uruguaiá na fundada em 1843, destruída em 1865 e de novo reedificada. O segundo, conquanto elevado a cidade é o que já dissemos no capítulo precedente. Santo Ângelo, como também vimos, nada tem crescido. Em São Nicolau, o progresso não se manifestaria mais rápido, nem mais próspero.

O incêndio do grande templo, a destruição do colégio e da maior parte das casas da povoação jesuítica, por ocasião da última invasão de André Artigas, tudo isso ocasionou a decadência e a improficuidade dos esforços pela formação de uma nova e importante povoação, no local antigo ¹³⁾.

Vejamos, entretanto, como se constituiu o novo povoamento desse distrito.

Até a pacificação de 1845, todos os campos e matos conservavam-se baldios.

Em 1856, quando em cumprimento da lei sobre terras públicas, foram os proprietários obrigados a dā-las a registro, apenas em São Nicolau existiam: Antônio Manoel de Abreu, com posse feita em 1846, numa sesmaria entre os rios Uruguai, Ijuí e Arroio Santa Maria; Miguel José Dutra, nessa mesma situação, Manoel de Souza Nunes, Polidoro Manoel Espindola, Manoel Tavares do Nascimento, Florentino José Lisboa, Manoel de Souza Batista, e Jorge Miguel Bernardes, em chácaras ou estancielas perto das ruínas; Antônio José Pereira de Vasconcellos perto do passo do Sarmento, Alexandre Manoel Pereira e Claro Antônio Chaves, (estes com duas sesmarias), à margem do Ijuí Grande, perto do salto do Pirapô.

Foi em 1871, que começou a nova povoação nos subúrbios da antiga. Quinze anos depois, a povoação ainda era diminuta, como vimos, e assim continua, informam-nos.

Mas se houvessem escolhido local melhor, por exemplo, o Porto dos Pinheiros, à margem do Uruguai, em pouco tempo seria uma povoação grande e florescente. Com certeza a campanha e matos do distrito estariam mais povoados.

Na época de nossa visita, contavam-se vinte e duas engenhocas para fabricação de açúcar bruto, aguardente e farinha de mandioca; além disso havia cultivo e até venda de cereais. Os bons campos nem precisam sal, mas não é abundante a criação de gados, por descuido dos criadores.

Progrediu, relativamente mais, apesar de tão distancia da, a colônia fundada na confluência do Ijuí-Grande nas terras demarcadas, de ordem do governo, pelo agrimensor Francisco Ravé.

Lá, onde foi procurado e jamais encontrado o imaginário Campo das Vacas Brancas, foram alojadas onze famílias russas, vinete e duas alemãs e algumas nacionais que souberam aproveitar esse solo fertilíssimo. Esse núcleo está sob a inspeção do diretor da colônia Guarani.

Neste recanto rio-grandense abundam minas de carvão de pedra, cobre, ferro, níquel e lindas pedras de ágata.

É porém para lastimar, que com tanta riqueza natural, de safiando os labores do homem, só uma pequena parte desse solo féracíssimo seja cultivada e não possam multiplicar-se os estabelecimentos industriais, com os melhoramentos que em outros lugares se notam, continuando a predominar a velha rotina.

Foi embalde que a extinta Assemblêia Provincial, por lei de 4 de maio de 1881, restabeleceu o antigo curato de São Nicolau das Missões e por lei de 24 de dezembro de 1888 elevou-o à categoria de freguesia. Quer em uma quer em outra qualidade, não tem podido obter provimento canônico. Não é que sejam vasqueiros os sacerdotes seculares desempregados, mas é porque os padres não podem viver, como nos primeiros tempos do cristianismo, mal alimentados e mal vestidos.

Para que aí não falte um pároco e outro funcionalismo, se rá mister que a população pelo menos quadruplique.

Quando isso se der e for outra a sede da paróquia, já não será o distrito de São Nicolau, mas sim um município, cheio de vida e futuro sem prejudicar o de São Luís, que ainda ficará bastante extenso, populoso e igualmente rico.

Addendum

Depois de escritas as linhas acima, há muitos anos, lemos num jornal de Porto Alegre a notícia do incêndio da capela de São Nicolau, essa que já descrevemos.

Foram pasto das chamas todas as belas imagens escultura das pelos jesuítas.

Tratando da do padroeiro, tão perfeita e majestosa, disse, com mal aplicado espírito, o correspondente do jornal: que era Oca de modo a poder introduzir-se um homem, falar e gesticular, por ser a imagem de engonços.

Não é isso verdade, pois a imagem que vimos, de tamanho colossal, era de madeira de cerne. Pesadíssima devia ser, mas, quem dentro da sua cavidade conseguisse esconder-se, talvez não de todo, achar-se-ia sufocado. Os engonços e a fala é mais uma sátira póstuma atirada aos jesuítas, os quais, se fossem a fabricar imagens por aquela forma para iludir os índios, seriam por estes (que também foram entalhadores e estatuários) desmascarados.

Os meios suasórios deveriam ter sido outros, e esses bastavam para incutir o sentimento religioso levado, se o quiserem,

até à superstição e fanatismo, como atualmente sucede não sō com a religião cristã (em todos os seus ramos) mas também com as novas seitas do espiritismo e do positivismo ateu e materialista.

Outra inexatidão foi a de ser a volta do arco cruzeiro da antiga igreja recamado de ametistas.

As ruínas de São Nicolau foram visitadas por nós, pelos senhores, Coronel José Bento Porto, Mazarino de Moraes, Doutor Antero d'Ávila e nem um deles, nem o viajante Saint Hilaire e outros, que ainda existem, descobriu essa maravilha.

O que verificamos, em nossas viagens pelo território missioneiro, foi um certo número de versões fabulosas sobre os edifícios em ruínas, e sobre certos hábitos e costumes atribuídos aos primitivos índios e seus diretores.

NOTAS

1) O laço, instrumento de couro cru entrançado e com uma argola de metal, assim como serve para colher e derrubar o animal vaccum ou cavalari, serve também, em falta de outro instrumento, para prender um homem com máxima segurança.

2) É assim chamado em linguagem camponesa, um pau grosso e pesado, fincado no solo, com uma cavidade em derredor da parte superior. Aí são presos os potros e mulas (enquanto é preciso torná-los mansos). As vezes também aí prendem alguma rês bravia.

3) Pedimos venia do ilustre escritor francês para ponderar, que a planta de São Borja foi mais resumida, tendo apenas as casas da praça, como sucedeu em São Luis, São Lourenço e Santo Angelo. São Nicolau teve, como São Miguel e São João Batista, ruas paralelas à praça, 18 grandes quarteirões maiores (os outros 12) além dos quarteirões menores, como mostra a planta de São João (Cap. XIII).

4) Como vimo-las bem aprumadas em 1886.

5) Há engano, não vimos sequer vestígios disso, as oficinas mesmo as de arquitetura ou escultura eram fora do colégio e após os recolhimentos das órfãs e viúvas sem filhos.

6) O que mostra ter havido intenção de aumentar o número de altas res.

7) Esse espaço verificamos ser maior e igual em todas as reduções (Capítulo II).

8) É o cabildo, que ainda não desapareceu de todo.

9) Essa era a capela do cemitério, hoje destruída.

10) Que essa capela e com essa invocação existiu, provam os registros, que lemos, de terras possuídas pelos primeiros povoadores brasileiros em derredor da redução.

Um dos proprietários, no registro que deu ao pároco de São Borja, faz menção das ruínas da capela de Santo Isidro, como ponto limítrofe do campo, de que se apossou.

11) Esse sino foi transportado para Porto Alegre e vimo-lo, 21 anos depois do respectivo museu.

12) Em 1905, existiam já três aulas, sendo uma mista, na sede do distrito.

13) Na nova organização do exército, determinou o governo da União fosse São Nicolau a parada de um regimento de cavalaria, que fará parte da brigada estacionada em São Luis. Ainda que para tal fim o governo aí faça construir um bom quartel, a permanência desta força em nada deterá a decaência dessa quase extinta redução.

Capítulo XVIII

SÃO FRANCISCO DE BORJA

Como de pais a filhos as gerações se continuam e entretêm... assim a cidade antiga se transmuta imperceptivelmente na nova cidade.

A. Herculano

Bem longe, bem ermo, bem triste é agora o terreno, que vamos percorrer desde as ruínas de São Nicolau até o outrora chamado Pueblo de San Borja (povo ou vila de São Francisco de Borja) e ultimamente cidade de São Borja.

As denominações abreviadas parecem provir do modo, porque os jesuítas, referindo-se a dois santos da sua ordem, diziam São Xavier, em lugar de São Francisco Xavier, São Borja em lugar de São Francisco de Borja¹).

A última denominação São Borja (assim escrita) foi imposta pelo Conselho Municipal em 1890; mas não durou muito tempo e hoje é outra vez São Borja.

Pondo de parte as questões de nome, que não discutimos, a redução, para onde nos dirigimos, é distanciada da de São Nicolau quase 123 quilômetros, ou (como se expressam os habitantes de ambas) 25 léguas castelhanas ou 20 brasileiras, mais ou menos.

A situação lá já foi bela e aprazível, como demonstraremos. Outro tanto não sucede à vasta campanha, que tivemos de percorrer, antes de lá descansarmos.

Partindo de São Nicolau, pelas oito horas da manhã, chegamos, após uma hora e troçada, à margem direita do Piratini, no passo do Sarmento. Ficou-lhe esse nome do antigo proprietário do campo adjacente, que o comprou ao conselheiro Manoel Felisardo de Souza e Mello, notável homem político do tempo do Império, e que este houve-o como co-herdeiro do Marechal Chagas, seu sogro.

O Sarmiento, que fora também dono da importante campanha de Entre-Ijuí de que falamos no Capítulo XII, deixou este mundo, há mais de 70 anos, mas, no passo a margem esquerda do rio, existe e é ainda proprietário um italiano, que constituiu família brasileira e, há mais de quarenta anos, tem vivido da lavoura, da criação, em pequena escala, dando-se também (ele e filhos já homens) ao trabalho de transpor os viandantes, tropas, veículos etc., de um para o outro lado do rio.

Esse velho forte e vigoroso, falando corretamente o seu idioma pátrio, o espanhol, o guaraní e sofrivelmente o português disse-nos chamar-se se bem nos recordamos Spezia Dominico, mas o povo chamava-o Domingos Passageiro. Este último, apelido é dado a quantos como ele (outros tantos Charontes) se ocupam em transpor os viandantes de uma a outra margem de rios caudalosos, como é o Piratini. Esses em gíria gaúcha são os passageiros e não os viandantes, que em alguns minutos passam, em uma balsa ou canoa, para a outra banda do rio.

Não foi pequena nossa demora à margem direita do Piratini. Na esquerda lidavam os passageiros para embarcar na balsa (única para todo o serviço) uma carreta carregada e os bois, que deviam vir a nado, tocados por um canoeiro com o seu remo de voga.

Afinal, depois de uma boa hora, atravessamos o rio nessa balsa formada por três canoas, cobertas de pranchões de louros, e, à instâncias do Sr. Domingos Passageiro, aceitamos-lhe um bem preparado almoço, regado a vinho de laranjas, por ele fabricado, por fim recebendo a modesta retribuição que nos pediu, conforme a tabela das passagens.

Não foi sem grande surpresa, que, quase ao fim da refeição, aí chegou e encontramos um velho servidor do país, contando 93 anos de idade, ainda forte e vigoroso. Não nos víamos, eram já decorridos 22 anos.

Abraçamo-lo e conversamos por mais de duas horas e com pesar despedimo-nos. Era o Coronel Tristão de Araujo Nobrega, veterano da Independência, da Revolução dos Farrapos, da Campanha do Uruguai em 1852 e da do Paraguai conservando cicatrizes dos ferimentos recebidos no combate do banhado de São Donato, sendo então um velho ultra septuagenário.

Já não existe, finou-se, quase centenário, em extrema pobreza, recusando-lhe o ingrato governo de sua pátria uma pensão, porque, como serviços mais relevantes e dignos de remuneração, devem ser preferidos os que podem prestar-se nas Câmaras Legislativas, ou ao sabor da politicagem.

Deixamos a vivenda de Spezia, o obscuro passageiro, gozando uma vida feliz e invejável, em uma habitação tosca, em meio dos bosques que margeam o Piratini, muito distanciado de quaisquer outras habitações, sem outros cuidados que seu arvoredo e pequena lavoura, tendo para variar de alimento as aves do terreiro, as ovelhas do rebanho, a caça do mato ou do campo, o peixe do rio, rara vez a carne de uma das suas poucas reses, e, para

suas resumidas despesas, o rendimento líquido das passagens do rio nesta erva travessia.

Na sua tranqüila e tão afastada vivenda ouve, desde o romper da aurora até o cair da tarde, o gorgoeio dos pássaros, o mugido das reses, o relinchar da equada e o balido do rebanho, quando é solto, ou quando vem tocado para o pousio nos currais.

E tudo isso entendemos, constitui uma felicidade que já mais possuirá o homem condenado à vida agitada das cidades, fatta somente em decepções, ou em gozos bem depressa aborrecíveis, quando não perniciosos.

Realmente não há vida mais cheia de encantos, mais tranqüila, nem tão honrada, como a do lavrador. Seria essa a nossa profissão, se outra não houvesse, em nossa adolescência, sido a fortiori imposta.

Ao fim de três quilômetros de distância, passamos o Jaguarão-Mirim, pequeno regato; na estação canicular mal cobrindo as patas dos animais, invadiável durante as grandes enchentes, quando é reprezado pelo Piratini, onde conflui.

Tem o Estado do Rio Grande do Sul, dois grandes rios com o nome Piratini e outros dois com o nome Camaquã, ambos caudalosos. Ainda tem o Jaguarão Grande e este, que pela sua insignificância denominamos Jaguarão-Mirim, distanciados um do outro perto de 1.000 quilômetros.

O Jaguarão Grande, o Piratini e o Camaquã propriamente ditos, nascem em terras de Bagé e da Comarca de Piratini e levam suas águas: os primeiros a Lagoa Meri (ou Mirim) o último a dos Patos.

O primeiro, conquanto tenha menor curso, é navegável em maior extensão que os outros dois, com ótimo ancoradouro entre as cidades de Jaguarão e Artigas.

O Piratini e o Cambacoã (ou Camaquã das Missões) nascem na extensa coxilha geral, que, começando como já dissemos, no Mato Português, limite do Campo do Meio, termina abrindo uma larga e vasta forquilha, com uma ponta em São Borja e outra em Itaqui. Em meio do angulo obtuso dessa forquilha corre a torrente copiosa do arroio Botuĩ ou Albotuĩ.

Distante 89 quilômetros, ao Oeste de Cruz Alta, está situado nessa longa coxilha o Boqueirão das Palmas, e aí é a vertente Caissã (a principal do Piratini) que segue por um vale entre serros e colinas altas tornando-se logo, a custa do Nhacapé tum e de inúmeros regatos, um rio caudaloso, que vai ter ao Uruguai, recebendo, pela margem direita, as fortes e às vezes temíveis torrentes de Santa Bárbara, Ximbocu-Guassú, Pirajú, São Jerônimo, Taquaraxin e Guarapacá, mencionados no capítulo precedente e pela margem esquerda os arroios Capivara, Santa Maria, Passo Fundo, Timbaubã, Pessegueiro e o Jaguarão-Mirim, os quais, engrossando suas águas, o tornam navegável (posto que para embarcações pequenas) até 40 quilômetros acima da sua foz.

O Cambacoã (ou Camaquã das Missões) nasce na referida coxilha, no lugar denominado Tunas, 70 quilômetros ao Oeste da vertente principal do Piratini, recebendo, pela margem direita, os arroios Taquarembô, Santo Antônio e outros sem importância, pela esquerda o Itacorobi, o Anhacoã, o Iborahiassã e outros; posto seja tão grande como o Piratini, é navegável apenas doze quilômetros acima da foz. Já descrevemos no capítulo precedente o espetáculo da enchente máxima desse rio; cabendo-nos observar, que a ponte para ele decretada no passo real para São Borja, seria mais conveniente e reduziria a menos da metade o seu custo, se fosse transferida para o denominado Passo Feio, em um pequeno rincão da estância da Palmeira, a sair, na margem apostá, no campo do finado Juca de Barros²). Por aí não se alongaria o caminho, pois já o experimentamos, antes pelo contrário verificamos, que, partindo da estância da Palmeira, a jornada é mais curta 13 quilômetros.



Praça principal do povo, hoje cidade de São Borja.

Feita esta reflexão tratemos de descrever o território, pois é bem vasto, entre os rios Piratini, Cambacoã, Uruguai e a Coxilha Geral. É esse o chamado Rincão de Combocoã ou do Camaquã das Missões.

Esse vasto rincão deve ter 366 quilômetros de circuito.

Logo depois da conquista foram seus primeiros povoadores, por concessão do comandante geral das Missões, os seguintes: José Borges do Canto e seus treze companheiros da conquista, dos quais conseguimos saber os nomes de João do Cabo Farias (mais tarde capitão) José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antônio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Adriano São Thiago, José da Silva Avila. Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januario Borboza, Manoel Gomes Leite de Siqueira

e mais dois ou três, que não ocuparam o terreno designado, parte do qual ficou devoluto³). Além desses e afastados da margem do Uruguai também obtiveram campos Floriano Machado Fagundes (uma sesmaria entre o arroio Tacarembô e rio Cambacoã), José Marques dos Santos, José Pereira da Silva e uma filha (duas sesmarias) Serafim Inácio dos Santos, Francisco Marques Pereira (três sesmarias que vendeu-as a João Luis do Nascimento), Constantino da Silva Brum (15 lēguas quadradas sobre a margem do Cambacoã) viúva Flaubia Antunes, viúva Margarida Itabují, Justo Ferreira de Moraes, Francisco de Paula Monteiro, Vasco dos Santos Roballo, Joaquim Luis Viēgas, Inácio Carvalho Ramos, Gaspar Ferreira Guimarães, Joaquim de Almeida Bueno, Pedro Nolasco de Faria, Manoel Marcelino Ribeiro, Francisco Joaquim de Borba, Plácio Gonçalves, Francisco Manoel Penteado, Coronel José Maria da Gama Lobo de Eça (uma sesmaria que vendeu ao Coronel José Corrêa Guimarães), Manoel Elias Ferreira Pinto, Francisco José Pires, (sesmaria vendida a João Xavier Pedroso), José Antunes de Siqueira, Valeriano Ferreira de Moraes, os irmãos Elias José Antunes e Ricardo Antunes, Antônio José de Fraga e tenente coronel Manoel da Silva Pereira do Lago.

As grandes estâncias, que aí se formaram, cada uma de per si bastante para constituir uma fortuna real e sólida, já estavam muito divididas, calculando em 1855, época de nossa primeira viagem, que o Rincão do Cambacoã não teria então menos de oitenta estabelecimentos de criar, desde o de mais de três lēguas quadradas até a de uma lēgua.

Hoje esses estabelecimentos avultam em mais do triplo, já não havendo uma sô fazenda com a extensão de uma sesmaria.

Conquanto seja o solo fertilíssimo, a lavoura é, por ora, diminuta, de sorte que, enquanto alguns proprietários tem-na para seu sustento e sobeja-lhes para vender a farinha de mandioca, o milho e o feijão, outros comprem tudo isso.

No espaço compreendido entre as vertentes do Santo Antônio e o Uruguai e ainda acima daquelas somente nos rincões da Timbaúba e do Biguã o gado dispensa o sal, talvez porque as águas compreendidas nesse espaço não sejam, tão puras e cristalinas, como as da região serrana.

Em todo o subsolo desse rincão há abundância de cobre, estanho, ferro, ágata e carvão mineral. As terras que foram dos finados Ricardo e Elias Antunes, João Xavier Pedro e do Itaro quen excedem a todas as outras, sem todavia tirar-lhes as boas qualidades para criação ou lavoura.

Mas é de notar, que nesse território, tão rico e tão povoado, se não tenha ainda formado uma povoação regular e em tudo continuem a depender, com longas viagens, das de São Borja e de São Luís.

A margem do Uruguai, onde uma povoação logo prosperaria, é ao contrário a menos povoada porção do rincão do Cambacoã.

Sem mais estendermo-nos sobre a topografia geologia, nem tratar tão pouco da fauna e da flora desse rincão, continuamos a narração da nossa viagem.

Passamos o erro Ibituruna, os arroios Itaporé ou Itacorã, o Ponxim, além do qual pernoitamos na estância de Plácido Gonçalves.

No dia seguinte passamos os arroios Manoã e Urucutaí, ambos com pontes de madeira, da última das quais subimos pelo caminho, que, ao fim de 23 quilômetros chega a bem elevada colina, onde é situada a estância da Palmeira.

Deixamos para um lado as ruínas da capela de São José, já nossas conhecidas de outras viagens.

Depois do descanso merediano na referida estância, seguimos pela estrada real, tão pouco povoada que, em 1886 e na extensão de 30 quilômetros, contava apenas quatro habitações inclusive a daquela estância e a de São Matheus. Chegamos ao lugar ao fusco ao passo do Cambocoã, onde, a custo, conseguimos transportá-lo na barca e pernoitar na margem apostá.

Tínhamos ainda 12 quilômetros, que vencemos na manhã seguinte.

A medida, que nos aproximávamos de São Borja, principalmente depois que passamos o arroio Estiva (bastante atolador, mas com uma arruinada ponte de madeira) fomos encontrando um terreno mais povoado. De longe avistávamos o local da cidade encoberta por enorme arvoredado, avultando as laranjeiras, que cultivamos desde muitos anos (sem erro nem exageração) em cerca de 5000 árvores, por quase todos os quintais da povoação e chácaras dos subúrbios.

Por fim entramos na cidade.

Depois do descanso, saímos a visitar as ruínas.

Haviam todas desaparecido. Sō restavam na praça três casas antigas e essas com os alpendres e colunas abatidos e destruídos, faria quase maio século.

O colégio, de que ainda víamos restos com meia dúzia de celas convertidas em um quartel e prisão militar, as casas antigas do recolhimento, dos teares e oficinas, não mais eram vistas. O espaço do colégio estava ocupado com um teatro e uma elegante casa particular, o do recolhimento das órfãs e viúvas sem filhos ocupado com três casas particulares. Existiam ainda o hospital e os cárceres da redução, que já serviram de igreja matriz, transformados depois em depósitos de artigos bélicos e, em um lance, a casa de residência do vigário. Exteriormente essas duas ou três peças pouca alteração sofreram a não ser o abatimento do alpendre e das colunas⁴).

A igreja nova, no mesmo local da antiga (porem uma quarta parte desta) começada em 1846 persiste no mesmo estado de atrasadíssima construção, tendo já custado mais de oitenta contos de réis.

O leitor que aprecie a estampa com a vista da praça, arborizada com cinamonos desfolhados durante o inverno.

Não é visível a singela e jamais concluída igreja, mas lastime conosco, que não houvessem sido aproveitados os portais com as vergas de pedra da antiga igreja de São Francisco de Borja.

O que foram essas obras de arquitetura, há muitos anos destruídas, prova a estampa, que também oferecemos a pág. 93 do desenho ao natural, feito em 1846 pelo viajante Demersay.

A porta principal da velha igreja é um bonito trabalho feito em pedra de grês, transportada de Itaquí, pois em São Borja não há pedras dessa qualidade.

Contrasta com esse trabalho a singeleza grosseira dos portais do mal começado e jamais concluído frontespício novo.

Entremos um pouco por essas portas novas e abertas, sem pre francas aos homens e aos animais, apreciemos o interior, ainda destelhado, do que atualmente se chama o corpo da igreja matriz. São paredes não rebocadas, onde as parasitas vicejam. Ao fundo, fechada por uma porta para nós aberta, segue-se a capela maior interiormente rebocada. Por fora são visíveis as pedras negras e tijolos empregados na construção das paredes. Esse aspecto é bem desagradável.

Na capela maior existe, em um pequeno altar do tempo dos jesuítas, a imagem do padroeiro, o preconizado Duque de Gandia e primeiro bispo nomeado para o Brasil, que, assim como renunciara a coroa ducal pela roupeta Companhia de Jesus, assim também agradeceu essa nobre investitura e obteve-a para o posteriormente mártir Pedro Fernandes Sardinha.

Não deixamos de estranhar, que o amigo de Francisco de Borja não tivesse como este sua canonização, apesar do seu martírio com seus companheiros eclesiásticos e leigos.

Porém, a Igreja é soberana absoluta e nesse ponto, tollitur questio.

Mais estranhável é, sem dúvida, o fato de ter um dos vigários de São Borja mandado serrar da altura dos joelhos para baixo a imagem do padroeiro, a fim de adaptá-la ao pequeno altar da pequena capela, onde esteve muitos anos.

No interior da atual igreja existem as imagens de São José, São Miguel, São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Conceição, Santo Inácio de Loyola (sobre o pavimento) e na sacristia as imagens do Senhor Morto, do Senhor crucificado, e uma outra segura a um bordão, que, dizia um vigário, ser a do Senhor atado a coluna e o povo acreditando nisso.

Nós, porém, leigos não admitimos o Senhor atado a coluna, onde recebeu os açoites, vestido de batina e calçado. As imagens do Redentor nesse lastimoso passo, são despidas da cintura para cima, atadas a uma coluna mais baixa e com as costas ensanguentadas. Não temos visto uma só, porém muitas imagens dessas, nas ordens terceira dos carmelitas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em muitas outras igrejas, oratórios e até na igreja das Dores, nesta capital.

A lembrança de ser essa a imagem do Salvador atado a co luna condiz com a do sacerdote, que mandou reincarnar as, que o cupavam o altar, com as cores nacionais verde e amarela. É digno de notar-se como, sob o ponto de vista religioso, se ensina uma paróquia, cuja circunscrição (a cidade e a campanha) contém mais de 28.000 católicos.

A um lado da igreja existia ainda um campanário de madeira, bem tosco e pendentes três sinos: um muito grande com esta inscrição: Sanctē Stanislaus Kostcka - Ora pro nobis e logo abaixo - In oppido Sancti Caroli⁵⁾ A. D. (anno Domini) - 1723.

Um outro sino tem escrito: - Gratias agimus tibi Domini, outro sino com a inscrição Ave Maria Gratia Plena Dominus tecum, e nada mais:

Existiram mais quatro pequenos sinos rachados, que foram e voltaram refundidos em três na oficina de José Manoel da Silva Sô em Porto Alegre: mas esses ficaram pertencendo a capela de Nossa Senhora da Conceição do Passo de São Borja, de que breve falaremos.

Esquecíamos contar: - que na sacristia foram-nos mostra dos fragmentos de uma casula de brocado, um vêu de ombros, a cũ tódia que fora da redução de São Miguel, despojada de suas pẽ dras preciosas, dois cálices, um turíbulo e um galheteiro de prã ta, 6 missais muito velhos, quatro tocheiros, um sacrário, uma pia batismal, tudo isso do tempo dos jesuítas. Existiram algumas peças do antigo templo, que já desapareceram, mas que foram de senhadas e estampadas pelo Senhor Demersay, tais como uma poltrõ na, um nicho, uma pia para água benta e uma das portas, desenhos esses que, por superabundantes entregamo-los ao R. do Carlos Te tschauer e não os reproduzimos.

Intercalamos aqui uma notícia, que modernamente recebe mos.

Em 1892, existiu em São Borja um jovem sacerdote italia no, que, aberrando completamente da conduta de seus gananciosos antecessores, dedicou-se à empresa da conclusão da igreja matriz. Estavam as novas obras muito adiantadas, quando, por incúria do arquiteto, desabou uma das torres.

Sobrevindo a última guerra civil, retirando-se aquele tão novo e tão dedicado vigário, não mais se cuidou disso e a i greja aí está no mísero estado, em que há meio século a conhece mos.

Haja, porém, um pároco, tão despreendido do interesse material como os mencionados nos Capítulos XII e XXXV, e a cidade de São Francisco de Borja possuirá uma igreja talvez tão bela como a da cidade de Santa Maria.

O querer é poder e, acrescenta um padre: "principalmente quando se quer para Deus."

A questão está em que o pároco saiba haver-se com o seu rebanho e captar-lhe o respeito e a amizade.

Passemos agora a descrever a cidade.

Além da grande e bela praça da matriz, a do tempo dos jesuítas, com 280 metros em cada face, há mais outras três, sendo uma a onde está construída, há quase 20 anos a estrada de ferro de Quaraí ao Alto Uruguai a ligar-se com a que vem de São Paulo a Passo Fundo.

Em 20 anos decorridos essa estrada não passou de Itaqui para o Norte, a casa que foi construída para a estação, ficando em abandono começa a cair em ruínas⁶).

Além das praças tem a cidade oito ruas paralelas de Leste a Oeste e sete de Sul a Norte, ao todo quinze ruas contendo 635 casas habitadas, que com os ranchos nos subúrbios abrigam uma população maior de 5.000 habitantes.

O cemitério extramuros, muito povoado de túmulos, está quase contíguo à cidade.

Na distância de cinco quilômetros e à margem do Uruguai existe a povoação denominada de Passo de São Borja, que a municipalidade e repartições fiscais pretendem seja uma parte integrante da cidade, com o que nunca concordamos, porque entre aquela povoação e a cidade existe um campo deserto com mais três quilômetros, e esse campo intermediário é considerado logradouro público. Na povoação existem, além da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, 130 casas, alguns ranchos, um quartel do regimento ou batalhão (que sempre tem existido para guarnição da fronteira) o que tudo forma uma população maior de 1.200 habitantes, não incluídos na população da cidade.

Enquanto os habitantes da povoação do Passo tem água superabundante (a do Uruguai salgada e a dos poços) os habitantes da cidade só contam com a escassa água da fonte de São Pedro ou a de chuva depositada em poucos aljibes.

Os poços da cidade só podem, na profundidade de 50 metros, dar uma detestável água salobra.

A cidade de São Borja, historicamente falando, é célebre por ter sido o local escolhido para o julgamento da rebelião dos índios contra a entrega das Missões Orientais em 1756. Aí os jesuítas se justificaram, perante o tribunal militar espanhol, da autoria desse pretendido crime, embora tal decisão desagradasse ao Marquês do Pombal e mais ardoroso tornasse no seu preconcebito (ou antes pré-aceito) plano da extinção dessa ordem na Península Ibérica e em seus domínios.

Também é célebre pela primeira invasão de André Artigas, em 1816, pela de Fruto Rivera em 1828 e ultimamente pelas forças paraguaias, ao mando de Estigarribia em 1865, sendo esta uma calamidade, cujos efeitos foram sentidos por muito tempo.

Depois, com o decurso dos anos, a cidade pode crescer alguma coisa.

Desde 1880 foram providas todas as aulas da cidade e distritos da campanha.

Do seio da antiga Câmara Municipal partiu, nos últimos anos do Império, um pedido de consulta ao país sobre a conveniência de nova forma de governo. Essa idéia rendeu aos seus autores um processo crime e a ingratidão dos correligionários, quando, em breves anos, subiram ao poder. Em política é essa, em regra, a paga das mais fervorosas dedicações.

Quanto a salubridade, embora muita gente tenha chegado a extrema velhice⁷⁾ contudo a cidade e o Passo seriam mais saudáveis se não fosse a yizinhaça dos extensos banhados da Estiva, do Açoita Cavalo, do Jacaré do Paraboi e outros menos extensos. As enchentes do Uruguai quando este transborda, alagam algumas ruas e casas do Passo produzindo as febres intermitentes, vulgarmente denominadas Chucho e, às vezes, o tifo.

No tempo da florescência das laranjeiras, sente-se (como nos já sentimos) esse aroma delicioso, trazido pela aragem fresca da tarde ou da manhã, na distância de quase dois quilômetros da cidade e subúrbios.

No próprio campo abundam flores nessa quadra deliciosa, salientando-se uma saudade, que brota do meio da capim limão, ele va-se a altura de meio metro, mais ou menos, tendo a cor e a forma da saudade roxa dos jardins porém um aroma idêntico ao cravô branco. Ninguém deu-se ao trabalho de cultivar essa flor tão bela e tão rara.

Mas nesse recanto do Brasil, tão ignorado e de acesso ainda custoso, pois para aí chegar-se é precisa, mesmo atualmente, extensa e penosa viagem a cavalo ou em carretas desde a estação do Umu ou da de Cacequi,⁸⁾ ou uma muito mais longa viagem embarcado pelo Santa Maria, Ibicuí e Uruguai, aí encontrará o leitor as mais belas e sedutoras flores de vergel rio-grandense. Queremos falar (e hoje podemos fazê-lo sem a menor suspeita de parcialidade) do belo sexo, possuidor de encantos e atrativos, não tanto pela beleza física, aliás comum, como pela amenidade cativante de um trato decente e despretencioso.

Duas senhoras conhecemos, bem adiantadas em anos que sem ter visto outro meio social senão esse, mantinham por largo espaço de tempo, uma conversação interessante e discreta. Dir-se-ia, que foram educadas em um grande e mais culta cidade, mas não era assim. Com a leitura de bons livros e jornais em português ou em espanhol, demonstravam uma instrução regular.

Em falta de outras distrações são freqüentes as tertúlias ou bailes familiares, hoje bem raros.

Da antiga convivência familiar, resultou (e não foi de estranhar) a preconizada flirtation dos norte-americanos, com grande vantagem para muitas moças que conseguiram excelentes casamentos.

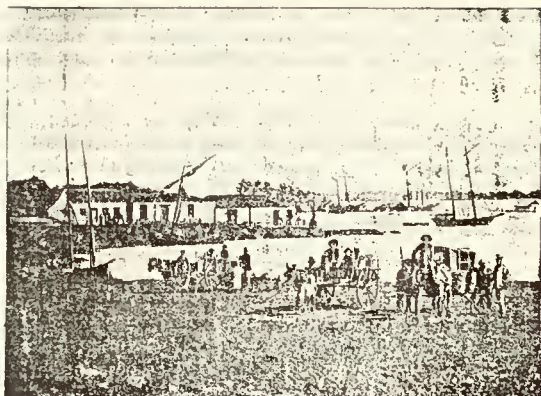
A povoação de São Borja foi a terceira capital das Missões Orientais, sucedendo nessa categoria a São Miguel e São Luis Gonzaga. Então chegou a dominar todo o território missioneiro assim no temporal, com no espiritual, transpondo o Ibicuí, toda a campanha, que começou a povoar-se desde a margem desse rio até a coxilha onde está a hoje cidade de Santana do Livramento, em uma distância de 320 quilômetros, de Norte a Sul e quase outro tanto de Leste a Oeste, tudo isso esteve anexo a paróquia de São Borja, em uma palavra os atuais municípios de Alegrete, Rosário, Quaraí, Uruguaiana, São Vicente, Santiago do Boqueirão e (no civil e no militar) toda a região de cima da Serra, isto é: Cruz Alta e todos os municípios dela desmembrados.

Justificava essa tão extensa jurisdição, a falta de população bastante do território conquistado, mas, como já mostramos em outra parte (Capítulo VII), a emigração e ocupação dos campos baldios não se fez esperar.

São Borja, além dos povoadores do extenso rincão do Cambacoã, teve, após a conquista, seus campos entre esse rio e o Boitui distribuídos pelos concessionários seguintes: Antônio Pereira de Lara, Amândio Antônio de Faria, Luis Guedes de Moraes Sacramento e a viúva Maria Eufrázia Cuahambuy, com uma sesmaria cada um, que todos venderam ao Coronel José Maria da Gama Lobo d'Eça e este formou duas grandíssimas estâncias, Antônio Prudente da Fonseca, Bazílio Garcia da Rosa, Clemente Antônio Vieira, Major Joaquim Ferreira Braga, Dona Florisbela dos Santos Lima, João Garcia da Rosa entre o arroio Itacorobi e a margem esquerda do Cambacoã, Fernando Gurambi, Custódio Gonçalves Lopes, (que venderam a Jacinto de Moura), Joaquim dos Santos Loureiro (três sesmarias compradas a uma concedida), Fabiano Pires de Almeida (além do que obtivera no rincão do Cambacoã), Ângelo Vieira de Oliveira, Feliciano Flor Goulart, José Antunes Pinto, Francisco Paím Coelho de Sousa (duas sesmarias concedidas pelo conde da Figueira) Floriano José Machado, José Dutra de Lemos, Âlferes João Alves Coelho (cinco léguas quadradas em Santos Reis que vendeu ao Coronel Manoel da Silva do Lago), José da Trindade, João Machado de Almeida, Francisco Correa Leal Famoso, Tenente Hipólito José Pereira, Major Luis Tavares Freire, Mariano José Pinto, César Augusto Centeno, o general Francisco das Chagas Santos, na extensa campanha de São Lucas (15 léguas quadradas) e outros de que não obtivemos informações.

Contentaram-se com menor extensão de terras e ficaram residindo na povoação: o cirurgião Marcelino Lopes Falcão, seu filho o padre Marcelino Lopes Falcão, o tenente coronel reformado Domingos José da Silveira, Antônio Luis dos Santos e Assis, o doutor Marcos Christino Fioravante e outros.

A medida que afluía a população branca, os índios cediam-lhe facilmente suas casas da redução⁹⁾ e parece que até preferiam os ranchos, que facilmente construíam, nos subúrbios, onde formavam uma população a parte.



Enchente do Uruguai em São Borja - 1885.

Por essa forma começou a constituir-se regularmente a sociedade em São Borja, de sorte que, por muita coisa que lhe faltasse, já se fazia sentir a necessidade de sua elevação a categoria de vila, quando esta teve lugar em 1834, por ato da presidência da província, como dissemos no Capítulo VIII.

Por esse mesmo ato foi constituída cabeça da Comarca das Missões, constando dos termos de São Borja, Cruz Alta e Alegrete, e portanto,, como já dissemos, todo o território conquistado em 1801, com exclusão do â margem direita do rio Santa Maria.

Por lei provincial de 22 de outubro de 1850 ficou sendo denominada comarca de São Borja, e, reduzida aos termos desse nome, o de Cruz Alta e (que horror?!) o de Vacaria na distância de 720 quilômetros de viagem a cavalo. Suprimido o último, revertendo seu território a Santo Antônio da Patrulha¹⁰) nem por isso diminuiu muito a extensão da comarca, para nela poder um juiz de direito desempenhar suas funções.

Em 28 de janeiro de 1857 foi criado e meses depois instalado o município de Passo Fundo, cuja sede dista de São Borja 540 quilômetros.

Felizmente, por lei de 6 de dezembro de 1858, ficou a comarca reduzida a dois termos, sendo um o de Itaqui criado por essa lei provincial.

Uma outra lei transferiu a sede da comarca para Itaqui, porém, a lei de 21 de maio de 1878 devolveu-lhe a categoria de cabeça de comarca.

Por lei de 21 de dezembro de 1887, foi a povoação de São Borja elevada a categoria de cidade.

Para a sustentação do governo municipal e mais duas au las na cidade e outra na povoação de Passo de São Borja dispõe a intendência de uma receita de 69:320\$600 rs. de impostos munici pais.

O Estado arrecada pela sua mesa de rendas 88.561\$000 rs. e as rendas federais, recebidas em mesa, assaz distinta importam em 38:011\$200 rs.

Maior seria a arrecadação dos dois últimos anos das ren das públicas, se mais próspero fosse o comércio de importação e exportação.

O município de São Borja carece de uma mais bem orien ta da administração municipal.

Nunca teve-a desde os tempos da monarquia, compondo-se a edilidade de homens carecedores dos mais triviais rudimentos gra maticais. Depois de banido aquele sistema de governo, nem por is so melhorou muito a composição dos Conselhos Municipais. Em nos sa última viagem, achamos a povoação, embora com o aumento d e alguns prédios, mais atrasada a certos respeito.

As ruas carecem de um calçamento, pelo menos a Mac. Adam, mais fácil e menos dispendioso, melhor iluminação pública, a re moção do lixo, materiais fecais e águas servidas e sobretudo o abastecimento de água potável, posto seja isso mais difícil, por ser preciso levá-la do Uruguai por meio de machinas e um enca namento subterrâneo até o centro da povoação.

Possue a cidade uma tipografia, que, com velhos tipos pu blica um jornal bisemanal.

Atualmente chama-se o Uruguai, mas já teve outros nomes, que tem sido mudados a medida, que as crises financeiras tem o brigado a suspender suas publicações e a substituir o pessoa l da redução. Em outros municípios mais modernos e na colô nia de Jaguarí a arte tipográfica tem sido outro desenvolvimento e até mesmo impresso livros, como vimos um ilustrado.

Conta a cidade 25 casas comerciais em fazendas, louças, ferragens, gêneros secos e molhados, 1 hotel, 3 açougues, 2 pada rias, 2 farmácias, 3 bilhares, 2 clubs, 2 alfaitarias, 15 advo gados, 2 médicos, 2 notários, 1 escrivão do civil e crime, 1 de or fãos, juizes de comarca e distrital.

Não há uma sô fábrica industrial, mas também não faltam carpinteiros, pedreiros, ferreiros, ourives, 1 marceneiro e 1 la toeiro.

Na povoação do Passo há 1 hotel, 10 casas de negócios, 3 açougues e 1 padaria esta e aqueles são os fornecedores dos re gimentos al aquartelados.

Tanto nessa povoação como na cidade tem o comércio a forte concorrência das casas comerciais de São Tomé, além do Uruguai, nas quais vão os moradores do território brasileiro comprar e trazer roupa feita e outras mercadorias, introduzidas de modo que escapam a fiscalização aduaneira.

Notamos em São Tomé, povoação inferior a São Borja, mais movimento comercial e grandes estoques de fazendas e roupas feitas, devido isso a exagerada fiscalização das autoridades na fronteira brasileira.

É da maior necessidade o prolongamento da estrada de ferro desde Itaqui até São Borja, acompanhando assim a vizinha Confederação Argentina, que tem sua via férrea até São Tomé, 12 quilômetros distante de São Borja.

Essa medida se conseguirá, quando a população inteira e sua Intendência Municipal, pondo de parte o partidatismo (que por mais de meio século tem trazido esse povo dividido) souberem reclamar, com uma só unidade de vistas, esse indispensável melhoramento).

A cidade de São Borja possui um hospital de caridade para a população pobre, é ainda pequeno, mas bem dirigido.

Deve-se ao humanitário médico doutor Álvaro Batista da Costa, que muito se esforçou e conseguiu dotar a povoação, onde nasceu, com um estabelecimento idêntico aos das cidades de Alegrete, Uruguaiana, Bagé, São Gabriel e Santa Maria. Nestas os edifícios são maiores, mais bem servidos e muito maior o número de doentes em tratamento. Mas virá tempo, em que o de São Borja possa igualar os das outras cidades missioneiras.

A indústria predominante do município é a pecuária ainda inferior a que enriquece o município de Itaqui e os além do Ibicuí.

As terras, porém, prestam-se a uma indústria, que uma vez começada, será uma fonte de riqueza.

Queremos falar da cultura do arroz, para o qual se prestam os banhados e terras alagadiças próximas à cidade.

Essa indústria está enriquecendo Cachoeira e São Gabriel, que não possuem tanto terreno adaptado, como São Borja, para a cultura do arroz.

Oxalá estas poucas linhas despertem a atenção desse povo e faça-o adotar essa cultura e o preparo desse cereal, como também a criação dos suínos e exportação de seus produtos.

O algodão plantado e colhido em maior escala, o trigo e o fumo podem aí enriquecer também muita gente.

Tempo houve e foi em 1848, que no seio da Câmara Municipal, apresentou-se a idéia da transferência da sede da vila para a povoação de Passo de São Borja, que então mantinha uma regular concorrência de pequenas embarcações, fazendo um comércio marítimo por todas as margens do Uruguai.

Então existia uma alfândega, que, passados alguns anos, foi transferida para Uruguiana.

O coronel Manoel dos Santos Loureiro era o presidente da municipalidade, ao mesmo tempo sendo o comandante da fronteira, o que era tudo.

Tendo construído uma casa, na esquina da única praça da vila, opôs-se a essa mudança e a Assembléia Provincial disso não tratou. Se tal mudança houvesse prevalecido, cairia inteiramente o antigo povo jesuítico, onde era a vila, mas também o município de São Borja teria uma sede mais desenvolvida e florescente, uma cidade que jamais teria ficado suplantada pelas de Itaqui e Uruguiana. Ninguém olhava então para o futuro.

Concluindo com este capítulo a série de viagens pelas ruínas dos sete povos das Missões Orientais, nossas observações sobre os três únicos povos restaurados e convertidos em vilas e cidades, apreciados seus municípios, passamos a tratar do demais territórios conquistado, cheio de vida e (salvas poucas exceções) com a perspectiva do mais brilhante futuro.

NOTAS

1) Francisco José Freire, na Arcadia Candido Luzitano, na Segunda Parte de suas Reflexões sobre a Língua Portuguesa, página 172, trata-se disso.

2) Somos informados, que o atual presidente do estado trata de realisar essa mais reduzida ponte, com o que fará um grande benefício a população missioneira.

3) Parece-nos foram os terrenos, onde José Innocêncio de Moraes Dutra; Joaquim Antônio de Moraes Dutra e José Joaquim Chaves tomaram suas posses, que foram depois legitimadas.

Essas três e outras menores foram posteriores a pacificação de 1845. Antes disso, antes mesmo de 1825, todas as posses eram revestidas de títulos de concessão do comandante geral das Missões, ou do governador da capitania.

4) Isso vimos em 1886, porém 22 anos passados, em viagem que fizemos pelo rio da Prata, já o velho hospital, mais tarde armazém, estava substituído por uma casa particular, de arquitetura moderna, ocupada com uma farmácia.

5) A redução de São Carlos, na margem oposta do Uruguai, destruída em 1818 (Cap.VII).

6) Adiante diremos alguma coisa sobre o novo traçado da estrada de ferro, deixando esta cidade fronteiriça a considerável distância.

7) Podemos citar os seguintes macróbios: - 1 a china Felicidade de Jesus com 129 anos; - 2 o índio Antônio Daniel com 113; - 3 Estevam Andrade com 110; - 4 Manoela Lascana com 107; - 5 Luís Vianna com 106; - 6 o preto Felizardo Guimarães com 104; - 7 Caetano Machado Gallo com 103; - 8 D. Margarida Pereira do Lago com 102; - 9 Francisco Antônio Torres com 102; - 10 o índio Hilário Aray com 101; - 11 Angelo Vueura d'Oliveira com 100; - 12 Raimundo José Fagundes com 100; - 13 o já mencionado coronel Tristão d'Araújo Nobrega com 98; - 14 seu irmão Antônio José Guimarães com 96; - 16 D. Anna Joaquina Lopes de Almeida com 94 anos.

Entre 70 e 90 anos é considerável o numero de velhos vivos ou extintos.

8) Na última viagem que fizemos em maio de 1908, foram-nos as jornadas mais suaves, pois de Porto Alegre fomos em uma noite e parte de um dia até Santa Maria, noutro dia ao Alegrete, no terceiro chegamos às 3 horas da tarde a Uruguiana, de onde (por já não haver vapores) nos transportamos a povoação de Livres e desta a São Tomé (povoações argentinas) e repassando o Uruguai, fomos pernoitar em São Borja.

Foram quatro dias de viagem, a sétima ou oitava parte do que há 30 anos se gastava em carretas, ou outros veículos.

Ainda assim não retiramos a expressão, São Borja é um recanto do Brasil, que dificilmente progredirá, enquanto os homens mais influentes não adotarem aquela política, que tanto engrandeceu Pelotas: uma geral solidariedade em todas as medidas tendentes ao progresso do município e o aformoseamento e asseio da sua sede.

9) O governo considerou todas as casas outros tantos próprio nacio

nais, mandou vendê-los em hasta pública, sendo o produto recolhido à mesa de rendas gerais de São Borja, passando desta a tesouraria de fazenda. Algumas pessoas, que já tinham comprado dessas casas e pagaram sisa, tiveram que ir licitá-las em praça e entrar com a respectiva importância. Passou-se isso em 1854, mais ou menos.

10) Essa anexação durou muitos anos, porém, há mais de 20, tanto Vacaria como Lagoa Vermelha são vilas e cabeças de duas grandes comarcas. Esse território que, disse-nos uma vez o Visconde de Sinimbu, quando presidente do Rio Grande do Sul, daria uma província, nunca pertenceu, sequer, transitariamente, às Missões Orientais.

O juízo daquele estadista foi exagerado, porquanto Lagoa Vermelha, Vacaria e São Francisco de Paula de Cima da Serra não poderiam dar uma província. Quando se pensou na criação da província do Alto Uruguai, foi com a condição de anexar-se-lhe toda a região serrana e ainda a comarca de Lagas de Santa Catarina. O território da margem direita do Ibicuí continuava incorporado ao Rio Grande do Sul.

Mas essa idéia morreu para sempre, como diremos no Cap. XIX.

11) O muito otimismo do tempo do império e mesmo da monarquia portuguesa, facilitou as invasões, de que esta fronteira foi vítima.

Nos tempos que correm, temos um vizinho poderoso e esse basta para, num momento dado, invadir esta linha de fronteira, tão mal guarnecida.

E, dado um caso desses, primeiro que se mova e chegue a brigada existente em São Luis, na distância de 156 quilômetros, ou de Cruz Alta na de 360 quilômetros, a população de São Borja estará farta de sofrer os terríveis efeitos de uma invasão inimiga.

Não tem a República Argentina forças em suas fronteiras, quando muito existem pequenos destacamentos, mas possui uma estrada de ferro mais bem traçada e mais bem servida, pela qual pode, num ou dois dias, levar um pé de exército da sua capital até a linha por onde com ela dividimos.

É certo que a nossa diplomacia tem sido solícita em procurar manter as mais amáveis relações com aquela nação vizinha e, nela mesmo, há de sobra quem prefira viver em paz conosco. Mas também não falta, quem professe um ódio instintivo contra o Brasil e deseje tirar-lhe a preponderância, que tem gozado no continente sul-americano.

Cumpre-nos estar tão prontos como eles, para o que imprevisivelmente possa dar-se. Pômos esta nota, porque atualmente trata-se de fazer passar a estrada de ferro, bem longe de São Borja, para ir diretamente a São Luis.

Tínhamos muito que dizer sobre esse bem apadrinhado plano, mas, sendo este livro estranho à politicagem, silenciámos.

PARTE TERCEIRA

A REGIÃO SERRANA

A la vue des merveilles de la nature, on se sent naturellement disposé à admirer la main, que les tira du néant.

Chateaubriand

DUAS PALAVRAS

Tout ce que l'étude et l'industrie des hommes ont pu imaginer pour rendre ces contrées agréables, n'approcherait point, de ce que la simple nature y avait ressemblé de beauté.

Chateaubriand

Duas regiões bem distintas assinalam a parte do Rio Grande do Sul, que descrevemos nos restantes capítulos: - a Região Serrana - e a das Savanas ou dos Pampas.

Aquela, a mais bela e favorecida pela natureza, é separada desta, pela vasta e elevada cordilheira, que principiando na subida da serrinha de Iboraiassã (ou Igraiassã) vai contornando as terras vulgarmente chamadas de Cima da Serra, passando distanciada por São Francisco de Assis, afastando de 24 a 30 quilômetros de São Vicente e, prosseguindo, aproxima-se demais do de Sta. Maria, afasta-se de Cachoeira e Rio Pardo, penetrando depois nos municípios de Sta. Cruz e Guaporé.

Essa cordilheira com 786 quilômetros de tortuosa extensão, em alguns lugares com 4, em outros com 60 quilômetros de espessura, prossegue até o município de Estrela e Taquari entre nós de Montenegro, Taquara, Conceição do Arroio, Santo Antônio da Patrulha até os limites com o Estado de Santa Catarina.

Mas nunca poderão ser consideradas terras missioneiras os campos e bosques dos municípios de São Francisco de Paula e Vacaria, porque o Mato Português, as vertentes que formam o rio Ligeiro ou Lajeado, até confluir no Uruguai, as contravertentes que formam o rio Carreiro até lançar-se no Taquari, foram sempre os limites setentrionais das Missões Orientais.

Abaixo da mencionada cordilheira e para o rumo do Sul até a fronteira brasileira e uruguia, ficam as belas campinas, alteradas por várias elevações ou coxilhas, pelos cerros de Loreto, Batovi e outros e pela serra, se tal nome merece, do Cavaí.

Toda essa campanha é bela, riquíssima mesmo, mas nunca poderá empanar os fulgores da Região Serrana, circundada pela grande cordilheira e pelo majestoso Uruguai até a foz do Cambaçu ou Camaçu das Missões.

Nesse perímetro, tão naturalmente extremado, a altitude das campinas transseranas, regadas por milhares de arroios das mais cristalina limpa, e por grandes rios que os recebem, como: o Passo Fundo, o Rio da Varzea (Uruguai-puitan) o Guarita, o Her val Grande, o Turvo (ou Alberti), o Nuncorã, o Santa Rosa, o Santo Cristo (ou Cebolati), o Comandã, o Ijuí Grande e o Ijuizinho (ambos com inúmeros afluentes) o Santa Maria, o Piratini, reforçado pelo Nacapetum e diversos outros, o Manoã, o Urucutã, o Cambacua e seus grandes auxiliares, todos estes correndo para o Uruguai, aos rumos de Norte e Oeste, o Jacuí com três fortes braços e as confluências do Igai, Ivaí e dos Buracos e outros ao rumo de Leste até a descida da Serra, o Ibicuí ao Sul com o concurso dos caudalosos Toropí, Guassupí e Jaguari, abstrahindo dos muitos tributários, que neles se lançam abaixo da Serra, todos esses mananciais mostram a fertilidade de um solo argiloso e são outros tantos elementos para a pureza dos ares.

Mas, acrescentemos, que além da abundante mataria da Serra Geral e essa resistindo às devastações dos lavradores, ainda assim, são quase inextinguíveis as cordilheiras do Uruguai, ao do Campo Novo, a do Ijuí, a do Cadeado, a do Fachinal dos Valos, os copiosos bosques de Soledade, de Passo Fundo, de Nonoai e muitos outros; tudo isso ainda concorre para a excepcional salubridade dessa feliz região. Tendo escrito, há muitos anos, sobre o município de Cruz Alta, que até 1857 compreendia toda a Região Serrana até o Piratini e a vertente oposta que forma o Jaguari fizemos uma nomenclatura dos vários casos de longevidade aí ocorridos.

Desde que começaram, no referido ano, os desmembramentos formando os municípios de Passo Fundo, Soledade, Palmeira, Santo Ângelo, São Luís, Júlio de Castilhos, é justo não atribuir ao clima de uma já assaz resumida localidade, os benefícios e vantagens, que pertencem a toda a vasta Região Serrana.

Nós a percorremos em todas as direções, durante doze anos de nosso domicílio em Cruz Alta, e nunca foram excessivos a nós, filho da zona tórrida, o frio nem o calor.

Nunca vimos um termômetro baixar de zero, nem subir, na estação canicular a um desses graus, que em Porto Alegre e em outras paragens têm ocasionado insolações.

Um só caso de congelação deu-se em 1862, nos subúrbios de Cruz Alta. Uma senhora demente levantou-se por uma madrugada frigidíssima, quando toda a família ainda dormia, saiu a passear por um potreiro de sua chácara.

Logo cedo os escravos acharam-na morta e enregelada.

O frio, durante três noites sucessivas do mês de junho de 1862, excedeu com efeito os dos anos anteriores e posteriores, mas só se contou esse caso fatal.

Nos meses, porém, de maio e julho de 1909, os termômetros desceram oito graus centígrados abaixo de zero, mas também

foi esse um inverno excepcional para todo o Rio Grande do Sul e até para as repúblicas do Prata. Não há memória de outros tão excessivo.

Na Região Serrana, só se contou uma grande perda de animais do campo, enfraquecidos pela falta de pastos crestados pelas geadas.

Houve gente, que divertiu-se pondo ao relento vasilhas com água, que, ao amanhecer, estavam convertidas em blocos de gelo.

E assim sucedendo, nem uma pessoa, sem excetuar os próprios micróbios, sucumbiu por causa desse frio desconunal e até então desconhecido.

Por toda a circunscrição serrana são abundantes as chuvas, mais copiosas e duradouras durante o inverno.

Depois dos aguaceiros ou tormentas, como lhes chama o povo, refresca o tempo, então o vento sul, no verão, ou minuano, no inverno, enxugam as humidades. Os arroios correntes se acaso excederam, voltam ao volume ordinário de suas torrentes.

Quando o minuano calma (e isso sucede de Abril até Agosto e raras vezes mais tarde) vem a geada, que se derrete aos primeiros raios do sol matutino; o vento frígido sopra de novo. Esse fenômeno repete-se por três ou quatro dias. Passados esses torna-se a temperatura têpida até novas chuvas e trovoadas.

Quando sopra o pesado aquilão, muitas pessoas experimentam alguma prostração ou disposição para a indolência. Para outras, essa mudança do tempo passa insensível.

A pureza do clima, a sobriedade dos habitantes são devidos os casos de longevidade, que passamos a enumerar:

1 - O Cacique Fongue, que existia na redução de Santa Ana, quando em 1767 foram expulsos os jesuítas, saiu com uma porção de homens e mulheres, que retomaram a vida selvagem. Faleceu em Campo Novo em 1886, com 151 anos de idade, com toda a lucidez mental, quase igualou o célebre Tomaz Parr. Ao Doutor Carlos Frederico de Nabuco, médico da colônia militar do Alto Uruguai, ao Major Francisco Manoel de Siqueira (que ainda vivem) e a outras muitas pessoas contou episódios de sua vida nomada;

2 - O preto Honório Dias, africano, importado para o Brasil em 1788, sendo já homem, e falecido em 1902, com 146 anos de idade;

3 - Manoel Jacinto Machado, paulista, fazendeiro em Passo Fundo, onde finou-se com 132 anos.

4 - Dona Raquel Francisca de Menezes, sogra do Tenente Coronel Vidal, falecida em 1874 com 128 anos;

5 - José da Silva Pereira, perto de Passo da Palmeira, falecido em 1868 com 125 anos.

6 - José Severo, morador no Tope (Passo Fundo), falecido em 1898 com 122 anos;

7 - Maria da Conceição (mãe do ancião João Xavier da Maia), falecida num desastre em 1863, com 21 anos;

8 - Raquel de Aguilar, argentina, falecida em 1897 com 116 anos;

9 - Francisco Passarinho, natural de Minas Gerais, faleceu no Rincão de Nossa Senhora em 1872 com 115 anos;

10 - Francisco Alves Valente, português insulano, falecido em 1896 com 118 anos;

11 - Dona Francisca Reis, fazendeira em São Xavier, falecida com 112 anos;

12 - Sebastião José de Carvalho, soldado de guerra peninsular, falecido em 1886, com 111 anos;

13 - Tristão Frederico Schmitt, colono alemão, vindo para o Brasil em 1822, faleceu na redução de São Miguel em 1879 com 109 anos.

14 - Jose Bento de Almeida, paranaense, falecido em São Xavier, com 108 anos;

15 - O ex-vigário, Frei José de Santa Avertana, português, carmelita descalço, falecido em Cruz Alta em 1851, com 106 anos;

16 - José Tomaz da Silva, paulista, fazendeiro, com 106 anos;

17 - Bernardo Castanho da Rocha, idem, idem, com 106 anos;

18 - Joaquim Antônio de Oliveira, capitalista, com 105 anos;

19 - Manoel Joaquim de Sampaio, rio-grandense, com 104 anos;

20 - João Alexandre, alemão, soldado da batalha de Austerlitz, faleceu em Cruz Alta em 1867, com 104 anos;

21 - Maria Inicência, índia, faleceu em 1900 com 103 anos;

22 - Matheus Soares da Silva, fazendeiro riquíssimo, faleceu com 103 anos;

23 - Capitão Manoel Pereira Soares, sobrinho do precedente, com 102 anos;

24 - José de Souza Bueno, fazendeiro em Palmeira, com 102 anos;

25 - Christiano Schmitt, alemão, morador em Soledade, com 102 anos;

26 - João Felix Anhaia (por alcunha João Meúdo), faleceu em São Xavier com 102 anos;

27 - Comendador Salvador Martins França, paranaense, faleceu em Cruz Alta, com 102 anos;

28 - Dona Anna Maria França, idem, irmã do precedente falecida em Cruz Alta, com 101 anos;

29 - Salvador Antunes da Costa, faleceu nas proximidades de São Miguel com 101 anos;

30 - Tenente-Coronel Antônio de Melo Bravo, falecido em Soledade, com 101 anos;

31 - Rogério Gonçalves Padilha, paranaense, falecido em São Xavier, com 101 anos;

32 - Alexandre Luís da Silva, com 100 anos;

33 - João Baptista, Índio, faleceu com 100 anos;

34 - Gertudes Gonçalves, indiática (por alcunha a Bugreira) com 100 anos;

35 - Joanna Rodrigues de Carvalho (por alcunha a Bulcão), com 100 anos;

É possível, nos escapassem mais alguns outros²).

Não chegaram a completar um século e faleceram com mais de 90 anos;

1 - O ex-vigário A. Popeo Paes de Campos, paulista;

2 - Cândido Rodrigues Sanches, idem;

3 - Silvestre José de Pontes, idem;

4 - Cap. Oliverio José d'Araujo Ortiz, rio-grandense;

5 - Manoel Veríssimo da Fonseca, portugueses;

6 - João Chisostomo de Moraes, paulista;

7 - Lourenço Luís d'Oliveira, idem;

8 - Francisco José Dias d'Alemlida, idem;

9 - Bernardo Antônio de Quadros, idem;

10 - Antonio do Rêgo Mello, catarinense;

11 - Coronel Antônio Gonçalves Padilha, paranaense;

12 - Dito João Baptista d'Oliveira Mello, paulista;

13 - Antônio Soares d'Albuquerque, paranaense;

14 - Jose Manoel Lucas Annes e sua esposa;

15 - Dona Anna Lucas, rio-grandense;

16 - Antônio Fernandes de Almeida, portugueses;

17 - Antônio Machado Soares, rio-grandense;

18 - Miguel Rodrigues de Carvalho, idem;

19 - Antônio Rodrigues Pereira (o Apicai), paulista;

20 - Capitão Adriano José Bueno, rio-grandense;

21 - Major Athanagildo Pinto Martins (avô de um coronel de idêntico nome), paranaense;

22 - Capitao Manoel Gonçalves da Terra, rio-grandense;

23 - Dito João José de Souza Rabello (assassinado)baiano;

24 - Manoel Gomes de Moares (milionário) paulista;

- 25 - José Ferreira de Sampaio, idem;
- 26 - Major Lúcio Alves de Castro, idem;
- 27 - Dona Anna Dias (mãe do Barão de São Jacob), rio-grandense;
- 28 - David José de Moura Ramos, idem;
- 29 - Capitão Fidelis Militão de Moura, idem;
- 30 - Dito Joaquim José Pereira, português
- 31 - Manoel da Silva Lourega, idem;
- 32 - Francisco Domingues de Arruda, paulista;
- 33 - José Joaquim Brizolla, idem;
- 34 - Manoel Ferreira Guimarães Batalha, português;
- 35 - Camillo Justiano Ruas (ex-tebeliao), idem;
- 36 - Innocencio José de Abreu, catarinense;
- 37 - José Rodrigues de Moraes, paulista;
- 38 - Estevão Malaquias Paes de Figueiredo, baiano;
- 39 - Coronel Joaquim Gomes Soares, rio-grandense;
- 40 - Dito Feliciano Jacintho Dias e sua esposa;
- 41 - D. Porfíria Innocência de Siqueira, rio-grandenses;
- 42 - José Pedroso de Moaraes (ex-escrivão de ôrfão), paulista;
- 43 - Joaquim Bueno de Quevedo, rio-grandense;
- 44 - Joaquim Manoel Coelho, idem;
- 45 - Bernardino Gomes da Trindade, idem;
- 46 - Antônio Moreira Tobias (por alcunha o Godinho) catarinense;
- 47 - Antônio Pereira Borges, paranaense;
- 48 - Bento Barboza de Lima, goiano;
- 49 - Damazo de Meira Callaço, paranaense;
- 50 - Major João Ferreira Amado, idem;
- 51 - Um velho paulista (por alcunha o Boliviano), que contava 96 anos, quando foi agredido a chicote, por um moço, de quem defendeu-se, matando-o a golpes de facão. Foragido e preso, fin dou seus dias, pagando tão caro o ter sido um ancião brioso;
- 52 - O Dr. Francisco de Assis Pereira de Noronha, português;
- 53 - José Joaquim dos Santos Lima, também português.

É seis vezes maior o número dos velhos, que nessa região abençoada tem deixado o mundo com mais de 70 e menos de 90 anos.

Tão repetidos casos de longevidade observados em um pe r todo de 54 anos, em uma circunscrição territorial, já bastante povoada são outras tantas provas da excelência do clima.

Aí nunca chegaram o cholera morbus, que por duas vezes invadiu o Rio Grande do Sul, nem as febres perniciosas de caráter epidêmico. O tifo (se o era) grassou no verão de 1865 sem fazer uma única vítima.

A varíola para aí importada em 1863, apenas vitimou três pessoas e não mais reapareceu.

As câmaras de sangue em 1868 tiveram casos fatais, devido a imperícia dos curandeiros, pois não havia médicos. Essas três epidemias só se manifestaram em Cruz Alta, onde ainda hoje passa-se um mês e mais sem um único sepultamento no seu cemitério público.

No Campo Novo 180 quilômetros longe de Cruz Alta, quando em 1866 a população já excedia ali de 3.000 almas, deram-se dois únicos óbitos. Fomos disso informados pelo subdelegado Antonio Porto Pereira, em cuja casa estivemos.

Desde que tão baixa é a mortalidade e os nascimentos se sucedem com frequência, devido a fecundidade das mulheres, em regra sadias, a população cresceria independente das emigrações. Estas sempre se tem dado, quer do próprio Estado, quer dos Estados de São Paulo e Paraná, de onde os homens pobres vem com frequência procurar e conseguir melhorar de sorte e até mesmo enriquecer.

Mas, como se isso não bastasse, a colonização estrangeira que até 1887 parecia impossível, começou a desenvolver-se de modo a contar atualmente doze núcleos coloniais bem desenvolvidos e alguns reclamando com justiça a constituição de municípios autônomos.

Nós trataremos individualmente de cada uma dessas colônias nos capítulos consagrados aos municípios, onde elas foram fundadas.

Também trataremos das latitudes, longitudes e altitudes das cidades e vilas compreendidas na vasta circunscrição, que calculamos em 86.436 quilômetros quadrados.

Em toda essa região serrana a latitude é a de 25º, 6' a 28º, 54' e 6" e a longitude em 52º a 56º 9' e 13"

Um belo porvir aguarda essa já tão povoada região, mas sê-lo-á quando chegar a Passo Fundo a estrada de ferro iniciada em Itararé (São Paulo) a entroncar com a Viação Férrea Rio-grandense e quando esta estender seus trilhos até o Alto Uruguai e a Soledade.

Já deveria o governo da União ter feito realizar isso, tomando o exemplo da república vizinha.

Mas faça-o embora tarde, como já é, e não deixe de fazê-lo, que será pior.

NOTAS

1) A primeira esposa do major Francisco José Alves Monteiro.

2) Não fazemos menção de alguns centenários ainda vivos, tais como o major Feliciano Francisco de Abreu Araujo, fazendeiro na Soledade, que tinhamos por morto, quando o atual intendente daquele município, disse-nos ser ainda vivo e bem robusto.

Capítulo XIX

CRUZ ALTA

Toutes les sociétés, dont nous faisons partie, toutes les choses avec lesquelles nous avons quelque liaison... sont les villes où nous passons notre pèlerinage, parce que notre âme s'y occupe et s'y repose.

Pascal

Paisagem bela é incontestavelmente a de Cruz Alta e seus arredores.

Sobre a campina ondulada e coberta de relva sempre verdejante, ergue-se a bipartida colina, onde foi assentada a cidade.

Num declive, ao Norte, brotam duas copiosas vertentes de excelente água potável. Seguindo para os rumos Nordeste e Noroeste, formam os arroios Nossa Senhora e Conceição, tributários caudalosos do Ijuí Grande. Em outro declive, ao Sul, é outra cristalina vertente do arroio da Cruz, tributário do Igaí, que se lança no Jacuí, na distância de 46 quilômetros.

Amenizam os limites urbanos da povoação três lagoas de águas límpidas, renovadas por freqüentes chuvas torrenciais. Foram chamadas de Monteiro, do Vidal e do Jacob, hoje são crismadas com os nomes de Bento Gonçalves, Tamandaré e Canabarro, de três varões distintíssimos, já desaparecidos, mas sem a menor ligação com este meio social.

Entre os dois primeiros arroios e a cordilheira que na distância de 36 quilômetros borda o Jacuí, fica o Rincão de Nossa Senhora, de que já tratamos no capítulo XII.

No limite Leste, pouco distanciado da lagoa, outrora do Vidal, existe um capão de matos que, sendo propriedade particular, ainda é conservado.

Ao Oeste, existiu outro com a extensão aproximada de dois quilômetros quadrados, por onde corria a copiosa vertente da Panelinha. Esse extinguiu-se.

A municipalidade, desde sua instalação, fê-lo servidão pública, permitindo a livre extração de madeira e lenha a pessoas que disso faziam ramo de negócio. Um incêndio em 1861, durante três dias e outras tantas noites, preparou essa extinção¹).

E lá se foi o lindo bosque, o passeio favorito das famílias pelo verão e tempo das guabiobas, pitangas e cerejas.

Seria possível, sem quase dispêndios, restaurá-lo, mas os edis preferiam distribuir o terreno por diversos chacareiros.

Nem a supressão do bosque, nem a ocupação dos chacareiros prejudicaram a beleza natural da cidade.

O viandante aí passando não encontra obras de arte. Os edifícios, inclusive a própria estação da estrada de ferro, aliás tão moderna, as casas particulares, não se recomendam pela arquitetura. Alguns espécimens, ainda não substituídos, das construções primitivas, mostram as paredes exteriores de casas, feitas com tijolo e barro assentando em barrotes (que aí chamam baldrames) ou entremeadas de esteios de madeira de cerne, presos aos frechais, que sustentam os tetos.

A maior parte dessas construções arcaicas tem sido, pouco a pouco, substituídas por paredes de alvenaria sobre alicerces de pedra. Mas como a cal é caríssima, as paredes são de tijolo e barro, rebocadas com argamassa de cal.

Na distância de meio quilômetro da estação, da chamada Viação Férrea Rio-grandense, cruzam-se cinco estradas de rodagem, tão antigas como as primitivas habitações da cidade.

A primeira ao Norte vai ter a Santo Ângelo e demais povos das Missões Orientais. Parte dessa estrada está cedendo lugar à que foi-lhe um desvio para a colônia de Ijuí, e essa está sendo substituída por um ramal da via férrea, que deverá ter um mais longo prolongamento.

A segunda estrada a Leste vai ter a Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria, Estados de Santa Catarina e Paraná. Essa tem ramais cotidianamente percorridos para Palmeira, Nonoai e também para Campo Novo e colônia militar do Alto Uruguai. Para Palmeira e Nonoai, os viandantes aproveitam parte da via férrea para Passo Fundo. Por muitos anos, ainda as estradas velhas serão transitadas por tropeiros de mulas, ou de gados, carreteiros e até por viandantes pobres.

A terceira estrada a Oeste, atravessando o Ijuizinho numa ponte, prossegue até São Borja, ou no desvio para Itaqui num percurso maior de 300 quilômetros. Essa tem ramificações para São Xavier, Santiago do Boqueirão, São Francisco de Assis, continuando para Alegrete e pontos da nossa Fronteira Meridional.

A quarta estrada ao rumo do Sul vai até São Marinho, com um ramal para São Xavier, descendo este e aquela para as terras abaixo da Serra Geral. Essa tem a concorrência da via férrea até

Júlio de Castilhos e Santa Maria, deixando São Martinho à distância maior de 36 quilômetros.

A quinta estrada a Sudeste segue para o município de Soledade, onde faz junção com a que para ali segue a de Passo Fundo, tornando-se uma só até a descida da serra pela picada de Botucaraí, passando pela moderna freguesia da Candelária, para ir reunir-se à mencionada quarta estrada, e então é uma só até a cidade de Rio Pardo.

Todas essas estradas de rodagem (com exceção da subida e entrada da picada de Botucaraí, nada custaram aos cofres públicos, o terreno sem grandes elevações, despido da relva pelo atrito das carretas e pisadas dos animais, tornaram-nas tais, como se fossem feitas e capinadas a enxada.

Colocada como centro de irradiação dessa rede itinerária favorecida pela natureza do solo, não poderia Cruz Alta ficar estacionária. Aumentou, apesar de distanciada 540 quilômetros da capital do Estado, 144 quilômetros de Santa Maria e ainda mais do que esta, das outras povoações intermediárias.

Esse aumento tem continuado depois que começou a funcionar a hoje chamada Viação Férrea Rio-grandense, reduzindo as viagens para Porto Alegre a dois dias e podendo sê-lo (se quiserem) a metade desse tempo.

Durante o nosso longo domicílio nessa cidade (e posteriormente visitando-a com intervalo de muitos anos) pudemos notar seu desenvolvimento material.

Quando ali residimos, foi raro o dia, em que não vimos chegar ou sair, por qualquer das estradas mencionadas, muitas pessoas a cavalo, umas trazendo ao cabresto animais com carga, umas que vinham de passeio, ou por questões quaisquer, outras tocando carretas e vários outros veículos, outras acompanhando tropas de gados especialmente muares.

Nos últimos doze anos afluem também colonos, oferecendo à venda produtos de seu trabalho, leitões e aves, etc., outrora raros e muito caros, hoje baratíssimos.

Findo o tempo da safra e começo da exportação da erva-mate desde outubro até janeiro seguinte, passavam diariamente dezenas de carretas, procedentes de Palmeira, Nonoai e Soledade conduzindo grandes carregamentos de erva-mate com destino à Fronteira Oriental ou a Itaquí, por muitos anos o empório desse produto da melhor indústria missioneira.

Esse movimento não arrefeceu, por causa da concorrência da via férrea, mas sim porque a cidade, o município e toda a Região Serrana ressentem-se da crise financeira que, desde 1890, tem assoberbado o Brasil inteiro.

Agrava essa situação o retraimento do comércio tornando-se menos expansivo e às vezes desprovido de muitos gêneros necessários e úteis. Crises até maiores deram-se (nem podia ser de outro modo) durante o decênio da revolução começada em 1835 e não foi menor a que presenciamos durante o quinquênio da guerra com o Paraguai.

Mas, como não há mal que seja eterno na vida dos povos, é de esperar, que a crise melhore, renasça a atividade comercial à abundância do numerário, logo que a vida econômica do país se já também mais próspera.

E assim como, após aquelas duas crises, houve em Cruz Alta, quem pelo comércio, conseguisse acumular fortuna, salientando-se os finados comerciantes Santiago Gandulfo, quase analfabeto e que formou um capital maior de duzentos contos de réis e Veríssimo Lucas Annes, que acabou milionário, também outros (e alguns já preparados para isso) podem vir a ser mais ricos.

Isto consignado, prosseguimos descrevendo a cidade.

Conforme a planta levantada por profissionais, consta a cidade de vinte e seis ruas denominadas Paulista, Domingos Veríssimo, Mariz e Barros, Marechal Deodoro, Procópio Gomes, Benjamim Constant, Voluntários da Pátria, Coronel Piltar, Maurity, João Manoel, Itaparica, Dr. Couto, Borges de Medeiros, São Jacob, Marechal Floriano, Coronel Mello, Pinheiro Machado, Coronel Martins, Sete de Setembro, General Osório, Andrade Neves, Venâncio Aires, Joaquim Noronha e Dr. Noronha, sete praças denominadas da Matriz, Júlio de Castilhos, Barão de São Jacob, Intendência, Quinze de Novembro, Silva Jardim e Itararé, regulando estas 150 metros em cada face, com exceção da primeira, um pouco menor, mas caprichosamente ajardinada⁹).

Dentro da demarcação urbana, contam-se 802 casas térreas, 3 sobrados, o edifício da intendência com a cadeia ao lado, e quartel da polícia, a igreja matriz³), o teatro Carlos Gomes, a loja maçônica Harmonia Cruz-altense, dois chafarizes e um cemitério extramuros.

Toda a edificação tem obedecido ao alinhamento da planta da cidade e as casas, ainda as mais pobres são confortáveis, tendo forro e soalho.

Na maior parte dos quintais e pátios, existe uma variedade da cultura de flores, hortalica e árvores frutíferas.

Tem-se tentado insistentemente ajardinar todas as praças, porém há uma praga inextinguível de formigas saúvas, que só têm poupado as paineiras, os jerivás e sicômoros. Só a praça da Matriz tem seu jardim bem cuidado.

Tempo houve, em que desapareceu a praga das formigas, quando o Doutor Olivério Pillar trouxe de Sorocaba uma formiga miúda, proliferando por tal forma, ao ponto de acabar com os grandes formigueiros na cidade e subúrbios.

Não se sabe a causa, ao fim de 20 anos essa formiga extinguiu-se de todo, e voltou a grande e destruidora.

Desde muitos anos Cruz Alta tem sido chamada o vergel da Região Serrana.

Quem aí chegar durante a primavera (que começa às vezes nos últimos dias de agosto) não achará, que seja uma qualificação hiperbólica, a dos apreciadores do vergel serrano.



Um subúrbio da cidade de Cruz Alta.

A população da cidade que, há 20 anos, não excederia de 2.000 habitantes, é hoje verificada no triplo, concorrendo para isso os corpos do exército que aí vão ter permanência. A população total do município é, com certeza, maior de 44.000 habitantes, de vendo subir dessa cifra.

Ergue-se a cidade na altitude, menos elevada que a do cimo da Serra, em 493,30 metros acima do nível do mar e fica na latitude de 27º.36' e 30" e na longitude de 100, 29' e 44", conta dos pelo meridiano do Rio de Janeiro.

Já vimos na Introdução a esta Terceira Parte que o território cruz-altense, compreendendo quase toda a Região Serrana, excedia de 1.300 léguas quadradas.

Eram seus limites ao Norte o rio Uruguai, desde a confluência do arroio Forquita até a foz do Piratini das Missões; a Oeste, por este acima até a confluência do Nacapetum, subindo por este até sua vertente, desta até a contravertente, que deságua no Jaguari, e por este até a Serra Geral; ao Sul e Leste, por esta até o alveo do rio Carreiro, por este até o Mato Português e por este até o arroio Forquilha. Era então esse município maior que qualquer dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Espírito Santo. Mas, com os desmembramentos posteriores, a sua área superficial ficou consideravelmente reduzida sendo seus limites os seguintes: ao Sul, a coxilha de Tupanciretã até a vertente do Ijuizinho e por este abaixo até um arroio, que nasce na cordilhei

ra do Cadeado até sua vertente e desta (a rumo de Leste) até a contravertente, que deságua no rio Conceição, ao Norte, esse rio até sua foz no Ijuí Grande e por este acima até a confluência do arroio da Palmeira, ao Leste, por este último até a estrada que vai a Passo Fundo e por esta até o rio Jacuí Ocidental por este abaixo até a foz do Ivaí e por este acima até a vertente mais próxima na coxilha de Tupanciretã. Ainda ficou, segundo nossos cálculos, com um perímetro de 378 quilômetros lineares, ou 256 léguas quadradas aproximadamente.

Hidrografia

O mencionado território, a começar pelo limite Norte, é regado pelos arroios denominados dos Barbosas, do Gramado, da Cachoeira, Caxambu ou Porongos, Fiúza ou Corticeira, o Faxinal ou Bugiganga, o Nossa Senhora ou da Ponte, o Conceição (com uma ponte no passo denominado do Cambarã), o arroio da Taipa, o Mombuca, o do Inglês, o da Ronda, o Chico Preto, o do Angu, o do Engenho, o Urupu, o Santa Maria afluente do último. Os últimos 6 arroios já ao rumo de Oeste e Noroeste da cidade.

Pelos limites Leste e Sul, regam o município os arroios das Tronqueiras e Varejão (que formam o Jacuí Ocidental ou Alto Jacuí), os Dois Irmãos (19 e 29 que unidos lançam-se no mesmo Jacuí), o Lagoão, o Santa Bárbara (confluente do último), o Ingaí ou Gaí (por corrutela do povo) e seus afluentes. Passo Novo, dos Thomazes, do Laureano, da Divisa, da Cruz ou dos Telles, a vertente do Papagaio, o rio Ivaí e seus afluentes, o dos Alemaes, o da Conga, do Velho Baptista, o Japepô ou Panela, o dos Buracos, (bastante caudaloso), o rio Jacuizinho (limite com o município de Soledade) e seus afluentes: Colorado com a subconfluência do Arroio Grande, o rio das Almas, o Cotovelo e o Pinheirinho.

Orografia

ImproPRIAMENTE são chamadas Serras as três cordilheiras de matos, que bordam os limites Norte e Leste do município e tomam os nomes de Serra do Cadeado, Serra da Conceição e do Ijuí Grande bordando os rios de tais nomes, e a do Faxinal dos Valos. Mas essas cordilheiras são pouco mais altas, que as mais elevadas coxilhas das onduladas campinas de todo o município.

Geologia

O solo em geral, salvas duas ou três áreas insignificantes, como parte da estância da Conceição, é argiloso, predominando um barro vermelho, o qual forma um pó impalpável abundante, tornando incômodos os passeios a pé ou em veículos, quer nas ruas da cidade, quer nas estradas.

Esse e a areia também amarelada e finíssima são pouco apropriados para auxiliar as edificações com a argamassa de cal.

No subsolo, não se encontram metais, nem outros minerais, a não ser as jazidas de pedras de grês, muito aproveitadas em várias obras. Nos rios e arroios, encontram-se seixos gra

níticos, sem outro préstimo, que para alicerces de paredes dos edifícios, ou para o calçamento das ruas da cidade.

O solo presta-se à indústria pecuária, se bem que carecendo melhorar as pastagens, mas servindo também para a plantação do trigo, linho, algodão, árvores frutíferas da zona temperada, a cultura da vide, que tem produzido vinhos excelentes aí fabricados. O chá, preto e verde, já produziu regularmente, mas paralizou por falta de pessoal conhecedor de sua cultura e preparação.

Descritos como ficam o território de Cruz Alta, as modificações da sua vastíssima circunscrição, suas riquezas naturais e solo fértil, a benignidade do seu clima, passaremos a sua

Parte Histórica

Não é bem certo o ano em que começou a ser povoado o local da atual cidade.

Os homens que aí primeiro formaram suas habitações, quase todos analfabetos, não se deram (como os de Uruguaiana) ao trabalho de deixar um documento atestando o dia mês e ano de sua instalação provisória ou definitiva. No livro aí impresso e do qual nos ocupamos em nossa introdução, vêm à pág. 57 e 58 alguns apontamentos históricos atribuídos ao cônego José de Noronha Nápoles Massa, trabalho esse que reputamos apócrifo.

Durante o tempo em que aí foi pároco (de 1855 a 1864), tornou-se o Cônego Massa nosso amigo íntimo. Mostrou-nos todos os seus trabalhos literários, como fossem: odes, epístolas em latim, sermões, uma gramática analítica da língua portuguesa, mais tarde impressa, um método para o estudo do latim, um resumido compêndio de filosofia (que ficaram inéditos), uma bonita correspondência epistolar, mas não esses apontamentos sobre a fundação de Cruz Alta, e nem deixaria de mostrar-nos, quando lhe falamos sobre a criação de um livro para os Anais do município. Então nos ministraria ele esses dados, que cuidadosamente guardaríamos, ou seriam o primeiro trabalho dos projetados Anais⁴).

Uma razão mais nos convence de serem apócrifos os aludidos apontamentos.

O Cônego Massa sabia escrever o português e jamais diria: ... "havendo abundância de campos devolutos, se desenvolviam nesta província as dedicações para os povoar, sem que estas fossem contestadas por qualquer domínio de propriedade.

São nossos os grifos, que melhor acentuam a incorreção da linguagem.

Entretanto procurando por nosso turno informações dos homens mais antigos do lugar como: os Bulhões (os filhos), José Tomaz da Silva, Joaquim José de Jesus, Coronel Antônio de Mello e Albuquerque e muitos outros conseguimos averiguar que, passados oito ou dez anos da conquista das Missões, estando ainda baldios todos os campos e matos dessa parte da Região Serrana, existindo apenas vestígios duma estrada pela qual os jesuítas mandavam de em tempos colher a erva-mate em Botucaraí (Soledade) e transportá-la a seus povos, o lugar onde está Cruz Alta

ta, tinha apenas quatro ou seis miseráveis ranchos, onde pediam descanso ou agasalho noturno os raríssimos viandantes (ou antes exploradores, que outra coisa não eram) provindos dos lados de São Martinho ou da região abaixo da serra. Também existiam alguns ranchos de índios missioneiros nas abandonadas estâncias jesuíticas da Conceição, Tupanciretã e da antiga guarda de São Pedro.

Era mister, disseram-nos alguns desses velhos um dia de viagem para de qualquer desses pontos, vir ter aos ranchos de Cruz Alta atual, com o perigo de encontrar salteadores ou algum bando de selvagens, que por aí vagavam.

Ainda o local da cidade de Cruz Alta era assim, quando, no território que mais tarde constituiu o distrito de São Xavier, foram iniciados vários estabelecimentos de criação e cultura, tais como: -os de José Inácio dos Santos, no Campo de São Diogo; o da viúva Dona Maria Flora de Mello, à margem esquerda do Jaguari; o dos antecessores do Major José Joaquim da Silveira, (campo de Sant'Anna) ocupados desde 1810, conforme o depoimento de várias testemunhas, quando o Marechal Manoel Carneiro da Fontoura fê-los compreender num escrito particular da compra e venda entre ele e o cabildo do povo de São Miguel⁵).

Depois daqueles povoadores (na distância de 120 quilômetros) e de vários outros que foram ocupando os campos intermediários, por concessões do comando geral das Missões, começou a ser conhecida a denominação de Cruz Alta, não onde existe atualmente, mas 15 quilômetros mais ao Sul, afastada dois quilômetros da estrada que vai a Tupanciretã e São Martinho, no campo posteriormente concedido a Antônio Moreira da Silva. Contaram-nos alguns raros homens desse tempo, inclusive o próprio Moreira, ter existido aí uma grande cruz de madeira, carcomida pela intempérie e defronte das ruínas da capela do Menino Jesus. A cruz desabou, não foi substituída, mas ao local haviam dado o nome de Cruz Alta.

Reconheceu-se, em poucos anos, não convir a localidade, e então foi transferida para a colina onde existiam os já mencionados ranchos. São Moreira ali ficou, tendo obtido duas léguas quadradas de campo, construído sua casa de vivenda no local posteriormente chamado Cruz Alta Velha, e o local dos ranchos, Cruz Alta Nova, mais tarde simplesmente Cruz Alta.

Procuramos saber os nomes dos primeiros povoadores do território cruz-altense, mas a tradição, a memória desses homens havia quase desaparecido. Dois ou três nomes eram apenas recordados. Então recorremos ao livro de registro instituído em todas as paróquias pelo Regulamento de 30 de janeiro de 1854. Esse e semelhantes livros foram recolhidos ao arquivo público estadual, criado por decreto do ex-presidente Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, no 29 quinquênio de seu governo. Foi-nos facultado o exame e vimos que, entre 890 posses tomadas, em diversas datas, por ocupação primária, ou por concessão provisória do comandante geral das Missões, figuram desde 1810 a 1826 os nomes de Gabriel Rodrigues de Carvalho (por alcunha o Bulcão), José Tomaz da Silva, Tristão Ferreira de Barros, Vidal José do Pilar, Joaquim de Almeida Pires, (por alcunha o Joaquim da Praça), Manoel

Gomes de Moraes (cessionário de um outro), Manoel Gonçalves da Terra, José de Moura e Silva, João Gonçalves de Almeida Laguna (desde a atual cidade até o Lagoão), Bernardino José Lopes, Antônio Machado Soares, Manoel Teixeira Buenavida (a partir da cidade para os lados do Cadeado), Francisco Antônio Carpes, Fortunato Carneiro Lobo, Joaquim José de Jesus, Prudêncio Domingues Vieira e Firmino da Silva Moreira (que estenderam-se pelo depois chamado Rincão de Nossa Senhora) Manoel Bento de Almeida, Joaquim Júlio da Costa Prado, Capitão Antônio de Souza Fagundes, Antônio Germano Teixeira, Felisberto José Fagundes, Antônio Moreira Paes (no imenso Rincão dos Vallos), José Joaquim de Carvalho, Domingos Alves dos Santos, Antônio Fernandes Paes, José Alexandre de Ávila, no espaço entre Cruz Alta Velha e as estâncias jesuíticas da Conceição e Tupanciretã. A todos esses precedeu o já mencionado Antônio Moreira da Silva.

Dos já mencionados povoadores, salientava-se o mais tarde Tenente-Coronel Vidal José do Pillar, que já era um abastado fazendeiro à margem direita do Jaguari, município hoje de São Francisco de Assis.

Agradou-se muito da situação, adquiriu uma sesmaria de campos e logo outra contígua e por fim, comprou a preços ínfimos, 14 léguas quadradas de campo e matos, à margem direita do Jacuí.

Uma vez preso ao solo, por tão grandes propriedades rurais, resolveu formar o lugarejo, onde só havia ranchos.

Fez e assinou com todos os habitantes um requerimento à Junta Governativa, que com a expulsão do General Saldanha (último governador português) ficara administrando a capitania do Rio Grande do Sul, desde fins de 1820.

Em 4 de julho de 1821, foi deferida aquela petição, oficiando a Junta Governativa ao Coronel Antônio José da Silva Paulete, Comandante geral da Missões Orientais, autorizando-o a conceder meia légua em quadro, sendo metade para a desejada povoação de Cruz Alta e outra igual porção de terreno para logradouro público, terreno esse que só em parte foi aproveitado e acabou em 1871 por ser espoliado e convertido em propriedade particular, por decisão do presidente da província J. Pinto Lima.

Não prosseguiremos sem intercalar o teor do ofício dirigido pelo Coronel Paulete ao comandante e Administrador da redução de São João, com jurisdição no território, hoje dos municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos. Esse documento, que foi, anos depois registrado no livro de notas do tabelião de São Borja, é assim concebido:

"Tendo sido atendido o requerimento firmado pelo povo do distrito desse comando, dirigido aos Senhores do Governo, para concessão do terreno de lei necessário à edificação duma povoação no lugar denominado Cruz Alta, ordeno a V.M.Ce, que, conforme o espírito das ordens que acabo de receber, datado de 4 do passado sobre este mesmo objeto, faça com brevidade medir meia légua de terreno no mesmo lugar, em que pretendem formar a povoação, contendo desde o ponto em que desejam ter a capela, um quarto de légua na direção de cada rumo cardeal, isto é: em rumos direitos de Sul a Norte e de Leste a Oeste, pondo marcos ou

balizas, que permaneçam seguros nos extremos das linhas assim medidas, para que em todo o tempo se possam passar os rumos e tra^{ve}sesões, que devem ficar no quadro necessário da povoação. E dentro do mencionado quadro destinará V.M^{ce}, um terreno de um quarto de légua em quadro, pouco mais ou menos, no lugar próprio e adequado para logradouro dos animais de todos habitantes do lugar, os quais deverão ter suas habitações em ruas bem alinhadas e des^{tor}cidas. Cada rua terá 60 palmos craveiros de largura e cada ^{mo}rador 50 palmos contados na frente da rua e 200 ditos de fundos, devendo no decurso de seus meses requerer título legítimo do mencionado chão aos Senhores do Governo da Capitania, que não poderá vender a outrem. São proibidas expressamente as faturas de ^{Ch}caras dentro da meia légua em quadro destinada à povoação, assim como ninguém poderá ocupar mais terreno, que aquele que lhe é destinado, salvo o caso de o comprar a outrem que já possuir título legítimo. À frente da capela se deixará uma praça quadrada e não deverá ter menos de uma quadra de 400 palmos em quadro. São Borja, 18 de agosto de 1821. Antônio José da Silva Paulete. Sr. Antônio Pinto da Silva."

Vidal fez traçar a planta da povoação, constando então de uma praça e três ruas de Norte a Sul e quatro transversais de Leste a Oeste.

Na praça foi edificada a capela dedicada ao Divino Espírito Santo.

Outros afirmam (e parece-nos mais verossímil) que a capela já estava feita, pois foi muito mal alinhada interceptando uma rua, chamada então da Igreja.

Apesar de pequena e de ser uma obra tosca e pouco sólida, serviu de matriz até 1873.

Nesse ano, foi demolida e começou a construção da nova igreja, mais distanciada do local da antiga, aumentando para a face do Oeste a praça, que ficou sendo um perfeito paralelogramo.

Em 1824, por provisão do vigário geral, em Porto Alegre foi a igreja provida, como capela curada, sendo nomeado o padre Antônio Pompeu Paes de Campos, vindo de São Paulo, onde não mais voltou, apesar de lá ter deixado bens de fortuna.

A esse seguiram-se os padres Joaquim Gonçalves Pacheco, Francisco Leite (que dizem fora assassinado), Manoel de Campos Leite Penteado, Antônio Rodrigues da Costa, José de Noronha Napoleões Massa, Custódio Joaquim da Costa (este e os dois precedentes colados), Cônego Francisco Teodôzio de Almeida Leme, Doutor José Antônio de Almeida, Ambrósio Amâncio de Souza Cantinho, João Francisco Alves, Achilles Parrela Catalani, Raphael Santoro e Carlos Kolb.

Retrocedamos um pouco sobre o histórico da cidade ser^{ra}na.

O Tenente-coronel Vidal, trazendo para Cruz Alta uma centena ou mais de escravos, aptos para todo o serviço, fundou as primeiras olarias e, na face da praça defronte da capela, cons-

truiu um grande sobrado, aproveitando a abundância de madeiras dos matos próximos.

Na face da quadra, aos lados do sobrado, construiu as casas, que (exceto uma) ainda existem. Na rua chamada do Comércio, construiu outras, que ainda alcançamos.

Trouxe para a nascente povoação, sua numerosa família e, devido a sua generosidade, tornou-se o homem mais prestígio so e preponderante do lugar.

Uma de suas casas era a hospedagem certa de todos os viajantes, que, conforme sua posição social, encontravam alimentação farta, o leito para o repouso e até o potreiro, em sua chácara nos limites urbanos e portanto a segurança dos seus anfitriões mais de viagem.

Sua bolsa e da sua virtuosa esposa (que ainda conhecemos) estavam sempre francas para o alívio dos necessitados. E foi devido a essa caridade (menos talvez que aos tempos calamitosos do decênio revolucionário) que sua grande fortuna ficou reduzida a um modesto patrimônio, quando por sua morte foi inventariada.

Enquanto não houve autoridades civis (o que só teve lugar em 1831, quando Bernardino José Lopes foi nomeado delegado do Juiz de Paz de São Borja) era Vidal quem acomodava todas as questões, pois os habitantes da povoação, ou os da campanha serana submetiam-nas ao seu parecer conciliador e discreto.

Mesmo quando já criados a vila e município, não diminuíram a influência e prestígio desse homem, que consideramos o criador do município da Cruz Alta.

Na organização da guarda nacional, que conforme a lei de sua criação, era por eleição popular, foi Vidal eleito comandante do corpo de cavalaria, que teria sua parada na vila de Cruz Alta. Então havia, em todo o Rio Grande do Sul, um só comandante superior, como sucede atualmente.

Na primeira eleição municipal, em 1834, foi Vidal o vereador mais votado e, como tal, assumiu a presidência da respectiva câmara, que no ano seguinte foi instalada.

Tudo sorria para a felicidade desse chefe e do nascente município, quando a rebelião que rebentara em 1835, proclamando e instituindo o Governo Republicano, chegou em 1837 até Cruz Alta.

Depressa reuniu-se a Câmara Municipal e sob a presidência de um outro vereador aderiu ao novo regime.

Vidal, que era monarquista, emigrou; seus bens foram confiscados e só restituídos quando ele e seu genro, o Tenente-Coronel Antônio de Mello e Albuquerque, por duas vezes efetuaram completa reação, sendo a última definitiva até à pacificação dessa guerra civil.

Conquanto o Governo Imperial não tivesse que recluir da lealdade dos seus adversários reconciliados todavia conservou em Cruz Alta o 7º Batalhão de Caçadores sob o comando do Tenente-Coronel Antônio Maria de Souza.

Esse batalhão retirou-se em 1847 e, desde então, até 1860, não mais se viu força alguma de linha em Cruz Alta, a não ser o destacamento de infantaria, sob o comando de um capitão o qual dali marchou até o Alto Uruguai, acompanhando a comissão de engenheiros militares, que deveria abrir uma picada no mato até acima do Salto Grande e da foz do Pepiri-Guaçu.

Essa força retirou-se em 1863, a comissão de engenheiros foi dissolvida e no ano seguinte começadas as campanhas contra as repúblicas Oriental e do Paraguai, seguiram de Cruz Alta seis corpos de voluntários, que só regressaram consideravelmente dizimados.

Hoje é Cruz Alta uma praça de armas, como diremos mais adiante.

Depois do Tenente-Coronel Vidal José de Pillar, muito concorreram para o engrandecimento do município seu genro o Coronel Mello e Albuquerque, seu filho o Brigadeiro João Baptista Vidal de Almeida Pillar, o Coronel Tomaz Bandeira, Domingos Veríssimo da Fonseca e, embora militando em política oposta, o Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado e o Coronel Deniz Dias, Barão de São Jacob.

Quando em 1855, conhecemos essa povoação, apenas contava 58 casas e 26 ranchos cobertos de capim. A sua população não excedia então de 550 indivíduos, menos uma décima parte do que hoje conta.

Foi elevada a vila por ato da presidência da província, em 1834, na conformidade do artigo 3º do Código do Processo Criminal do Império, conforme dissemos no Capítulo VIII.

O primeiro Juiz de Direito, Doutor Agostinho de Souza Loureiro, uma única vez apareceu em Cruz Alta para tomar a si o preparo e julgamento da medição das terras, que em São Xavier obtivera o General Manoel Carneiro da Fontoura (6 léguas quadradas) tendo instalado o júri, retirando-se para a sede da comarca (São Borja) por fim deixando a mesma comarca acéfala até o fim da guerra civil.

Findo esse período, foram nomeados Juiz de Direito o Doutor José Gaspar dos Santos Lima e Juiz Municipal o já mencionado Doutor Pinheiro Machado, os quais foram os reguladores do mal começado foro.

O primeiro serviu por espaço de nove anos, o segundo apenas o quadriênio da lei de 3 de dezembro de 1841.

Seguiram-se, como juizes de direito, os Doutores Antônio Gomes Villaça⁶⁾, José Antônio da Rocha (que serviu 6 anos),

Américo Vespúcio Pinheiro e Prado, Joaquim José Henriques, Fernando Afonso de Mello, João Martins França e Miguel Archanjo de Figueiredo.

Sucederam ao primeiro Juiz Municipal togado os Doutores Felipe Correa Pacheco, Abrão dos Santos Sã, Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, Antônio de Pádua Hollanda Cavalcanti, Antônio José Pinto, Hermínio Francisco de Espírito Santo (por dois quadriênios), João Martins França, Francisco Ferreira Martins Ribeiro, Tobias Cezar de Andrade e Maximiano Lopes Chaves.

Consignamos (porque é uma verdade que, a exceção do Juiz de Direito Pinheiro e Prado, (cuja retirada foi tão sentida) e do Juiz Municipal Martins Ribeiro, todos os demais juizes letrados, embora fossem (com uma sã exceção), justiceiros, pouco a gradaram a população que mais satisfeita se achava naqueles tempos com os juizes suplentes, leigos, alguns quase analfabetos⁷⁾).

Depois do advento da república e vigência da Constituição Estadual têm servido os juizes de comarca letrados e os distritais leigos.

O foro, porém, a contar dos Doutores José Gaspar e Pinheiro, tem marchado regularmente. Uma ou outra decisão injusta não lhe tirará esse bom qualificativo.

De 1847 por diante, tornou-se Cruz Alta de fato a sede da comarca de São Borja, pela residência do Juiz de Direito José Gaspar dos Santos Lima, que aí instalou o registro hipotecário. Esse juiz constituiu-se proprietário e enviou tropas de muares para a feira de Sorocaba.

Por lei provincial de 6 de dezembro de 1858 foi elevada a cabeça de comarca, compreendendo o termo de Passo Fundo, criado no ano anterior; mas a nova comarca só foi instalada em março de 1859.

Por outra lei provincial de 12 de abril de 1872, foi elevada a categoria de cidade.

Não nos deteremos em mencionar tudo quanto temos visto e acompanhado desde que, com caráter oficial, aí entramos em 1855 e dois anos depois quando deixando a magistratura, aí fixamos residência, nem os poucos serviços, com que procuramos corresponder à população que, durante nove anos, conservou-nos um lugar entre seus edis.

Entretanto conseguimos manter o que outros fizeram de melhor, sentindo que vivendo então as municipalidades sob a rigorosa tutela do Governo e da Assembléia Provincial, fossem-nos tolhidas medidas importantes, como o provimento das aulas públicas para to as paróquias do município, o estabelecimento de colônias, a abertura de mais duas ou três estradas e a construção de pontes à custa do rendoso cofre municipal. Mesmo assim, com grande dificuldade, vencendo guerra sistemática da politicagem, pudemos conseguir, com autorização do governo, a abertura da estrada do Faxinal⁸⁾ através da serra do Ijuí Grande, na extensão de 55 quilômetros e substituir o antigo cemitério, no recinto da povoação, cercado por valos já esboroados, pelo que existe extramuros e que hoje, ao fim de 40 anos, está sendo aumentado,

sem alterar a planta organizada pelo ilustrado engenheiro, mais tarde Visconde de Maracaju, há pouco falecido⁹).

Pelo que dissemos já de pães. 332 a 336 goza Cruz Alta, como toda a Região Serrana, da mais invejável salubridade.

Aí todavia, como centro da região, estacionaram vários curandeiros e médicos.

Ocupou o primeiro lugar Estêvão Tiomacio dos Santos, em todo o período da guerra dos Farrapos e logo após ele um tal Manoel Alves, autor de umas pílulas de fórmula exclusivamente sua. Operou muitas curas e até atreveu-se a praticar, com instrumentos vulgares, atos de alta cirurgia. Deixou a vila e foi viver para as bandas de São Martinho, onde acabou velho.

A esses seguiu-se desde 1847 o Doutor Winter, médico alemão que em 1853 retirou-se e fez exame de suficiência com a provação plena na Faculdade do Rio de Janeiro e foi clinicar em São Paulo. Foi talvez o mais abalizado médico que possuiu esse meio social.

Seguiram-se-lhe o Doutor Francisco Antônio Rosa (formado em Bruxelas), Antônio Manoel Marques Pinheiro (Bacharel em medicina pela escola do Porto), João Francisco Lisboa, Cazimiro Leynaud e Fidêncio José Ribeiro (este farmacêutico, aquele curandeiros), os franceses Cordier de Lainé e A. Picard (corridos pela polícia), Francisco de Assis Pereira de Noronha, Carlos Heterlendi (com carta pela universidade de Pávia), o cirurgião Jardim, Adolfo Garnier (médico francês em dúvida, que aí morreu), os Doutores Moreira Sampaio, José Ribeiro Sanches, (médicos pela Faculdade da Bahia), o Doutor Antônio de Gouvea (médico pela Faculdade do Rio de Janeiro), Paulo Lopes de Haro (curandeiro), os Doutores José Modesto de Souza, Francisco Ezequiel Meira e Manoel Marques Acauan (formados pela Faculdade da Bahia), José de Figueiredo Rocha e Cândido Machado da Silveira, formados pela Faculdade do Rio de Janeiro.

O povo porém deu preferência sempre ao já mencionado Pereira de Noronha (apesar de epilético) médico in absentia pela universidade de Paris (ex-negociante em Paraibuna, São Paulo). Es se clinicou, durante 50 anos quase sempre pela homeopatia, algumas vezes aberrando dela.

Não foi do nosso gosto o estabelecimento, que consideramos demasiado prematuro, de uma tipografia e competente periódico, em 1870, alguns meses após nossa mudança de domicílio.

Era cedo demais para isso e o empresário dessa indústria não tinha bons antecedentes. Fora condenado e fugira de Caçapava. Dois jornais que fundou, dados a uma linguagem pornográfica e só própria a extorquir dinheiro pela ameaça, baquearam em poucos meses.

Mais tarde seis anos, alguns moços, melhor orientados, montaram um novo estabelecimento tipográfico e fundaram um jornal que tornando-se partidário, determinou a criação de outro antagonico: de então por diante tem havido diversas folhas locais.

Não importando saber que políticas seguiram, mencionaremos a Descentralização, (o mais bem impresso e redigido), o

Monitor Serrano, o Cruz-altense, a Gazeta Serrana, a Voz de Missões, o Filomontano, o Município e o Cruz Alta, único ainda vivo e vários periódicos hedonadários de duração efêmera. Não se pode entretanto escurecer que esses jornais tenham prestado à localidade bons serviços, sendo mais prático o da libertação dos escravos que já não havia quando foi promulgada a Lei Áurea de 13 de maio de 1888.

Foi a imprensa local que levantou a cruzada do restabelecimento da antiga província das Missões Orientais, mas sob a denominação de Província do Alto Uruguai.

Muitos anos antes, desde 1858, houve a idéia dessa criação, manifestada pelo Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, cujo prestígio político crescia e impunha-se aos chefes políticos e governo da Capital do Império, apesar das hostilidades de seus infatigáveis adversários.

Foi preciso jogar uma arma e, desde que esta se manifestou, o Doutor Pinheiro recuou absolutamente.

Essa arma foi o bairrismo, que levantou celeuma tamanha, ao ponto de não ser apresentado o projeto de lei, que esse deputado comunicara a amigos seus¹⁰⁾ ter elaborado.

A superveniência da guerra com o Paraguai, que retirou do cenário político aquele lutador intransigente, a moléstia que cedo vitimou-o, eclipsaram essa idéia, que tinha, não obstante, muitos adeptos.

Os anos se seguiram até que o povo, cansado de sofrer desatenções do governo, de ver negar-se-lhe a instrução primária, os reparos ao menos das estradas de rodagem, a falta absoluta do pasto espiritual em várias paróquias, a mais deplorável irregularidade do serviço postal (Capítulo VIII) e a gananciosidade na arrecadação de avultados impostos, resolveu desta vez, concitado pela imprensa local, despertar a adormecida idéia da criação da nova província.

Foram convocados e realizados meetings em 1884 e 1885. A praça, então única da cidade de Cruz Alta, tornou-se o ponto dessas reuniões populares, onde o assunto foi larga e calorosamente discutido.

Desta vez também houve quem falasse ao bairrismo, mas este não subiu até a Região Serrana.

A idéia era bem aceita, mas não podia ser realizada de um jato. Era preciso preparar o espírito público e fazer compreender ao próprio monarca a conveniência, que para sua própria causa, já tão combatida, resultaria da divisão de uma província tão grande e tão forte e que obrigara-o a tudo ceder-lhe, após a pacificação da guerra dos Farrapos.

A viagem da Princesa Imperial e seu esposo ao Rio Grande do Sul, o acolhimento cavalheiro e amistoso, que lhes foi dispensado, fizeram crer ao monarca ser impossível partir do Rio Grande do Sul qualquer contingente valioso para a queda da sua dinastia.

Enganaram-se todos.

Quando chegou o dia da deposição do Defensor Perpétuo do Império, a maior parte dos seus amigos rio-grandenses alisou-se sob o estandarte republicano, às ordens dos seus até então moderados propagadores!

O novo governo do país aproveitou todos quantos pela doutrinação na imprensa haviam pugnado pelo triunfo de sua arriscada causa.

Como a maior parte destes eram nascidos ou vinculados no território missioneiro, todos eles tomaram parte na administração do Estado do Rio Grande do Sul, na da União e até em missões diplomáticas.

Essa distinção captou depressa a dedicação do povo da Região Serrana.

Por outro lado, já estando decretada e contratada, desde o tempo da monarquia, uma estrada de ferro de Santa Maria até Passo Fundo, começou porfiadamente essa importante construção que, em menos de três anos, pôs a cidade de Cruz Alta em comunicação com a capital do Estado.

E esse melhoramento, se desde seus pródromos havia dissipado parte do descontentamento da população serrana, depois de realizado cancelou (parece-nos que para sempre) a idéia da criação da província das Missões Orientais sob qualquer denominação, que lhe quiseram dar.

Observando de perto ou de longe o desenvolvimento do município de Cruz Alta, durante os últimos quinze anos devemos com a nossa inquebrantável isenção de ânimo, confessar que, apesar do exaltado exclusivismo partidário, muitas medidas necessárias têm sido postas em prática.

O governo municipal, sem a rigorosa tutela dos nossos tempos ali passados, tem podido dotar o município com muitos benefícios então escassos e, não poucas vezes, bruscamente recusados.

Hoje, para a instrução da mocidade, conta Cruz Alta cinco aulas de ensino primário e secundário, dez professores nos distritos rurais, pagos pelos cofres do Estado, cinco outros pelos cofres municipais.

Existem ainda na cidade as associações denominadas: Centro Republicano, Clube Comercial, Clube Caixeral, Clube Beneficente de Senhoras, União Operária, Sociedade Italiana, Sociedade Dramática, Euterpe Cruz-altense e a loja Harmonia Cruz-altense.

O policiamento da cidade é feito por 40 praças anexas à Brigada Militar do Estado sob o comando de um tenente.

O povo pagou de impostos em 1908:

Receita estadual	82:495\$291
Receita federal	26:003\$863
Receita municipal	50:863\$000
Total	159:361\$954

Quanto a indústrias e profissões, conta a cidade: uma casa bancária criteriosamente dirigida por seu fundador o Major Olivério Veríssimo da Fonseca, uma charqueada (nos subúrbios), 28 casas de negócios em fazendas, gêneros secos e molhados, 3 hotéis, 2 padarias, 4 açougues, 6 advogados provisionados e 2 bachareis, 3 farmácias, 2 tipografias, 3 seleiros e lombilheiros, 2 relojoeiros, 2 ourivesarias, 4 alfaiatarias, 2 sapatarias e 2 marcenarias bem aperfeiçoadas.

Além desses estabelecimentos e do pessoal ocupado, existe o do conselho e intendência municipais, o juiz da comarca e os distritais com seus escrivães, oficiais de justiça a vigararia forânea e a da paróquia.

Colônia de Ijuí

O importante núcleo colonial com o nome acima existe, em sua maior parte, no território de Cruz Alta.

Ocupa uma área superficial de cerca de 500 quilômetros quadrados, à margem esquerda do rio Ijuí Grande, entre as confluências dos caudalosos arroios Conceição e Nossa Senhora. Como esse extremo Norte do município de Cruz Alta fica muito perto da vila de Santo Ângelo, a colônia transpõe o rio Ijuí estendendo-se pela margem direita, ficando seu território encravado nos dois municípios.

Foi fundada em 19 de outubro de 1890 pelo Engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, para esse fim removido do cargo de diretor da Colônia Silveira Martins.

O Doutor Couto, depois da demarcação, distribuiu vários lotes urbanos da sede colonial a 22 indivíduos, cujos nomes, por mais diligências que fizemos, jamais conseguimos saber. Esses, quase todos, estão mudados, alguns faleceram.

Mais de 100 famílias foram colocadas nos lotes rurais, mas dessas mesmas não conseguimos saber um nome sequer.

E temos o grande pesar de não poder consignar aqui os primeiros povoadores dessa moderna e próspera colônia.

Passados vinte meses, retirou-se o Engenheiro Couto deixando encarregado da colônia seu auxiliar, o Agrimensor Ernesto Muzell Filho. A este, passados seis meses e dias, sucedeu no cargo de diretor o Agrimensor Horácio da Silva Lima, por espaço maior de seis anos, durante os quais conseguiu a colocação de mais de metade da população atual.

De 1899 até hoje, tem exercido o cargo de diretor o Engenheiro Augusto Pestana, que dispondo de outros elementos, tem conseguido aumentar a população e realizar diversas obras e melhoramentos necessários para consolidação e prosperidade da colônia.

A área superficial demarcada é quase toda ocupada em 496 quilômetros quadrados com uma população de 8.000 indivíduos de todos os sexos e idades, sendo mais de metade nacionais, 1.060 po

lacos, outros tantos teutos (prussianos e austríacos), 600 italianos, 54 suecos, 40 espanhóis, 36 orientais e argentinos, os demais são norte-americanos, franceses, belgas, sírios, etc., contando o aumento.

A sede da colônia, com mais de 80 casas habitadas, é povoada por mais de 700 habitantes, tendo uma igreja católica dedicada à Virgem do Rosário, 12 boas casas comerciais, 10 olarias, 2 fábricas de cerveja, 1 de mobílias de vime e por todo o território colonial, 10 engenhos para moer cana e fabricar aguardente, 20 engenhos para farinha, mais de uma fábrica de vinhos, 2 engenhos a vapor, etc.

A produção das terras agrícolas tem sido no ano de 1908 de 425.000 sacos de milho, feijão, arroz, cevada, centeio, ervilhas, trigo, batatas, amendoim, mais de 10 000 réstias de cebo-las, etc.

Merece especial menção o vinho em 250 pipas, a aguardente 368 pipas, 200.000 quilos de banha, 100.000 de toucinho,..... 15.000 de mateiga, 4.000 de cera de abelhas e 12.000 litros do respectivo mel.

Com estes dados, com o seu território, se bem que encravado em uma cordilheira em solo fertilíssimo, com 325 quilômetros de estradas municipais e vicinais, não ficará muito longe o dia de sua emancipação e a elevação da sede à categoria da vila. Então, como dissemos no Capítulo XII, talvez para aumento do novo município tenha muito que sofrer o de Santo Ângelo.

A colônia Ijuí tem 502 metros de altitude sobre o nível do mar, a latitude é a mesma da cidade de Cruz Alta, com diferença de alguns segundos apenas.

Em 14 de novembro de 1904, os colonos alemães e polacos Roberto Frey, negociante, Emílio Friederichs, Isaac da Silva e dois remadores, empreenderam a difícilíssima exploração do rio Ijuí Grande até a sua foz.

Era chefe da empresa o negociante Roberto Frey, e fotografo Emílio Friederichs que levou o competente aparelho.

Aprontaram um bote com 5 metros de comprimento, 2 metros de boca e 30 centímetros de pontal com as necessárias vidualhas, foices, machados, armas, etc.

Desceram da foz do rio Conceição águas abaixo, e em dia e meio de viagem, chegaram ao passo real do Ijuí, onde, na barca da passagem e em canoas, esperava-os um grande comitiva de moradores de Santo Ângelo e subúrbios, do próprio passo e de algumas colônias.

Aí foram recebidos com música, foguetes e depois de pequena demora, continuaram sua viagem, (Estampa à página 219).

Desceram por 34 corredeiros e cachoeiras até o Salto do Pirapô, que com todas as precauções, conseguiram passar incólumes. Esse salto foi fotografado.



Salto do Pirapó (rio Ijuí).

Descansaram nos passos do Quaresma, do Ramos e no do Serro Azul, onde existe em bem desenvolvido núcleo colonial, dependente da diretoria da colônia Guarani.

Uma vez no Rio Uruguai, entenderam dever ir além. Passaram pelos conhecidos e quase desabitados portos de São Xavier, Santo Izidro, Santa Maria, a foz do Piratini, o passo dos Garruchos, ilha e passo das mercês, o de São Lucas, São Tomé, a foz do Cambacoã e o passo de São Borja, ponto terminal da excursão.

O regresso porém, ao ponto da partida não pôde ser embarcado, devido ao salto do Pirapó e corredeiras do Ijuí. Mas, haja dinheiro (infelizmente é preciso muito) e não será o passo do Santo Ângelo.

Custará menos uma via férrea de São Borja até a foz do Ijuí ou até Santo Ângelo. Mas já adinatará muito a estrada de ferro, em construção, de Cruz Alta até a colônia Ijuí, que com mais 30 quilômetros chegará a Santo Ângelo.

Diremos agora alguma coisa sobre a nova povoação no limite Sul do município de Cruz Alta e Norte do de Júlio de Castilhos.

Tupanciretã

No planalto da coxilha, onde manam as vertentes dos arroios Buracos, Caneleira (afluente do Toropi) e a do Ijuizinho (afluente do Ijuí Grande) existiu, com o nome acima, uma estância jesuítica.

Tinha a respectiva capela, currais e cercas de pedras e grande arvoredor frutífero pertencente à redução de São João. Depois da conquista de 1801, os índios começaram a vender grandes rincões pertencentes a essa estância, aniquilando seu território e consumindo seu gado.

Por lei de 21 de outubro de 1843, lei que uma questão judiciária (felizmente vencida) combatemos por inconstitucional, foi a restante estância com as vizinhas da Conceição e Batu incorporada aos próprios nacionais. Todas porém, estavam já ocupadas e seus donos atuais protegidos com a prescrição duplo-trinta-nária.

Em 1857 foi dissolvida uma sociedade pastoril, que tiveram em Tupanciretã o advogado João Nunes da Silva e Alexandre Jacinto da Silva, ficando a estância em abandono, por fim vendida a vários compradores pelos herdeiros de João Nunes.

Foi no planalto referido que se fundou a povoação acima mencionada.

A princípio, com doze ou pouco mais habitações, inclusive ranchos, desenvolveu-se logo que aí ficou assentada uma estação da estrada de ferro de Santa Maria a Cruz Alta com prolongamento até o Passo Fundo.

Com treze anos decorridos após sua fundação, aí existem já 162 casas habitadas, sendo 15 com o negócio habitual da campanha, a saber: fazendas, gêneros secos e molhados, ferragens, miudezas e exportação de couros secos e outros produtos da indústria local.

Conta uma população excedente de 1.200 habitantes, uma bela capela católica e um cemitério público. E, por ora, ilumina da a querosene.

Funcionam duas aulas públicas para a instrução elementar das crianças.

Nos subúrbios da povoação, fundou o Coronel Pedro Luís Osório, abastado capitalista de Pelotas, uma charqueada que, na última safra abateu para cima da 11.000 reses, progredindo nesse estabelecimento ao ponto de não se arrepender seu fundador de vir de tão longe e tão distante enterrar aí um avultado capital.

A povoação de Tupanciretã excede quicã no triplo a de Júlio de Castilhos e por isso é possível se não faça esperar o seu vilamento.

O novo município só poderá ser formado à custa de um bom pedaço de Cruz Alta e outro de Vila Rica ou Júlio de Castilhos. Este, por menos que lhe tirem, não será essa uma das causas do atraso da sua estacionária sede. Cruz Alta, à qual já foram tirados os grandes territórios de Santo Ângelo, Palmeira, Soledade, Passo Fundo e o de todo o município de Júlio de Castilhos; e, como se isso não bastasse, a grande receita que auferia pela exportação da erva-mate, nunca deixará de ser a maior cidade da região serrana.

Dissemos acima que o governo da União fizera de Cruz Alta uma praça de armas e aqui o demonstramos.

Primeiramente, tornando-se necessária uma estrada de ferro que ligasse a cidade à colônia de Ijuí, o governo incumbiu esse serviço ao 29 batalhão de engenheiros, que para esse fim foi transferido de Cacequi, onde fizera um trabalho maior, qual o da via férrea desde o Alegrete.

Com efeito, sob a direção do Comandante Tenente-Coronel José Setembrino de Carvalho, foram iniciados os trabalhos em 1907. Mais tarde, em consequência da reorganização do exército, o governo tornou a cidade de Cruz Alta a sede do comando da terceira brigada composta de um regimento (com três batalhões) de infantaria, o referido batalhão de engenheiros, uma bateria de obuseiros, outra de artilharia de campanha e um esquadrão de transportes.

As vantagens, que para a cidade decorreram dessa medida, dispendiosa para o governo, são as seguintes: - aumento de uma população com mais de 2.000 homens inclusive 80 oficiais com suas famílias; - a construção de vários quartéis, o que é aliás urgente; - a circulação mensal de um avultado capital, com o maior proveito das casas comerciais.

A vida social passaria a ser outra, porque a população da cidade e de fora, ainda participa do retraimento próprios dos imigrantes paulistas, que foram os maiores povoadores da região serrana.

Entretanto, informaram-nos que o povo cruz-altense dispensaria esse acréscimo de população, pois ainda manifesta (na sua maioria) pouca satisfação pela presença do elemento militar.

Torna-se muito necessária a fundação de um hospital de caridade, pois sempre foi acrescido o número de pobres que, nos casos de enfermidade grave ou mortal, precisam da assistência médica, dieta, remédio e confortos.

Não eram tão grandes como a Cruz Alta atual as povoações de Alegrete, São Gabriel, Uruguaiana e São Borja, quando empreenderam e levaram a efeito esses pios albergues, onde são tratados seus indigentes, ou pessoas que não são e por acaso aí passando adoecem gravemente.

Uma vez iniciada uma obra pia, como essa, com o tempo se consolidará, como em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, e Bagé tem sucedido.

É melhor um estabelecimento desses do que pesarem os doentes indigentes sobre pessoas que, com sacrifício maior sofram, ou que morram a mingua.

Chamando a atenção dos cruz-altenses para o que escrevemos nos capítulos XVII, XXVIII, XXIX, XXXV a XXXVII verão não ser-lhes impossível o que outros municípios fizeram e, para a maior cidade serrana, é uma necessidade inadiável.

1) Com o decurso de alguns anos, fomos sabedores de ter sido o in cêndio ateado por um ganancioso carreteiro, que preparou, com a morte das árvores grandes, uma boa colheita da lenha que vendia aos moradores da povação. Esse crime ficou impune.

2) Houve em 1900, um intendente que teve a peregrina idêia de ni velar o terreno (aliás pouco acidentado) da cidade.

Encarregou os estudos, plano e mesmo execução a um jovem e pouco experimentado engenheiro militar. Resultou, que poucas modificações apenas fez-se (e bem desnecessárias eram) em alguns declives, em outras duas ou três habitações ficaram com seus alicerces na altura de quatro ou cinco metros superiores ao nível da rua ou praça.

Bem podia ter-se empregado esse bom dinheiro em alguma coisa mais útil.

3) Trabalha-se na reconstrução desse acanhado e singelo templo desde 1873. Entretanto será a catedral de uma projetada diocese, compreendendo a Região Serrana, se não for preferida como sede, a cidade de Santa Maria, logo abaixo da serra.

4) Quando tínhamos 16 anos de idade, lemos em um jornal português, que em algumas vilas e conselhos daquele reino fora criado um livro com o título Anais do Município, no qual eram mencionados todos os acontecimentos notáveis, os casos de longevidade, o regime de vida dos centenários, etc. Como presidente da câmara municipal, quisemos instituir um livro desses, começando desde a origem da povoação, a ninguém já sabia qual fora a data desse acontecimento, ao qual os posteriores não ligavam a menor importância.

5) Consta isso das ações intentadas em 1858, pelo Barão de Jacuí, cessionário da viúva e herdeiros do Marechal Carneiro, contra o coronel Feliciano Jacintho Dias e outros; aos quais e com vantagem patrocinamos.

6) Precederam a este os doutores Frederico Augusto Xavier de Brito e João Sertório, que nunca assumiram a jurisdição.

7) Entre estes tornou-se notável o de nome Lúcio Alves de Castro (ele assinava Castor, não admitindo a letra r precedendo a vogal). Como presidente da câmara (cambra pronunciava ele), assumiu, na forma da lei, o juízado municipal, porque os suplentes estavam impedidos. Nos poucos dias de sua judicatura em 1858, proferiu (ou antes copiou), uma sentença que, por de masiado curiosa não transcrevemos.

8) Essa estrada é, com pequenas modificações, a que vai do fundo do Rincão de Nossa Senhora até a sede da colônia de Ijuí e desta até o Fachinal de São Jacob, de onde pela estrada antiga vai-se ao Campo Novo e deste a colônia militar do Alto Uruguai. No centro da colônia Ijuí, há um ramal para Santo Ângelo.

9) O intendente Cândido Machado, pouco afeiçoado ao autor deste livro, mandou reformar a capela do cemitério (aliás privada de culto religioso após a secularização dos cemitérios públicos), e, por ocasião desse desnecessário refacimento, mandou retirar a lapide de mármore com inscrição, comemorando essa obra da câmara, que, durante cinco anos presidimos.

O ato daquela estéril administração municipal foi mandado reparar pelo criterioso intendente Firmino de Paula Filho.

10) Alguns adversários, por ele considerados convertíveis, e alguns tendo-o sido, souberam, com aplausos, que o projeto criava nova província compreendendo a atual comarca de Vacaria, com divisa pelo rio das Antas, os municípios de Lajes em Santa Catarina e o território, então litigioso, das Missões no Paraná, descia pelo Uruguai até a foz do Ibicuí, subindo por este até a Serra Geral, sendo esta que deveria fechar o perímetro.

Era uma demarcação idealizada, por quem conhecia perfeitamente o território.

Os descontentes de 1883 aceitavam esse projeto, excluindo, para não criar embaraços, os pequenos territórios do Paraná e Santa Catarina.

Capítulo XX

PASSO FUNDO

*Formosa é sempre aqui a natureza,
Em leitos diamantinos pura limpa,
Em correntes caudais seus campos rega.*

Magalhães

O que vai imprimir-se sobre este município e sua sede, foi escrito há muitos anos. Essa demora, que em outro lugar justificamos, proporcionaria o ensejo de corrigir vários erros e inexactidões.

E seria um importante subsídio, um eloquente documento, a monografia, que acaba de publicar e divulgar o Sr. Francisco Antonio Xavier e Oliveira, neto do respeitável ancião Francisco Xavier de Castro, único sobrevivente entre os primeiros povoadores do território de Passo Fundo.

O novel escritor, a quem muito animamos, para que prossiga em trabalhos semelhantes, sempre proveitosos para a história pátria, muito agradecemos o exemplar que nos enviou, discordando inteiramente dos qualificativos, que nos dispensou, um tanto exagerados.

Seu trabalho é bastante útil, mas, na parte referente a fundação de Passo Fundo, está em completa discordância com o nosso velho e ainda não reformado capítulo.

Assim é que, em vez de conceder ao paulista João de Barros a prioridade na descoberta da possível e por fim efetiva comunicação entre a fração do território rio-grandense (que se chama Passo Fundo) e a capitania, hoje Estado de São Paulo, ao contrário temos, como primeiro descobridor desse meio de comunicação, outro paulista, o bravo soldado por nome Athanagildo Pinto Martins, cingindo-nos aos apontamentos históricos, que nos entregou o major João Cypriano da Rocha Loires, e que os reproduzimos no capítulo XXIII sobre o extinto município de Nonoai. Não podemos transplantar para aqui o que se acha no capítulo subsequente, assim é, que, apenas pelo desejo de ver corrigido um erro em que de muito boa fé poderemos estar, passaremos a tratar da

Parte Histórica

O local da atual cidade de Passo Fundo foi descoberto em 1816 por uma escolta de exploradores paulistas, ao mando do alferes de milícias Athanagildo Pinto Martins, subalerno do capitão Antônio da Rocha Loires, quando este, por ordem do governo de São Paulo, partiu de Guarapuava, atravessando grandes florestas virgens a fim de ver a possibilidade de uma mais breve ligação com a capitania do Rio Grande do Sul.

Athanagildo, obedecendo aquele chefe, destacando-se dele, embrenhado sempre pelo mato, conseguiu chegar a esta coxilha pelo dorso da qual prosseguiu sem obstáculo até São Borja, de onde regressou.

Nessa remotíssima data encontrou o local deserto, não esbarrando com bugres, ou antes não os encontrando em todo o seu trajeto até reunir-se ao seu chefe (Cap. XXIII).

Quando a população da fronteira tinha obtido concessões de quase todas as terras devolutas, lá existentes, quando foi forçoso procurar as mais afastadas, como as da Região Serrana, chegando mesmo a aproximar-se ou ultrapassar de Cruz Alta, alguns aventureiros mais ousados foram-se aproximando de Passo Fundo.

Se, como já se tem escrito, um tropeiro, negociante em muare, aqui passou, durante o segundo decênio subsequente à conquista das Missões, seria guiado por informações do itinerário de Athanagildo, transmitidos quiçá pelo Capitão Antônio da Rocha Loires, pois embora então imprensa houvesse, todavia as notícias passavam de boca em boca e, com mais ou menos exatidão, eram sabidas. O que, porém, faz-nos vacilar em crer no bom êxito da marcha desse tropeiro, foi o não ter sido continuada por outros condutores de tropas nos anos subsequentes a 1819, e o local de Passo Fundo continuasse deserto até 1827.

São em 1826, quando o então Major Manoel da Silva Pereira do Lago, administrador geral dos povos das Missões, fugiu de São Borja, em consequência da ousada invasão de Fruto Rivera, tornou-se Passo Fundo, embora por alguns dias, um grande acampamento das famílias daquele extremo da fronteira, que acompanharam o fugitivo chefe.

Apenas, porém, o caudilho oriental desocupou a margem do Uruguai e seguiu incólume para o seu país, rico dos despojos, colhidos em sua marcha, toda essa população emigrada voltou a seus lares na campanha da fronteira.

Esse fato sim, concordamos, tornaria mais conhecida esta região e menos temida a travessia para nela chegar-se.

Já então existia o núcleo de povoação chamada Cruz Alta nova (hoje cidade) com a capela que, por longos anos foi sua igreja matriz. Então a fama da fertilidade das terras de Passo Fundo, conhecida ao simples aspecto do terreno, a abundância da erva-mate, tudo isso teria aguçado os desejos dos homens pobres para adquirir terras, que em breve mudariam sua sorte e condição social.

Facílmo tornara-se obter um campo, não precisando os pretendentes recorrer ao tardio, por vezes burlado e a esse tempo revogava expediente de solicitar cartas de semaria, como sucedera em todos os territórios da Santa Maria, São Gabriel e outros além do Ibicuí. Aqui, como em quase todo o que constitui o território de Cruz Alta, Palmeira e outros, bastava uma petição ao comandante da fronteira ou aos comandantes dos povos, e o despacho definindo completava um título de legítima aquisição. Outros, porém, nem se deram a esse trabalho.

Tomavam posse de um rincão devoluto, aí se conservando até que a sãbia lei de 18 de setembro de 1850 tornou legitimáveis todas as ocupações e as concessões dos comandantes, uma vez havendo a cultura efetiva e morada habitual.

Foi em 1827 ou em 1828, que começou o povoamento do território de Passo Fundo.

O capitão de milícias Manoel José das Neves obteve quatro léguas quadradas, envolvendo nesse perímetro o local da atual cidade e seus subúrbios.

Trouxe para aí sua família, escravos, gados e fundou uma modesta fazenda pastoril e agrícola.

Pelo mesmo tempo, que o capitão Neves, foram chegando e arranchando-se outros chefes de famílias, que foram outros tantos criadores do futuro município e citaremos os nomes de João José dos Santos, Evaristo Francisco de Borba, Manoel de Sousa Duarte, Cezário Antônio Lopes, Theodoro da Rocha Ribeiro, Bernardo Castanho da Rocha (no Pinheiro Torto), Bernardo Antônio de Quadros (na Cruzinha), Joaquim Fagundes dos Reis, José Domingues, a entrada do Mato Castelhana, onde travou relações amistosas com os índios selvagens tornou-se o protetor dos viandantes, que indo com ele escapavam de serem mortos. Devido a influência desse velho, puderam estabelecer-se em Campo do Meio os cidadãos: Manoel José de Quadros, Antônio Alves de Rezende, Isaías Pacheco de Quadros (ou rives), um velho Rosa, que faleceu com mais de cem anos e o adulescente Francisco Xavier de Castro, único ainda vivo, pai do famoso Major Francisco Xavier de Castro (o Chicuta) que tão brilhante papel representou na campanha contra o Paraguai).

Como sucedera em Cruz Alta e em todas as povoações da fronteira, que logo trataram de fundar o seu campanário, aqui os poucos moradores existentes cuidaram da escolha do local mais conveniente para a povoação, e que seria o centro de todas as circunscricção territorial, assim no espiritual, como no temporal.

Esse local, como acima dissemos era nas terras concedidas ao capitão Manoel José das Neves. Este, em 1830, com sua esposa, fez doação de meia légua quadrada de campo e matos, devendo os moradores da povoação e subúrbios pagar o devido foro para sustentação do culto. Dentro em pouco estava pronta e funcionava a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Até então o território tão pouco povoado de Passo Fundo não passou de um imenso quarteirão do juizado de paz de São Borja ou do delegado deste em Cruz Alta. Quando esta foi elevada a vila em 1834, Passo Fundo teve logo a categoria de distrito com os seus juizes de paz eleitos.

Pouco mais de dois anos durou a vida serena e quase pa-
triarcal dos habitantes de Passo Fundo. A revolução republicana,
que irrompera em 1835, alastrando-se por todo o Rio Grande do
Sul, aí fez sentir seus efeitos, mas em puro detrimento deste ter-
ritório. A maior parte dos habitantes paulistas ou paranaenses
emigrou para as terras do seu berço, outros ficaram para experi-
mentar toda a sorte de sofrimento, miséria mesmo, em consequência
das depredações, que faziam os chefes das forças revolucionárias,
o recrutamento de todos os homens válidos e outros vexames pró-
prios de situações anormais, como essa. O vasto distrito, de Soledade,
parte integrante de Passo Fundo e do qual, como município,
trataremos em capítulo especial, foi o que maior tirania experi-
mentou durante o decênio revolucionário.

Mas, como a fortuna ou a desgraça tem seu termo, com a pa-
cificação de 1845, começou para Passo Fundo uma era de prosperida-
de. Além dos emigrados que voltaram, vieram estabelecer-se na se-
de ou em campos de distritos: Francisco José Dias de Almeida, capi-
talista, com seis filhos já homens e três filhas, aos quais dotou
e estabeleceu em lugares distintos, o ajudante Antônio Soares de
Albuquerque, também riquíssimo, Manoel Jacinto Machado, que mor-
reu ultra centenário, Francisco de Barros Miranda, Manoel José de
Araújo, Adão Schel, José Prestes Guimarães, capitão Manoel Fran-
cisco de Oliveira, João Antônio da Rosa (em Lajeado) Ramon Rico e
outros que fora longo enumerar.

Por lei provincial nº 63 de 25 de novembro de 1847, foi a
povoação elevada à freguesia.

Em 1855, achando-nos em Cruz Alta, aí chegou o doutor
Francisco Antônio Rosa, médico, o qual tendo ido a Passo Fundo,
disse ter achado a povoação muito mais animada, em sua vida comer-
cial, do que a de Cruz Alta.

Já aí havia chegado e fixado residência o capitão Antô-
nio de Mascarenhas Camello Júnior, o qual com bastante tino soube
insinuar-se no ânimo daquela população e levá-la a melhor cami-
nho.

Ou devido ao seu prestígio ou porque os homens mais nota-
veis de Cruz Alta reconhecessem a impossibilidade de uma boa admí-
nistração num município tão vasto, como tinham-no, desde logo foi
aventada a idéia da separação de Passo Fundo para conjuntamente
com Soledade constituir um município distinto.

O Coronel Antônio de Mello e Albuquerque, então deputado
à Assembléia Provincial, de acordo com seu ilustrado antagonista
Doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, propôs naquela Assembléia
a criação do novo município, que passou e foi sancionada por lei
nº 340 de 28 de janeiro de 1857, sendo empossada a respectiva Câ-
mara em 7 de agosto desse mesmo ano.

A criação do município e o funcionamento da edilidade im-
punham a da respectiva justiça civil, criminal e policial. A isso
atendeu o governo da província nomeando os juizes municipais su-
plentes, o primeiro dos quais foi o já citado capitão (mais tarde
coronel) Mascarenhas Camello, o qual chegou a funcionar, deixando
porém o lugar de vereador da Câmara até, o Governo Imperial crias-
se nos termos da lei de 3 de dezembro de 1841, o cargo de juiz mu-
nicipal letrado e lhe marcasse o respectivo ordenado.

A criação e provimento desse cargo demorou demasiado, não sendo mesmo fácil achar um bacharel, que o quisesse servir.

Mascarenhas, promovido a coronel e nomeado comandante superior da guarda nacional, deixou o juizado, que foi logo assumido pelo cidadão Diogo José de Oliveira, delegado de polícia, acumulando os dois cargos, como era então permitido.

Mas, a administração da justiça, não podia ser completa para esses povos, porque o novo termo de Passo Fundo ficava pertencendo à comarca de São Borja, distando esta daquela vila 85 léguas, pelo caminho mais curto.

Então, em 1858, criado o município de Itaqui, pertencente à comarca de São Borja, foi também criada a comarca de Cruz Alta compreendendo esse termo e o de Passo Fundo. Essa nova comarca só foi provida em março de 1859, mas ainda assim, o termo de Passo Fundo só teve juiz municipal letrado em 1864, quando foi nomeado o Dr. João Severiano Martins da Cunha.

Por lei nº 877 de 29 de abril de 1873, foi criada a comarca de Passo Fundo, com um único e vastíssimo termo, mas em 1875 teve mais o termo de Soledade, quase metade da extensão da comarca. Foi o primeiro juiz de direito o hoje desembargador James de Oliveira Franco e Sousa.

Por decreto do governo do Estado de 1810, foi elevada à categoria de cidade, sendo-lhe porém desmembrado o riquíssimo território de Nonoai.

Não tratamos aqui do movimento político do município, por que não escrevemos este livro para ser agradável a partidos.

Mas, não deixaremos sem honrosa menção o elevado patriotismo, de que deu provas a população do município, quando foi invadida a fronteira rio-grandense pelas hostes do tirano do Paraguai em 1865.

Já antes disso havia marchado um corpo, formado de contingentes dos demais, para a campanha da República Oriental, sob o comando do Tenente-Coronel João Francisco de Freitas de Noronha, o qual achou-se no assédio e bombardeio da cidade de Paissandú. Mas, quando em junho de 1865, foi ocupada a vila de São Borja pelo exército de Lopes, o comandante superior Mascarenhas imediatamente oficiou aos chefes de todos os corpos e então, em poucos dias, estavam prontos três corpos e um esquadrão avulso da arma de cavalaria constituindo uma brigada ao mando do referido comandante superior, que seguiu a fazer parte da divisão Portinho, no acampamento de São Bernardo, 9 léguas além de Cruz Alta. Os comandantes dos corpos foram os Tenentes-Coronéis Ireneo José Topázio (que morreu de ferimento recebido em combate em terras do Paraguai), Lúcio da Silva Portella, que mais feliz, voltou incólume e coberto de louros, Francisco de Barros Miranda, Majores Cezário Antônio Lopes, quase octogenário e João Cypriano da Rocha Loires, do esquadrão avulso. A maior parte dos oficiais e praças portaram-se com o valor sobressaindo, no combate de Botuhy, o Tenente Benedito Pinto de Moraes e, em várias pelejas, o Major Francisco Xavier Chicuta. Todos esses bravos regressaram a seus lares, finda a campanha, e foram viver de suas modestas profissões. O Coronel Mascarenhas Júnior que abandonou interesses reais, voltou paupérrimo.

Sendo esquecidos seus bons serviços, foi finir-se em São Paulo.

Passo Fundo possui um distrito, que pela natureza especial do solo é talvez superior a todo o demais território, alias ubérrimo, do município. É esse o chamado.

Campo do Meio

Contém, com a cordilheira, que por todos os lados o circunda, 342 quilômetros quadrados, mais ou menos, sendo seus limites: - o rio Uruguai, desde a confluência do Forquilha, subindo por este até o Mato Português, pela contravertente, que deságua no rio Ligeiro, ao Sul pelo Mato Castelhana, a Leste e Oeste pelas duas cordilheiras, que nesses dois rumos unem os dois matos Castelhana e Português, formando um polígono irregular.

Esse campo era precisamente o caminho por onde deveriam transitar os tropeiros e viandantes em viagem de São Paulo ou de Vacaria com direção a Passo Fundo, e mais terras missioneiras, ou, vice-versa, destas para aqueles pontos. Tempo houve em que, a despeito do povoamento de Passo Fundo, passagens e estacionamento de forças do decênio revolucionário, os bugres coroados vinham do interior do sertão, aguardar e sacrificar os viandantes à saída ou entrada dos dois referidos matos.

Em 1845, vinham de Ponta Grossa e Lapa, para residir em Cruz Alta Fernando Martins França, Inácio Luís de Oliveira e mais doze pessoas, inclusive senhoras.

Em meio da atravancada vereda de Mato Português ouviram o berreiro dos selvagens, seguindo de uma grande porção de flechas, das quais uma atravessou o coração da esposa de Inácio L. de Oliveira, matando-a instantaneamente.

Toda a caravana deitou a fugir daquele labirinto e só descansou uma légua longe da saída do Campo do Meio. Aí passaram a noite de prontidão e fogos apagados.

Pelas 9 horas da manhã seguinte, alcançou-os uma comitiva de cavaleiros, em companhia do já citado José Domingues. Contaram que dentro da picada haviam encontrado um cadáver de mulher branca, com um ferimento e inteiramente despida. Essa informação fez com que as duas caravanas regressassem, levando o marido a roupa amortallar o corpo da esposa.

Com os facões que levavam, conseguiram abrir, com regular profundidade, a cova, onde foi sepultado o cadáver, assinalada com uma cruz, que muitos anos aí esteve conservada.

Como esse, deram-se antes e posteriormente, alguns saltos às caravanas e viandantes que vinham para essa parte do Rio Grande do Sul. Os que dele saíam, apadrinhados por José Domingues eram respeitados em todo o trajeto até além do Mato Português, como já dissemos.

Depois que em 1846 foi concluída a estrada, que mandou abrir o então presente Conde de Caxias, depois que todo o

do Meio foi ocupado por criadores, cessaram os assaltos dos selvagens.

O presidente Caxias, autorizado pela Assembléia Provincial, estabeleceu algumas guardas comandadas por oficiais subalternos à entrada e saída desses matos e nos extremos da provincia do Rio Grande do Sul com as de Santa Catarina e São Paulo tendo nomeado comandante geral dessas polícias o Coronel Antônio de Mello e Albuquerque, que exerceu esse cargo por mais de quatro anos²).

Por seu turno o governo de São Paulo, quando ainda pertencia-lhe a comarca de Curitiba (mais tarde convertida em provincia do Paraná) não descurou de empregar medidas análogas para os sertões de Guarapuava e Palmas, como mostraremos no capítulo sobre Nonoai.

Em 1866, mais ou menos, fundaram no Campo do Meio, três quilômetros além da extremidade Leste da estrada que corta o Mato Castelhana, a povoação que ainda existe.

A estrada, que pelo meio corta-a, ficou sendo a rua principal e a frente das casas que se construíram nas margens Norte e Sul.

Tomou parte nessa fundação o Major Theodoro da Rocha Ribeiro que, com o concurso dos fiéis, fez edificar uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, mas confiou a execução a um intitulado mestre de obras e este fez um trabalho tal, que logo desabou.

Os proprietários das casas que se construíram, tais como: Manoel de Quadros, Antônio Alves de Rezende, Januário Nunes de Camargo, Manoel de Albuquerque, e o velho João Paz incumbiram a Antônio de Paula Matos a construção da nova capela e esta (que ainda perdura) ficou ao Sul da estrada.

Prosperou consideravelmente a nova povoação, mas, apesar de elevada a paróquia por lei de 16 de outubro de 1880, nunca conseguiu provimento canônico.

Durante a última guerra civil, houve um abandono quase geral da povoação. Ultimamente reentendeu o seu progresso e conta 52 casas habitadas sendo 6 comerciais, e é de crer não seja entorpecido esse desenvolvimento por causas, como as que infelizmente deram-se.

A população do distrito de Campo do Meio atinge a 4.000 almas e destas uma sétima parte será a da povoação.

Quem estiver na cidade de Passo Fundo e quizer, através desse distrito chegar até a Lagoa Vermelha, chamada pelos tropeiros Berivas³), Passo Fundo de Cã, observará precisamente o itinerário seguinte: - o arroio Passo Fundo, os campos de Dona Rosa, o Lajeado, o lugarejo chamado A Entrada, o Mato Castelhana a capela e povoado de Nossa Senhora da Conceição, as estâncias de Ramon Rico, de Manoel Machado de Albuquerque, dos herdeiros de Francisco

de Oliveira, o Mato Português, as terras da extinta Colônia Caceiros e a Lagoa Vermelha, que, sendo fundada em 1848, pouco ou nada excede a povoação de Campo do Meio.

Outra povoação, maior que a precedente e quase ao mesmo tempo fundada, distando 62 quilômetros da cidade de Passo Fundo é a chamada,

Carazinho

Aí existe uma estação da Viação Férrea Rio-grandense que, por esse simples fato, dá bastante impulso a povoação.

Conhecemos a localidade em 1861 e 1865 em duas viagens de ida a Passo Fundo e volta para Cruz Alta.

A esse tempo não tinha mais de quatro casas, distanciadas entre si, sendo residências de outros tantos proprietários. Uma delas na descida de um atalho para o arroio era de negócio e pertencia a Sebastião de Camargo (há muito falecido) o qual então pensava em fundar aí uma freguesia. Mas o primeiro passo a dar seria a edificação de uma capela, que, conforme a legislação eclesiástica, tivesse o competente patrimônio ou passal.

Em 1872, Possidônio Ribeiro de Santana, possuidor de um campo cortado pela estrada geral das carretas concedeu para dito fim e rocio da povoação a área superficial de 1.506.000 metros quadrados.

Logo principiou a distribuição dos terrenos urbanos para os primeiros habitantes, sendo estes Vicente Braz Ferreira Martins, Simão Meirelles da Silva, Fidelis Michelini, Plydoro Ferreira de Albuquerque, Bekizário da Rocha Ribeiro, Galdino Rodrigues Marques, João Antônio de Barros, Maria Lourença de Conceição, Salvador Baltê, Manoel Francisco Martins, Antônio Umbelino de Oliveira, João J. Martins, Antônio Corrêa Leite e Silva, José Franco de Almeida, Joaquim Moreira, Generozo Fanha, Vicente Antônio de Barros e Maria Joanna Martins.

Mal tinham esses dezoito fundadores da povoação concluído suas casas, tratou-se da capela, que em menos de dois anos estava pronta e tomou o título de Senhor Bom Jeus de Iguape. Em breve foi autorizada e efetuada sua benção.

Essa povoação, em 31 anos, pode contar no seu recinto e subúrbios 150 casas e nestas acham-se 10 de negócio em fazendas, gêneros secos e molhados, 2 açougues, 1 padaria, 2 lombilheiros, 2 sapatarias, 1 alfaiataria, 2 barbearias, 1 bilhar, 1 ferraria, 2 carpinteiros, 2 pedreiros, 1 olaria, tudo isso em 11 ruas de Norte a Sul, 12 de Leste a Oeste e três praças. Tanto estas como as ruas são iluminadas a querosene.

A população do distrito excede de 6.000 habitantes inclusive quase 900 na povoação.

Há duas aulas primárias mistas: uma pública e outra particular.

Há também uma loja maçônica.

Tanto essa povoação como a de Campo do Meio, bem tarde po

derão constituir municípios, não obstante ser cada um dos respectivos distritos mais extensos do que os municípios de Santa Cruz, Lajeado, Venâncio Aires, Estrela, Bento Gonçalves e outro da zona colonial.

Além das duas mais importantes povoações acima mencionadas, existem mais nove pequenos povoados, que só poderão ter um desenvolvimento tardio, talvez mesmo não cheguem, em tempo algum, a aspirar os foros de vilas.

Ocupa o primeiro lugar a denominada Entrada - à beira do Mato Castelhano, com dez ou doze casinhas habitadas, a do Capoeirê com igual número de habitações, na Cordilheira do Uruguai e 3º distrito do município, - a do Tópe, sede no 5º distrito e na divisa com o município de Soledade, com vinte casinhas, sendo duas de negócio, - a denominada Não Me Toques - sede da colônia Alto Jacuí, e a Tapera, na mesma colônia, a Dona Ernestina e Saldanha Marinho - sedes das colônias desses nomes.

Além dessas constituem pequenas povoações - o Pinheiro Marcado - e o - Pulador - estações da Via Férrea Rio-grandense.

Fundação de Colônias

Desde que o governo da União e o do Estado, em continuação daquele, empreenderam a colonização das terras missioneiras, preenchendo milhares de quilômetros de matos abandonados, mais dia menos dia, chegaria a vez da colonização das terras desaproveitadas do município de Passo Fundo. Mas, se para este, pouco tem feito o governo, fizeram-no os particulares, colonizando terras para esse fim aproveitáveis.

Três colônias até o presente tem sido fundadas e são:

Alto Jacuí

Em terras pertencentes então à firma A. Schmitt & Cia., de Porto Alegre, foi fundada, há oito anos, mais ou menos, na Serra do Jacuí, distante apenas 20 quilômetros da povoação de Carazinho e portanto da estação, que aí tem a mencionada Viação Férrea.

Foram aí medidos e demarcadas 674 lotes com a área superficial de 329.634.394 metros quadrados e hoje contra uma população de 2805 habitantes, empregada, pela maior parte, na cultura do algodão, cana-de-açúcar, linho, fumo, trigo, etc.

As terras férteis dessa colônia são regadas por três rios caudalosos e onze arroios abundantes. Não conseguimos saber seus nomes.

Saldanha Marinho

Foi fundada em 1899 em terras da firma Castro, Silva & Cia., de Cruz Alta, localizada, a 10 quilômetros, mais ou menos, da estação do Pinheiro Marcado, constando apenas de 106 lotes na extensão de 142.630.000 metros quadrados, em sua máxima parte ocupados por nacionais, alemães e italianos, em número de 982 indivíduos.

Cultivavam-se aí os mesmos gêneros, que na colônia precedente.

Essa colônia proporciona trabalho a 4 serrarias a vapor e 3 hidráulicas, 3 atafonas e 1 alambique para destilação de aguardente aí conta-se 4 casas comerciais, 1 ferraria, 2 carpintarias e 2 açougues.

Dona Ernestina

Essa colônia também fundada há pito anos mais ou menos, em terras de propriedade do Tenete-Coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, fica a 18 quilômetros, mais ou menos, distantes da colônia do Alto Jacuí e a quase igual distância da estação do Pulador.

Sabemos do próprio fundador, que apenas vendeu 63 lotes coloniais e neles, além de várias granjas, trabalham onze molinos e serrarias hidráulicas. Esse proprietário ainda tem terras para colocar mais de 100 famílias.

Floriano Peixoto

É esta a mais moderna das colônias do município, foi fundada por ordem do governo do Estado, em terras à margem do rio do Peixe, estando aí colocadas mais de 80 famílias alemães, polacos e italianas.

Não obstante suas terras excederam às dos quatros núcleos coloniais, contudo custará a ter uma expansão igual a outras colônias do Estado, porque está muito afastada dos meios de transporte. Mas desde que tão perto passe a estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul, será para os seus habitantes uma verdadeira terra da promessa.

Limites do Município

Depois que foram criados os municípios de Soledade e Noioi, sendo o último, depois de extinto, incorporado ao de Palmeira, ficou o município de Passo Fundo reduzido a uma área superficial de 516 quilômetros lineares, mais ou menos, limitados ao Norte pelo rio Uruguai, separando os Estados do Paraná e Santa

ta Catarina, a Leste pelo rio Ligeiro, Mato Português e rio Carreiro, ao Sul pelo rio Marau e linha de demarcação com o município de Guaporê, pelo rio Jacuî e arroios Povinho e Camargo, ao Oeste pelo Jacuî e uma linha seca, ainda não traçada, com o município de Palmeira pelo boqueirão do Valinho e duas vertentes que, em rumos opostos, seguem a confluir no Jacuî Ocidental e rio da Várzea e por fim o rio Passo Fundo.

Essa circunscrição coberta em muitos lugares de vastas e extensas florestas, com muitos quilômetros de campos de criação, possuem uma das mais belas hidrografias do mundo.

Os rios que banham esse vasto território são, conforme a minuciosa relação escrita e assinalada pelo Coronel Antônio Ferreira Prestes Guimarães, os seguintes:

Rio Ligeiro - Nasce no Mato Português, limitando com o município de Lagoa Vermelha, recebendo pela margem esquerda o rio Santo Antônio, que vai de Campo do Meio com diversos tributários, como os arroios Pereira, da Taipa e dos Bugres. Segue-se pela mesma margem o

Rio do Peixe - Antigo Lajeado de São José Domingues, que nasce na entrada do Mato Castelhana, junto do povinho Guarda Velha. E mais o

Rio Erval dos Índios - Com inúmeros tributários, vindos das serras de Erechim e Erebangó.

Lajeados - Marcelino, Ribeiro e Capoeirê. Enfim o rio Ligeiro, depois de receber as águas dos mencionados tributários, lança-se no Uruguai, acima do passo Teixeira Soares. Abaixo desse passo é a barra do Rio do Peixe, que marcava ou ainda marca os limites do Paraná com Santa Catarina. Seguindo pelo Uruguai abaixo, a rumo de Nonoai, existem: 1º- o rio Teixeira Soares; 2º- o rio Lamedor; 3º- o rio Despraiado; 4º- o rio das Aranhas; 5º- o rio Dourado, último antes de chegar à barra de Passo Fundo, junto ao passo do Goioen.

O Rio Passo Fundo (Uruguai Meri) - que nasce uma légua ao Nascente da cidade e depois de um curso de mais de 120 quilômetros deságua no Uruguai, pouco acima do passo de Goioen e 12 quilômetros distante da povoação de Nonoai.

São tributários do Passo Fundo, pela margem esquerda, os arroios: 1º- Palheano; 2º- do Cedro; 3º- do Bugre; 4º- do Butiazinho; 5º- de Canoas; 6º- de Capão Alto; 7º- o Capivara; 8º- de Rondinha; 9º- da Divisa, que extrema o distrito de Nonoai, atualmente, pertencente ao município de Palmeira.

Tributários de Passo Fundo pela margem direita - os lajeados: 1º- da Estância; 2º- do Miranda; 3º- do Engenho; 4º- do Faxineiro, rios: 5º- do Teixeira; 6º- do Facão e seus afluentes; arroios: 7º- do Meio; 8º- dos Pinheiro Altos; 9º- do Curuçu; 10º- do Veado; 11º- do Carreiro; 12º o rio Erechim, que tem por cabeceiras os arroios: Taboão, do Cravo, do Nunes, do Erebangó, do Padre e outros insignificantes.

Rio da Várzea (antigo Uruguai Putan). Nasce a Oeste da coxilha do Umbu, 8 quilômetros, mais ou menos da cidade, com as cabeceiras pouco acima do Popular, lugar célebre pela batalha aí ferida a 27 de junho de 1894.

São tributários pela margem direita os arroios: 1º- do Dr. Cândido; 2º- de David Jugica; 3º- dos Coqueiros; 4º- do Polidoro, 5º- o rio Turvo; limite da fazenda do Sarandi; 6º- o arroio da Divisa, limite com o Nonoai e Palmeira.

Tributários pela margem esquerda: Quatro ou cinco regatos insignificantes e sem nomes.

O Rio Jacuí Ocidental, limite com Cruz Alta, nasce nos campos do finado Tenente-Coronel Sampaio, fazenda das Tesouras, que obedece a três jurisdições diversas: de Cruz Alta, de Palmeira e de Passo Fundo. Forma-se pela junção dos arroios Varejão e Pinheiro Marcado, pouco acima da ponte da estrada de ferro de Cruz Alta a Passo Fundo.

Seus afluentes na margem esquerda e no município de Passo Fundo são: 1º- o arroio Jacuizinho; junto à colônia Saldanha Marinho; 2º- outro diverso com o mesmo nome (Jacuizinho) que forma o São Bento, deixando a Leste a serra da Cadeia; 3º- o rio Colorado, que nasce nas imediações de Carazinho, e corre para o Sul, deixando a margem esquerda as colônias Alto Jacuí e Não Me Toque. Lança-se no rio Jacuí, não no que nasce na fazenda das Tesouras, mas no Jacuizinho (verdadeiro Jacuí) na estrada de Passo Fundo à Soledade; 5º- o rio da Glória e o arroio Pessegueiro, ambos nascem nas imediações do Pulador e fazem barra no mesmo Jacuí, pouco acima da foz do Colorado.

O Rio Jacuizinho Oriental, tido como verdadeiro Jacuí, por ser a mais forte e mais longa das torrentes que tem esse nome nasce nas proximidades da entrada do Mato Castelhano, a Leste da cidade, recebendo pela margem direita: 1º- o arroio do Portão; 2º- o lajeado do Brito, cuja principal vertente é o chafariz, que fornece água potável aos habitantes da cidade; 3º- o arroio do Torto, que se transpõe em uma légua da cidade, na estrada de carretas para Cruz Alta. É o mesmo lajeado do Brito, que se denomina Pinheiro Torto, na parte superior de seu tortuoso curso, a partir do chafariz.

São Tributários desse Jacuí ou Jacuizinho pela margem esquerda: 1º- o arroio da Entrada próximo ao Mato Castelhano; 2º- o arroio Três Passos na estrada para Soledade, o qual se lança a baixo do passo; 3º- o pequeno arroio Carreta Quebrada; 4º- o arroio do Povinho, que vem do Tope, a já falada povoação na estrada para Soledade e limite dos dois municípios.

O Rio Taquari nasce na entrada do Mato Castelhano, um pouco distante da vertente do rio Jacuí ou Jacuizinho. Recebe pela margem esquerda alguns tributários, entre os quais: 1º- o arroio Marau, que vem do povinho do Campo do Meio e; 2º- o Arroio Encantado, que aliás é afluente do Marau e, 3º- a Sanga da Guabiroba ou arroio Sangão.

O Rio São Domingos nasce no Mato Português, recebe procedentes do Campo do Meio: 1º- o arroio Guaraí e, 2º- o arroio da Casca, que reunidos nele se lançam. Este rio, depois de um curso tortuoso, lança-se no,

Rio Carreiro, que serve de limite dos municípios de La goa Vermelha, Passo Fundo, Alfredo Chaves e Varzinha, hoje Guaporé (cap. XXXIX).

Clima

Com essa abundância de águas puras e cristalinas, sempre correntes, com a ausência total de charcos, de qualquer espécie, com as florestas inclusive capões, de que já falamos, não pode o município de Passo Fundo deixar de compartilhar da salubridade inexcitável da Região Serrana.

Aí deram-se diversos casos de longevidade dos que mencionamos desde pág. 332 em diante.

Duas monografias, que temos à mão: os Anais, o Passo Fundo na Exposição Nacional, que recebemos em confiança, ambas trabalho exclusivo do Sr. Xavier e Oliveira, trazem a estatística dos últimos anos sobre nascimentos, casamentos e óbitos, porém, a avaliar-se pelos anos de 1858 a 1860, neste último deram-se 426 batizados contra 46 óbitos, e em 1907 nascimentos para 76 óbitos; vê-se que, se a princípio os óbitos regulavam quase uma décima parte dos nascimentos, hoje, que a população se eleva talvez ao quíntuplo, a diferença para mais entre nascidos e mortos ainda é enorme.

Entre os vivos e no gozo da perfeita saúde ainda conta-se como já dissemos, o adolescente, que, hã 82 anos, foi um dos primeiros representantes de raça branca, que iniciaram o povoamento do solo passo-fundense.

A sede do município é situada no dorso da imensa còxilha, que a partir do Mato Português, segue até os municípios de São Borja e Itaqui, a mesma de onde manam os caudais rios e arroios, que se lançam no Jacuí, no Ibicuí ou diretamente no Uruguai. Ocupa o terreno urbano, o que em gíria campônea se chama um boqueiram, pois de um lado é um extensíssimo capão de matos (hoje muito devastado) que com outros formam, com poucas interseções, uma cordilheira, que se estende até o Pulador; do lado o posto outro bosque (tão estragado como o primeiro) e que pode-se considerar um pontão da Serra Geral a qual vai por fim ligar-se.

A latitude dessa cidade foi, por meio de observações astronômicas e com instrumentos próprios determinada em 1861 pelo nosso amigo Capitão de engenheiros Rufino Enéas Gustavo Galvão (visconde de Maracajú). Esse e trabalhos semelhantes feitos em Cruz Alta, Palmeira, Campo Novo, Santo Ângelo e barra do Pepiri-guassu, remetidos para o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, por lá existem desconhecidos, ou se perderam⁴).

E assim, que temos de aceitar os dados oferecidos por pessoas menos competentes e que dão a esta cidade 22º 46' e 30" de latitude Sul e de 9º e 23' de longitude ocidental pelo meridiano do Rio de Janeiro.

Não excede muito de 1 grau a maior largura do município e a tanto não chega seu comprimento de Norte a Sul, pelo que a latitude e a longitude deve ser, com diferença de alguns minutos, a mesma para todas as localidades do município.

A cidade está a 665 metros acima do nível do mar.

É belo o seu aspecto, principalmente ao romper dos dias estivos.

Compõe-se de quatro praças: a Tamandaré, ao Norte; Marechal Floriano a Leste; Marechal Deodoro ao Sul e Boa Vista a Oeste. Tem dezessete ruas de Norte a Sul, a saber: 1ª- Fagundes dos Reis; 2ª- Capitão Eleuthério, 3ª- General Bento Gonçalves; 4ª- General Netto; 5ª- Coronel Chicuta; 6ª- Itararé; 7ª- da Ladeira; 8ª- Teixeira Soares; 9ª- Marcellino Ramos; 10ª- do Estreito; 11ª- do Chafariz; 12ª- de Bellas; 13ª- Brasil; 14ª- da Boa Vista; 15ª- Ocidentia; 16ª- Coronel Miranda e 17ª- Bernardo Castanho. De Leste a Oeste, oito ruas, a saber: 1ª- do Lavapês; 2ª- do Uruguai; 3ª- Paisandu; 4ª- do Comércio; 5ª- Moron; 6ª- Jacuí; 7ª- General Osório e 8ª- General Canabarro.

Essas ruas e praças são ocupadas por 592 casas particulares, o edifício da Intendência, o da cadeia e quartel da polícia, a estação da estrada de ferro, a nova matriz, em construção e a capela de São Theodoro, o edifício do clube Pinheiro Machado, o da sociedade italiana Margherita de Saboia e o da loja Concórdia do Sul. Todas as ruas e praças são bastante espaçosas e cedendo-as a do Comércio, antiga das Tropas, com 54 metros de largura e quase meio quilômetro de comprimento. Notamos, relevem-nos, que na nomenclatura sejam esquecidos nomes de homens que muito fizeram por Passo Fundo, como: Araújo, Mascarenhas e outros.

A cidade é iluminada por 62 combustores a querosene, mas não será difícil obter mais brilhante e abundante iluminação elétrica, aproveitando a queda d'água que vimos há muitos anos, na única viagem desta cidade a Soledade. Distará quase uma légua, mas se não houver mais próxima, essa poderá ser para tal fim aproveitada indenizando-se o respectivo proprietário do pouco que lhe será tirado.

Instrução Pública

Consta de quatro aulas de instrução primária na cidade. Nas sedes das colônias e povoações de Carazinho e Campo do Meio há as escolas públicas já instaladas, mas esse ramo de serviço carece de acrescentamentos.

Na cidade, há um colégio denominado S. Pedro, onde a intendência subvenciona 15 alunos pobres.

Não existe aqui o ensino religioso, talvez porque o povo é menos dado a devoções.

Ainda não penetraram nesta parte da Região Serrana, inclusive os municípios limítrofes, os irmãos maristas, padres palotinos e outros, nem as irmãs da ordem franciscana e outras.

Mas convém notar, que o ensino proporcionado por essas classes de mestres é completo e com aproveitamento, mas nem por

isso atrai para os seus grêmios um número de alunos, que importe em muitas conversões para a vida devota.

Ordinariamente, depois da idade madura, cada qual é levado por seu próprio arbitrio e inspirado por outras leituras e práticas.

Após o ensino, segue-se a mestrança e então cada indivíduo, uma vez obtido um certo grau de instrução, tem idéias próprias ou adotadas a sustentar, daí a necessidade de ir à imprensa e às polêmicas de toda espécie. A cidade de Passo Fundo tem-na, há 9 anos, mas com um jornal, exclusivamente consagrado à política, o Gaúcho.

Comércio e Indústria

A indústria pecuária, a colheita e preparação da erva-mate, a serragem de madeiras de construção são exportadas do município, aquela para São Paulo (especialmente animais muares e cavalares) ou então o gado vacum para as charqueadas de Cruz Alta, Santa Maria e outras.

Também já se exporta fumo, rapaduras e até aguardente. Os outros produtos da lavoura, mais cultivados nas colônias, consomem-se no município.

O comércio interno, depois de ter sofrido, durante 60 anos o maior entorpecimento com a condução de mercadorias para consumo, ou vindas em carretas com mais de cem léguas em trinta e mais dias de marcha, ou, vindas pela picada de Botucaraí, em cargueiros, reduzindo a menos de metade a distância e tempo de marcha, afinal está em comunicação quase diária, com a cidade de Porto Alegre, pela estrada de ferro, a cargo da companhia belga.

Viação Férrea Rio-grandense

Os fretes e passagens são muito elevados, o que é em prejuízo da indústria e do comércio, pelo que há quem tenha saudades do sistema antigo, que isolava absolutamente o município das praças do litoral ou da fronteira, durante o inverno (desde abril até outubro) ficando quase dessortidas as casas de comércio. Estas, ou aumentavam em demasia os preços de seus restos de mercadorias, ou não as tinham das mais indispensáveis ao consumo dos fregueses.

Enquanto as estradas de ferro não caíram nas mãos gananciosa companhia belga, sendo então os meios de transporte mais comeditos, o comércio de Passo Fundo prosperou tanto, que, em poucos anos, viram-se alguns negociantes estabelecer casas importantes em Porto Alegre e Rio Grande, outros retirando-se daquela profissão passaram a viver, desapressados de dificuldades, nos rendimentos de seus capitais.

Tem hoje a cidade 26 casas comerciais, algumas com um ativo maior de cem contos de réis, 2 padarias, 2 hotéis, 3 farmácias, 3 médicos, 2 ferrarias, 2 ourivesarias, 4 carpintarias, 2 marcenarias, 2 costumes, 3 olarias, 4 sapatarias, 1 fábrica de

massas, 3 alfaiatarias, 2 seleiros e lombilheiros, 4 advogados, os juizes da comarca e distrital, escrivães e mais pessoal do fo
ro.

A população da cidade atinge a 4.000 habitantes, que in
corporados aos de todo o município, tornam este povoado por quã
se 32.000 almas.

A polícia é administrada por um delegado, 3 subdelegados nos distritos, inspetores de quartirão, existindo na sede 18 soldados de polícia, comandados por um subalerno.

Para o serviço postal, há uma agência de correio de 3ª classe, em correspondência diária com a capital do Estado e pon
tos intermediários e bimensalmente para Soledade e Lagoa Verme
lha.

Há uma estação telegráfica também de 3ª classe.

Minas

Deixamos de tratar acima da riqueza do subsolo de Passo Fundo, mas ainda é tempo de fazê-lo.

Além do que dissemos no Capítulo X (pág. 173 a 175) so
bre as riquezas naturais do território missioneiro, nesta impor
tante fração das Missões, avulta, mais que em outra alguma par
te, as inesgotáveis minas de ágata.

Encontrou-se aqui o topázio, o cristal de rocha, opalas e ametistas, que figuraram em mais de uma exposição nacional.

Mas o subsolo contém bastante ferro, cobre, estanho e outros metais.

Já foram mesmo colhidos (e há anos mostraram-nos) espécimens de ouro, mas a cultura do solo, a criação e comércio em an
mais, o da erva-mate, cuja fabricação, (como já dissemos cap. c
tado) aí teve o seu novo e mais rendoso modelo (o sistema barba
quã) preocupa mais esse laborioso povo, do que a exploração das minas.

Rendas Públicas

A receita municipal foi de:	105:480\$000
A estadual de	121:759\$651
A federal	<u>6:288\$400</u>
Total dos impostos	293:528\$051

Devendo-se notar, que não são exagerados, os que são pa-
gos pelos contribuintes.

De modo porque vai progredindo Passo Fundo, indubitavel-
mente chegará a ser um dos mais importantes departamentos não só
da Região Serrana, mas também do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTAS

1) Devemos essa nomenclatura ao nosso velho e sempre prezado amigo Antonio Ferreira Prestes Guimarães, neto do Capitão Neves. A ele ainda de vemos a nomenclatura das grandes artérias fluviais, que regam o município.

2) Fizemos menção disso na biografia desse distinto cidadão, publicada no Anuário Rio-grandense de 1905.

3) São assim apelidados pelos rio-grandenses da fronteira os ho mens provindos de São Paulo ou do Paraná para comprar muares.

4) Em nossa estada na capital federal, conversando com este ilustre amigo, ainda vivo, e que sempre nos dispensou sua estima, disse-nos: "não possuir os rascunhos de suas observações astronômicas e geográficas, quando esteve empregado em Cruz Alta, porque remetera os originais ao ministério de guerra e os rascunhos e outros escritos seus, estraviaram-se com sua partida para as campanhas de 1864 a 1870 e depois destas sua permanência no Paraguay e Mato Grosso até finalizar os trabalhos da comissão de limites en tre o Brasil e aquela república.

Capítulo XXI

SOLEDADE

*Aqui, verdes campinas, altos montes,
Regatos de cristal, matas frondosas,
Borboletas azuis, loiras abelhas,
Hinos de amor, canções melodiosas.*

Fagundes Varela

Reservamos este capítulo para a hábil pena de um amigo, outrora domiciliado e proprietário de grande extensão de terras no município de Soledade.

Poeta, poderia descrever em dicção mais bucólica as belezas dessa região agreste.

Essa colaboração faltou-nos, tivemos que apelar para a reminiscência, do que lêramos num jornal, O Cachoeirense, há vinte anos extinto, e para a viagem feita em nossos anos juvenis. O leitor avaliará se nossa memória é feliz, mormente descrevendo essa longa jornada.

No dia 19 de maio de 1855 partimos a cavalo da cidade de Rio Pardo, encontrando nossa comitiva uma caravana de tropeiros com carregamento de sal.

Deixando a estrada geral, de que falamos no Capítulo XI seguimos a da Costa da Serra e fomos pernoitar na hospitaleira residência do cidadão Estácio Francisco Pessoa.¹⁾

No dia seguinte chegamos à fazenda do velho Luis José Ramos (catarinense), de onde não prosseguimos até o dia subsequente em razão da chuva copiosa.

Ao amanhecer do dia 3, recomeçou o nosso itinerário. Atravessamos o arroio Passa-Sete, o terreno ainda e por longos anos deserto, que hoje constitui o núcleo colonial e freguesia da Candelária, e encetamos a subida bastante íngreme da Serra Geral.

Penetramos uma extensa picada, onde só foi lícito aturar o passo lento dos animais sobre pedras soltas e um terreno escorregadio.

Nesse caminho escabroso, gastou-se o dia sem um momento de resfôlego. Era noite, quando transposta a serra saímos no campo denominado Sobradinho.

Estávamos todos abatidos pela fome, pela sede, pelo frio e pelo cansaço.

Nosso pouso ficou sendo ao ar livre, à margem de um arroio, com sua restinga de onde os peões tiraram abundante lenha, fizeram grande fogueira e puseram as chaleiras a aquecer a água.

Momentos depois circulava o mate chimarrão, que agradecemos (por lhe estarmos pouco afeitos) passando a tomar o nosso com açúcar, saboreando, pela primeira vez em nossa vida, alguns pinhões assados nas brasas. Foi nossa saborosa ceia, enquanto mais tarde nossos camaradas e tropeiros comiam charque assado e repetiam o chimarrão.

Causou-nos estranheza, que esse lugar deserto tivesse por nome Sobradinho e perguntamos a causa.

Um peão, quase sexagenário, antiquíssimo morador no distrito de Soledade, contou-nos:

- "Que havia trinta ou mais anos, aí se estabelecera um homem vindo de São Paulo com crescida família e escravos. Chamou-se, se bem recordava-se, João Lopes, aí fez seu arranchamento, primeiro uma casa baixa onde pôs negócio de fazendas e molhados, depois um pequeno e tosco sobradinho de madeira, galpões, currais e um monjolo tocado pelo arroio. Fazia viagens a Rio Pardo levando a erva-mate, que comprava dos pobres, ou a que ele preparava, voltando com sortimento para seu negócio.

Três ou quatro anos, depois de ter começado a guerra civil de 1835, foram-lhe recrutados um filho, dois escravos, e a maior parte dos seus animais de montaria e carga, o que tudo perdeu para sempre. Desgostoso, retirou-se para São Paulo, onde faleceu. Desde o tempo desse homem, o local chamou-se Sobradinho."

Tendo ouvido com atenção essa história, fomos para nossa cama, feita com nossos novos arreios de montaria, servindo-nos de travesseiro o lombinho, o coxonilho, pelegos e de cobertor, o poncho. Assim deveria pernoitar toda a comitiva.

Achamos o leito magnífico, e, acalentados pelo fragor das águas do arroio, dormimos até clarear o dia.

Fomos o primeiro a erguer-se, notando o nosso poncho coberto de geada, que parecia sal refinado. Tivemos de enfiá-lo e servir-lhe de cabide, durante quatro horas, para que enxugasse

aos raios de um tēpido sol outoniço.

Com essa pesada carga chegamos à entrada de outra pica da, denominada Serrinha, almoçamos em casa do cidadão José Vieira Machado, despedimo-nos dele, retribuindo-lhe o que exigiu e depois de 9 quilômetros da picada e mais 18 pelo campo, chegamos à estância Santa Cruz, então propriedade do Cap. Antônio Rodrigues Chaves Filho. Esse cavalheiro era domiciliado numa das mais belas chácaras do Caminho Novo, em Porto Alegre, e veio dispor dessa e de outra estância à margem do Jacuizinho, propriedades herdadas de seu pai, um dos primeiros habitantes de Soledade.

Falhamos três dias, sendo-nos dispensada hospitalidade franca.

Todos os dias foi crescida a concorrência de visitas ao distinto fazendeiro, salientando-se o cidadão Antônio José de Mello Bravo, já ultra octogenário, veterano da conquista de Missões e de todas as guerras subseqüentes, até a civil, em que, por atos de bravura subiu até o posto de tenete coronel. Apresentou-nos ele seu secretário, o agrimensor Alexandre Knorbe, natural da Alemanha, homem ilustrado e que achou, ao lado do valente e analfabeto soldado brasileiro, um cargo compatível com suas modestas aspirações. Mello Bravo era possuidor da fazenda das Borboletas no Campo Comprido. Num dos dias de falha, acompanhamos nosso bizarro hóspede e vários amigos seus, num passeio (para não dizer viagem) até a então capela de Soledade, onde fomos recebidos pelo cidadão João Batista Rodrigues. Aí reuniram-se as pessoas mais salientes do lugar como fossem: o Capitão Francisco Nicolau Falchenbach, Carlos Knoff, Antônio Joaquim Botica, Oliveira José Ortiz, José Gabriel da Fonseca Maria e outros.

Foi ponto predominante das conversas, a nomeação do pároco para a capela curada, criada por lei provincial de maio de 1846 e já aspirava a foros de freguesia.

Como manifestássemos surpresa por já quererem vigário numa povoação de 22 casas habitadas e uma capela diminuta, responderam, que por todos os campos e recantos do distrito de Soledade, havia mais 3.000 habitantes, muitas fazendas de criar, invernadas e engenhos de socar erva-mate, e esse distrito vasto e riquíssimo, distava 170 quilômetros de Cruz Alta, de onde era difícil e dispendiosa a vinda do pároco para batizados e casamentos ou o pessoal da justiça para fazer inventários.

Concordamos, e ao seguinte dia, prosseguimos nossa viagem até Cruz Alta.

Nesse trajeto de dois e meio dias, um só objeto feriu nossa atenção, foi o majestoso Jacuí Grande, no passo real, onde atravessamo-lo numa canoa e os cavalos a nado.

É uma bela ribeira, com sessenta metros de largura e profundíssima. Nesse tempo havia, em ambas as margens, cinco pobres ranchos.

Três anos depois efetuou-se o provimento canônico de Soledade, elevada à freguesia por lei de 14 de janeiro de 1857, sendo alistados 960 votantes e um número maior de guardas nacionais, de que foram criados dois corpos de cavalaria e uma seção de reserva.

Quando explodiu a guerra contra o Paraguai, daí marcharam (de 1865 a 1868) perto de 1.200 voluntários, que deram provas de valor e patriotismo.

Decorreram anos, e não foi sem surpresa que lemos à página 145 da Notícia descritiva da região missioneira: ... "que até 1845 o território de Soledade era deserto e devolutos seus campos"

Essa informação era inexata.

Nos dez anos, desde a pacificação de 1845 até nossa passagem, era impossível que um território tão remoto, baldo de boas comunicações, com as melhores praças comerciais do Rio Grande do Sul, houvesse conseguido maior incremento do que as colônias estrangeiras, mais próximas à capital do estado, com os auxílios que os governos lhes têm prestado com mão pródiga.

As informações que temos sobre a origem e progressos desse rico município, são mais aceitáveis, como apreciará o leitor.

Histórico

O território de Soledade pertenceu à província jesuítica das Missões Orientais mas, é duvidoso que houvesse nesse tempo, feito parte da redução de São João Batista, conjuntamente com os territórios de Passo Fundo, Palmeira e Cruz Alta.

Nem as reduções, como curatos ou paróquias, tinham mais terras do que as do terreno povoado e suas respectivas estâncias.

Todo o demais terreno, especialmente as cordilheiras de matos, eram pertencentes à administração geral das missões, que nesses matos, mandavam colher e preparar a erva-mate necessária, e com o produto de sua exportação, sustentar os encargos da administração, pagamento de impostos e compras do necessário. Como de uma a outra colheita de erva-mate, deve mediar um interstício de quatro anos (como dissemos no Cap. X), deveriam começar no primeiro ano, pelos ervaais de Santo Ângelo, depois pelos do Campo Novo e Palmeira, depois pelos de Passo Fundo e por fim pelos de Soledade. Assim, quando houvessem de voltar aos ervaais da primeira colheita, seriam já decorridos mais de quatro anos.

Tirado o trabalho dessas colheitas, não havia necessidade de mandar gente a esses desertos sertões, consideravelmente distanciados das reduções. Por isso pensamos que, feita a safra, os ervaais recaíam no anterior abandono.

Apesar de ter encontrado quem afirmasse ter havido no tempo dos jesuítas uma capela e estância em campos desse território, nunca quisemos acreditar-lo, mesmo porque não aparecem vestígios disso.

Entretanto, é certo que o vasto distrito chamado, desde longos anos, Butucaraí e mais tarde Capela de Soledade, já estava povoada desde alguns anos antes da revolução de 1835.

Em 1826, quando São Borja e todos os povos das Missões Orientais foram invadidos e saqueados pelo caudilho Fructo Rivera, o Coronel José Palmeiro, comandante da guarnição de São Borja veio com 600 homens do seu comando, refugiar-se no Rincão de Butucaraí, enquanto o comandante geral fugiu para Porto Alegre; Lago, o outro chefe, foi estacionar em Passo Fundo (Cap. VII).

Palmeiro transpôs o caudaloso Jacuí, nos fundos dos campos, que eram do Tenente Coronel Vidal e posteriormente passaram ao domínio de Salvador Martins França.

Não iria aquele chefe ali acantonar-se, se não tivesse certeza de encontrar o Rincão de Butucaraí, povoado com alguns estabelecimentos pastoris e destes obter as reses precisas para alimentação de tamanho pessoal.

Com efeito, aí já existiam Antônio Rodrigues Chaves (o pai), Antônio José Landim, Anastácio José Bernardes, Florentino José Soares, Fabrício José das Neves (o pai), Athanagildo Rodrigues da Silva (o pai), Feliciano Francisco de Abreu Araújo (único ainda vivo com 110 anos de idade) o já mencionado Antônio de Mello Bravo e diversos outros²).

E quanto não concorreu esse acampamento para tornar vantajosamente conhecidos o Rincão de Butucaraí e suas dependências? Quantos desses soldados, quando escusos do serviço não procuraram aí estabelecer-se?

Não aceitamos tão em absoluto, que houvesse sido esse vasto rincão o refúgio de criminosos escapados à justiça de São Paulo? Um ou outro seria seria do número dos foragidos de qualquer parte, mas é certo que aí se regeneraram, sendo prova disso a escassez da estatística criminal³).

Durante a revolução de 1835, muita gente para aí emigrou, pensando encontrar abrigo seguro contra o que julgavam uma calamidade social. Aí mesmo foi alcançá-los a hora amarga da desgraça.

Em 1839 acampou no Rincão de Butucaraí uma força da cavalaria republicana, ao mando do então Major José Alves Valença. Este mandou dar grande caçada por todas as fazendas, invernadas e roças, recrutando uma porção de moços aptos para o serviço de campanha. Ou, porque tivessem-lhe denunciado um plano de sublevação ou para implantar o domínio do terror, em certo dia, doze desses rapazes foram degolados pelos soldados, ficando os cadáveres insepultos.

Essa cena canibal, única em toda aquela década revolucionária, teve lugar no pequeno campo, que por algum tempo se chamou o Rincão da mortandade⁴).

Não se impusera pelo terror, antes fora mais bem aceita pelos moradores de Butucaraí, outra força, que antes já passara sob o comando do Coronel Antônio de Mello e Albuquerque. Este apelando para o Tenente Mello Bravo (de quem já falamos), conseguiu incorporá-lo com mais de cem voluntários reunidos em poucos dias, e foram servir a causa, da por vezes mal agradecida monarquia.

Já dissemos, como e quando fora Soledade elevada a freguesia. Completaremos agora, que por lei provincial de 29 de março de 1875 foi elevada a vila, desmembrado o seu território do município de Passo Fundo.

Por lei de 14 de junho de 1880 foi constituída comarca, mas esta foi extinta e o município incorporado, como outrora a comarca de Passo Fundo.

Há uma localidade que tornou-se algum tempo importante pela aglomeração de moradores e exportação da erva-mate, e foi o distrito de Lagoão, entre o arroio desse nome e o denominado Sereno, ambos tributários do Jacuí Grande.

Num dos galhos do Lagoão, fundou o cidadão Vicente Ferreira Cardoso⁵), em terras de sua propriedade, uma capela dedicada a Santo Antônio de Pádua e povoação que, apenas contava 32 casas, foi por lei de 4 de maio de 1882 elevada a curato. Por falta de sacerdotes, então muito vasqueiros, nunca obteve provimento canônico e a povoação, já por essa falta e já por morte do seu fundador, tem diminuindo.

Permitirá agora o leitor, uma descrição topográfica e dos produtos naturais desse ubérriimo solo.

Na distância de 82 quilômetros da cidade de Passo Fundo, na altitude de 640 metros sobre o nível do mar, na latitude de 23º, 0' e 15'' e longitude de 11º, 9' e 3'' está situada a povoação sede do município, tendo este 476 quilômetros de circunferência.

O nome, que de todo ainda não perdeu, de Butucaraí, provém do arroio que nascendo na Serra Geral, vai abaixo desta, lançar-se no Jacuí Grande 12 quilômetros abaixo da cidade de Cachoeira.

Os limites do município são: ao Sul, Leste e parte do Oeste a referida Serra Geral pelo cimo da qual se divide com os municípios da Cachoeira, Rio Pardo, Santa Cruz e Estrela; ao Norte serve-lhe de divisa o município de Passo Fundo pelo rio Jacuí Oriental.

Orografia

O território do município é circundado por uma cordilheira, desde a margem esquerda do Jacuí até as atuais divisas com Passo Fundo.

Essa cordilheira é conhecida por um único nome: o de Serra Geral, sem que se destaque um monte qualquer com um nome especial, como sucede com o contraforte que atravessa parte dos municípios de Santa Maria e Cachoeira.

Do lado, porém, que circunda Soledade, as altitudes não excedem de 640 metros.

A espessura dessa cordilheira, coberta de matos, sobrepondo os pinheiros, regula de 36 a 49 quilômetros. Essa espessura é maior, além dos limites do município e até o de Estrela.

Hidrografia

Antes de apresentar a nomenclatura dos rios e arroios mais importantes, que regam este município, cumpre-nos retificar um erro em que têm elaborado quase todos os geógrafos ou pessoas, que o não sendo, presumem ter um conhecimento exato da principal artéria fluvial, não só da região serrana, como de todo o Estado. Queremos falar do rio Jacuí.

Pedindo ao talentoso Sr. Francisco Prestes, nascido e criado em Soledade, e hoje seu intendente, o obsequio de dar-nos a hidrografia do seu torrão natal, remeteu-nos ele a lista dos arroios, que não conhecíamos, bem como um estudo seu sobre a principal vertente do Jacuí, estudo esse já publicado em o número 38, ano XIV de O Combatente, jornal que há 24 anos se publica na cidade de Santa Maria. Desse Estudo vai extratado o seguinte:

"Fato digno de lástima é, que nos compêndios adotados para o ensino de geografia nas escolas primárias do Estado, encontra-se erradamente indicada a nascente do mais importante rio da nossa terra. Por exemplo na geografia, de que é autor o professor José Theodoro de Souza Lobo, 5a. edição, de 1898, se diz nascer o Jacuí na Serra Geral, ao Norte do município de Cruz Alta.

Nem uma, nem outra coisa.

Não nasce na Serra Geral, nem tão pouco ao Norte do município de Cruz Alta.

Tem ele origem, três léguas incompletas para leste da cidade de Passo Fundo, junto ao povinho denominado Entrada do Mato Castelhana, em campos que foram do Capitão Manoel Nunes Vieira.

Mato Castelhana é o nome local da cordilheira de matos, que separa o campo do Meio dos Campos desde a cidade de Passo Fundo até essa cordilheira; Mato Português é o que separa o Campo do Meio do município de Lagoa Vermelha, ambos ligando em sentido norte-sul a serra do Uruguai à serra geral.

Correndo pelo campo ao rumo do sul, cerca de uma légua distante do sítio original entre o Jacuí na serra do seu nome, pela qual no mesmo rumo corre ainda mais de légua, e depois, por leito ora pedrento e ora arenoso, vira o seu curso para o poente, deslizando sempre pelo centro da serra, até que retorna, com pequena variante, para direita, o primitivo rumo do sul.

Prosseguindo neste rumo, corta logo a estrada real de Passo Fundo a Soledade, e saindo aí da serra, quadras abaixo, de novo penetra na mesma, que acompanha até a extremidade, mais ou menos em frente ao fundo do Rincão dos Valos, no município de Cruz Alta.

Da altura do Rincão dos Valos, sito à sua margem direita, pende o Jacuí bem para sul, inclinando-se logo para a esquerda, e neste rumo transpõe a serra geral, até que, da ponte da Estrada de Ferro de Porto Alegre à Uruguaiana, volta-se para Leste, continuando a correr em tal sentido até as proximidades da capital.

Agora nos ocuparemos do formoso rio, no tocante somente à parte da serra acima, e, mais especialmente ainda, àquela que se acha compreendida entre o lugar de seu nascimento e a barra do Jacuí Ocidental, como chamarei ao outro Jacuí, que erradamente se julga ser o verdadeiro.

Este Jacuí Ocidental vem de perto da vila da Palmeira, e tem o nome de Varejão até receber pela direita, Pinheiro Marcado, arroio de uma légua apenas de curso, que em seu trajeto separa o município de Palmeira do de Passo Fundo.

Aí, na confluência de Pinheiro Marcado com o Varejão, cruzada de leste para oeste, a estrada real de Passo Fundo à Cruz Alta, bem como a Estrada de Ferro de Itararé, que acompanha a primeira.

São daí para baixo toma o Varejão o nome de Jacuí, e correndo no rumo do Sul, vai, depois de receber a direita e à esquerda poucos e pobres arroios, lançar-se no verdadeiro Jacuí não longe do Rincão dos Valos.

Entre a barra de Pinheiro Marcado e a sua confluência no Jacuí, o Jacuí Ocidental serve de divisa para os municípios de Cruz Alta e Passo Fundo.

O mais importante tributário do Jacuí, do Rincão dos Valos à serra geral, na margem direita, é o Ivai; na esquerda é o Jacuizinho, que tem origem nos campos da estância do Curussú, quatro léguas ao sul desta vila.

Corta o Jacuí, nesta seção, a estrada real de Soledade à Cruz Alta, Vila Rica, Santa Maria e outros pontos.

Abaixo da dita estrada, em campos da fazenda de Estrela, há uma admirável cascata no rio Jacuí, da qual o fragor é ouvido bastante longe, mormente em dias de tempo precursor de chuva.

Agora mencionarei os afluentes do Jacuí Oriental, por uma e outra margem, desde a sua junção com o Jacuí, por uma e outra margem, desde a sua origem no povinho da Entrada, até a sua junção com o Jacuí Ocidental.

Os tributários da margem direita pertencem todos ao município de Passo Fundo; os da esquerda, até o arroio Povinho, também; os que se encontram desse arroio para baixo, todos são os do Município de Soledade e faz o Povinho uma parte da linha divisória dos dois municípios.

Da barra do Povinho, à esquerda, até a barra do Jacuí Ocidental, à direita, serve o Jacuí de divisa entre os mesmos municípios de Soledade e Passo Fundo.

Logo abaixo da confluência do Povinho, que é largo e profundo, tem no Jacuí a formosa cachoeira do Lagarto, nas águas ordinárias, pode-se, saltando de pedra em pedra, transpor o rio a pé, enxuto.

Nos penedos escavados da cachoeira reúnem-se, nas estações favoráveis, bandos de aves bravias e animais selvagens, que banham-se muito a vontade e depois, com todo o sossego, se deixam estar ao sol, quantas vezes dormindo talvez.

Não lhes perturba o mergulho nem a sesta o fragor da catadupa, que longe ecoa pela Serra do Jacuí. Quando as condições atmosféricas pressagiam mau tempo, mais distante ainda se faz ouvir o rugido da torrente quebrada nos rochedos".

Suprindo com pesar oito bem traçados períodos por tratarmos de tributários do Jacuí, já descritos no Cap. XX sobre o município de Passo Fundo, passamos a transcrever do referido estudo, o que diz respeito ao município de Soledade:

"Margem esquerda: recebe acima da estrada de Passo Fundo à Soledade o pequeno arroio da invernada de Ismael de Quadros; abaixo da estrada recebe o lajeado Carreta Quebrada, engrossado à esquerda pelo Três Passos e pelo Estivinha. Estes arroios todos cortam aquela estrada em diferentes pontos.

Depois mistura suas águas com as do Jacuí, o Povinho, de que já falei. O Povinho é formado da reunião sucessiva do Resvalador, do lajeadinho Elesbão, dos lajeados dos Guedes, do Portão e da Maria Ritta, e têm como tributários o Quebra-Dentes e outros arroios, que todos lhe acodem pela esquerda. A estrada de Passo Fundo à Soledade é cortada pelo Resvalador, Guedes, Portão e Maria Ritta.

Abaixo do Povinho, cai no Jacuí o arroio do Irineo, do Luis Francês, dos Malachias, que estes nomes todos eles têm; corta a mencionada estrada e recebe insignificante afluentes.

Regulando quatro léguas para baixo deste, faz barra no rio Jacuí o caudaloso arroio Despraiado, Pontão ao princípio, que nasce na fazenda Boa-União, caminho entre Passo Fundo e Soledade, e recebe em seu curso o arroio do Pedro Elias, o arroio do Mormas e outros menores, todos os quais se lhe juntam pela esquerda.

Vem depois o S. Bento. Nasce este lajeado na vila, à direita, recebe logo o lajeadinho do Serafim e outros e vai desaguar no Jacuí, fazendo a divisa Norte da antiga estância do Botião.

Por fim temos o lajeado do Botiã, chamado também de Depo-
sito, nasce meia légua ao sul desta vila, recebe a esquerda o
arroio do Passo Feio e o do Inácio Teixeira, e, fazendo pelo Sul
a divisa da citada estância do Botiã, vai fundir-se com o Jacuí,
quando termina a primeira seção deste rio.

Aí fica, com exatidão e por miúdo, descrito onde tem ori-
gem e como se desenvolve o nosso magnífico Jacuí".

.....
.....

Liquidada, como fica, a questão de ser o verdadeiro Ja-
cuí, o que nasce na entrada do Mato Castelhana, descritos seus
tributários no município de Soledade, o autor, no estudo acima,
ainda faz menção em carta que recentemente nos dirigiu, de ou-
tros tributários, que sem dúvida lhe escaparam naquele estudo.

Esse suplemento consta das linhas seguintes:

"Além dos tributários enumerados no meu estudo publicado
no Combatente, dos quais, os maiores são o Povinho, o Despraia-
do, o S. Bento, o Depósito e o Jacuizinho (de Norte para Sul), re-
cebe mais o Jacuí, o arroio Araçã, que na Serra Geral serve de
divisa aos municípios de Soledade e Cachoeira.

O Jacuizinho tem por afluentes o Caixão, formado da Ser-
rinha (do Ouro Fino), enriquecido pelas águas dos arroios dos Tô-
cos e Cerca Velha (divisas os três últimos da sesmaria de Santa
Cruz, sita no atual 6º distrito). Abaixo do Caixão afluente ao Ja-
cuizinho o arroio (2º) da Serrinha de que são tributários: o La-
goão, o Carazinho, o Turvo e outros menores.

O Carijinho (à margem esquerda do qual estendia-se a co-
lônia São Paulo, ficando da direita o S. Bento, ambos no 4º di-
strito) entra no Jacuizinho abaixo do Serrinha.

(No território do município, o Jacuí divide este, dos de
Passo Fundo, Cruz Alta e Júlio de Castilhos).

Rio Guaporé, separa o território do município do seu no-
me, de Soledade.

De Norte a Sul, seu primeiro tributário é o arroio Camar-
gos, limite divisório dos municípios de Soledade e Passo Fundo.
Segue-se-lhe o Engenho Velho do qual, além de outros menores é a
fluente o Congiú.

Depois é recebido o arroio da Taipa engrenado por tribu-
tários insignificantes.

Por fim nele cai o Fão, parcial divisa de Soledade e La-
jeado. O Fão nasce na própria sede do município com o nome, que
logo perde, de Lajeado da Bernardina e vai recebendo à direita o
arroio dos Silvanos, o do Belo e outros menores, e à esquerda o
Taipinha, os do Macaco, o do Ricardo Lopes e mais alguns sem im-
portância.

Rio Pardo. Tem origem a 4 léguas da vila de Soledade, en-
tre as antigas estâncias de Santo Antônio e Curuçu (3º distri-
to).

O solo presta-se a todo o gênero de cultura próprio da zona temperada, porém a agricultura e horticultura não preocupam muito o camponês, por não ter para onde exportar os produtos de seu trabalho mas, em compensação, chega ao mato e embora com bastante fadiga, colhe uma boa quantidade de erva-mate, e, esta convenientemente preparada e passando por outras mãos, lá vai bem longe render bom dinheiro.

Estamos certos, que uma parte considerável da população desse município há de enriquecer com a exportação de produtos agrícolas, com a dos laticínios na mais larga escala, por causa da superioridade do leite das vacas nessa região. Ainda enriquecerá com os produtos do gado suíno e com excelentes vinhos, quando houver uma estrada de ferro, que entroncando na da cidade de Santa Cruz venha terminar na Vila de Soledade. Reduzida assim a algumas horas a viagem difícil de muitos dias, outras será a situação econômica dessa ubérrima circunscrição municipal.

O subsolo contém minas inesgotáveis de ágata, ferro, chumbo e cobre, de que nos mostraram espécimes.

O aspecto do território é em geral sombrio, devido a densidade dos bosques e altitudes da cordilheira em derredor de quase toda a campanha, se campanha pode chamar-se, pela imensidade dos capões de matos esparsos em todas as direções.

Na povoação e subúrbios observa-se, ao crepúsculo vespertino, um fenômeno excepcional.

Meia hora, ou mais, depois de ter o sol desaparecido no horizonte, quando já principia o lusco fusco, tingem-se o poente de uma vermelhidão ígnea, parecendo que o rei dos astros vai emergir e retroceder do ocaso. Passados quinze minutos desaparece a claridade poente e precipita-se a escuridão noturna.

Explica-se, porque o horizonte visual é mais alto aí, do que em muitas dezenas de léguas nas terras abaixo da serra. Noutra alguma parte do Rio Grande do Sul ainda não foi observado esse espetáculo, que mesmo, só é notado durante a última quinzena de novembro e até fevereiro seguinte, se a tarde for de tempo seco.

Conversando um dia com o Coronel Rodolpho Brasil, um dos mais abalizados professores das nossas escolas militares, estando presente nosso amigo Bento Porto da Fontoura, que primeiro notara e escrevera sobre esse fenômeno, achou-o singular. Entretanto disse-nos o Coronel: "que além da circunstância de desaparecer mais cedo o sol para os habitantes do outro lado da serra, as simples refração do ar poderia produzir esse fenômeno. "Assim falando mostrou desejos de ir a Soledade examinar cientificamente o fenômeno. Porém, sendo soldado, a observação dispendiosa e a ninguém mais importando, esse fenômeno continuará ignorado por muita gente.

Ninguém, ainda menos, fará os estudos geológicos dos terrenos, porque poucos olham para o município de Soledade com a atenção que ele merece. O progresso, o aumento aí se operam ao

ao acaso, pelo impulso dos seus habitantes e sem combinação previa.

É assim, que o município da Soledade, além de 63 grandes fazendas de criar, hoje divididas e subdivididas, além de mais de 800 posses legitimadas, na extensa cordilheira, que o circunda, além de muitas engenhocas para o de João Corrêa Lamaison, o do finado Salinet e outros, ve aproximam-se e transpor um de seus imprevisos limites ocidentais a colonia, que partindo do Rincão dos Vallos (município de Cruz Alta) fundou, em suas terras, o tenente coronel Serafim Fagundes do Nascimento, hoje finado.

Pelo extremo oposto (terras de Rio Pardo) ai acham-se em comunicação os habitantes da progressiva colonia da Candalaria. A longa e escabroza picada, que partindo do município de Soledade vae até o de Santa Cruz, com algumas terras cultivadas, tudo isso trará um progresso muito lento: o grande, o rico e populoso município da Soledade precisa uma estrada de ferro que será de grandissima vantagem tanto para o município, como para o Estado.

O município da Soledade tem uma população maior de 30.000 habitantes, a da vila, pouco excederá de um milhar.

A receita municipal tem oscilado em 38:800\$000 réis, a estadual em 29:247\$450 réis e a federal não atinge a 2:000\$000... réis.

Com uma receita diminuta, comparando-a com as de outros municípios menores, o governo municipal da Soledade tem conseguido manter duas aulas públicas para os dois sexos na vila uma aula mista do 2º distrito e uma para o sexo masculino em cada um dos 3º e 4º distritos.

Além disso, do pessoal administrativo bem remunerado, tem uma polícia de 10 praças de cavalaria, um sangramento, dois cabos e um clarim, sob o comando de um alferes.

Já davamos por terminado este capítulo, poucos dias faltando para ser impresso, quando recebemos as informações, que em seguida transcreveremos.

Foram-nos fornecidas por um amigo, que já muito nos auxiliou nos outros assuntos acima relatados.

Eis o que lhe disse-nos:

"No dia 7 de setembro último foi inaugurado nesta vila com espetáculo em grande gala, por um grupo de amadores, o teatro denominou Apolo. O desempenho a todos agradou.

"O edificio, situado a rua Benjamim Constant, é singelo em sua arquitetura externa e interna. Nem podia ser doutro modo, pois foi feito a custa de donativos, concorrendo a intendência municipal com a quantia de 500\$000.

" Pode conter 400 espectadores e já é um edifício, com quanto modesto todavia, de staca-se dos poucos, que conta a povoação.

" Uma comissão composta do major Candido Alves Carneiro, capitão Sebastião Schleiniger Junior, Prudente Borges de Camargo, Olimpio Gomide, Gaspar Gonçalves de Pinho e Osório de Albuquerque foram os promotores da edificação dessa casa de diversões.

" Alêm desse edifício, existe funcionando, desde 1º de Julho do ano passado (1908) o colégio de Nossa Senhora da Vizitação.

" Uma comissão composto de Reverendo Vigário Pedro Wagner, do intendente Francisco Prestes e mais tres dos cidadãos mencionados no período precedente, adquiriam na mencionada rua uma casa particular, onde foi colocado o Colégio sob a regência da superiora madre Gertudes do Divino Coração, auxiliada por mais quatro irmãs do Sagrado Coração de Maria.

" Por ora contem 9 alunas internas e 33 externas;mas espera-se grande aumento.

" O doutor Alfredo Bruno de Campos fundou a praça Marechal Deodoro, uma casa de saude, por ele administrada, em edificio próprio. Esse estabelecimento funciona desde 1º de novembro de 1908.

" Apesar da pquena da povoação, existe uma tipografia, onde é impresso o jornal Butucarahy, por ora ebdmadario, sob a direção do Dr. Alvaro Rodrigues Leitão."

As linhas transcritas foram datadas de 16 de dezembro de 1909 e é essa a data do carimbo da agência postal da Soledade; mas foi-nos entregue essa carta a 31 do referido mes e ano em Porto Alegre.

Extranhamos a demora.

Da Soledade à Passo Fundo vai a distância de 90 quilometros (15 leguas imcompletas) viagem para uma estafeta de um ê meio dia, excluindo absolutamente a noite. O caminho é excelente.

Do Passo Fundo à Porto Alegre a viagem pela via férrea é de dois dias. Nada pois justifica a extraordinária demora do transporte das malas, pois em vez de quinze poderia a aludida carta ter vindo com quatro dias de viagem no máximo.

NOTAS

1) Pai de um ilustre amigo de idêntico nome, que muito precisamos e hoje falecido. Aquele bom velho finou-se com 102 anos.

2) Afirmaram-nos, que já existiam no Rincão de Butucarai as estâncias do General Felipe Nery de Oliveira, Antonio Bento Pereira (pai do Capitão Simões Pereira); bem como que, depois de ter regressado aquela força a São Borja, foram concedidos campos ao Capitão Anacleto Rodrigues de Albuquerque e Manoel da Silva Portela, na Restinga Seca, José Sebastião Apiai, João de Freitas Noronha (4 léguas quadradas) Constantino Rodrigues Machado e Silva, Antônio José Nunes, José de Carvalho de Miranda, José Ferreira Chachim, Antonio Pereira da Luz, Eduardo Borges, Generoso Bicudo, João de Godoes Siqueira e Joaquim Fragata.

3) Citaremos um pai de família exemplar e laborioso por nome Joaquim Leal Tatim. Cometera em Curitiba um homicídio casual e dali fugira. Denunciado e preso, foi responder ao júri, regressando absolvido de culpa e pena.

4) Em 1856, viajando de São Gabriel para São Borja, pernoitamos em Itapeví, em casa do negociante Constantino do Prado Lima, ex-soldado da revolução, com quem conversamos algumas horas.

Entre vários fatos e a propósito de um discurso do Barão de Quaraí, no senado, contou-nos que esteve presente e viu o extermínio desses doze rapazes serranos.

O local onde passou-se a cena sangrenta perdeu o nome de Rincão da Mortandade, porque dois fatos posteriores ocorreram: o primeiro num campo aberto distante uma légua da atual cidade de Passo Fundo. Aí, morava num rancho Manoel Gomes com sua família. Assaltado por bugres bravios, em dias do ano de 1847, fugiu, sendo exterminada toda a família. A esse lugar ficou chamando-se A Mortandade. O segundo fato, ocorrido em 1856, na fazenda dos Quatro Irmãos, foi ainda o assalto e massacre por bugres de todo o pessoal da fazenda, de onde levaram tudo quanto havia, inclusive os sacos de sal vazios. O campo onde deu-se essa cena canibal ainda hoje é chamado O Capão da Mortandade, muito distante da cidade e hoje em terras de Nonoai.

5) Pai dos doutores Licínio Althanasio Cardozo, Saturnino Cardoso e Annibal Eloy Cardozo, três mentalidades privilegiadas e Ignacio C. Cardoso. O penúltimo morreu muito moço.

6) Alguns tísicos, no primeiro grau, têm dito de outras paragens, encontrar aí um suave restabelecimento.

Capítulo XXII

PALMEIRA

*Vinde saudar a virgem natureza
Oh artistas da Europa encanecida,
Vinde inspirar-se neste paraíso,
Que de humano artifício não carece.*

Magalhães

O território deste município contém uma área superficial de 586 quilômetros lineares, compreendendo o território do de Noioai, extinto, e que lhe foi anexado.

Ficaram sendo seus limites naturais: o Uruguai, desde a foz do arroio Nuncorã até a do rio Passo Fundo, por este acima até a foz do Lajeado da Estrada e por este até sua nascente e desta em linha reta e do Lajeado das Tunas e pelo alveo deste até o rio da Várzea, pelo arroio Nuncorã até sua vertente e desta até a do arroio São Jacob e por este até sua foz no Ijuí Grande, por este acima até a foz do arroio da Palmeira, subindo por este até receber as águas do banhado, que passa pela casa de João Diogo, daí dividindo com o município de Cruz Alta pelo arroio Pinheirinho e pela estrada de Carretas que vai ao Passo Fundo.

Nesse vasto perímetro está compreendido parte da Cordilheira do Ijuí, ainda não colonizada, toda a que circunda o Campo Novo e a de Nonoai desde a foz do Passo Fundo até a do rio Guarita. Além dessas grandes florestas, não muito devastadas, há diversos rincões de campos calculados em mais de 1460 quilômetros quadrados.

A natureza tornou essa zona missioneira uma das mais interessantes pela beleza do solo.

Um distinto paraguaio, Serapio Machain, viajando em 1858 de Cruz Alta até os ervaais do Campo Novo e Guarita, voltou dizendo-nos:- "Son campos hermosísimos los de Palmeira y Campo Novo, me alegro mucho vizitarlos".

Não se passaram muitos dias e reconhecíamos de vizu, não ser hiperbólico o juízo emitido pelo ilustre proscrito do tira

no Lopes, um homem que voltaria mais tarde para ocupar um cargo de ministro em sua pátria redimida e livre.

E não foi sô a beleza agreste de todo esse território, o que mais tivemos que apreciar, porém sobretudo a feracidade de um solo, que tudo produz de bom e melhor. É que aí na extensão, que quase toda percorremos, serpenteiam milhares de arroios tributários de seis grandes rios. Se bem que em grande parte conhecidos por nós, em três viagens, todavia entendemos dever recorrer ao cidadão, que proficientemente tem administrado esse grande município.

Esse cidadão, o Tenente-Coronel Júlio Pereira dos Santos, Intendente municipal, enviou-nos um esboço hidrográfico do município de Palmeira, trabalho esse, que sem a menor alteração reproduzimos no fim deste capítulo.

Entretanto não pomos de parte, o que sobre esse município escrevemos há mais de vinte anos e no que prosseguimos.

Todo o grande território, de que ora nos ocupamos, é admiravelmente repartido em muitos vales ou rincões, sendo os mais notáveis:

1º - O do Campo Novo todo ele circundado pela cordilheira do Alto Uruguai, entre o rio Turvo ou Sebolati e o arroio Nuncorã, pela margem direita deste e a esquerda daquele e pela porção da cordilheira, que separa os campos de São Jacob;

2º - O da Guarita, formado pela mencionada cordilheira do Uruguai, rios Turvo e Guarita;

3º - O do Herval Secco, formado pelo arroio desse nome e o rio Guarita;

4º - O da Fortaleza, formado pelo arroio desse nome e o rio Guarita;

5º - O da Ramada, formado pelos arroios Divisa, São Jacob e rio Turvo;

6º - O de São Jacob, pelo arroio desse nome, pelo rio Turvo e a cordilheira que fecha o Campo Novo;

7º - O da Costa da Serra entre o arroio da Palmeira e o do Alegre;

8º - O da Divisa entre o arroio desse nome e o do Pinhalzinho;

9º - O de Nonoai entre os rios da Várzea, Uruguai e Passo Fundo, território (de que trataremos no capítulo seguinte), quase tão extenso como o do município a que foi incorporado.

Além desses rincões existem: o campo-chamado dos Castanhos e o onde está situada a povoação, sede do município.

Essa vasta extensão de terra, que na Europa poderia formar um pequeno estado independente com população maior de três milhões de habitantes, conterà entretanto, 30.000 almas, não podendo ser perfeito qualquer recenseamento oficial, por causa dos verdadeiros esconderijos, onde por dentro dos bosques vive muita gente pobre e ignorada.

No solo palmeirense não se conhece uma sô riqueza mine ral; mas, há suficiente fertilidade para a produção de legumes, fumo, algodão, trigo e todos os frutos da zona temperada. A mar gem do Uruguai, em terrenos, onde não cai a geada, é abundantis sima a bananeira, a cana de açúcar e muitas plantas da zona tô rida. Aí o milho é colhido fresco ou verde em junho como dez em bro.

Os bosques são opulentos em madeiras de construção, i-
guais as dos outros municípios limítrofes.

O que, porém, constituem a grande riqueza vegetal do mu-
nicípio é incontestavelmente a erva-mate, tão boa como a do Para ná.

Prestam-se a criação de gados e invernações de muares os
campos onde, com pouco trabalho, ficam bem seguros e não tresma
lham. Os pastos, entretanto são fracos e exigem mais farta ração
de sal para os animais.

No Campo Novo, onde não há estabelecimentos de criação,
mas sô algumas reses para consumo e os animais de trabalho, a
abundam o capim barba-de-bode e o denominado capim limão, duas
pragas que sô com bastante trabalho podem ser estirpadas.

Alguns moradores daquele e de outros campos procuram vul
garisar, plantando-a, a grama paulista, que absorve o pasto mau,
porém, é mister um cultivo maior desse pasto artificial e do
trevo abundante nas ruínas das reduções.

Como se não bastasse a beleza do aspecto do terreno e
sua comprovada fertilidade, o município de Palmeira partilha da
proverbial salubridade do clima da região serrana.

A vila, a povoação de Campo Novo e a Colônia Militar do
Alto Uruguai regulam a latitude de 27 a 28º e 40' e a longitude
de pouco mais de 10 graus. A altitude da primeira é de 565 me
tros, e a segunda de 580 metros, a terceira é de 532 metros.

Dadas estas informações passemos à história da fundação
e desenvolvimento do município.

Até 1828, todo o território de Palmeira, incluído no de
Cruz Alta, passava despercebido.

No Campo Novo e no rincão da Guarita haviam todos os ín
dios bugres, menos ferozes, que os de Nonoai.

Por aquele ano e subseqüentes, foi-se povoando o hoje
distrito da vila, inspirando interesse a alguns homens de São
Paulo, que traziam cabedais para a compra de muares, que já era
um ramo de comércio naquela província.

Entre esses destacaremos, os que, sem outro incentivo
que a exemplo do que sucedia em Cruz Alta, fizeram uma excelente
propaganda colonial de Palmeira. Foram eles:

I - O Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado, mem-
bro de uma ilustre família paulista, o qual trouxe sua esposa,
filhos e mais de cem escravos. Ocupou todos os campos da Costa
da Serra do Ijuí, desde o arroio Divisa até o de Palmeira. Nessa
extensa campanha escolheu o terreno, onde levantou sua casa de
vivenda, senzala e mais benfeitorias.

Não se contentando com isso, ultrapassou o arroio Palmeira e levaria suas divisas além do da Corticeira, se não lhe sai aos embargos o velho Manoel José da Encarnação com a cêlbre demanda, tratada no foro de Rio Pardo e de que fizemos menção no capítulo VIII. Encarnação venceu, mas Joaquim Thomaz posuidor, por concessão, do comando da fronteira, de mais de 16 ou 20 léguas quadradas.

II - O Major Antônio de Novaes Coutinho, português (parente afim do precedente) que obteve do comando da fronteira das Missões, mais de 6 léguas no rincão da Guarita, e fundou grandes estâncias.



Intendência Municipal da Palmeira.

III - O tenente coronel Joaquim José de Oliveira (paulista) que contentou-se com pouco mais de duas léguas, no rincão da Guarita, onde dedicou-se à catequese dos índios, que o empobreceram.

IV - Francisco Lemes de Oliveira, cunhado de Novaes, que por concessão do comando da fronteira, também obteve uma sesmaria de campos e matos. Aí se estabeleceu e acabou riquíssimo.

V - João de Souza Bueno, que à sombra dos mencionados cidadãos, estabeleceu-se nas imediações do planalto já escolhido para a fundação da atual povoação.

VI - O Major Feliciano Rodrigues da Silva, procedente de Caçapava, que animado por seu parente, o Barão de Antonina, estabeleceu-se no rincão de Fortaleza.

VII - Máximo Vieira Gonçalves, que estabeleceu-se na Ramada e depois no rincão da Guarita.

VIII- Antônio Ribeiro Martins, que estabeleceu-se na Ramada.

IX - Victor Antônio Moreira, que fundou uma estância no rincão do Herval Seco.

X - José* Pereira da Silva, que obteve meia sesmaria do campo imediato ao dos Castanhos.

XI - José Antônio da Cruz, que estabeleceu-se ao fundo do rincão da Guarita.

XII - Alexandre Luiz da Silva, que atraído por seus irmãos mais velhos (os Barões de Ibicuí e Antonina) veio ainda adolescente residir e ocupar o campo denominado Dois Irmãos.

XIII- Antônio Demétrio Machado, que se estabeleceu no rincão de São Jacob)

No lugar destinado para ser a povoação, apenas foram construídas meia dúzia de habitações ocupadas por Dom Marcos Ochoa (espanhol), Henrique Flannes (francês), João de Souza Besa (português) e Nicolau Cazuni, os primeiros negociantes ali conhecidos e dois outros indivíduos.

A esses seguiram-se ainda outros, de sorte que, em 1832 já essa mansão deserta tinha alguma vida e atividade industrial. Começara a chamar-se a Vilinha da Palmeira.

Uma grande multidão de homens pobres, procedente da fronteira sul e de outros pontos, atraídos pela notícia da extraordinária abundância e superioridade da erva mate; para aí concorreu, procurando arrancar-se como agregados das grandes propriedades rurais, ou dentro dos matos baldios, ou mesmo com prando frações de campos, para criações em pequena escala.

Logo também montaram-se diversos carijos, engenhos e moinhos para a preparação da erva-mate, e esta, embora conduzida para a venda em longínquas distâncias, animava os fabricantes, pelos preços obtidos, a persistirem nessa indústria.

O Major Antônio Novaes Coutinho tomou a seu cargo a edificação da capela, que seria dedicada ao milagroso Santo Antônio de Lisboa.

Sobrevindo o decênio revolucionário, que obrigou-o e a maior parte dos fazendeiros a uma pronta e duradoura emigração, paralizou a construção da capela. A mesma população da chamada Vilinha tornou-se quase nula e a dos campos e ervaais também rareou. Com a pacificação e regresso dos emigrados, voltou a atividade a esse extenso distrito²⁾ e os novos aventureiros, vindos de São Paulo, ou das terras abaixo, aí foram encontrando lugares onde pudessem fixar moradia. Por preço diminuto comprava-se campo para uma fazenda ou invernoada.

Em 1857, e por lei provincial de 14 de janeiro, foi criada a paróquia de Santo Antônio da Palmeira tendo como limites, os que ainda hoje constituem o município, sendo a sede na povoação, que não continha vinte casas.

Conquanto a capela precisasse mais de uma total reconstrução, do que de uma conclusão, por deteriorada que estava, foi provida canonicamente em dezembro de 1860, sendo nomeado vigário encomendado o padre Domingos José Lopes, que aí residia, vivendo da criação e negócio em muareis.

Depois desse pároco e outros, que lhe sucedem, foi desligada de Cruz Alta, para constituir o município de Santo Ângelo, isto por lei de 22 de março de 1873.

Por lei de 6 de maio de 1876 foi elevada à vila e criado o município de Palmeira.

Outra lei de 26 de abril de 1882 criou a comarca de Palmeira incorporando-lhe o território de Nonoai, mas essa comarca fô extinta pela lei de 13 de abril de 1884, revertendo o município de Palmeira para a comarca de Santo Ângelo e o de Nonoai para a de Passo Fundo.

Mais tarde o território de Nonoai passou a pertencer de novo ao município de Palmeira; e como não tinha podido manter um pároco, continua a servir como tal o de Passo Fundo.

São essas as fases, por que tem passado o município de Palmeira, sobre o qual acrescentaremos mais alguns dados históricos.

O Campo Novo

Desde que começou a povoar-se, o rincão de São Jacob e o da Guarita era visto dentro da cordilheira que borda o Uruguai, um campo coberto de capim verde.

Não faltou quem desejasse lê entrar, porém o receio de encontro com selvagens, a incerteza do que lá pudesse haver de proveitoso, detiveram os curiosos.

No último ano do período revolucionário João Vicente de Souza, José Antonio da Cruz e dois irmãos deste atreveram-se a abrir um estreito caminho através da cordilheira e, com alguns dias de trabalho, penetraram no campo.

Ficaram deslumbrados com a grande quantidade de erva-mate e deram-se sem descanso, ao trabalho de colher e transportar quanta puderam.

Mas uma mina como essa não escaparia à perspicácia de um povo aguilhado pela cobiça de ganhar dinheiro.

Em pouco mais de um ano formou-se uma leva de aventureiros, que alargaram aquele caminho, desde a extremidade do rincão de São Jacob até chegarem, por um terreno pouco acidentado, ao Campo Novo, nome por que já era conhecido.

Não perderam tempo nem trabalho, voltaram carregados com algumas arrobas de erva-mate.

A esses seguiram-se outros muitos, o que constando a câmara municipal de Cruz Alta, mandou alargar a picada que tornou-se uma soberba estrada de rodagem na extensão de quase doze quilômetros.

Segundo nos informaram, esse melhoramento foi devido às licitações do fazendeiro Antonio Demétrio Machado, chefe político naquela povoada e vasta circunscrição e apoiado por seu chefe em Cruz Alta e este era quem inspirava e dirigia a respectiva municipalidade.

De então por diante foi-se propalando a fama da erva-mate do Campo Novo. Começou também a vir da fronteira, para onde era vendida essa erva, uma emigração, que de ano em ano quase duplicava.

Nacionais, estrangeiros (europeus, asiáticos e de todas as procedências) aí vinham levantar suas tendas e carijos, indo vender seus produtos para o Rio da Prata.

Para formar-se uma idéia da avultada colheita anual, basta consignar, que a exportação da erva do Campo Novo, no ano de 1858 excedeu de 60 000 arrobas, apuradas em Itaqui por 360:000\$000... réis.

Antes, porém, como os ervateiros se aproximavam dos fundos do Campo Novo, José Antônio da Cruz, que aí possuía um grande engenho e terras benfeitorizadas, intentou-lhes uma ação de manutenção e venceu-a apesar da proficiência e pretígio do defensor da população.

Em 1857, em sessão presidida por esse advogado³⁾ resolveu a câmara considerar o Campo Novo um imóvel do uso comum dessa parte da freguesia de Palmeira e como tal deve ser mantido pelo fiscal para esse fim nomeado.

Em consequência dessa medida estrepitosamente festejada pela população, José Antônio da Cruz abandonou o Campo Novo, onde com extensão maior de uma légua quadrada tinha uma posse suscetível de legitimação pela lei de 18 de setembro de 1850.

O povo, que aí se aglomerou, não obedecendo aos preceitos da municipalidade e lições dos expedientes, destruiu os ervais com suas colheitas repetidas e prematuras.

A câmara municipal, informada do que se passara, decretou, na forma de seu código de posturas, a interdição desses ervais, por mais de quatro anos, conforme dissemos no Cap. X.

Nesse período, a população do Campo Novo, que já excedia de 3000 almas, reduziu-se a metade, ou a menos, pela emigração, para outros ervais.

Pedro Paggi, italiano aí estabelecido, retirou-se para além do Uruguai, aproveitando uma picada aberta pelos cidadãos Jesuino José Ribeiro e pelo tenente (mais tarde general honorário) Francisco Antônio Martins⁴⁾.

O ponto da margem oposta do Uruguai, território de Corrientes, onde se estabeleceram, ficou sendo chamado Porto Paggi, mas essa povoação está quase extinta, muita gente voltou para os reabilitados ervais brasileiros.

No local do Campo Novo, em frente ao engenho de João Pedro de Campos, quando existiam cerca de 20 casas, os cidadãos Antônio Porto Pereira, Felisberto José Martins, Mizael Estevão da Costa, Alexandre Rabello e outros resolveram erigir uma capela dedicada a São José.

Por lei provincial de 4 de maio de 1882, foi elevada a curato, independente da paróquia de Palmeira, mas nunca obteve provimento canônico, o que sucederá talvez por muitas décadas, porque a população é pobre e não poderá sustentar um pároco.

Numa extremidade desse território, às margens esquerda do Uruguai e do seu confluente o Turvo, sustenta o governo federal uma colônia, sobre a qual faremos uma rezenha histórica.

Colônia Militar do Alto Uruguai

Em 1860, mandou o governo imperial uma comissão de engenheiro sob as ordens e direção do Tenente-Coronel José Maria Pereira de Campos, acompanhado do capitão Rufino Enêas Galvão (depois Visconde de Maracajú) encarregado das observações astronômicas, Antonio Eleutherio de Camargo, Antônio Alves Pereira Salgado (hoje general) e forte destacamento sob o comando do Capitão depois Marechal, Augusto Cezar da Silva, abrir uma picada no fundo do rincão da Guarita e descobrir a barra do Peperi-Guasú.

Deveriam demarcar aí uma colônia militar.

Com efeito, ao fim de três anos de trabalho perseverante conseguiram chegar até a foz daquele rio, limite do Brasil com a Confederação Argentina, deixando aberta uma larga estrada de 66 quilômetros através da cordilheira e até a margem esquerda do Uruguai.

Quanto a colônia nada foi resolvido, mesmo porque no ano seguinte surgiram complicações diplomáticas entre o governo do Brasil e o da República Oriental e por fim a sangrenta e tão duradoura guerra com o Paraguai.

Em 1879, cedendo o governo às reiteradas solicitações do Barão de São Jacob, que em Cruz Alta se tornara chefe político muito preponderante, resolveu fundar a tão prometida e tão protegida colônia militar do Alto Uruguai, no lugar onde se acha, 48 quilômetros abaixo da inutilizada picada aberta pela precedente comissão.

Com efeito, outra comissão de engenheiros, sob as ordens do Major Antônio Florêncio Pereira do Lago, depois de levantar a planta e feita a demarcação dos lotes, instalou a colônia, que em 30 anos não tem tido o desenvolvimento, que se prognosticava.

Em prova do que (ao revisarmos este capítulo escrito há 20 anos) lemos num jornal de Porto Alegre o seguinte:

"Existem demarcados 434 lotes, sendo 241 rústicos e 193 urbanos...

"Há ao Sul da colônia terras devolutas, ocupadas por 27 habitações, sem medição nem demarcação.

" Contam-se 1015 habitantes, sendo 559 do sexo masculino e 450 do feminino...

"A produção foi de 100:530\$000 réis em batata doce, aguar-dente, amendoim, farinha de mandioca, feijão, fumo em corda, erva mate canxeadá, milho e rapadura "

Esse recenseamento de caráter oficial confirma o que dis-semos sobre o quase nenhum desenvolvimento da colônia do Alto U-ruguai.

Acreditamos que esse atraso provenha mesmo do regime mili-tar.

As colônias "civis, contemporâneas ou posteriores, tais co-mo Caxias, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Jaguari, e outras, che-garam, por seu progresso rápido, a emancipar-se e até consti-tuir municípios populosos e ricos, enquanto a colônia militar do Alto Uruguai parece que não passará, do que é, uma população tutelada e incapaz de empreender melhoramentos e descobrir novas fontes de riqueza.

Há 18 anos e menos foram fundadas as colônias Ijuí, Guara-ni, Saldanha Marinho, Neu-Wurtttemberg e outras nos municípios de Cruz Alta e Santo Ângelo, e essas já excedem a colônia do Al-to Uruguai.

Deve isso ser devido ao regime militar da última, porque é fato averiguado o progresso e desenvolvimento das colônias ci-vis, enquanto as militares decaem até formal extinção, como suce-deu com a colônia Caceros, no município de Vacaria, a da Pimen-teira em Pernambuco e outras do Alto Amazonas, tão atrasadas ain-da como a do Alto Uruguai.

Diante destes fatos pensamos, que melhor faria o governo se emancipasse a colônia militar do Alto Uruguai que para não cair como as demais, ser-lhe-há um inútil escoadouro de dinhei-ros públicos.

É certo que essa colônia tem tido bons diretores (como ain-da agora sucede) assim como não tem ficado sem corretivo os er-ros administrativos de um ou de outro; mas isso não aproveitou, em nada, continuando a colônia estacionária.

Todo o progresso do município da Palmeira especialmente da sua zona ervateira ou da que poderá, aproveitando a uberdade de suas terras, tornar-se exclusivamente agrícola, depende de uma via férrea. Esta pode consistir no ramal partindo da estação de San-ta Bárbara a terminar no Campo Novo, ou mais além.

A população à margem esquerda do Uruguai preferiria de cer-to exportar seus produtos para o interior do Estado, porque a na-vegação daquele rio só pode ter lugar durante o período das gran-des enchentes até o porto da colônia do Alto Uruguai. Nesse caso seria preferível a via férrea, para a qual todas as estações ser-vem.

O município de Palmeira sustenta os encargos de sua admi-nistração com uma receita anual de 59:026\$360 réis. A receita

estadual é de 51:381\$460 réis excluindo a da coletoria denominada de Nonoai em 25:265\$280 réis e que é exclusivamente consagrada, desde muitos anos, à cobrança dos animais exportados para São Paulo. A receita federal é quase nula.

Há alguns anos a renda municipal foi menor, mas, nem assim deixou de ser pago o pessoal empregado, inclusive as praças da polícia municipal, duas aulas de ensino primário e 30 combustores da iluminação pública.

Também tem sido feitas algumas obras de necessidade pública, como as pontes sobre os rios Turvo, Guarita e arroio da Palmeira, a conservação das estradas para o Campo Novo, para Santa Bárbara, para Nonoai e outras.

Tudo isso, porém, e ainda a construção do edifício da intendência e conselho municipal (cuja estampa damos) custou (é de maravilhar) muito pouco dinheiro, onde, exceção feita da madeira, todo o material é bem caro e a vida é caríssima para os pobres trabalhadores.

Parece-nos, desde que lemos o relatório do digno intendente atual, ter a população sensata compreendido ser necessário auxiliar a administração em tudo quanto possa resultar em bem do município. Continuem assim, que não de levá-lo a rivalizar com os mais florescentes da região serrana e da fronteira.

Apontamento sobre a hidrografia do município de Palmeira

Oferecido ao Dr. Hemetério J. Vellozo da Silveira
pelo Intendente Municipal Júlio Pereira dos Santos.

"Todas as artérias, que cortam o município, confluem as suas águas para o grande rio Uruguai, e, por um declive natural formado pela Coxilha Grande, que atravessa o município de L. para O., todos os rios correm, paralelamente, de Sudeste para Noroeste.

De Leste a Oeste são os seguintes os afluentes do Uruguai:

O Rio Passo Fundo- Serve de limites entre o município de Passo Fundo, desde que recebe o Lajeado da Estrada.

Lajeado do Mel (vide no fim) até sua foz, no Uruguai. Tem como afluentes: A esquerda: os arroios Cerro, Lobo, Tubarão, Serinha, que cortam a estrada que vem do sul do município a freguesia de Nonoai (sede do 3º distrito); Papudo e Entrada; o Lajeado do Tigre que banha a referida freguesia (Nonoai).

O Rio da Várzea, que banha uma zona de vegetação luxuriante, onde são abundantes as madeiras de lei, para toda a sorte de construções e terras fertilíssimas.

A sua margem direita está a Colônia Xingú, em terras particulares, fundada há poucos anos pelo Dr. Carlos Mayer, natural e residente na Alemanha.

O São Francisco que cruza a estrada da colônia militar do Alto Uruguai e o Herval Grande.

Entre os rios Turvo e Inhacorã:

Lajeado do Mel - Nasce nos Campos de Nonoai e deságua no Uruguai, seu curso deve regular de 70 a 80 quilômetros, mais ou menos. Sobre a sua margem direita, distante 12 a 14 quilômetros da sua foz existem diversas fontes das afamadas águas sulfúreas, muito preconizadas para as moléstias sifilíticas, reumatismo, etc., as quais são muito visitadas por grandes número de pessoas em estação de banhos.

Vão ser remetidas para a Capital algumas garrafas dessas águas, para serem examinadas.

Consta, que o governo do Estado pretende explorá-las.

NOTAS

1) No livro de registros de terras possuídas, encontram-se todos os nomes acima mencionados e mais os de Francisco Pinheiro da Silva, Joaquim Ribeiro da Fonseca, Tristão José d'Oliveira, Antonio de Souza Bueno e outros cujas posses foram tomadas depois da pacificação de 1845.

2) Era o terceiro distrito de paz do município de Cruz Alta.

3) O Dr. Pinheiro Machado, a quem politicamente muito aproveitou esse ato da corporação edil.

4) Esses dois distintos cidadãos, depois de terem prestado reais serviços ao distrito de Campo Novo, abandonaram seus interesses e seguiram para a campanha do Paraguai com mais de cem voluntários. Jesuino, bravo e temerário, morreu num combate, Martins entrou em muitos, saindo ileso e subindo por atos de bravura até o posto de Coronel. Representou importante papel na jornada de Aquidaban, onde morreu o tirano Lopes.

Capítulo XXIII

NONOAI

*Tempo virá, em que nesse deserto,
Onde se avista a coma da floresta,
Linda cidade surja florescente. . .*

Bernardo Guimarães

Por mais de trinta anos alimentamos o desejo de realizar uma viagem ao importante distrito, que algum tempo gozou prerrogativas de município, até sua reincorporação ao de Passo Fundo, e por fim, ao de Palmeira.

Foi-nos isso difícilimo. A viagem era longa, tínhamos de fazê-la, em grande parte, por território vasto e desconhecido, onde de tudo nos falaria.

Residíamos em Cruz Alta, distante 220 quilômetros, mudamo-nos para Porto Alegre, 390 quilômetros ainda mais longe, mas isso não nos impediria, se não fosse o exercício de uma profissão cheia de compromissos sucessivos e que não podíamos abandonar por alguns dias, sem por em risco direitos de terceiros, confiados a nossa solícita defesa.

Se ao menos houvesse uma estrada de ferro, que reduzisse uma peregrinação a menos da metade, tínhamos uma vez aproveitado as férias do Natal, outrora bem longas.

Mas quando começou a funcionar a estrada, que liga as duas cidades de Cruz Alta e Passo Fundo, achávamo-nos bem longe do Rio Grande do Sul, onde só voltamos, além de pobres, alquebrados pela idade já excedente de três quartos de séculos.

Ficou-nos o pesar de não poder ir a Nonoai, seguindo de Passo Fundo com direção inversa da que tomaríamos em Cruz Alta, para lá chegarmos. Partindo daquela outra cidade, transportamos o campo do Valinho, e do Cedro, do Falckenbach, a estância do

Sarandi de João de Vergueiro os campos do Rocha, do Francisco Santos, o Bugre Morto, o Tigre, o Nonoai, o Pinheiro Ralo e o passo do Goien¹). Daí, deveríamos descer, embarcado até a colônia militar do Alto Uruguai, depois de ter passado pelo Salto Grande de Mucunã, acima da Foz do Peperi Guacû, essa bela cata-rata somente excedida no continente americano, pelas do Niãga-ra e do São Francisco.

Deixamos de fazer uma inspeção ocular, sem a qual, tal vez incorramos nas mesmas faltas de outros escritores, que nos precederam, tal como esse que fez datar o conhecimento e habitações do ditrito, dede o ano de 1847.

Mesmo assim, e porque o prometemos, ousamos escrever o que conseguimos investigar sobre esse importante território.

Para isso, aproveitamos o manuscrito, que em Porto Alegre entregou-nos o finado Major João Cypriano da Rocha Loires.

É longo, minucioso, contém matéria pessoal que pore-mos de parte sem deixar de reconhecer, que o governo foi mui-to ingrato com esse cidadão, esquecendo, seus relevantes ser-viços e arrancondo-lhe uma propriedade adquirida por posse le-gitimável.

O vasto recanto da região serrana, chamado Nonoai, ti-re ou não esse nome de um velho cacique, outrora aí estaciona-do como grande tribo, forma um polígono irregular de 446 quilô-metros lineares, dividindo ao Norte pelo Uruguai, ao Sul pela cordilheira onde há mais de meio século foi aberta a picada do Sarandi, a Leste o grande arroio Passo Fundo, ao Oeste o rio da Várzea ou Uruguai Puitã, ambos tributários do Uruguai.

Todo o terreno é acidentado, com exceção das margens dos rios.

O clima é geralmente fresco, porém, no alto das ser-ranias, o frio do inverno é intenso.

Respira-se em toda a parte, uma atmosfera isenta de miasmas pestilenciais, pelo que a salubridade é, em regra, ex-celente.

A população cresce, porque é notável a vantagem dos nascimentos sobre os óbitos.

A povoação, sede do distrito e paróquia, foi demarca-da na distância de vinte e dois quilômetros, do passo do Goien contém 120 casas, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Luz, tudo isso, numa praça e quatro ruas.

Banha a povoação, o arroio Tigre, com abundante al-veo e uma cascata com 300 metros de altitude, futuro ponto de partida da corrente elétrica, que difundirá imensa luz pelas ruas, praças e por todos os edifícios da, algum dia, interes-sante cidade.

Ainda mais, essa cascata poderá ser (tal é sua força) o motor de algumas fábricas dependentes de maquinismo, como

os engenhos de socar erva-mate, descascadores de café ou de arroz, uma usina de açúcar, etc.

Mas isso só acontecerá, quando os homens mais prestígio sos iniciarem um programa de vida social, que abstraindo de princípios e questões de partidatismo (aproveitáveis somente para os que sabem viver a custa dessa indústria chamada a política), implantarem uma concórdia inquebrantável e solidária para todos os cometimentos, que só tiverem um objetivo, o engrandecimento do município.

Acreditamos, que em tempo não muito remoto, seja construída a via férrea, que reduzirá a algumas horas a penosa viagem de três e mais dias, que ainda se faz diretamente de Nonoai a qualquer das cidades de Passo Fundo, ou de Cruz Alta e vice-versa. Então, passará esse território fertilíssimo, por uma transformação prodigiosa e rápida.

Esse recanto da região serrana é incontestavelmente a porção do solo rio-grandense, onde a natureza mais pródiga foi em dotá-la de todas as riquezas naturais. Entretanto, é de longe olhada como um desterro, causando admiração, que aí, na terra dos bugres, fossem viver famílias tão decentes. Assim, ouvimos falar por muitos anos e sentíamos não ir admirar a fertilidade excepcional desse extenso distrito.

Aí, há todas as madeiras conhecidas em todo o Rio Grande do Sul e até algumas da zona intertropical, como o barabú e o pau-paraíba, se bem que raros.

Não produz a erva-mate, que é conduzida do sertão limítrofe do estado do Paraná e preparada, não pelo processo rotineiro antigo, mas pelo moderno, denominado barbaquã, de que fizemos menção no capítulo X.

Produz a cana-de-açúcar, sem que a geada a entorpeça e acreditamo-lo, porque vimos a amostra de uma na exposição de Porto Alegre, em 1875, chegando quase ao meio da altura da sala do Atheneu, onde hoje existe a biblioteca pública. Como essa, só vimos iguais nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Pernambuco.

É também de primeira qualidade o fumo, que ali o setem plantado.

Pode-se dizer prodigiosa a colheita, de todas as espécies de cereais plantados em Nonoai.

Na serrilha (onde corre o arrojo de idêntico nome) o feijão é de tal natureza, que não lhe dá o caruncho durante três anos, para onde quer que o conduzam.

É ainda limitada a cultura do café, das uvas e outras plantas das zonas temperada e tórrida, mas, como há muitos terrenos onde não cai absolutamente a geada, estamos certos que nelas vingarão com produção, o cajueiro, a jaqueira, a mangueira, o abacateiro, o mamoeiro e até o abacaxi, os quais produzem nos terrenos da margem do rio das Antas (Taquari), onde os vimos.

Depois desta rápida descrição do território, irrigado pelos caudalosos Tigre, Cervo, Taboão, Lobo, Serrinha, Entrada (confluentes do Passo Fundo e inúmeros outros de álveo menor), passaremos, auxiliados pelo já citado manuscrito, a tratar da fundação e desenvolvimento desse importante e vasto distrito.

A descoberta do que, há meio século é chamado Nonoai, deve-se à iniciativa do governo de São Paulo.

Desde fins do século XVIII, existia já um comércio ativo dos habitantes daquele estado operoso e empreendedor, com o da capitania do Rio Grande do Sul.

Não estava extinta, nem degenerada, essa raça dos audazes aventureiros, que levaram suas conquistas aos sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso, e por isso tão depressa ali foi sabido o progresso, em que ia o chamado Continente de São Pedro de Sul, a prodigiosa superabundância dos seus gados, logo se estabeleceu uma corrente de tropeiros em demanda dos afamados animais daquele Continente.

A princípio, as caravanas baixavam ao litoral, procuravam Viamão e aí, ou mais longe, até a parte habitada da fronteira, iam fazer suas tropas de gados vacum, cavalos, e com mais preferência o muar, que conduziam para São Paulo.

Não levou muitos anos, que não reduzissem essa vasta peregrinação, de Sorocaba para o Sul, tomando pelos campos de Itapetininga, os Campos Gerais, Curitiba, território de Santa Catarina e Santo Antônio da Patrulha.

Mas ainda assim, era uma série de jornadas longas, a que nem todos se animavam.

Em 1817 foi removido o Capitão General Dom Luís da Cunha Menezes, Marquês de Alegrete, do governo do Rio Grande do Sul para o de São Paulo, onde manifestou desejos de ligar as duas capitanias por uma estrada, que atravessando os sertões limítrofes fosse sair no território de Missões.

Não chegou a executar seu plano, porque, durante dois anos incompletos desse seu novo governo, o território das Missões continuava (como desde o tempo em que ainda governava o Rio Grande do Sul) alarmado com as invasões dos Artigas (José e seu filho André), porém, terminada essa situação difficilima, o novo governador de São Paulo, Dom Francisco Mascarenhas, conde da Palma, mandou, em fins do ano de 1819, chamar à sua presença o Capitão de milícias Antônio da Rocha Loires (pai do autor de manuscrito), nomeou-o comandante de uma força de sessenta exploradores, indo como subalterno o alferes Athanagildo Pinto Martins.

Partindo de Guarapuava, penetrou a força expedicionária, em um grande sertão, abrindo picadas vadeou rio Iguaçu, abaixo da foz do Jordão, saíram nos campos de Palmas, de onde foram a Lajes, depois aos Curitibanos, transpondo outro sertão, que ficou sendo (ou já era) chamado Mato Português, cortaram pelo Caminho do Meio e, ao fim de seis léguas, esbarraram no sertão, que

foi denominado Mato Castelhana. Aí abriram um pique de quatro léguas, saindo nos campos desertos de Passo Fundo, onde vagueavam bugres, os quais, ou não os avistaram, ou, se os viram, deixaram-nos, prosseguir temendo-lhes as armas de fogo mais mortíferas que as suas setas.

Caminhando pela extensa coxilha, onde manam os tributários caudalosos do Jacuí e do Uruguai, passaram pela despovoada Cruz Alta e dando volta por Tupanciretã, chegaram, com mais 56 léguas de marcha, ao apetecido termo da viagem, isto é, ao povo de São Borja, a nova Capital das Missões.

Apresentaram-se ao Comandante Geral Francisco das Chagas Santos, que acolheu benignamente os expedicionários, encarregando o chefe Athanagildo, de agradecer ao governador de São Paulo, tão proveitosa exploração que, por seu turno, levaria ao conhecimento do governo em Porto Alegre.

Deu-lhes para o regresso alguns recursos e instruções, bem como papel para lançarem suas notas e uma planta, embora toda, do terreno a percorrer.

Se houvesse mandado (e podia fazê-lo) uma escolta mais numerosa acompanhar a paulista, até os limites das duas capitânicas, outro e mais proveitoso teria sido o fim dessa expedição, que quase ficou ignorada.

Athanagildo voltou, mas querendo levar mais longe suas descobertas, dividiu, em má hora, sua escolta. Do lugar posteriormente chamado Pinheiro Marcado, destacou oito homens sob as ordens do inferior Carlos Neves, servindo de vaqueano o índio João Gongue. Ordenou-lhes atravessar o sertão, que aparecia ao Norte dessa coxilha³) e fossem sair em linha, mais ou menos retas, nos campos de Palmas, onde reencontrariam ele, Athanagildo. Com efeito, apartaram-se, e Athanagildo chegou, sem o menor incidente ao ponto fixado.

Esperou aí pelo inferior Neves e mais companheiros, mas dois meses quase passaram-se, sem que aparecesse um só homem dessa comitiva.

Pensou então, houvessem sido colhidos e exterminados pelos selvagens.

Decorridos vinte e oito anos, quando o distrito de Nonoai começou a ser regularmente povoado, quando penetraram os filhos do velho Capitão Rocha Loires, encontraram bugres, que foram testemunhas (talvez compartes) dessa matança, que contaram-na com todos os pormenores, assegurando que os corpos ficaram insepultos.

O Conde de Palma, governador de São Paulo, condenou o procedimento de Athanagildo, e sem levar-lhe em conta as leais intenções e árduos serviços, fê-lo marchar para a fronteira Oriental, onde foi incorporado à legião paulista. O destemido desterrado depressa expurgou-se do imerecido anátema. Pela correção de sua conduta e atos de bravura, conseguiu subir até o posto de capitão, quando terminou a campanha com a submissão, posto que, transitória, da ex-província Cisplatina⁴).



Índios bugres de Nonoai.

Quando, em 1828, cessaram todas as guerras com os nossos, vizinhos da Banda Oriental e Argentina, o governo paulista resolveu continuar o trabalho interrompido da comunicação daquela província com a do Rio Grande do Sul, através dos sertões do Sul.

De novo, enviou o Capitão Rocha Loires, com maior força expedicionária, servindo de capelão dos aldeamentos de índios que pudessem ser catequizados, o virtuoso sacerdote Francisco das Chagas Lima.

Com efeito, fundaram os aldeamentos de Guarapuava e Palmas, e teriam transposto o Uruguai, se houvesse acordo com o governo do Rio Grande do Sul. Nem era possível havê-lo, porque chegara o ano de 1835, quando explodira a indomável revolução dos Farrapos.

Em 1845, feita a pacificação, estando no governo de São Paulo o General Manoel de Afonso Lima e Silva (mais tarde Visconde de Suruhy), autorizado pelo governo imperial e talvez de acordo com seu sobrinho, o então Conde de Caxias, Presidente do Rio Grande do Sul, resolveu prosseguir a tarefa, encetada por seus antecessores, ligando os dois Estados, desbravando o caminho do empecilho das horas selvagens.

O presidente paulista mandou chamar o Capitão Rocha Loires, mas este, velho e alquebrado, recusou imiscuir-se mais nos cometimentos da catequese e de novos aldeamentos, continuando no seu retiro de Palmas, até o fim dos seus longos dias.

Tinha, porém, o sentimento desinteressado do amor à sua terra natal, por isso enviou àquele presidente, seus dois filhos, Francisco Ferreira da Rocha Loires e João Cypriano da Rocha Loires.

Depois de ouvi-los, o Presidente Lima e Silva nomeou o primeiro desses moços Diretor do aldeamento, que deveria fundar na situação mais próxima da divisa com o Rio Grande do Sul, tendo cada um deles o direito de tirar para si certa porção de terras devolutas e distribuir as que sobrassem do patrimônio do aldeamento, pelos cidadãos que quisessem nelas domiciliar-se e cultivá-las. É claro, que para isso, estaria autorizado esse presidente, que era um dos fidalgos mais íntimos da casa imperial.

Inútil é contar, quão profícua e acertada foi a escolha, e administração do Capitão Francisco Loires, mais tarde, diretor geral dos índios da nova província do Paraná, com honras de brigadeiro. Deve-se-lhe a abertura das estradas, que ainda hoje comunicam (sem dar volta por Vacaria e Lajes) os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, sem o menor subsídio dos cofres do primeiro.

João Loires, não contente com a posição secundária, à sombria do seu irmão, mais afeiçoado às terras de Nonoai (que ambos haviam visitado), transpôs o Uruguai no passo do Goioen, e por sua conta e risco, passou a catequizar os índios coroados. Foi-lhe isso fácil, sabia o dialeto semelhante aos bugres do Paraná, e auxiliado pelo cacique Victorino Condã (há bem poucos anos falecido), ascendência exerceu sobre os bugres, que em 1850, apresentou-se em Porto Alegre, no Palácio do Governo, com alguns deles bem vestidos, o que proporcionou-lhe entusiástica recepção.

Foi nomeado diretor do novo aldeamento, mas em pouco mais de dois anos, teve de incorrer na má vontade do Comendador José Joaquim de Oliveira, diretor do diminuto aldeamento da Guarita e do genro deste, o Juiz de Direito José Gaspar Santos Lima, cujo irmão, Clementino dos Santos Pacheco, apossara-se, de grande extensão de terra do patrimônio dos índios, ou pelo menos consideradas tais.

A distância em que se achavam aquele juiz e o Comendador Oliveira, não era obstáculo ao fomento e progresso da intriga, nem que esta pudesse chegar a Porto Alegre e sortir o desejado efeito.

Na assembléia provincial houve quem procurasse metodizar a catequese dos índios, entregando-a aos padres missionários, (sem escolha de instituto) e esses, auxiliados por uma força regular, comandada por um oficial. Foi essa medida estabelecida pela lei de 19 de novembro de 1853. Conquanto mais proveitosa e aplicável fosse aos selvagens do tolder existente nas terras da atual colônia de Caxias e aos do Pontão, limite da Lagoa Vermelha com S. Catarina, todavia compreendia os bugres mansos de Nonoai.

Essa lei, porém, nunca foi executada.

Rocha Loires havia sido demitido da diretoria daquele aldeamento, sendo nomeado para substituí-lo o Tenente Coronel Thomaz Bandeira, que pouco persistiu nesse aldeamento e pediu sua demissão.

Foi-lhe dado como sucessor o Padre Antônio de Campos Leite Penteado, que pouco se importou como o aldeamento e mora va em Cruz Alta.

Foi durante sua descurada administração, que teve lugar o assalto dos bugres à estância de Clementino Pacheco, assassinato deste e vários peões da estância.

Passados dias, houve reação, sendo massacrados vários bugres, outros presos, processados e submetidos ao julgamento inquisitorial, instituído pelo Decreto de 9 de outubro de 1850 para os crimes de homicídio e roubo nos municípios da fronteira, e de outros crimes mencionados na lei de 2 de julho do mesmo ano.

Foram todos condenados a vinte anos de prisão pelo juiz de Direito Antônio Gomes Vellaça, que sucedeu ao Dr. José Gaspar dos Santos Lima, removido dois anos antes daquele massacre para uma comarca em São Paulo.

O padre Penteado limitou-se a verberar pelas colunas do Correio do Sul os maus tratos e mortes dos índios, entretanto é certo, que foi até o toldo próximo no passo de Goioen, do qual fez (e recorda-nos ter lido) uma bucólica e deleitável descrição em um número do Correio do Sul, de Porto Alegre, no ano de 1856.

Voltando, o Padre Penteado procurou colocar-se na vigaria de Santana do Livramento, ficando de novo acéfala a diretoria de Nonoai.

Aproveitou esse ensejo o comendador Oliveira, que se impusera naqueles sertões como um homem necessário. Obteve a incorporação do seu pequeno toldo, dos bugres da Guarita ao de Nonoai, sob sua exclusiva direção.

Diziam (e ouvimo-lo por vezes) que naquele antigo aldeamento contraíra muitas dívidas para sustentar os índios, que mã teve em completa ociosidade e sempre analfabetos. Vendeu a fazenda da Guarita ao Major Novaes Coutinho, e mudou-se para Nonoai, onde fez reviver antigas acusações contra o Major João Cyríano Loires.

Lemos, detidamente, muitos documentos tirados em pública forma por tabeliães de Cruz Alta e de Porto Alegre e notamos a mais completa justificação do Major Loires. Mas aquele adversário, auxiliado pelo coletor Cyrino Velloso de Linhares, soube prevenir em demasia o Doutor João Capistrano de Miranda e Castro, um dos vice-presidentes da província e diretor da fazenda provincial, tanto a essa como a outros grandes personagens políticos.

Do mesmo modo por que perdera o emprego, foi-lhe tirada, por uma caprichosa sentença do presidente da província, a estância, que havia mais de trinta anos Rocha Loires fundara, em terras baldias de Nonoai, tendo em seu favor a sentença do juiz comissário de Passo Fundo, julgando-a uma posse legitimada nos termos da lei de 18 de setembro de 1850 e regulamentos respectivos.

Isso já sucedeu em 1876. Depois de grandes protelações, voltaremos atrás.

Em 1861, foi o aldeamento visitado pelo diretor geral, Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves (o legendário e redi-vivo Barão do Triunfo) o qual, vendo o deplorável atraso dos bu-gres, sob a direção do decrepito Comendador Oliveira, conse-guiu levar dois índios menores e entregá-los ao virtuoso prela-do Dom Sebastião Dias Laranjeiras, que acolheu-os no seu pró-prio palácio e deu-lhes bom tratamento. Fê-los batizar, pondo-lhes os nomes de Pedro Nonoai, e Ricardo Nacaphin.

Deveriam esses, conforme o aproveitamento nos estudos, ser no futuro, os diretores dos seus irmãos de raça.

No palácio episcopal houve o maior desvelo na educação desses pequenos semi-selvagens, tomando-os a seu cuidado, um dos minoristas comensais do prelado, o atual cônego José Marcelino de Souza Bittencourt.

Em 1863 foi uma turma de bugres visitá-los, um era o pai do menino Pedro Nonoai.

O bispo recebeu os visitantes em uma sala do andar ter-reo, e a mesa dos criados, foi-lhes servida uma farta refeição.

Depois vieram para uma outra sala, onde viram e ouviram os meninos ler e escrever, explicando-lhes no seu dialeto, o que tinham lido ou escrito. O intérprete, que os acompanhava, foi o primeiro a manifestar seu assombro, quando ouviu dos meninos a leitura de trechos fáceis em português e a recitação da oração dominical e outras.

Retiraram-se, deixando os dois meninos, mas, dentro em um ano, era morto o de nome Pedro Nonoai, de câmaras de sangue.

Vendo o bispo baldado o seu plano, não lhe sendo fácil ad-quirir outras crianças, resolveu prover canonicamente a capela curada de Nonoai, para onde despachou o padre José Steuer da Companhia de Jesus. Espíritos exaltados e sempre prevenidos contra jesuítas romperam numa guerra sistemática a esse sacer-dote, que só teve um crime, o de levantar o culto católico em meio de um povo ignorante, dos mais triviais preceitos da dou-trina cristã.

Um sô homem, prestigioso embora, procurou sustentá-lo e dava o exemplo de ir com sua família à igreja. Esse homem, a quem o distrito de Nonoai muito deveu, era o Tenente-coronel Francisco de Oliveira Lima, sogro do Major Rocha Loires.

Desgostoso com a ostentosa impiedade da maioria da popu-lação, dita civilizada, sendo ao mesmo tempo reclamado pelo seu superior, com residência em S. Leopoldo, retirou-se o padre Steuer⁵⁾, e nunca mais foi provido canonicamente o grande cura-to de Nonoai, passando, como outrora, a ser uma internada espí-ritual da extensa vigararia de Passo Fundo.

Houve, antes disso, quem se lembrasse (e diziam ser i-dêia do Comendador Oliveira) de mandar vir da Alemanha dois irmãos moraves para se ocuparem da catequese dos bugres. Com efeito, foi apresentado à assembléia provincial um projeto de lei, que caiu, em segunda discussão, por ir de encontro à reli-gião do estado.

Nós, porém, (e não somos suspeitos) pensamos que os discípulos de João Huss não seriam mais idôneas que os já experimentados padres do Instituto de Loiola, para a conservação e civilização de gentio em uma zona, onde tão relevantes serviços prestaram nos séculos XVII e XVIII.

Os Índios, a tudo isso, continuam a viver nos seus aldeamentos, os da margem esquerda do arroio Tigre, com seus hábitos de vida moldados pelos da população mais pobre da sede da paróquia.

Em nossa opinião, esse território, tão extenso e rico, pela excepcional uberidade do seu solo, com uma população maior de 7000 habitantes, e, entre estes, homens muito habilitados para os encargos das funções municipais e distritais, pode constituir um município e não depender de Palmeira, para onde a viagem (de 15 a 20 léguas) é cheia de embaraços, por causa dos arroios e extensa mataria a transpor.

O governo estadual aí conserva (e já vem do tempo da monarquia) uma coletoria para cobrança do imposto sobre animais exportados para o Paraná e São Paulo. Já rendeu mais de .. 36:000\$000 réis anualmente, mas hoje, apenas uma terça parte. Quando for maior a procura de muares, esse ramo de receita também será maior.

Se chegar a constituir município, os impostos que nele possam ser cobrados, não precisam ser bastante onerosos para sustentação do pessoal administrativo e seus auxiliares, inclusive a polícia local.

Se em outros tempos, foi mister o acordo dos poderes civil e eclesiástico em bem da população, em Nonoai não se poderá, por muitos anos, prescindir desse acordo, por causa da catérese dos indígenas.

Mas é mister, que o pároco seja também o diretor dessa população, carecedora de mais desvelos e ensinamentos.

Uma das razões por que sentíamos não poder ir a Nonoai era a de ver malogrado o desejo de conhecer o dialeto ou linguagem dos bugres.

Esse pesar dissipou-se, desde que encontrando em Cruz Alta o Coronel José Gabriel de Oliveira Lima, fazendeiro naquele distrito, prometeu-nos enviar um vocabulário, se não completo, ao menos com os termos necessários para (se preciso fosse) compreender os bugres. Não era isso fácil. Essa gente pouco vem à povoação e as mais das vezes embriaga-se, pouco depois de ter chegado.

Foi incumbido dessa tarefa o cidadão francês Frederico Chevalier ali residente e, ao que parece, bem apaixonado das riquezas naturais do solo.

Esse senhor, com quem temos-nos correspondido, enviou-nos o vocabulário seguinte e a fotografia que ilustra este capítulo⁶). Cremos ter conseguido muito e preparado o espírito do leitor para ser um procurador do engrandecimento dessa zona rio-grandense e conseguir torná-la mais útil ao Estado.

Vocabulário dos Índios Bugres de Nonoai

Partes do Corpo Humano

Português

Dialeto bugre.

Os cabelos.....	Nien
A cabeça.....	Crin
As orelhas.....	Ningren
Os olhos.....	Caanê
O nariz.....	Niiê
As ventas.....	Niiendur
A barba.....	Yuê
A boca.....	Nietiqui
Os dentes.....	Iinhie
A língua.....	Nunê
O ouvido ou as orelhas.....	Ninglendur
O pescoço.....	Dui
Os ombros.....	Ienman
Os braços.....	Nindô
As mãos.....	Ningue
A mão direita.....	Ipeiniã
A mão esquerda.....	Iaquen
Os dedos.....	Ninguefei
As unhas.....	Ningru
O peito.....	Itchfeperô
As costas.....	Indijin
A barriga.....	Indu
As pernas.....	Itchfovã
Os pés.....	Pen
O coração.....	Itchfê
O estômago.....	Itchfêcuendi
O fígado.....	Jendê
O ventre.....	Semeindû
As tripas.....	Semê

Os Alimentos

A comida (qualquer).....	Veiten
A bebida (idem).....	Cronia
O chimarrão	Congoniacronia
A água.....	Guei
A farinha.....	Metifu
A garapa.....	Lundiachê
A batata.....	Mluangrê
A fruta (em geral).....	Cacanê
A carne.....	Cleini
O peixe.....	Pilê
O pêssego.....	Cacanê-iu
A laranja.....	Neriiê
A pinga.....	Goiafa
Fumar ou pitar.....	Venyû
Mel.....	Mang
Mandioca.....	Comin

Os Animais

Avestruz	Peimbê
Seriema.....	Feintur ⁷⁾
Corvo.....	Niatã
Papagaio	Yongio
Rola	Sorein
Arara.....	Caei
Sabiã	Gonue
Galinha.....	Coque
Pintos	Gulinsi
Perdiz.....	Junjun ⁸⁾
Coruja.....	Quenco
Pássaro (qualquer).....	Emin
Tigre.....	Ming
Leão.....	Mingquição
Tamanduã.....	Yoti
Macaco.....	Cannel
Tatu.....	Feinfem
Zorrilho.....	Feing
Veado ou cervo.....	Quembê
Tateto (Javali).....	Taetetū
Anta.....	Oiurã
Bugio.....	Gongi
Jacutinga.....	Pen
Cobra.....	Puni
Mosquito.....	Cã
Mutuca (ou vespa).....	Petur
Gato.....	Mikxin
Cãgado.....	Panin
Quati.....	Sê
Cavalo (como em guarani).....	Cavazū

O boi, a vaca, a ovelha e a cabra têm os mesmos nomes que em Português

Vestuário, Móveis, Utensílios Domésticos, etc.

A camisa.....	Cur
A calça.....	Uitquerare
O casaco ou capa.....	Peteur
A saia (ou vestido da mulher).....	Uitquerarepon
O chapéu (ou cocar de penas).....	Cliponni
A lança.....	Longlupu
A cama (de dormir).....	Catre
O travesseiro.....	Tocrin
Os pratos (para comida).....	Peticu ⁹⁾
O pote ou vasilha de água.....	Arunja ¹⁰⁾
A faca.....	Rungue
A colher.....	Yore
O espeto.....	Cacubri
O fogão ou a fogueira.....	Pi
A lenha.....	Nhiapa
O arco.....	Nu ¹¹⁾
A flecha.....	Dô
O machado.....	Bein
O cesto.....	Quente

O pilão.....	Creiã
A mão de pilão.....	Crã
O maracã	Xii
As botas.....	Penturõ
Canoas.....	Quenquerã
Remo.....	Tiriunliã
A taba ou rancho.....	Catemperiã

O Parentesco

O pai.....	Tong
A mãe	Nhã
O avô ou avô, ou tio.....	Cacrẽ
O sogro ou a sogra.....	Profijam
O genro.....	Lambre
O marido.....	Pron
Irmão ou irmã	Vẽ

Verbos mais usados quase todos impessoais

Abandonar.....	Prunia
Aborrecer.....	Quarengu
Amar.....	Tujul ²⁾
Adquirir, ou conseguir.....	Caiembrẽ
Beber.....	Cruia
Comer.....	Coia
Engolir.....	Congui
Vomitar.....	Tuntuia
Caçar.....	Icreia
Caminhar.....	Tinglia
" apressado.....	Funuquelã
" vagaroso.....	Cumerã
Correr.....	Veinvoza
Dançar.....	Veingleina
Perseguir.....	Guerette
Fugir.....	Veinpeigni
Gritar.....	Euquerẽ
Assobiar.....	Uitquerẽ
Despedir, ou mandar embora.....	Ettin
Deitar-se.....	Naija
Dormir.....	Noria
Despertar.....	Arin
Descansar.....	Uitcanhia
Arremessar.....	Fonra
Matar.....	Tetia
Amarrar ou segurar	Cera
Trabalhar.....	Reinerai
Receber.....	Quera
Entregar.....	Nirabiã
Furtar.....	Peijuiã
Ferir ou lastimar.....	Cavein
Cair.....	Cuteia
Tropeçar.....	Yenienquiti
Nadar.....	Broia
Mergulhar.....	Putquirã
Esconder (ou ocultar-se).....	Veinpeyuiã
Castigar.....	Erendia

Medir.....	Cambũ
Comprar.....	Caimẽ
Não querer.....	Deiar

O tempo

Dia.....	Ari
Noite.....	Pinton
Hoje.....	Ori
Ontem.....	Aranken
O tempo (em geral).....	Cait
Amanhã.....	Orioyẽ
Bom tempo.....	Caitqueju
Mau tempo.....	Caitquecuarengui

Sentimentos, Virtudes, Vícios, Qualidades

Amizade.....	Ibenglẽ
Ódio.....	Nhõ
Ambição.....	Denu
Liberdade.....	Etequijura ¹³⁾
Atividade.....	Feuriju ¹⁴⁾
Preguiça.....	Nhiennhierẽ
Cansaço.....	Rongẽ
A bondade.....	Ju ¹⁵⁾
A confiança.....	Imbreju
A desconfiança, a suspeita.....	Isioniõ
A traição.....	Indoti
A valentia.....	Nhiucamẽ
O medo.....	Camẽ
A covardia, ou frouxidão.....	Ningdõ
A ingratidão.....	Quicati
A mentira.....	Ionẽ
A verdade.....	Itiquijua ¹⁶⁾
Gordo.....	Tanguẽ
Magro.....	Cayo
Manso.....	Canheran
Manco.....	Tincorẽ
Grande.....	Bang
Comprido.....	Teie
Curto ou pequeno.....	Rrõ
A saúde.....	Arang
A moléstia (qualquer).....	Ganga
A epidemia.....	Unitcanga
Bom.....	Jũ
Mau.....	Ijuneamẽ

O Sobrenatural e a Natureza

Deus.....	Tupẽ
O demônio.....	Detcorein
Os anjos.....	Tupecarein
A alma.....	Qui temprin
O céu.....	Caitquẽ
A terra.....	Gã
O mundo.....	Onõ
O sol.....	Arein

A lua.....	Cucē ¹⁷⁾
A lua nova.....	Cucēsatein
A lua cheia.....	Luar
A lua minguante.....	Tom
A lua crescente.....	Goivar
As estrelas.....	Criri
A chuva.....	Tā
O vento.....	Quença
O trovão.....	Coju
O relâmpago ou o raio.....	Tandu
O minuano.....	Cucia
A geada.....	Cucrina
O campo.....	Eli ou Rē
O pasto, ou a macega.....	Eli
O pântano, ou banhado.....	Oerē
O rio.....	Goyo
O arroio.....	Goyci
O mato.....	Cacan
Árvore (qualquer).....	Cā
A da erva-mate.....	Congonha
A do pinheiro.....	Pinhā
A do jerivā.....	Tain
O cemitério, a sepultura.....	Vaiquerē

Outros Termos e Idéias

Uma cerca.....	Rō
O milho.....	Nheuri
Feijão.....	Reingrō
Graxa.....	Cruten
A cera.....	Dizā
O chefe.....	Pay
A pinha.....	Efuen
Ferro.....	Quifē
Moço.....	Quirō
Moça.....	Tetem

Pronomes

O dialeto desses Índios em artigos e pronomes
são tem os seguintes:

Eu.....	It
Tu.....	Eē
Ele.....	Tiorē
Nós.....	Ein
Vós e Eles.....	Ajun ¹⁸⁾
Meu e nosso.....	Siun
Teu e vosso.....	Etue
Seu.....	Esuiē

Contabilidade

Reservamos para o último lugar este assunto, que prova, a sociedade, a pobreza mental dessa gente, sendo bem culpados, os que tendo competência para isso, nunca trataram com o devido interesse de sua catequização.

Os bugres de Nonoai sô sabem contar até o número seis e daí por diante empregam a partícula en como para dizer, que basta.

Esses seis números expressam-nos eles pela forma seguinte:

1.....Pir	4.....Uiqueglê
2.....Leinglê	5.....Petikara
3.....Feinton	6.....Ninguíonteouiri

Pelo pouco que conseguimos saber da vida e linguagem dos ses índios mansos, e em contato com a população civilização do distrito de Nonoai, vê-se quão necessário é, ao Governo do Estado, a quem não faltam meios, lançar suas paternais vistas sobre esses aborígenes, e, com poucas medidas, tirá-los desse deploravel embrutecimento e trazê-los para a vida social.

NOTAS

1) Nome que aí tem o Uruguai, o qual do sertão entre Vacaria e Lages, para cima só é conhecido pela denominação de Rio Pelotas.

2) O qual não teria sido dissolvido se já houvessem, a imitação de Pelotas, Alegrete e Itaqui, iniciado e firmado esse modo de vida social.

3) Encravado nesse imenso sertão encontrariam os totalmente ignora dos campos, mais tarde descobertos e chamados de Nonoai.

4) Esse brioso oficial obteve honrosa excusa do serviço militar, adquiriu campo onde fundou uma boa fazenda no município de Cruz Alta, lugar denominado Santa Bárbara. Ainda saiu a tomar parte na campanha da revolução e foi um dos mais bravos na célebre batalha de Curitibanos, onde as forças capitaneadas por Teixeira e Garibaldi, foram derrotadas pelas da brigada do Coronel Mello e Albuquerque.

Quem salvou a situação foi o corpo a mando do velho Major Atha nagildo Pinto Martins, para quem não houve o menor agradecimento do governo.

5) O padre Carlos Tetschauer, que tanto se esforçou para levar à cabo a mais completa justificação dos padres do instituto de Santo Inácio de Loyolla, na América Meridional, publicou todos os documentos referentes a cruzada movida contra o seu irmão José Steuer.

No Anuário do Dr. Graciano de Azambuja para o ano de 1905, vem essa extensa defesa, para nós desnecessária, pois que ouvimos várias testemunhas insuspeitas, que fizeram-nos acreditar, ter o padre José Steuer sido em Nonoai um sacerdote exemplar, verdadeira antítese (parce sepultis) dos seus colegas vigários de Soledade e Passo Fundo, onde enriqueceram.

A um desses, sem declinar-lhe o nome, aludimos à página 149.

6) Além dessa, temos a da página 63. Compramo-la por bom preço, mas, ao fim de dois anos, vimo-la servindo em cartões postais.

Não comentamos esse procediemnto.

7) A letra u como no francês.

8) Pronunciando a letra j como em espanhol.

9) O u como no francês.

10) O j como no espanhol.

11) U francês.

12) O u francês e o j espanhol.

13) O j espanhol

14) Idem

15) Esta é a seguinte palavra com o j espanhol e o u francês.

16) O j espanhol e o u francês.

17) Esta, a palavra seguinte é coju (trovão) com o u francês e a ũ tima com j espanhol.

18) Com j espanhol.

Capítulo XXIV

JÚLIO DE CASTILHOS

Aqui o solo se ondula graciosamente em colinas de suave declive, separadas, umas das outras, por cristalinos córregos, orlados de capões, cujo tope escuro se destaca vivamente, em meio do brilhante verde-claro, matiz das campinas.

Bernardo Guimarães

É belo, na verdade, o aspecto da elevada coxilha, onde foi assentada a povoação.

É um panorama como o descrito pelo festejado escritor mineiro na epígrafe supra.

Em derredor da Vila Rica, que já foi homônima da cidade mineira, estende-se, até onde a vista alcança, uma planície com ondulações quase imperceptíveis.

Mas, para onde quer que o viajante se dirija, encontrarã o campo dobrado e logo um córrego, que descera, para em breve subir pela margem oposta do regato ou da canhada.

Quando chegar ao alto da coxilha seguinte, parecer-lhe-ã ter deixado para trás uma vasta planície da qual é, como uma continuação interrompida, toda a que se distende até o mais longínquo horizonte visual.

Continuando a caminhar, sempre encontraráã outras baixadas e outras subidas sucessivas dominadas pela planície, que quase não finda.

Os capões de matos são menos abundantes, até mesmo os que orlam as margens dos arroios. São nas proximidades da Serra Geral e campos a esta ligados, o mato é maior e mais abundante.

Ao pé da vila, a alguns metros de distância da estação da estrada de ferro, fica num declive uma vertente do arroio Buracos, tributário do Ivaí. Ao lado oposto da coxilha fica, em outra baixada, uma das vertentes do Toropí.

O clima nesta altitude de 507 metros acima do nível do mar, não pode ser mais saudável.

Há bons 20 anos, um médico espanhol, Sabino Pozadas, pro pagandista da hidroterapia, tentou instalar um sanatório e está belecimento apropriado para esse tratamento; porém, não colheu os resultados desejados. Entretanto, podemos afirmar, com experiência em pessoa de nossa família, que os ares respirados nesse clima, a limpidez e frescura de suas águas (ligeiramente laxativas, para quem ainda não está habituado) são suficientes para fortalecimento de um organismo depauperado por moléstia grave.

Depois de descrita a aprazível e salubérrima situação da Vila Rica, passamos a tratar da sua fundação e progressivo desenvolvimento.

O local onde está situada a povoação com todos os seus limites urbanos e suburbanos, foi, por longos anos, chamado O João Vieira. Deveu esse nome ao fato de ter sido uma fazenda de criar de João Vieira de Alvarenga, natural do Paranã, que aí se estabeleceram em época anterior a revolução de 1835.

Esse velho, a quem não conhecemos, faleceu em 1857 com testamento escrito e aprovado pelo escrivão de paz da paróquia de São Martinho, José Engrácio de Souza.

Entre outras disposições ordenava, "que no local do seu arranhamento (estabelecimento) fosse construído um cemitério murado a pedras, onde seria a sua catacumba; e mais, que fosse construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, fornecendo seu testamenteiro todo o material existente em sua fazenda e também a quantia de vinte e seis onças de ouro ou oitocentos e trinta e dois mil réis".

Um dos testamenteiros, o próprio filho, Manoel Vieira de Alvarenga, morador no fundo do campo e perto do arroio Buracos, foi à Cruz Alta e procurou advogado, a quem, com seu irmão Joaquim Vieira de Alvarenga, deu procuração para intentar ação de nulidade do testamento, tanto por falta de solenidades substanciais, como por ter, contra direito expresso, instituído herdeiros, conjuntamente com eles, filhos legítimos, dois filhos espúrios. Estes, apenas citados, procuraram o Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado que, entendendo-se com os autores, seus amigos políticos, conseguiu uma acomodação por virtude da qual receberam seus protegidos, uma quantia em dinheiro, mudaram-se do campo e os autores desistiram da ação.

Durante treze anos, não se cuidou da construção da capela. Apenas fez-se (e vimo-lo) o cemitério, continuando a casa de vivenda do testador, que ainda existe com o antigo arvoredado. O lugar continuou a chamar-se O João Vieira.

Aí passamos em 1870 de mudança para Porto Alegre, quando o agrimenssor Antonio Trolle procedia a demarcação e balisamento das ruas e praça da projetada povoação.

Em 1876, sendo chamados a Cruz Alta, aí pernoitamos. Já existiam dezoito casas de materiais e alguns ranchos.

Fomos hospedados (pois não havia um hotel) em casa do mais tarde Coronel Francisco de Abreu Valle Machado. Ele, o italiano Antonio Carbone, Francisco Schorne de Almeida, João Antonio Lorentz e Antonio Joaquim da Silva foram os primeiros povoadores do até então deserto lugarejo, afluindo logo muitos outros moradores construindo ranchos e as boas casas que vimos.

No ano seguinte, em 13 de junho de 1877, Manoel Vieira de Alvarenga, passou uma escritura de doação do terreno demarcado, à Câmara Municipal de São Martinho, contendo seis quadras de comprimento sobre quatro de largura, devendo o povoado, já vulgarmente chamado Povo Novo, ter, daí por diante, a denominação de Nossa Senhora da Piedade.

A capela, pequenina como era, mal podendo conter trinta pessoas, estava quase acabada, mas o local da povoação continuou sob a cognominação de Povo Novo, e esse nome foi confirmado pela lei provincial de 29 de maio de 1880, criando uma freguesia, desmembradas para esse fim, partes dos territórios das paróquias de São Martinho e de Cruz Alta.

Por outra lei de 4 de dezembro de 1885, foi a paróquia elevada à categoria de vila, mas com a denominação que parte do vizindário já dava, de Vila Rica. Essa denominação persistiu, até que outra lhe foi dada: Júlio de Castilhos.

Antes de sua elevação a vila, foi nomeado pároco encomendado, o padre João Francisco Alves, mas este, ou por escassez de proventos, ou (e talvez fosse o mais certo) em consequência de desarmonia com o vigário de São Martinho, abandonou a paróquia ao fim de alguns meses. Desde então tem estado acéfala a freguesia.

Com a supressão do município de São Martinho, por decreto de 27 de julho de 1901, e com a anexação da maior parte deste território ao de Vila Rica, passou este a constituir talvez a mais extensa circunscrição municipal do território missioneiro.

Quem já viajou, a bom galopar, todo um dia de verão nos campos dobrados de São Xavier, não tendo percorrido uma terça parte desse vasto distrito, quem em outro dia e desde a madrugada seguiu, com marcha forçada desde a margem esquerda do Jaguá até a entrada do Pinhal, quem em outra ocasião, e em rumo oposto, por terrenos muito distintos, viajou desde a margem do arroio Buracos até o fundo do rição do Padilha, pode afirmar, sem receio de errar, que o município de Vila Rica, outrora tão resumido, é hoje o mais vasto de quantos foram fundados em terras de Cruz Alta.

Esse município não é somente bastante vasto, é também bastante rico.

Nos seus campos pastam acima de 180.000 reses, que rendem para o cofre da intendência, só nesse ramo de indústria, 25:000\$000 anualmente, parecendo-nos que, apesar da insignificância do imposto, muita gente deixa de o pagar, pois a população pecuária não está em proporção com a extensão da campanha, tendo esta capacidade para duplicado ou triplicado número de reses. Por outro lado parece que nem todos os criadores em grande e em pequena escala pudessem ter sido coletados.

A receita municipal, em toda a sua compreensão, foi, no último ano financeiro, de 72:200\$000, absorvida pela despesa, que mais avultou nos melhoramentos materiais, policiamento da vila e do município, pessoal do serviço administrativo e instrução pública.

A vila é repartida em uma praça e oito ruas; aquela denominada Floriano Peixoto e estas Comendador Castilhos, Senador Píñheiro Machado e as transversais: Antonio Carbone, Coronel Serafim de Barros, Coronel Camillo Mello, Manoel Alvarenga, Marechal Deodoro e Aldea, ocupadas em grande parte com 79 prédios habitados, funcionando nestes 22 casas comerciais.

Sobre a estatística industrial, forneceram-nos englobando a vila e os núcleos coloniais, os dados (cremo-los deficientes) que passamos a enumerar: 4 padarias e confeitarias, 1 depósito de madeira, 4 olarias, 4 barracas de couro, 18 sapatarias, 7 fábricas de farinhas, 1 dita de descascar arroz, 2 ourivesarias, 4 seleiros e correiros, 4 açougues, 5 pedreiros, 4 barbearias, 3 alfaiatarias, 2 relojoarias, 2 selarias, 2 cortumes, 16 moinhos, 46 fábricas de aguardente (em todo o município), 13 engenhocas de rapaduras, 4 advogados provisionados, 6 médicos licenciados, 2 farmácias, 4 celeiros, 4 açougues e 5 pedreiros.

Mas não é só para o comércio e a indústria que vive a população urbana.

Contam-se quatro associações a saber: os clubes literários Félix da Cunha e Júlio de Castilhos, a sociedade italiana, uma loja maçônica e uma banda de músicos amadores.

Existe na vila uma tipografia, onde se publicam os jornais: A Convenção (ôrgão político). criteriosamente redigido, O Porvir e A Mocidade, literários.

Nos cinco distritos do município existem 11 escolas públicas de instrução primária, sendo seis para o sexo masculino, as demais para o feminino ou mistas.

Os edifícios públicos são: a cadeia e a intendência, com sala para o júri e audiências, a estação da estrada de ferro e seus acessórios e a nova igreja matriz.

O município possui três bem adiantados núcleos coloniais, a saber: — o do Norte, no 4º distrito, — o do Soturno, no 5º distrito, povoados por italianos — e o Toropi, incorporado à colônia Jaguari, povoado por alemães. Esses colonos são laboriosos e já fazem não pequena exportação de banha, fumo, aguardente, feijão, milho e outros cereais.

A nova povoação de Tupanciretã, no extremo norte do município, tem um logradouro arrendado à intendência municipal da vila, à qual pertence também parte das ruas daquela povoação.

O povo de Vila Rica é em geral hospitaleiro, laborioso e moralizado. Dentro da vila não há prostituição: talvez seja a única povoação onde isto sucede.

O policiamento é feito por doze praças comandados por um inferior, gente bem escolhida e sobretudo bem fardada e equipada.

A população da vila atinge a 860 pessoas, mas a do município é talvez maior de 25.000 habitantes.

Possui todos os elementos para engrandecer-se, e, se em outras épocas, devido ao esforço dos iniciadores Vale Machado, Carbone, Coronel Camillo de Oliveira Mello e Serafim de Barros Correa, Praxedes dos Santos, cresceu ao ponto de tornar-se imprescindível o seu vilamento, com os elementos de que dispõe hoje, com os esforços do cidadão que tem a seu cargo o governo municipal e dos fazendeiros Miguel da Rosa e outros, bem poderá, em poucos anos, triplicar sua edificação e merecer o foral de cidade.

As linhas, que acima ficam estampadas, foram escritas, há cinco anos.

Depois disso, provida a paróquia de um vigário, tomou este à peito conclusão da igreja e levou-a a efeito com aquela perseverança tão própria do espírito religioso escoimado da ganância.

Hoje, tem os fiéis um templo decente.

A intendência municipal resolveu, por unânime votação, mudar o nome da povoação.

Chama-se Júlio de Castilhos em homenagem à memória do notável homem político, que nesse território nasceu.

E esse nome, parece-nos, perpetuar-se-á

Capítulo XXV

SÃO MARTINHO

*Triste, imutável, não deslembra o ermo.
Tempos, que foram.*

A. Porto Alegre

Estivemos, uma só vez na povoação de São Martinho, foi em maio de 1858.

Iamos iciciar uma causa, que, conforme a Constituição do Império, deveria ser precedida da tentativa conciliatória. Qual quer defeito desta nulificaria o processo. Se lá não fôssemos, não da far-se-ia em regra, tão pequeno, tão atrasado era o pessoal da localidade.

Nos poucos dias de nossa estada, apreciámos as festas do Pentecostes e do Padroeiro, celebradas em dias sucessivos, precedendo as clássicas novenas, seguindo-se nas últimas tardes cavalladas, procissões, às noites, fogos, bailes, leilões de ofertas, etc.

De todos os ângulos da então extensa paróquia e até de Santa Maria, tinha ido imenso povo.

Tanta animação deu essa concorrência à povoação, que chegou a parecer-nos senão maior com mais expansiva sociabilidade, que a de Cruz Alta de onde chegáramos.

Para tornar mais retumbante e harmonioso o movimento, vieram de Santa Maria uma banda de música e os cantores alemães, executando a missa solene uma harmoniosa partitura.

Mas tudo isso era emprestado.

Depois, recaiu no primitivo silêncio tumular.

Das quarenta casas da povoação mais de metade foram fechadas. Os proprietários e suas famílias, sendo estancieiros, lá se foram para suas fazendas, se bem que as jovens, ricas em distinção, fortuna e beleza, levassem e também deixassem sentidas saudades.

Dois anos antes e dois anos depois (em 1856 e 1860) por ocasião das eleições municipais e da dos eleitores, soubemos que a povoação encheu-se de homens, que aí, como em todas as paróquias de Missões ou da campanha, vinham receber o prêmio de sua dedicação partidária, antes ou logo depois de lançar na urna os seus sufrágios. Este queria um par de botas, aquele um poncho, um outro dinheiro, outro um paletó, calça e colete, outro uns arreios de montaria e todos tinham, a custa dos chefes dos partidos, o churrasco ou o puchero,¹⁾ o mate e a pinga, com abundância.

Aí as eleições correram livres, não haveria que notar, se não fosse o estipêndio ao votante. Mas ... esse mal foi geral, aí como em todo o Brasil...

Havia em São Martinho quatro casas de negócio, ao modo das de toda a campanha, isto é, comprando por atacado em Porto Alegre e vendendo a varejo, fazendas, miudezas, ferragens, drogas e molhados (tudo em um só armazém) informando-nos um dos mais antigos moradores do lugar, que todos esses negociantes sustentavam um ativo e passivo maior de duzentos contos de réis e todos acabariam enriquecendo, como alguns dos seus antecessores.

Nem deixaria de assim suceder, porque os moradores das estâncias e internadas, na distância de cinco e mais léguas, aí vinham comprar todo o necessário, a dinheiro ou a troco de couros, então o único produto bovino exportado para a capital.

Mas, apesar das vantagens da profissão comercial e da indústria pecuária, a povoação tornou-se estacionária, muito pouco ou nada cresceu comparativamente às demais.

Tirou-lhes um pouco do possível aumento a abertura da picada do Pinhal, que encurtou em cerca de trinta e seis quilômetros, a viagem de Santa Maria a Cruz Alta e mais tarde a abertura da estrada da Caturrita, ambas tornaram dispensáveis o caminho ultra secular da estrada da Boca do Monte e do Campestre.

Como se isso não bastasse para o depauperamento de São Martinho, foi em 1872 fundada a povoação da Vila Rica em localidade muito mais aprazível.

A circunscrição territorial antiga de São Martinho, quer como simples paróquia, quer como município, quando passou a sê-lo, foi a seguinte:

- Ao Norte o ramal da estrada de Carretas, que partindo de Tupanciretã e desviando por completo e rio Ijuizinho vai até a vertente do Nhacapatum (indo essa estrada muito além) e a contravertente do Jaguari; - a Leste a vertente do arroio Buraco e por este abaixo até sua foz no Ivaí, e por este até o Jacuí; - ao Sul a Serra Geral, desde a margem direita do Jacuí, até o alveo do Jaguari, que é a divisa do Oeste.

Esse território de trezentos e oitenta e dois quilômetros de circuito constitui hoje o município da Vila Rica, que era uma fração de cento e noventa e oito quilômetros mais ou me

nos, desmembrada pela maior parte de São Martinho com uma peque na subtração feita a Cruz Alta.

Posto isto tratemos da origem e fundação de São Martinho.

Antes da conquista das Missões existia no local da freguesia uma guarnição de trinta ou quarenta homens, se tanto, na maior parte índios, aí colocados por ordem do governador das Missões Orientais. Era por isso chamada a Guarda de São Martinho em con traposição à Guarda de Santa Maria (atual cidade) em baixo da ser ra. Aquela vigiava a fronteira espanhola esta a portuguesa.

Afirma-se que, desde os tempos dos jesuítas, aí existia uma guarnição uma capela e as habitações dos índios. Uma outra capela existiu no território de São Martinho, mas na fazenda tam**ém** chamada Guarda de São Pedro.

Na guerra de conquista das Missões, como já vimos, foram esses os dois primeiros pontos atacados pelos audaciosos expedi**ci**onários Canto e Almeida.

Tendo sido esse o primeiro ponto conquistado, foi tam**ém** um dos primeiros pontos para onde convergiu a colonização das ter ras missioneiras, na região serrana, mormente ficando em comuni**ca**ção com as da região abaixo da serra.

Desafiou a cobiça dos primeiros povoadores a abundância dos campos, cobertos de soberbas pastagens, especialmente o vasto distrito de São Francisco Xavier, ou São Xavier, como vulgarmente se diz.

Esse distrito, que compreendeu a maior porção do território de São Martinho, outrora ia muito além do rio Jaguari e compreendia tam**ém** quase todos os terrenos, que hoje formam o município de Santiago do Boqueirão.

O comandante da fronteira, em papéis oficiais que vimos, entre os quais um título de permuta de terras com o Marechal Car**ne**iro da Fontoura, datou a suas portarias do distrito de São Xavier, em 1826.

Entretanto, ainda não era um distrito civil, poderia sê-lo militar.

No capítulo XIX vimos quais foram os primeiros povoadores de São Xavier acrescentando aos aí mencionados Francisco Antônio dos Reis, Manoel de Oliveira Paz, Inácio Gonçalves do Espírito Santo, (pai do célebre Roncador) e outros, que aproveitando o decênio revolucionário, se estabeleceram como simples posseiros.

No território de São Martinho, propriamente dito, fundaram importantes fazendas em campos baldios: o Tenente Coronel Antônio Gonçalves Padilha e seu irmão José Gonçalves Padilha (numa extensão de doze léguas quadradas) João Pereira dos Santos (o pai) com mais de uma sesmaria, José Joaquim Brizolla, Antônio do Rego Mel**lo** e seu filho já emancipado o mais tarde Coronel João Batista de Oliveira Mello, o Barão de Ibicuí (grande fazendeiro em Santo Ân

gelo), o Capitão de primeira linha do exército Antônio Vicente de Sequeira Leitão, concessionário da sesmaria dos Negrinhos, Francisco Ricardo da Silva, por alcunha o Chico da Tapera, João de Goês e Oliveira, Marcos Affonso Pereira e vários outros.

Ignoramos (e nem procuramos saber) os nomes dos concessionários das terras, que adquiriu o finado barão de Jacuã a saber a Estância Grande, a Estancia Nova, a Estância Velha, a Palma e a do Coqueiro, distanciadas umas das outras; mas que reunidas produziram 20 léguas quadradas, ou mais.

A já citada notícia descritiva atribui (pág. 84) ao Capitão de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto, mais tarde General, a iniciativa da invasão e conquista das Missões, mas, o manuscrito deixado pelo expedicionário Gabriel Ribeiro de Almeida ao Barão de São Jacob (transcrito no capítulo VI) demonstra, que a idéia dessa invasão partiu de mais alta personagem, nada menos que o comandante dos dragões e da fronteira de Rio Pardo, o Tenente Coronel Patrício José Corrêa da Câmara, mais tarde Tenente General e visconde de Pelotas²) sendo a conquista obra exclusiva dos aventureiros, que ele enviou confiando muito pouco em que saíssem tão vitoriosos.

O autor do capítulo aproveitado pela Notícia Descritiva, dá como comandante da guarda avançada de Santa Maria o capitão Barreto, esquecendo que essa guarda era exclusivamente espanhola, quando os aventureiros tomaram-na de assalto.

Não consta do citado manuscrito, nem de ato algum oficial, que Barreto comandasse sequer a guarda de Santa Maria³), ao contrário consta que à medida que os expedicionários avançavam terreno iam enviando próprios para Rio Pardo, pedindo ao comandante da guarnição (Corrêa da Câmara) auxílios, que só foram enviados quando o governador das Missões Dom Francisco Rodrigues tinha entregado a hoje extinta cidade de São Miguel e seguia em retirada para a margem oposta do Uruguai.

Quem chegou comandando uma força regular, fez retroceder o ex-governador e fê-lo assinar a capitulação, foi o sargento-mór José de Castro Moraes, então Barreto, que tínhamos em conta de rio-grandense (outros fazem-no português) e não de paulista.

Estamos de perfeito acordo quanto as datas da elevação de São Martinho à capela curada em 1829, depois à freguesia, por lei de 3 de novembro de 1852, servindo de pároco o padre João de Almeida (que já era cura) e logo em seguida o vigário colado Francisco Paes da Silva Tavares. Por lei de maio de 1876 foi elevada à categoria de vila, sendo o município desligado da comarca de Cruz Alta e anexo à de Santa Maria. Uma outra lei de 17 de julho de 1880, criou a comarca de São Martinho, mas nunca foi classificada nem provida de juiz de direito, em razão do advento da república.

Por fim o decreto do governo estadual de 1901 extinguiu esse município e o seu vasto território ficou incorporado parte ao de Vila Rica e parte ao de Santa Maria.

Notamos nesse município extinto, que pouco se interessavam por seu engrandecimento os seus mais abastados fazendeiros.

Se mais unidos fossem, se as rivalidades políticas não os dividisse tanto, estamos certos, que o pequeno município de Vila Rica jamais absorveria um território tão vasto e com uma população então maior de dezoito mil almas.

NOTAS

- 1) A carne cozinhada sem temperos nem verduras
- 2) Que foi pago com usura, pelo que outros fizeram com grave risco das próprias vidas.
- 3) Outros cronistas afirmam, que ele guarneceu a estância jesuítica do rincão de São Pedro, entre a qual e São Martinho se interpõe a Serra Geral e distância maior de 38 quilômetros.

Capítulo XXVI
SANTIAGO DO BOQUEIRÃO

A sua bela vistosa capelinha alveja destacando-se do verde arvoredo e deixa ver-se a grande distância.

Joaquim Norberto

Este município, que foi o menor de quantos se constituiram no território missioneiro, aumentou consideravelmente com frações tiradas dos municípios limítrofes.

Limita-se ao Norte pela estrada que atravessa o passo do Agostinho no rio Nhacapetum, e segue até o passo do Cambacoã, nos campos do finado Constantino de Brum, até o passo do Itacorobi; ao Sul, pelo arroio, que serve de limite ao município de São Francisco de Assis e pela contravertente desse arroio, até sua foz no Itū; a Leste, pelo Itūmerin, desde sua foz, até sua vertente e pela contravertente, que vai desaguar no Itacorobi; ao Oeste, pelos rios Jaguari e Nhacapetum, a partir da vertente do primeiro e contravertente do segundo, próximos à estância do finado Joaquim Genro.

Percorrendo essas linhas divisórias (posto não muito líquidas em alguns pontos) verifica-se, que o município de Santiago do Boqueirão deve ter 262 quilômetros de circunferência, pouco mais ou menos.

Colocada a sede na altitude de 480 metros, a latitude sendo de 30°, 29' e 30", a longitude de 109°, 49' e 36" o seu clima é ainda magnífico, assim na vila, como em toda a circunscrição municipal.

Fez parte da paróquia e o município de São Borja, quando este era dividido em cinco distritos de paz, cada qual mais extenso. Então, e por muitos anos, chamou-se o distrito de São Xavier e teve a numeração de quinto.

Quando, porém, foi criado o município de Itaqui, em 1858, ficou-lhe pertencendo assim, na parte temporal, como na espiritual.

A câmara municipal desse novo município dividiu seu território em distritos menores, dando ao de São Xavier o número sexto, sem aumentar nem reduzir a sua antiga circunscrição, que ficou sendo mais extensa que a de qualquer dos outros cinco distritos.

Quando percorremo-lo em 1856 achamo-lo todo ocupado com estabelecimentos de criar, invernadas de muares e de gado para consumo, sendo notáveis dez grandes propriedades, como fossem as sesmarias concedidas a Joaquim Lopes Vieira, Manoel Marques dos Santos, João Francisco Vieira, Inácio Gomes dos Santos, João Garcia da Rosa e as compradas por David José de Barcellos, Antônio José de Barcellos, João Batista Nunes, Francisco José Belém Bandeira e Major Severino da Costa Leite.

Depois dessas, seguia-se um enxame de propriedades menores, desde a extensão de pouco mais de uma légua quadrada, até um quarto de légua e menos, especialmente nos matos sobre a margem de Jaguarí e sobre a sinuosa Serra de São Xavier. Entre as terras possuídas e dadas a registro em 1856 notamos as de Cezário da Silva Flores, Damásio de Brum, Felisberto Pereira da Luz, Albino José Pereira, Severo Antônio de Bastos, Francisco Pinto de Sampaio, Luciano Cardoso da Silva, Fortunato Vieira Ruivo, Serafim de Oliveira Fão, Joaquim de Freitas Vieira, Pedro Alves Ribeiro, Ismael Antônio de Mello, José Jacinto Pavão, Jerônimo da Costa Leite, Vasco Rodrigues Jaques, Reginaldo Antônio dos Reis, José Rodrigues da Rosa, Manoel José da Silva, Custódio Nunes de Souza, Joaquim Alves Aleixo, Manoel Soares da Silva, Antônio José de Oliveira, Luís José Nunes, Francisco Maciel, Bernardão José da Rosa, Manoel Vasques, Miguel Antônio dos Santos, Serafim Pereira de Lima, Henrique Longuinhos de Sousa Rabello, Generoso Flores da Silva, José Pereira Anchieta, Manoel José Teixeira, Serafim José Flores, Leonídio da Silva Flores, Antônio Ribeiro da Silva, Ricardo Antônio Corrêa, Manoel José Vitoca, Valeriano José Martins, Sebastião Severo de Bastos, Claudino da Costa Leite, João Rodrigues Reginaldo, Satirio Soares Chaves, Floriano Pinto de Andrade e Ricardo Antônio Rodrigues.

No local, onde existe hoje a vila, havia apenas três casas, sendo uma do português Antônio José da Rocha com negócio em fazendas, molhados, ferragens e drogas. Aí parando e descansando, pediu-nos ele para acompanhá-lo até o local destinado para a capela. Era este o anelo pelo qual todos os moradores do distrito se empenhavam, se não para possuir um templo, com certeza, para que o pasto espiritual lhes fosse menos oneroso, do que em Itaquí, 30 léguas distante.

Com efeito passamos dali à estância do bondoso velho Inácio Gomes dos Santos, duas léguas distante. Era esse o ponto de reunião dos interessados na fundação do novo campanário. Ele, Antônio José de Barcellos, João Loreto de Barcellos, Joaquim Lopes Vieira, Major Severiano da Costa Leite, Antônio e Francisco da Silva Machado, irmãos, o mencionado Rocha e vários outros fizeram demarcar o terreno para a povoação e impetraram licença ao vigário capitular para a construção da igreja, que seria dedicada à Nossa Senhora da Conceição.

O que sucedeu depois, ignoramos. Mas em 1865 tornamos a passar na mencionada localidade e aí vimos uma povoação com mais de 40 casas habitantes, sendo 6 de negócio. Estava pronta a capela e apreciámos a imagem da padroeira, esculturada aí mesmo por um amador, que a isso se propôs e felizmente executou.

Já havia projeto criando a freguesia, mas só foi aprovado e sancionado por lei de 26 de dezembro de 1886.

Entretanto, a nova paróquia continuou sob a jurisdição do vigário de São Francisco de Assis até o ano de 1876, em que foi nomeado vigário interino, o padre Roque Rotundo.

Por outra lei provincial de 1883¹¹⁾ foi elevada à categoria de vila ficando subordinada à comarca de São Borja.

Em 1888 fez parte da comarca de São Vicente, conjuntamente com o termo de São Francisco de Assis, mas em virtude da nova organização judiciária do Estado, foi incorporado o município de Santiago à comarca de São Luís Gonzaga, apesar da distância muito maior, do que a daqueles outros dois municípios e interposição de rios e arroios caudalosos.

Tempo houve, em que, mesmo de dia, era perigoso caminhar escoteiro no território desse então projetado município, bem como em todos os vizinhos distritos de Carovi, parte dos de Cambacó e Itacorói.

Nessa vasta extensão, onde as habitações eram isoladas e onde não faltavam esconderijos, apareciam às vezes salteadores, atacavam para roubar e matavam alguns viandantes; e, quando esperavam ser perseguidos, fugiam sem o menor embaraço para Corrientes, de onde (quando já não eram lembrados) voltavam a praticar novas façanhas.

Luciano de Camargo, condenado a pena capital, Manoel Machines, Bernardo Cadet, pronunciados por crimes de homicídio, evadidos da cadeia de São Borja e outros, que nunca foram presos, acharam nesse e nos distritos vizinhos, abrigo seguro contra quaisquer diligências policiais, e, melhor que isso, abundância de carne de gado alheio e bons cavalos para montaria e fuga.

A população estável em toda essa campanha e serra era honrada e laboriosa, nada podia fazer, quando uma ou outra casa era assaltada em ocasião imprevista e o objetivo era o roubo, em regra satisfeito.

Depois dos vilamentos de Santiago do Boqueirão e São Luís Gonzaga as brigandagens (salvo o galicismo) foram diminuindo e começou a reinar o domínio da lei. Entretanto, ao traçar estas linhas acabamos de saber do assalto de alguns bandidos em uma das linhas, da colônia Jaguari, limite dos municípios de São Vicente e Santiago.

Em 1868 veio estabelecer-se na vila o distinto cidadão José Caetano de Mello.

Era comerciante em Itaqui, onde granjeara respeitosa estíma.

Deixando aquela cidade, tornou-se em seu novo domicílio um dos propugnadores do progresso social do Povinho de Santiago, como também foi chamada a nova vila.

Com sua morte não faltaram continuadores do desenvolvimento que a povoação ultimamente tem tido.

Mas Santiago, como São Vicente e São Francisco de Assis, tem nas suas raías municipais um rival, recebido a princípio com desdém, mas que já sobrepujou esses três municípios limítrofes.

Queremos falar da colônia Jaguari, cuja sede é uma povoação mais adiantada e crescida, que as três reunidas.

No progresso em que vai, é de esperar-se que seja, às custas dos municípios de São Vicente, São Francisco de Assis e mesmo dos de Vila Rica e Santa Maria, criado o município bem pequeno, porém, muito mais populoso e rico, de Jaguari.

Debaixo do ponto de vista financeiro, o município Santiago, relativamente oferece uma boa receita para as despesas do Estado e do próprio município.

No último ano os impostos arrecadados produziram:

Receita municipal	34:586\$000
Receita estadual	21:774\$792
Receita federal	2:028\$600

Pagou o povo 58.389\$392

Com o primeiro ramo dessa receita, são remunerados os funcionários municipais e nove homens (inclusive o inferior com mandante) para o policiamento do município.

Com o segundo ramo de receita são sustentadas seis aulas de ensino primário, sendo uma para o sexo masculino, outra para o feminino e outra mista, na vila; três aulas para o sexo masculino, em cada um dos distritos de fora.

A vila conta, além da igreja e do cemitério, a casa da intendência e a das aulas para ambos os sexos, a cadeia e quartel do destacamento. Além desses edifícios públicos, bem modestos, conta-se 225 casas habitadas.

A população da vila e subúrbios, pouco excede de 2000 habitantes, porém a do município, inclusive aquela é de 18.860 habitantes, pouco mais ou menos.

A indústria, na maior parte do território, é a pecuária, para a qual prestam-se os campos todos eles sazeiros. Há muita plantação de legumes, mas essa avultaria, se outros fossem os meios de transporte e exportação.

O trigo produz admiravelmente assim como a uva e a ceve da, que são produtos compensadores quando houver vinho e cerveja aí fabricados.

O algodão, a cana de açúcar, as frutas, conhecidas em todo o Estado, poderiam ter maior cultura; porém sucederia o mesmo, que com a produção fácil do feijão, da mandioca, do amendoim, do arroz e da batata. Assim será, enquanto aí não passar uma estrada de ferro.

Mais felizes do que o autor da Notícia Descritiva da região missioneira, podemos dar sobre o município de Santiago do Boqueirão as informações acima escritas.

A ele, como a nós, foram recusados todos os dados oficiais, mas ainda assim, cremos ter prestado algum bom serviço a essa parte do território rio-grandense.

Em que pese aos habitantes de uma grande extensão do seu território, soubemos e adicionamos estas últimas linhas o governo do Estado, cederá aos reclamos da adiantada zona colonial, erigindo em município, parece-nos que com diversa denominação, a colônia Jaguari, de que em seguida nos ocupamos.

COLÔNIA JAGUARÍ

*These greates results were justly ascribed to
the efforts of one man, who raised this
country... to the highest rank. ...*

T. S. Hughes

As palavras acima transcritas, tiramo-las de um capítulo do continuador da história da Inglaterra por Hume e aplicamo-las merecidamente à administração da colônia Jaguarí pelo Dr. Severiano de Souza e Almeida.

O seu extenso, minucioso e bem elaborado relatório, ilustrado com mapas e gravuras é um documento que atesta, quanto tem sido profícua sua direção, em dezessete anos decorridos.

O acompanhamento de imigrantes no meio da mata virgem, transformado hoje num território povoado por mais de 14.352 habitantes, inclusive a sede com 2.640, é um fato, que, se bem prova as vantagens da colonização no Rio Grande do Sul, confirma a inextinguível competência e tino administrativo do seu antigo diretor.

Não há exageração, nem tão pouco oficiosidade nas linhas que traçamos: há uma sincera admiração, por ver como se transformou o território baldio, que conhecemos em dezembro de 1856, pois no desempenho de deveres da judicatura, chegamos a penetrar até a entrada desse sertão, hoje convertido em milhares de pequenas propriedades rurais e urbanas. Se alguém nos vaticinasse essa transformação, não acreditaríamos e entretanto a realidade aí está.

As linhas que alguns anos antes escrevêramos sobre a colônia Jaguarí acabam, por deficientes, de ser queimadas. Em seu lugar, permitidas por seu autor, reproduziremos, quase textualmente, a história da fundação e progressos dessa colônia

A área superficial da colônia de Jaguarí, devidamente medida, chega a ser, atualmente, de 678.305.208 m². com 626.219.450 m. ocupados e 52.085.758 devolutos, limitando-se pelo Norte com os campos de Cima da Serra, de S. Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão e Júlio de Castilhos, pelo Sul, ainda com campos de São Francisco de Assis e São Vicente, pelo Leste, pelo rio Toropí e terras particulares do município de Santa Maria, e pelo Oeste, pelo rio Jaguarizinho.

Todo o espaço assim limitado, compreendido na Serra, de nominada de Jaguarí, corta pelos rios desse nome e pelos Toropí e Guassupi, chamada também Serra de São Xavier. Esse perímetro, envolve algumas frações de campos, estes, porém, com as pastagens restringidas por muitos e até grandes capões de matos.

Correm sobre esse território os rio Jaguari Grande, Jaguarizinho, Toropí, Guassupi e os arroios Inhandijú, Inhandijuzinho, o Piquiri, o Lajeado Grande, o Sampaio, o Toropí-Meri, o Caçador, o Calçabotas, o Tigre, o Pinheiro, o Funcho, o Barreiros, o Sangá d'Areia, o Curussú, o Lajeado da Sede e uma inúmera quantidade de regatos sem denominação conhecida, mas quase todos de regular força hidráulica e na maior parte aproveitados.

Para esse território foi mandado, em fins do ano de 1889, o hábil engenheiro Doutor José Manoel de Siqueira Couto, que fundara e ainda então dirigia a colônia Silveira Martins, em terras do município de Santa Maria.

Ambas essas colônias ocuparam terras de mato virgem na Serra Geral, que separa os campos debaixo dos de cima da mesma Serra.

Acompanharam-no ou seguiram-no de perto mil e poucos imigrantes, em sua maioria italianos, que como os colocados em Silveira Martins, ficaram no centro da mata.

Demarcado e balizado o local destinado para a sede, nele obtiveram seus lotes urbanos e fixaram residência: os italianos, Augusto Lorenzoni, Maryhiori Giuseppi, Paolo Piva, Pasa Bortolo, Boero Benedito, Antônio Bunica, Felis Leopoldo e André Casagrande (os três últimos hoje finados) Pedro Pinto de Souza e Antônio Barboza Leal (brasileiros), Luiz Nichele (alemão) e os comerciantes Gottardo Pipi, João Calderini e Santos & Moraes, dos quais, dissolvida a firma ainda ali existe com importante casa comercial, o cidadão Virgílio Augusto de Moraes.

O demais povo, cuja nomenclatura é impossível dar hoje, foi ocupar as terras que lhes foram distribuídas no núcleo de Jaguarí.

Pode-se calcular quanto trabalho, quanta fadiga, quanta perseverança e paciência seriam precisos para acomodar esse exército de gente expatriada, embora voluntariamente, tendo imensas dificuldades a vencer, até que chegassem a possuir uma propriedade sua!

O Doutor Siqueira Couto conseguiu colocar esse povo rude de costumes e índoles diferentes, mas foi logo distraído desse serviço e substituído pelo Doutor Severiano de Souza e Almeida,

com bastante tempo de prática do serviço de colonização, desde que servira em Caxias, na comissão chefiada pelo Doutor Manoel Barata Gões.

O novo chefe assumiu a direção desse núcleo em 21 de março de 1891, mas por falta do pessoal técnico, teve que ficar em pouco satisfatória expectativa até o mês de junho, quando chegaram os agrimensores, que de ordem sua, encetaram, no rigor do inverno, as medições dos lotes coloniais, que eram logo preenchidos, pois vieram novos emigrantes e era mister não perder tempo em colocá-los.

A sede da colônia ficou à margem direita do rio Jaguari, a 29º e 30' de latitude austral e 11º e 30' de longitude ocidental, pelo meridiano do Rio de Janeiro e a 353,60m., acima do nível do mar. Entretanto, uma parte, se bem que diminuta dos povoadores da sede, ficaram na esquerda daquele rio, formando um como arrabalde da povoação de Jaguari, embora em terras do município de São Vicente.

Ligando a maior importância às vias de comunicação, o mencionado diretor da colônia deu-se pressa em construir duas estradas de rodagem, daquela sede para as duas vilas, em pontos diametralmente opostos, no desenvolvimento de 15 quilômetros. Pelo mesmo tempo (último semestre de 1891) ficaram prontos 210.600 metros de caminhos vicinais.

A área superficial, medida e demarcada nesse ano, foi de 263.569.000m. quadrados, sendo cultivada a extensão superficial 60.908m. quadrados.

Era tão nova a colônia, mal completava dois anos de fundação, já povoavam-na 1.144 famílias, formando 4.441 habitantes, possuidores de 670 animais vacum, 983 equinos, 5.331 suínos, 300 caprinos e 33.251 aves. A produção do trabalho agrícola foi de 390:994\$000 réis.

Existiam na sede 7 prédios urbanos do Estado, 44 de particulares e 1246 rurais.

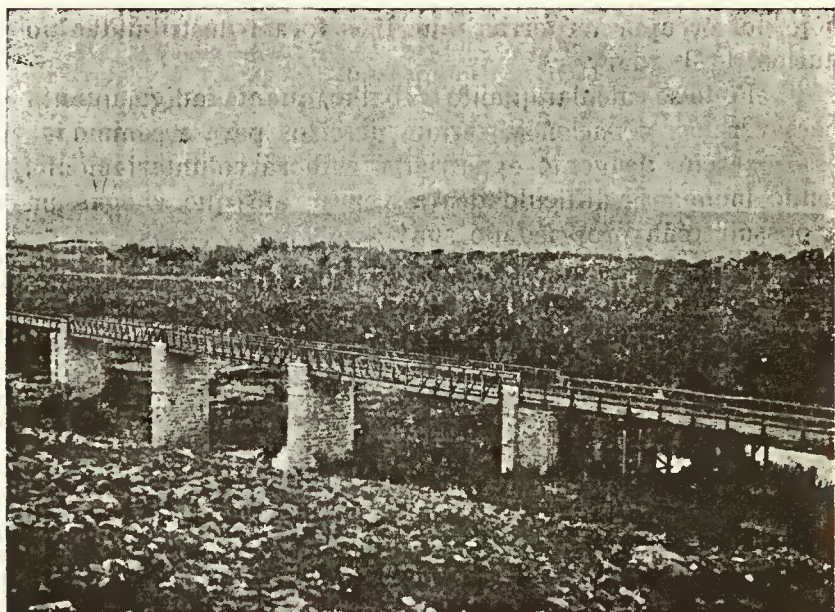
Nesse mesmo ano, às margens do rio Jaguarizinho, em ponto quase equidistante da sede Jaguari e da vila de Santiago ou Povinho, foi fundado o núcleo Ernesto Alves, o mais importante, depois da sede.

No seguinte ano (1892) foram recebidos e localizados ... 3.934 imigrantes, mediu-se e demarcou-se 869 lotes agrícolas, .. 568 urbanos e construiu-se 49.000m. de estrada de rodagem, 50 boeiros de pedra, e pontes, 5 pontilhões, 154.471m. de caminhos vicinais e 9 prédios do governo, aumentou o núcleo de Ernesto Alves e foi fundado o de Toroquã, no município de São Francisco de Assis, a população total elevou-se a 6.622 almas ou 1.896 famílias.

A produção elevou-se a 450:000\$000 réis, tendo o governo dispendido até esse ano 530:000\$000 réis, empregados com o maior escrupulo.

Em 1894 já a população se elevou a 7.932 habitantes ou 2.174 famílias, foi fundado o núcleo São Xavier, no município

de São Martinho, hoje Júlio de Castilhos. Atingiu a exportação, 120:620\$000 réis, mais 69:083\$000 réis do que no ano anterior.



Ponte Júlio de Castilhos (colônia Jaguari).

Na sede de jaguari foi inaugurado um moinho a vapor, em edifício elegante de alvenaria de pedra, para o fabrico de farinha de trigo, descascar arroz, refinar banha e manufaturar fumo. Em diversas linhas abriram-se mais 14 casas comerciais, funcionaram 23 moinhos hidráulicos, 1 serraria e 8 alambiques e começou na sede, por iniciativa particular, a iluminação pública a querosene.

Em 1895 passou o serviço de colonização, por lei do Congresso, a ser feito por conta do Estado. O movimento dos imigrantes foi de 825, logo estabelecidos.

Houve cultura de alpiste, amendoim, arroz, batatas, cebolas, centeio, cevada, mandioca, feijão, fumo, milho, trigo, vinhos, etc., ascendendo a exportação a 238:569\$000 réis, sendo a importação de fazendas, ferragens, louça, etc., de 300:000\$000 réis, mais ou menos.

A população atingiu a 9.420 almas, tendo sido fundados os núcleos São Vicente e Toropí em terras do domínio do Estado, medidas e demarcadas¹⁾.

Daí por diante, a chegada e estabelecimento de imigrantes, foi sempre em progressivo aumento, até tornar-se a população fixa no ano de 1907, como dissemos acima, em 14.352 habitantes.

Deixamos de reproduzir outros trechos do importante relatório, que, ano por ano, vai narrando desde pág. 13 a 22, como se operou o aumento da população, a cultura dos lotes rurais, a edificação de prédios duradouros, assim na sede, como em todos os núcleos.

Em 1899, foi inaugurada, com pompa oficial, a grande ponte Júlio de Castilhos, sobre o rio Jaguarí, toda de alvenaria de pedra, ligando terrenos urbanos da sede, em ambas as margens do rio.

Essa ponte, dois anos depois, derrubada por uma enchente, que se elevou mais de dois metros acima do pavimento (enchente extraordinária nunca vista, nem sabida de outra igual), foi logo e depressa reconstruída e elevada à altura muito superior àquela inundaçāo. É uma obra, cuja construção e reconstrução custou ao Estado mais de duzentos contos de réis, bem compensada pelas vantagens, que o mesmo Estado e o município, auferem, desse território enriquecido pelo trabalho e contribuições de seus habitantes.

- Além dessa, outra, menor, mas relativamente custosa, foi lançada e concluída sobre o rio Jaguarizinho na margem esquerda desse rio, a partir da sede do núcleo Ernesto Alves, ligando a estrada que segue para a vila de Santiago do Boqueirão. Essa ponte de superestrutura metálica custou 73.000\$000 réis.

De tudo, porém, quanto um Estado possa fazer em benefício de qualquer fração de seu território, animado pela indústria e comércio dos habitantes, nada pode ser-lhes mais grato do que os melhoramentos da viação pública.

Esses melhoramentos não foram poupados ao território colonizado de Jaguarí e seus núcleos, como demonstra o seu diretor²).

Em 1895, existiam 75 quilômetros de estrada de rodagem, com 13 pontes e 80 pontilhões.

"Em 1896, foram construídos nos diversos núcleos 35.337,5m. de caminhos vicinais e conservou-se as estradas transitadas;

"Em 1897, a estrada do Boqueirão, com largura 10 metros e extensão de 25 quilômetros com 1 ponte e 20 pontilhões;

"A do Marmeleiro, mesma largura e 8 quilômetros de desenvolvimento, com 2 pontes e 10 pontilhões;

A do Jaguarizinho, mesma largura e 30 quilômetros com 6 pontes e 10 pontilhões".

De 1898 a 1905, o trabalho consistiu na conservação das estradas feitas, construção de alguns boeiros, pontilhões e mais de um e meio milhão de metros de caminhos vicinais.

Em 1905, procurou o governo atenuar, quanto possível, a perda quase total das lavouras com a seca excessiva e a praga dos gafanhotos.

Para esse fim, ouvido o parecer do diretor da colônia, mandou prosseguir a estrada do Marmeleiro até o 3º distrito de Santiago do Boqueirão e a de Toroquã, até São Francisco de Assis.

Sendo os trabalhadores empregados, os próprios colonos, prejudicados com a seca e aquela praga, puderam ressarcir parte dos prejuízos e esperar a futura colheita, para a qual, foram-lhes remetidos mais de 200 sacos de legumes diversos, semente de alfafa, etc.,.

Para atender ao serviço dos transportes, inaugurou-se uma linha trisemanal de diligências, entre a sede da colônia e a estação do Umbê, sendo os carros e os animais, em número de 240 múres, propriedade do cidadão Carlos Oppenheimer.

Ao mesmo tempo, feita a desobstrução do rio Jaguarí, tem podido ir de Uruguaiana e de Itaqui, alguns vapores de pequeno calado, rebocando chatas carregadas, subindo pelo Ibicuí e tomando depois, pelos seus confluêntes Jaguarí e Toropí. Essa navegação, só é praticável nas águas médias ou máximas.

Se, porém, e como convém ao desenvolvimento comercial e defesa estratégica da fronteira, for construído o projeto ramal férreo, desde o passo do Umbú a passar por São Vicente, colônia Jaguarí, Santiago do Boqueirão, São Borja e São Luis (este, em nossa opinião, um ponto por longos anos dispensável) então a sede da colônia Jaguarí, maior e mais importante que algumas cidadess nossas conhecidas, não somente será um grande empório comercial, mas também, o seu território atual, um dos municípios mais ricos do Estado, apesar da pequenez do seu território.

Posto isto, passemos, com os dados que nos fornece esse relatório, a tratar da estatística da colônia.

A Sede

Ocupa a margem direita do rio Jaguarí, uma área de um milhão de metros quadrados, na qual, foram regularmente medidas 68 quadras ou quarteirões, formando 22 ruas bem espaçosas, de 20 metros de largura, três praças, e uma avenida com 130 metros de largura, 1.125 metros de comprimento e arborizada.

Denominam-se, as ruas de Norte a Sul: Coronel Flores, Garibaldi, Fernando Abbott, General Osório, Álvaro Baptista, Sequeira Couto, Mathias Velho, 14 de Julho, Olyntho Couto e dos Atiradores: de Leste a Oeste: Dr. Montauray, Victor Hugo, Avenida, Manoel Maria de Carvalho, Assis Brasil, Nicolau Pederneiras, Arriol Vasconcellos, dos Italianos, Ernesto Alves, 15 de Novembro, 2 de Julho, Demétrio Ribeiro e General Lima. As praças denominadas: Dona Eulália, 15 de Novembro, a terceira, um pouco irregular devido a volta do rio, não tem nome e está ainda despovoada.

Nas quadras que formaram as ruas, avenidas e praças foram demarcados 744 lotes urbanos de 1.000 metros cada um, mas só

486 lotes estão ocupados com 258 prédios térreos, 397 assobradados e 6 prédios do Estado, destacando-se, pela solidez e arquitetura, a casa da direção. Mas entre as casas particulares, há algumas, inclusive fábricas e outros estabelecimentos, que reúnem a elegância, também a solidez e espaçosas acomodações. O leitor verá, pelo que expussemos, até que ponto a colônia Jaguari, uma das mais modernas, tem progredido ao ponto de merecer os foros já não de uma vila opulenta, mas uma regular cidade.

Já em 1898, foi vendida uma casa particular por 2.000\$000 réis. Hoje, um dos lotes urbanos de 1.000 m²., que nos primeiros anos da fundação da colônia custava 20\$000 réis, custa 1:000\$000 réis!

Além dos edifícios públicos, existe uma igreja católica com capacidade para conter em sua nave 2.000 fiéis e a protestante comportará mais de 500 dos seus confrades.

A igreja católica da sede é dedicada à Nossa Senhora da Conceição, mas, independente dessa, existem nos núcleos e linhas, capelas filiais dedicadas a diversos oragos.

As ruas e praças da sede são iluminadas por 60 lampiões à querosene, mas não estarão longe o dia, ou antes, tão depressa seja decretada a emancipação municipal desta colônia e já aproveitando a queda das águas do grande rio ou dos arroios terão seus habitantes a luz elétrica, porque essas mesmas águas que movem 3 moinhos em derredor e dentro da sede, poderão fornecer a aquela luz sem o emprego de fornalhas e consumo de madeira.

Na sede funcionam as repartições seguintes: o escritório da comissão de terras e colonização (hoje extinto), a subintendência e a subdelegacia de polícia, juizado distrital, preenchendo o escrivão as funções do notariado; agência do correio, colêtorias das rendas federais e municipais e duas estações telefônicas, que fazem a correspondência para os núcleos Ernesto Alves e Toroquã, para as vilas de São Vicente, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão e estações do Catarina e do Umbu da Viação Férrea Rio-grandense.

Na sede do Jaguari há 88 contribuintes do imposto de indústria e profissões. O seu comércio está em ativa correspondência com a Capital, Rio Grande, Pelotas, Alegrete e com as cidades da fronteira como Livramento, Uruguaiana, Quaraí, São Borja e Itaquí.

Não podemos deixar de mencionar, o que, do importante relatório, consta à página 25 sobre a estatística comercial e industrial da sede, que mantém casas de negócio de 1ª classe: 9 (estas com um ativo de mais de cem contos de réis cada uma), casas de negócio de 2ª classe 9, farmácia 1, fábrica a vapor, T descascador de arroz 4, cervejarias 2, olarias 3, sapatarias 5, alfaiatarias 3, ferrarias 5, marcenarias 9, açougues 2, curtumes 3, hotéis 1, restaurante 8, padarias 2, ourivessarias 3, fábricas de chapéus de palha 1, moinho hidráulico, oficina de chinelos, tamancos e selaria 1, funilaria 1, oficina de caldeirão 1, oficina mecânica 1, fábrica de fogões de ferro 1, barbearia 2, fábrica de pó inseticida 1, bilhares 2, fotografos 1, tipografia, pautaço e encadernação 1. Não faz aí menção, mas fa-

-lo noutros lugares, das fãbricas de vinho, das destilações de aguardente e álcool, sem dūvida, porque tais indūstrias, bem como as atafonas de farinha de mandioca, existem nos outros nūcleos e linhas, como se vê do mapa à pãg. 63 e outros tōpicos do relatório.

Fazendo menção acima do estabelecimento tipogrãfico de nominado A Colonial do Sr. J. N. Maciel de Oliveira é essa uma oficina, que muito abona o seu proprietário. Nele é publicado o jornal O Jaguari, uma vez por semana. Não é preciso outra prova da perfeição dos trabalhos da tipografia, que o próprio relatório do Dr. Severiano de Souza e Almeida aĩ impresso, ilustrado e encadernado em 1907. Houvesse empregado um tipo mais graūdo e teria sido um volume em um 40 de mais de 200 pãginas e não um volume do mesmo formato com 86 pãginas. Mesmo assim, a perfeição, a nitidez e nem um sō erro tipogrãfico é bastante para tornar esse trabalho digno de apreço. Nem uma cidade rio-grandense (exceto Alegrete) na campanha e fronteira, onde os jornais formigam, têm conseguido apresentar a apreciação dos leitores uma impressão e brochura semelhantes.

Mas a tão adiantada povoação, que possui uma imprensa como essa, que conta diversas associações, entre as quais o Sindicato Agrícola, a mais importante pelo seu objetivo, uma teatral com edificio próprio e uma bailante, carece ser dotada com um número maior de escolas pūblicas. Por ora, sō existem na sede 3, no Marmeleiro 1, e 8 aulas particulares, e por isso, é lamentável que numa população de 14.738 indivīduos, sejam contados 6.843 analfabetos.

Na data do mencionado relatório, o movimento indūstriar produziu os algarismos seguintes:

Produção	2.919:222\$500
Exportação	1.047:647\$500
Importação	1.218:000\$000

A colônia, que tanto têm trabalhado em vãrios ramos de indūstria, que remeteu para as exposições de Chicago, São Luĩs, a estadual e outras produtos e artefatos premiados ou consignados com menções honrosas, têm concorrido para as despesas do Estado, da União e do município de Santiago do Boqueirão com as verbas de receita seguinte:

Federal	1:220\$000
Estadual	13:582\$600
Municipal	26:415\$200

Não faz-se menção da receita nos nūcleos Toroquã (São Francisco de Assis), S. Vicente, São Xavier (Jūlio de Castilhos) e Toropi (Santa Maria) porque esses nūcleos pagam aos exatores desses municípios, que englobadamente envolvem as contribuições desses nūcleos nos seus balanços gerais.

Ora essas receitas parciais, reunidas às da sede, alguns impostos peculiares, que se estabeleçam sobre veīculos, sobre 13.356 animais vacuns, 4.800 equinos, 758 mueres e 15.000 suīnos com taxas muito diminutas, sã bastantes para a sustentação dos encargos municipais e algumas obras pūblicas.

Desde que isso pode com justiça ser feito, não há razão para que os altos poderes do Estado hesitem na criação de um novo município, pequeno embora em território, mas grande pela riqueza de sua produção e pela população que duplicará, de certo, quando forem preenchidos os terrenos medidos, demarcados e ainda desocupados.

O autor deste livro percorreu já os municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Lajeado, e Estrela. Nenhum deles é maior em território, nem as suas sedes, hoje vilas, são tão importantes como a sede de Jaguari, sendo essa uma razão mais para o seu vilamento.

Quanto ao pessoal habilitado para certos cargos, para um conselho municipal, esse pessoal tem-no de sobra a colônia em questão.

Os quatro municípios limítrofes pouco perderão em seus territórios, ao passo que deixarão de ter como um feudo a povoação de Jaguari, cuja sede é com certeza, maior e mais enriquecida de bons edifícios, do que as quatro vilas reunidas de São Francisco, Boqueirão, São Vicente e Júlio de Castilhos.

Aqui, paramos, a espera do ato legislativo para o qual teremos francos sinceros aplausos.

Infelizmente, esse ato não aparecerá tão cedo. E como o mais empenhado por ele, era o diretor da colônia Jaguari, foi esta emancipada e aquele diretor removido, para a que está sendo fundada no município de Passo Fundo.

Distanciado cerca de 300 quilômetros, terá esse operoso funcionário, de esquecer a idéia da fundação do município, que (para não confundir-se como o seu homônimo em Minas Gerais) chamasse-se-ia Borges de Medeiros, como desejam seus mais influentes habitantes.

O Governo do Estado não quererá desgostar a municipalidade e influências políticas da vila de Santiago do Boqueirão, usufrutuária, sem nenhum dispêndio, de uma povoação três ou quatro vezes maior do que aquela vila (como é a sede da colônia Jaguari) nem mesmo desagradar os municípios de São Francisco de Assis, Júlio de Castilhos e São Vicente, dos quais, não convém perder o pouco que cada um deles arrecada de impostos nos núcleos Ernesto Alves, Toroquã, São Xavier e Toropi.

Só com o decurso de mais algum tempo, aumento mesmo extraordinário dessa próspera colônia, poderá ter lugar a criação do novo município.

Só devemos aconselhar aos seus habitantes resignação e perseverança. Não abandonem essa justa aspiração, nem descurem do embelezamento e progresso dessa futura circunscrição colonial.

NOTAS

1) Essa lei não se encontra na coleção da legislação provincial, ficou inédita bem como ficara o ato da presidência da província, que no ano de 1833, ou no ano de 1834, criou as comarcas, termos e distritos para a execução do Código do Processo Criminal.

2) Hoje, além das seis povoações sedes dos núcleos Jaguarí, Ernesto Alves, Toroquã, São Xavier, São Vicente e Toropí, existem outras tantas pequenas povoações denominadas: Marmeleiro, Chapadão, Jaguarizinho, Fontana Fredda, Nova Milano e Nova Belluno.

3) Citado Relatório, página 31.

4) Na produção de 1907 figura uma lista de generos coloniais e artefatos diversos em número de 42, sendo 38 o dos exportados. Quer isto dizer que de tudo acha o colono como ganhar dinheiro.

PARTE QUARTA

A CAMPANHA E A FRONTEIRA

*Quel tableau ravissant présentent les
campagnes!*

Delille

*C'est là, qu'on voit errer les taureaux qui
mugissent, les drébis que belent avec leurs
tendres agneaux bondissant sur l'herbe.*

Fénelon

Capítulo XXVII

ITAQUI

*...Uniting alls society grew numerous,
higs, polite and happy.*

Tompson

À margem esquerda do rio Uruguai e confluência do Cambaí, em ponto quase equidistante de Uruguaiana e de São Borja, está assentada a povoação de Itaqui. A natureza não foi-lhe avara, ao contrário deu-lhe um aspecto sorridente e aprazível.

Extensa e plana campina, limitada por aqueles rio e arroio, ao sopê do cerro pedregoso, de onde são vistos os edifícios, os pomares da cidade e subúrbios, as embarcações surtas no porto, ou em movimento, a subir ou a descer o rio, a vila fronteira de Alvear, a campanha que a rodeia com suas chácaras e estâncias, o estuário da foz do Cambaí, ao Norte, um outro, se estuário pode cognominar-se, da foz do Aguapeí, ao Sul, eis a bela perspectiva da quarta cidade em terreno missioneiro.

Do alto do cerro poderia ser tirada uma vista a vol d'oiseau, mas não sendo-nos dado conseguí-la limitamo-nos a des crever essa povoação, fundada ao acaso e que, sem receber o mê nor auxílio do erário público, sem outro incentivo, que o bom senso de seus antigos habitantes, cresceu e opulentou-se.

Eis o que conseguimos saber da sua origem e progresso.

Histórico

Tinha o nome de Rincão da Cruz, que ainda hoje conserva, a vastíssima campanha a começar da vertente do Botuá, por todo o seu curso e desde um arroio, que lhe serve de contravertente e deságua no Ibicuí e por este até confluir no Uruguai.

Mas o município não fica circunscrito a esse vastíssimo rincão, mas compreende também outra quase igual extensão de campos a dividir com o município de São Borja, pela estrada sobre a Coxilha Geral até uma vertente do Itú (divisa com São Francisco de Assis) e por este até sua foz no Ibicuí.

O Rincão da Cruz, desde o tempo dos jesuítas até a conquista de 1801, era um patrimônio do povo, ou redução da cruz, situado à margem direita do Uruguai e por tanto das Missões Ocidentais.

Na distância de meio quilômetro, se tanto, a partir da-quele povo, existe um passo, no Uruguai, ainda hoje chamado Passo da Cruz.

Quando, após a expulsão dos jesuítas, começou o domínio espanhol, foi colocada uma guarda no passo, e esta se chamou Guardia de la Cruz.

Antes e durante esse domínio, a redução da Cruz possuiu três grandes estâncias no extenso rincão, sendo uma a de São Donato, outra a de Bororé e outra a de Santo Cristo, que deixaram vestígios

Após a conquista brasileira de 1801 perdeu o povo da Cruz esse patrimônio, do mesmo modo que o de São Thomé perdeu o seu, talvez maior patrimônio, do rincão de Cambacóa.

O comandante geral da provincia conquistada das Missões, logo desde 1802, fez provisoriamente (dependendo de confirmação do governo) as concessões seguintes: - ao major Manoel da Rocha e Souza, no próprio local da hoje cidade de Itaqui, uma sesmaria de três léguas quadradas, a Manoel José Corrêa, ao Padre José Paim Coelho de Souza, outra, a Manoel Ribeiro da Silva, em Bororé, duas (6 léguas quadradas) e, pela margem oposta do Cambaí, diversas sesmarias, como as de Gabriel Godinho, Antonio José Gonçalves, Lino Pedro Belmonte, Manoel de Souza Caldas, Athanásio José Lopes, Vitorino Antonio de Camargo, José Antunes Monteiro, Capitão (mais tarde coronel) Joaquim Rodrigues Lima (este no local da estância de Santo Cristo), Antonio Caetano de Araujo, Lino José Pinto, João José Pereira, Joaquim Marcellino de Vasconcellos, Major João Damasceno de Córdoba, Miguel Pereira Simões, Santos José Pereira, J. Pires da Silva, Romoaldo José Pinto, Pedro Belmonte da Silva, José Maria Marques, Francisco de Paula Pereira dos Santos, Sezefredo Antônio de Araujo, Laurindo Pereira Fortes, Elias Galvão de Aquino, Anastácio José Rodrigues, João Antônio do Espírito Santo, Manoel José Machado, Capitão Manoel Pereira d'Escobar (estes ocuparam a estância jesuítica de Santa Maria da Tigana, cujas ruínas ainda vimos em 1856), Tenente-coronel Lourenço Maria de Almeida Portugal (seis léguas quadradas) Evaristo Ornellas, Jerônimo Rodrigues Vieira, João Antonio da Silveira, Vicente Alves de Oliveira, Manoel Machado de Souza (meia sesmaria) com os quais ficaram ocupadas 123 léguas quadradas do Rincão da Cruz.

Além dessa vasta área, obtiveram concessões Antonio Caetano de Araujo, Luiz José da Costa, Venceslau Antônio Pinto entre Puitan e rio Itú, e ainda ficaram campos devolutos, nos quais tomaram posses: José Antônio de Castilho, em 6 léguas qua

dradas, Raymundo Vieira Gonçalves e Manoel Rodrigues Marques, em uma sesmaria, cada um, mas todos eles, posteriormente ao começo da guerra civil de 1835.

Em 1821, quando já contava-se quarenta e duas estâncias, existindo no local da atual cidade três ou quatro miseráveis ranchos, resolveu o comandante geral guarnecer essa situação com um destacamento de 150 milicianos comandados pelo Capitão Fabiano Pires de Almeida; e fê-lo com bastante acerto.

No litoral de Itaqui é o Uruguai, reduzido a 140 metros, se tanto, um canal estreito entre os dois estuários; e, conquanto muito profundo, é fácil transpô-lo com o auxílio de balsas ou canoas ou mesmo animais a nado. Por isso, no tempo em que nem haviam embarcações, em setembro de 1816, estação de grandes enchentes, por aí entrou no território brasileiro e seguiu impávido até São Borja o caudilho André Artigas, como já narramos no capítulo VII.

Foi pois de bom aviso guarnecer este ponto com um acampamento militar, não somente porque seria um impecílio a qualquer invasão dos nossos vizinhos, como então se propalava, mas também porque proporcionava-se o ensejo de fundar-se uma povoação, bem necessária nessa tão extensa e tão deserta linha da fronteira.

Quando os temores da invasão foram dissipados, vieram Fernando Pires, irmão do mencionado Capitão Fabiano e Camillo Justiniano Ruas (mais tarde tabelião em Cruz Alta) trazendo alguns pobres famílias brasileiras e estrangeiras. Traçaram a planta da povoação constando de uma praça e oito ruas bem alinhadas: quatro de Norte a Sul e outras tantas de Leste a Oeste.

Demarcados e divididos os terrenos, começaram as edificações de casas, quase todas de pedras e cobertas de palha. Entre os estrangeiros, que compuseram o vizindário sobressaíam italianos e franceses, na maior parte marinheiros de pequenas embarcações procedentes do Rio da Prata. Esses, dedicando-se ao comércio, favorecidos por um irreprimível contrabando, depressa enriqueceram.

Muitos dos estancieiros trataram de construir casas na povoação. Esta cresceu tanto, que, apesar das perdas sofridas com a invasão de Fructo Rivera em 1826, ainda assim, ao fim de dezesseis anos de sua fundação, foi elevada à freguesia sob a invocação de São Patrício de Itaqui, por lei provincial de 23 de dezembro de 1837.

A esse tempo ia em grande progresso a guerra civil dos farrapos, que também paralizou o aumento da povoação¹). Feita a paz, nem assim foi dado o provimento canônico e a nova freguesia continuou unida à de São Borja, onde nunca foram vistas com bons olhos as vantagens da povoação de Itaqui. Essa pesada tutela durou até 1850, quando foi nomeado pároco e mais tarde colado o padre José Coriolano de Souza Passos.

Em 1853 tornara-se Itaqui uma pequena e ativa praça comercial, tirando à de São Borja o empório do comércio da erva-mate missioneira.

O governo viu-se forçado a estabelecer-lhe uma mesa de rendas para arrecadação dos impostos gerais e provinciais.

Em 1855 aĩ se achou o sábio Martin de Moussi, ido de Buenos Aires visitar as Missões (brasileiras e argentinas) e com pletar a obra, posteriormente editada em Paris, que já tivemos ocasião de citar.

Durante os dias de sua permanência, procurou todas as pessoas antigas do lugar, tomou informações, reduzindo-as a escrito. Assistiu a um baile, dançou e conversou em espanhol com várias senhoras e cavalheiros.

Num momento em que sentou-se a nossa direita encetamos uma conversação no seu idioma pátrio e ouvimos-lhe este assaz honroso conceito: "les villes de la frontiere bresilienne, que j'ai parcouru, jusqu'ici, sont bien avancees en civilization". Tomaríamos por uma frase ironica, dessas que os europeus, mormente os de certa cultura social, costumam aplicar à vida e costumes do Brasil, se não tivesse sido proferida por um sábio tão distinto e por si mesmo tão recomendável.

Em 1856, o cavalheiro Marcello Cerruti, encarregado de negócios da Sardenha, no Rio de Janeiro, foi, por ordem do seu governo, visitar a colônia italiana de Itaqui, da qual precisava informações²).

Com efeito encontrou o Sr. Cerruti: Lombardo, Gregório Erish, Luiz Deluchi (milionário), Manoel di Amico, Luiz Lergio, Remondini, João Banchelli, os irmãos Canepa e outros, uns ricos, outros abastados.

Em 1857, indo em objeto de serviço o juiz municipal de São Borja, surgiram tantas questões forenses, que o juiz aconselhou o povo a requerer à assembléia provincial a criação do município, desde muito necessária. Organizou-se uma representação do povo e o juiz foi o primeiro, sem olhar aos seus interesses, a assiná-la³).

Chegou tarde essa representação à assembléia provincial. Sô passado um ano e dias foi, por lei de 6 de dezembro de 1858, decretado o vilamento de Itaqui, compreendendo, o novo município, metade ou mais, do que então formava o de São Borja.

Também já era tempo. A povoação de Itaqui contava mais de quatrocentas casas habitadas, a sua mesa de rendas, onde todos os dias úteis eram despachados gêneros de exportação em barcos de navegação fluvial e do mesmo modo recebidas mercadorias estrangeiras, despachadas na alfândega de Uruguaiana, tinha uma receita anual de 55:000\$000 réis, termo médio, quase o duplo do que rendia a mesa de rendas de São Borja.

Em 1860 começou a navegação a vapor entre os portos ri beirinhos do Salto, Concórdia, Uruguaiana, Libres, Itaqui, São Borja e São Thomé, sendo empresário o cidadão Marcos de Freitas Noronha, proprietário do vapor Uruguai. Nesse ou no seguinte ano foi separada a mesa de rendas provinciais, até então, como já vimos, formando com a das rendas gerais uma repartição com estrutura distinta.

Antes de tudo isso, fora instalada a municipalidade e o foro.

Quando a povoação contava mais de novecentas casas habitadas e, entre as de comércio, seis importadoras, em comunicação quase diária com Buenos Aires e Montevidéu (de onde de preferência vinham as mercadorias européias) quando existia uma estação naval composta de dois vapores e duas chatas com mais de cem praças da marinha de guerra, a assembléia provincial, por lei de 3 de maio de 1879, concedeu-lhe a categoria de cidade, tendo-a constituído antes cabeça da comarca de São Borja. Posteriormente a sede da comarca reverteu a São Borja, o município de Itaqui foi incorporado à comarca de Uruguaiana; mas com a última organização judiciária do Estado, Itaqui é uma comarca distinta daquelas duas limítrofes.

A instrução pública foi, por muitos anos, recusada à florescente povoação de Itaqui⁴) onde só houve uma aula pública desde 1858 até 1862, como já dissemos no Capítulo VIII. Entretanto por esforços dos proprietários, sempre generosos com os mestres de seus filhos e filhas, conseguiu-se derramar a instrução elementar na cidade e até em algumas estâncias com mestres particulares.

Fundou-se uma tipografia e o competente jornal, colégios, conferenciais públicas, um teatro com espetáculos dramáticos e até líricos, sociedades bailantes onde a mocidade ostentou suas graças e elegância de modo a não invejar as cidades do Rio da Prata, posto destas provenham as modas e até várias peças de vestuário. Não foi exagerado o dizer-se que o Itaqui, desde 1860 tornara-se, uma pequena corte.

O cultivo da música, desse ano por diante, tornou-se um cuidadoso empenho dos pais de famílias, que contrataram e trouxeram de Montevidéu o abalizado maestro John Sansfield, um irlandês de costumes irrepreensíveis.

Nos freqüentes saraus, nas festas da igreja, os ouvidos dos assistentes eram encantados com as ternas melodias do canto italiano, do espanhol e (na igreja) músicas sacras executadas por amadores de ambos os sexos. A todos, porém, sobressaía uma jovem pianista e cantora, mais tarde respeitável matrona falecida em Porto Alegre, em 1909.

E calculada a população em 8.500 almas, ocupando mais de 1.500 prédios na cidade e subúrbios, alguns elegantes, todos sólidos. A população total do município excede de 32.000 almas.

Os passeios à frente das casas e os patios destas são calçados a lajes; quase todos os muros dos quintais são de pedras de grês: esta é abundante em todo o subsolo e no cerro próximo. Basta isso para tornar fácil a edificação, entretanto há olarias nos subúrbios para a fabricação de telhas, tijolos e louça de barro. A cal, a madeira, ferragens e vidros trazidos de longe são caríssimos.

Numa das faces da praça principal, cuidadosamente ajardinada, existe uma igreja de arquitetura singela, edificada e

provida de todo o necessário ao culto, à custa dos fiéis. É consagrada a N. S. da Conceição e serve provisoriamente de matriz. Em outra face da praça, formando ângulo, existe o novo teatro Pjewodowsky e o paço da municipalidade, (pág. 141). Por esforços do atual intendente, foi construído um mercado público, mas não o conhecemos.

O mesmo intendente já realizou a construção de um cais de pedra sobre a margem do Uruguai e está tratando da iluminação à luz elétrica.

A todos os edifícios excede, menos pela arquitetura do que pela utilidade, o arsenal de marinha. É muito superior aos de Porto Alegre e Rio Grande (simples capitânias) e nada falta para bem servir a flotilha estacionada nesse porto e encarregada da vigilância e guarda de toda a fronteira.

Situado na face ocidental de uma das praças, gradeada de linhas de ferro, com jardim e um repuchão no centro, o arsenal tem vinte e seis metros de frente com uma grande porta e seis janelas de cada lado. Nesse plano eram os aposentos do diretor, secretaria, sala dos médicos e receituários, a farmácia, enfermaria dos oficiais de ré, dos de prôa, a dos marinheiros e soldados navais. Segue para o fundo uma área ajardinada, em cujos extremos acham-se, a cozinha, despensa, depósito de combustíveis, convenientemente separados. Aos lados Leste e Oeste duas hortas cultivadas e após estas outra área com o necrotério e uma outra enfermaria, inteiramente vazia, destinada à moléstias contagiosas.

Existia ainda uma sala de armas bem provida de espingardas, revólveres, achas, espadas, profusão de cartuchos e projéteis para canhões; as armas brilhavam de tão limpas; tudo aí era ordem e asseio.

Esse estabelecimento ainda tinha, em compartimentos diferentes, oficinas a vapor de ferreiro e carpinteiro com todo o material e utensílios de trabalho.

Mais ao fundo, quase sobre o barranco do rio, existem dois redutos de aperfeiçoada construção parecendo monólitos. Estão tão guarnecidos, cada um, com uma peça de Whitworth e uma metralhadora.

Ao lado do edifício do arsenal fica uma casa, que era a residência do comandante da flotilha.

No ancoradouro, que é no arroio Cambaí, vimos dois escaletes para o serviço do arsenal, um pequeno estaleiro, o encouraçado Rio Grande, que aí sofreu quase total reconstrução e a canhoneira Greenhalg, já quase desfeita.

Se já houvesse um estabelecimento desses, a flotilha com seus vapores de guerra e chatas, ou fosse a sede do comando em Itaqui, ou, como já foi, em Uruguaiana, ou mesmo em São Borja, essas cidades não teriam sofrido os horrores da invasão paraguaia, que por alguns anos entorpeceu o progresso das povoações ribeirinhas.

Felizmente a onda passou e dos estragos, já não restam vestígios.

Mas entretanto o governo houve por bem dissolver a flotilha, retirar do Uruguai todos os navios de guerra, para a capital federal, com os respectivos oficiais e guarnições, passando o arsenal a servir de quartel de infantaria. Este, guarnecendo a cidade, fica muito bem defendida, se alguma vez for assaltada por inimigos internos ou externos.

Existe, na praça Ipiranga, a estação da estrada de ferro Brasil Geral Southern, pondo esta cidade em comunicação trisemanal com Uruguaiana. Os trens passam o Ibicuí, no passo de Santa Maria, sobre uma ponte (pág. 109) de 1.500 metros. É a maior ponte metálica da América do Sul, dizem os competentes.

Mais adiante, a Leste, existe o cemitério velho, onde foram proibidos os sepultamentos, porque, embora construído longe da cidade, esta, crescendo, envolveu-o. Construiu-se um outro, muito mais distanciado, à margem da estrada geral das carretas. É possível, que a povoação o não alcance tão depressa como ao outro.

Os campos do município de Itaqui são todos ocupados com a criação dos gados de todas as espécies, excetuando o cabrum e o suíno, aliás proveitosos.

Entre os estabelecimentos de indústria pecuária, são recomendáveis as estâncias dos Coronéis Euclydes Arranha, Joaquim Nunes de Souza, Balbino Marques da Silva, Amancio Palmeiro e outros, que tem procurado melhorar as raças dos bois, cavalos e ovelhas.

Os matos, sendo poucos, os fazendeiros têm tido o bom senso de poupá-los. Mas bem valeria a pena plantar árvores como a do pinheiro e outras.

Com exceção dos rios Uruguai, Botuí e Ibicuí dos arroios Cambaí, Passo das Pedras, Santo Cristo, Itú e Puitan (estes em distância longínqua) apenas há água nos banhados de São Donato e outros menores. Estes e todos os pequenos regatos secam inteiramente durante a estação canicular. Para atenuar a seca quase todos os estancieiros tem construído açudes, formando lagoas para bebedouro dos animais e escavado poços para tirar do subsolo água potável, felizmente límpida e doce.

Muitos moradores da cidade, desprezando a água do rio, aliás excelente, tem para seu consumo construído algibes e poços, que não carecem ser muito profundos, para dar-lhes boa e abundante água.

Não obstante a fertilidade de um solo argiloso, as plantações limitam-se, na cidade e subúrbios, a floricultura e horticultura; nas pequenas propriedades da campanha e em algumas estâncias planta-se o preciso para consumo próprio. Essa quase nenhuma agricultura faz com que os legumes transportados de longe e secos sejam obtidos por preços muito altos.

O rio é abundante em peixes. Vimos surubis, dourados, linguados, raíás, pacús, salmões e piabas de grandes dimensões. Alguns moradores da cidade, pobres, vivem da pesca.

Não fosse isso, não fosse a soberba carne do gado vacum e do ovelhum, a alimentação seria insípida, concorrendo para isso a fabricação dum pão inferior ao de S. Borja.

A criação de aves, a apicultura precisam de quem delas se ocupe, devendo auferir vantagens.

Muitos criadores de gados tem, em suas casas, a fabricação de queijos, em nossa opinião, os melhores do Rio Grande do Sul. Essa indústria, que prova a boa nutrição das vacas pela excelência dos pastos, precisa ser exercitada em maior escala.

A cidade consta, atualmente, de cinco praças denomina das Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, Benjamin Constant, José Garibaldi e Pinto Dias (antiga da Marinha) vinte e uma ruas: da Praia, Almirante Pereira de Mello, 28 de Setembro, Ipiranga, Coronel Moreira Cezar, Júlio de Castilhos, Tiradentes, 7 de Abril, Pinheiro Machado, Rincão da Cruz, Ibicuí, Coronel Madureira, Campos Salles, Aristides Lobo, Lucidoro Camarū, 15 de Novembro, 7 de Setembro, Bento Gonçalves, General Rodrigues Lima, Venâncio Aires, Aureliano Barboza, os becos do Cotovello e de São Patrício⁵⁾.

Parte da já considerável edificação dessas ruas conta: 8 casas importadoras, 62 ocupadas com armazéns de gêneros secos e molhados, lojas de fazendas, modas, ferragens, calçado, 2 com alfaiataria e roupa feita, 2 ourivesaria e jóias, 2 seleiros e lombilheiros, 1 chapeleiro, 4 barbearias, 3 hotéis, 2 fábricas de massas alimentícias, 4 padarias, 8 açougues, 2 clubes (um político), 4 médicos, 6 advogados, o pessoal da intendência e governo municipal, juizes, notário, escrivães e mais pessoas do foro.

O clima muito frio no inverno, é excessivamente cálido desde meados de novembro até fins de fevereiro seguinte. Nesse tempo é preferível dormir ao relento, como faz a maior parte dos homens residentes em casas com patios amurados.

Hã, porêm, uma salubridade inalterável⁶⁾ salvo durante o aparecimento (felizmente muito distanciado) do tifo, da varíola ou da influenza, que fazem, ainda assim, poucas vítimas.

Em frente, à margem direita do Uruguai, na esplanada da ma coxilha, existe a já mencionada povoação argentina do Alvear, que em quarenta anos, não conseguiu ser uma terça parte ao menos de Itaquí, apesar dos subsídios, que durante a última guerra civil, lhe prestaram os emigrados rio-grandenses.

Nos dias desocupados, quando não houver melhor diversão, lá vão passear alguns moradores de Itaquí, o que também fazem, vindo a este lado do Uruguai, os vizinhos do Alvear.

Em 1873 comandava a flotilha brasileira o Capitão tenente Estanislau Pjewodowsky (de origem polaca) oficial por demais zeloso da honra de seus comandados, um soldado e marinheiro completo.

Tendo o médico, ao serviço da armada, ido ao Alvear, a chamado de um doente já por ele medicado, lá chegando foi preso e espaldeirado. Conseguindo voltar, no dia seguinte cedo, mostrou ao comandante Pjewodowsky os ferimentos recebidos, informando-o da violência que sofrera. O comandante oficiou imediatamente ao juiz pedâneo do Alvear exigindo a entrega dos culpados.

Sendo a resposta negativa, replicou Pjewodowsky marcando o prazo de quatro horas para a entrega referida, sob pena de ser bombardeado o Alvear.

Não se fez esperar a negativa, mas também não se fez esperar o bombardeio, que causou alguns estragos. Cessaram os tiros de canhão, quando arvorada uma bandeira branca, veio do outro lado do Uruguai uma comissão de negociantes, que unidos a outros de Itaqui, fizeram ver ao exaltado chefe brasileiro a impossibilidade da entregados criminosos, que, tendo perpetrado o atentado, puseram-se em fuga.

Os verdadeiros culpados eram as autoridades locais de parceria com um improvisado médico italiano, seu protegido; mas era preciso aceitar a desculpa e cortar uma questão internacional, que poderia ter sérias complicações.

O Capitão tenente Pjewodowsky foi exonerado do comando, preso, submetido a conselho de guerra, e obrigado a pedir e conformar-se com reforma no seu posto, mas a população de Itaqui nele venerou um herói, digno de melhor sorte e deu seu nome ao seu único teatro.

Já teríamos tratado das receitas municipais e estadual, se nos houvessem prestado as informações pedidas. Só depois deste capítulo, prestes a imprimir-se, conseguimos saber, que no último ano financeiro, foram arrecadadas as quantias seguintes:

Receita municipal	140:000\$000
Dita estadual	130:197\$189
Dita federal	65:217\$738
Pagando o povo Réis	341:414\$927

Do movimento comercial (importação e exportação) nada conseguimos saber. Mas a importância de qualquer desses termos de receita é uma prova de quanto prospera o comércio local.

A cidade tem uma agência de correio de terceira classe, uma estação telegráfica, uma pequena tipografia com um jornal partidário denominado A Ordem.

Antes desse houve vários outros iguais no estilo e todos ao sabor da política dominante, quer antes e quer depois do advento da república.

Cessou, há alguns anos, o estado lastimoso da instrução elementar, e posto carecendo ainda de alguns melhoramentos, con-

tudo conta-se na cidade duas aulas de segunda entrância para cada um dos sexos, cinco de primeira entrância, inclusive as dos subúrbios e quatro apenas nos distritos da campanha.

Antes de deixar esta cidade, permita-se-nos consagrar algumas linhas à memória de um amigo, um quase irmão, tal foi nossa intimidade.

Esse foi o cônego José de Noronha Nâpoles Massa, outrora vigário de Cruz Alta e ultimamente de Itaqui, onde, apesar de geralmente querido, acabou tragicamente.

Quando tomou conta dessa última paróquia, entregaram-lhe um índio com quatro anos de idade, órfão, inteiramente abandonado.

O demasiado mimo, com que criou esse menino de índole perversa, foi recompensado uma noite com o assassinato traiçoeiro do seu benfeitor⁷⁾.

Uma vez tratando dos que já passaram, sejamos lícito comemorar algumas pessoas, que muito se salientaram no engrandecimento da cidade e município de Itaqui e foram: Coronel Manoel dos Santos Loureiro, sua virtuosa viúva Dona Antônia Lopes Loureiro, que excedeu de noventa anos, robusta e em plena lucidez, os Coronéis Antônio Fernandes Lima, Joaquim Nunes de Souza, Tenentes Coronéis José da Luz Cunha Júnior, José Joaquim d'Assunção, Manoel Pereira do Valle, vigário José Cariolano de Souza Passos, José Maria Fontela, Braz Pinto de Aguiar, Francisco José Pereira Coimbra, Marcellino Lacroix, Manoel Barboza d'Oliveira, José Joaquim d'Oliveira Gomide, Pedro Antônio de Miranda, Francisco José da Cruz, Henrique Cadeac, Porfírio Gonçalves Cabral, Palemon de Miranda Cruz, Orlando C. da Fontoura, os centenários Gabriel Godinho e Manoel Pereira d'Escobar. Todos esses e outros, que foram longo mencionar, legaram bons exemplos aos que vivem e são continuadores de suas boas obras.

Tais são as informações que podemos dar sobre a cidade e município de Itaqui, de onde foram-nos negados todas as informações pedidas com exceção da nomenclatura das ruas e praças, prestadas por um amigo, único que nos respondeu. Afora isso tivemos que aproveitar nossas reminiscências, o exame do registro das terras possuídas, o relatório do intendente, correspondente a 1907 e nossa passagem de algumas horas, em 3 de maio de 1908.

O correio do Povo desta capital em seu número de 13 de fevereiro de 1910, publicou alguns trechos da última mensagem, que o intendente dirigiu ao conselho municipal, mas por esse do

cumento não vimos, que a sede do município e este davam-lhe uma medida ou obra necessária de sua administração.

O mesmo mercado público, que tão grande dispêndio custou aos cofres municipais, é um edifício improdutivo e sem o qual bem poderia passar a cidade, como passam outras e mais bem desenvolvidas; contudo sempre é, informam-nos, mais elegante, que os de Pelotas e Bagé.

Melhor fora o aproveitamento da enorme quantia e débito contraído com o encanamento da excelente água do rio até a cidade, a remoção do lixo e materiais fecais. Assim estaria a cidade em melhores condições sanitárias.

Mas o intendente preferiu o edifício de sua planta, que legará aos pósteros sua passagem pelo governo local.

Quando a população duplicar, talvez o mercado lhe preste melhor serviço; atualmente, nem mesmo obrigando todos os vendedores de frutas, hortaliças, etc., a nele estacionarem, dará para a receita municipal um lucro compensador do capital dispendido.

NOTAS

1) Informou-nos um ilustre colega, por muitos anos residente e proprietário em Itaqui, terem os herdeiros do Major Rocha pedido ao governo republicano uma indenização pelo terreno da sesmaria ocupada com a povoação. Não tinham direito a isso, porque, em todas as sesmarias é consignada a condição de ser cedido o terreno necessário para uma povoação e para estradas.

Entretanto, intervindo o General Canabarro, foi-lhes paga a quantia de 2:000\$000 réis pelo terreno da povoação e meia légua em quadro para o logradouro dos habitantes.

Indenização igual, consta-nos, foi feita a Manoel Joaquim do Couto pela fundação da freguesia de Uruguaiana, numa das suas sesmarias, exatamente a da margem do Uruguai.

2) Pensamos mais tarde, que a visita desse diplomata teria antes por fim obter de seus patrícios donativos para a campanha empreendida por Vitor Emanuel, Cavour e Garibaldi da unificação da Itália, do que informar-se do estado próspero dos imigrantes aí estabelecidos sem proteção de ninguém e que adquiriram, pelo comércio, importância pessoal e fortuna.

3) O que rendeu a esse juiz uma guerra sem trêguas, promovida pelo vigário que era ao mesmo tempo o venerável da loja maçônica Cordialidade ao Oriente de São Borja. O juiz porém, triunfou completamente dessa cruzada, destruindo com prova superabundante, todas as acusações caluniosas e não sendo sequer pronunciado.

4) Não foi só a instrução pública. O serviço postal mereceu nesse lugar a mais completa indiferença do governo. Não havia então uma agência do Correio, as cartas, os jornais da capital eram obtidos por conduto particular. A correspondência oficial, quando não era conduzida por este meio, era-o por soldados do destacamento, em viagens para Uruguaiana, São Borja ou Alegrete, que tinham agências postais. Em 1857 resolveram os comerciantes estabelecer uma agência particular com estafetas para São Borja, Uruguaiana e povoações argentinas fronteiras. Isso foi-lhes proibido, até que em 1859 instalou-se uma agência, e esta apenas duas vezes por mes remetia e recebia malas da de São Borja, unicamente!

Adicionaremos a esta nota, que a cidade, depois de ter providas suas aulas públicas nos últimos anos do regime monárquico, continua a tê-las do mesmo modo.

5) Notamos que a edilidade itaquienense desse a suas ruas e praças nomes de cidadãos, que nunca aí estiveram, nenhum benefício prestassem à cidade ou ao município, deixando em óvido nomes, dos que muito pugnaram por seu engrandecimento e dotaram a cidade com bons prédios.

6) Vimos, num jornal da fronteira, a notícia (que causou espanto) de serem inumados no cemitério extramuros de Itaqui, cinquenta e seis cadáveres em outubro de 1902.

Calculando a população da cidade por seu último recenseamento, adicionando a de fora até a distancia de vinte quilômetros, de onde os cadáveres são trazidos para esse cemitério, vê-se que a mortalidade da cidade e dessa porção da campanha não excedeu durante esse mes excepcional, de cinco a seis pessoas por milheiro.

E que estavam acostumados a um obituário de cinco a nove pessoas mensalmente, havendo semanas sem um único sepultamento.

7) Pelo que, foi condenado e findou seus dias na cadeia de Porto Alegre.

Capítulo XXVIII

ALEGRETE

La commune... c'est la vraie patrie, est celle que nous voyons, que nous connaissons dans tous ses details, est celle tous nos sens saïssissent.

Sismondi

Ao tempo da conquista, todo o território à margem esquerda do Ibicuí, entre o rio Santa Maria, Uruguai e Quaraí, estava inteiramente deserto, como já dissemos.

Por única exceção podia notar-se alguma das tribos nômades dos charruas, concentrados então em ambas as margens do Quaraí.

A excelência, porém, da vasta campanha sobre as dos povos de Missões, concedidas aos soldados da conquista, despertou a atenção dos aspirantes ao exercício da indústria pecuária.

E foi assim que Manoel João Pinto, em 1806, facilmente conseguiu quatro e meia léguas quadradas dentro do território, que hoje constitui o Alegrete. Seguindo-lhe o exemplo, solicitaram e obtiveram concessões em diversas localidades: Antonio Pacheco de Lima, Hipólito Francisco de Paula, Manoel José Dornellas, Capitão Francisco José d'Almeida, Manoel Machado Teixeira, Laurindo Rodrigues Jacques, Manoel Alves de Moraes, Manoel Martins de Mello, Damazio José Severo, Feliciano Rodrigues da Rosa, Felisberto Nunes da Silva, Luiz Pacheco Prates, Zeferino Nunes Coelho, Luiz José Rodrigues, Joaquim Francisco de Moura, Manoel Gonçalves da Trindade, Capitão-mór Manoel José Pires da Fontoura Casado, Francisco de Paula Pacheco, Antonio Duarte do Amaral, Sargento-mór José Inácio da Silva Abreu, Victor Antonio Guterres, Joaquim José Brochado, Sargento-mór Bebiano José Carneiro da Fontoura, Inácio Adolfo Charão, João Lemes da Silva, Constantino Machado Teixeira, Januário d'Ávila, Luiz José Ramos,

Santos José Pareira, Joaquim Rodrigues d'Oliveira, Eleutério Soares de Souza, Francisco Coelho Leal, Policarpo Pinto d'Oliveira, todos com a extensão de uma sesmaria (três léguas quadradas) mais ou menos. Obtiveram ainda: Antonio Joaquim Barbosa (quatro e meia léguas quadradas), o Major João Antonio de Moraes (dez léguas quadradas), José Rodrigues Ribas (nove léguas quadradas), José de Souza Brasil, Dona Florinda Clara d'Oliveira, Vasco Pereira de Macedo e Dona Maria Núncia d'Oliveira as quatro sesmarias, que foram logo vendidas a Antonio Martins da Cruz Jobim, o Tenente-coronel José de Abreu, nove léguas quadradas e outros que mencionaremos quando tratarmos dos municípios de Uruguaiana, Livramento e Quaraí.

Assim distribuída e sem demora ocupada a campanha de Alegrete, os estancieiros trataram de fundar uma povoação e edificar uma capela, que seria um ponto de convergência para o culto externo (pois que todos eram católicos) e para sua existência social. Libertavam-se, ao mesmo tempo, das contingências de ir mendigar os sacramentos na paróquia de São Borja, distante de 160 a 215 quilômetros, atravessando com alguns dias de viagem, e por extensos campos, onde, com o interstício de algumas léguas, avistava-se uma rara habitação, além das dificuldades e perigos na passagem pelos rios caudalosos e banhados extensos.

Tomou a iniciativa um varão distinto pelos relevantes serviços prestados a sua pátria, bem quisto e respeitado por toda a população. Esse homem foi o bravo Tenente-Coronel José de Abreu, mais tarde General e Barão de Cerro Largo.

Possuidor de grande extensão dos campos, que já mencionamos, à margem esquerda do Inhanduí, cedeu uma fração regular para a fundação da povoação e para o seu Rossio ou logradouro, devendo os proprietários das casas a construir pagar um foro, para sustentação da capela, que seria dedicada à Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Passava-se isso em 1812.

Decorridos três ou quatro anos, a povoação ia progredindo, já contava cerca de quarenta casas, quando em 1816 uma força dos chamados Independientes, depois de haver talado todos os campos desde a Banda Oriental até o território brasileiro, caiu sobre a nascente povoação, saqueando todas as habitações e casas de negócio, destruindo tudo pelo incêndio, inclusive a capela.

Dava-se isso, quando a guarnição da povoação estava ausente, e marchava pelo território do Ibicuí, invadido pelo caudilho André Artigas. Tinha este assediado o povo de São Borja, que foi libertado, como mostramos no capítulo VII, pela força a mando de José de Abreu.

Em 1817, o Marquês de Alegrete, sendo ainda governador e Capitão-General do Rio Grande do Sul, marchou de Porto Alegre para a fronteira e conseguiu expurgá-la dessa horda de caudilhos orientais.

Para consolar seus fiéis soldados dessa parte das Missões, especialmente o bravo Comandante Abreu, promovido já a Coronel, designou o Marquês para a povoação e capela, um novo local, à margem do Ibirapuitan, seis léguas distantes do Inhanduí.

A capela nova teve a mesma invocação da incendiada e a nova povoação foi chamada Alegrete, em testemunho de gratidão a seu protetor, o referido Marquês.

Aí estacionou a força do comando de Abreu, e esse fato deu logo incremento à povoação, hoje cidade de Alegrete.

O Marquês, titular de uma povoação homônima em Portugal, recolheu-se a Porto Alegre, de onde solicitou e conseguiu provisão do bispo do Rio de Janeiro para instituição canônica da capela curada de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete. Esse ato foi aprovado pelo rei Dom João VI.

Com a remoção do Marquês para o governo de São Paulo, succedeu-lhe no do Rio Grande do Sul, o Conde da Figueira, o qual nada deu nem tirou à nascente povoação.

Em 1828, foi incendiada a nova igreja, quicã casualmente. Então, quase numa extremidade da praça, única, foi construída a capela, que ainda serve de matriz, tendo o Tenente-Coronel José Antonio Martins cedido o terreno, que era seu.

A esse cavalheiro, ao Tenente-Coronel Cláudio José de Abreu (filho do glorioso fundador de Alegrete, morto em combate) a Antonio José d'Oliveira (concessionário das sesmarias dos Três Capões, entre Inhanduí e Ibirocaí) ao Capitão Jacinto Guedes da Luz, aos Generais Bento Manoel Ribeiro e Olivério José Ortiz e a outros grandes fazendeiros, deveu Alegrete valiosos subsídios para sua fundação e desenvolvimento. O que, porém, mais concorreu para o aumento dessa povoação e para a consideração que os governos sempre lhe dispensaram, foi a permanência de uma força de guarnição até que explodiu a guerra civil de 1835. A força teve de merchar (se bem que com algumas deserções) para a campanha em defesa do governo da monarquia, mas pacificada a província, aí estacionou logo um dos corpos.

O território de Alegrete, que como toda a província de Missões, fora, por provisão de 1809 (Capítulo VIII), incorporado ao município de Rio Pardo, por um decreto posterior (o alvará de 26 de abril de 1819) passou a pertencer à nova vila de Cachoeira

Por decreto de 5 de outubro de 1831, a povoação de Alegrete foi elevada a vila. Conquanto muito pequena, era, como simples curato, a sede de um território com circunferência maior de 800 quilômetros, porque compreendia os territórios que hoje formam os municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana, Quaraí e Rosário.

Em 1834, por ocasião da execução do Código de Processo Criminal do Império, ficou fazendo parte da Comarca de Missões composta dos termos: de São Borja (a sede), Cruz Alta e Alegrete. Mais tarde essa Comarca compreendeu também o termo de Uruguaiana, criada em 1847.

O primeiro juiz de direito foi o Doutor Agostinho de Souza Loureiro, antigo ouvidor em Minas Gerais. Homem velho e tímido nunca foi (ao que consta) presidir uma sessão do júri em Alegrete, onde esse tribunal só funcionou depois da pacificação de

1845, quando era juiz de direito o Doutor José Gaspar dos Santos Lima, que todos os anos vinha de Cruz Alta, onde residia, presidir uma sessão judiciária e abrir correição nos termos da fronteira, inclusive depois de 1847, o novo termo de Uruguaiana, fazendo todos os anos uma viagem a cavalo (nem outra era possível) de mais de 600 quilômetros.



Ponte natural do Cerro Negro (município de Alegrete).

Era martírio do juiz e a inobservância do código que mandava reunir todos os anos duas sessões do tribunal do júri, em cada um dos termos das comarcas, foi remediado pela lei provincial de 22 de outubro de 1850, criando a comarca de Alegrete, compreendendo esse e o termo de Santana do Livramento, nesse ano criado, ficando sob a jurisdição de um juiz de direito três municípios, cujas sedes, distavam entre si de 120 a 180 quilômetros.

O governo, entretanto, apesar da lei provincial de 1850, só nomeou juiz de direito para Alegrete em 1854.

São essas as fases por que passou essa cidade da campanha rio-grandense, tão importante como era, encarando-a debaixo do ponto de vista comercial e político, tendo sido, durante o período revolucionário, por vezes amovível, nos dez anos de seu domínio.

Durante esse período, a vila pouco ou nada aumentou, mas, depois da pacificação, surgiu uma verdadeira era de progresso.

Já haviam desaparecido da cena da vida muitos dos fundadores da povoação de Alegrete. Os sobreviventes eram já bastante velhos, entretanto, secundados pelos advogados João Nunes da Sil

va, Mathias Teixeira de Almeida, Manoel de Freitas Valle (um verdadeiro gênio mercantil), seu sogro Luiz Inácio Jaques²), um filho deste por nome Simplicio Jaques, Manoel Francisco Baltar, Leonardo Macedônia, Antonio Gomes Pereira, Gaspar Nunes de Miranda, Innocêncio Antonio Cassal, os Doutores José Carlos Pinto e Francisco de São Brito, os Majores Zeferino da Cunha, Libindo Nunes Coelho, Galdino de Freitas Noronha, Duarte Silveira Gomes, Venâncio Mathias de Azevedo, Manoel Jerônimo Jardim, Antonio Mendes Ferreira, Antonio Máximo Gomes da Silva, José Velloso Pacheco, Vasco Alves Pereira (o legendário Barão de Santana do Livramento), e outros, hoje infelizmente esquecidos, foram os mais bem inspirados fatores do progresso da sede do município em sua nova fase.

Se bem que vindo ao mundo muito mais tarde, o cidadão Luis de Freitas Valle, filho do opulento capitalista Manoel de Freitas, empreendeu e levou a efeito a emancipação dos escravos no município, pelo que o governo imperial agraciou-o com o título de Barão de Ibirocaí.

Por lei provincial de 22 de janeiro de 1857, foi a vila elevada à categoria de cidade.

Nesse mesmo ano foi-lhe tirada, para constituir município, a extensa paróquia de Santana do Livramento, e esse desmembramento reduzindo a metade ou menos o vasto município de Alegrete, este, nem assim, deixou de pesar na balança política do Rio Grande do Sul.

Sempre consultados os homens aí mais influentes, os do centro, em Porto Alegre, não organizavam uma chapa de candidatos, sem essa consulta e acordo.

Alegrete impunha-se e predominava sobre todo o território das antigas Missões.

Como praça comercial era, entre todas as da fronteira, a mais acreditada.

Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Montevideu, Buenos Aires, e o próprio Rio de Janeiro, dispensavam às maiores casas comerciais de Alegrete uma confiança quase ilimitada, sem que nunca tivessem ocasião de arrepender-se.

Isto pelo lado mercantil.

Quanto a vida social, nenhuma povoação da campanha, tem-na tido mais abundante em franqueza e cavalheirismo.

Não é só na cidade que nota-se isso.

O camponês de Alegrete e de todos os municípios dele desmembrados, sem abandonar os usos primitivos, tais como, o seu baual para montaria, gordo, luzidio, de cola (a cauda) atada, com arreios prateados, suas chilenas ou esporas grandes de prata maciça, seu rebenque de fina trança de lonca (pele de potrilho recém nascido e morto) com anéis de prata ou de ouro no cabo, chapêu desabado e pala de vicunha (tecido fino de lã) lenço grande de seda ao pescoço, tem na sua casa os mesmos costumes do habi-

tante de qualquer cidade culta e todas as atenções por seus hóspedes ou visitantes.

Se o estancieiro e a família estão ausentes, o capataz procura, quanto pode fazer nesse ponto, as vezes do patrão.

O que no capítulo XI, incidentemente dissemos sobre a cidade de Santa Maria, tem cabimento sobre a de Alegrete, onde, há muitos anos (se bem que de passagem), observamos a mesma confraternização das famílias e a esmerada educação das senhoras.

Se Cruz Alta era o vergel da região serrana, Alegrete disputava a São Gabriel e a Bagé, ser considerado o éden da campanha rio-grandense.

Já não era uma cidade tão pequena, quando vimos-la pela segunda vez, em 1873.

De então e até a data atual, sabemos, por dados oficiais, que é uma cidade dividida em vinte e nove ruas, sendo treze de Norte a Sul, denominadas: 7 de Abril, dos Andradas, General Sampaio, General Netto, Conceição, Luis de Freitas, Itapirú, Corô nel Cabrita, José Bonifácio, Visconde Tamandaré, Tiradentes, Joã quim Antonio, David Canabarro; dezesseis de Leste a Oeste, a saber: Affonso Nina, Venâncio Aires, General Vitorino, Riachuelo, Barão do Amazonas, Ipiranga, Maris e Barros, Barão de Cerro Largo, General Vasco Alves, 20 de Setembro, Marquês do Alegrete, Mã rechal Floriano, Bento Gonçalves, Dr. Severino Ribeiro, Visconde do Rio Branco e General Bento Manoel. Além das ruas, conta a cidade três praças: 15 de Novembro, General Osório e Clube Emancipador.

As praças são perfeitamente quadradas, as ruas largas e bem alinhadas, contando-se numas e em outras 1644 casas habitadas.

É a edificação em geral singela, sobressaindo todavia a pequena igreja matriz, a capela ou império do Divino Espírito Santo, o hospital de Caridade, a cadeia civil, a estação da estrada de ferro, o quartel ocupado com o batalhão de guarnição federal (atualmente o de nº 30), o teatro 13 de Maio, a intendência municipal e o pequeno quartel da força municipal.

As casas particulares são ocupadas com a loja maçônica Triunfo da Razão, uma estação telegráfica, independente da estrada de ferro, uma agência de correio de 3ª classe, uma tipografia com o jornal Gazeta de Alegrete, 66 casas comerciais, desde 3, que são compram e vendem por atacado, até as de varejo em fazendas, gêneros secos e molhados, ferragens e miudezas, 6 açougues, 3 padarias, 3 hotéis, 4 cafés com bilhares e refrescos, 4 oficinas de ourives, 3 latoeiros, 6 ferreiros, 5 alfaiatarias, 3 marcenarias, 6 sapatarias, 12 carpinteiros, 7 pedreiros, 2 tanoeiros, 5 farmácias, 4 médicos, 6 advogados, juizes e mais pessoal da justiça de primeira instância, 1 intendente, 3 subintendentes e mais pessoas do governo municipal, a delegacia judiciária e hoje, por segunda vez, a sub-chefatura de polícia da terceira região.

Nos subúrbios, numa elevada coxilha, existe o cemitério extramuros com a capela mortuária; em outro extremo oposto existe a ponte mista sobre o Ibirapuitan, construída sob a direção

do engenheiro Nunes de Miranda, natural dessa cidade, um belo talento ceifado em plena mocidade. Também existe a ponte metálica da estrada de ferro.

Como é sabido, o governo havia contratado com a Companhia Brasil Great Southern a construção da estrada de ferro entre as duas cidades de Uruguiana e Alegrete, e essa funcionava em viagem trisemanal, quando o mesmo governo empreendeu a construção da estrada de ferro desde Alegrete até Cacequi, pelo 29.º batalhão de engenheiros sob o comando e direção do Coronel Bento Ribeiro Carneiro Monteiro. Já esse longo trecho ia a mais de meio, quando o governo em novo contrato com a Companhia belga Chemins de Fer Auxiliares du Bresil resolveu encampar a estrada de Uruguiana a Alegrete e entregar ambas à Companhia belga, arrendatária da linha da Margem de Taquari até Cacequi. Essa companhia acabou o que restava fazer na estrada de Alegrete a Cacequi, adquiriu ainda, por arrendamento, as estradas do Rio Grande a Bagé e desta cidade até Cacequi, passando por São Gabriel e finalmente a estrada de ferro de Porto Alegre à Taquara do Mundo Novo, ficando com o domínio útil de toda a Viação Férrea Rio-Grandense que passou a ser o seu título.

Com isso lucrou muito Alegrete, porque com uma viagem de dois ou três dias, estará em comunicação com a capital, com Rio Grande e pontos intermediários, gastando portanto, uma quinta parte do tempo, que antes custava uma viagem à cavalo para quaisquer daqueles pontos terminais.

Não menos vantajoso tornou-se para o comércio, o transporte das mercadorias, apesar das taxas elevadas da estrada de ferro. As estações desta estrada, a partir de Alegrete são: Palma, Passo Novo, Tigre, Jacaqui, Itapevi, Saican e Cacequi (onde é o bufete para o almoço), depois seguem Umbu, São Lucas, São Pedro, Canabarro e Santa Maria, de onde o trem só no dia seguinte seguirá para Porto Alegre.

Em consequência dos desmembramentos feitos para a criação dos quatro municípios circunvizinhos, ficavam ao Alegrete sendo limites: ao Sul, com o de Quaraí, pela Coxilha de São Rafael e de Santana e pelos arroios Paipasso e Inhanduí; ao Oeste com o de Uruguiana pelo arroio Ibirocaí; ao Norte com os de Itaqui, São Francisco e São Vicente, pelo rio Ibicuí; a Leste com o de Rosário pelo arroio Itapevi.

Como se não bastasse ficar o município tão reduzido, três povoações, em terras dele desmembradas, tornaram-se mais importantes do que a sua antiga sede, Uruguiana, que desde sua elevação à vila preparava-se para levar vantagem sobre Alegrete, conseguiu-a por fim. Alguns anos depois, Santana do Livramento, pela sua posição na linha da fronteira oriental, pelo seu contato diário com a cidade de Montevidéu, tornou-se mais rica e populosa do que as duas cidades rivais. A de Quaraí, embora pouco menor, pode-se considerar mais importante do que a cidade de Alegrete, por causa do seu grande comércio de exportação, quer das charqueadas, quer de outras fábricas.

Mas, nem por tudo quanto foi preciso tirar-lhe, Alegrete ainda não perdeu de todo aquela antiga preponderância, nem deixará de ser uma das mais ricas circunscrições do território compreendido na conquista de 1801. 3)

Pelo último recenseamento a população da cidade é de 5.638 habitantes, que com a da campanha eleva-se a 17.860, salvas as inevitáveis omissões

O território de Alegrete consta quase que exclusivamente de campos ocupados com a criação de gados, no que são inextinguíveis. Os pastos são iguais aos de Santana do Livramento, Bagé e Uruguaiana e por isso a indústria pecuária tem sido em todos os tempos a base da riqueza do município. Reduzidas, como estão, as terras ocupadas com a criação de gados, mesmo assim povoam as grandes e pequenas estâncias 840.715 reses, 338.800 ovelhas, 93.000 animais cavallares, 2.060 muars e a criação ainda muito moderna de suínos com cerca de 4.000 cabeças, tudo isso bem recenseado. 4)

Sob a verde relva, que se distende por toda a campanha, observa-se uma terra argilosa em muitos lugares preta, indicando a fertilidade, mas como o subsolo é em grande parte pedregoso, a agricultura continua a ser quase nula. Nessas terras, porém, seria proveitosa a cultura da vinha. Na cidade e subúrbios é escassa a hortaliça e por isso seus habitantes alimentam-se com as carnes dos gados vacum, ovelhum, suíno, aves e com as farinhas e grãos importados de muito longe. O peixe do Ibirapuitan é muito escasso.

Os matos são raros em muitas estâncias, por isso, quando estas são judicialmente divididas, muitos condomínios suscitam grandes questões para tê-los exclusivamente seus. Já patrocinamos, perante a Relação de Porto Alegre, uma causa, em que os herdeiros do campo comum reservaram, para servidão de todos, um campo de matos, que se ficasse exclusivo para um, não teriam os outros combustível para seus fogões.

Afirmam existir minas de ferro, cobre, enxofre, o que é acreditável, por algumas raras amostras e pelos efeitos de algumas águas em cacimbas abertas em diversos lugares.

A cidade está na altitude de 98 metros sobre o nível do mar, em 29º, 46' e 58'' de latitude austral, 120º, 33' e 1'' de longitude ocidental.

O clima não é dos mais salúbres. O obituário atinge anualmente a 160 sepultamentos, mais ou menos, no cemitério extramuros, o que é muito, comparado com o que se passa em Cruz Alta, onde a população é quase igual a de Alegrete.

Apesar de ser certo que os médicos têm sempre que fazer, nem por isso muita gente deixa de morrer de velhice.

Existe uma pequena força policial, paga pelos cofres municipais, composta de um alferes (o comandante), dois sargentos, quatro cabos e vinte e um soldados, inclusive o corneteiro, todos de cavallaria.

As rendas públicas são assim discriminadas:

Receita Municipal em 1908	162.547\$300
Receita Estadual em 1908	148.307\$485
Receita Federal em 1908	43.531\$800
	354.386\$585

A cidade de Alegrete possui uma biblioteca pública a cargo da municipalidade, fundada em 1877, e que já possui mais de 1.000 volumes doados por particulares. Reduzidos a menos da metade, conta atualmente mais de 700 volumes, com tendência para grande aumento devido aos esforços do ex-Intendente Coronel Freitas Valle Filho.

Deve o município a esse infatigável administrador, entre outros melhoramentos, a execução, durante o ano de 1903, de onze obras diversas, sendo a mais importante a ponte sobre o rio Caveira, com a extensão de 105 metros, sobre dois encontros e seis pilares, na importância maior de 100:000\$000 réis.

Quanto a imprensa, sabemos que desde 1859, ali existia uma tipografia, na qual se imprimia um jornal bisemanal denominado O Alegretense, e dele lemos diversos números nesse e em cinco anos subsequentes. Depois houve vários outros de duração efêmera, cujos nomes não nos recorda, mas atualmente a folha noticiosa e política do lugar é a Gazeta de Alegrete.

Por ocasião da guerra contra o Paraguai, aí esteve o Imperador Dom Pedro II, com seus genros, ajudantes de campo, ministro da guerra e mais comitiva imperial.

A câmara municipal, auxiliada pelos homens ricos do lugar, improvisou o paço imperial no pequeno sobrado à praça então chamada da Matriz. Aí foram assinados alguns decretos, que vêm na coleção das leis de 1865.

O monarca e sua comitiva não regatearam elogios ao acolhimento prestado pela população alegretense.

Durante o tempo em que foi pároco nessa cidade, o padre Custódio Joaquim da Costa (de 1860 a 1865) ele e seu irmão Guilherme Costa, ex-oficial da armada, abriram um colégio com internato e externato para o ensino dos preparatórios exigidos para admissão nas faculdades civis e escolas militares. Esse estabelecimento ia muito bem, quando, pela superveniência da citada guerra, fechou-se e por longos tempos não se abriu outro igual.

Hã pouco mais de um ano estabeleceram colégios: os irmãos maristas para o sexo masculino contando, em poucos meses, mais de cem alunos entre internos e externos: as irmãs de Santa Catarina para o sexo feminino com pouco mais de metade desse número em alunas. Esses estabelecimentos são entre si independentes, os irmãos maristas não são sacerdotes, as irmãs catarinenses, conquanto observem regra e votos iguais aos das franciscanas de São Leopoldo, estão sujeitas a sua superiora em Porto Alegre.

Hã mais dois colégios ou escolas particulares, uma para o sexo feminino com educação religiosa, outra para o masculino com ensino leigo. Mas a instrução primária, que a Constituição do Império garantia para todos os cidadãos, encargo esse que o Ato Adicional transferiu às províncias, é dispensada e com profusão no município de Alegrete, pois conta 14 aulas públicas na cidade, sendo 5 estaduais e 9 municipais. Nos distritos, hã uma aula por conta do estado no 3º distrito e 6 nos demais, pagas pelos cofres municipais, 22 escolas públicas para uma população que, como vimos, pouco excede de 22.000 almas.

A cidade possui uma regular enfermaria militar e um hospital de caridade. Este foi fundado em 1876, tendo sido gastos quatro anos em sua construção.

Hã pouco mais de dois anos, a administração interna foi confiada às irmãs de Santa Catarina, que aos desvelos pelos doentes em tratamento, trazem com irrepreensível asseio a capela do estabelecimento, consagrada a Santa Rosa de Viterbo (que a igreja celebra a 4 de setembro). bem como as ante-salas, gabinete cirúrgico, enfermarias e mais cômodos do edifício.

Isso observamos em nossa passagem pela cidade a 9 de maio de 1908.

No salão de honra pendiam da parede os retratos de Dona Luiza de Freitas Valle, seus filhos, o Barão de Ibirocaí, Coronel Manoel de Freitas Valle Filho e seu genro o Doutor Antonio Joaquim da Silva, considerados benfeitores desse pio estabelecimento, bem como o esforçado português José Joaquim Portella.

A cidade de Alegrete conta as seguintes sociedades destinadas a vários fins, tais como: — a do teatro 13 de Maio, antigo Teatro Independência, o Clube Cassino Alegretense, a Associação dos Empregados do Comércio, a Musical Filhos de Euterpe. Conta ainda o Clube Beneficente das senhoras, a Beneficência Alegretense (filiais da maçonaria) os clubes Luz e Verdade e Triunfo da Razão, este uma loja maçônica.

Os únicos edifícios públicos são: o quartel do 3º batalhão de infantaria, único próprio nacional, o palácio da intendência, a Caridade, dos quais já falamos, a estação da estrada de ferro e a capela, que serve de igreja paroquial.

Não se recomendam, se não pela utilidade que prestam, os chafarizes e fontes públicas.

Um dia porém, chegará, como reclama a salubridade da população urbana, em que, por meio de maquinismos apropriados, se já elevada a água o Ibirapuitan a uma forte caixa, acima do nível da cidade, para daí distribuir abundante água potável a todas as habitações e edifícios públicos. Isso é difícil e custoso, mas não é impossível, e audaces fortuna juvat.

Já existe a iluminação elétrica, já existe a viação férrea, pondo o Alegrete em comunicação com a capital do Estado, em dois dias (e não em dez ou doze, como outrora) o mais, será um complemento da reivindicação do que já foi essa outrora importante cidade da campanha.

Addendum

Dávamos por concluído o que neste livro tínhamos que dizer sobre Alegrete, com algumas correções feitas por ocasião de nossa última e rápida passagem por aquela cidade. São desejávamos ver no prelo essa parte do nosso trabalho, cuja impressão foi retardada por motivos de que não somos culpados. Eis que, veio surpreender-nos a aparição de uma monografia sobre este município, trabalho devido à pena do Sr. Luiz Araújo Júnior, secretário da respectiva intendência.

Foi editado no estabelecimento tipográfico, livraria e encadernação denominada O Coqueiro, dos Irmãos Prunes & Cia., daquela cidade.

É um volume em 8º francês de mais de 300 páginas, com 144 notas, 1 mapa do campo Inhanduí, 19 estampas, muitos retratos e biografias, fototípias de ruas, avenidas da cidade e das principais estâncias da campanha.

Quando passamos por Alegrete, nem sequer ouvimos falar desse trabalho, que por isso foi-nos, como já dissemos, uma surpresa.

Tem seu mérito, quer pela edição, quer pela impressão.

Entretanto, ainda quando obtivéssemos franca permissão do seu autor, não tiraríamos coisa alguma para aumentar este capítulo.

Não traz ele (como fizêmo-lo, tanto neste como em quase todos os capítulos referentes aos diversos municípios) a nomenclatura dos primeiros povoadores do solo, isto é, os concessionários da vasta campanha baldia nos primeiros anos da conquista, sendo o primeiro com quatro léguas quadradas em 1806. Os de mais são um verdadeiro enxame de pretendentes atendidos logo em seguida àquela remota data.

Aproveitando a História da República Jesuítica do Congo Gay, afirma ele à página 25 a existência da comarca de Missões, com sede em São Borja, em 1816.

Mas o que sabemos de real é, que essa comarca foi criada por ato do Presidente da província em 1834, quando, para execução do artigo 39 de Código de Processo Criminal do Império,

dividiu o território da província em comarcas, criou novos termos entre os quais os de São Borja e Cruz Alta, que até então nem vilas eram. Houve pois, engano no escritor da História da República Jesuítica, que convém ser reconsiderado. No ponto referente a Capela Queimada, local ainda hoje conhecido por esse nome e parte integrante da estância do Dr. Antonio Joaquim da Silva, médico militar, pensamos, que o incêndio da povoação e capela foi obra dos caudilhos Independentes da força de Dom José Artigas. A autoria dessa destruição atribuída aos índios é inadmissível.

Não tratamos, nem jamais quisemos tratar das fases políticas de Alegrete, nem de quaisquer outros municípios debaixo do ponto de vista partidário.

Os combates, quer do decênio revolucionário de 1835 a 1845, quer do triênio de 1892 em diante, propositalmente passaram-nos despercebidos. Entretanto, não escurecemos o que nos últimos 30 anos do regime monárquico foi Alegrete como peso necessário à balança política do Rio Grande do Sul, sempre consultado para as chapas à deputação geral ou provincial.

Deixando porém de lado a política, apraz-nos ver os progressos da agricultura em um território, onde pareceu-nos, que só poderia existir e prosperar a indústria pecuária.

Mais feliz do que nós, o Sr. Araújo conseguiu ilustrações para o seu livro, não só com os clichês dos edifícios da cidade, embora todos de arquitetura singela, mas ainda de trinta e duas fazendas de criar, com certeza menos da metade dos estabelecimentos dessa natureza, pois as fazendas atuais regulam uma terça parte e até menos das antigas estâncias. Com três e mais léguas quadradas e um povoamento pecuário, embora de qualidade inferior e já degenerado, todavia ascendia então a mais de um milhão de cabeças o gado vacum, diziam os conhecedores do município.

Lemos, com prazer, que o Sr. Hipólito Conceição da Silva possui um grande bosque de pinheiros em sua estância, provando que ele ou seu antecessor deu-se ao trabalho de plantar esse útil arvoredo. Sobre isso escrevemos o bastante, à página 179 deste livro, para convencer os fazendeiros da fronteira, da necessidade de plantar essas e outras árvores apropriadas ao clima rio-grandense, não só em proveito próprio, tendo para combustível madeira e até fruto a saborear, mas valorizando as terras por melhores que o sejam, carecedoras do grande benefício de uma maior vegetação.

Esses bosques atraíram as chuvas e atenuaram ou remediam talvez de todo o flagelo das secas e as pestes no gado.

Aqui paramos desejando que o nosso livro seja lido, não menos que essas monografias, que vão aparecendo sobre os diversos municípios.

Nunca serão demais esses subsídios para a história do Estado.

NOTAS

1) No mapa anexo aos Anais do Visconde de São Leopoldo, acha-se o seguinte: "Capela de Inhanduí, incendiada em 1817". Seria engano, pois o incêndio foi um ano antes. Esse assalto e destruição, pensamos fosse um auxílio ao plano de reconquista de Artigas ou a vingança pela derrota deste, tal vez sabida pelos Independientes, que não lograriam levar a efeito esse vandalismo, se a força de Abreu aí estivesse.

2) A esses dois homens deveu a praça de Alegrete ter alcançado um crédito extraordinário nas praças com as quais comerciava. Sob a firma Jacques & Freitas mantiveram por mais de quarenta anos uma casa de negócio em fazendas, que ainda continua sob outra razão social. Tiveram mais uma casa bancária sob a firma Freitas Valle & Cia., vantajosamente liquidada e dissolvida, apenas começou a última guerra civil.

Como comerciantes também enriqueceram em Alegrete, os demais citados, Baltar, Macedônia e Antonio Gomes Pereira.

3) Em janeiro de 1910, foi nomeado vice-presidente do Estado o Coronel Manoel de Freitas Valle, que tão brilhante administração fez, por mais de 8 anos, como adiante demonstraremos.

4) Só o gado vacum tem hoje o valor (a 30\$000 réis por cabeça) de 25.221:450\$000 réis. As terras, porém excluídas as benfeitorias, representam um capital maior de 45.000:000\$000 réis. É uma riqueza real.

Capítulo XXIX

URUGUAIANA

*Foi ali, que primeiro os vencedores
Ações de nome egrégio praticaram,
E nos anais da pátria entre fulgores
Imorredoura página estamparam.*

A. E. Zaluar

Ocupamo-nos agora do importante município, que tem por sede a denominada Princesa do Uruguai.

Deve Uruguaiana esse título à inexcelsa beleza da sua paisagem, onde a natureza não pode ser modificada pelos artifícios humanos. Entretanto, ainda não encontrou, quem desejasse ou fotografasse o seu lindo panorama.

Ninguém, como sucedeu na vila de São Jerônimo, fronteira a do Triunfo, deu-se ao trabalho de colocar-se nos subúrbios, em posição elevada e tirar uma vista, compreendendo as duas cidades vizinhas (a brasileira e a argentina), desaparecendo o largo rio que as separa.

E vimos, que isso seria possível, quando, há trinta a nós, regressamos de um passeio a cavalo pelas campinas do lado de Leste. Na distância de dois quilômetros as duas cidades pareciam uma só povoação, numa extensa campanha, tal como sucede com aquelas, duas decadentes vilas das margens do Jacuí.

Também não seria difícil tirar o panorama de Uruguaiana, da margem oposta do Uruguai, mas não tendo-o conseguido, por nem um dos dois modos, contentamo-nos em ilustrar este capítulo com as vistas parciais, oferecidas pelo prestimoso Coronel Gabriel Rodrigues Portugal e fotógrafo Sozias Vidal.

Isto posto, passamos a tratar histórica e fisicamente do município, que foi, em seu começo, o segundo distrito de Alegrete.

Parte Histórica

Como o grande território de que fora desmembrado, o que deveria constituir o município de Uruguaiana, era também deserto ao tempo da conquista de 1801.

Só mais tarde, começou a ser povoado e isso mesmo de pois de estarem ocupados os campos mais distanciados da margem esquerda do Uruguai.

Esse povoamento seguiu marcha mais regular do que o dos campos da margem direita do Ibicuí e de Cima da Serra, nos municípios de Itaqui, São Borja, Cruz Alta e outros.

As concessões feitas neste ângulo do território conquistado não se limitaram às petições dos pretendentes e dos pachos do comandante da fronteira, mas foram logo ou em breve tempo, seguidas das cartas de sesmarias pelo governador da capitania.

Consultando o livro de registro das terras possuídas na paróquia de Uruguaiana, até 1856, vimos que a concessão mais antiga, foi feita a Antônio Silveira de Souza por Dom Diogo de Souza, em 1814, de três léguas quadradas, entre o Ibicuí e o Ibirocaí.

Seguiram-se os concedidos pelo Marquês de Alegrete a Manoel Pereira Vianna, Gaspar Rodrigues, José da Rosa Lemes, Ignácio Rodrigues Lopes da Cruz, Francisco Dias de Menezes, Rogério Lopes Lencina, Jacinto José Goulart nas coxilhas Japejū e Toropasso, Antônio Francisco Vianna em Ibirocaí, Joaquim de Souza Nunes Senior entre o Ibirocaí e Ibirapuitan-merin, Tristão Ribeiro de Faria ibidem, Tenente Coronel Thomaz Ferreira Valle a margem esquerda do Ibicuí, Tristão José Ribeiro a sesmaria chamada a Casa Branca, Francisco Xavier Domingues a margem do Ibicuí, Manoel Ignácio Flores a sesmaria do Ipanê, Joaquim Antônio de Alencastro, Francisco Luiz de Magalhães, Antônio Alves Gavião, José da Câmara e Canto em Guapitanguí, José Rufino dos Santos Menezes no rincão de Santana, a viúva Maria Gomes Jardim ibidem, Leonardo D'Avila Rodrigues em Toropasso, Ignácio Alves de Castro ibidem, todas em 1815; Mathias José de Vargas em Toropasso, Serafim José Goulart a sesmaria do Vêvê, Francisco da Costa Leiria, Sebastião de Bulhões Leite, Francisco Xavier Vieira em Itapororô, Cláudio de Almeida Lara e Joaquim Mascarenhas Correa da Silva, em 1816. Foram posteriormente concedidas a diversos, três sesmarias, compradas pelo opulento fazendeiro Antônio José de Oliveira, entre Três Capões, Inhanduí, Ibirapuitan e Itapororô, quatro outras compradas por Manoel Joaquim do Couto (o Rico) entre o Itapitocaí e o Imbaá e uma concedida a Luiz de Souza Nunes. Foram concedidas pela presidência da província uma sesmaria ao Coronel Gabriel Gomes Lisboa em 1823 e Joaquim Francisco de Moura em 1824 e ainda sobrou terreno para Félix de Barros Leite firmar posse posteriormente sujeita a legitimação em 3 e 1/2 léguas de campos a margem esquerda do Inhanduí.

Em breves anos, a campanha deserta estava coberta de gados vacum, cavalar, asinino, muar e ovelhum, com mais de quarenta grandes estâncias.



Intendência municipal de Uruguai.

Desvelados com a criação, os estancieiros apenas plantavam o que era necessário para consumo próprio, nem as terras eram tão superiores para a lavoura e, quando o fossem, as plantações em larga escala seriam perdidas, à falta de venda e consumo.

A população das fazendas não cogitou de erguer um campanário, como ponto de seu agrupamento, a exemplo do que sucedera em Santa Maria, Alegrete, Cruz Alta, Itaqui e Livramento.

Aí, onde abundantemente circulavam as onças de ouro, eram indiferentes às dependências de Alegrete e pagar carríssima a vinha do vigário para a administração dos sacramentos do batismo e do matrimônio.

Nesse estado, apanhou-os a onda revolucionária de 1835, a que, pela maior parte aderiam os habitantes desse riquíssimo território de homens criadores.

Tendo o governo republicano conseguido assenhorar-se de toda a margem esquerda do Ibicuí, e por vezes sido obrigado a ter seu assento em Bagé ou em Alegrete, tratou de formar uma povoação sobre a margem esquerda do Uruguai, mesmo porque, era essa uma extensa linha de fronteira, por onde o contrabando livremente penetrava em território brasileiro.

Com efeito, nessa margem, e em local próximo à confluência do arroio Guarapuitan, estabeleceu-se um acampamento militar e uma agremiação de ranchos, quase nenhuma casa de material. Não havia uma capela, mas o povoado chamava-se Santana. Não é bem certa a data da fundação desse núcleo, mas pode-se afirmar, que era bem novo, quando em 1839, apareceu a idéia de transferi-lo para melhor local. Isso não poderia fazer-se, sem autorização do governo dominante, o republicano, ao qual o povo fez chegar o seu apelo por intermédio do fazendeiro Joaquim dos Santos Lima, chefe de polícia de Alegrete.

Acumulava as pastas da fazenda e do interior o Tenente Coronel Domingos José de Almeida, um dos caracteres mais íntegros, que tomaram parte nesse governo e a quem o mencionado Prado Lima oficiou, em 30 de janeiro de 1840, indicando o espaço compreendido entre os arroios Imbaã e Salso, o do Sul da atual cidade.

Sabendo disso o General Bento Manoel Ribeiro dirigiu-se, a um tempo, a Prado e ao Ministro Almeida, indicando, como melhor terreno, a parte do Rincão de Santana na colina próxima à foz do Itapitocaí. Em 13 e 15 de abril desse ano ambos oficiaram no mesmo sentido, ao referido ministro, mas nada foi decidido por causa das operações do exército, como declarou Almeida em Aviso de 23 de maio, expedido de Caçapava.

Entretanto as enchentes do Uruguai e do arroio Guara-puitan obrigaram o Inspetor José Pinto Cezimbra e o Juiz de Paz Theodolindo de Oliveira Fagundes a representarem, de novo, aquele ministro, que, por aviso de 10 de novembro, autorizou a aquele Juiz de Paz a adquirir meia légua de terreno, em qualquer dos dois indicados lugares, demarcar e distribuir os terrenos para as edificações. Ainda o juiz de paz nada conseguira fazer, quando o Ministro Almeida, recebeu uma terceira indicação de Bento Manoel, para ser preferido o terreno à margem do Uruguai e foz do Ibicuí, do lado do sul. Era de notar, como valia o homem, melhor do que ninguém, conhecedor da campanha e fronteira do Rio Grande do Sul.

Nomeou o Ministro uma comissão composta de novo chefe de polícia Manoel Ribeiro de Moraes, Luiz Ignácio Jacques, Manoel Joaquim Bueno, Manoel Alves dos Santos, (que vieram de Alegrete), João Gomes Jardim, José Rufino dos Santos Menezes, Leonardo D'Avila, Francisco José Dias e José Pinto Cezimbra (sob a presidência do primeiro), para, depois dos exames necessários, indicarem o local. Fizeram-no, opinando pelo extremo Oeste da sesmaria de Manoel Joaquim do Couto e portanto o local da atual cidade. De tudo isto, lavrou-se uma ata e esta acompanhou o ofício dirigido ao General Canabarro, em 28 de outubro de 1841.

Levado esse parecer ao conhecimento do Ministro Almeida, este pensou logo em ouvir a respeito a opinião de um profissional, o Engenheiro José Maria Pereira de Campos, a quem expediu aviso e instruções em 18 de novembro de 1842, pela preferência da margem do Uruguai e esquerda do Itapitocaí, aí balizou o terreno e levantou a planta da povoação.

Talvez porque isso desgostasse pessoas influentes, que desejavam fosse outra a localidade, o governo republicano submeteu essa medida à assembléia legislativa e esta autorizou o governo a fundar a povoação, nas terras de Manoel Joaquim do Couto, sendo expedido o Decreto nº 21 de 24 de fevereiro de 1843, que criou, no local da atual cidade, uma capela e marcou as divisas da povoação. Foi nomeado pároco o Padre João Vicente Fernandes, que serviu por muitos anos.

Ao tempo da pacificação, a paróquia contava mais de cem casas habitadas, um grande desenvolvimento comercial, chamava-se Santana do Uruguai, pelo que, a primeira assembléia le

gislativa provincial do Rio Grande do Sul, depois da pacificação da guerra civil, dava-lhe a categoria de vila, resolução essa que, pelo Vice-Presidente Patrício Corrêa da Câmara, foi sancionada e publicada como lei sob nº 59 e data de 29 de maio de 1846.

Pelo artigo 2º dessa lei era também criada a paróquia com o orago já existente, tendo a vila o nome de Uruguaiana, nome lembrado por Almeida, ex-ministro da revolução.

Um dos fatos decorrentes da lei deverá ser a eleição dos vereadores à câmara municipal, porém era mister primeiro delimitar o município, o que fez o mesmo vice-presidente, depois de ter ouvido a câmara de Alegrete e outras autoridades e expedido o Ato de 3 de agosto desse mesmo ano, marcando as divisas seguintes: desde a foz do Ibicuí, pela margem esquerda até a foz do Ibirapuitan, e por este acima até a junção do Inhanduí e pela margem esquerda deste até um galho que divide os campos de Joaquim de Moura e os de Jacintho Guedes da Luz, por este galho, até a coxilha de Iyapejú, dali até a casa do filho do José Francisco de Amorim, desta pelo arroio Garupã até sua confluência no Quaraí, seguindo pela margem esquerda deste até confluir no Uruguai, e por este acima, até a foz do Ibicuí¹⁾.

Fez-se a eleição municipal, e, depois de aprovada pelo governo, como exigia a legislação dos tempos precedentes ao advento da república, instalou-se o município, com a ata de juramento e posse dos vereadores: Venâncio José Pereira (presidente), Manoel Thomaz do Prado Lima, Manoel Doria da Luz, Narcizo Antônio de Oliveira, Francisco José Dias, Theodolino de Oliveira Fagundes e José Pereira da Silva, ocupando, desde logo, o lugar de secretário o cidadão João José de Oliveira Vianna.

Estava dado o primeiro passo para o engrandecimento social e material do município e de sua sede.

Foram nomeadas logo, as autoridades judiciárias (juizes municipais suplentes, tabelião, escrivão de órfãos), delegados, sub-delegados de polícia e respectivos suplentes, constituindo-se um dos foros mais importantes da campanha.

Em lugar de um posto fiscal, que desde 1845 a alfândega de São Borja mantinha em Uruguaiana, passou esta vila a ser desde 1849 a sede da alfândega, ficando-lhe subordinadas as mesas de rendas gerais, que logo se criaram, em Itaqui e São Borja. Para a arrecadação da receita provincial, foi criada uma mesa de rendas, que por mais de vinte e cinco anos, foi dirigida pelo honrado administrador Fernando Vieira de Carvalho.

Pelo mesmo tempo, mais ou menos, foi criado um comando de guarnição, que esteve primeiramente a cargo do Major da Guarda Nacional Felipe Betbsé de Oliveira Neri, acumulando a delegacia de polícia, mas em poucos meses, por demasiado autoritário, foi substituído pelo Tenente Coronel do Exército Carlos Augusto de Oliveira, que aí se manteve até 1857, quando foi promovido ao posto de Coronel. Era um oficial criterioso e inteligente, que com os elementos civis muito concorreu para acalmar o grande nevoeiro de intrigas, que então formigavam. Auxiliou-o nesse empenho, um seletor pessoal nacional e estrangeiro, podendo citar-se entre muitos, Antônio Rodrigues Portugal,

chefe de numerosa família, os Tenentes Coronéis Bento Martins de Menezes e Feliciano Ribeiro de Almeida, Major Gabriel Martins de Menezes, Urbano José Villela, Frederico Fabrício, Constantino Souza, Tristão de Oliveira, Carlos Guilherme Kasten, com casa filial a do Salto, Manoel Baltar, Marcelino Antônio da Silva, Major Faustino Carvalho, Fernando Vieira de Carvalho, Antônio Martins Codorniz, Luiz Manoel de Souza, Victor Pereira da Silva, Dr. Isídoro Banante, Antônio Monjardim, José Pereira do Couto, General João Francisco Menna Barreto, João José de Carvalho, Manoel Dória da Luz e outros.

Em correspondência mais assídua com as duas grandes capitais platinas (Montevidéu e Buenos Aires) do que com a cidade de Porto Alegre, o pessoal da vila ostentava um tratamento mais luxuoso, que o comum dos habitantes de outras povoações da campanha.

Em 1863, rejeitou a assembléia provincial, o projeto que elevava Uruguaiana à cidade. Foi uma injustiça, porque essa povoação já excedia a de Alegrete, elevada àquela categoria, sete anos antes.

Entretanto, um acontecimento imprevisto e desolador, reduziu, em poucos dias, a maior parte da progressiva cidade a um montão de ruínas. Essa calamidade foi a invasão e ocupação das forças paraguaias, por espaço de quarenta e cinco dias (desde 5 de agosto até 18 de setembro de 1865) do qual já tratamos no Capítulo VI.

Coube, ao maviioso poeta Emílio Augusto Zalnar, cantar no patriótico poemeto Uruguaiana, esse triunfo heróico e incruento, da causa brasileira, sobre o despota do Paraguai. Dessã preciosa brochura, tiramos para este capítulo a epigrafe mais apropriada, que nenhuma outra.

Quando os exércitos aliados se retiraram conduzindo os prisioneiros, quando foi lícito a toda a população emigrada voltar aos seus penates, era digna de lástima a desolação das famílias. Umas encontraram literalmente arrasada a casa de sua residência, outras, achavam-na tão estragada, que nem podia a brigar seus donos. Ninguém achou seus móveis.

As casas mais poupadas (e eram poucas) não tinham portas nem janelas, o local de Uruguaiana teria sido abandonado, se não fosse ter o governo mantido aí, por algum tempo, uma forte guarnição, uma estação naval e alguns auxílios pecuniários distribuídos, com muita somiticaria, às famílias empobrecidas com a emigração e estragos já notados.

Tornava-se necessária uma quase total reconstrução, e esta fez-se em três ou quatro anos, apesar das preocupações da guerra, escassez de materiais e operários. Em 1871, quando aí estivemos, apenas vimos meia dúzia de casebres arrasados. Eram mais de quatrocentas e cinquenta as casas novas ou renovadas, a vida social tornara-se expansiva e movimentada, a população era um terço da que é atualmente, havia uma sociedade bailante, outra teatral, a loja maçônica Concórdia do Uruguai, dois ho-

téis, seis bilhares e cafês, o comércio, com mais de trinta casas, readquirira sua passada opulência, numa palavra Uruguaiã na reconquistava a proeminência sobre Alegrete e outras povoações, que como ela, pertenceram a antiga comarca das Missões, reclamando por isso, sua elevação à cidade, que só foi decretada por lei nº 808 de 6 de abril de 1874 e no ano seguinte, por lei nº 965 de 28 de março de 1875, desmembrada de Alegrete para constituir comarca independente.

Com a estrada de ferro de Quaraí a Itaqui, conquanto precisando da reforma dos carros e de outros materiais, com a finalmente concluída, desde a margem de Taquari até Uruguaiã na, tem esta cidade chegado a ser bem outra, do que fora, quando vimo-la pela primeira vez, em 1871. A passagem para a cidade da Restauracion ou Libres, na margem oposta do Uruguai, não mais é feita como outrora, em canoas e escaleres. Hoje, há pequenos vapores que fazem esse transporte, como o das barcas entre Niterói e a capital federal. Todos os dias, funciona um trem da estrada de ferro argentina²⁾ entre as cidades de Concordia e Libres e (trise semanalmente) da última cidade até as, ainda argentinas, de São Tomé e Possadas. Este tráfego muito a proveita aos habitantes de Uruguaiã.

Resta ao governo do Brasil prosseguir, e com máximo empenho, a estrada de ferro, desde Itaqui até São Borja e uma povoação, bem necessária, na foz do Ijuí Grande ou em local próximo e apropriado.

Embora carecendo de muitos melhoramentos e obras, assim na viação terrestre como na navegação (que nunca será abandonada) dos rios Uruguai, Ibicuí, Jaguari e Toropí, pelos quais há comércio com Uruguaiã, tem esta progredido consideravelmente, como acabamos de observar, na rápida viagem feita em maio de 1908, e como atesta o magnífico trabalho estatístico do ano de 1901 pelo cidadão Almerindo Martins de Castro, apresentado ao intendente municipal Doutor José Romaguerra Correa. Depois que o lemos, reformamos quase tudo quanto havíamos escrito sobre essa cidade, baseado no ainda resumido Almanaque, organizado pelo Sr. A. Carrê em 1898.

Parte Geográfica

A cidade fica compreendida entre 29º, 45' a 18" de latitude austral, 139, 50' e 36" de longitude ocidental, pelo meridiano do Rio de Janeiro.

Está colocada, em 77,46m. acima do nível do mar.

A extensão do território urbano é de 1.955 metros de Oeste para Leste e de 1.840 metros de Norte a Sul na maior largura. O território total do município é calculado em 6.098.400 quilômetros, ou para mais de 140 léguas quadradas.

O município é plano, salvas algumas curtas ondulações nas três coxilhas mais elevadas a saber: - a de Santana ou Geral, de Oeste para Leste até os limites com o município de Alegrete, - a de Japejú, abaixo da foz do Ibicuí, e a de Paipassô com uma ramificação para a barra do Guarapuitan.

Esse grande território é limitado pelos rios Uruguai, Ibicuí, Quaraí, Arroios Garupá e Ibirocaí.

Além desses regam as terras do município os arroios, - Japejú, Sanchuri, Toropasso, Cerrador, Imbaá, Salso do Norte ou Riacho, Cacareó, Salso do Sul, Itapitocaí, Bonito, Sujo, Guapuitan, Mineiro, Rodrigues, Guterres, Porco, Estaqueadeiro, Quaraí-Chico, Guapitanguí, Capivarí, Caiboatê, Camoatim, Ipanê, Ipiquiquá, Caimbê, Pindaí, Pindaí-Merim e Tajacú.

Além dessas águas, há a da Lagoa da Música, no campo dos Prados.

O governo municipal tem domínio sobre as ilhas de Japejú, Ilha Grande, no Uruguai e a Brasileira à foz do Quaraí.

O clima do município é variado, como o de todo o território do Rio Grande do Sul, abaixo da Serra Geral.

Pelas observações meteorológicas dos últimos dez anos, a temperatura, no inverno, tem oscilado entre 18 a 8 graus acima de zero e só por uma única exceção, baixou dessa temperatura. No verão dos últimos anos, o calor foi excessivo, marcando o termômetro, em alguns dias de 40 a 42 graus, à sombra, produzindo casos de insolação.

Aí, como em toda a parte, essas mudanças bruscas têm ocasionado enfermidades graves, mas poucas vezes, têm tido caráter epidêmico.

Depois da propagação em grande escala da varíola (em 1893), fazendo muitas vítimas, só tem aparecido a influenza, em quase todos os invernos, o sarampo em 1901, alguns casos de sezões, por ocasião das enchentes primaveris. As febres tíficas há muito desapareceram.

Parece-nos, que a salubridade pública e a particular, cessarão quando as rendas municipais forem bastantes para distribuir a água do Uruguai (que é excelente) por todas as habitações e fazer por meio de drenagem a remoção das matérias feais e águas servidas.

Quanto as águas pluviais, basta o que a própria natureza deu à cidade: um solo naturalmente enxuto e firme, ligeiramente inclinado, por onde as águas das chuvas logo escorrem para o rio não deixando formar lamas nem charcos.

Divisão Territorial

Debaixo do ponto de vista administrativo e também judicial, o município de Uruguaiana é dividido em cinco distritos, a saber: 1º o da cidade, 2º o do Quaraí, 3º o do Capivarí, 4º o de Toropasso e 5º o do Ibirocaí, tendo cada um deles o seu subintendente e juiz distrital.

A divisão policial é diferente, contendo o município, três distritos com os respectivos subdelegados.

Povoações

São três as do município: 1ª da Barra do Quaraí, 2ª do Itapitocaí, ambas no 2º distrito, 3ª Capela do Ipanê no 4º distrito.

Viação Pública

Sob esta epígrafe ocupam o primeiro lugar pela sua importância e vantagens:

- A estrada de ferro Brasil Great Southern, com a extensão de 175 quilômetros e que faz o seu tráfego trisemanal para Itaqui às segundas, quartas e sextas pela manhã e voltando nos mesmos dias à tarde, passando pelas estações intermediárias do Imbaã, Toropasso e Ibicuí, ou para Quaraí às terças, quintas e sábados pela manhã regressando à tarde e tocando nas estações intermediárias de Itapitocaí e Guterres, fazendo para da no Umbú.

A estrada de ferro de Porto Alegre, pronta e em tráfego desde a margem de Taquari, conta desde Alegrete as estações seguintes: Bento Ribeiro (outrora Inhanduí), Boi-guassú, Ibirocaí, Toropasso, Carumbê, Pindaí-merim e Uruguiana. Passaram a ser diárias, as viagens que eram feitas em três dias da semana.

Depois dessas duas vias férreas, carecedoras de prolongamento, perderam muito de sua importância as de rodagem, pois ficaram ao nível das inúmeras estradas vicinais. Entretanto, ainda subsistem quatro servidas por diligências e tração animal, para Ibicuí, cidade de Quaraí até Santana do Livramento e para a República Oriental pelos passos da Cruz, Paipasso e a estação da Barra do Quaraí.

Passos

Além dos três mencionados existem no rio Quaraí, os do Leão, Juquerí e do Ramos;

No uruguai os de Santana Velha, Aferidor e São Marcos;

No Ibicuí o de Santa Maria, pouco abaixo da ponte metálica;

No Ibirocaí os do Vali, da Lagoa e dos Mouras;

No Toropasso o Passo Real, da Lagoa e do Cemitério;

No Imbaã o Passo Real e acima desse o dos Coutos;

No Garupã o de Sebastião Poni;

No Caiboatê o do mesmo nome;

No Itapitocaí o do mesmo nome.

Hã outros menos importantes, que quase nunca impedem ou dificultam o trânsito.

Pontos

O município tem quinze pontes, oito das quais pertencem a estrada de ferro Brasil Great Southern e a de Porto Alegre à Uruguiana. As da primeira são: a do Ibicuí, metálica e com 1.500 metros de extensão, a de Toropasso, a do Salso, a do Salso do Sul, a do Itapitocaí e a do Quaraí-mirim, todas de alvenaria e superestrutura metálica.

As de segunda são: a do Toropasso e a do Salso, ambas de alvenaria e superestrutura metálica.

Nos limites urbanos, construídas pelos cofres municipais, existem sete pontes, sendo duas de alvenaria na rua Monte Cezaros, uma na rua do Uruguai, uma na rua General Vasco Alves, uma na rua 13 de maio, uma na rua General João Manoel, todas de alvenaria, uma na última rua, porém de madeira.

Navegação Fluvial

Para o serviço dos passageiros e cargas existem: os vapores expresso e Itaqui com viagens em dias indeterminados de Uruguiana para Alegrete, Cacequi ou para São Borja e povoações fronteiras da república vizinha, pertencentes a empresa Barbarã & Filhos; os vapores Iberã, Cunhataí e Mensageiro pertencentes a companhia Ferro Carril Leste Argentina, os quais navegam semanalmente, em viagem redonda, desde Monte Cezaros até São Tomé e, às vezes, até Garruchos, tocando nos portos de Uruguiana, Itaqui, São Borja e alguns outros portos da margem brasileira até Garruchos.

Além dos vapores, existem para o tráfego de mercadorias e gêneros dos dois países, mais de oitenta embarcações estrangeiras e nacionais, como lanchas, chalanas, canoas e botes, sendo rara a que não chega ou sai uma vez, pelo menos, mensalmente do porto desta cidade e é despachada nas respectivas repartições fiscais.

População

A população da cidade e subúrbios foi verificada em 1901 em 12.544 habitantes, podendo calcular-se, que nos nove últimos anos decorridos, exceda em mais de 3.200 habitantes. A do todo o município é calculada em 28.800 habitantes.

A população da cidade e subúrbios ocupa 2.153 prédios.

Edifícios Públicos

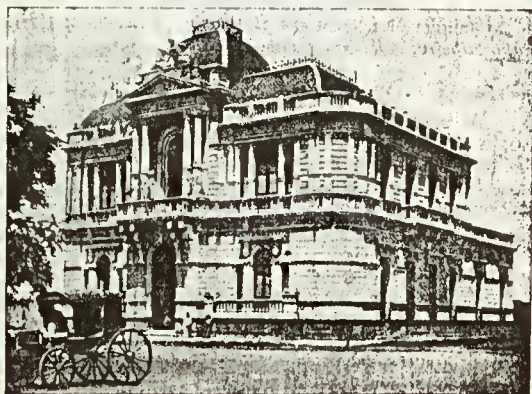
Intendência municipal, subintendência, colégio municipal, cadeia, igreja matriz³), a protestante, a capela de Nossa Senhora da Conceição, quartel militar (propriedade da União) e a estação da estrada de ferro.

E denotar a falta de um edifício próprio e melhor localizado para a alfândega, e esta funciona numa açanhada casa particular, alugada desde 1849, quando de então até o presente tem em trado para os cofres da União mais de onze mil contos de reis, apesar do contrabando, calamidades da guerra e epidemias nas republicas vizinhas em contato com a nossa.

Edifícios Particulares

São dignos de nota os das sociedades: - Clube Comercial, loja maçônica Cruzeiro do Sul 2.^a, Teatro Carlos Gomes, Hospital de Caridade, Sociedade Espanhola Socorros Mútuos, Sociedade Italiana Unione e Beneficenza, Fábrica de Massas Alimentícias; Estação da Estrada de Ferro Brasil Great Southern, os palacetes das famílias Segismundo Kraemer, João Zacouteguy, Hartog, Sozat, Firmo Soares, João Valente, Betinelli, Baroneza de Ijuí, Narciso Pibernat, Dona Carolina Carvalho, General Menna Barreto e outros.

Toda essa edificação está distribuída por trinta e três ruas e sete praças a saber:



Clube Comercial - Uruguaiana.

Ruas

Floriano Peixoto, General Deodoro, Vinte e Quatro de Maio, Barão do Triunfo, General Victorino, Treze de Maio, Quinze de Novembro, Duque de Caxias, Uruguai, General Câmara, Sete de Setembro, Aquidabam, Andradas, Benjamin Constant, Venâncio Aires, Bento Gonçalves, Liberdade, General Propício, Conde de Porto Alegre, General Vasco Alves, General João Manoel, Monte Cazeros, Independência, General Bento Martins, Santana, Riachuelo, Vinte e oito de Setembro, Júlio de Castilhos, General Canabarro, General Hypólito, Prado Lima, Vinte e Sete de Outubro, Quatorze de Julho.

Quase todas essas ruas são espaçosas e calçadas a Mac Adam.

Praças

Rendição ajardinada a capricho, com chafariz ao centro, contornada pelos edifícios do Teatro Carlos Gomes, Intendência, Clube Comercial, Matriz e Colégio Municipal; - Paissandú, em frente ao Porto, apenas arborizada, com 18 edifícios inclusive a capela de Nossa Senhora da Conceição (antiga Matriz), General Osório, Santana, Feliciano Ribeiro, Abolição e Fabricio Pillar.

Indústrias e Profissões

A indústria mais proveitosa e remuneradora do município é, como já dissemos, remontando-nos à sua fundação, a pecuária.

Naqueles tempos, porém, só se tratava do gado vacum, cavalar, lanígero, o muar e seus produtores. Hoje, porém, vai havendo, de par com outras indústrias, ainda em vantajoso começo, a criação de animais caprinos e suínos, que muito prometem.

Vamos entretanto e sinoticamente mostrar, qual é já a riqueza do município, sem especificar distritos:

Gado vacum, reses	345.464
Gado cavalar, cabeças	60.257
Gado muar	3.818
Lanígero	298.975
Suíno	2.894
Cabrum	695
Soma o total das criações	712.103

Ninguém dá-se, por ora, ao trabalho, em toda a parte, rendoso e tão necessário da criação das aves de terreiro, nem da apicultura, ambas em larga escala⁴⁾.

A cidade e distritos extra urbanos contém 198 casas comerciais, desde as abastadas casas importadoras até as varejistas em gêneros secos e molhados, 51 mascates, 35 açougues, 8 hotéis, casas de pasto e restaurantes, 7 cafés e botequins, 12 bibliotecas, 69 tambos, 5 mercadinhos, 2 confeitarias, 2 livrarias, 2 casas de jóias, 5 ourivessarias, 13 padarias, 9 aguadeiros, 28 compradores de frutos do país, 17 expeditores, 5 casas de comissões e consignações, 1 agência de leilões, 13 carpinteiros e marceneiros, 8 oficinas de ferreiros, 3 relojoeiros, 3 modistas, 6 alfaiatarias, 19 sapatarias, 3 agências bancárias, 1 dita de seguros contra incêndios, 1 empresa de vapores, 1 armador, 1 casa de alugar carroças, 1 rinhideiro, 1 tintureiro, 4 parateiras, 1 pintor, 9 farmácias e drogarias, 5 despachantes gerais, 11 consultórios médicos, 2 gabinetes dentários, 5 advogados, 3 solicitadores, 8 escrivães (inclusive os distritais e da polícia), 2 notários, 1 registro de hipotecas, 2 engenheiros, 1 kiosque, 6 oficinas tipográficas, 3 funileiros, 1 fotografia, 1 agência de loterias, 2 fábricas de sabão, 1 de fogos artificiais, 5 olarias, 4 cigarrarias, 3 fábricas de licores, 2 fábricas de carroças, 1 grande fábrica de charque e graxas, 8 ditas em pequena escala, 3 fábricas de cerveja e gasosas, 3 di-

tas de vinhos, 1 de laticínios, 3 de móveis, 1 de bolachinhas e várias outras.

Passamos a mencionar os mais importantes estabelecimentos fabris.

Moinho. Colonizador ou Fábrica de Massas alimentícias de Luís Betinelli, à Rua Aquidabam, esquina da Riachuelo. - Fundado em 1891 com o capital de 120:000\$000. Com 21 máquinas sendo 2 para moer trigo, 1 para limpar, 1 para separar impurezas, 1 para lavar e secar separar semolas e semolinhas, 5 elevadores, 2 prensas para 1.000 quilos diários, 1 amassador para 2.000 quilos, 1 para cortar massas, 1 motor horizontal a vapor, força de 15 cavalos, 5 operários, e um empregado de escritório.

Produziu em 1908, 168.000 quilos de massas, que todos foram vendidos e exportados.

Fábrica de cerveja de João Cajano, à rua do Uruguai nº 62. - Fundada em 1890 com o capital de 44.000\$000 réis.

Tem 4 máquinas para o fabrico de gelo, cerveja, gasosa e destilador. Força do motor 6 cavalos.

Produção em 1908: 4.000 garrafas de cerveja, 8.000 de gasosa, 2.000 sifões de soda e 200 quilos diários de gelo.

Fábrica de cerveja de Antônio Marcia, à rua Sete de Setembro nº 13.

Fundada em 1886 com o capital de 20:000\$000 réis com duas máquinas para cerveja e gasosa.

Produziu em 1908, 900 garrafas de cerveja por mês e 350 sifões de soda.

Fábrica de cerveja de Alexandre Molinari, à rua do Uruguai nº 42. - Fundada em 1897, capital 18:000\$000 réis, 1 máquina somente.

Produziu em 1909, em cada mês, 800 garrafas de cerveja, 800 ditas de gasosa e 600 sifões de soda.

Curtume do Coronel José Lagranã, à Barra do Quaraí. - Fundado em março de 1901, com capital de 18:000\$000. Produz anualmente 1.600 meios de sola, peles de bezerro, marroquins de diversas cores, cabritilho e pelicas, tudo de primeira qualidade, dando o produto líquido de 13:000\$00.

Fábrica de queijos de Lagrãna & Cia, à Barra do Quaraí. - Fundada em 1896, com capital de 200:000\$000. Exporta anualmente 6.000 quilos de queijos, sistema suíço. Consta o estabelecimento de uma casa, porão, depósitos e currais. Pessoal: 1 capataz e 5 operários.

Tem 500 vacas leiteiras das raças Duran, Hereford e Suíça, com reprodutores das mesmas raças, tratados nas estrebarias.

Indústria Vinhateira

Quando visitamos Uruguaiana em 1871, no mês de fevereiro, conhecemos que suas terras deveriam prestar-se, mais do

que outras já nossas conhecida a cultura da uva e fabricação de vinhos. Assim pensamos, porque, em diversas casas da cidade e subúrbios, tivemos ocasião de saborear alguns cachos de uvas dos plantados em pequena escala. Manifestamos nossa franca opinião baseada nessas amostras de vinho comum:

Durante muitos anos, não ouvimos falar na produção vitícola de Uruguaiana, e eis que nestes últimos onze anos, surgiram nove viticultores, ao mesmo tempo fabricantes de excelentes vinhos, ao ponto de terem extraído de 271.000 pés de videiras, plantados em 70 hectares diversos, para cima de 85.000 litros de vinho e terem vendido 18.400 quilos de uvas. Os viticultores em maior escala são, Dom Zacoutegny, Agostinho Bergallo, André Demarchi, Francisco Guglielmoni, Antônio Portella, Probo Prati, Dom José Telechêa, Dona Ramona Telechêa e Luís Bertelli.

Saladeiro da Barra do Quaraí

Já dissemos noutra lugar, que haviam oito fabricantes de charque em pequena e um em grande escala, porém, além desses, salienta-se o saladeiro fundado em 1892, por uma sociedade anônima a Barra do Quaraí, na distância de 300 metros da estação da estrada de ferro do Brasil Great Southern. Esse importante estabelecimento tem casas de moradia, escritório, currais, depósitos, etc., e abateu, desde sua fundação até 1907 (16 anos incompletos), 883.964 reses.

O número de trabalhadores aumenta, ou diminui, conforme for maior ou menor o número das reses mortas e charqueadas.

Indústria Agrícola

E, e será por muitos anos, diminuta porque as terras prestam-se melhor a indústria criadora. Entretanto nos subúrbios, no Imbaá e outros pontos, há grande plantação de árvores frutíferas, alfafa, legumes e hortalica, sendo certo, que mais de um vendedor de verduras (verdureiros) tem conseguido constituir sua independência.

Exportação e Importação

Em 1907 o município de Uruguaiana exportou para o estrangeiro, e estados do Norte 1.876:897\$351 rs., que com o gaúcho exportado para outros municípios no valor total de 966:000\$000 rs., perfaz a importância total de 2.842:897\$351 rs., ora tendo importado da Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha e Repúblicas do Prata imensa variedade de gêneros de comércio, animais de raça em valores, conforme a tarifa da Alfândega, de 1.508:720\$000 rs., descontada essa cifra da exportação, resulta para esta, a vantagem de 1.335:177\$351 rs.

Rendas Públicas

O comércio e todas as demais indústrias, o imposto predial e outras fontes de receita, trouxeram para a fazenda federal, para a estadual e para a municipal no último ano, os seguintes subsídios:

Receita Federal:

Pela alfândega	602:515\$260
Pela agência do correio ⁵⁾	149:664\$800
Pela estação telegráfica	22:815\$540

Receita estadual:

Pela mesa de rendas	328:199\$630
Receita municipal	236:601\$800

E contribuiu o povo com	1.339:797\$030
-------------------------	----------------

As rendas federais são suficientes para pagar o pessoal da alfândega, 102 indivíduos desde o inspetor até os empregados das capatazias, guardas e marinheiros, aos doze empregados do correio e do telegrafo, mas é insuficiente para a força da guarnição.

As rendas estaduais e municipais têm quase sempre saldos, apesar das obras públicas, que pela Intendência municipal são constantemente executadas.

Guarnição da Cidade e Fronteira

Existe um comando de guarnição e fronteira exercido por um Coronel e sob as ordens deste, um regimento de cavalaria e um batalhão de infantaria, ambos no espaçoso quartel pertencente à União.

Tem mais uma enfermaria e uma farmácia militar, com o médico, farmacêutico e mais pessoal.

Guarda Nacional

Compõe-se de duas brigadas de infantaria e três de cavalaria, comandadas por coronéis, oito batalhões daquela arma, e quatro regimentos desta, comandados por tenentes coronéis.

Ponto de fronteira, como é confinando com dois países diversos, deverão ter um ou dois regimentos de artilharia de campanha, tanto mais que a força federal não tem essa arma, tão prodigamente espalhada pela guarda nacional dos estados do Norte.

Instrução Pública

Conta o município vinte e três estabelecimentos escolares, a saber: - na cidade o colégio complementar com um professor e uma bibliotéca (em edifício pertencente a municipalidade)

mais duas aulas primárias, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, sustentadas às custas dos cofres municipais, que ainda sustentam mais seis aulas para o sexo masculino em Guterres, Passo da Cruz, Caiboatê, Pontas de Toropasso e estação Toropasso.

O Estado sustenta quatro aulas mistas na cidade, e outras tantas em Imbaá, Itapitocaí, Igiquiquã e Barra do Quaraí.

Ensino Particular

É distribuído nos colégios: - Santana, dirigido por Doña Mathilde Legisquet, - União, por Aleixo Vurlod, - Institution françoise, por M. Marchand, - Colégio das Sociedades Artistas, por J. Cavá e Colégio dos Subúrbios, por Brutus de Campos. À exceção do primeiro (que só ensina português, desenho e trabalhos de agulha), os demais ensinam português, francês, espanhol, história, geografia, matemáticas puras e escrituração mercantil. É muito restrito, como se vê, o número das matérias de ensino para uma cidade importante.

Já estando escritas há anos, as linhas precedentes sobre as rubricas que as ensinam, eis que surgiram os irmãos maristas, fundando, com internato e externato, um colégio para o ensino do português, francês, outras línguas e disciplinas.

Imprensa

Em completa antítese com o estudo dos conhecimentos necessários para a vida social, está o gosto e influência pelo jornalismo.

Três são os órgãos de publicidade: - O Comércio, fundado em 1880, - o Povo, fundado em 1895, - A Notícia em 1899 - e A Nação em 1903.

Estes são de publicação trisemanal, aqueles bisemanais. A Notícia, com maior tiragem, é em máquina Marinoni, os outros em prelos manuais. Cada um tem sua oficina independente, em ruas diversas e são bem aceitos pela população.

Ignoramos, se algum deles fez a impressão do livro sobre a estatística com 227 páginas em 8º grande, um trabalho perfeito, assim pelo tipo e papel excelentes, como pela fidelidade, pois apenas notamos dois enganos supríveis pela inteligência do leitor.

É possível, fosse outra a oficina onde esse livro foi impresso, porquanto nele à pág. 76, declara-se haver na cidade seis oficinas tipográficas.

Polícia

A cidade já foi a sede da sub-chefatura da terceira região, subordinada ao chefe de polícia do Estado.

Hoje a sub-chefatura é em Alegrete, ficando Uruguiana

reduzida a um delegado na cidade e subdelegados nos distritos, mas para o policiamento, existem 42 praças e 16 inspetores, que já custaram ao município 91:680\$000, porém, desde 1908 essa despesa foi reduzida a duas terças partes.

O policiamento ativo, no sentido da prevenção dos crimes, tem feito diminuir a estatística criminal, de sorte que a-vultam as detenções por motivos de embriaguez e rixas, em cerca de 300 anualmente, o que não é muito para uma cidade, onde a cada momento chegam marítimos que bebem por necessidade e às vezes se excedem. São estes e os apaixonados, sempre prontos a saborear as doçuras de uma boa pinga, os que mais trabalho dão à política local.

Corpo Consular

Existem na cidade agências consulares das repúblicas Argentina, do Uruguai, da França e dos reinos de Portugal, Espanha e Itália.

Sociedades

Além do Clube Comercial, Teatro Carlos Gomes, Hospital de Caridade, Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, Sociedade Italiana e Unione e Beneficenza, com os edifícios próprios, que já notamos, existem: a beneficente União Caixeiral, a Portuguesa de Beneficência, a Francesa Secours Mutuels (também beneficente), a Empresa Telefônica, Lojas Verdade Maçônica, Cruzeiro do Sul 2ª e Hiram, Clube Beneficente das Senhoras, União dos Artistas, círculo Democrático Operário Italiano, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, Clube Ciclista, Prado Uruguaiense e as bailantes Ordem e Progresso, Perseverança, Soiree Uruguaiense, Recreio Familiar (em Toropasso), Recreio Campesino (em Imbaá) e a carnavalesca Democratas.

Essas agremiações mostram, que ao espírito de discórdia dos tempos idos e que tanto custou a extirpar, sucedeu uma propaganda conciliadora; em quantidade não pequena, estreitando os laços de amizade, na quase totalidade dos habitantes da progressiva cidade, que não deixará de ser a Princesa do Uruguai.

Novo Bispado

Já impressas as linhas precedentes, recebemos a notícia de ter sido o Rio Grande do Sul elevado a um arcebispado, criando a mesma bula pontifícia, três bispados sufragâneos com sedes nas cidades de Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana.

Além desses, foi anexado à arquidiocese o bispado de Florianópolis (Santa Catarina) provido canonicamente, há mais de dois anos, na pessoa do virtuoso prelado Dom José Becker.

A igreja matriz de Uruguaiana, bem pode servir, por muitos anos, para uma catedral.

Que a nova diocese satisfaça aos bons desejos daquele povo, são nossos votos.

NOTAS

1) Esses limites ficaram reduzidos em 1866, quando foi devolvido a Alegrete, a vasta área entre o Ibirocaí, Ibirapuitan e Inhanduí.

2) Nessa estrada de ferro há um serviço mais bem regulado do que nas estradas brasileiras do Rio Grande do Sul; e, como se isso não bastasse, os fretes e as passagens são de tazas mais baratas. No próprio trem argentino há bufete para alimentação e leitos para as viagens noturnas.

3) Um belo edifício com frontispício e duas torres, paredes sólidas, internamente dividida em três naves por colunas que sustentavam o teto. Foi concluída em 1874 e podia conter mais de quinhentas pessoas. Em 1906, foi devorada por um incêndio, toda a obra de madeira. Atualmente, porém, está reparada a destruição e funcionando em todos os atos do culto.

4) Calculando as criações existentes num preço de 30 mil réis por cabeça, não seremos exagerados elevando essa verba a 11.878:000\$
As terras a 300 contos por légua quadrada.... 42.000:000\$
As construções prediais rústicas e urbanas .. 50.000:000\$
E Uruguaiana encerra valores em 105.878:000\$

Houve tempo em que custavam a milionésima parte, hoje dão-se exemplos da venda de uma quadra de sesmaria por 6 contos de réis ou 360 contos de réis a légua quadrada.

5) A agência do correio, que era de terceira, passou à primeira classe, com seis caixas urbanas. Esse aumento de categoria foi devido ao desenvolvimento da correspondência, e por que no ano de 1904 chegou a agência a emitir 386:940\$ réis em vales postais. Hoje é uma repartição muito bem regulada, tendo sua receita sempre aumentada.

Capítulo XXX

SANTANA DO LIVRAMENTO

*Ao Sul demora a pampa; a alfombra verde
recamada com os relevos rápidos e graciosos das
coxilhas e os nastos tenuemente ondulentes dos
arroyos desnudos, como serpentes, que coleiam
esquias, por entre as moitas rasteiras.*

Oliveira Bello

O panorama, fotografado em Rivera pelo Sr. Brunel e do qual procuramos, sem resultado, obter uma reprodução, mostraria ao leitor quanto tem progredido a bela cidade de Santana do Livramento.

Mas sô aí permanecendo, algumas horas apenas, poder-se-ia apreciar a linda paisagem que a contorna.

É a sede de um dos mais extensos e opulentos municípios da campanha rio-grandense. Esse território esteve inteiramente deserto alguns anos depois da conquista de 1801. Mas, quando o de Alegrete estava quase todo destruído por concessionários de grandes sesmarias, foi afluindo alguma população, para o que mais tarde formaria o município de Livramento. Em 1818, o governador do Rio Grande do Sul, Conde da Figueira, concedeu a Luciano Pinheiro três léguas quadradas de campo e a respectiva carta de sesmaria compreendia, em seus limites, o local da atual cidade e o seu rocio. Pelo mesmo tempo, pouco mais ou menos, iguais concessões foram feitas a Antônio João de Menezes, Antônio Pinto d'Azambuja, Belarmino Coelho da Silva, Salvador Lopes de Vargas, Manoel Alves Coelho de Moaraes, João da Costa Leite, Marcos Goulart Pinto, Custódio Teixeira Pinto e outros. Souberam todos converter seus campos baldios em boas estâncias para criação de gados, aproveitando as inextinguíveis e infindas pastagens.

Mas esse território vasto e longínquo ficava, conjuntamente como o de Alegrete, incorporado à paróquia de São Francisco de Borja. Assim o determinou o bispo do Rio de Janeiro, em porta

ria de 8 de março de 1816, antes portanto das já mencionadas concessões. Como não ignora o leitor, o bispado do Rio de Janeiro compreendeu o Rio Grande do Sul, até a sagração e posse de Dom Feliciano Prates, o criador da diocese rio-grandense.

Imitando os estancieiros de Alegrete, pensaram cedo os de Livramento na edificação de uma capela e da competente povoação.

E, que não lhes bastava o doce aconchego do lar, as lições do campo, os bons ofícios de amizade entre os vizinhos.

Era mister a vida social, e esta começaria pela organização da paróquia. Mais tarde surgiria naturalmente município, como sucedera à capital e demais vilas rio-grandenses.

O primeiro local escolhido foi nas terras, graciosamente cedidas pelo sesmeiro Antônio José de Menezes, entre dois galhos do Ibirapuitã, porém, outros sesmeiros procuraram afastar a povoação de suas estâncias. Então foi tentada a fundação do povoado na denominada Várzea de Santana, planície úmida, lamacenta e atoladora no inverno, porém demasiado seca e pulverulenta no verão.

Aí, como era de esperar, não podia progredir.

Então foi definitivamente escolhida na Coxilha Grande, o local da atual cidade, para onde se transferiram os poucos habitantes da Várzea.

Esse terreno fazia parte da sesmaria de Luciano Pinheiro que, divergindo dos outros sesmeiros, não duvidou ceder, na extremidade de seus campos, meia légua em quadro a povoação e subúrbios.

O vizindário aí instalado, tomou logo a peito a construção da capela e distribuição dos terrenos urbanos, mas a capela dependia de licença do superior eclesiástico, e este, o vigário geral interino, João Baptista de Oliveira Salgado, deferindo a petição daquele povo, mandou passar e remeter-lhes a Provisão de 30 de julho de julho de 1822.

Em menos de um ano, tinha a nascente povoação concluída e benzida, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento, sua tão desejada igreja.

A requerimento ainda de Menezes e outros proprietários, o vigário geral efetivo Antônio José da Soledade (primeiro senador eleito e escolhido para o Rio Grande do Sul) mandou passar a Provisão de 4 de março de 1824, concedendo a nova capela os foros decurada, conquanto conservasse a subordinada à paróquia de Alegrete, já então emancipada de São Borja. A esse ato juntou o da nomeação do cura, recaindo em Frei Bernardo das Dores, carmelita descalço.

Dadas essas providências, faltava estabelecer os limites da nascente circunscrição eclesiástica. Para tal fim foi comissionado o vigário da vara de São Borja José Paim Coelho de Sousa. Transportando-se àquele território, o padre Paim ouviu os fazendeiros dos dois distritos e estabeleceu para o curato de Livramento as divisas seguintes: a Coxilha Grande, limite com o Estado Cisplatino, de Oeste para Leste, até encontrar o banhado do Upamoriti, que ao rumo de Norte desce a lançar-se no Ibicuí da

Armada e por este abaixo até sua foz no Ibicuĩ-Grande, descendo ainda até a barra do Vacacoã e por este acima ao rumo de Oeste até a vertente mais próxima do Ibirapuitã Chico, pelo alveo deste até a vertente do Sarandĩ e descendo por esta até confluir no Quaraĩ subindo por este até a referida Coxilha Grande.

Essas divisas, que bem aquinhoavam o novo curato, permaneceram inalteráveis até ser elevado à freguesia, por lei provincial de 7 de agosto de 1848.

Passados quase trinta e mais anos, quando começaram os desmembramentos para criação ou aumento dos novos municípios de Dom Pedrito, Quaraĩ e Rosário ficaram as divisas assim reduzidas: - pelo Sul a Coxilha Grande e linha de demarcação com a República Oriental; pelo Norte com o município de Rosário, pela Serra de Caverã e arroio Vacacoã e ainda por esse rumo com o município de Alegrete, pelo arroio Paĩpasso; - pelo Leste com o município de Dom Pedrito pelo arroio Upamoroti e rio Santa Maria; - pelo Oeste com o município de Quaraĩ pelos arroios Areaĩ e Quatepe, sendo este um galho daquele. Tão reduzido como ficou, esse território ainda é bastante para acomodar o decuplo da população existente; pois tem cento e trinta e seis quilômetros de leste a Oeste sobre cento e quinze de Sul a Norte.

Depois que passou de curato à freguesia, o vigário geral Tomé Luĩs de Sousa, por provisão de 23 de novembro de 1848, nomeou o primeiro pároco encomendado, padre Manoel Geórgio.

Uma circunstância despertará a curiosidade do leitor: - a igreja consagrada Nossa Senhora do Livramento (invocação idêntica a da paróquia das Pedras Brancas, fronteira a Porto Alegre) porque razão é denominada, há muitos anos, Santana do Livramento? -

Consta dos assentos paroquiais, que em 1834 Dona Anna Ilha de Vargas, fazendeira abastada e com grande influência entre aquele povo, doou à igreja uma imagem da Senhora Santa Anna com a condição de ser dado seu nome ao curato. De então por diante ficou-lhe inalterável o nome de Santana do Livramento, com o qual foi elevado à freguesia pela citada lei provincial de 1848.

Crescendo extraordinariamente a população, aumentando a riqueza, tanto em Livramento como em Alegrete, foi deste separado o território daquele, constituindo um novo município. Teve lugar esse desmembramento pela lei provincial de 10 de fevereiro de 1857. Eleita a nova câmara, foi empossada a 29 de junho desse mesmo ano.

Da categoria de vila passou à de cidade pela lei de abril de 1876. Já era porê m cabeça de comarca por lei nº 799 de 25 de outubro de 1872.

Durante o decênio revolucionário de 1835, a povoação de Santana do Livramento ficou estacionária.

Feita a pacificação, o governo imperial, adotando uma política diversa da de reação e extermínio, com que tratara os revolucionários de Pernambuco, Bahia, Ceará, Para e Maranhão, procurou aproveitar os serviços de todos os chefes da guerra civil dos farrapos.

Depois de Bento Gonçalves, que não transigiu jamais, ocupava lugar proeminente, nas forças republicanas, o general David Canabarro. Este, cedendo às instâncias dos novos amigos, que adquiriu (especialmente o mais tarde Conde, Marquês e Duque de Caxias) aceitou o comando superior da guarda nacional do município de Alegrete e o da fronteira denominada do Quaraí, compreendendo todo o território entre as margens esquerdas do Santa Maria, Ibicuí, Uruguai, direita do Quaraí e a Coxilha Grande, divisa com a República Oriental. Compreendia esse comando um circuito maior de oitocentos quilômetros lineares.

Proprietário e fazendeiro abastado em Santana do Livramento, Canabarro aí fixou o seu quartel general, se bem que repetidas vezes visitando as guarnições subordinadas. Conseguiu do governo a conservação, por mais de vinte anos, de um ou dois corpos, guarnecendo a povoação, que tinha esse meio eficaz para aumentar e desenvolver o seu comércio. Sempre fiel ao governo, que o cumoulou de distinções e provas de confiança, não quiz Canabarro aderir ao movimento armado, conhecido pelo nome de Califórnia, que, no território da república limítrofe, levou a efeito em 1850 o Barão de Jacu, auxiliado por alguns chefes brasileiros, destróçados e batidos pelo General André Lamas.

Canabarro deixou, por duas vezes, esse comando, uma quando, em fins de 1851, a frente de uma divisão de guardas nacionais, seguiu para a campanha contra o tirano Rosas; outra, quando teve de marchar com a divisão, que em 1865 deveria enfrentar com a enviada pelo despota do Paraguai para invadir e devastar a fronteira de Missões. Efetuando-se a invasão, empalideceu a boa estrela desse valente soldado, pouco vivendo depois disso. Deixou imperecíveis traços dos relevantes serviços prestados como homem político ao seu município e aos circunvizinhos, salientando-se sua iniciativa na fundação da cidade de Uruguaiana, como vimos no capítulo antecedente.

Depois dele, muito concorreram para o desenvolvimento social da cidade de Santana do Livramento: - Antônio Caetano Pereira (Barão de Ibirapuitã), Antônio Moreira Cocuruto, Dinarte Correia de Mello, Joaquim José de Vargas, Francisco Coelho d'Oliveira, José Rufino de Aguiar, Ângelo Correa de Mello, José Antônio Martins, sua filha Dona Úrsula Martins da Cunha, Miguel Luís da Cunha, Ângelo Cabêda, Manoel Cabêda, Manoel Pinto da Costa, José Luppi, Doutor José Firpo, Doutor Diogo Hamilton, Belisário Correa de Mello, André Guirotani, Pedro Garcia, Major Antônio Frazão do Nascimento, Francisco Leonardo Falcão, Henrique Vares, Henrique Elizalde, João Bensoni, Aleixo Prati, Francisco Xavier Peres, Isaías Brasileiro de Araújo, Manoel Baptista Tufino, Antônio Pinto da Fontoura Barreto, o padre Augusto Martins da Cruz Jobim, que há mais de quarenta anos é o vigário colado e por mais de dez anos acumulou, por eleições sucessivas, o cargo de intendente municipal.

A cidade tem se estendido numa área de dois quilômetros de comprimento, sobre um e meio, na maior largura ocupada com uma edificação de 2.018 prédios, com tendência para aumento, apesar da carestia e às vezes falta de materiais, operário e jornaleiros.

A edificação é distribuída por vinte e duas ruas e quatro praças, espaçosas e bem alinhadas, como passamos a mencionar:

Ruas principais de Norte a Sul - Vinte e Quatro de Maio, Dezoito de Setembro, Treze de Maio, Quinze de Novembro (antiga Silveira Martins), Vinte e Nove de Junho, Andradas, Conde de Porto Alegre, Quinze de Abril, Taquarembó e Almirante Barroso.

Ruas travessas de Leste a Oeste - Tamandaré (que enfrenta com a Rivera), Primeiro de Março, General Vasco Alves, Manduca Rodrigues, General Canabarro, General Câmara, Duque de Caxias, Sete de Setembro, Barão do Triunfo, Riachuelo, Fernando Machado e General João Manoel.

Praças - General Osório, bem cuidada, com jardim e arborizada, é a principal e mais freqüentada, fica entre as ruas Vinte e Nove de Junho e Andradas; - Marechal Floriano (mais conhecida por Praça Nova) entre as ruas Dezoito de Setembro e Treze de Maio; - Barão de Ijuí, (onde foi o antigo cemitério até o ano de 1871) é situada no extremo da rua João Manoel; - e Senador José Bonifácio, antiga Praça da Bica.

A rua que ao longo da Coxilha Grande, segue da cidade brasileira do Livramento para a Oriental de Rivera, forma com esta um espaço de cento e dezoito metros.

Além das casas particulares, algumas de arquitetura elegante e várias de soteia, conta a cidade os seguintes:

Edifícios públicos: Uma igreja católica, a matriz, na face Norte da praça General Osório, construída às expensas do povo, há quarenta anos, com torre e campanário, pode conter oito centas pessoas - Um teatro denominado Sete de Setembro, situado na face Sul da praça referida, com fachada elegante de ordem jônica. Foi construído em 1860 a custa de uma sociedade anônima, mas é um edifício acanhado para uma população que tanto tem aumento. O quartel das forças federais, hoje denominado do regimento. Foi construído em 1877 no subúrbio Norte da cidade, em terreno cedido pela câmara municipal, no lugar denominado Cerro do Depósito. Este nome data de 1820 ou 1825, quando o General Curado¹⁾, fez o seu quartel de inverno com a divisão que comandava, construiu a enfermaria e casarão de depósito de artigos bélicos. É margeado por um galho do Ibicuí, que naquela época corria pelo centro de uma espessa floresta, consumida, quase toda, com a extração de madeiras de construção e lenha; é limitado por umas rochas escarpadas, que o tornam inacessível para quem vai da cidade, a não ser por um passo denominado das Pipas, porque nesse lugar o Marquês de Barbacena mandou colocar várias pipas cheias de areia para transitar a pé enxuto.

O quartel fica bem no cimo do Cerro e ao Norte do pequeno galho do Ibicuí, que o separa da cidade.

A Casa de Caridade foi começada em 1888. É um edifício com estilo arcaico, apresenta três frentes e é vasto. Conquanto ainda não esteja de todo acabada, há dois anos, mais ou menos, tem suas enfermarias e salas da administração funcionando.

Cemitério extra muros. - É situado na distância de três quilômetros da cidade, em terreno comprado pela municipalidade a

Nicolau Rodrigues da Silva. Contém uma área de oitenta metros de frente sobre cento e noventa de fundo, todo murado e rebocado.

Aí existe uma capela para sufrágios aos mortos, alguns repousando em túmulos riquíssimos.

A população da cidade e subúrbios é de 12.600 habitantes e a da campanha é de 11.840, ao todo 24.440 habitantes.

Esse povo é dado ao trabalho, sendo predominante a indústria pecuária, muito recomendável pelo refinamento das raças nos gados vacum, cavalar e ovelhum. Os criadores mais opulentos tem mandado vir da Europa, da Austrália e do Cabo da Boa Esperança, reprodutores escolhidos por preços muito elevados. Como, no Capítulo IX da Primeira Parte, citamos alguns homens, não precisamos repeti-los.

A lavoura não é indústria tão fácil, nesse município, como a da criação, mas isso não tem impedido, que muitos fazendeiros e pequenos proprietários tenham feito suas plantações de legumes e árvores frutíferas para seu consumo e comércio.

Nos subúrbios da cidade, recomenda-se a granja Cruchen, com ricos vinhedos e árvores frutíferas, procuradas frutas e vinhos com máximo empenho. Nos quintais das casas da cidade e em algumas pequenas chácaras dos subúrbios há abundância de hortaliça, laranjeiras, pessegueiros, figueiras, macieiras, marmeleiros, etc.

Entre outras indústrias conta-se a da fábrica de excelente cerveja do cidadão Guilherme Martins, uma fábrica de velas stearinas e outra de sabão, mas avultam em mais as duas charqueadas, que num ano abateram 86.800 rêses.

É talvez a primeira em seu gênero, no Rio Grande do Sul, a serraria a vapor do senhor Estevão Lorenzi, anexando a esse estabelecimento uma fundição de tipos, tendo estes servido para a imprensa local e da cidade fronteira da Rivera. Esse estabelecimento conpeende ainda duas seções dedicadas, uma à fabricação de carruagens, carroças e concertos de máquinas, outra uma ferraria mecânica, trabalhando em todas essas seções excelentes artistas.

O comércio é, inquestionavelmente, o que mais tem enriquecido a povoação e até o município.

Sem falar na exportação de tropas de gado de consumo, na da excelente cavallhada e muares, na de produtos bovinos, inclusive o das próprias charqueadas, o comércio em fazendas, secos e molhados avanta-se sobre os das cidades de Jaguarão e Alegrete, entrando talvez em competência, com as mais importantes cidades de Bagé e Uruguaiana. Em Santana do Livramento há quatro casas importadoras, que, não contentes com as mercadorias compradas nas cidades do Rio da Prata, mandam-nas vir diretamente da Europa.

Contam-se na cidade 115 estabelecimentos comerciais, desde as importadoras e as de comissões, até a do mais modesto negociante a varejo.

Independente dessas, há 6 farmácias, sendo duas homeopáticas, 8 médicos, 3 dentistas, 3 retratistas, 6 advogados, 2 leiloeiros, o pessoal da justiça e do conselho municipal, 6 ourives e joalheiros, 12 alfaiatarias, 10 casas de calçados, 4 lombilheiros e saleiros, 8 hotéis, 11 cafés e bilhares, uma alfândega de quarta classe, uma mesa de rendas estaduais, uma repartição de receita e despesa municipal, uma agência do correio, uma estação telegráfica, em comunicação com o mundo inteiro e uma vigararia forânea.

Para dar uma idéia da fortuna pública e particular desse município basta mencionar a receita daquelas três repartições no último ano financeiro:

Receita federal (pela alfândega)	334:223\$675
Receita estadual	184:948\$032
Receita municipal.....	127:180\$960

Paga o povo de impostos Réis	646:352\$667
------------------------------------	--------------

Essas receitas devem precisamente elevar-se, porque, além do aumento da população e das indústrias tributadas, estas hão de desenvolver-se mais, quando tiver desaparecido a crise, que parece estacionou em todo o Brasil.

Para manutenção da ordem pública e garantia das pessoas e fortuna dos moradores do município deve ser suficiente a força militar da União e a do Estado, além da polícia municipal, como passamos a mencionar:

Força federal. - Ainda subsiste até hoje sob as ordens de um coronel do exército, acumulando o comando da fronteira um regimento de cavalaria e um batalhão de infantaria, devendo ambos ter um total de 950 praças.

Força estadual. - Consta de 100 praças, tendo sido dissolvido segundo corpo da brigada policial, alojado no quartel, construído no acampamento do Catí, 78 quilômetros distante da cidade de Santana do Livramento.

Força municipal. - Consta hoje (pois já foi maior) de 30 praças para a polícia e guarda da cadeia civil, sob o comando de um capitão.

Instrução pública. - Existe um colégio de instrução primária, que concentra em si três aulas mistas, com frequência numerosa.

Em dois diferentes pontos da cidade existem aulas mistas, regidas por professoras, sendo também muito frequentadas.

Instrução particular. - Há um colégio denominado Quinze de Novembro, que, sob a direção do hábil educacionista José Chaves de Almeida, ministra a instrução primária e secundária.

Outro colégio existe denominado Franco. Brasileiro com internato e externato, sob a direção do ilustrado preceptor Raul Wolffling e que, como o precedente, conta numerosa frequência de alunos. Também proporciona instrução primária e secundária e mais desenho, música e línguas estrangeiras.

Na vida social deste tão adiantado município, mas principalmente na da importante cidade, realça essa franqueza e cavalheirismo, tão comuns no povo civilizado da fronteira meridional do Brasil.

São freqüentes as reuniões familiares, as diversões de toda espécie. Como é tão vizinha a cidade oriental da Rivera, os habitantes de ambas compartilham as festas, numa ou em outra celebração²):

Além das diversões populares, festas religiosas e espetáculos teatrais, existem na cidade as associações, que passamos a descrever:

Dois clubes beneficentes de senhoras.- Fundados em 1903, contam já crescido número de sócios.

São institutos de caridade, que fazem honra ao belo sexo santanense, segundo os sentimentos piedosos, que em geral exaltam o coração da mulher brasileira, devotada em socorrer os que padecem dores e privações.

Sociedade espanhola.- Não conhecemos seus estatutos, mas basta saber-se, que tem por fins: a concordia da colônia, manter o amor da pátria natal e auxiliar os compatriotas necessitados. Essa sociedade funciona em prédio de sua propriedade.

Sociedade italiana.- É para os italianos um simile da antecedente e à exemplo dessa funciona em edifício próprio.

Beneficência portuguesa.- Está constituída, há anos, para os mesmos fins das outras sociedades estrangeiras de socorros mútuos. Funciona em casa alugada.

Loja maçônica.- Existe, há mais de trinta anos, a denominada Caridade Santanense, fiel ao Grande Oriente do Brasil, com crescido número de obreiros.

Liga operária.- Conquanto muito moderna e funcionando em casa alugada, todavia promete ser duradoura, sendo utilíssima aos sócios e filhos destes, aos quais proporciona, em várias aulas, o ensino do português, espanhol, francês, aritmética, geometria e desenho linear, história natural, geografia e história pátria.

Clube Caixeiral.- Mantem-se com muita animação, funcionando em casa própria, onde tem um gabinete de leitura e sala espaçosa para suas reuniões.

Clube Comercial.- É uma associação, que tem prestado reais serviços a sua classe, avultando em muito o da pertinácia, com que se esforçou e conseguiu, a criação e funcionamento da alfândega nesta cidade. No edifício da sociedade há espaçosos salões para bailes, freqüentados pelas principais famílias, outros para os jogos de bilhar e um para a grande livraria, fundada, conservada e anualmente aumentada por esforços do benemérito sócio João Sansz.

Praça do Comércio.- Funciona em uma das salas do Clube Comercial, tem estatutos próprios de semelhante instituição, alias criada pelo código comercial brasileiro.

A cidade de Santana do Livramento está em correspondência diária com vários pontos do seu próprio município, com os municípios vizinhos e com a capital, algumas povoações importantes da república limítrofe.

Para esse fim existem diversas estradas de rodagem sendo as principais: - uma para Bagé bifurcando-se para Dom Pedrito e São Gabriel, outra para o Rosário, Sodrê, Santa Maria e Cima da Serra, outra para Quaraí, outra para Alegrete, Uruguaiana, etc. Para todos esses pontos há linhas de diligências por tração animal, e, como se isso não bastasse a cidade ainda se utiliza da estrada de ferro, que liga Rivera a Montevidéu, sendo a única e segura via de transporte para introdução das mercadorias estrangeiras. Aproveitando essa estrada e algum vapor, que sem demora siga de Montevidéu para o Rio de Janeiro, será fácil uma viagem de cinco dias por terra e por mar entre as duas cidades brasileiras, o que, há alguns anos, não se conseguiria com triplicado espaço de tempo.

Mas, todos esses meios de fácil comunicação, longe de dispensar, ao contrário reclamam, como medida estratégica, uma estrada de ferro que, partindo de Bagé ou da estação Sodrê, vá terminar em Santana do Livramento, pondo-a em contato com a capital do Estado e com a cidade de Rio Grande.

Trata-se, felizmente disso estão sendo feitos estudos e escolhido o traçado, pelo abalizado engenheiro Lassance Cunha, fiscal do governo e seus colegas da companhia Viação Férrea Rio-grandense.

O ponto de ligação com a estrada de ferro geral do Estado, parece será em Saicán, onde em breve surgirá importante povoação. Não perderão muito com isso as cidades de São Gabriel e Bagé, já bem servidas pela via férrea, que se divide atualmente para o Rio Grande, Uruguaiana e Porto Alegre.

Eis quanto podemos dizer sobre a importante cidade no extremo Sul da linha divisória brasileira e isso, em grande parte, devemos aos dados que gentilmente ministraram nossos amigos Raphael Cabêda, Antônio Ferreira Prestes Guimarães e Adriano Pillar.

Depois de entregue este capítulo à oficina da casa editora, vimos em um jornal católico a notícia de terem sido fundados na cidade de Livramento dois internatos de ensinos religiosos, um a cargo dos irmãos maristas o outro do sexo feminino a cargo das irmãs franciscanas.

Muito concorreram para isso os esforços do reverendo João Cordeiro da Silva, coadjutor da paróquia, a quem o Exm^o Arcebispo Dom Cláudio deu instruções, porque em sua visita pastoral, achou deficiente em relação à população, o ensino leigo das poucas escolas públicas e particulares.

NOTAS

1) Alguns dos antiquíssimos e já raros habitantes de Santana do Livramento, na 3ª década do século passado, afirmavam isso, contra a opinião dos que atribuem ao Marquês de Barbacena, o acampamento nesse cerro.

2) Não é só isso. Qualquer das duas cidades é o asilo dos prôgugos por motivos políticos, de qualquer dos estados limítrofes.

Por única exceção, podemos lamentar, sem comentários, a destruição de dois estabelecimentos tipográficos em Rivera, sendo autores alguns brasileiros e orientais conluídos.

Isso não surpreende a que conhece a história dos atentados da mesma natureza, perpetrados nos países sul-americanos contra a imprensa livre.

Capítulo XXXI

QUARAÍ

*Un fleuve de lait court toujours par cette
terre benie. . . de sa propre bonté.*

Michellet

Não podia deixar de ocupar um lugar em nosso livro a já bem desenvolvida cidade de São João Batista do Quaraí, com seu rico e populoso município.

Desde que tratamos de Alegrete, considerada terra missioneira, não podia ficar esquecido o distrito com a circunferência de trezentos e nove quilômetros, pouco mais ou menos, desmembrados para constituir município distinto.

É possível, que nunca houvesse sido utilizado pelos jesuítas, quando dominadores do território conquistado em ambas as margens do Ibicuí.

Entretanto, naqueles tempos tão remotos, não havendo uma demarcação entre os domínios espanhóis e portugueses, a província das Missões Orientais, tendo ultrapassado o Ibicuí e estendendo-se até as proximidades de Bagé, precisamente compreendeu o Alegrete (e todos os terrenos dele posteriormente desmembrados) com suas divisas antigas. Assim sendo, todo o território da margem direita do Quaraí até sua principal vertente, na Coxilha Oriental, e dessa até a oposta vertente do Cunhaperú deveria ser de fato ou de direito, parte complementar da província de Missões¹). Depois que esta foi conquistada pelas forças rio-grandenses, o governo português considerou sujeito, na parte eclesiástica principalmente, todo o vasto território além do Ibicuí até a já mencionada e desde então litigiosa divisa.

Todo esse território, onde progridem os ricos municípios de Alegrete, Uruguaiana, Quaraí, Livramento e Rosário, estava deserto, como mostramos nos capítulos precedentes. O Quaraí porém, não passava de uma bem abrigada mansão dos temíveis índios charruas.

Tiveram esses aborígenes diversos alojamentos, dos quais ainda se encontram vestígios, especialmente dos seus cemitérios, onde os corpos não eram enterrados, mas depositados numa quase superficial cavidade coberta de pedras amontoadas. Sob esses toscos sepulcros têm sido encontrados restos de ossos humanos.

Foram os charruas insignes frecheiros e fundibulários, ao ponto de raríssima vez errar um de seus tiros. A um ancião, que em sua adolescência servira na campanha cisplatina, ouvimos contar verdadeiros prodígios de dois desses índios já velhos, com seus arcos, setas, fundas e o tiro das bolas. Parece mesmo que foram os charruas mestres dos colonos espanhóis e portugueses no manejo desse instrumento temível, quando jogado com acerto.

Nos sítios onde esses índios tiveram seus acampamentos, encontra-se as chamadas pedras boleadeiras, machados e artefatos de diorito.

Como é sabido, toda essa raça aborígine, salvo um ou outro indivíduo, emigrou em consequência da conquista portuguesa, e, antes dessa, da ocupação espanhola.

Foi nessa região dos charruas e já expulsos estes, que alguns soldados da conquista de Missões e guerras da campanha cisplatina obtiveram largas concessões de terrenos, especialmente campos apropriados para a criação de gados. Entretanto, alguns dos concessionários abandonaram ou venderam suas concessões a preços ínfimos.

Em 1820, mais ou menos, João Batista de Castilho comprou duas sesmarias (ou seis léguas quadradas) dos campos à margem direita do Quaraí, entre o Quaraí-meri e a sesmaria Lemos. Aí fundou uma estância, tornada importantíssima pela fácil reprodução dos gados vacum, cavalos e ovelhas.

Data desse morador a denominação de Passo do Batista, que teve não só o próprio passo em uma e outra margem do Quaraí; mas também todo o terreno, que hoje constitui a cidade brasileira e seus subúrbios. Os antigos mapas existentes na repartição de obras públicas em Porto Alegre repetem esse nome vulgar.

Pelo mesmo tempo, mais ou menos, o então Coronel Bento Manoel Ribeiro comprou quatro sesmarias, a diversos concessionários, regulando todas 14 léguas quadradas sobre a margem direita do referido rio e seus sub-confluentes Garupá e Quaraí-meri. Confinando com ele obtiveram sesmarias: João Teixeira de Magalhães e confinando com ambos o capitão Manoel Carvalho Baylão, seguindo-se as sesmarias de Leonel Carvalho de Castilho, Pedro Paulo de Souza, Dona Paula Francisca da Silva, Manoel José Flores, João Pereira Soares e outras menores, que com as precedentes abrangiam mais de 52 léguas quadradas, a maior parte do que hoje constitui o município de Quaraí.

Esse território, como parte integrante do das Missões, foi incorporado à comarca de Rio Pardo, distante 780 quilômetros. Mais tarde foi unido ao novo município de Cachoeira, diminuindo a distância para esta 56 quilômetros apenas.

Quando a povoação de Alegrete foi elevada à vila, fazendo parte da comarca de Missões, o território do atual município de Quaraí ficou sendo o quinto distrito de paz de Alegrete com os limites assim discriminados: ao Norte e Oeste o arroio Garupã (divisa com o território da Uruguaiana, ao Sul o rio Quaraí (divisa com a República Oriental) até a foz do Garupã, a Leste o arroio Inhanduí até a foz do Chapêu no Ibirapuitan (divisa atual com o município de Alegrete) e daí até a barra do Sarandi, divisa com Santana do Livramento.

Em 1852 o governo da República Oriental mandou fundar uma povoação à margem esquerda do Quaraí, em frente ao ainda então chamado Passo do Batista, sendo incumbido desse empreendimento o coronel Dom Eugênio Goizon, que deu à nascente povoação o nome de Santo Eugênio.

Foi rápido o desenvolvimento da povoação Oriental, pelo que o governo do Brasil resolveu em 1858, fundou a atual povoação à margem direita daquele rio. O proprietário da estância, sucessor do velho Batista, devia, de conformidade com uma das cláusulas da respectiva carta de sesmaria, ceder para fim o necessário terreno e este foi logo demarcado em lotes pelo Coronel de engenheiros José da Vitória Soares d'Andréa, mais tarde General e Barão de Caçapava, como fora o seu ilustre progenitor.

De toda a parte surgiram pessoas ávidas de possuir uma casa de moradia no aprazível lugar, que posteriormente foi denominado São João Batista de Quaraí.

Elevada à simples curato em 15 de dezembro de 1859, foi mais tarde, por lei provincial de 2 de maio de 1871, criada uma paróquia com aquela invocação e com os limites do respectivo distrito. O bispo diocesano Dom Sebastião Dias Laranjeiras, de grata memória, deu-lhe logo pároco, mas foi infeliz com a escolha. Era um sacerdote pernambucano, Barrozo de Moraes, a quem, em menos de um ano, foi cassada a provisão e ele suspenso de ordens.

Nem por isso deixou a paróquia de continuar a prosperar e avantajarse sobre a povoação fronteira de Santo Eugênio.

Pela lei provincial nº 973 foi elevada à vila, tendo o município a mesma circunscrição territorial do distrito; mas a sua justiça, com juizes municipais suplentes, simples preparados para todos os efeitos, continuou sujeita ao juizado municipal de Alegrete. Em 1885 aí chegou o primeiro juiz municipal letrado desse termo, foi ele o Dr. Joaquim Francisco de Barros Barreto, que não completou o seu quadriênio, pediu remoção e foi substituído pelo Dr. Antônio Teixeira de Carvalho e este retirou-se alguns meses após o advento da república.

Em 21 de julho de 1890, foi decreto do governo estadual, elevada a povoação à categoria de cidade e seu município à de comarca. Mas parece, com o fim de dar colocação ao Doutor Antônio Fausto das Neves e Sousa, o qual não tardou em ser chamado para ocupar uma das varas da cidade de Porto Alegre, sem que jamais se lhe desse sucessor em Quaraí.

Pela lei nº 10 de 1894, dando nova organização a justiça estadual, a comarca de Quaraí ficou suprimida e seu território passou, como de antes, a ser um dos municípios da comarca de Alegrete.

É possível, que, atendendo à importância e contínuo progredir do município, seja restabelecida a comarca, porquanto uma cidade e município já bastante populosos não podem continuar na dependência do foro de Alegrete, para todas as causas de valor maior de 500\$000 réis sendo mister transportar para ali com dois dias de viagem a cavalo os feitos excedentes da alçada distrital.

A elevação do Quaraí à cidade, não foi tão prematura, porque, no período de trinta e dois anos decorridos, desde a sua fundação como simples povoação, havia crescido tanto, que sua população já era maior de três mil almas.

O último recenseamento, feito com inexcusável cuidado em 1900, demonstrou conter a cidade e o subúrbio denominado Aldeia 4.737 indivíduos, sendo apenas 575 estrangeiros e os demais nacionais, sendo aqueles argentinos, orientais, espanhóis, italianos e raríssimos de outra procedência. A população da cidade quanto a sexos é mal repartida, pois são 2.534 homens e 2.203 mulheres. A população extra-urbe é, no 1º, 2º e 3º distritos de 7.800 indivíduos sendo a população total do município de 12.537 habitantes.

Em geral esse povo é pacífico e laborioso. Confirma esse conceito a boa ordem, que aí reinou até 1890, a ausência de grandes crimes repetidos em outras localidades do Rio Grande do Sul, para as quais o governo não foi ávaro em conceder-lhes a força necessária para o policiamento. Até então o governo contentava-se em conservar no Quaraí um destacamento de 30 ou 40 praças sob o comando de um oficial.

Em 1890 veio aquartelar nessa povoação o 11º regimento de cavalaria, que logo saiu em consequência da guerra civil. Pacificada esta em 1895, veio para aí o casco do 12º regimento da mesma arma, que, logo em poucos meses, completou o seu estado efetivo.

Essa força não achou até hoje um quartel seguro, onde abrigar-se. O Major João Inácio Alves Teixeira, fiscal do regimento, fez construir sob sua direção um quartel provisório de paredes de pau-a-pique (estruque) coberto de palha podendo ser em poucos momentos, devorado por um incêndio.

Na cidade ainda existe, aquartelada em casa alugada, a guarda aduaneira destinada a repressão do contrabando; além disso existe uma força da polícia municipal composta de 40 praças, um alferes comandante e dois inferiores.

Seis léguas distante, no lugar denominado o Catí, existiu um regimento de cavalaria do exército estadual. Essa força deixou um quartel decente, solidamente construído, bem abrigado e com um serviço telefônico para a cidade.

Aos olhos do observador mostra a povoação de Quaraí um desses belos panoramas tão comuns a todas as povoações da campanha rio-grandense. O leitor o apreciará nessa vista que lhe oferecemos e foi tirada pelo hábil fotógrafo Sósias Vidal, residente na Uruguaiana, em uma excursão pelo Quaraí.

Compõe-se a cidade de 439 casas sujeitas ao imposto da decima urbana, além um número quase igual de ranchos isentos, por serem tais, daquele imposto.

As construções são caríssimas, porque não se obtém a madeira de construção se não com o transporte, por muitos dias, pelo rio Uruguai até a foz do Quaraí e por este acima (45 milhas) até o passo em frente a cidade. A madeira vinda do estrangeiro é muito mais cara.

Os habitantes desta e campanhas vizinhas ainda não se compenetraram da necessidade de plantar madeiras de construção, sendo que do pinheiro araucário podem obter semente abundante mandando-a vir da região serrana. Num futuro não muito remoto ser-lhes-ia essa plantação um verdadeiro tesouro, enquanto não chegassem os paus a altitude e grossura bastantes para produzir um proveitoso taboado, o fruto das árvores seria um alimento saboroso e nutritivo. Muitos dos ramos desnecessários serviriam de combustível.

Apesar do crescido número de habitações, assim em casas como em ranchos, a cidade conta quarenta e uma casas de negôcio, como são todas a da campanha, contendo simultaneamente fazendas, gêneros secos e molhados, ferragens, louça e miudezas, dez açogues, cinco padarias, três barracas de frutas e hortaliça, duas outras de materiais para construção, seis hotéis e restaurantes, outros tantos bilhares, seis oficiais de carpinteiros, três ditas de marceneiros, cinco ferreiros, sendo um serralheiro, três sapateiros, um corrieiro, três alfaiatarias, quatro pintores, sendo dois vidraceiros, um relojoeiro, três ourives, seis advogados, sendo três diplomados, sete médicos, sendo dois licenciados, três dentistas, quatro barbeiros e cabelereiros, um professor de piano, outro de música instrumental, uma casa de jogo de pelota e tivoli, o edifício da intendência municipal, a cadeia pública, o matadouro, o cemitério, dez carros de praça, trinta de uso particular, quatro diligências para viagens a longa distância, quatro olarias, uma fábrica de sabão e velas, outra de preparar línguas em conserva, uma charqueada, onde na última safra abatidas 68.014 reses.

A exportação do município de Quaraí, no ano de 1907, atingiu a 4.569:656\$190 réis, sendo esse o município de maior exportação, depois dos de Rio Grande e Pelotas, como lemos num jornal de Porto Alegre.

Na cidade existem as repartições seguintes: mesa de rendas federais, com arrecadação de 153:800\$000 réis anualmente, a mesa de rendas estaduais com 400:000\$000 réis mais ou menos, a contadoria municipal com a de 92:741\$000 rs.

Há para o ensino primário três aulas para o sexo feminino, duas ditas para o masculino, três aulas municipais, aquelas na cidade e estas no segundo e terceiro distritos.

Além desse melhoramento moral, tem a cidade e distritos o pessoal necessário para a administração da justiça, (somente a distrital), o intendente Coronel Olavo Saldanha, e o conselho municipal, que até hoje criteriosamente tem desempenhado suas atribuições.

Existe além da agência do correio uma empresa telefônica com mais de 50 assinantes em toda a cidade, o telégrafo, que, limitado a princípio a uma linha entre esta e a cidade de Alegrete, hoje, tendo transposto o Quaraí, vai até Montevideu e Buenos Aires, havendo portanto uma comunicação telegráfica com o mundo inteiro.

A vida social nem por isso é tão monótona, nem tão reconcentrada.

Ocupando-nos da religião, existe a igreja matriz de São João Batista construída às expensas dos fiéis. É superior às igrejas de Itaqui, Alegrete, Cruz Alta e quase tão bela como a de São João do Monte Negro. A população quase toda católica, tem a fortuna de ser dirigida espiritualmente pelo Reverendo Doutor Vitor Van Uxen.

Depois da igreja ocuparia lugar distinto o teatro, mas este, em 6 de fevereiro de 1900, foi derrubado por um ciclone e desde então só se cuidou na reconstrução e foi restaurado em 1906.

Além das distrações nesse teatro, são mais freqüentes as corridas dos corcêis, os bailes familiares e, fora isso, em mais reduzidas agremiações, a sociedade italiana Giuseppe Manzini, a Liga Operária, em edifícios próprios, o Clube Caixeiral e a loja maçônica Os Homens perante Deus.

Nada falta a cidade de São João do Quaraí para tornar-se uma das mais populosas e ricas do Rio Grande do Sul; mas é preciso, se lhe sucedam homens verdadeiramente criadores, que lhe dediquem todos os esforços da inteligência e boa vontade.

Eis quanto obtivemos saber sobre essa cidade, o que devêmo-lo a obsequiosidade de um velho e dedicado amigo e colega, residente ali, há mais de vinte anos.

NOTAS

1) Mais convenceu-nos a leitura da Voyage de Saint Hilaire, que encontrou em Belém, no rincão entre o Quaraí e o Arapeí (território limitrofe que já foi brasileiro) as ruínas de uma grande estância ou pequeno povo jesuítico.

Capítulo XXXII

ROSÁRIO

Não há nada grandioso nem sublime, mas há como uma simetria de cores, de sons, de disposição em tudo quanto se vê e sente, que não parece senão que a paz, o sossego de espírito devem viver e reinar ali um reinado de amor e benevolência.

Garret

Quando, em 1856, fizemos uma viagem desde São Borja até São Gabriel, passamos na ida e na volta o rio Santa Maria, caudaloso e profundo, no local denominado Passo do Rosário, que outros também dizem Passo de São Borja.

Existiam, à margem esquerda, três casas toscas: uma com pequeno e mal sortido negócio em gêneros secos e molhados, outra era residência da família do negociante, outra o aposento do pessoal empregado nas canoas e barca de passagens. Havia, entretanto, um contínuo tranzilto dos viandantes, tropas de gados, veículos e muitas vezes forças militares.

O povo reclamava a construção duma ponte decretada, havia alguns anos para esse passo, mas tal ponte não se fez até hoje.

A estrada, que percorríamos, atravessava, em ambas as margens do rio e até longa distância, um terreno deserto. Regressando por ocasião das enchentes do mês de Setembro vulgarmente denominadas de São Miguel, estacamos no passo do arroio Divisa, onde passamos numa canoa, e 23 quilômetros mais adiante no arroio Saican servido por uma balsa, só nas proximidades de cada um desses dois passos existia um rancho habitado.

Os anos decorreram. Quando em 1873 outra vez aí passamos, vimos, no alto da coxilha, à margem direita do Saican, uma povoação com quinze casas, uma capela e, um pouco distanciados, vários ranchos, mais adiante, no planalto da coxilha, à margem

esquerda do rio Santa Maria, uma povoação com mais de quarenta casas e uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário, servindo de pároco um velho sacerdote italiano, que também exercitava as funções de professor de música.

As causas dessa transformação encontrará o leitor no seguinte resumo.

Histórico

O território, que 17 anos antes percorrêramos, pertencia ao município e paróquia de Alegrete.

Em 1846, a assembléia provincial havia criado no distrito de Caverã (que compreendia até o Passo do Rosário) uma freguesia. Esta nunca foi provida canonicamente.

Os proprietários das grandes estâncias desse vasto distrito, quase todos ricos, nunca pensaram em escolher um local para a construção duma igreja, que pudesse servir de matriz da freguesia do Caverã e ainda da menos da respectiva povoação. Continuaram com a maior indiferença pertencendo à paróquia de Alegrete, embora pagando bem caro os proventos do vigário, que assim poudes acumular fortuna e ir gozã-la em sua pátria de origem.

Dois ou três anos após nossa primeira viagem, agitou-se a idéia da povoação para sede da paróquia.

Pretendiam uns fosse escolhida a coxilha à margem esquerda do rio Santa Maria, outros à da margem direita do Saican. Em qualquer desses lugares a estrada de rodagem entre São Gabriel e Alegrete passaria por meio da povoação.

A assembléia provincial cortou essa controvérsia, porquanto a lei de 15 de Novembro de 1859, decretou a freguesia no Passo do Rosário.

A povoação em Saican encontrou embaraço, por parte do procurador fiscal da fazenda nacional, porque esse campo (nove léguas quadradas) fora pelo governador Dom Diogo de Souza (nos primeiros anos do século passado) tomado a Joaquim José Domingues e Silva, filho e herdeiro do concessionário primitivo) para depósito e inverno dos animais do serviço do exército, como até hoje tem sucedido. A despeito dessa oposição, o comendador José Luiz Cardoso de Salles (mais tarde Barão de Irapuã) estreitamente ligado aos dominadores da situação política do Rio Grande do Sul, conseguiu da assembléia provincial, logo no ano seguinte, a lei de 4 de dezembro de 1860, transferindo para o local escolhido em Saican, a sede da paróquia. Aquele opulento fazendeiro não queria (sem razão) uma freguesia perto dos limites de sua aliã bem cercada estância do Curral de Pedras.

Mas, desde os últimos meses do ano de 1861, os proprietários do campo à margem esquerda do rio Santa Maria, haviam começado a construção das casas da nova povoação para a decretada. Em Janeiro de 1862 se instalaram os primeiros moradores.

Tomaram parte ativa nessa cruzada e foram os fundadores da povoação (atual vila do Rosário) os cidadãos: Coronel Manuel José Soares, Tenente-Coronel João Gualberto da Costa Lerina, Ma-

jor João de Souza Brasil, Máximo Germano do Monte. Manoel Estácio da Costa, João Patrício de Azambuja, Felizardo Pereira de Souza, José Antônio de Araujo, Francisco Gerardo Osório, José da Veiga, Luiz da Silva Figueiredo, Manoel Ferraz, Feliciano Antônio Alves, Melibeú Soares de Souza, Pedro Rocha, João Cardoso da Silva, Eduardo José de Farias, Damasio Alves, Desidério Antônio da Silva, Fidelis Paes de Freitas, Antônio José Ramos, Manoel Maria da Silva, José Rodrigues de Vasconcellos Filho e os estrangeiros: Henrique Franzen, José Civeri, Cândido Mano, Eugênio Mano, Marin Bazeau, Carlos Delmond, Domingos Havan, Emílio Thadeu e João Ventura, nomes esses que temos satisfação de perpetuar neste livro. Assim pudéssemos fazê-lo em todas as demais povoações do território conquistado, como desejamos.

Por lei provincial de 15 de Novembro de 1864, foi transferida de Saican para a nova povoação de Nossa Senhora do Rosário a sede da freguesia, que, por mais de vinte anos, nunca pode existir no distrito de Caverã, cessando a oposição, que por mal informado fizera o prelado diocesano contra a transferência da povoação de Saican.

Concorreu para essa aquiescência do poder eclesiástico, o fato de já ter estado, por alguns dias, em visita pastoral, o virtuoso bispo Dom Sebastião Dias Larangeiras e reconhecido de vizi as vantagens da preferência disputada pelos fundadores da povoação do Rosário. Tão depressa chegou ao seu palácio episcopal em Porto Alegre, nomeou vigário interino dessa paróquia o Padre Augusto Jobim, que logo foi assumir, nesse mesmo ano, o exercício de suas funções.

Não esqueçamos, que ocorrendo, nos dias da permanência do mencionado bispo, o aniversário da batalha do Rosário de Ituaingo, à margem do arroio, distante três quilômetros da atual vila, já celebrou, a 20 de Fevereiro, uma missa campal em memória dos que perderam a vida na jornada, em que a bravura e superioridade numérica do exército brasileiro foram sacrificadas pela imperícia ou talvez fraqueza do seu general (capítulo VII).

No ano seguinte, já passou o Imperador Dom Pedro II com seus gêneros, ajudantes de campo, o ministro da guerra e mais comitiva imperial. Pouco se demoraram e foram no dia seguinte acampar na povoação de Saican em uma das oito casas então existentes. Foi esse o palácio, onde a 6 de Setembro de 1865 assinou o Imperador quatro decretos, com referência do Ministro da Agricultura Antônio Francisco da Paula e Souza. Aham-se na coleção das leis desse ano.

Nem por isso cresceu a povoação de Saican, tolerada de então por diante pelo governo, pois conta, além da capelinha, 35 casas cobertas de telhas e cerca de 70 ranchos ou casas com paredes de barro cobertas de capim.

Em razão inversa tem crescido a povoação do Rosário, pois, além da igreja matriz e do cemitério extramuros conta 108 casas e 196 ranchos nos subúrbios.

A planta da povoação consta de uma praça denominada Quinze de Novembro, e das ruas Amaro Souto, Marechal Floriano, Firmão Franco, General Bento Martins, Souza Brasil, Lerina, Ritta Gomes, Barão de Cerro Largo, Canabarro e Travessa do Império.

Por lei provincial de 19 de Abril de 1876, foi elevada à categoria de vila. A princípio foi um dos termos da comarca de Alegrete, mais tarde da de São Vicente e ultimamente pertence à comarca de São Gabriel, de cuja cidade dista 66 quilômetros, enquanto que para São Vicente a distância é de 86 quilômetros sendo mister transpor o próprio rio Santa Maria, o Ibicuí e vários arroios caudalosos. Para o Alegrete a distância é de 118 quilômetros.

Existe na vila, além do pessoal da intendência municipal e do foro, 12 oficinas diferentes, 44 casas de negócios, sendo duas de primeira ordem, 1 médico e 2 farmácias.

Em Saican há 6 casas de negócio, 2 oficinas de ferreiro e 1 ourives.

População

A da vila e subúrbios é de 2.500 habitantes, quase 1.000 a de Saican, em todo o município há mais de 16.000 habitantes.

Como a indústria predominante e mais desenvolvida é a pecuária, a maior parte da população válida da campanha compõe-se de fazendeiros e pequenos criadores ou dos seus auxiliares.

A lavoura é quase nula, apesar da fertilidade do solo e sua propriedade para a indústria vinhateira e cultura do trigo.

Instituição Pública

Conta o município cinco aulas de instrução primária, sustentadas pelos cofres estaduais, três outras pelos cofres municipais. Além dessas há na vila três particulares. Em todas há bastante frequência.

Rendas Públicas

A receita estadual, nos últimos três anos, tem sido de CR\$ 35.000.000,00 mais ou menos, a municipal de CR\$ 36.000.000,00.

Tendo sido extinta a coletoria das rendas federais, ignora-se qual a receita anual para os cofres da União, limitada hoje a selos de procurações, contratos e obrigações pecuniárias, selos de gêneros de consumo e ao rendimento incerto e diminuto da agência do correio.

Situação Topográfica

A vila fica afastada meio quilômetro da margem esquerda do Rio Santa Maria, na latitude de 30° a 9' sobre 109° de longitude contadas sobre o meridiano do Rio de Janeiro e 88m, acima do nível do mar.

O aspecto sorridente da vila denuncia a vida plácida, que aí se desfruta. A intriga, tão natural nos lugares pequenos, se aí tem existido alguma vez, foi tão destituída de gravidade, que

nunca repercutiu ao longe, nem deu que fazer ao jornalismo. O povo é quase todo ordeiro.

O aspecto da campanha é ondulado por coxilhas, separadas umas das outras pelas baixadas e destas as mais profundas são os leitos dos arroios e de alguns banhados.

No extremo Sul existem as serras Caverã e do Vacaquã.

O clima é excelente em todo o município. Os limites de toda essa circuncrição municipal tem sido até a presente: - ao Norte, com os municípios de São Francisco de Assis e São Vicente pelo rio Ibicuí, a Leste com o município de São Grabiél pelo rio Santa Maria, ao Sul com os municípios de Dom Pedrito, Livramento e Quaraí, pelas já mencionadas Serras, pelo rio Santa Maria e arroios Vacaguã e Ibirapuitan e pelo Oeste com Alegrete pelo arroio Itapevi até sua foz no Ibicuí.

Capítulo XXXIII
SÃO FRANCISCO DE ASSIS

La commune est la société de plusieurs familles, que se réunissent dans une même ville pour se procurer la douceur de vivre avec leurs semblables et les autres avantages, qu'on ne trouve pas dans la solitude.

D'Aguesseau

A circunscrição, do que hoje constitui o município de São Francisco de Assis, mereceu a escolha dos jesuítas para suas reduções.

À margem esquerda de Tibicuarí (hoje Itú) confluentes do Ibicuí fundaram, em 1633, a denominada São Tomé, primeira des se nome.

Passados três anos, uma força de aventureiros paulistas assaltaram e destruíram-na aprisionando e conduzindo como escravos, os índios catequizados, que não puderam fugir com os padres.

Já vimos (Capítulo I), que, tanto essa como todas as demais reduções provisórias, fundadas ao oriente do rio Uruguai, tiveram, em poucos dias, a mesma sorte e delas nem vestígios res tavam, quando foi feita a conquista brasileira de 1801.

Mas quando, em meados do século XVII, os jesuítas com uma legião de índios armados recuperaram a posse do território espoliado, resolveram não distanciar muito as novas reduções. Limitaram-nas ao vale entre o Piratini e Ijuí-Grande e, conquanto senhores de todas as terras até a Serra Geral e abaixo esta até Bagé, todavia fundaram a redução de São Borja à margem esquerda do Uruguai e Santo Ângelo à margem direita do Ijuí-Grande. O extenso vale formado pela Serra do Iborahissá, rios Itú, Jaguari e Ibicuí, fértil, abundante em pastagens suculentas, bos

ques frondosos de madeiras preciosas, com jazidas minerais, irrigado ainda por uma multidão de arroios, que levam suas águas àqueles três grandes rios, em uma palavra o posterior distrito e hoje município de São Francisco de Assis, não foi mais lembrado para conter uma redução que fosse.

O vistoso local, que desce duma coxilha até o passo do Itú, pela estrada que segue até Itaqui (e onde se presume houvesse sido a redução destruída pelos paulistas) continuou baldio. Os vimos pessoas muito antigas afirmar, que no local da atual vila de São Francisco de Assis existiu uma capela dedicada ao glorioso seráfico com a respectiva estância, mas essa mesma transferida ou abandonada, antes mesmo da expulsão daqueles padres, caiu em ruínas, deixando alguns vestígios.

O que há de real, é, que ao tempo da conquista todas as terras entre os rios Itú, Jaguari e Serra do Iborahissã, estavam desertas, como estavam todos os campos desde a margem esquerda do Itú até a direita do Botuã.

Mas não demoraram muitos anos as concessões feitas pelo comandante geral das Missões.

O Major de milícias Antônio Jacinto Pereira, estancieiro nos atuais municípios de São Gabriel e Santa Maria, conseguiu cinco sesmarias (ou diretamente para si ou algumas compradas a terceiros) nos campos e matos entre o Itú e o Pirajú, Cláudio José de Abreu (ainda menor) outra, Francisco Xavier Franco, Antônio José de Mello, Joaquim Antônio d'Oliveira e Manoel José de Abreu (uma sesmaria cada um), Jacinto José de Oliveira (outra à margem do Taquari), Demétrio Antônio Vieira (2 léguas quadradas nas pontas do Itú) e outras concessões menores a Francisco de Paula Medeiros, Antônio José Ferreira, Matheos Rodrigues Martins, João da Silva Telles, Serafim José Machado, João de Freitas Vieira, Zeferino Fagundes da Cunha, Antônio de Moura, Eugênio Boré, Vasco Pereira da Luz, Joaquim José de Camargo, Pacífico dos Santos Coelho, Vasco Rodrigues Jacques, Leonardo Leite de Miranda, Constantino José Martins, Antônio Pio Pedroso, Manoel Henrique Rebelo Laranja, João Rodrigues Pedroso, Felix Brasil, Boaventura Ferreira Guimarães, Tristão d'Araújo Nóbrega, Felisberto Leite de Carvalho e Serafim José Martins que comprou uma concessão já vendida a terceiro em 1808.

Além das concessões pelo comando da fronteira, tomaram posse em terras devolutas: - Romualdo José Bernardes, José Pereira da Luz, Boaventura Ferreira Gomes, Francisco Malaquias da Costa, Joaquim Marino de Salles e outros muitos, especialmente nos matos que bordam o Jaguari.

Entre os concessionários das terras baldias de Missões, foram os das compreendidas entre Itú e Jaguari os primeiros a pensar na construção de uma capela para sede de uma paróquia futura.

Efetivamente levaram a efeito essa obra, pouco recomendável pela arquitetura, demasiado pequena e que ainda hoje é a igreja matriz.

Em 1812, foi benzida, mas o vigário geral em Porto Alegre, ordenou ficasse subordinada à paróquia de São Francisco de Gorja.

Foram logo construídas várias casas de bons materiais e algumas ocupadas com negócio.

A animação com que foi iniciado esse campanário, o mais antigo dentre os que se formaram no território conquistado, indicava que dentro em poucos anos aí existiria uma vila populosa e rica.

Porém enquanto Alegrete, Cruz Alta, Itaqui, Uruguai e Livramento, fundados posteriormente, cresceram e se impuseram para bem merecer os títulos de paróquias, vilas e até cidades, São Francisco de Assis permaneceu em seu imperturbável atraso.

E não havia razão para essa estagnação e tão precoce decadência, porque em meio da povoação passava (e continua a passar) uma estrada de rodagem, que nunca precisou obras de arte, mas foi por longos anos o caminho preciso para Rio Pardo, Bagé, São Gabriel e a fronteira do Uruguai, região esta povoadíssima e opulenta, sobretudo na exportação de gados para as charqueadas.

Durante o decênio revolucionário de 1835 paralisou absolutamente a venda de gados, o mesmo comércio local diminuiu, mas a povoação apenas ficou estacionária, então e por mais de meio século.

Quando depois da pacificação foi provida a paróquia de Itaqui, São Francisco de Assis, que era o quarto distrito de paz de São Borja, ficou pertencendo àquela nova paróquia.

Em 1855 os moradores da povoação aconselhados pelo Major Augusto de Siqueira Pereira Leitão, que aí dirigia uma importante casa comercial, sob a firma Domingues Irmãos & Cia., requereram à assembléia provincial a criação da paróquia de São Francisco de Assis, compreendendo o distrito de São Xavier e portanto o Boqueirão de Santiago.

Por lei provincial de 7 de fevereiro de 1857 foi a capela elevada à freguesia, mas esta só foi provida canonicamente em 1859, sendo nomeado vigário o padre Antônio Guedes de Assis.

Pela lei de 4 de janeiro de 1883, foi elevada à categoria de vila, tendo o município a mesma circunscrição da paróquia.

Não tardou muito fossem-lhe tirados os distritos de Santiago e São Xavier, sendo nestes criada a paróquia e depois a vila de Santiago do Boqueirão, de que já tratamos no capítulo XXVI.

Com essa notável subtração ficou o município de São Francisco de Assis reduzido ao perímetro seguinte: ao Norte, por um galho do Itú, que nasce no Boqueirão de Santiago, pontas da Piquiri e parte final do arroio Calça Botas, à Leste pelo Jaguarizinho e Jaguari-Grande até a sua foz, ao Sul pelo Ibicuí até a confluência do Itú, a Oeste por este acima até o galho da vertente do Norte. Com essas divisas naturais ficou perfeitamente extremado dos municípios de Santiago, São Vicente, Alegrete e Itaqui.

Em 1887 tratou-se na assembléia provincial da criação de uma comarca compreendendo os municípios de São Francisco de As-

sis (a sede), Santiago e São Vicente, chegando com efeito a ser provida, mas a sede passou logo para São Vicente, sendo incorporado o município de Santiago a nova comarca de São Luís Gonzaga.

Temos quase por certo, que o aumento progressivo da colônia italiana de Jaguarí deve, em futuro próximo, torná-la um município, pequeno embora, muito mais importante que os três municípios limítrofes.

O de São Francisco de Assis teve à testa de sua administração um intendente empenhado em arrancar esse município do Torpor, em que tem jazido por tão dilatado número de anos.

Temos sobre a mesa os trabalhos do finado Carlos Nunes Nogueira constando da nova lei orgânica municipal, relatórios, orçamentos, etc. e conquanto dissentindo em absoluto de certos princípios políticos, nós que convicta e francamente preferiríamos uma república unitária e parlamentar, contudo vimos nesses opúsculos uma opinião sinceramente empenhada pela felicidade comunal.

Devido a esses subsídios podemos informar os nossos leitores, que a população do município é de 15.500 habitantes, sendo uma décima parte a da vila e subúrbios e esta habitando 192 prédios e alguns poucos ranchos suburbanos.

A vila possui treze casas de comércio e o município trinta e quatro.

A receita federal no ano de 1908, atingiu a 2:000\$000, a estadual em 28:000\$000 e a municipal a 46:000\$000 réis estando orçada para 1910 em 53:000\$000 réis, sendo os impostos mais leves, que os dos municípios circunvizinhos.

Toda a serra pertencente a esse município está colonizada por italianos tirolezes, divididos em dois núcleos, o de Toroquã e o de Ernesto Alves, este mais povoado que aquele. Esses colonos são muito ativos e entregam-se a cultura da vinha, criação de aves, suínos e plantação de legumes.

Sendo a vila um mercado insuficiente para o consumo desses e de outros produtos menos importantes, por isso são exportados em pequenos barcos de vela e dois pequenos vapores, que os conduzem para Uruguaiana. O melhor porto para esse comércio, e onde chegam as embarcações providas daquela cidade, é o da Carpentaria no Ibicuí, 12 quilômetros distante da vila.

O comércio com a cidade de Porto Alegre, é feito pela estrada de ferro até a estação do Umbú, de onde as mercadorias são transportadas em carretas até a vila de São Francisco de Assis, não havendo vantagem em embarcá-las ali no Ibicuí até o porto da Carpentaria e daí em carretas até a vila.

Deve-se ao ex-Intendente Simão Pereira Vianna a construção de ponte sobre a sanga Numeralda e o nivelamento da rua Inhaundã, trabalho esse quase concluído pelo seu sucessor Gabriel Pedro Machado, o mesmo que iniciou o serviço do desterro e nivelamento da praça denominada da República.

O Intendente Nogueira pôs termo à ocupação discrecional do terreno de logradouro público da vila, concluiu a estrada colonial de Toroquã, dotou a vila com uma cadeia, quartel para a

força policial, piquete e estrebaria para os animais ao serviço dessa polícia, além do armamento, munições e equipamento precisos, de sorte que, com dez guardas sob o comando dum subalterno consegue-se atender a todas as diligências exigidas pela polícia judiciária e administrativa.

O expediente e sessões do conselho municipal, o da intendência, o da exatoria (arrecadação de impostos), o da diretoria do patrimônio municipal, o forum e a direção policial funcionam em dois prédios de propriedade do município.

Além dos serviços já mencionados, estão em via de conclusão a estrada de rodagem da vila de São Francisco de Assis a té a de Santiago do Boqueirão, o alargamento do passo do Inha-cundã e a dissecação por meio de boeiros e aterros dos banhados marginaes.

Como se vê, procurou o referido intendente melhorar quanto pode um município onde tudo faltou desde sua criação, exceção feita do pessoal do foro e da paróquia, repetidas vezes a céfala.

As aulas públicas, outrora criadas por lei, mas de facto não providas, ou tão mal, que antes o não fossem, hoje já funcionam com muito aproveitamento, dirigidas por mestres idôneos.

A vila de São Francisco de Assis tem tal ou qual parença com a de Gravataí, com a diferença de ser esta maior, contar alguns sobrados e outros edifícios melhores, entre os quais a suntuosa igreja. Quer isto dizer, que em ambas notamos um certo ar merencório, mais saliente na vila missioneira, que está longe de ser esse paraíso descrito pelo malogrado poetastro Francisco da Natividade Franco num jornal de São Gabriel.

O povo em geral é dado as suas occupaões, predominando em toda a campanha a indústria pecuária.

Muitos anos antes, que se pensasse na introdução dos colonos, já muitos fazendeiros entregavam-se ao cultivo da mandioca e plantação de legumes, parecendo que fora iniciador do primeiro ramo dessa indústria e fabricação de farinhas, o cidadão Serafin José Martins, procedente de Taquari e pai do General Francisco Antônio Martins, um dos bravos da campanha do Paraguai.

Tais são informações, que sobre esse município podemos transmitir a nossos leitores.

Capítulo XXXIV

SÃO VICENTE

A esquerda do vale, abrigado do norte pela montanha... está um maciço de verdura do mais belo viço e variedade.

A. Garret

No outono de 1859, viajando de Cruz Alta para a estância de Loreto, depois de ter descido a Serra Geral, pela picada de São Xavier, chegamos, com mais de 26 quilômetros de marcha, ao lugarejo denominado São Vicente.

Era hora em que o sol desaparecia no Ocidente, e por todo o derredor, reinava a melancolia inseparável da campanha erma.

Bem distante víamos os dois cerros de Loreto, um notável pela configuração em forma de trapézio, outro mais distanciado, é um monte piramidal coberto de verde mato. Lá deveríamos chegar na manhã seguinte.

Faltava-nos caminhar 30 quilômetros, e então forçoso fomos pernoitar no lugarejo, onde só existiam quatro casas muito velhas, uma em construção, uma capela tosca e desaprumada, que diziam ser a do tempo de jesuítas.

Nada mais havia no terreno plano, onde hoje campeia a vila de São Vicente.

Fora, como Santa Tecla (a de Bagé) uma das maiores estâncias das Missões Orientais, com soberbas pastagens, no perímetro calculado em 180 quilômetros lineares. Nesse vale fechado ao Norte pelos alcantis da Serra Geral, ao Sul pelo Ibicuí, a Leste pelo rio Toropí e ao Oeste pelo Jaguarí, vagavam mais de 30.000 cabeças de gados. Pertencia essa estância ao povo missioneiro de São Miguel, embora distante dele 286 quilômetros.

Os limites que assinalamos, foram inalteráveis, quando o vale de São Vicente constituiu um distrito do município de São

Gabriel, quando passou depois a ser uma paróquia, bem como quando passou a ser município. A este anexou o governo estadual ultimamente, todo o terreno pelo dorso da coxilha do Pau Fincado, desde a estação de São Lucas até a de Cacequi, muito distante dos de São Gabriel.

Feita esta digressão necessária passamos a mostrar como acabou a colossal estância de São Vicente.

Depois da expulsão dos jesuítas, foi administrada pelos funcionários espanhóis até a conquista de 1801. Daí por diante reverteu ao cabildo da referida redução, mas sem o corretivo dos administradores brasileiros.

Como era de prever e atenta à incapacidade dos índios, foi considerável a dissipação desse rico patrimônio como já dissemos no Capítulo VI.

Nos primeiros anos da guerra civil de 1835, para aí emigrou a maior parte da população indiática de outras reduções, incorporando-se a que aí já existia e era da escapada ao recrutamento de Fructo Rivêra (Capítulo VII).

Não formaram uma povoação regular, instalaram-se em pequenos ranchos, onde a cada um deles bem pareceu. Uns ficaram em Cavajuretan na extremidade ocidental do vale de São Vicente, outros em São Pedro do Ibicuí e portanto fora dos limites de São Vicente, outros em derredor da hoje vila.

O governo procurou agremiar esses índios, dando-lhes um diretor e por seu turno a assembléia provincial, depois de ter determinado fosse o aldeamento em São Pedro do Ibicuí, transferiu-o daí para Cavajuretan, por lei de 12 de dezembro de 1854 e por fim decretou sua remoção para São Vicente.

Essas providências foram inúteis, porque os índios dissipavam-se e vendiam à população branca os terrenos onde se aranchavam.

É preciso notar, que desde alguns anos antes da revolução de 1835, uma grande parte do vale de São Vicente estava ocupada por diversos estancieiros; uns por compras feitas ao cabildo de São Miguel, outros por concessões dos comandantes das Missões. Por compra feita ao cabildo de São Miguel, Joaquim José Serra obteve três léguas quadradas de campo, onde fundou a estância do Carmo; Luís Carvalho da Silva, em 1810, as quatro léguas quadradas, onde fundou a estância de Loreto; Joaquim Antônio Garcia, José Joaquim Borjes, uma légua de campo; José Pereira de Brum outra, Antônio Prudente da Fonseca, outra, Jacinto de Sá, Genérico de Almeida e João Dias Ferreira, frações de campo e matos. Além dessas vendas pelo cabildo de São Miguel, o Comandante Geral da Missões concedeu terras a João Baptista de Sá e Pedro João Eggers. Na serra, porém, firmaram posses diversos indivíduos. E foi assim, que o rincão de São Vicente e os matos limítrofes da Serra Geral foram ocupados.

Durante o período revolucionário o General João Paulo dos Santos Barreto, Comandante em chefe das forças legais, aí fez os seus quartéis de inverno, mas foi obrigado a abandonar essa posição, porque as forças rebeldes vinham dar-lhe batalha, e, com dados muito seguros, desalojã-lo.

Passado esse período de guerra civil, foi o território de São Vicente incorporado ao município e paróquia de São Gabriel, porém, só em 1860 começou a edificação, conforme a planta que (disseram-nos) fora levantada pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda.

Não demorou muito tempo, e instalaram-se vários negociantes, que bem compreenderam seus interesses, porquanto aí cruzavam-se as estradas para a região serrana, para São Borja e Itaquí, e fronteira para São Gabriel, Bagé e para Santa Maria, Cachoeira e Rio Pardo. O aumento do comércio, a beleza da localidade concorreram para a edificação de outras casas térreas, notavelmente as dos estancieiros e foi assim que, em 1866, vimos em lugar do lugarejo tristonho e prestes a extinguir-se, uma povoação de quarenta casas novas branqueando no alto da coxilha e a todas sobressaindo a pequena capela, que serve de igreja matriz.

Nos subúrbios havia também um crescido número de chácaras.

Por lei provincial de 12 de abril de 1864, foi a povoação elevada à freguesia, pela de 29 de abril de 1876 passou à categoria de vila, ficando seu município fazendo parte da comarca de São Gabriel. Finalmente, por lei de 20 de dezembro de 1888, ficou sendo cabeça de comarca.

O município, conforme o recenseamento feito, conta uma população de 24.000 almas inclusive a dos núcleos, porém, a da vila pouco excedera de 1.600 almas.

A população pecuária é calculada em 160.000 reses, 35.800 cabeças de gado cavalar, 6.500 de muares, 14.000 ovelhas com grande apuro de raças e 45.000 suínos.

Em todo o município contam-se 20 casas importadoras com capitais somando em cifra maior de 1.700:000\$000 rs., 7 hotéis (na vila e povoações de São Lucas, Umbú e Cacequi), 6 restaurantes na vila e colônia de Jaguarí, 6 açougues, 5 padarias, 3 farmácias, 4 curtumes, 20 carpintarias, 16 marcenarias, 15 ferrarias, 10 pedreiros, 8 sapatarias, 5 alfaiatarias, 4 selarias, 4 escritórios de construções, 1 fotografia, 1 médico, 3 advogados, o pessoal do foro e 1 linha de diligências.

Todas essas indústrias pagaram, no último ano financeiro o seguinte:

Receita municipal	56:560\$000
Iem estadual	29:247\$450
Idem federal	<u>2:188\$200</u>
Total Rs.	87:895\$750

Existem no município 20 aulas públicas e 12 particulares (sendo o maior número destas nas colônias) com a frequência de 586 alunos. É realmente pouco em relação a população, convindo que grande parte dos pais de família se compenetre mais da necessidade de instruir seus filhos. A pobreza, a vida rude do campo e da lavoura não são incompatíveis com a instrução.

O policiamento da população e a guarda da cadeia estão a cargo de 1 sargento com 10 praças de cavalaria, sustentados pelo cofre municipal.

Os três maiores rios do município, Ibicuí, Toropí e Jaguari, são navegáveis a maior parte do ano até os passos de que já falamos, mas só para pequenas embarcações. Parecia-nos, que a navegação em Toropí seria impossível, porém em 1871, atravessando o chamado Passo Real desse rio, na respectiva barca, vimos um lanchão fundeado logo abaixo do passo.

Esses três rios precisam das pontes decretadas, há meio século ou mais, porém, quanto ao nosso modo de ver, a ponte sobre o Ibicuí, deveria ser no passo onde finda a picada do Canabarro. Aí o rio é estreitíssimo, e então, essa outra menor sobre um arroio que corta o rincão de São Pedro e outra sobre o Toropí (no passo já mencionado) importariam todas em muito menor quantia do que a ponte decretada para o passo do Umbu e seu enorme sangradouro.

Por esse modo ficaria bem servida e mais abreviada a locomoção para São Borja e Itaquí e sobretudo o trânsito de tropas.

O solo do município, especialmente o vale de São Vicente é bastante fértil, mas muito pouco aproveitado com plantações.

No subsolo tem sido encontrada pedra calcária, cobre e até chumbo.

O ferro oxidado sob diversas formas apresenta-se nos tijolos cozidos nas olarias.

Há abundante pedra de grês e de granito, mas esta é pouco empregada nas construções.

O que já escrevemos no capítulo precedente sobre o município de São Francisco de Assis e noutro capítulo sobre o de Santiago do Boqueirão tem aplicação sobre o de São Vicente, em cujo território é colocada parte da colônia de Jaguari, na margem esquerda desse rio.

Parece que o próximo e mais que necessário vilamento da sede desta colônia, tire alguns quilômetros quadrados dos três municípios limítrofes.

E assim deve suceder, porque a população genuinamente brasileira não quer ser tão operosa como a dos alemães, polacos e italianos, o que é uma causa do progresso e riqueza de todos os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul.

Mas, porque percam esses municípios uma certa extensão de terreno, outrora baldio e os impostos da população operosa, que neles reside (sem o menor favor de cofres municipais) não será uma razão justa para a oposição, que fazem ao projetado vilamento.

Quando, há dois anos, era Ministro da Guerra o Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, expediu um aviso ao procurador seccional da república, no Rio Grande do Sul, ordenando demandar os povoadores do rincão de São Vicente, por ser esse um próprio nacional e necessário ao serviço daquele ministério.

Esse aviso, que a ser cumprido importaria no desalojamento de quase toda a população, abaixo da Serra Geral, não teve, (e cremos nem terá) jamais execução.

O município todo, exceto o terreno além do Ibicuí, pertenceu como acima dissemos, a redução de São Miguel. Como tal poderia estar compreendido no artigo 36 das disposições permanentes da lei orçamentária de 1843 (lei entretanto inconstitucional) se não fosse uma verdade, que quase todo esse rincão estava, desde antes da revolução de 1835, em poder de terceiros, e estes e todos os ulteriores ocupantes, até 1854, protegidos com a prescrição de longo tempo.

Capítulo XXXV

SANTA MARIA

Le village de Santa Maria . . . est situé dans une position assez, romantique. . . d'un coté l'on decouvre une plaine riante, coupe de paturages et de bouquets des bois, et de l'autre la vue est bornée par des montagnes couvertes de forets sombres et apaisés.

Saint Hilaire

Pode-se avaliar o progresso irrefreável do Rio Grande do Sul pelos melhoramentos operados nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, depois de terminada a longa e sangrenta campanha contra o Paraguai.

Porém, quem, antes e durante esse período guerreiro, percorreu e observou o território do Estado, que, enviando dezenas de milhares de combatentes, por lá os perdeu, em sua máxima parte, se hoje aparece em algumas cidades e povoações secundárias, ficará surpreso, vendo o que são e lembrando-se do que eram Cachoeira, Itaqui, Cruz Alta, Quaraí, São Gabriel, Livramento e outras, onde se experimentou um desânimo completo, mas onde por fim ressurgiu a vida, a prosperidade e a riqueza.

Santa Maria, a diminuta aldeia, que o sábio Saint Hilaire, em viagem no ano de 1822, descreveu com os qualificativos de romântica e encantadora, disputa hoje com Bagé o lugar de quarta cidade rio-grandense.

A beleza imponente do povoado santamariense, próximo à fralda da Serra Geral, o crescido número de suas casas, na maior parte construídas ou refeitas a gosto moderno, a arquitetura singela, porém elegante, de vários edifícios novos, como: a intendência, templos (católicos e protestante) o teatro, as sedes de algumas associações ou fábricas, a estação da via férrea, a

abundância e opulência do comércio, a confraternização dos habitantes, apesar das controvérsias políticas, a cultura ilustrada da imprensa, tudo isso faz com que ninguém deseje, ou ao menos pense, viver em melhor meio social, nem inveje os que habitam as mais movimentadas cidades do Brasil, fartas de distrações e prazeres, mas também onde as dificuldades da vida são maiores.

Na progressiva cidade de Santa Maria sabe-se, pela correspondência diária e direta com a capital do Estado, tudo quanto de mais notável sucede em todo o orbe. Os jornais matutinos de Porto Alegre at chegam no próprio dia, os vespertinos ao se guinte.

Como se isto não bastasse, a população mais culta da cidade, a que tiver meios para isso, pode andar vestida ao rigor da moda. Hoje, com a viagem abreviada de algumas horas a Porto Alegre (e não em uma semana como outrora) o morador de Santa Maria pode tomar o trem da via férrea, pela manhã, e à noite as sistir naquela capital a uma festa, a um espetáculo teatral, os tentando um vestuário custoso e elegantemente confeccionado em sua modesta cidade. E isso sucede freqüentes vezes.

Gozam iguais cômodos e vantagens os habitantes das cidades da Paraíba do Sul, Juiz de Fora e outras à margem da estra da de ferro central do Brasil, os das cidades de Nazareth, Pau d'Alho, Escada, Cabo, Palmeiras, Vitória e Garanhuns, em Pernambuco, mas, com exceção da cidade mineira, as demais não poderão chegar tão cedo ao nível moral e material da pitoresca cidade da campanha gaúcha.

Assim nos expressamos, porque, há não muitos anos, estivemos em todas as mencionadas, muito mais antigas, notando-lhes seu relativo atraso. Pondo de parte as considerações, com que preambulamos este capítulo, tratamos, como é mister, da parte histórica da cidade e do município, remontando-nos aos fins do século XVIII.

Histórico

Antes da conquista das Missões, quando o território a cima da Serra Geral era possessão espanhola, o abaixo da Serra, a partir da margem direita do Jacuí, esteve ora abandonado e sempre em letígio.

A coroa da Espanha, insaciável de expansão e absorções, considerava suas as terras rio-grandenses, desde a atual fronteira oriental até Rio Pardo.

O governo português, notavelmente o do Continente do Rio Grande do Sul, secundado pelo ardor belicoso de seus jurisdicionados, após sempre heróica resistência às ambições castelhanas, levando de vencida suas repetidas invasões.

Em 1797 acampou, no local da hoje cidade, uma força construindo ranchos cobertos de capim, nos quais se alojaram os soldados. Em memória desse acontecimento, ficou a rua principal da povoação com o nome, conservado até hoje, de Rua do Acampamento.

Essa é a tradição de longos anos, sem que documentalmen-
te outra coisa conste.

Com melhores dados podemos afirmar, que sô em agosto de 1801, época da conquista levada a efeito pela mais temerária e audaciosa invasão até hoje conhecida (Cap. VI) firmou-se o domínio português e a incorporação definitiva desse e dos territórios da região serrana até a atual fronteira ao Sul do Brasil.

Antes disso, no século XVIII, depois da expulsão dos jesuítas (Capítulo III) o local de Santa Maria, esteve baldio. Mais adiante duas léguas, em frente a picada da Boca do Monte, existiu uma guarda castelhana, em comunicação com a de São Martinho.

Por vezes, essa guarda teve que abandonar a posição corrida por outra mais numerosa de cavalaria da guarnição e fronteira de Rio Pardo.

Foi a mencionada conquista, que, estendendo-se muito além, até a Banda Oriental, firmou ao povo rio-grandense a certeza de terem cessado as correrias espanholas e poder, em consequência, aproveitar essa vasta campanha no desenvolvimento da indústria pecuária.

Em 1805 José Antônio de Sequeira, chefe de família numerosa, obteve uma sesmaria (três léguas quadradas) de campo e matos, por carta de concessão, firmada pelo governador Paulo José da Silva Gama, mais tarde Almirante e Barão de Bagé.

Um ano depois Manoel Antônio Teixeira (para si e um filho) obteve duas sesmarias, outra mais, foi do Sargento-mór Thomaz Ferreira Valle e subsequentemente outras: a Euzébio Ilha, Antônio Gonçalves Borges, Fidelis Nepomuceno de Carvalho Prates, João Paím dos Santos, Cláudio José Pinheiro, Antônio da Costa Paiva, Tenete Felisberto dos Santos Moraes, José Antônio de Avila, Agostinho Soares da Silva, alferes Melchior Goulart, José Custódio da Silva, Militão Antônio de Farias, Joaquim Elias de Moraes, Antônio Dias de Andradas e Antônio Dias Gonçalves (ambos no Pau Fincado) e André Mineiro. Foram ainda concedidos vários terrenos para chácaras a Manoel Pereira, Possidônio Freire de Andrade, Isac da Silva Pereira, Manoel Elias de Moraes, Balthazar Pinto de Aguiar, Mariano Alves de Oliveira e muitos outros. O rincão de São Pedro, vasta extensão de campo e matos, limitado pelos rios Toropí, Ibicuí e a Serra Geral, esse rincão, onde existia uma capela e estância pertencentes ao povo jesuítico de São João, foi distribuído pelos comandantes da fronteira de Missões a Joaquim Dias Gonçalves, Manoel Martins, Manoel Antônio Teixeira (uma sesmaria a cada um) e outras concessões excedentes de uma légua a José Dias Gonçalves, Antônio Dias Gonçalves, Silvério Pereira d'Escobar, Antônio Ferreira Canabarro, Capitão Ricardo Antônio de Mello e Albuquerque e vários outros.

Ocupadas assim, mais de oitenta léguas quadradas (embora havendo maior extensão de terras devolutas) por uma população calculada em cerca de setecentos indivíduos de todos os sexos e idades, incluindo escravos, posteiros e agregados dos sesmeiros, vieram ainda quinze ou vinte famílias guaranis e formaram uma aldeia²) pouco distante do antigo acampamento militar. Então surgiu a idéia, como nas outras nascentes povoações, de construir-se uma capela.

O povo, composto na maior parte de paulistas emigrados, colonos açorianos ou descendentes destes, era todo católico, e, com o fervor próprio daquela época, queria uma igreja, onde fosse prestar seu culto a Deus, ao mesmo tempo libertar-se da contingência de ir, na distância de vinte e mais léguas, à Cachoeira, paróquia então nova e desmembrada da de Rio Pardo, em busca dos sacramentos. Essa distância era ainda agravada com a passagem difícil do caudaloso Jacuí em canoas ou em pelotas.

A capela carecia, por lei canônica, de um patrimônio. Então o mais rico dos sesmeiros Felisberto Prates (acima citado) fez doação de 250.000 braças quadradas. Outros vizinhos aumentaram esse terreno, que chegou a mais meia légua. Assim ficou constituído o passal da capela, que seria aforado para sustentar os guizamentos e fábrica.

Preenchida, por essa forma, a condição da Constituição Sinodal (nº 698) dirigiu o povo uma petição ao vigário geral em Porto Alegre, e esse cometeu o caso ao cura Antônio José Lopes, que, depois de ouvir o pároco de Cachoeira, lavrou e assinou a 28 de julho de 1810 a portaria seguinte:

- "O cura Antônio José Lopes, atendendo ao requerimento dos moradores e aplicados do distrito da capela do Acampamento de Santa Maria da Boca do Monte, filial à matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira, deste Continente do Sul, há por bem instruir a dita capela de Santa Maria designando-lhe os limites demonstrados na informação assinada pelo Reverendo Pároco, a saber: - pelo Norte com a Serra Geral e Ibicuí até Grapuitan Grande (Ibirapuitan) seguindo o mesmo Grapuitan Grande até os cerros de Santana e do outro lado dos ditos Cerros pelo Coraim (Quaraí) até Uruguai; pelo Sul, por Batovi e Vacacaí-Grande; pelo Leste pelo arroio do Sol entre os dois Vacacaís; pelo Oeste pelo rio Santa Maria e do outro lado do rio com os campos da Espanha até o Uruguai; contanto porém que de nenhuma sorte toque no distrito da província de Missões do Uruguai."

Foi escrito, datado, assinado e publicado na povoação da Cachoeira.

Por esse ato ficou a capela de Santa Maria com um território tão vasto, que compreendia os das atuais comarcas de Alegrete, Livramento, Uruguiana e parte da de São Gabriel.

O bispo do Rio de Janeiro, cuja diocese, passando pela de São Paulo, compreendia as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cerceou bastante esse vastíssimo curato, ordenando em portaria de 8 de março de 1816, que todo o território ao Sul do Ibicuí e até a fronteira Oriental ficasse incorporado à paróquia de São Francisco de Borja. Mas ainda assim ficou Santa Maria, simples capela filial, com obediência ao pároco de Cachoeira, com o território, que ainda hoje forma um município bem extenso.

O vigário de Cachoeira impôs ao capelão desse curato um preço elevado pela desobriga quaresmal. Esse ato de gananciosa simonia mereceu acre censura do citado Saint Hilaire, que no seu livro abunda, com razão, em invítivas contra o antigo clero brasileiro. Mas todos os males temporais e mesmo espirituais tem um limite.

A capela de Santa Maria foi emancipada de Cachoeira por Decreto Real de 27 de julho de 1812, mas só teve um cura em 1814.

Formou-se, desde esse ano, uma sociedade mais expansiva em torno do campanário, melhorou a edificação das boas casas, nas duas únicas ruas, a do Acampamento e a que forma com aquela um ângulo e teve o nome de rua do Comércio. A igreja, já então matriz, foi provida de alfaías e objetos indispensáveis ao culto. O comércio cresceu e fundou-se uma farmácia sob a direção do boticário Fausto Antônio da Cruz Brilhante, que por muitos anos, foi o médico do lugar. A família Pavão, já muito ramificada e rica, as de Joaquim Manoel Pinto, Geraldo Alves Damaseno, Coronéis João Antônio Cezimbra, José Alves Valença, Maximiano José de Oliveira, Benedito Antônio de Moraes, Euzébio Ilha, Antônio Bento da Fontoura, Francisco Ribeiro Pinto e algumas outras aí se fixaram construindo casas cobertas de telha, com janelas envidraçadas e outros estabelecimentos próprios de uma povoação culta.

Seguia Santa Maria um progresso lento, porque suas comunicações com a capital eram ainda demoradas. As viagens faziam-se a cavalo, as bagagens e fardos eram transportados em carretas puxadas a bois ou em tropas de muares arreadas até Rio Pardo. Daí até Porto Alegre ia-se em lanchões e canoas. Assim sucedeu antes e depois de 1835, quando rebentou a guerra civil, por vezes isolando aquela povoação de todo o contato com a campanha e mesmo com a capital e povoações à margem do Jacuí.

No decênio dessa guerra civil não podia deixar de ficar estacionária, como quase todas as povoações da campanha e da fronteira. Mas em 1845, quando a reconciliação dos partidos, até então em luta, começava a produzir seus frutos, quando também melhoravam as comunicações, desde que surgiram as empresas de Porto Alegre a Rio Pardo e mesmo até Cachoeira e passo do Jacuí, a navegação fluvial estendeu-se durante a abundância das águas, em alguns anos até novembro, pelo rio Vacacaí até o passo da Tronquera, seis léguas distante de Santa Maria com boa estrada de rodagem. Por esses meios de transportes eram levados a outros mercados consumidores os gêneros de exportação tais como: a inextinguível farinha do rincão de São Pedro, couros e outros produtos bovinos, madeiras de construção e mais tarde, depois de desenvolvida a colônia alemã do Pinhal, o vinho, os legumes e até artefatos dos operosos colonos.

Procurando saber os nomes dos primeiros povoadores da colônia alemã apenas conseguimos saber os de João Appell, Pedro Hoher, Francisco Weinmann, Pedro Cassel, Frederico Niederauer, Luis Leidner, André Becker, artistas ou comerciantes, que se estabeleceram na povoação, João Schmitt, Henrique Niederauer, João Conrado Scherer, Pedro Hofmeister, Frederico Mooch e Miguel Kraeff, na serra, por cujo contraforte abriu-se larga picada, a qual estendeu-se por terras de São Martinho até o lugarejo de nominado Pinhal, onde fundaram uma pequena povoação.

Aí foram construídas, passados muitos anos, a capela católica de São José, uma outra protestante com os respectivos cemitérios e meia dúzia de boas casas. Mas esse lugarejo tornou-se tão estacionário, que apesar de ser aí criada uma fregue

sia por lei provincial de 1882, jamais foi-lhe possível obter o provimento canônico.

Porém, o que tem quase extinta a povoação do Pinhal, é o traçado da estrada de ferro de Santa Maria à Cruz Alta seguindo por rumo muito diverso.

Sucedeu outro tanto com a povoação de São Pedro, no rincão do mesmo nome, também criada paróquia pela referida lei. Ou porque tais criações visassem fins políticos, ou porque os habitantes dos rios povoados e seus distritos não ofereçam aos párocos uma congrua subsistência, o bispo diocesano jamais deu execução à referida lei.

Retrocedamos, porém, alguns anos.

Em 1847 e 1848 apareceu em terras do distrito de Santa Maria, o personagem, de que já nos ocupamos no Capítulo XIX, e que, debaixo do ponto de vista religioso, movimentou bastante a população da freguesia quer urbana e quer camponesa, fazendo soar bem longe o nome de Santa Maria da Boca do Monte.

A imprensa do Rio de Janeiro e de outras cidades cultas do Brasil, ocuparam-se desse personagem, que, no pleno século das luzes, estabeleceu, por sua conta e risco, uma missão e operou milagres.

Entre outros jornais, temos a mão a Gazeta dos Tribunais, de Antônio Manoel Cordeiro, nº 162 de 1848, fazendo-lhe elogiosas referências. Entretanto trata-se de um homem analfabeto, como prova o seu fac-simile sob o documento original do teor seguinte:

Aos dos Campestres

"Saúde eterna em Jesus Cristo nosso Único Salvador."

"Eu confirmo o Sr. Américo no seu emprego de Procurador do grande Santo Antônio Abade. Este grande Santo solitário nos desertos do Egito é protetor dos animais cavaleares e contra as cobras e animais ferozes, protetor do fogo divino e material. Confirmo ao dito procurador em todo o tempo de sua vida, não havendo motivo imposto dele, se deve ter por um dos mais dignos.

Os doze zeladores, já assinalados por mim, tem a faculdade de fazer o mesmo procurador com maior voto de todo o povo do Campestre. Assim mesmo podem por outro imposto de algum que possam faltar dos doze ou também de 1 dos 2 ajudantes do procurador, tendo justo e reto motivo. O superior dos 12 zeladores deve congregar seus companheiros em presença do povo em cima do cerro, averiguada a negligência, imperícia ou maldade do procurador ou um desses mesmos 12 zeladores ou 1 dos 2 ajudantes, ponham outro em seu lugar, o que Deus seja servido em sua misericórdia. O Procurador tem de obrigação de ter limpo o lugar do santo e o lugar das águas santas e o caminho da via-sacra, cuidar com esmero as esmolas do santo, porque o que sobeja se deve repartir com os

mais pobres enfermos do lugar e dos mesmos concorrentes, deve vigiar pela maior tranqüilidade e santidade do povo, que estiver na ramada (?), como rezar o santo rosário a noite e de madrugada, cantar os cânticos àquele Senhor, que faz tantas maravilhas em favor dos pobres e arrependidos pecadores.



Praça Saldanha Marinho e Avenida Rio Branco em Santa Maria.

"O Procurador, em caso de necessidade pode tomar para seu sustento uma ou duas patacas cada dia, das esmolas do Santo: oxalá que tal necessidade não tivesse de tomar nada, porque nenhum Procurador deve ser por interesse, deve trabalhar para ganhar sua vida, porque a comida e o Paraíso não é feito para os preguiçosos. Portanto nenhum Procurador deve utilizar-se do que tem em depósito do Santuário, e é certo que o negligente e mau Procurador que procurar para si mesmo e não pelo Santo se faz a si mesmo um tesouro de maldição eterna, por haver dissipado o que devia aumentar. Judas também era Procurador infiel e injusto, por isso chora e chorará eternamente; e por isso quisera que o Procurador do Santo estivesse justo e vigilante e preparasse para haver glória eterna no Céu, prêmio da sua fiel vigília. A capela se há de fazer em cima do cerro e em baixo de

uma ramada para concorrência do povo: na 1a. Cruz podem fazer um Cemitério. O Sr. Marafigo ou o Sr. Isidoro seja o superior dos 12. Cada um dos 12 vigilantes deve vigiar por sua parte sobre os malvivos, como os vagabundos, os ladrões de cavalos ou outras coisas, etc. Também devem vigiar sobre malvivos fabulosos negociantes da água santa, que além de venderem injustamente desta dita água santa, em lugar desta, dão outra de qualquer rio. Oxalá que os magistrados das províncias tomassem a si mesmo e justo encargo um severo e público escarmento⁴⁾ ao demais. A festa do Santo há de ser a 17 de janeiro com a pompa maior possível, com sua Missa e Prática, podendo ser. Podem levar em procissão o Santo do Melhor modo possível, no mesmo dia. Se carneará à custa das esmolas para os pobres do lugar e concorrentes e devotos empregados do mesmo Santo.

"Bastante seja a comida e nenhuma bebida de licores. De pois dos justos e prudentes gastos da festa, há necessidade cuidar da Capela honradamente, prudente e decente do Santo. O demais deve-se repartir com os pobres do lugar e concorrentes. Os vigiladores sejam muito exatos em observar os referidos nesta carta, e por isso que o Procurador deve ter 3 chaves do cofre das esmolas, uma para cada um indivíduo, que é uma para o Procurador, as outras para cada um dos 2 suplentes, abrindo-se o dito cofre devem presenciar os ditos suplentes, e que público seja o gasto e a entrada das mesmas esmolas. Portanto em Jesus Cristo vos rogo, que executeis o referido fielmente para que Deus vos pague eternamente, e os contraventores assim⁵⁾ mesmos atribuir deverão o castigo merecido do Céu."

Por letra de quem escreveu estava - João Maria de Agostini Solitário Eremita do cerro do Campestre de Santa Maria da Boa do Monte e do cerro do Botucaraí de 1849. À margem, porém, desse amarelecido papel de Holanda está o fac-simile do solitário em letra quase indecifrável joannes mā de agostini, Solit. erem. de botucaraí.

Um outro documento, que, como o precedente, foi-nos franqueado pelo atual vigário, ou reverendo Caetano Pagliuca, refere-se ao uso das águas milagrosas, vendidas nas farmácias. Embora mais resumido, não o transcrevemos; foi traçado também em papel de Holanda, com assinatura igual ao outro documento, provando ambos, que se trata de um monomaniaco, e não de um sacerdote autorizado para propagar a fé católica.

A povoação de Santa Maria foi elevada à freguesia por lei provincial de 17 de novembro de 1837, à vila por lei provincial de 16 de dezembro de 1857, sendo instalada a câmara municipal em 19 de maio de 1858⁶⁾. Ficou então pertencendo à comarca de Caçapava. Por lei provincial de 6 de abril de 1876 elevada à categoria de cidade e à cabeça de comarca por lei de 21 de maio de 1878.

Em 1861 foi criado um comando superior da guarda nacional, compreendendo o território que mais tarde formou o município de São Martinho (grande parte do qual é hoje de Júlio de Castilhos). Tinha esse comando superior apenas dois corpos de

cavalaria e uma seção de reserva.

Três anos depois, marcharam esses corpos para a campanha com a república Oriental e, logo em seguida, a do Paraguai.

A primeira vítima dessa guerra foi o Comandante Superior José Alves Valença, depois o seu sucessor Frederico Niederauer. Lá também morreram o Coronel Tristão José Pinto, natural de Santa Maria, mais três oficiais e seguramente dois terços dos voluntários, que para lá seguiram.

Como acima dissemos, o desenvolvimento e progresso da cidade não se fez esperar, mas deveu-se isso, primeiro à colonização e depois a estrada de ferro.

Começando pelas novas colônias, ocupa o mais importante lugar a denominada:

Colônia Silveira Martins

Na distância de vinte e quatro quilômetros da cidade de Santa Maria, sendo metade servida pela estrada da Viação Férrea Rio-grandense, o restante por estrada de rodagem, fica essa importante colônia, emancipada há muitos anos.

De ordem do governo do império, fundou-a em 1875 seu primeiro diretor o Dr. José Manoel de Siqueira Couto.

Escolheu um planalto nas montanhas da Serra Geral, ponto esse para onde tem convergido parte do quarto distrito do município de Santa Maria, o quinto do de Cachoeira e parte do primeiro de Júlio de Castilhos.

Aí a 30° e 18' da latitude Sul e 90° e 42' e 13" da longitude ocidental do Rio de Janeiro, depois de demarcados os lotes urbanos e rústicos, colocou o Dr. Siqueira Couto mais de quatrocentos emigrantes polacos. Estes porém dizimados por moléstias epidêmicas e contagiosas (tifo e varíola) além disso não acostumados em mato virgem, abandonaram a colônia, ficando quase deserta.

Aquele diretor bem depressa obteve do governo a remessa de colonos veneto-italianos, que foram então os verdadeiros fundadores da colônia.

Essa não pequena emigração foi assim distribuída: no núcleo central, que teve o nome de Cidade Nova (há muitos anos freguesia do Santo Antônio de Pádua da colônia Silveira Martins) as famílias Rozi, Zago, Maffini, Vincenzi, Sarsi, Battari, Talfo, Lenodero, Lorenzoni, Vieira e outros; em Vale Veneto, os Bortoluzzi, Bevilacqua, Pivetta, Jaop, e, no núcleo Norte a grande parentela Zangari.

Em poucos anos, atraída por informações lisonjeiras de seus patrícios e parentes, já estabelecidos, aumentou consideravelmente a emigração italiana, de modo que foi preciso fundar

novos núcleos, aos quais deu-se os nomes de Arroio Grande, Soturno, Treviso e Dona Francesca além dos já mencionados de Vale Veneto e núcleo do Norte. Estendeu-se então a zona colonial em dez léguas de Leste a Oeste sobre oito de Sul a Norte, formando assim um departamento de oitenta léguas, ou, como outros afirmam com ter, mais de 2.880 quilômetros quadrados.

Tão devotados ao trabalho, quanto sinceramente religiosos, esses colonos, na sede de seus núcleos, construíram, além da magnífica matriz ao tramaturgo Santo Antônio, nove capelas entre as quais salientam-se, pelo bom gosto artístico, as de Nossa Senhora de Pompéia e de Nossa Senhora do Monte Borico. A sede da colônia teve logo, como freguesia, o provimento canônico.

Mais tarde foram criados e canonicamente providos os dois curatos de Deus em Vale Veneto e de São Pedro em Arroio Grande e as capelanias de São Marcos, em Treviso, Santíssima Trindade, em Soturno, e São José no núcleo do Norte, que todas têm sacerdotes, mas são filiais da grande paróquia.

Em todos os núcleos há coros de cantores, que nas festas solenes fazem ouvir seus acordes harmônicos nos Kirios, no Gloria in excelsis e em toda a missa cantada. Não se limitam as missas e litânias os cânticos sacros; há outras devoções e rezas, dulcificadas, com as vozes melodiosas das senhoras.

A estampa que damos adiante representa a primeira missa, que, dentro do matagal da serra, celebrou o ilustrado cônego José Marcelino de Sousa Bittencourt, então vigário colado em Santa Maria.

O virtuoso sacerdote, sentiu, disse-nos, uma comoção extrema, quando ouviu os cantos sacros entoados por mais de cem vozes de entes emigrados, talvez para sempre, do formoso céu da Itália.

As primeiras famílias, que se estabeleceram nesse departamento colonial, formaram uma população de quatro mil almas aproximadamente, mas hoje essa população excede de quinze mil habitantes, além de muitos milhares de indivíduos, que emigraram para as novas colônias da região missioneira.

A sede da colônia tem cinco grandes casas comerciais em fazendas, ferragens e miudezas e dezoito armazéns, que exportam gêneros coloniais para o Sul e para o Oeste do Estado. Esses gêneros são: vinho, aguardente, trigo, fumo, alfafa, seda, cera, feijão, milho, arroz, avultando a banha.

Há na sede duas fábricas de alambiques, carros, máquinas de irrigação para os arrozais e, em diversos pontos, fábricas de conservas de tomates, de salsichas, presuntos e outras preparações menos importantes.

Todo o território colonial é regado pelos rios Soturno, navegável em quase todo o ano, o Guarda-Mór, o Mello, o Veado, o Arroio Grande, o Arroio do Meio e outros de menor importância, os quais todos confluentes ou subconfluentes do Jacuí,

servem para o trabalho de trinta e tantos moinhos e um número de engenhocas de cana para a fabricação de aguardente e álcool.

A instrução da mocidade é tão difundida, como precisa uma população tamanha.

A sede tem um colégio para externos, uma aula primária, sustentada pelo governo, outra particular. Em Vale Veneto há outro colégio para internos e externos. Por todo o território colonial há cinco aulas públicas, providas pelo Estado, uma municipal e quatro particulares, ao todo quatorze escolas.



1.^a Missa campal na colônia Silveira Martins.

Há um telefone em comunicação com Santa Maria e uma agência de correio, que recebe a correspondência postal duas vezes por semana.

Seria outro o desenvolvimento da colônia, se não fosse o seu território repartido pelos três municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira. E pois governado por três jurisdições, quando seria necessário fosse uma só. O vilamento da colônia Silveira Martins se impõe, como uma necessidade palpitante dessa população e quando sem prejudicar aqueles três municípios (que tão pouco terreno perderá cada um de per si) pode constituir um só com a renda suficiente para sustentação dos encargos intendências.

Repartido como está por três senhorios diversos, o perímetro dessas oitenta léguas quadradas, onde se encontrou vestígios das tabas e artefatos dos índios selvagens, floresce, após trinta e cinco anos decorridos, sendo uma das melhores colônias

do Estado, recomendável pela sua cultura moral, civil e religiosa.

O clima é excelente e, se os colonos polacos tantas enfermidades sofreram em sua instalação, foi isso devido aos germes, que traziam, desde a sua viagem marítima, mal acomodados e mal alimentados, além disso o desasseio, que se lhes notou, nos lugares onde estacionavam.

Em melhores condições vieram os italianos, que por isso tanto têm prosperado e até enriquecido.

Não obtivemos uma estatística dos ofícios e artes, que nessa colônia progridem, mas sabemos que não faltam ferreiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, chapeleiros, padeiros, carneiros, hospedarias (em todos os núcleos), farmácias, médicos, vangloriando-se o núcleo do Soturno de possuir um escultor em madeira, que tem feito belas estátuas de santos e obras de talha.

O que fica acima mencionado é, em sua quase totalidade, devido as informações, que se dignou prestar-nos o Reverendo Frederico Schwin, virtuoso da paróquia de Santo Antônio de Pádua. A ele os nossos agradecimentos.

Depois dessa, se bem que pode dizer-se ainda incipiente, tendo porém excedido em muito a colônia alemã, sua vizinha do Pinhal, passamos a

Colônia Philippson

A colônia israelita com o nome acima foi plantada em terras, que originariamente conhecemos formando a estância e invencidas do Coronel João Batista de Oliveira Mello, na extensão de três léguas quadradas.

Morto Batista Mello, seus herdeiros venderam essa propriedade a João Pereira dos Santos. Este logo faleceu e seus herdeiros, senhores de outros campos, expuseram a venda, os que foram de Batista Mello.

A propriedade continha, além dos belos campos para criação, uma elegante casa de vivenda assobradada, senzala para os cravos ou peões, currais, jardim, pomares, uma lagoa artificial para criar aves aquáticas e outras benfeitorias mais. Do fundo de vários rincões seguia até o cume da Serra Geral, um espesso pinheiral e terras em lavoura. Nos mesmos campos destacavam-se muitos capões de matos.

Além das copiosas vertentes do Ibicuí, irrigavam essas terras ferazes diversos regatos.

Gados de todas as espécies pastam em abundância, pelas verdes e onduladas campinas.

Por vezes, em viagens de Cruz Alta a Porto Alegre e vice-versa, atravessamos essa propriedade, ou tivemos a hospitali-

dade noturna de seus bizarros donos. Trinta anos depois, quando quase abandonada, vimo-la aparecer e sumir-se na velocidade dos trens da via férrea.

Quando a milionária companhia Jewish Colonisation Association, com sede em Paris e sucursal em Bruxelas, iniciou o povoamento do solo americano com a população hebreia, atrozmente perseguida na Turquia, na Rússia e em outros países da Europa, reservou parte de seus grandes capitais para este Estado, onde as colônias alemã e italiana tanto tem prosperado e enriquecido.

Comissionado pela companhia parisiense e belga, seu sócio o Dr. F. Lapine, acionista também da companhia arrendatária da Viação Férrea Rio-grandense e engenheiro notável, depois de examinar pessoalmente e com máximo cuidado as terras pela via férrea de Santa Maria até as cidades da Região Serrana, depois de detido sobre o solo da antiga fazenda do Pinhal, de Batista Mello, deu a esta toda a preferência, porque, além de cortada de frente ao fundo pela estrada de ferro, fica distante doze quilômetros, quando muito, da cidade de Santa Maria.

Fez uma compra vantajosa, tanto para a companhia, sua comitente e sócia, como também para os vendedores. Dividiu as terras em lotes de 25 hectares de campo e matos. Passados dois anos, vieram os primeiros povoadores em número de 45 famílias ou cerca de 360 pessoas, exclusivamente judeus russos. A cada família de colonos foi feito o fornecimento de um prazo com casa de madeira, instrumentos aratórios, quatro bois, um cavalo, duas vacas, sementes de feijão, milho, amendoim, arroz, trigo, cevada, etc. Até a primeira colheita teriam uma mesada de 60\$000 réis, mas a colheita, foi quase toda destruída pela praga de gafanhotos, que nos últimos dois anos têm passado da Confederação Argentina para o Rio Grande do Sul.

Como as desgraças em geral têm suas compensações, apesar de ainda não extintos aqueles insetos daninhos, a colônia tem felizmente escapado às invasões, levadas a outros lugares. Desde então, uma colheita farta em legumes, hortalica, centeio, frutas e aves, tem sido o prêmio de seus labores.

A colônia tem aumentado em população pela fecundidade das senhoras e quase nenhum óbito. Ainda há muita terra a povoar e cultivar; mas, depois dos primeiros colonos, outros não têm vindo.

A pouca população, que aí se nota, não se limita ao cultivo dos vários gêneros agrícolas e venda de seus produtos. Embora espargida por seus diversos lotes coloniais, embora entregue aos trabalhos nas suas terras e indústrias dos laticínios e outras, os israelitas não têm descurado a instrução de seus filhos. Na sede da colônia há aulas de português e hebraico, sustentadas pelos próprios colonos.

No verão de 1908, foi notável a venda de muitos produtos na cidade de Santa Maria, sendo quase diária as de aves, ovos, ce

bolas e repolhos abundantíssimos.

Ainda não está emancipada a colônia, pois todos os pequenos proprietários do solo estão gravados com a dívida contraída do seu primeiro estabelecimento; porém, mesmo assim, cogitam da construção de uma sinagoga para o culto externo da religião moisaica.

A grande população cristã, que os circunda, tem tido o bom senso de não os maltratar com palavras nem obras. Essa liberdade de consciência e de cultos é a melhor conquista das instituições liberais, porque o Brasil se tem regido desde sua independência.

Além das colônias referidas, as mais importantes, uma pela pujança do seu progresso e riqueza, outra pelo estado, em começo ainda, mas bastante promissor, tem o município no rincão de São Pedro, um núcleo dependente da direção da colônia Jaguari. É esse o núcleo Toropí, parte do qual ocupa a margem esquerda do rio daquele nome, portanto terras do município de Santa Maria.

Mas as colônias não teriam prosperado tanto, se não fosse a fertilidade do solo, que tanto tem compensado o labor dos imigrantes agrícolas.

Orografia

O município é acompanhado, desde a foz do Toropí no Ibicuí, até a do arroio do Sô no Vacacaí-Mirin, pela cordilheira ou Serra Geral, coberta ainda de matos, apesar das derrubadas.

Dessa cordilheira destacam-se vários cerros, como de Itaqui, o de Santo Antônio e os cerritos de Santa Maria.

Tendo sido anexado o distrito de São Martinho ao de Santa Maria, ficou pertencendo a este todo o contraforte da serra, desde a confluência do Guassapí até o Soturno.

Hidrografia

Regam este município os rios: Toropí, Ibicuí, desde sua vertente em cima da serra até receber as águas daquele, o Vacacaí Grande, o Vacacaí-Mirin, tributários do Jacuí. Além dessas fortes veias de água, existem os arroios: Lobato, Veado, Sô, Salso, Restinga Seca, confluente do Vacacaí-Mirin, o Laranjeira, que nasce próximo a estrada da Porteirinha, recebe as águas do Raymundo, Areia, Taquara, Ferreira, que formam o Sarandi, toma depois o nome de Arenal, e desagua no Capivara, tributário do Vacacaí Grande. Existem mais inúmeros regatos e sangas com água permanente.

Geologia

Todo o terreno da Serra e acima desta é geralmente argiloso. Abaixo da Serra porém já nota-se mistura de areia e sabão.

Sem querer imiscuir-nos em matéria tão importante e na qual alguns profissionais tem errado, aproveitamos parte da descrição, que do município de Santa Maria fez o Doutor João Borges Fortes no extenso artigo incerto no Anuário Rio-grandense do Doutor Graciano de Azambuja, ano de 1902 às páginas 155 e seguintes:

"No cerrito, que se destaca ao Sudeste da cidade, limitando o campo de Nicolau Mergnaer, encontram-se muitas petrificações de vegetais e até de ossos de animais.

"Visitamos o local e de lá trouxemos alguns exemplares de incrustações, calcáreas, amorfas, umas outras tendo substituído fragmentos ósseos, a molécula, alguns revestidos no seu núcleo de cristais de calcito ou envolvendo massas desta variedade de calcáreo. Enquanto nessa zona se opera a substituição de detritos orgânicos em calcáreo, em muitos outros pontos, junto a cidade encontra-se abundantemente os xilólitos ou madeira petrificada, desde os menores fragmentos até troncos enormes do pinheiro).

"Touxemos de lá um exemplar de grês colhido nas pedreiras do Sr. F. Monzon, de um dos cerros que formam a vertente do rio dos Ferreiros, grês esse de uma consistência extraordinária, invulnerável ao ataque dos agentes exteriores e muito mais ação do ferro.

"Tem uma belíssima cor vermelha e, se não fora a sua dureza, que não permite ser trabalhado com os processos ordinários, prestar-se-ia às mais exigentes obras de cantaria. Este grês é provavelmente o vieux grès rouge, anterior à erupção das rochas ígneas abundantes na formação geológica desses terrenos, de que fala Nathaniel Plant."

Até aqui ele, agora nós, acrescentamos existir em quantidade a pedra de grês, o diorito, o granito, bem aproveitado já no calçamento das ruas da cidade e outros afirmam ter sido encontrada a perite de ferro e, posto bem raras, pedras de ágata.

Por toda a parte vicejam e crescem árvores frutíferas próprias da zona temperada. A cidade e os subúrbios são um vergel, mas são os jardins públicos, cultivados às expensas da municipalidade, ostentam inúmeros espécimes das flores mais belas e odoríferas. O terreno inculto sobra atrás ou aos lados das casas particulares.

Raramente vê-se em um ou em outro quintal alguma planta da zona intertropical. O mamoeiro, a bananeira, o abacateiro produziria abundantemente, onde já vimos o ramo de um cafeeiro coberto do fruto e onde tão saborosas são as laranjas, os pêssegos, maçãs e uvas.

A cana-de-açúcar é cultivada e dela se extrai o melão, a rapadura, a aguardente e o álcool.

Nos primeiros anos do povoamento do solo santamariense, pelos sesmeiros acima referidos, fizeram muitos deles plantações de trigo e centeio, de que faziam excelente pão crioulo. Também cultivaram a cevada, o linho e o algodão. Destes ainda agora; em nossa última estada, mostrou-nos o nosso amigo Jerônimo Pavão vários artefatos, alguns bem perfeitos, fiados, tecidos e confeccionados em teares por suas veneradas mães e tias, filhas do precita do sesmeiro Antônio da Costa Pavão. Esses artefatos são conservados como relíquias dos bons tempos e dos bons hábitos, que o dê cênio revolucionário transformou.

Presentemente ninguém planta linho nem algodão, nem mesmo trigo. É pena, não aproveitem o clima e o solo tão favoráveis a tais culturas.

A indústria pecuária ainda dispõe de mais de dois terços do território do município, para o que são excelentes seus campos.

Diversos fazendeiros têm adquirido reprodutores para os gados bovino, equino e suíno.

Desde já se exporta banha e carnes salgadas, do primeiro a exportação é em couros, charque e reses vivas. Havendo abundância extraordinária de leite a venda, os laticínios são de inferior qualidade, por serem mal preparados. Nota-se ainda a falta de tambos, para quem quiser tomar o leite fresco à tarde, ou mesmo pela manhã.

É digna de menção a charqueada com o nome de Saladero da Serra, que nos subúrbios da cidade possui o Sr. Juvenal Dias da Costa.

Na safra de 1908 a 1909 foram abatidas 27.365 reses; na que findará com o inverno de 1910 deve a matança e preparo elevar-se a mais de 30.000 cabeças.

A raça cavalar, que poderia tornar-se mais luzida por causa da suculência das pastagens e grande cultura de alfafa, é, entretanto, assaz rotineira. Com a extinção do prado, onde se efetuavam corridas, aos domingos, cessou a emulação, esse bom incentivo para o melhoramento dessa raça.

O município conta no entanto 150 estabelecimentos entre os maiores e os menores para a indústria pecuária, calculando-se em mais do décuplo os diversos ramos de cultura das terras. Mas, o que constitui sua máxima riqueza, por ter em suas mãos toda a moeda circulante, é incontestavelmente o comércio.

Comércio

Tem a cidade 8 casas comerciais de 1ª classe, 9 de 2ª, 18 de 3ª e 72 de 4ª classes, ao todo 107 casas de negócio. O município, porém, incluindo essas, soma em 260 casas, desde a mais modesta mercearia até as fortes casas, que não vendem senão por atacado. Além dessas há 19 açougues, 8 padarias, 7 hotéis, 10 restaurantes, 16 botequins, 3 fábricas de café, 149 fábricas de vinho, 65 fábricas de aguardente, 2 fábricas de massas alimentícias, 32 moinhos, 65 atafonas de fazer farinha, 7 fábricas de cerveja, 1 descascador de arroz a vapor, 4 casas de comissões, 10 curtumes, 3 barracas de couros, 3 serrarias, sendo uma hidráulica, 1 fábrica de chapéus de sol, 3 fábricas de sabão e velas e 2 agências de companhias de seguros.

Quando estava sendo impresso este capítulo foram instaladas as duas casas sucursais dos bancos do Comércio e da Província, com sedes em Porto Alegre.

Estes fatos ocorridos, a 26 e 28 de março de 1910, provam não somente a confiança daqueles dois grandes estabelecimentos de crédito, nos recursos desta cidade, mas também, que eles dispõem de abundantes capitais para proteger o seu comércio e indústrias.

Outros Ofícios e Profissões

Conta ainda a cidade e município: - 7 olarias para tijolo, 11 ditas para telhas, 4 funilárias, 4 selarias, 2 caldeireiros, 3 fábricas de obras de vime, 4 tipografias, 2 fábricas de louça de barro, 2 tanoarias, 3 colchoarias, 3 relojoarias, 3 lojas de metais, 2 ourivessarias, 15 barbearias, 9 carpintarias, 12 lombilharias, 16 fábricas de fumo (estas no 4º e 5º distritos) 5 gabinetes dentários, 3 cafés e bilhares, 3 fotografos, 4 parteiras (na cidade), 27 ferrarias, 25 sapatarias, 16 alfaiatarias, 8 marcenarias, 6 modistas, 2 confeitarias, 6 farmácias, as quais dão que fazer a clínica de outros tantos médicos.

É recomendável o gabinete de eletricidade do Dr. Nicolau Becker Pinto que tem produzido curas importantes até em pessoas, que de Porto Alegre tem ido experimentá-las.

Foro

Essa instituição mantém 12 advogados (apenas 3 são bacharéis em direito) 2 notários, sendo um oficial do registro hipotecário, 2 escrivães do crime civil e do comércio, um escrivão de órfãos e outro da provedoria e casamentos.

Além do juiz da comarca, há os de 6 distritos judiciais.

Associações e Clubes

Além do clube político Júlio de Castilhos, ponto de agremiação da política ora dominante no Estado, conta-se o Caixeral, o Ginástico, o dos Atiradores Santamarienses, o das Classes Laboriosas, o dos Boêmios, as sociedades: - do Tiro Brasileiro (batalhão patriótico com 800 praças e 37 oficiais), Nova Aurora, a Italiana Mútuo Socorro, Deutsches Schutzen Verein (alemã), Christoforo Colombo (italiana), Recreio Artístico, Recreativa da União Italiana, União Recreativa da Estrada de Ferro, a Protetora do Hospital de Caridade, loja maçônica Luz e Trabalho, a Comunidade Evangélica da Igreja Episcopal Brasileira, Comunidade Evangélica da seita luterana, as irmandades de Nossa Senhora da Conceição (na igreja matriz) e a Nossa Senhora do Rosário em sua capela própria.

Não faltam pois agremiações e confortos, onde os habitantes da cidade possam distrair-se da monotonia inerente a vida nas cidades secundárias, por mais operosa que seja sua população.

Entretanto notamos, que tem arrefecido consideravelmente o cultivo da música. Antigamente, quando a população seria uma sétima parte ou menos da atual, ouvimos execuções magistrais ao piano, por algumas das mais adiantadas discípulas do maestro Bueno. Uma banda de música marcial, sob a regência do professor Frederico Stotenberg, com uma seção de cantores e de instrumentos de orquestra, tinham sempre que fazer em Santa Maria, em São Martinho, no Campestre e até em Cruz Alta, de onde vinham buscá-la para a aparatosa festa do Espírito Santo. Hoje há duas fanfarras carecedoras de reforma no instrumental e na execução. Mesmo assim são as que servem nos espetáculos teatrais, bailes e outras diversões.

Instrução Pública e Particular

Tanto o governo do Estado como o do município têm sido solícitos e despreendidos mesmo em prol da instrução primária e secundária das crianças e jovens de ambos os sexos.

Existem 9 escolas de 2ª entrância na cidade, sendo 1 do sexo masculino, 3 do feminino e 5 mistas.

Longe dos limites urbanos e nos distritos do município há 28 aulas de 1ª entrância, das quais 20 são mistas.

Além dessas, há na cidade a escola complementar, regida por cinco professores de ambos os sexos, tendo um curso elementar e outro complementar. Os alunos e alunas desse proveitoso externato podem sair e efetivamente tem saído habilitados para a regência de qualquer aula pública ou particular. A escola complementar é uma pequena escola normal.

A intendência municipal subvenciona com 6.440\$000 rs., anuais, 6 aulas, sendo: 3 aulas municipais mistas auxiliares ainda 3 escolas particulares, sendo todas inspecionadas e dando bons resultados.

Tem pois este município 43 escolas primárias e salientando esse importante serviço cumpre-nos declarar, que estivemos em um município, o da capital de um dos mais ricos e populosos estados, ao Norte da federação brasileira, onde as escolas primárias foram em 1893 reduzidas a menos de metade, do que hoje conta e tão modesto e ainda tão moderno município de Santa Maria da Boca do Monte.

Independente das escolas públicas a cidade conta o Ginásio de Santa Maria, com internato, externato e frequência de 160 alunos sob a direção dos irmãos maristas, equiparado ao Ginásio Nacional, podendo portanto conferir o grau de bacharel em ciências e letras; o colégio Santana sob a direção das irmãs franciscanas e obediência superiora da ordem em São Leopoldo, com internato e externato; o colégio italo-brasileiro; o colégio São Luis e a escola paroquial, onde o vigário e seu coadjutor ensinam gratuitamente os meninos pobres e fornecem-lhes livros, papéis, etc.



Igreja matriz da colônia Siveira Martins.

Derramada assim, quer pelos poderes públicos, quer por instintos particulares, a instrução primária e a superior, a cidade e o seu município marcharão sempre na vanguarda do progresso, assim do Estado como da União.

Possui a cidade três jornais todos eles políticos e são: A Tribuna, órgão republicano O Combatente, órgão democrata ou dos republicanos dissidentes e o Gaspar Martins, órgão federalista, que pugnando pela república alimenta a idéia do regime parlamentar.

O município abrange uma área superficial de 392.000 hectares, a cidade porém conta 9.000.000 de metros quadrados; e, se bem que esta compreenda muitos terrenos desocupados, todavia contém as seguintes

Praças

Saldanha Marinho, Cristovão Colombo (ajardinadas), Júlio de Castilhos, Tiradentes, Ipiranga, e da República, ao todo seis. Conta mais a bela e espaçosa avenida arborizada Rio Branco.

Ruas

Acampamento, Venâncio Aires, do Comércio, Rio Branco (calçadas a granito), Andradas, Silva Jardim, Floriano Peixoto, Marquês do Erval, Visconde de Pelotas, Conde de Porto Alegre, Duque de Caxias, Barão do Triunfo, Visconde de Ferreira Pinto, Ipiranga, José Bonifácio, Benjamin Constant, General Netto, Bento Gonçalves, Sete de Setembro, Treze de Maio, Vinte e Quatro de Maio, Primeiro de Março, Tuiuti, Ernesto Beck, José Garibaldi, do Ipê e General Portinho, ao todo 27 ruas.

Notamos que nas denominações acima, foram esquecidos os nomes de Felisberto Prates, Antônio Pavão (os primeiros povoadores, existindo a casa construída pelo último), Coronéis Valença, Cezimbra, Niederauer, Barão de Nonoai e outros, que prestaram relevantes e inesquecíveis serviços ao município e sua sede.

Iluminação Pública

Toda a cidade é iluminada à luz elétrica, para o que tem uma usina movida a vapor, com força para projetar 30 grandes focos além de inúmeras lâmpadas por casas comerciais, colégios, edifício da intendência, cadeia e diversas casas particulares.

Abastecimento de Águas

Conquanto haja água bastante nas vertentes dos arroios, que nascem na coxilha, onde está situada a cidade e haja também inúmeros poços de casas particulares, todavia a água não é boa.

Não podendo a intendência tomar a si esse encargo, favoreceu, quanto pode, a iniciativa particular.

De fato incorporou-se uma companhia, que tomou a si a captação e encanamento de uma das vertentes do Ibicuí, em cima da Serra, para trazê-la à cidade.

Essa companhia já encomendou para a Europa os canos de ferro, registros e outros aparelhos indispensáveis.

Edifícios Públicos

Contam-se os seguintes: o palacete da intendência, a igreja matriz (a nova), a igreja episcopal evangélica brasileira, a da seita luterana o quartel da força policial, um outro da força federal, a estação de ferro, o teatro Treze de Maio, o hospital de caridade e a capela de Nossa Senhora do Rosário.

Projeta-se a construção de mais três quartéis para as forças federais e de um mercado, aqueles, por conta da União e este pelos cofres municipais.

Edifícios Particulares

Atualmente acham-se lotados para o imposto da décima urbana 1604 prédios urbanos. Treze anos antes, em 1893 essa lotação foi de 496 prédios.

Vê-se que a edificação anual teve uma média de setenta prédios, pouco mais ou menos.

Não contamos entre os edifícios públicos, os bem avantajados do Ginásio Santa Maria e do Colégio de Santana das irmãs franciscanas.

Tanto num como em outro imperam, externamente a bela arquitetura, internamente a higiene e um bom conforto.

O hospital da caridade, sustentado e administrado por uma associação beneficente, de que já falamos, foi instalado num espaçoso sobrado, tendo recebido alguns melhoramentos e acréscimos.

Está sob a direção interna das irmãs franciscanas, tem uma farmácia e dois médicos, que gratuitamente prestam-lhe seus serviços, inclusive os de operações cirúrgicas.

Aí nota-se um asseio igual ao do colégio das meninas.

Ordinariamente existem em tratamento 24 enfermos pobres, mas às vezes esse número excede de 30.

As enfermeiras conquanto da mesma ordem religiosa, são distintas e separadas das do colégio em suas funções.

Salubridade Pública

O clima assaz temperado assim da cidade como do município, visitado pela brisa refrigerante da região serrana, tem obstado a propagação e durabilidade de moléstias epidêmicas.

Não há mesmo moléstia alguma endêmica conhecida. A mortalidade anual fica sempre aquém da estatística dos nascimentos e é essa uma das causas do aumento considerável da população, não recenseada, desde 1896 até o presente.

Estrada de Ferro

Propositalmente fomos de Porto Alegre assistir a inauguração do tráfego desde Cachoeira até Santa Maria, tendo ido o vice-presidente da província Dr. Miguel Rodrigues Barcellos com grande comitiva.

A festa correu fria, limitando-se a dois bailes na casa da câmara municipal, em duas noites seguidas e a um banquete, em casa do finado Francisco de Paula e Silva, onde foi hospedado o vice-presidente.

Assistimos a esse banquete, onde fez as honras da mesa um vinho delicioso preparado na colônia Silveira Martins e por amor do qual ficaram desprezados os Bordeaux, Porto, Xerez e outros. Não foi sem pesar, que a sobremesa foi servido o champagne para os brindes.

O engenheiro-chefe, Dr. Eugênio de Mello, separou-se da comitiva presidencial e foi banquetear-se com seus colegas. Andou aí um pouco de politicagem, mas respeitamos a memória de ambos.

Verdadeiro contraste foi a inauguração do ramal da mesma estrada desde a estação do Couto até a hoje cidade de Santa Cruz e de que damos notícia no capítulo XI.

Santa Maria teria mais a lucrar com a via férrea e o entroncamento ali, das linhas, que estender-se-iam, como de fato se estenderam, até São Gabriel e Bagé, até Cruz Alta e Passo Fundo, e até Alegrete e Uruguaiana, mas a população teuto-brasileira da nova cidade demonstrou maior regozijo por ver encurtar-se-lhe apenas 32 quilômetros da pesada marcha, que se fazia em carroças até o Couto.

A falar a verdade a estrada de ferro, depois que por um ato assaz impatriótico do então presidente da república, passou a mãos estrangeiras, tornou-se um flagelo para os que dela servem-se, tanto para a condução dos passageiros, como para o transporte de mercadorias.

As passagens quase duplicaram, sendo onerosíssimo o frete pelo excesso das bagagens. As mercadorias, especialmente as exportadas, deixam de sê-lo de muitos lugares produtores, devido a pesada tarifa.

Assim nos expressamos, porque ainda em maio de 1908 viajamos de Libres em frente a Uruguaiana, até São Tomé, pouco acima de São Borja, sendo-nos as passagens mais baratas, e o serviço mais perfeito.

Posição Geográfica

A cidade de Santa Maria fica a 29º, 40' e 11'' de latitude de Sul e 53º e 32'' de longitude ocidental. Em todo o município pouco varia essa situação topográfica, mas a altitude sobre o nível do mar é bem diferente, pois nas terras da Serra Geral e campos acima desta, é de 260 a 390 metros, enquanto que da raiz da serra para baixo não atinge a 100 metros, nas coxilhas mais elevadas.

Limites

Ao Norte com o município Júlio de Castilhos, ao Sul com os de São Gabriel e São Sepé, a Leste com o de Cachoeira e ao Oeste com o de São Vicente.

Repartições Públicas

Além da intendência, existem uma coletoria das rendas estaduais, uma outra das rendas federais, uma estação telegráfica, uma agência de correio de 2a. classe e um posto fiscal para impedir a entrada de qualquer contrabando provindo da fronteira.

As rendas públicas durante o ano de 1908 foram assim discriminadas:

Receita municipal	201:765\$400
Dita estadual	166:858\$915
Dita federal	<u>34:037\$918</u>
Total	410:662\$233

Nos primeiros dias do mês de dezembro de 1908 recebeu Santa Maria a visita de Dom Francisco Herbozo, Ministro plenipotenciário do Chile, junto ao governo do Brasil.

A festa foi aparatosa notando-se a presença do mundo oficial.

Uma ala do 29 batalhão da brigada policial fez a guarda de honra da recepção. Mais tarde porém foi prestar-lhe suas homenagens o batalhão do Tiro Brasileiro, falando por este, depois da continência da ordenança, um soldado por designação do comandante.

O plenipotenciário estrangeiro muito elogiou a boa ordem e disciplina desse corpo, tão novo ainda, mas tão correto como qualquer corpo militar.

Havíamos incluído (Prólogo Pág. VII e VIII o município de Santa Maria no território das Missões Orientais, isso porque nele se acha o grande rincão de São Pedro, antiga estância dos jesuítas com a respectiva capela. Mas tanto esse rincão como o 19 distrito de S. Martinho (Cap. XXV), ultimamente incorporado e também território missioneiro, formam talvez a maior porção das terras de Santa Maria.

Mas nem daquele rincão, nem daquele distrito foi colhida uma só reliquia, que pudesse perpetuar a lembrança do domínio dos padres do Instituto de Santo Inácio de Loyolla. Entre tanto pendem do campanário da capela, que serviu provisoriamente de matriz, dois sinos: o maior fundido, sem declarar em qual das reduções, tem a seguinte anagrama: JHS e a inscrição Psalmus 71. Et adorabunt eum omnes reges terrae e mais três cravos. 0

menor, fundido em 1693, tem o seguinte: Sancte Ignatti, Ora pro nobis.

Na sacristia da igreja foram-nos mostradas duas dalmáticas de brocado, muito bem conservadas. Existem mais três imagens bem toscas.

Um ano depois dos últimos fatos narrados, estava concluído o belo templo católico, situado à avenida Rio Branco.

Exteriormente é, como mostra a estampa, interiormente, em forma de cruz latina, consta de três naves, divididas, por duas colunatas de ordem toscana. Ao fundo é a capela-mór com um rico altar em estilo gótico, onde foi colocada a nova e elegante imagem da padroeira.

Essa igreja deve sua construção aos esforços do benemérito vigário Caetano Paliuca, presbítero da ordem regular dos padres palotinos, coadjuvado com a boa vontade de seus paroquianos, que nunca lhe regatearam provas de estima e confiança.

Nomeado e empossado cargo em 1900, logo manifestou desejos de encetar a construção de uma nova matriz, mas preocupado o povo com a fundação de um hospital de caridade, teve ele de esperar dois anos para, concluído aquele pio estabelecimento, cuidar então da igreja.

Reuniu em sua residência, uma comissão das pessoas mais abastadas e influentes da cidade e logo tratou da escolha do local, sendo indicado o terreno onde acha-se a igreja.

Custou esse terreno 4:494\$000, com o respectivo imposto, cobrindo essa despesa e deixando um saldo, de 506\$000 a quantia de 5:000\$000, com que a intendência municipal desapropriou o terreno ocupado com a igreja antiga e que interceptava o trânsito pela avenida Rio Branco.

Sete anos duraram os trabalhos dessa edificação, a começar dos alicerces, mas o infatigável e perseverante ministro do altar achou-se sempre auxiliado pela comissão composta dos cidadãos Augusto Seixas, Daniel Fernandes, Annibal di Primio, Pedro Weinmann, Antônio Alves Ramos e outros, substitutos dos que deixavam, por justos motivos, de fazer parte dos trabalhos.

Foi encarregado da planta o hábil arquiteto João Grunewald, de Porto Alegre, modificada porém pelo desenhista Francisco Dupras.

Essa obra foi fiscalizada sucessivamente pelos engenheiros Rozauro Zambranco e Oscar Evald, e teve além das obras de pedreiro e carpinteiro as ofertas de paramentos, alfaia, um altar em estilo gótico ricamente dourado, tudo enfim custando 150:000\$000 réis. Foram feitos muitos donativos em dinheiro, avultando os seguintes: Dr. Augusto Alvares da Cunha (de saudosa memória) e sua esposa Dona Maria Manoela da Gama Marques Cunha 8:122\$000, Companhia Viação Férrea Rio-grandense 5:000\$000, Luis Gonçalves Chagas e sua esposa D. Rita Maia Chagas 2:900\$000,

Dona Maria Luiza Chagas 2:200\$000, Dona Francisca Teixeira Chagas 1:300\$000, Dona Flaubiana Pereira Carpes 1:200\$000, Dona Manoela Celestina Penna 1:00\$000, Major Pedro Weinmann todas as telhas de coberta, calculadas (preço mínimo) em 1:200\$000, sendo demasiado crescido o número dos fiéis que concorreram com quantias de 500\$00 até 100\$000 e daí para baixo até as dezenas de mil réis e menos.

O templo exteriormente é como representa a estampa posto não apareça a frente elegante do frontispício.

Interiormente tem três naves divididas por duas colunas de ordem toscana, com doze arcos de cada lado e sobre as espaçadas tribunas. Pode conter mais de 1200 pessoas.

No dia 6 de dezembro de 1909 teve lugar a sagração oficiando o Exmo. e Revmo. Bispo Diocesano Conde Dom Cláudio Poncé de Leon, assistido por nove sacerdotes.

Essa cerimônia é estensa e, se fossem cantados os salmos, antifonas, lições, ladainha e orações, maior tempo duraria.

O Exmo. Bispo e padres, rezando e fazendo rezar tudo isso em voz alta, começou a officiar pelas 7 horas, terminando às 11 horas da manhã.

Durante a cerimônia e, como é de praxe, fez o diácono derramar pelo corpo da igreja, em forma de X (ou cruz de Santo André) duas linhas de cinza, sobre as quais traçou o prelado, com a extremidade do báculo, os alfabetos grego e latino, mostrando a união das duas igrejas católicas, sob a obediência da Santa Sé.

Depois teve lugar o depósito das santas relíquias na capela maior, em seguida foram sagradas, com o santo óleo da criisma, a grande pedra de ara e as cruzes em número de 15.

Retiraram-se o bispo e seus acólitos. Era meio dia, quando na igreja, repleta de fiéis, estando os altares decorados e iluminados, começou a missa solene, que foi cantada pelo Revmo. vigário Caetano Pagliuca, com dois outros sacerdotes.

Ou porque era imensa a satisfação dessa grande reunião de católicos (inclusive os excursionistas) ou porque houvesse sido bem ensaiada a partitura sacra, em todos causou a mais grata audição os Kyrios, o Glória e Credo, entoados por mais de 20 vozes (quase todas de senhoritas) ao som do órgão ou de alguns outros instrumentos.

Eram duas horas da tarde, quando terminou a festa.

Nesse mesmo dia, às 5:00 horas, foi celebrada na nova igreja a penúltima novena e no dia seguinte a última, sendo bem desempenhadas as ave-marias finais.

No dia 8 teve lugar a missa pontifical pelo Exmo. Bispo, proferindo a oração sacra o Revmo. Hypólito Costabilde, vigário de Bagé, de onde fora convidado e a tempo chegara.

Houve na tarde desse dia uma procissão. Ao recolher-se foi dada a benção e concluídas as solenidades religiosas.

Mas o povo não se contentou com as festas da igreja, houve duas noites de quermesse, uma de fogos artificiais, espetáculos teatrais e bailes. Todas essas expansões de alegria deixaram gratas recordações aos visitantes da progressiva cidade de Santa Maria.

Nunca serão pródigos os louvores ao Padre Caetano Pagliuca, que, com um crescido rebanho, dividido pela exaltação partidária, conseguiu unificá-lo para o dificultoso empreendimento da construção do belo templo católico.

E que, nem aí, onde se desenvolvem duas diversas confissões protestantes, nem em outra alguma parte poderá sucumbir a religião, que seu fundador prometeu proteger até a consumação dos séculos.

Presentemente trata-se da aquisição do prédio, para a residência do bispo, que virá reger e inaugurar a nova diocese de Santa Maria.

NOTAS

1) Este, vê-lo-emos figurar, doze anos antes, como concessionário de uma outra sesmaria em território mais longínquo, onde foi fundada a capela, por fim cidade e município de São Gabriel. Essa (informam-nos) foi por ele cedida a seu genro Diogo José Trilha (capítulo XXXVIO.

2) Essa extinguiu-se em poucos anos, dispersando-se os índios; mas ficou ao local o nome de aldeia, um pequeno bairro da cidade.

3) Essa expressão, que grifamos, foi extranhada pelo Doutor João Borges Fortes, quem primeiro deu publicidade a esse antiquíssimo documento no Anuário Rio Grandense de 1899 confeccionado pelo Dr. Graciano Alves de Azambuja. O ilustrado militar, alheio a negócios eclesiásticos, não tinha obrigação de saber que os jurisdicionados de uma paróquia ou curato, são denominados paroquianos, fregueses ou aplicados.

4) Quem decifrará esse período tão obscuro?

5) Deveria ser: a si mesmos.

6) Foram seus primeiros vereadores, Coronel José Alves Valença, presidente, João Pedro Niederauer, Maximiliano José Appell, João Thomaz da Silva Brasil, João Veríssimo de Oliveira, Francisco Pereira de Miranda e Joaquim Moreira Lopes.

7) Essas petrificações já havíamos-las observado em nossas antigas viagens de Cruz Alta a Porto Alegre, passando por Santa Maria; mas, como não pensávamos escrever este livro, apenas nos contentamos de recolher um ou outro fragmento desses fósseis e dá-los a alguns amigos. (Nota do autor)

8) Esta, dispendendo essa quantia, ressarciu-a com dobrado saldo, por ocasião das festas da dedicação ou sagração do templo; pois marcando para os excursionistas a essa festa, uma passagem de 15\$000 ida e volta (uma terça parte da tabela ordinária) concorreram 690 passageiros, produzindo um lucro de 10:350\$000 o que nunca poderá obter-se em três ou quatro viagens ordinárias com os altos preços da tabela. São de Porto Alegre foram 360 passageiros que encheram todos os carros, indo muita gente, por falta de lugar, nos de 2ª classe. São esses renderam 5:400\$000!

Capítulo XXXVI

SÃO GABRIEL

*É bela, como a virgem da floresta,
No ardor da sesta debruçada exangue
À margem da corrente.*

Gonçalves Dias

O município de São Gabriel não podia deixar de ocupar lugar em nosso livro. Seu território, embora baldio até os últimos anos do século XVIII, foi de fato compreendido no das Missões Orientais.

No tempo da administração dos jesuítas, tiveram eles duas estâncias importantes, na vastíssima campanha à margem esquerda do Ibicuí, e foram: Santa Tecla, envolvendo o solo da atual cidade de Bagé e São Luís, em campos hoje de Alegrete.

Entre aquelas e a estância de São Vicente, ficava encaixado o terreno deserto que, pelo correr dos tempos, constituiu o município de que vamos tratar.

Era, ao longo de suas vastas campinas, o caminho preciso desde São Vicente, ou desde a estância de São Luís, no território do atual município de Alegrete, até a estância de Santa Tecla, bem como quando desta houvessem de regressar para qualquer das antigas reduções.

Hoje mesmo, quem quiser ir a Alegrete, de São Vicente ou de Santa Maria (em cujo território existiu a antiga estância jesuítica de São Pedro Mártir), não há outro caminho para Bagé, a não ser através da campanha de São Gabriel.

Ouvimos dizer que nessa campanha também existiu uma estância pertencente aos povos missioneiros, mas dessa ninguém hoje sabe a situação nem mostra os vestígios.

Algumas pessoas afirmaram-nos que essa estância compreendia o campo, onde existe uma lagoa denominada dos Padres. Outras

disseram-nos que a Lagoa dos Padres foi feita há 50 ou 60 anos, sem porém, nos explicarem a origem dessa estranha denominação.

Ao contrário dessas versões, várias e infundadas, vê-se nos Anais do Visconde de São Leopoldo (2a edição págs. 198 e 199) que em 1801, três meses antes da conquista das Missões, Dom Feliz Azara, de ordem do Vice-Rei de Buenos Aires, Marquês d'Avillés, fundou, à base do cerro de Batovi, uma vila denominada São Gabriel, com os colonos espanhóis destinados à Patagônia. Esse núcleo, assim da vila como da campanha, foi dispersado pelas forças conquistadoras das Missões e território ao Sul do Ibicuí.

Consta-nos mais e é tradição que no próprio local da atual cidade, fundou-se uma aldeia de índios guaranis.

Ninguém sabe ao certo como foi fundada essa aldeia, quem a dirigiu e por quanto tempo, mas a população indígena dispersou-se logo que a população branca começou a apropriar-se da localidade.

Devemos, aos nossos exames e indagações, o saber como começou o povoamento do solo pela força, que ainda hoje predomina.

E é isso o que vamos transmitir ao leitor.

Histórico

Dez anos antes da conquista de que trata o Cap. VI, Antônio da Costa Pavão foi ao Rio de Janeiro, onde em 1791, conseguiu do vice-rei, Conde de Resende, uma carta de sesmaria, de três léguas nos campos de Caiboatê.

Por esse mesmo tempo, José Maria Corrêa Vasques obteve outra sesmaria, da qual vendeu metade em 1793, a José dos Santos Menezes, por alcinha o Juca Santos.

Sem dar-se ao trabalho de impetrar uma concessão semelhante, Miguel Antônio de Ávila tomou posse de quatro e meia léguas, à margem do arroio Inhatium. Essa posse foi dada a registro, como legitimável, em 1856 por aquele possuidor que então ainda vivia.

Quando Bagé, e todo o demais território das Missões passou, em 1801, ao domínio da coroa portuguesa, esta pelos seus viceréis e pelos capitães gerais do Rio Grande do Sul, concedeu diversas sesmarias, maiores ou menores aos vassallos seguintes:

Brigadeiros Antônio Pinto da Fontoura e Manoel Carneiro da Fontoura; aquele, quatro e a este três léguas quadradas à margem do rio Vacacaí; João da Cruz Albernás, Manoel Pedroso de Albuquerque, Major Olivério José Ortiz, Capitão Marcelino Ferreira do Amaral, a seguir até a altura do Pau Fincado;

Brigadeiro José Maria da Gama Lobo d'Eça, João Alves de Faria, Clementino Ferreira Bica, João da Rocha e Souza, Francisco Xavier César, Manoel Martins Pinto, José Machado Fagundes de Bitencourt, Victorino da Silva Lago, Bernardo do Canto, o Capitão (mais tarde Marechal do exército) João de Deus Menna Barreto, Caeetano de Barcellos, Isidoro Xavier Pereira Ramos, José Martins de Oliveira, o padre João de Almeida Pereira, Antônio Manso, José Gomes Barroso, Manoel de Santa Bárbara, Cipriano Rodrigues de

Barcellos, José Antônio Moreira, Manoel Antônio da Silveira, Tomas Ferreira do Valle, Dona Joaquina Thomazia de Sampaio e Modesto Severo Fialho, obtiveram-nas em localidades muito diversas.

Houve outras concessões, porém estas, ao tempo do registro paroquial das terras possuídas (1856), já estavam muito divididas em mãos de vários adquirentes. Esses, nas suas declarações para o registro, nem sabiam os nomes dos primitivos concessionários ou posseiros.

Não faremos aqui menção das concessões feitas no grande rincão de São Vicente, a antiga estância dos jesuítas e por muito tempo um distrito de São Gabriel, por tê-lo já feito no Capítulo XXXIV, referente àquele município.

Mas, depois de povoada toda a campanha gabrielense, quando era mister, segundo demonstra Garneiro¹⁾, tornar-se a propriedade territorial um dos fundamentos da vida social, logo se tratou, conforme as idéias do tempo, da criação de uma povoação e da respectiva igreja.

A princípio pensaram escolher o local onde havia vestígios da vila fundada por Dom Feliz Azara. Mas essa idéia cedeu depressa ante a oferta generosa do cidadão Diogo Trilha, que tendo adquirido por compra uma das já mencionadas sesmarias, no próprio local da atual cidade, cedeu meia légua em quadro para a povoação e o rossio.

Revertendo essa fração ao domínio público, e não mais ao da decadida coroa portuguesa, o governo da província fez concessões de terrenos para edificação de prédios urbanos ou de Chácaras, ao Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, João Teixeira da Silva, Joaquim José da Silva, Sebastião Pinto da Fontoura (que pessoalmente conhecemos), José Arandi, José Manoel (indios), José Rodrigues de Figueiredo e inúmeros outros.

No local da povoação foi escolhido o terreno para a capela, que ainda hoje existe, solidamente construída, porém, proporcões acanhadas pelo que está suspenso de todo o culto.

Mas, quando era a primeira e a única igreja, apesar da sua por demais tosca obra de talha, teve um Capelão e foi esse o padre João de Almeida Pereira, já mencionado, por provisão do vigário geral em 1826, mais ou menos.

Posteriormente, foi elevada a povoação a freguesia, por lei provincial de 23 de dezembro de 1837.

As famílias dos já mencionados concessionários de terras e outras, cujos nomes não nos foram transmitidos, deram bastante impulso ao povoado. Havia comércio e já muita sociabilidade, quando, ao fim de 9 anos, rebentou a guerra civil, movimento esse que, não obstante impulsionado por sentimentos e idéias elevadas, todavia fez estacionar quase todas as novas povoações da campanha rio-grandense.

A de São Gabriel por vezes sob o domínio das armas republicanas ou das monarquistas, conforme a sorte dos combates travados entre a força estacionada e a invasora. Mas, a despeito dessas alternativas e mesmo da intensidade da guerra civil, a povoação parece que não ficou estacionária, pois que em 1845, soando a trombeta anunciadora da reconciliação dos partidos, logo sur-

giu a idéia de sua elevação à categoria de vila, o que teve lugar por lei de 4 de abril de 1846.

Um novo pessoal, substituindo parte do antigo, imprimiu nova fraterna vida social, como passados dez anos e por alguns meses de estada, observamos.

Já aí existiam com suas famílias, o Capitão reformado Francisco Xavier Metello, Manoel José Pires da Fontoura Casado, o português Antônio José de Faria (por alcunha o Pernambuco) a esses acrescentaram gradativamente, Antônio Arranca Pedras, José Rodrigues Vaqueiro, Antônio Martins da Cruz Jobim, o Coronel João Propício Menna Barreto, (o já mencionado General e Barão de São Gabriel) Antônio Caetano Pinto (por alcunha o Pintado), João Pacheco de Assis, Inocêncio Coclo, Manoel Martins da Silveira Lemos, Jacob Estrazulas y Falzón, Antônio Mercado, José Gonçalves Ferrugem, Francisco Rodrigues Dias Ramos, Tenente-Coronel Joaquim de Faria Corrêa, Major Eduardo Antônio da Costa, Julião Antônio Garcia, Jorge Fayette, Adolpho Penha e vários outros.

Antes de ter decorrido um ano da pacificação da província, mereceu São Gabriel uma primeira visita do então jovem Imperador Dom Pedro II. Aí passou alguns dias hospedado no sobrado do estancieiro Thomaz Ferreira Valle. Divertia-se ele quando o deixavam sô, tirando duas vistas do panorama sorridente, que com doces enlevos fizeram exclamar: - "Como é bela esta paisagem".

Mas esses desenhos ficaram em mãos de pessoas, que nenhum apreço ligaram, apesar dos seus amores pela monarquia. Ao fim de dez anos, quando aí estivemos, não conseguimos ver um só desses trabalhos (perfeitos ou defeituosos), do adolescente soberano. Mas foram várias as pessoas que nos afirmaram tê-los visto.

Egredando a Porto Alegre e ao bulício da sua faustosa corte, Dom Pedro II não esqueceu a pequena povoação, que se lhe torna um transunto da demais campanha que deixara de percorrer. Embora governando com a responsabilidade dos seus ministros e ouvindo sempre com respeito os conselhos prudentes do seu aio e mestre Dom Frei Pedro, bispo titular de Crisópolis, ele por seu próprio, escolheu a povoação de São Gabriel para ser o ponto central do exército, quando este houvesse de entrar em operações, em qualquer sentido.

Deve-se à boa vontade do monarca a construção do grande edifício, que vimos em 1856, (e ainda existe) para quartel do 1º regimento de artilharia de campanha, composto então de 6 baterias ou 36 bocas de fogo com a necessária palamenta. Tão grande era, que aí também estava aquartelado o 6º batalhão de infantaria (8 companhias) sob o comando do intrépido Coronel Antônio de Sampaio, mais tarde morto, (sendo general) em combate na tremenda guerra paraguaia.

O local denominado Acampamento do Trilha era o do 5º regimento de cavalaria de linha, (com 4 esquadrões) sob o comando do não menos bravo Coronel João Daniel Damaso dos Reis.

E assim que São Gabriel teve logo elementos para engrandecer-se porque tornou-se a parada de uma guarnição e brigada das três armas ou fossem 1800 homens, sob o comando de um general. Exerceram-no, entre outros, os brigadeiros João Propício Menna Bar-

reto e Francisco de Paula de Macedo Rangel, que aí ficou reformado e constituiu família.

A um pequeno pē de exército, com caráter permanente não poderiam faltar as repartições acessórias, assim é que também existia uma pagadoria militar e a delegacia do quartel-mestre-general, um hospital militar, mas tudo isso sob a obediência (menos a pagadoria, repartição civil) do comando das armas.

Esse pessoal seletto, porque contava uma pleiade de oficiais distintos, tão vantajosamente desenvolveu a vida social de São Gabriel, que por lei provincial nº 413 de 15 de dezembro de 1859, foi elevada à categoria de cidade.

A guerra levada a efeito pelo governo brasileiro em 1851 e princípio de 1852 até às margens do Rio da Prata e que teve como consequência a queda para sempre do tirano Rosas, privou, por alguns meses, essa povoação do seu grande pessoal militar.

Concluída a campanha, voltaram as forças, restabeleceram-se as repartições respectivas e a vida social progrediu animada, como antes, por mais de treze anos.

Quando em 1856 aí estivemos, foi festejada a data comemorativa da Independência do Brasil, com um deslumbramento acima dos recursos talvez da população.

Houve a alvorada festiva, troando as canhões as salvas do estilo, um Te Deum na igreja, a parada ao meio-dia, um espetáculo no teatro caprichosamente adornado, representando-se, com irrepreensível desempenho e por amadores, o drama patriótico "A Expulsão dos Holandeses em Pernambuco". No seguinte dia, houve baile em grande gala e à noite do terceiro dia, uma festa no quartel da artilharia, profusamente iluminado, tudo o mais suplantando.

No dia 8 do referido mês e ano, dia santificado pela igreja católica, teve lugar a instalação do hospital de caridade, uma festa mais modesta, mas perfeitamente casava-se com a que, em três dias sucessivos, foi celebrada pela faustosa data da nossa emancipação política. Naquele tempo havia mais patriotismo, não passaria despercebido, como em poucos anos temos visto, o grande dita da pátria brasileira.

Uma vez falando no hospital de caridade, tão necessário numa já bem desenvolvida povoação de campanha, onde não era pequeno o número da gente pobre, devemos consignar que o iniciador desse pio estabelecimento foi o seu primeiro provedor Julião Antônio Garcia, que conseguiu levantá-lo já, com parte de seu modesto pecúlio, já com donativos dos abastados habitantes do município.

Foram esses o opulento estancieiro Antônio Martins da Cruz Jobim (depois Barão de Cambaí) Thomás Ferreira Valle, Antônio Arranca Pedras, Joaquim de Farias Correa, Francisco Ernesto da Silva Chaves, Doutores João Pereira da Silva Borges Fortes e Jônathas Abbott, General Propício e outros. Então era acanhado, mas já contava vinte e quatro leitos ocupados.

Hoje, está muito mais amplo, contém em diversas salas, 80 e mais enfermos, é administrado pelas irmãs de Santa Catarina, ao lado uma bem cuidada capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do estabelecimento.

Mas foi chegado um período angustioso, em que o Rio Grande do Sul, sempre na vanguarda das nossas pugnas guerreiras com os povos vizinhos, devia tomar a maior e mais ativa parte nas guerras sangrentas com a República Oriental, em 1864, e logo com o Paraguai, desde 1865 até 1870. Nessa ocasião, seguiu de novo to da força militar da cidade de São Gabriel e mais três corpos de cavalaria da sua guarda nacional. Durante o correr dessa extensa e (digam o que quiserem) mal dirigida campanha, os muitos claros abertos nessas forças, por morte ou invalidez de muitos dos combatentes, foram preenchidos com sucessivas levadas de voluntários e recrutas remetidos para o teatro da guerra.

Vinte anos depois, (em 1865) no começo da citada guerra, esteve outra vez em São Gabriel o precitado monarca brasileiro. Dessa vez, já não era o homem moço que deveria ainda ser, pois contava apenas 41 anos de idade. Os 25 anos de governo, os grandes dissabores a este inerentes, fizeram-no prematuramente um velho. Sua cabeleira e barba louras estavam encanecidas. Depois da invasão de duas províncias brasileiras pelas forças do despota do Paraguai, o homem quebrou muito de sua forte e ativa complexão.

Na comitiva imperial, vieram seus dois genros. Ele mesmo obrigou-os a deixar a doce convivência do lar, pelas agruras dos acampamentos militares. Vinham também os ajudantes gerais Marquês de Caxias e Calmon, o conselheiro Ângelo Ferraz, Ministro da Guerra, e mais homens do serviço imperial e público.

Tornou-se São Gabriel, por poucos dias, uma corte imperial em atividade. São tornou a ver, pela última vez o chefe da nação brasileira, quando este julgou desafiada em parte a sua pátria com o aprisionamento do exército invasor.

Mas essa não foi uma vitória definitiva, porém sim o começo de uma mais longa e sangüinolenta guerra.

Em 1871, estavam de volta as bastante reduzidas forças dos voluntários.

A contar de 1872, recomeçou a expansão social de São Gabriel até que a revolução civil de 1892 a 1895 de novo tirou-lhe sua guarnição e repartições militares anexas.

Como sucedera no decênio de 1845, São Gabriel esteve por vezes sob o domínio transitório dos rebeldes ou dos governistas, muitas famílias emigraram para a capital do Estado, mas depois que cessou a luta, depois mesmo que a cidade foi dotada com as vias férreas até Santa Maria e Bagé, nem por isso lhe podemos notar, ainda em novembro de 1908, um progresso comparativamente igual ao daquelas duas cidades.

Conhecemos a primeira menos de metade, a segunda igual a São Gabriel; hoje é esta excedida pela primeira em quase o duplo e pela segunda talvez no triplo.



Igreja da Nossa Senhora da Conceição e Santa Casa em São Gabriel.

Como os indivíduos, como as famílias, também as cidades podem ser ricas, ou pobres, ter a prosperidade, o estacionamento ou a decadência.

São Gabriel decai, porque já hoje, conforme a reorganização do exército brasileiro, passa Santa Maria a ser o centro do que terá de defender a fronteira, em caso de uma embora improvável invasão.

Dos poucos dados estatísticos, que sobre essa cidade colhemos, resulta o seguinte:

A área urbana está dividida em oito ruas de Norte a Sul a saber: Barão de Cambaí, 13 de maio, 7 de Setembro, Coronel Tristão Pinto, General João Manoel, General Mallet, General Andrade Neves e Constituição; outras tantas de Leste a Oeste a saber: General Câmara, Barão de São Gabriel, Coronel Sezefredo, Forte Caxias, Coronel Soares, General Marques e Dr. Jônathas Abbott.

Existem mais quatro praças e são: Marechal Floriano, 15 de Novembro, São Gabriel e a da Artilharia.

Essas ruas, praças, os mais aconchegados subúrbios, contam 870 casas sujeitas à décima urbana, inclusive 3 sobrados.

São recomendáveis pela arquitetura, o palacete da Baronesa de São Gabriel, as casas de José Narciso Antunes, Sebastião Menna Barreto, Jacob Estrazulas, Innocência Cocio, Pedro Gassen, Carlos Norberto, o Grande Hotel e o da sociedade Literária Gabrilense.

Os edifícios públicos são: - a velha e a nova matriz, o quartel de artilharia, o da infantaria, a enfermaria militar, a Santa Casa de Caridade, o colégio distrital, o teatro Harmonia, o mercado e o cemitério público. Não contemplamos nesse número a casa da intendência, baixa e acachapada, tal como conhecemo-lo em 1856 (então câmara municipal) com a cadeia anexa. É tempo de dar à cidade, com uma pingue receita municipal, um palacete mais apropriado para as reuniões do conselho municipal, audiências, júri e a própria intendência. Nesse ponto, o governo municipal dessa cidade ainda não quis tomar os exemplos dos de Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, Bagé, Alegrete, Uruguaiana e outros que souberam dotar suas vilas ou cidades com edifícios recomendáveis pela elegância exterior e acomodações internas para todos os misteres da administração pública.

A população da cidade, inclusive a flutuante e neste caso desfalcados corpos do exército, orça em 6.000 almas. A da campanha é calculada em 22.000 almas.

A população pecuária, que supomos muito mal recenseada, orça em 410.000 cabeças de gados de todas as espécies.

Tratando ainda da cidade, tem esta as seguintes associações: Harmania Gabrielense (dramática), Clube Caixeiral, Clube Familiar (bailantes), Prado Gabrielense (esportiva), Tiro ao Alvo Gabrielense (do tiro), Rocha Negra (maçônica) e a Caridade Gabrielense.

Imprensa: Existem duas tipografias: as dos jornais a Luta e a Gazeta do Povo, bissemanais.

Comércio: Tem a cidade 6 casas de negócio por atacado, 82 casas a varejo, 49 armazéns, inclusive as tabernas, 6 casas de modas e confecções, 1 empresa funerária, 3 hotéis, 3 bilhares, 2 confeitarias, 5 padarias, 19 açougues, 1 fotografia, 3 farmácias, 5 ourivesarias, 11 cocheiras e Charqueadas, 2 cervejarias, 2 fábricas de vinhos, 1 de sabão e 1 de mosaicos, a vápor.

Indústrias e profissões: 5 médicos, 4 dentistas, 10 advogados, 6 alfaiates, 8 barbeiros, 1 chapeleiro, 12 sapateiros, 2 seleiros e lombilheiros, 1 latoeiro, 4 ferreiros, 2 merceneiros, 6 carpinteiros, 18 pedreiros.

Além dessas indústrias e profissões pertencentes à cidade, conta o município 163 estabelecimentos de criação, porque a maioria da população camponesa ainda é dedicada, como foram seus antepassados à indústria pecuária e nesta, tem-se procurado melhorar as espécies com a aquisição, embora custosa, de reprodutores das diversas raças.

Entretanto já surgiu o amor pela agricultura e enquanto alguns plantam cereais diversos, outros estão cultivando o arroz, que descascado e clarificado em quatro engenhos a vapor, nos subúrbios da cidade, tem dado para o consumo da localidade e para exportar mais de 60.000 sacos ou sejam 3.000.000 quilos.

Para aliviar os exportadores e importadores dos pesadíssimos fretes das estradas de ferro, um limitado grupo de capitalistas adquiriu o pequeno vapor denominado Poder da Vontade, que

faz a condução daqueles gêneros pelo rio Vacacaí, único navegável em todo o município.

Tempo houve, em que outros vapores e lanchões traziam de Porto Alegre mercadorias e levavam couros para aquele mercado, vinham e iam mesmo alguns passageiros. Os matos que margeiam esse rio, desde sua confluência no Jacuí, por tal formadãoificavam os vapores, que estes, desde então, suspenderam as viagens.

Hoje, o referido pequeno vapor é também o rebocador de outras embarcações menores.

Para dar uma idéia da riqueza do município, essa em contraste com o atual atraso de sua sede, basta ler-se a importância de suas rendas públicas, durante o ano de 1908, assim discriminadas:

Receita municipal ³⁾	190:827\$787
Dita estadual	124:470\$275
Dita federal	14:312\$000
Total dos impostos	329:619\$062

Sendo a população de 28.000 indivíduos, pagaria cada pūbere ou impūbere, rico ou pobre, 11\$743 réis, desprezadas pequenas frações.

Instrução Elementar

É muito deficiente a estipendiada pelos cofres públicos, com as tão pingues receitas demonstradas. Contam-se 6 escolas primárias públicas, 8 particulares e 1 pequeno internato.

Pelos irmãos maristas foi construído um espaçoso edifício, onde funcionam aulas assim do ensino primário, como do superior e belas artes.

Fala-se na criação de um estabelecimento idêntico para a educação das meninas supondo-se, sejam incumbidas as irmãs franciscanas, como existe em Bagé e Santa Maria.

O clima da cidade e mesmo do município, é em geral saudável.

A ondulada campanha, que se estende aos quatro pontos cardeais, é regada pelos rios Ibicuí, Cacequi, Vacacaí, Cambaí, Cambaizinho, Salso, Jacaré, Inhatium e outros menores. Há também os grandes banhados de São Gabriel, Santa Maria, do Pavão, Inhatium e Salso.

Já possuiu o município muito belas e elegantes montanhas, que perdeu com a criação dos municípios de São Vicente e do Rosário, que ultrapassou o rio Santa Maria, tirando parte do município de São Gabriel.

Esses desmembramento reduziram consideravelmente o município, que com uma área pouco maior de 190 léguas quadradas, ficou limitando ao Norte, com os de São Vicente e Santa Maria; ao Leste, com este e São Sepê; ao Sul com os de Caçapava, Lavras e Dom Pedrito; ao Oeste, com este e os de Livramento e Rosário.

O que acima fica escrito é o resultado do que pudemos colher em nossas tão distanciadas passagens pelo município e cidade de São Gabriel. Oficialmente, nada nos foi ministrado, a não ser o exame que nos foi facultado do registro das terras possuídas, e o que consta da coleção das leis provinciais do antigo regime.

NOTAS

1) Economie Politique, Part. 1ere, Cap. VII.

2) Afirmaram-nos que ele pretendia ir até a linha fronteira, mas o presidente da província, CÔnde de Caxias, dissuadiu-o disso.

3) Com menos da décima parte dessa elevada cifra   bem possível construir-se um palacete como o de Santa Maria.

Mas não notamos s  a mesquinhez do paço municipal de São Gabriel. O estado das ruas e praças   simplesmente p ssimo. Entretanto, a receita   absorvida com a despesa, sobressaindo a de um pessoal pouco operoso.

Capítulo XXXVII

BAGÉ

*Les villes sont des centres de civilisation, où
la science se meut d'un mouvement perpétuel.*

Cormenin

Este município, como dissemos no capítulo precedente, possuiu, em campos bem próximos à sua sede, ou a esta envolvendo, a famosa estância de Santa Tecla.

Foi uma grandíssima propriedade, dividida, segundo a tradição, em dois grandes rincões: o da Cavallhada, destinado (como o nome indica) à criação dos animais cavallares, o de Santa Tecla (que dava o nome à estância) ao gado vacum. Nesse vasto estabelecimento contava-se para cima de 50.000 reses.

Não duvidamos, que assim fosse. Achamo-nos, por vezes, na estância de São Lucas, no município de São Borja, muito menor em extensão. Seu proprietário, o Coronel Pedro Escobar, possuía mais de 40.000 cabeças de gado, que, por não caberem no campo, eram arrendados aos milhares, a diferentes criadores. Se isto se dava em São Lucas, em Santa Tecla, oito vezes maior, poderia caber mais de 50.000.

Essa grande estância, lá tão longe das Missões, pertencia a redução de São Miguel. Parece, que reconhecida pelos jesuítas a superioridade das pastagens na vasta campanha, à margem esquerda do Ibicuí, sobre a de cima da Serra e abaixo desta à margem direita daquele rio¹) determinaram a fundação dessa e outras estâncias, tais como a de São Luís, em terras do posterior município de Alegrete, e conforme o testemunho do viajante francês, Saint Hialire, a estância de Sandô (Paissandú) onde elle esteve, pertencente como Uruguaiana ao povo de Japejú.

A qualquer dessas estâncias vinha do povo, a que pertencia, o pessoal encarregado do costeiro e penso da criação e

de separar o gado destinado ao consumo e a venda dos novilhos.

Eram, pois, os índios guaranis, bem armados e aguerridos, que conseguiam livrar essas estâncias das correrias dos índios charruas, os quais também excursionavam por aqueles campos mas não ousando incomodar os guaranis nas suas importantes estâncias.

Foi na de Santa Tecla, que a comissão mista portuguesa, chefiada pelo Coronel Francisco Antônio de Menezes, e espanhola, sob o comando do Capitão de navio de guerra Dom João Echvarria, com força total de mais cem dragões, estacou ante a muito mais numerosa cavalaria guarani ao mando do alferes real de São Miguel, o cêlibre Sepé.

Depois desse feito (Cap. III), declarada guerra às Missões e invasão do seu território (1754), começou a decadência da estância de Santa Tecla. Foram levantados e conduzidos seus gados para a estância de São Vicente, também pertencente ao povo de São Miguel.

Então uma tribo de charruas, menos propensa à vida nômade, tendo por chefe o índio Ybagê, estabeleceu sua taba à fraldã do cerro, onde mana o arroio que, por corruptela do nome do cacique, até hoje é chamado o arroio de Bagê.

Segundo o testemunho do Major João Antônio Cirne, que ainda alcançou alguns dos primeiros povoadores do município, era o índio Ybagê hospitaleiro, afável, mais amigo dos portugueses do que dos espanhóis, protegendo aqueles quando iam a caminho da colônia de Sacramento. Mas como todos os homens da sua raça, era bastante ativo para submeter-se, quer a uns, quer a outros dos pretendentes à conquista de campos, considerados deles aborígenes.

Quando já existia ali esse índio, veio em 1773, o governador de Buenos Aires Dom Juam José Vértis com um exército de 5.000 homens conquistar todo o território da colônia do Sacramento e portanto toda a campanha até o forte de Rio Pardo.

Chegando às proximidades do rincão de Santa Tecla, na espaçosa coxilha, de onde manam as vertentes do Rio Negro, do Camaquã, do Jaguarão e do Piratini, fez aí construir uma fortaleza, a que deu o nome de Santa Tecla.

É preciso notar, que não longe daí, existira uma fortificação na estância dos jesuítas, a mesma onde foi embargado o prosseguimento da demarcação internacional, em 1752. Essa primeira fortificação já não existia, nem talvez a estância, abandonada depois da proscrição dos jesuítas.

Passados três anos, em 1776, as forças, ao mando do denotado rio-grandense Raphael Pinto Bandeira, sitiaram a nova Fortaleza, e esta, dentro em 27 dias, foi desocupada e entregue aos sitiantes. Estes ficaram senhores do campo colocando suas guardas avançadas na coxilha de então até hoje denominada de São Sebastião.

Essa conquista foi nulificada por decreto do governo português, mandando restituir a fortaleza ao domínio espanhol.

Em consequência desse ato de fraqueza, retiraram-se os soldados portugueses e o forte de Santa Tecla foi reconstruído.

Os anos se passaram, e em 1801, sendo declarada guerra ao insaciável governo da Espanha, conquistados as Missões Orientais, como ficou narrado no Capítulo VI, nesse mesmo ano Domingos José Gonçalves (por alcunha o Porta Estandarte) com uma pequena força de milicianos, apoderou-se do forte Santa Tecla, expulsando a guarnição e destruindo-o até quase os alicerces. Ainda hoje existem vestígios dessa fortificação, se bem que quase extintos.

Senhores da coxilha de São Sebastião e da vasta campanha circunvizinha, foram concedidas as terras com a extensão de uma sesmaria, a cada um dos soldados dessa conquista.

Examinando o livro de registro das terras da paróquia de Bagé, conseguimos verificar que os concessionários ou cessionários dessa campanha foram: - o Barão de Bagé João Madeira, José Lucas Machado, Bento de Guimarães, Fermino de Souza Borges, Antônio Simões Pires, Silvério Gomes Jardim, Pedro Rodrigues de Borba, Antônio Jacinto Pereira, José Rodrigues de Souza, Domingos José Gonçalves, Serafin Antônio Dantas, Álvaro José de Almeida, José Marins Coelho, Anacleto Francisco Goulart, Alexandre de Souza Pereira da Fontoura, Bernardo Paes, Antônio Garcez de Moraes, Domingos Moreira da Fontoura, Caetano Luís Rebello e o Capitão Ricardo Antônio de Mello e Albuquerque sem contar os que foram aquinhoados, um pouco mais tarde, nos campos que por fim constituíram o município de Dom Pedrito.

Distribuídos os campos, cuidou-se logo da povoação.

Aproveitaram primeiro uma capelinha tosca, coberta de palha, dedicada a São Sebastião e colocada na coxilha desse nome.

Aí, sem o cuidado em uma planta regular, construíram-se alguns ranchos, tomando parte ativa nessa fundação o Capitão Pedro Fagundes de Oliveira, que conseguiu colocar como capelão o Padre Tristão Canuto da Silva e São, algum tempo logo substituído pelo Padre José de Bittencourt Cidade.

Quando em 1810, as colônias espanholas começaram a sua campanha de independência, o governo do Rei Dom João VI ordenou ao do Rio Grande do Sul que colocasse um pé de exército na sua fronteira com a do governo de Montevidéu.

O governador Dom Diogo de Souza dividiu suas forças em duas brigadas, uma sob o comando do General Curado e que ficou à margem do Ibirapuitan, outra sob as ordens de General Manoel Marques de Souza (o avô) acampada nos cerros de Bagé, onde, a 3 de março de 1811, estabeleceu Dom Diogo seu quartel general.

A 7 de julho desse ano, marchou Dom Diogo com seu exército em socorro do Governador Elio, de Montevidéu. Então o povo que ficara no acampamento e que logo se transportou da coxilha de São Sebastião, ocupou quase todos os ranchos deixados pela tropa, sendo em um colocada a imagem de São Sebastião, trasladada da re ferida coxilha, em princípio do ano de 1812.

O Capitão Ricardo Mello, nomeado comandante do distrito, continuou a fazer a distribuição gratuita dos terrenos baldios e, ao mesmo tempo, promoveu os meios de construir-se uma capela regular sendo auxiliado pelo Padre José Loureiro.

Em 1814, foi a nascente povoação de Bagé elevada à curato e nele provido o Padre Gervazio Antônio Pereira Carneiro.

Em 1820, foi concluída a igreja, sendo então considerada o aumento da povoação.

Em 1825, foi invadida pelo exército argentino, a mando do General Alvear, mas livre desse transitório jugo, continuou a prosperar até o período da guerra civil de 1835, em que quase ficou deserta.

Nesse período o governo da república aí teve, por vezes o seu assento, aí foi celebrada uma sessão legislativa da respectiva assembléia.

Em 1843, ficou a guarnição da povoação confiada ao Coronel Antônio Manoel do Amaral, comandando ao mesmo tempo o 2º corpo de cavalaria do exército republicano.

Por seu espírito tolerante, fez renascer a confiança da população civil e a povoação continuou a progredir. Retirando-se, porém, em 1844 para Jaguarão, aí foi assassinado. Meses depois, foi a povoação de Bagé ocupada pelo exército imperial a mando do Presidente Barão de Caxias que retirando-se após a batalha de Porongos, deixou guarnecida a povoação pelo 8º batalhão de fuzileiros a mando do Coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, investido de poderes ilimitados, de que usou com toda a moderação e cordura.

Pacificada a revolução, vieram logo diversas famílias, aumentar o vizinhança da povoação. Entre essas, citaremos as dos abastados fazendeiros, Coronel João da Silva Tavares (mais tarde Visconde de Cerro Alegre), Eleutério José Pereira, Manoel Zuzarte Pinto, João Antônio Cirne, Inácio Peixoto do Prado, Tranquélino Augusto Velloso Freire, José Maria da Silva, Ramão Galibern, Plácio José d'Oliveira, Doutor Manoel Terra e o Farmacêutico Feliciano Antônio de Moraes. Vieram muitas outras, cujos nomes não conseguimos saber, estreitando laços de amizade, que a luta preexistente tornara impossível.

No ano seguinte, 1846, reunida a assembléia legislativa provincial, foram apresentados e discutidos dois projetos de lei, um elevando o curato de São Sebastião de Bagé à categoria de paróquia e outro elevando a sede da paróquia à vila. Aprovados ambos foi a câmara municipal composta dos vereadores, Eleutério José Pereira (Presidente), Pedro Rodrigues de Bôrba, Antônio Jacinto Pereira, Manoel Vieira da Cunha, Antônio Joaquim da Silva, João Farinha e Ismael Soares da Silva. Os três primeiros foram concessionários das primeiras sesmarias.

A nova vila e município continuou sujeita à comarca de Piratini até que por lei de 22 de outubro de 1850 foi incorporada à nova comarca de Caçapava, mas isso durou até que por lei de 22 de dezembro de 1858 foi elevada à Comarca, como era necessário, porque, além da considerável distância de Caçapava, em 1859,

(em razão do considerável aumento de sua edificação urbana), foi-lhe conferido o título de cidade.



Cidade de Bagé.

Como paróquia, não foram muitos os sacerdotes que têm-na governado.

Em 1846, foi nomeado vigário, encomendado o Padre Lourenço Casas Novas, que serviu até 1860, quando tomou posse da igreja como vigário colado, o Padre Lúcio Cândido de Almeida, a quem sucedeu, no mesmo caráter, o Cônego João de Bittencourt, des de 1872 até 1907, quando faleceu. Depois desse, está o Padre Hipólito Costabile.

O foro que foi instalado alguns meses depois de empossada a câmara já mencionada, teve como juiz municipal letrado, o Doutor Antônio José Martins Coelho, servindo-lhe de escrivães Inácio Peixoto do Prado (tabelião e escrivão do crime e civil) e José de Assis Candal (no cartório de órfãos). Não tendo vindo o juiz de direito de Piratini, Doutor José Ladislau Japyassú de Figueiredo Rocha, com residência em Jaguarão, instalar e presidir o júri, foi este, em 1858, presidido por aquele juiz municipal.

De então por diante teve o foro uma plêiade de magistrados distintos, tais como: o seu primeiro juiz de direito Doutor Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal, Hermógenes Sócrates Tavares da Silva, posteriormente desembargador em Pernambuco e diversos outros.

No exercício da advocacia, têm enriquecido diversos juristas, gozando todos uma reputação respeitável, provando assim, que essa profissão deve ser de proveito e honra, para quem a exerce.

Indústrias

A pecuária é a única predominante e que sê-lo-á por muitos e dilatados anos, embora as grandes estâncias estejam hoje divididas e subdivididas.

Antigamente não se compreendia, em todo o Rio Grande do Sul, uma estância que não tivesse, pelo menos, uma sesmaria de três léguas quadradas.

Em Bagé, já ninguém pensa em possuir um colosso desses, pois os campos são vendidos a razão de uma quadra de sesmaria (ou 50.000 braças quadradas da medida antiga) pelo quase fabuloso preço de 8:000\$000 por quadra. Ora, sendo precisas 50 quadras, ou 9.000.000 de braças quadradas, um terço da antiga sesmaria, segue-se que o terreno para uma bem modesta estância, com duas léguas, custará dois milhões de cruzados ou 800:000\$000 réis.

Pondo-lhe 4000 cabeças de gado vacum, a 25\$000 réis por cabeça, a cavalhada precisa, e outros utensílios, e só com um capital maior de 1.000:000\$000 réis poderá fundar-se uma grande estância.

Entretanto, o que chamam chácaras ou estanciolas, ocupando, em número de 364 quase toda a campanha, tem bastado para manter a riqueza particular e pública. O número de criadores, inclusive agregados com marcas registradas excede de 3180.

Em 1907, os excelentes campos de criação possuíam 217.354 animais vacuns, 144.342 ovelhuns, 25.568 cavaleares e muares, com tendência para aumento nos anos seguintes e com grande melhoramento pelo cruzamento com os reprodutores vindos da Europa e Rio da Prata.

A agricultura é muito diminuta em relação a cereais, frutas, etc., mas há, em compensação, e com bastante desenvolvimento a cultura da vide, com onze estabelecimentos vinícolas, dos quais o mais importante, o dos senhores Caveda & Marimon, produziu, na última safra, 162 pipas, excedendo os demais viticultores, pois estes reunidos fabricaram apenas 153 pipas. Quase todo esse vinho tem sido consumido no município, nada sobrando para exportação.

Trata-se da plantação do trigo, que outrora foi abundante e compensava os fazendeiros dos prejuízos inerentes a barateza do gado.

Charqueadas

O município possui cinco, sendo denominadas: Santa Teresa, à margem direita do Quebrachinho, Industrial Bageense à margem esquerda desse arroio, São Martin à margem esquerda do Pirahizinho, São Domingos na margem oposta, Santo Antônio à margem direita do Rio Negro, as duas primeiras custaram um capital maior de um milhar de contos de réis e são propriedades do Visconde Ribeiro de Magalhães e seus filhos.

Aquele titular, nascido em Portugal, dedicou-se ao comércio em Pelotas, onde, informaram-nos, foi também charqueador.

Mudando-se para Bagé, quando já era franco o tráfego pela via férrea para o Rio Grande e vice-versa, fundou as mencionadas charqueadas, uma após outra, as quais têm tomado proporções tamanhas, que impossível será uma quebra de tão sólidos estabelecimentos industriais.

Das suas charqueadas, a de Santa Tereza é a primeira, em seu gênero, em todo o Rio Grande do Sul. É uma vila onde se respira atividade, elegância e opulência.

Desde sua inauguração, em 21 de fevereiro de 1897, até o fim da safra de 1908, tem abatido 450.891 cabeças de gado vacum.

Durante as safras, tem dado que fazer de 470 a 500 trabalhadores, vencendo o salário mensal na importância total de 30:000\$000 a 35:000\$000 réis.

Existem no estabelecimento, acomodações, em casas de materiais, caprichosamente construídas, para 1000 pessoas, sendo efetiva a população, em ambos os sexos, de 894 pessoas, por ora.

Todo o estabelcimento e dependências são iluminados por luz elétrica, funcionando uma usina independente da cidade, que dista sete quilômetros dessa charqueada.

O pessoal do trabalho, em tempo de safra, ou o que aí reside quase efetivamente, têm para o preparo de sua alimentação um armazém amplo e variadamente sortido. Além disso, existe um restaurante, uma sapataria, duas barbearias e uma alfaiataria.

Anexo à charqueada, funciona uma serraria movida a vapor e uma ferraria mecânica.

Há máquinas para preparo e moagem das cinzas de ossos, destinados à exportação, bem como à refinação das gorduras, em tudo isso, funcionando o vapor.

Sendo a família do proprietário e quase toda a população da charqueada católica, existe, para o culto e para um dia de festa solene, uma capela elegante dedicada a Santa Tereza.

Para diversão de todos, existe um teatro denominado Santo Antônio, exteriormente elegante e interiormente com excelente decoração, tendo 20 camarotes e lugar para 150 pessoas nas galerias e outras tantas na platéia. Mas esse edifício tem para as diversões e espetáculos um grupo dramático denominado Santa Tereza, composto de empregados do estabelecimento.

Há uma Sociedade Beneficente denominada também Santa Tereza, que tem prestado grandes benefícios aos seus associados. Tem edifício próprio, se bem que modesto, mas internamente asseado e com todo o conforto dispendo de uma sala para operações e outra mais espaçosa para enfermaria. É seu médico atualmente, o hábil clínico Dr. Júlio Mascarenhas de Souza.

Para que nada falte a essa população operosa, existe um colégio (externato) misto, com frequência de mais de 60 alunos, cujo professor é estipendiado pela intendência municipal.

Além das mencionadas charqueadas, cujos produtos são exportados pela via férrea para os portos de Pelotas e Rio Grande e daí para os estados Norte, conta a cidade de Bagé um

Matadouro Público

É situado nos subúrbios e para o consumo da população urbana. Em 1908, abateu 9.842 vacas, 2.546 carneiros e 102 suínos, ou sejam 12.490 reses.

Comércio

O comércio lícito tem sido, em todos os tempos e para todos os lugares, uma fonte de riqueza e civilização.

Como cidade central, nem uma, talvez no Brasil inteiro, mais terá progredido nesse ramo lucrativo da atividade humana.

Quando as comunicações e transportes eram custosíssimos, quando só eram usadas as viagens a cavalo e as mais que mo-
rosas carretas puxadas a bois, já Bagé excedia a todas as povoações da fronteira e do interior do Rio Grande do Sul. Era uma boa praça comercial, logo depois da capital, Pelotas e Rio Grande.

Depois da viação férrea para todos esses outros pontos comerciais e para Uruguaiana, o movimento mercantil quadruplicou em Bagé. Há estabelecimentos, onde por atacado são compradas ou vendidas mercadorias para outras casas menores ou para consumo público, no valor de alguns milhares de contos de réis.

A estatística oficial que temos a mão, apresenta, em 1907, um quadro resumido sim, mas que acusa existir o seguinte: - 2 agências bancárias, 48 casas de fazendas, 112 de armazéns, roupa feita e miudezas, 3 casas de ferragens, 2 bazares de louça, 120 casas (inclusive armazéns) de molhados, 5 depósitos de madeiras, 15 barracas de couros. Descendo a outros estabelecimentos menos importantes, ainda nesses são as cifras bastante crescidas, pois contam-se 43 açougues, 15 padarias, 11 hotéis e restaurantes, na primeira classe dos quais recomendam-se os hotéis Brasil, como o de melhor conforto, o de Paris e 3 confeitarias.

Para o serviço do transporte urbano, ou pouco além dos subúrbios, existem: - 9 automóveis, 46 carros de praça, 26 outros particulares, 56 carroças e 366 carretas e outros veículos semelhantes.

A par dos estabelecimentos comerciais, notam-se: 13 olarias, 2 fábricas de mosaicos, 2 caieiras, 2 fábricas de carros, 2 ditas de cerveja, 2 ditas de massas, 2 de gasosas, 1 de charutos e cigarros, 4 de café, 6 de vinhos, 2 de sabão e velas, 1 de vinagre, 13 de móveis e 3 curtumes.

Há ainda 2 empresas funerárias, que infelizmente têm sempre que fazer.

Outras Profissões

Existem na cidade: - 8 dentistas, 10 médicos, 6 farmácias, 19 barbearias 12 advogados, 6 serventuários de justiça, os juizes distrital, o da comarca e o da vigararia forânea, que hoje pouco ou nada faz.

Ruas, praças e prédios

Conta a cidade 33 ruas e são: - Sete de Setembro, General Osório, Barão do Triunfo, Barão do Amazonas, Marechal Floriano, Marcílio Dias, General João Telles, Coronel Caetano Gonçalves, General Gomes Carneiro, Fabrício Pillar, Quatorze de Julho, Doutor Varella, Tiradentes, Coronel Fernando Machado, General Rodrigues Lima, General Hipólito Ribeiro, 7 de abril, Félix da Cunha, Marechal Deodoro, Coronel Ismael Ribeiro, Bento Gonçalves, General Netto, General Sampaio, Três de Fevereiro, Doutor Penna, Capitão Souza, Benedito Pacheco, Conde de Porto Alegre, General João Manoel, Doutor Vinhas, Acampamento, Coronel Pedroso e Vinte de Setembro.

As praças são: - Voluntários da Pátria, da Constituição, da Matriz (hoje Coronel Telles) da República, Duque de Caxias e Julio de Castilhos.

Nesse espaço estão construídas 1711 casas térreas, 138 assobradadas, 27 sobrados, esses prédios urbanos, com 190 dos subúrbios dão um total de 2.139 prédios sujeitos ao imposto da décima. Um grande número de casas recomendam-se pela elegância, edifícios custosíssimos, que bem atestam a riqueza e bom gosto de seus proprietários. São dignos de menção os palacetes dos senhores Visconde Ribeiro de Magalhães, Doutor Pedro Osório, Dona Maria Luiza Osório, Coronel José Octávio Gonçalves, Manoel Alves Sarmento, dos herdeiros de Dona Emília Souza, Doutor Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira, Doutor José Francisco de Freitas, Luiz Gottuzo, o Hotel Brasil, o Hotel Paris e outros.

Mas, além dessa edificação, toda ela de materiais, não se conhecendo casas de madeira nem ranchos, tem o visitante a apreciar os bons

Edifícios Públicos

Deve ocupar o primeiro lugar a Igreja Matriz com duas torres, consagrada a São Sebastião, o padroeiro da cidade, escolhido por seus primeiros povoadores.

Há ainda uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição, outrora num extremo da cidade e hoje a praça da República.

Depois desses seguem três quartéis dos regimentos de cavalaria e artilharia, e do batalhão de infantaria.

É digno de nota o novo edifício da intendência, onde, com todas as suas dependências, o conselho municipal, o júri e audiências funcionam bem a vontade. O mobiliário está na altura do edifício.

A casa antiga da câmara, onde a princípio funcionou a intendência, é ainda um edifício antigo, mas embora decente era acanhado e por isso está alugado para um dos colégios.

O mercado público é bastante espaçoso, mas reclama melhoramentos, que com certeza serão feitos.

A estação da estrada de ferro com suas dependências é um outro edifício público na latura do fim, para que foi construído.

Além dessa, seguem o teatro 28 de Setembro, que rivaliza com os teatros de Pelotas e Cachoeirinha, o posto policial da cidade, também próprio municipal.

Afora esses edifícios, notam-se o da Beneficência Portuguesa, o da Beneficência Italiana e a Sociedade Espanhala.

Sobrepuja a estes últimos a

Casa de Caridade

Foi fundada por espaços e grandes contribuições do Visconde de Cerro Alegre (o bravo General Francisco da Silva Tavares) injustamente esquecido, na nomenclatura das ruas da cidade.

Ele, seus filhos homens, todos abastados, alguns amigos seus estancieiros ou fortes comerciantes, ajudaram-no a levar a efeito esse pio estabelecimento, que muitos bons serviços tem prestado às pessoas desfavorecidas da fortuna, ou sem família no lugar.

Os continuadores dessa caridosa intuição, anexaram-lhe um pavilhão, onde são tratados os tuberculosos.

É pequeno, mas apropriado ao seu fim, o quartel ou posto da força municipal, sustentada pelos cofres da intendência e com posto de um oficial com 30 guardas.

A cadeia pública e também pequena, mas pouco povoada, a que demonstra haver diminuído o numero dos desordeiros e rapazes.

População

O crescido número de casas particulares e edifícios públicos conta na cidade e subúrbios, conforme o recenseamento feito em 1907, uma população composta de 12.896 indivíduos.

É essa a população fixa, muito mal apurada, segundo dizem os mesmos funcionários públicos. Esse defeito, nota-se, infelizmente, em todos os recenseamentos feitos no Brasil, desde o tempo da monarquia. Em matéria de população, não sabemos, ao certo, a quantas andamos.

Mas dado, que tão imperfeito não fosse o recenseamento de Bagê, temos que na cidade é a

População fixa	12.896
População flutuante	2.000
População da campanha	20.267
E terá todo município, habitantes	45.163

Nem pode ser menor o povoamento do solo, onde por toda a parte, na campanha especialmente, são vistas as habitações dos possuidores de chácaras, estâncias e, desde muitos anos, não se caminha em campinas desertas, sem avistar-se um rancho sequer.

Repartições Federais

Constam de uma coletoria, anexa ao posto fiscal da cidade, uma agência de correio e uma estação telegráfica, ambas de 2a. classe, em comunicação com o mundo inteiro. O telégrafo estende suas ligações até Uruguaiana, Quaraí, Livramento, Rio Grande, Porto Alegre e pontos intermediários entre essas cidades, que por seu turno vão até as da margem do Rio da Prata e a todas as do litoral brasileiro.

Mas a atividade social exigiu e tornou efetivo um outro e mais rápido meio de comunicação, a saber o

Centro Telefônico

É uma empresa, que alimenta 29 empregados e além de ter em comunicação todos os estabelecimentos públicos e particulares da cidade, ou 289 assinantes, tem ainda quatro sucursais nos distritos e uma na cidade de Dom Pedrito. Durante o último ano foram contados 660.270 recados.

A cidade de Bagê é a sede, se bem que enquanto aprover ao governo do Estado, da subchefia da 5ª região policial.

Instrução da Mocidade

Tanto o governo do Estado, como do Município, tem empregado o melhor dos seus cuidados no ensino dos meninos, de ambos os sexos, apesar da concorrência que nesse nobre empenho lhe fazem os estabelecimentos particulares.

Tratando das aulas públicas, são mantidas às expensas do Estado, duas aulas mistas e três do sexo masculino, todas de primeira entrância; uma aula do sexo masculino, três do sexo feminino e três mistas de segunda entrância.

A estas agregam-se: uma aula mista nos subúrbios da cidade, três do sexo masculino no segundo, quinto e sexto distritos e duas mistas no terceiro e quarto distritos, estipendiadas pelos cofres municipais.

Notamos ainda, que não pode ser instalada na cidade de Bagé uma escola complementar, tal como as existentes nas cidades de Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz e outras.

Colégios Particulares

Existe na cidade o Salesiano com a frequência de 149 alunos, o do Espírito Santo com 146 meninas (pelas irmãs franciscanas) o Aplicação com 38 alunos, o Evangélico com 41 alunos, o Stentrião com 25 alunos, o Júlio de Mello com 46 alunos, o Du pont com 96 alunos, o Frões com 54 alunos e mais quatro, cuja frequência tem diminuído.

Havendo tantos estabelecimentos de ensino, fora para desejar maior frequência, pois não atinge de 3.000 alunos o número dos que os frequentam.

Imprensa

Conta a cidade cinco tipografias, das quais duas a dos Irmãos Cironi e Major Salustiano Maciel são exclusivamente aplicadas à edição de livros, memórias, etc. As outras três são as dos jornais: O Dever, O comércio e A Evolução, todos diários e (à parte a política) muito bem escritos.

Iluminação Pública

Banidos de todo os velhos lampiões de querosene e mesmo a iluminação, embora um pouco melhor, a gás acetilene, contratou a intendência municipal, com uma empresa particular, a luz elétrica, que com mais de 80 focos e muitas lâmpadas voltai cas derrama abundante iluminação por todas as ruas e praças da cidade.

Quase todos os edifícios públicos, hospitais (o militar e o da caridade) casas comerciais e particulares participam desse melhoramento.

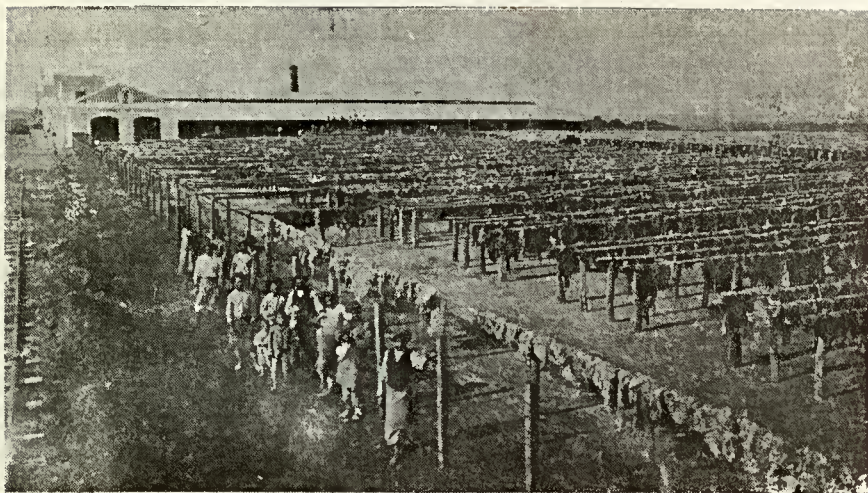
A usina de onde parte e se irradia essa iluminação, é hoje mais um edifício público bastante sólido.

Hidrografia

Na coxilha, onde foi colocada a povoação que em poucos anos tornou-se a cidade florescente que admiramos, é a vertente forte e inesgotável, em qualquer estação, do arroio Bagé.

Formando um ângulo curvilíneo, a vertente e a contra-vertente desse arroio alimentam o Rio Negro, que corre para a República Oriental.

Essa grande coxilha, impropriamente chamada Serra Geral, com várias ramificações ou ângulos, distribui, desde São Sebastião, diversas vertentes de águas, que formam os rios Jaguarão, Candiota, Pirai, São Luis, Camaquã, Santa Maria, Tigre, Palmas e diversos arroios.



Charqueada Santa Tereza em Bagé.

Na coxilha, onde está situada a praça Coronel Telles, por detrás da Igreja Matriz e de duas boas vivendas particulares, desce um pouco o terreno elevado formando um pequeno córrego, por onde corre o torrente do Rio Negro. Toda a água límpida, que vai serpeando, parece sair de uma grande e profunda cisterna, onde dois homens que em tempos não há muito idos, ou saram penetrar, não mais voltaram. Disseram-nos isso. Sem dúvida lá encontraram a morte, talvez perdendo o caminho por onde entraram e por onde poderiam ter saído ilesos.

Como aí perto habitou depois o primeiro escrivão de órfãos, que teve o município, José de Assis Candal, ficou essa furna com o nome até hoje de Panela do Candal.

Conforme contou-nos o Coronel Antônio de Mello Albuquerque (nascido em Bagé em 1803), achando-se em sua adolescência, quando praça do exército, acampado numa coxilha de onde mana uma das vertentes do Jaguarão, experimentou uma erupção

cutânea e vários furúnculos, o que levou-o a crer, serem essas águas medicinais.

Sendo navegáveis o Jaguarão, o Camaquã e o Santa Maria, não participará dessa vantagem o município de Bagé, porque até este, não podem subir as mais pequenas embarcações.

Esse inconveniente suprem-o, em grande parte as

Estradas de Ferro

Diariamente funciona a que vem da cidade de Rio Grande, passando pelas estações da Quinta, Povo Novo, Pelotas, Teodôzio, Capão do Leão, Passo das Pedras, Cerrito, Piratini, Bázilio, Cerro Chato, Nascente, Pedras Altas, Candiota, Santa Rosa, Rio Negro, Charqueada Santa Ana, Industrial, Santa Tereza e Bagé com o percuro total de 283 quilômetros.

O ramal desta cidade para Alegrete ou para Santa Maria, encontra até Cacequí as estações de São Sebastião, Três Estradas, Iharê, Suspiro, Vacacai, São Gabriel, Bela Vista, Azevedo Sodré e Cacequí, na extensão de 106 quilômetros.

Daí para diante, tratamos das estações a seguir para Alegrete, Uruguaiana, para Santa Maria e desta cidade, até Porto Alegre, ou até Passo Fundo, passando por Cruz Alta, nos capítulos XI, XXIX e XXX, sendo pois, escusado repetir, o que está escrito.

Enquanto não forem construídos os ramais para Livramento e Dom Pedrito, têm os viajantes, a seu dispor, as linhas de diligências. Para os outros transportes ainda existem as carretas e fretes razoáveis.

Clima

Em Bagé, como em toda a campanha adjacente à linha divisória com a República Oriental, o clima é em geral frio e seco. A temperatura baixa, às vezes de zero no inverno, durante uma ou outra noite; as geadas, os nevoeiros frios são contínuos.

No verão, a temperatura quase não excede de 30 graus, à sombra. Há ocasiões, em que é igual ao calor intertropical. Os casos de insolação são devidos: nos animais, ao desabrigo das pastagens expostas aos ardores do sol, sem um bosque onde os animais possam procurar a sombra.

Nos homens, são os desregramentos, especialmente as bebidas alcoólicas, produzem alguns casos de insolação ou morte repentina.

Deu-se, em 1907, o fato de ser maior o número de óbitos do que o dos nascimentos. Um fato isolado desses, não pode ser um argumento contra a salubridade pública.

Latitude, Longitude e Altitude

A cidade está situada a 31º, 20' e 50" de latitude austral e a 54º, 12' e 42" de longitude ocidental.

Em todo o município, a altitude maior é de 209 metros sobre o nível do mar.

Bosques e Florestas

Só se conhecem os que margeiam os rios Piraí, Jaguarião, Candiota, São Luís, Camaquã, Quebraixo e Rio Negro, em pontos muito distanciados da cidade, e onde os mesmos rios contêm maior volume de águas.

O que em outro lugar dissemos (Capítulo IX) sobre a conveniência da plantação e cultivo de grandes árvores, como o pinheiro e outras, temos fê, seja adotado também neste município.

Isso concorrerá bastante, para que mais saudáveis sejam os ares, mais firmes e perenes as pequenas vertentes, e estas, não sequem na estação canicular.

Geologia e Mineralogia

O terreno em geral é argiloso, mas não da terra vermelha, própria das pastagens fracas. No subsolo e em diversos lugares, há sinais da existência de ferro, de cobre, de ouro mesmo, de carvão de pedra e mármore.

O diorito, a pedra calcária, o grês, o gneis e o granito acham-se em qualquer parte.

O habitante, mais afeiçoado ao solo bageense, pode estar certo de não precisar ir em procura de melhores terras. Estas, para todas as indústrias servem, o caso está em saber aproveitá-las.

Rendas Públicas

Eis, sob tal rubrica, uma prova eloquente da riqueza do município:

Receita municipal	296:000\$000
Receita estadual	261:000\$000
Receita federal	35:600\$000
Total	592:600\$000

NOTAS

1) Podemos acrescentar, que superior a campanha das Missões Orientais, grande parte da qual percorremos em 1908, desde Libres até São Thomé.

Capítulo XXXVIII

DOM PEDRITO

L'origine de la commune, ou municípe, remonte aux premiers temps des sociétés. Désque plusieurs familles se sont trouvées, elles ont senti la nécessité d'une administration et d'une police intérieures.

Ch. Vergé

O território denominado Dom Pedrito, compõe-se de dois dos antigos distritos de paz, desmembrados no município de Bagé, com uma pequena fração desligada de São Gabriel.

Forma uma área de campos de criação e poucos matos, calculada em cento e vinte e nove léguas quadradas, mais ou menos.

Aí, nos primeiros anos, após a conquista de 1801, estabeleceram-se como estancieiros: Uladislau Alves de Souza, Thomaz Carneiro da Fontoura, Miguel Francisco de Quadros, Plácido José Fialho, Demétrio José Xavier, Capitão Antonio Pinto Barreto, e muito posteriormente, o Tenente-coronel Camilo Mércio Pereira. Estes obtiveram títulos de concessões das terras baldias, porém outros, menos favorecidos, formaram pequenos estabelecimentos de criar, por meio de posses, mais tarde legitimadas.

O livro de registro das terras da paróquia de São Sebastião de Bagé, escriturado pelo respectivo pároco nos anos de 1855 a 1857, faz menção de todas essas aquisições e posses.

Quando essa parte do território de Bagé estava regularmente povoada e a indústria da criação de gados desenvolvida, apareceu um espanhol basco, de nome Pedro Ensuatreguy, fazendo um comércio de contrabando de mercadorias importadas da Banda Oriental, e para lá conduzindo erva-mate e outros produtos da indústria rio-grandense.

Em razão de sua pequena estatura, esse espanhol era tratado pelo apelido de Dom Pedrito.

Foi ele que abriu, através dos matos que margeiam o rio Santa Maria, uma picada, e aí colocou uma canoa para transportar os viajantes e carretas, de uma para outra margem do rio.

Esse lugar, onde alguns indivíduos se arrancharam, ficou sendo chamado Passo de Dom Pedrito, e essa denominação foi-se extendendo por todo o terreno contínuo.

O indivíduo Dom Pedrito, desapareceu sem que se soubesse seu destino, mas o seu nome ficou não só para a povoação regular, que aí se formou, como para todo o município e comarca que ainda hoje, não pode ter outra denominação.

O período revolucionário de 1835 não interrompeu o progresso do lugarejo, que não demorou em tornar-se um ponto comerccial.

Quando foi pacificada a rebelião em 1845, o território de Dom Pedrito era um dos distritos de paz do município de Bagé, mas tão grande e tão povoado como se tornara, foi dividido passando a ser o terceiro e quarto distritos daquele município.

Sendo a paróquia, em nosso país, a base de toda a agremiação social, o povo de Dom Pedrito requereu a assemblêia provincial, e esta, por lei de 18 de novembro de 1852, criou o pequeno povoado, à margem direita do Santa Maria, um curato sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio. Não havia uma igreja, e então os moradores do lugar, prepararam uma casa particular, depositaram num altar a imagem da padroeira, e forneceram todos os parâmetros e alfaias indispensáveis para o culto. Era aí que funcionava o vigário de Bagé, quando vinha em visita e desobriga.

Em 1854 foi demarcado o terreno para uma povoação mais regular. Desse trabalho foi incumbido o capitão de artilharia Hermes Ernesto da Fonseca.

A igreja, que começou a ser construída nesse ano, às expesas dos fiéis, foi acabada e benzida em 1857, quando recebeu a imagem da padroeira e outras.

Por lei provincial de 3 de fevereiro de 1859, foi elevada a paróquia e nomeado vigário encomendado o padre José Tavares Bastos Rios. Benquisto, e respeitado dos seus paroquianos, esse sacerdote foi mais tarde colado e, após vinte anos, aí faleceu.

A lei provincial nº 815, de 30 de outubro de 1871, elevou a paróquia de Dom Pedrito à categoria de vila, sendo empossada a respectiva câmara municipal a 2 de abril de 1872, pelo presidente de Bagé Doutor Francisco de Amaral Menna, ficando composta dos vereadores Antonio Marques França (presidente), Cândido de Ávila Santos, José Veríssimo da Costa, João Dutra de Andrade, Calisto Antunes Maciel, Constantino José dos Santos Filho e Joãquim Lourenço de Oliveira.

Os limites do novo município ficaram sendo: ao sul, a Coxilha Geral, que desde Santana do Livramento, é o limite demercado com a República Oriental; ao Norte, com o município de São Gabrriel; a Leste, com o de Bagé; e ao Oeste, com o de Rosário, pelo rio Santa Maria.

Depois do vilamento tornou-se rápido o progresso de Dom Pedrito, em comunicação com as cidades de Livramento, Bagé, São

Gabriel e Alegrete, por meio de diligências bisemanais. O comércio tem-se estendido até as povoações da margem do Uruguai, aproveitando a navegação em pequenos vapores, se bem que só nos meses de abril a novembro, quando as chuvas torrenciais produzem grandes enchentes nos rios Santa Maria e Ibicuí.

Pela lei provincial nº 1207, de 3 de maio de 1879, foi constituída comarca, compreendendo o termo do Rosário, desmembrado de Alegrete, mas depois incorporado ao de São Gabriel. Mais tarde, por lei nº 1720, de 20 de dezembro de 1888, foi a sede da comarca elevada à categoria de cidade.

Hoje, essa progressiva povoação contém 545 casas habitadas e mais 215 nos subúrbios, ao todo 760 prédios sujeitos à de cima urbana.

O terreno da cidade é distribuído por nove ruas de Norte a Sul, a saber: General Carneiro, General João Manoel, Primeiro de Março, Sete de Setembro, Júlio de Castilhos, Coronel Demétrio, Padre Bastos, Andrade Neves, Duque de Caxias; dez ruas de Leste a Oeste: Marechal Deodoro, Moreira Cezar, Carlos Telles, Coronel Urbano, Jatahy, Bernardino Angelo, João Telles, Quinze de Novembro, Barão de Ijuí e Conde de Porto Alegre; três praças são: General Osório (ajardinada), Marechal Floriano e da República.

Além dos edifícios particulares, a cidade conta a Igreja Matriz (de construção singela), o quartel do 4º regimento de cavalaria, o edifício da intendência e o cemitério com uma capela mortuária.

A população da cidade é de 4.356 habitantes e a do município e comarca, de 20.500 almas.

As casas comerciais da cidade são 66 e mais 30 por todo o município. Conta-se mais: uma fábrica de ladrilhos mosaicos, uma de cerveja, 6 carpintarias, 3 ferrarias, 4 sapatarias, 4 barbearias, 8 açougues, 5 padarias, 2 hospedarias, 2 funilarias, etc., além do pessoal do foro.

A indústria predominante é a pecuária, favorecida por pastagens inextinguíveis. As diversas estâncias e fazendas menores, têm uma população pecuária de 400.000 reses, 258 ovelhas, 41.000 animais cavалares e 1.900 muare.

Existe nos subúrbios um estabelecimento agrícola, sob a direção do Dr. Alberto Velhauser, destinado a cultura do trigo e centeio, obtendo colheitas muito vantajosas. Mas, para que se multipliquem, os cultivadores desses e de outros cereais, será mister uma estrada de ferro, que liga Santana do Livramento à Bagé, passe por Dom Pedrito, ponto intermediário e preciso entre as duas cidades. Assim ficará mais favorecido o comércio líquido, extinto o contrabando, e mais aperfeiçoado e completo o ponto estratégico da fronteira.

Felizmente, está o governo tratando disso, pretendendo, entretanto, os habitantes de São Gabriel, que a nova linha férrea parta dessa cidade pela vila do Rosário, deixando de parte Dom Pedrito.

Parece, porém, que prevalecerá o traçado por outros engenhos, e será partindo da estação de São Sebastião, passando

por Dom Pedrito e indo finalizar em Santana do Livramento. Em cinco anos talvez, e o mais tardar, estará pronto esse profícuo ramal, ligando duas importantes povoações e trazendo maiores vantagens à indústria dessa grande e fértil zona rio-grandense. Ao mesmo tempo, estará garantida a ordem pública de um dos mais ricos pontos dos nossos limites territoriais, no caso de uma possível invasão estrangeira ou de uma revolta.

A exportação do município consiste em reses para as charqueadas, cavalhadas, tropas de muares, em valores de mais de 2.000:000\$000 réis.

A importação regula o dobro disso, o que mantém, de longa data, um verdadeiro desequilíbrio financeiro, que pensamo, só a projetada via férrea melhorará.

Não passa tão monôtona a vida social em Dom Pedrito.

Existem as sociedades Protetora e Recreativa das classes laboriosas, Recreio Familiar Pedritense, Grêmio Gaúcho, Filarmônica Pedritense e a loja maçônica Cruzeiro do Sul 3.

A instrução elementar, bem que carecendo de maior frequência, conta 6 aulas primárias estaduais, 3 outras municipais e 6 escolas particulares.

A força policial, com a qual dispense o tesouro municipal 44:268\$000 réis, compõe-se de um oficial comandante, 2 inferiores, 4 cabos e 24 soldados. Essa força é de cavalaria e além do fardamento e equipamento, soldo e etapa, têm um professor para o ensino das praças analfabetas.

O povo paga anualmente de impostos:

Receita municipal.....	102:600\$000
Receita estadual	87:660\$000
Receita federal	<u>13:700\$000</u>
Total	203:960\$000

Tudo isso porém, é suscetível de aumento, sem precisar a gravar ou criar outras contribuições.

A intendência municipal conseguiu montar um serviço telefônico, extendendo suas linhas até Bagé, mediante privilégio por 15 anos a um empresário.

Conseguiu, também, organizar um serviço para a remoção do lixo e atualmente, empreende o da remoção das matérias fecais, a cabando com as latrinas nas casas particulares. Isso, porém, en quanto não suceder, com o decurso dos anos e aumento da riqueza pública e particular, que se estabeleça nesta cidade um sistema de esgotos.

Não sendo o terreno bastante elevado, nem as águas tão límpidas com as da região serrana, todavia o clima é benigno, havendo ocorrido no penúltimo ano, 206 óbitos e 459 nascimentos.

Está a cidade situada na altitude de 189 metros, sobre o nível do mar, à latitude de 31º, 52', 13" e à longitude 54º, 11' e 30". Grande é a abundância de água, que rega o município de Dom Pedrito, pois além do grande banhado de Upamorotin, contam-se os rios Santa Maria (no extremo oeste), o Vacaquã, o Upacarái, o Taquarembô-assû e o Merin, o Ibicuí da Armada e o Dom Pedrito.

Tais são os dados, que conseguimos do ex-intendente Doutor Alexandre de Abreu Fialho, que bastante se esforçou por dotar o município com melhoramentos necessários e exequíveis.

NOTAS

1) Faleceu em 1890, no posto de Marechal, tendo sido um dos mais beneméritos soldados do exército brasileiro, na campanha contra o Paraguai. E acrescentamos: uma das mais ilustradas e robustas mentalidades entre seus companheiros de armas. Matemático profundo, era também abalizado músico e literato.

Capítulo XXXIX

GUAPORÉ

De todas as empresas, que se têm formado, desde eras primitivas até hoje, as mais importantes têm sido as colônias ou plantações de homens.

F. Bacon

O local onde esta plantada a povoação, sede deste município, teve até bem poucos anos, a denominação de Varzinha ou Var^ginha.

Ou porque houvesse uma cidade em Minas Gerais, com denominação idêntica, ou porque tal nome fosse bem pouco eufônico, foi-lhe dado o de Guaporé, quando, pelo decreto do governo estadual nº 664, de 11 de dezembro de 1903, foi elevada à categoria de vila e constituído município, com idêntica denominação, o território de 56 léguas quadradas, mais ou menos, tendo os seguintes limites:

Ao Norte os municípios de Passo Fundo e Lagoa Vermelha por uma linha seca, ainda não traçada; ao Sul, com os municípios de Estrela e Bento Gonçalves, pelo rio Taquari; a Leste, com os Alfredo Chaves e Lagoa Vermelha, pelo rio Carreiro, e ao Oeste, com os de Lajeado, Soledade e Passo Fundo pelo Rio Guaporé.

Dentro desse perímetro, em que salientam-se os limites naturais dos rios Carreiro, Guaporé e Taquari, formando um tra^zpezo irregular, notam-se muitos arroios, mais ou menos copiosos, como sejam: o Lajeado Grande, Inhacoarê, Barraca, São Domingos, Bravo, Leão e inúmeros outros. Há, porém, nos limites urbanos da vila um lajeado, cujas águas límpidas são aproveitadas pelos habitantes para todos os misteres, contudo, a água potável se encontra em outras pequenas vertentes e poços com pouca profundidade.

Histórico

Até o ano de 1885, todo o território deste município não passava de uma espessa mata que, transpondo a parte mais eminente da Serra Geral, ia terminar nos campos dos municípios de Passo Fundo e Soledade.

Nesse e nos subseqüentes, era extraordinária a emigração de colonos italianos, polacos e alemães que, aos magotes, chegavam ao Rio Grande do Sul, procurando adquirir terras baldias para rotê-las.

Já não havia lugar nas bem desenvolvidas colônias de Caxias, Garibaldi (antiga Conde d'Eu) Izabel (hoje Bento Gonçalves), Estrela e Alfredo Chaves. Então o governo resolveu estender o povoamento do solo pelas terras, além dessas colônias, visando, ao mesmo tempo, encurtar a distância e transportes de Porto Alegre aos dois municípios serranos de Passo Fundo e Soledade, em terras missioneiras.

Para esse fim, foi criada uma comissão técnica, chefiada pelo Engenheiro Nicolau França Leite Pederneiras, já experiente do vantajosamente em outras comissões idênticas.

Internou-se o Dr. Pederneiras com seus auxiliares, naquele sertão impérvio e durante três anos e meio (de 1885 a 1888) conseguiu medir e demarcar para mais de dez mil lotes coloniais, não já tamanhos como nos primeiros anos da colonização, mas reduzidos a área superficial de 100.000 m², cada um.

Já estava quase concluído esse trabalho árduo e fatigante, quando aquele engenheiro foi chamado à capital, para, ordem do ministro da agricultura, assumir o cargo de delegado da repartição de terras e colonização, em Porto Alegre, na vaga que deixava o Doutor André Braz Chalhreu.

O terreno ficava preparado, mas devia seguir-se trabalho não menos árduo, qual o do recebimento e colocação dos colonos. Essa tarefa foi cometida ao Engenheiro José Montauray de Aguiar Leitão, outro homem de comprovada competência profissional.

Em 1889, instalou-se no local, a comissão chefiada pelo Doutor Montauray Leitão, encontrando no local da atual vila (então denominada Varzinha) dois únicos moradores por nomes José Tibúrcio e Athanázio de Almeida.

Depois de terem os auxiliares da comissão, percorrido toda a área, entre os três mencionados rios, foi escolhido aquele local para sede da povoação desse pequeno território. Aí estabeleceram-se apenas João Alves da Rocha (brasileiro), Angelo Canello e Giuseppe Lombardi (italianos) e foram as primeiras casas comerciais do lugar. Nem um só desses iniciadores da vila mercantil da colônia aí permaneceu. Mudaram-se apenas, acharam-se possuidores de bons capitais e habilitados para maior expansão mercantil.

Para cima de duzentas famílias foram logo instaladas nos lotes mais próximos e essa colônia, devido a cordura e gênio criador do Doutor Montauray Leitão, depressa prosperou. O sertão, que por séculos fora a mansão de índios selvagens ou tigres e outros animais ferozes, já era um distrito regularmente povoado

por gente laboriosa e ordeira, quando ao fim de cinco anos de profícua administração (em 1894), o Dr. Montauray Leytão deixou aquele cargo para ir ocupar o de chefe da repartição de terras e colonização, repartição essa que, com os respectivos encargos, passou do governo da União para o do Estado.

Já ficavam lá estabelecidos para mais de 2.000 famílias, ocupando outros tantos lotes coloniais, sem falar na diminuta população da sede.

A colônia foi logo emancipada, embora continuasse ali uma comissão encarregada pelo governo da distribuição de lotes coloniais pelas famílias, que de novo chegassem.

O território colonial, composto de frações subtraídas aos municípios de Passo Fundo, Soledade, Estrela e Lagoa Vermelha, foi incorporado ao de Alfredo Chaves, município novo e desmembrado de Lagoa Vermelha.

Achamo-nos, por acaso, em serviço profissional na vila de Bento Gonçalves, no mês de julho de 1898. Por essa ocasião, procedia-se a eleição intencional, e tivemos dois dias de completo ôcio, porque o escrivão do feito, em que intervínhamos, fora ao distrito da Varzinha, fiscalizar e dirigir a eleição.

Decorridos, porém cinco anos, era subtraído esse distrito a Alfredo Chaves, constituindo outro município autônomo, como acima dissemos.

Ainda no começo de sua administração, o Doutor Montauray abriu diversos caminhos vicinais, separando e povoando as linhas Braz Chaleu, 28 de setembro, 19 de março, Linha Brava e outras.

Não temos informações sobre o número e denominação das demais linhas colonizadas, nem tampouco da quilometragem cubica das estradas gerais ou vicinais, mas sabemos que já são bem poucos os lotes não ocupados por colonos. Nos lotes cultivados existem alguns brasileiros natos, maior número de alemães e polacos, mas a todos reunidos, excede o elemento italiano, indutroso e obreiro.

A população total do município está recenseada em 23.000 almas, mas não chega a completar um milhar a da vila e subúrbios.

A edificação, na própria sede do município, é pouco recomendável, pois de 152 casas, há 12 assobradadas, as demais são térreas, na maior parte de madeira, inclusive a igreja matriz e um lance da intendência, de sorte que ainda não chegou a vez, como nas povoações dos municípios limítrofes, de desenvolver-se a edificação predial com arquitetura elegante e materiais escolhidos.

Conta-se, não obstante, na sede: 8 casas de negócio em fazendas, gêneros secos e molhados, 2 pequenas farmácias, 2 hotéis, 3 restaurantes e botequins, 2 padarias, 2 açougues, 2 funilarias, 2 ferrarias, 2 olarias, 3 alfaiatarias, 2 sapatarias, 1 barbearia, 1 cutelaria, 1 fábrica de chapéus de palha, 1 selaria e outras indústrias.

O comércio expede para Porto Alegre, banha superior e abundante, feijão, milho, arroz, vinho, taboado, etc., ignorando nós, quais as cifras da produção, exportação e importação.

Sabemos, porém, que as rendas municipais importam no último ano financeiro, em 56:680\$000 réis e as estaduais em 61:300\$000 réis, sendo quase nula a receita federal, consistente apenas em selos de estampilhas.

Faz-se mister uma repartição postal mais regular e mesmo o prolongamento até aí do fio telegráfico.

O transporte ainda é dificultoso, porque depende do porto de Lajeado, no rio Taquari, e dos veículos e animais carregados até esse porto.

quase toda a população é católica, não se conhece outro culto dissidente ou antagonico, salvo uma ou outra família que, o pratique em seu domicílio.

Na vila, existe a matriz de Santo Antônio, com 1 vigário, nos lugarejos Esperança, Cascara (ou São Luís) com 2 padres, General Osório (ou Mussum), e em quase todas as linhas 1 capela, sem que saibamos quais os padroeiros. Não é de admirar tanta prova de religiosidade porque nas outras colônias (emancipadas ou não) abundam igrejas e os exercícios espirituais do culto externo.

Aqui, como em todas as colônias, onde se desenvolve o elemento italiano, nota-se o espírito de associação. Mas a que mais predomina, é a denominada Mútuo Socorro, de caráter benéfico e que conta agremiações nesta vila, e em três linhas diversas.

Conquanto seja populoso este município, nove homens são bastantes para o seu policiamento, tão morigerada e ordeira é sua população.

Mas, pequeno como é em território, nem o governo, nem a municipalidade tem regateado os meios de difundir a instrução e lementar.

Na vila conta-se duas escolas públicas, uma para cada sexo, oito, sendo duas mistas, nas linhas 28 de setembro. São Luís, Esperança, Pinhal Alto, Linha 11, Ernesto Alves, General Osório e Braz Chalhreu. O município sustenta, com seu cofre, cinco aulas em linhas diversas. Se há atraso material, devido em grande parte ao isolamento deste município, sobra-lhe em compensação meios de preparar a mocidade para que esta, em época próxima, possa dar a sua terra aquel brilho que por hora lhe falece.

Capítulo XL

SANTA CRUZ

A beleza da terra, a graça modesta dos costumes, a simplicidade da vida exercem aqui, mais do que em outra parte qualquer, esse magnetismo nostálgico, que leva o emigrado a repatriar-se o mais depressa possível.

Ramalho Ortigão

Foi por muito tempo duvidoso, nem se acreditou mesmo, que os jesuítas houvessem descido a Serra Geral, penetrando no território que hoje forma o município de Santa Cruz.

O ilustrado e laborioso Padre Carlos Tetschauer, em mais de um escrito, tem afirmado que seus irmãos do Instituto de Loyola ali estiveram.

No capítulo I do nosso livro, fazendo menção das reduções provisórias, destruídas no começo do século XVII pelo paulista Antonio Rapozo Tavares e seus companheiros, dissemos que a redução de Jesus Maria, à margem esquerda do Rio Pardo e uma das quinze destruídas seria, provavelmente, em terras do atual município de Santa Cruz.

Um fato bem moderno deu-nos uma prova indiciária de terem os jesuítas, com seus índios catequizados, ocupado terras daquele município com a mencionada redução.

Em 1885, um colono alemão, trabalhando em matos de sua propriedade, achou, no tronco oco de um velho cerne, um livro com a capa de pergaminho. Abrindo-o, viu algumas folhas escritas em linguagem desconhecida para si.

Esse livro foi adquirido pelo Sr. Carlos Trein Filho, que deu-o de presente ao hoje finado Carlos Von Koseritz. Este, entregou-o ao Major João Cesimbra Jacques, conhecedor da língua guaraní.

Verificou-se, desde logo, ser um diário da viagem de alguns padres conduzindo, desde a margem do Uruguai, uma multidão de índios já convertidos até o ponto (não determinado no mesmo manuscrito) onde foi fundada a redução de Jesus Maria.

Nessa marcha, tiveram que abrir caminho através do Monte Grande (a atual Serra Geral) e acamparam à margem de um rio.

Dá por diante, a pouca escrituração restante estava apagada e indecifrável.

Isso feito, o Major Cesimbra entregou a Koseritz o original e a tradução, dizendo-lhe: — que a caligrafia do século XVII, conquanto feita com boa tinta, diversificava muito da caligrafia moderna.

O livro foi confiado aos padres de São Leopoldo, que procuraram por seu turno fazer uma tradução, mas, nenhum deles conhecendo aquele idioma, encarregaram pessoa menos competente e que devolveu-lhes o original intacto.

Começaram então os padres a copiar o livro, mas sendo reclamado pelo dono, essa cópia ficou limitada a algumas páginas.¹⁾

Segundo nos informaram, Koseritz remeteu o livro para um museu na Alemanha.

Infeliz lembrança, que assim subtraiu-nos um documento necessário à história, de uma parte importante do território rio-grandense.

Um outro manuscrito no mesmo, ou em diverso idioma, disse-nos o Coronel Vasco de Azevedo e Souza, ter sido achado com outros objetos, nos confins daquele município, sendo-lhe ofertado pela pessoa que o achou.

Esse foi entregue ao finado Apollinário Porto Alegre, mas não foi encontrado traduzido no espólio literário desse emérito escritor.

Os dois achados vieram dar certo fundamento à tradição confusa de ter sido em terras de Santa Cruz, o local da redução provisória de Jesus Maria, destruída pelos paulistas.

Houve quem nos ponderasse, talvez fosse o livro deixado, onde foi encontrado por algum dos padres, que por aí fugissem, no período da guerra do governo da Espanha contra as reduções, desde 1753 até 1757.

Não podemos concordar com essa hipótese, por demasiado improvável.

Os jesuítas, tanto ao tempo dessa guerra, como no de sua definitiva proscrição em 1768, conservaram-se em suas reduções.

Se algum teve a fraqueza de fugir, não precisaria ir à distância de 60 e mais léguas, penetrar o impêrvio sertão de Botucaraí, arriscando-se ao encontro dos bugres nômades, que não poupa-lo-iam.

Pelas margens do Uruguai, pelos campos à esquerda do Ibicuí, não faltava terreno que melhor facilitasse uma fuga, sem o risco de cair em poder das forças portuguesas, que tinham reservas em Rio Pardo.

Ainda mais. De que serviria ao fugitivo, um livro escrito havia talvez 150 anos e que deveria estar guardado no arquivo de alguma das reduções?

Temos por mais bem fundado que o livro estivesse depositado no tronco, onde foi achado, quando a redução foi inopinadamente assaltada e destruída pelos paulistas.

Essa redução, sendo provisória, só constaria de ranchos e por isso destruída e incendiada, não deixou vestígios.

O padre diretor do aldeamento, seus companheiros sacerdotes e leigos, talvez fossem mortos, ou, se puderam escapar, não teriam tempo de ir retirar do tronco de ipê, onde estava guardado o diário de suas viagens.

Em qualquer das hipóteses, há uma prova de terem os jesuítas ocupado as terras de hoje, município de Santa Cruz.

E, pois, desde que temos tratado de todos os municípios fundados no território por onde andaram aqueles missionários, não será demais consagrarmos um capítulo ao município, que tão consideravelmente enriqueceu devido ao gênio laborioso de sua tão crescida população.

Histórico

O território de Santa Cruz pertencia, em sua atual compreensão, ao município de Rio Pardo, desde quando este, simples distrito militar, era sujeito à justiça civil de Porto Alegre. Assim continuou, até que, por Provisão do Desembargo do Paço de 7 de outubro de 1809, foi a povoação de Rio Pardo elevada à categoria de vila.

Ainda depois desse vilamento o atual território de Santa Cruz era baldio. Os governadores portugueses, pouco antes da proclamação da independência do Brasil, fizeram concessões de algumas sesmarias de campos e matos a João de Faria Rosa e outros.

Essas sesmarias estavam pouco cultivadas ou quase abandonadas, quando a lei provincial número 111 de dezembro de 1847 autorizou o presidente da província a mandar abrir uma estrada através da serra, saindo no distrito de Soledade, município então de Cruz Alta.

Contratou esse serviço Delfino dos Santos Novaes, por quarenta e cinco contos de réis.

Iniciados os trabalhos, chegou Delfino, ao fim de 360 quilômetros, ao faxinal de João de Faria (no local onde existe a vila de Santa Cruz) e subiu pela coxilha entre as vertentes do Rio Pardinho e as contravertentes do Taquari-Merin, continuando pela cordilheira até que saiu em cima da serra, no Rincão de Nossa Senhora, campos de Soledade.

O acerto desse serviço, sem estudos prēvios, pode ser um indício de ter sido o caminho tomado pelos fundadores da redução provisória de Jesus Maria, dois sēculos antes, e que DeT fino, por atração o soubesse.

Aberta a estrada, mandou o presidente Barão de Caçapava (General Andrea) colocar alguns colonos vindos da Alemanha e de fato, a 19 de dezembro de 1849, foram distribuídos lotes a cinco famílias, sendo seus chefes: — Augusto Wutke, Frederico Tieke, Augusto Mandler, Gottlieb Pohl e Augusto Arnold. Foram estes os fundadores da colônia, que logo se chamou Linha de Santa Cruz.

Um ano depois, eram já 62 os habitantes do novo núcleo colonial, sendo seu diretor o Engenheiro João Martinho Buff, que deixou o exercício do cargo em 1859, quando eram já 2.409 os habitantes da colônia.

Durante esse período, o cidadão João de Freitas Leite, de sociedade com outros, colonizou a sesmaria do Pinheiral, estabelecendo as picadas Linha Nova, Santa Eugênia e mais tarde outras.



Igreja e colégio das meninas em Santa Cruz.

O Tenente-coronel Joaquim José de Brito colonizou terras nos faxinais de Dona Josefa, estabelecendo as linhas do Ca-pão do Rio, Arroio das Pedras, Formosa e Lindmann.

O segundo diretor foi, por espaço de um ano, Antônio Prudente da Fonseca, que em nada adiantou a colônia.

O terceiro diretor Carlos Von Schwerin, serviu até 1863, deixando a colônia com 3.367 habitantes. Nesse período Francisco Antônio Borges fundou a colônia denominada Rio Pardense, em terras que adquiriu por compra.

O quarto diretor, Floriano Von Borowski, serviu apenas um ano e nada adiantou.

O quinto diretor foi o Coronel Affonso Pedro Mabilde. Serviu desde 1864 até 1870, deixando a colônia com 5.809 habitantes.

Durante sua administração, o ex-diretor Carlos Von Schwerin, associado com Guilherme Lewis, Evaristo Alves d'Oliveira, Pedro Kleadgen e outros, colonizaram a fazenda São João da Serra com as linhas Kochlöffel, Karlsruhe, Quer-Picada, Linha Schwerin, Zeitung-Picada ou Picada Alemã e outras.

O sexto diretor Carlos Trein Filho, serviu até 1872, quando, por virtude da lei número 807 desse ano, foi emancipada a colônia com 7.310 habitantes e grande desenvolvimento agrícola e comercial.

Não obstante essa emancipação, o governo autorizou o mencionado Trein Filho a servir gratuitamente o cargo de diretor até 1889, quando o território de Santa Cruz já contava mais de 18.000 almas.

No período da fecunda administração desse diretor, foram estabelecidas as linhas Kern, Bismarck, Moltke, Frankfurt, Preta (schwarz) e outras em terras particulares.

Até 1852, não se havia cuidado da fundação de uma povoação, como ponto de convergência para a população, que crescia nos diferentes pontos, onde novas linhas eram fundadas.

Tratou o governo de escolher o local, sendo preferido na sesmaria de João de Faria Rosa, pertencente ao Comendador Antônio Martins da Cruz Jobim, e onde hoje existe a cidade. A assembleia provincial por lei de 25 de novembro de 1852, decretou a desapropriação de 1.968,750 braças quadradas, que custaram ao governo 4.743\$840 réis.

Foi encarregado da medição o Capitão-Tenente Francisco Cândido de Castro Menezes, que mais tarde procedeu ao levantamento da planta da povoação começando as edificações em 1855.

Quatro anos depois, em 1859, havia uma igreja católica a povoação teve foros de freguesia, sendo instalada pelo Cônego Manoel Joaquim da Conceição Braga que como vigário encomendado, serviu até 1862.

De então por diante têm sido pároco os padres da Companhia de Jesus José Stüler, até 1870; Augusto Lohmann até 1874; Guilherme Feldhaus até 1878; Augusto Lohmann (por 2ª vez) até 1887; José Antônio Siemen até 1890 e Francisco Suzen até 1905.

Quando foi nomeado o primeiro pároco, Cônego Braga, foi também nomeado subdelegado o cidadão Serafim Eloy da Silva Câmara, que na eleição para juizes de paz, em 1860, foi eleito conjuntamente com os cidadãos Jacob Welsch, Carlos Von Schwerin e Manoel Alves da Silveira.

Em 1857, foi criada uma aula de ensino primário para o sexo masculino, mas só foi provida em 1859, sendo nomeado professor o cidadão Adolfo Hoffmann. No ano seguinte, Dona Maria Leopoldina Ortiz da Motta abriu uma aula particular, que, dois anos depois, passou a ser pública.

Em 1864, foi criada a agência do correio geral, sendo agente o cidadão Francisco de Abreu Valle Machado, cessando o serviço do estafeta estipendiado pelos cofres provinciais.

Quando foi decretado o vilamento da paróquia de Santa Cruz, por lei provincial 1147 de 7 de maio de 1878, foram eleitos vereadores José Joaquim de Brito (presidente), Carlos Trein Filho, José Júlio Eichenberg, Roberto Jaeger, Roberto Hentschke, Pedro Werlang e José Lopes Simões.

Por ocasião da posse dessa câmara (que apenas funcionou dois anos, se bem que quase toda reeleita para o quadriênio de 1881 a 1884) foi instalado o fero pelo juiz municipal suplente Guilherme Vroch, com os escrivães Bráulio da Costa Correa (tabelião e escrivão do civil) e João Leite Pereira da Cunha (escrivão de órfãos).

Por ocasião da proclamação da República, os vereadores renunciaram seus cargos e foram substituídos por uma intendência até proceder-se à eleição do conselho municipal e do intendente, conforme a organização do governo local em todos os municípios do Estado.

Em fevereiro de 1890, foi instalada a comarca pelo Juiz de Direito Dr. Pedro Wanderley Jacques.

Rebaixada em 2 de fevereiro de 1892, foi restaurada por decreto de 18 de junho desse ano e nomeado Juiz de Direito o Dr. Manoel Telles de Queiroz, mas logo em dezembro, outra vez foi extinta e incorporado o seu município à comarca de Rio Pardo.

Extensão e limites

O território do município tem uma área superficial verificada em 3.360 quilômetros quadrados.

Começa na distância de 24 quilômetros distante da estação do Couto, na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, estendendo-se, desde o seu ponto inicial no extremo Norte do Rincão do Rei, até a distância de 70 quilômetros abaixo dos alcantis da Serra Geral. É esse o comprimento.

A largura, desde a margem esquerda do Rio Pardo até os arroios Francisco Alves e Taquari-Merin, não excede de 48 quilômetros.

Forma todo o território uma elipse irregular, com eixo maior de 70 quilômetros, na direção de Norte a Sul.

Seus limites atuais são: — ao Norte com os de Soledade e Lajeado, no percurso de 36 quilômetros desde a vertente do arroio Sinimbu até a foz do Lajeado José Simões; no Rio Pardo; — a Leste com os municípios Venâncio Aires e Lajeado, desde a foz do arroio Pinheiral no Taquari-Merin até a vertente do Sinimbu, no lugar denominado Paredão, tendo essa linha 12 quilômetros; — ao Sul, pela margem esquerda do Rio Pardo, desde a foz do arroio Quilombo até a foz do Pinheiral no Taquari-Merin, na extensão de 60 quilômetros; — ao Oeste, desde a foz de José Simões no Rio Pardo, até a do Quilombo, na extensão de 26.600 metros.

Esse território é dividido em três distritos: — 1º, o da vila; 2º, o de Vila Teresa; 3º, o da Serra, todos com limites naturais.

Aspecto do terreno e sua composição

Todo o solo é montanhoso, notando-se por exceção, algumas planícies às margens dos rios e nos planaltos de alguns montes.

O terreno é argiloso, a areia é escassa e em algumas localidades encontra-se pedra de grés, o diorito, algum granito e pedra calcária.

Não há minerais de espécie alguma, entretanto, que nos tijolos cozidos nas olarias vimos pequenos fragmentos de cascalho de ferro.

As terras são bastante férteis e compensam todo o trabalho das plantações.

Hydrografia

Banham o município: o Rio Pardo, o Rio Pardinho, o Taquari-Merin, o Francisco Alves, o Pedroso, o arroio do Couto, o Diogo Trilha, o arroio das Pedras, o Pinheiral, o do Potreiro Grande, o Lajeado, o Krüger, o Arnd, o Otto, o São João, o Backs, o São Miguel, o da Pintada, o Desidério, o Pinhalzinho, o do Telles, o da Porteira, o Andréa, o Moltk, o Füller, o Bernardino, o da Barra, o das Pedras Brancas, o Quilombo e o José Simões, ao todo trinta e um rios e arroios, sem compreender crescido número de regatos insignificantes. Nem um dos rios é navegável.

Os banhados e lagoas são raríssimos.

Posição Geográfica

A vila de Santa Cruz está na altura de 100 metros acima do nível do mar, mas essa altitude varia conforme a maior ou menor elevação do solo. Há serras com 200, 300 e mais metros de altitude, algumas linhas coloniais com 513 metros e os ervaais do Paredão e os de São João com mais de 650 metros sobre aquele nível.

A posição geográfica é de 29º, 43' e 18" de latitude Sul e 49º, 15' e 25" de longitude ocidental.

A equação do tempo é de 3h 28m e 51s de Greenwich.

A Sede do Município

A vila consta de duas praças denominadas — Marechal Floriano e Quinze de Novembro (antiga Chachã Pereira), oito ruas de Sul a Norte denominadas — Senador Pinheiro; Fernando

Abbott, Borges de Medeiros, Ramiro Barcelos, Júlio de Castilhos, Vinte e Oito de Setembro e Tiradentes; seis ruas de Leste e Oeste, a saber: - Coronel Thomaz Flores, Marechal Deodoro da República, Coronel Brito, Venâncio Aires e Ernesto Alves.

As praças são perfeitamente quadradas, as ruas com mais de trinta metros de largura, muito bem alinhadas, ficando toda a circunscrição urbana com 48 quadras (ou quarteirões) e virá a formar um perfeito xadrez, desde que acresça mais duas ruas de Leste a Oeste.

Atualmente esta empenhada a intendência municipal no ajardinamento das praças e calçamento geral das ruas a Mac Adam. Será uma fortuna, pois quando chove, nem quase pode andar-se por um terreno mole e pagajoso.

Edificações

No terreno traçado na planta da povoação, contam-se 466 casas térreas e 9 sobrados sujeitos à décima predial.

Na povoação chamada Vila Teresa, 9 quilômetros distante da sede do município, há 112 casas, que pagam esse imposto.

Na vila de Santa Cruz são mais notáveis pela esmerada construção: - 1º- a igreja Matriz, exteriormente dividida em três naves, podendo conter duas mil pessoas: tem três altares; - 2º- a igreja evangélica com torre quase semelhante à da igreja católica, não podendo conter trezentas pessoas, trata a comunidade de construir outra maior: - 3º- a intendência, com um belo pórtico e fechada com quatro colunas de grês do ordem corintiana, foi começada e concluída antes de 1887 e custou..... 30:000\$000 réis; - 4º- o colégio distrital; - 5º- o edifício da Aliança Católica, onde há teatro; - 6º- o colégio sinodal da comunidade evangélica; - 7º- o grande colégio das madres do Coração de Jesus, tendo o internato 170 alunas; - 8º- academia pública; - 9º- a loja maçônica Lessing (adormecida); - 10º- o hotel Hübner; - 11º- o Clube União; - 12º- o colégio dos padres antigo e acanhado, podendo conter apenas 48 internos, mas suas aulas contam crescido número de externos.

População

A da vila é de 5.600 habitantes, a da povoação de vila Teresa, 980 habitantes, mas todo o município deve exceder de 28.000 habitantes, na sua máxima parte de origem germânica, havendo muitas famílias em determinadas zonas, que desconhecem inteiramente a língua portuguesa.

População Pecuária

O gado vacum não excede de 8.600 cabeças, o cavalari de 6.000 cabeças, o muar de 1.360 e o suíno excede de 36.000 cabeças. Este aumenta prodigiosamente, enriquecendo os que sabem explorar seus produtos; aqueles são insuficientes para o consu

mo e para os serviços . Por essa razão, há uma importação anual de mais de 2.500 cabeças de gado vacum e 350, mais ou menos, do cavalar.

Nota-se quase nenhuma criação de ovelhas e cabras. Há, porém, grande e variada criação de aves e abelhas.



Costumes dos colonos em Santa Cruz. Passagem de um rio.

Vida Social

O labor e a faina em todas as profissões não exclui as distrações e convinências.

As igrejas, aos domingos e dias santificados, são extraordinariamente concorridas.

É considerável o número de pessoas a cavalo, que das diversas linhas concorrem às missas.

Além da religião, há as expansões nos clubes, cujos nomes declinamos, com seus edifícios próprios. Além desses e em prédios alugados, contam-se: o Recreio Familiar, o Clube dos Atiradores, o Ginástico, o dos Cantores, o Liedertafel e outros.

Durante nossa estada por alguns dias em Santa Cruz, assistimos numa noite a um espetáculo no teatrinho do Clube União.

Foram representadas duas comédias da atualidade, em alemão, das quais obtivemos um minucioso argumento. Pudemos assim, compreender quase tudo e notar um perfeito desempenho a todos os papéis.

Os atores, moços e moças da elite social, mostraram uma perfeita naturalidade e receberam merecidos aplausos.

Sem que façamos seleção, o jovem a quem coube na comédia "Ainda Uma Feita" o papel de gatuno, soube trazer os espectadores em uma contínua hilaridade, já pelas espertezas, e já

pelo cinismo que mostrou ap^{os} sua pris^{ao}.

Ap^{os} o espet^{aculo}, seguiu-se o baile, a que n^{ao} assistimos.

A orquestra, conquanto bem afinada, s^o tocou valsas, polcas e nenhuma pe^{ca} de harmonia.

Imprensa

H^a dois jornais hebdomad^{arios}, o Kolonie e o Fortschritt, escritos em alem^{ao}.

Instru^{cao} P^{ublica}

Tem o munic^{ipio}, al^{em} do col^{egio} distrital, com seis cadeiras de instru^{cao} elementar e complementar, 40 aulas prim^{arias} sendo 3 na vila e 37 nos distritos de fora.

Instru^{cao} Particular

H^a cinco col^{egios} com internato e externato, a saber: o dos padres, o das madres do Cora^{cao} de Jesus, o sinodal, um internato chamado do col^{egio} distrital e muitas aulas particulares para o ensino t^{ao} somente da l^{ingua} alem^a.

Todas as escolas, quer p^{ublicas}, quer particulares, s^{ao} muito frequentadas, pelo que acreditamos, se n^{ao} arrefecer esse entusiasmo pela instru^{cao}, dentro em cinco ou seis anos, o munic^{ipio} de Santa Cruz n^{ao} ter^a um s^o analfabeto, ali^{as}, j^a raros e somente notados entre os ex-escravos e um e outro na ra^{ca} luso-brasileira.

Ilumina^{cao} P^{ublica}

As ruas e pra^{cas} s^{ao} iluminadas por oitenta combustores a querosene.

N^{ao} seria dif^{icil}, nem talvez mais dispendiosa a ilumina^{cao} a luz el^{etrica}, com a qual ficaria a popula^{cao} mais bem servida, aproveitando-a quase todas as casas particulares.

Entre os arroios abundantes, em dist^{ancia} menor de 6 quil^{ometros}, algum talvez possua uma pequena cascata, ou n^{ao} seja dif^{icil} faz^{er}-la.

Com essa obra, com a extens^{ao} dos fios condutores da luz seria, por esse meio, a ilumina^{cao} mais econ^{omica} do que com o custo de m^{aquinas} a vapor, e o disp^{endio} posterior com este. A cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais e iluminada a luz el^{etrica}, aproveitando a cascata de um arroio.

Pensamos, por isso, ser prefer^{ivel} o emprego da queda de agua, mas os componentes, os que fizeram estudos dir^{ao}: se esse sistema de ilumina^{cao} e menos dispendioso, ou mais exeq^{uivel} que o das m^{aquinas} a vapor, como sucede em Porto Alegre.

Alguns meses depois que escrevemos as linhas acima, sou-bemos que a intendência concedera privilégio a uma empresa para a iluminação elétrica.

Porém, oh! decepção, em vez de aproveitarem a queda de uma cascata na distância de cinco e meio quilômetros da povoação, essa luz vai ser difundida por meio de uma máquina a vapor, com grande dispêndio de combustível, sendo os matos para lenha já tão escassos e o carvão mineral devendo ir de São Jerônimo ou de Charqueadas, embarcado, e depois pela estrada de ferro. E essa tração elétrica, se fosse aproveitada a cascata, poderia ser a força motriz das diferentes fábricas existentes na povoação e su-búrbios.

Hã, ainda, em certos cometimentos, um cunho de atraso.

Asseio Público

As ruas e praças estão sempre limpas, tirados os dias de chuvas, nos quais, por falta de calçamento, o trânsito a pé é in-comodo, pois não falta lama para dificultar o trânsito.

A remoção das matérias fecais é feita pelo meio empregado em Porto Alegre, e é obrigatória para todas as habitações.

O sistema da canalização para esgotos não chegará, nem talvez daqui a meio século, para uma povoação onde há falta de água.

Os rios, os arroios, mais fortes estão muito distanciad-os, apenas há água para o consumo das casas e isso mesmo nos po-ços abertos, em quase todos os quintais, notando-se que, apesar de muito cristalina, produz desarranjos gástricos a quase todas as pessoas, procedentes de outros pontos do Estado.

Indústrias e Profissões

A maior parte dos habitantes do município de Santa Cruz, são agricultores, inclusive os que dão-se ao trabalho de criar alguns animais.

Entre os diversos produtos, que alimentam o comércio, são notáveis: — 1º) o fumo, bem reputado e exportado em largá es-cala; — 2º) a banha e mais produtos suínos; — 3º) a erva-mate, a pesar do sistema destruidor dos ervais; — 4º) a aguardente, o al-cool, o melado e outros produtos da cana-de-açúcar; — 5º) os la-ticínios, como a manteiga e o queijo; — 6º) os cereais como mi-lho, feijão, arroz, favas, batatas, ervilhas, o trigo, a cevada, o centeio, o amendoim, o alpiste; — 7º) a alfafa, apesar da mui-ta que é consumida pelos animais de trabalho; — 8º) as aves e

seus produtos; — 90) as frutas como bananas em prodigiosa quantidade, laranjas, maçãs, pêssegos; — 100) as uvas e o vinho que se fabrica e é excelente; — 110) os pinhões, além de muito consumidos, são ainda exportados; — 120) o taboado de madeiras de construção; — 130) os couros curtidos e solas; e outros gêneros menos importantes.

Algum tempo aí foi cultivado o bicho da seda, chegando mesmo a montar-se uma fábrika, se bem que desprovida de Maquinismo. Vimos excelentes produtos em Porto Alegre, mas a falta de proteção, caiu.

É possível a cultura do linho e do algodão, mas, daquele ninguém se ocupa, e deste, só para o consumo próprio.

Sabidas, como são, quais as produções, basta consignar que o município, além de possuir 3.360 pequenas propriedades rurais Colonias valorizadas com benfeitorias, mais ou menos importantes, salientando-se as casas de vivenda dos colonos mais ricos, notam-se as profissões seguintes: — casas comerciais de diversos gêneros, 46; carroceiros, 39; taberneiros e botiquineiros, 32; curtumes, 13; pedreiros, 45; carpinteiros, 32; moinhos para cereais, 27; marceneiros, 12; lombilheiros, 13; engenhos e destilações de álcool, 11; alfaiates, 12; açougueiros, 9; salicheiros, 3; padeiros, 7; confeiteiros, 2; barbeiros, 6 (sendo 2 em Vila Tereza); sapateiros, 13; funileiros, 5; relojoeiros, 3; joalheiros e ourives, 5; farmácias, 2; médico, 1; fotógrafos, 2; advogados, 8; padres católicos, 4; ditos protestantes, 3; o pessoal do foro, (juiz, escrivães, etc.), 9; agrimensores, 3; escultor, 1.

Fábricas

Destacam-se das profissões as mais importantes, tão úteis ao Estado, como as fontes mais abundantes de riqueza do município. Conta este, dentro da vila e subúrbios, as seguintes: — a da refinação de banha da firma Evers & C.; a de descascar arroz, de Theodoro Albrecht, pondo o seu produto em competência com o melhor arroz estrangeiro; as fundições de máquinas, de Nicolau Melchior e de Guilherme Schreiner e a de cal, de Jorge Frantz.

Há ainda menos importantes, na cidade e em diversos pontos do município: — fábricas de cerveja, 9; de sabão e velas, 5; de cadeiras, 1; de licores, 2; de preparar, enfardar e exportar a erva-mate, 1.

Todas as fábricas e engenhos têm seus motores a vapor, sendo estes, por todo o município, em número de 25, representando a força total de 86 cavalos ingleses.

Capital Empregado, Rendas, Exportação

No Brasil inteiro, talvez não fosse tirado dinheiro dos cofres públicos e empregado com melhor êxito, do que o da fundação da colônia de Santa Cruz.

O governo do Rio Grande do Sul gastou com a medição e divisão dos terrenos em lotes coloniais, aquisição por compra de

algumas terras particulares, encravadas entre as do domínio do Estado, abertura de estradas, pequenas pontes, transporte e colocação de colonos, fornecimento de ferramentas, sementes aos mesmos, vencimentos dos diretores e seus auxiliares, construções de igrejas, etc., uma cifra total de 261:825\$436.

Não nos damos o trabalho de escrever uma por uma as diferentes verbas dessas despesas, conforme nos apresentou o Sr. Carlos Trein Filho, tendo ele extraído todos os dados dos relatórios da extinta diretoria geral da fazenda provincial, nos anos anteriores à sua exoneração do cargo de diretor gratuito da colonização do município. Basta-nos consignar a soma total.

Agora, vejamos como esse dinheiro tem revertido com a mais vantajosa compensação para os cofres públicos.

Em 1865, quando o governo ainda gastava com a colônia, já esta proporcionava uma receita em impostos (gerais e provinciais) no valor total de 60:812\$000 réis.

Essas receitas, progressivamente, chegaram a somar, só no ano de 1885, em 126:500\$000 réis.

Até esse ano já estava recuperado e com usura, todo o capital empregado, pois que todas as receitas reunidas excediam de 1.814:617\$000 réis.

Atualmente, as rendas devem precisamente ser:

Receita Estadual	116:000\$000
Receita Federal (apesar de tão reduzida)...	125:200\$000
Receita Municipal	164:600\$000

Total 405:800\$000

Agora, vejamos outra enorme compensação do capital empregado no seguinte quadro de exportação e importação, em cada uma das seguintes décadas, omitidos (para não alongarmo-nos) os anos intermediários.

Exportação	Importação
Em 1860 121:000\$000	69:000\$000
Em 1870 442:500\$000	290:000\$000
Em 1880 630:100\$000	440:000\$000
Em 1890 1.280:000\$000	912:000\$000
Em 1900 3.493:500\$000	2.800:000\$000

Os algarismos da exportação no último dos mencionados a nos foram:

186.000 arrobas de fumo a 8\$	1.488:000\$
106.000 arrobas de banha refinada a 12\$	1.272:000\$
30.000 sacos de feijão a 12\$	360:000\$
10.000 sacos de arroz a 16\$	160:000\$
15.000 arrobas de erva-mate a 6\$	90:000\$
outros produtos	125:500\$
Total	3.495:500\$

O que não produzirá esse município, quando aí chegar o

ramal da estrada de ferro, a partir da estação do Couto e a estacionar em Santa Cruz?

Atualmente (1904) a condução, para os pobres viajantes, desde aquela estação, não pode ser mais cruel.

E feita em carros sem molas, por um terreno escabroso, onde são tantos os solavancos, quantos os segundos de um relógio, isto durante 4 horas de aborrecida marcha.

Por falar em estradas, o município conta para cima de 118 quilômetros de estradas municipais e caminhos vicinais, treze pontes, incluindo nestas a mais sólida e duradoura que a intendência está construindo sobre o arroio das Pedras, dois quilômetros perto da vila. Esse arroio é invadeável durante o tempo de qualquer chuva torrencial.

Segurança Pública

Além de um delegado de polícia com seu escrivão privado, há 15 praças comandadas por um subalterno, aquelas montadas e bem equipadas.

Apesar da intolerância partidária, reina em todo o município a mais inalterável tranqüilidade, e a estatística criminal é, em relação à população, assaz diminuta.

Tais são as informações, que podemos dar aos nossos leitores, sobre o florescente município de Santa Cruz.

Em Berlim, em Hamburgo, têm sido publicados vários opúsculos em alemão, tratando das vantagens da colonização para o Brasil.

Esses escritores não têm poupado encômios ao importante núcleo colonial que acabamos de visitar. Outros, menos bem inspirados, aconselham a população ordeira, dos que eles chamam seus patrícios (Landsleute), a rebelarem-se contra o governo do país onde vieram adquirir a fortuna que jamais conseguiriam no de onde emigraram seus maiores.

Estamos certos que os nossos colonos, brasileiros natos ou naturalizados, em sua máxima parte não renegarão a pátria, onde gozam liberdade ampla, onde são todos iguais, onde não há distinções de classes, nem nobreza de sangue, para constituírem-se colonos e tributários de uma nação estrangeira e a qual nada devem.²⁾

Addendum

Foi este capítulo escrito há quase seis anos, e publicado no Jornal do Comércio de Porto Alegre.

Passados tres meses, começaram os estudos e plano do ramal da estrada de ferro, entre a estação do Couto, subúrbios de Rio Pardo e a então vila de Santa Cruz.

Feitos os estudos, foi a obra contratada pelos empreiteiros João Correa & Irmãos e o engenheiro Lagendre.

Trabalharam porfiadamente e, em menos de um ano, vimos a estrada entregue ao tráfego público a 19 de novembro de 1905.

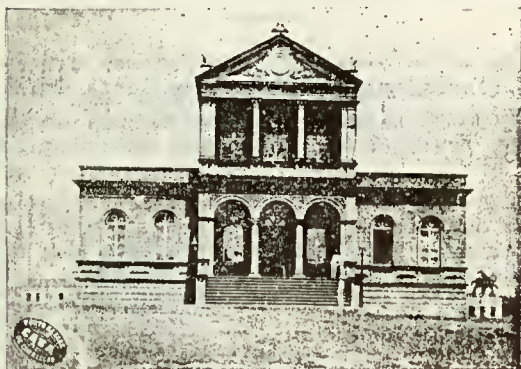
Foi uma festa toda excepcional para a população desse município, que guardara, por muitos anos, a mais grata e imorredoura lembrança.

Às 6 horas da manhã desse dia, largou do trapiche da Companhia Fluvial, o maior de seus vapores, levando a bordo o Presidente do Estado, Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, todos os seus secretários, deputados estaduais e inúmeros convidados, sem distinção de cor política.

Em 3 horas de marcha, chegava o vapor à margem direita do Taquari onde, em trem expresso da estrada de ferro central do Rio Grande do Sul, seguiram até a estação do Couto.

Em todas as estações intermediárias cresceu a enorme comitiva, levando várias bandas de música.

Tomando o trem pelo novo ramal, fazendo propositalmente uma lenta marcha, chegaram ao fim de duas ao ponto terminal. Tinham sido vencidos 35.152 metros.



Intendência municipal de Santa Cruz.

Mais de 4.000 pessoas aguardavam na gare e ruas adjacentes a chegada do trem, subindo ao ar inúmeros foguetes e ao ar do diversas charangas.

Apresentaram-se vestidas de branco, mais de cem moças, uma das quais empunhava a bandeira nacional. Dois esquadrões formados e com seus ternos de clarins, formavam a guarda de honra, mas era para notar que seus uniformes militares e baratinas fossem iguais aos do exercito alemão.

Todo esse povo acompanhou o presidente do Estado vitorioso a cada momento, até o Prado, extramuros, onde foi servido o clássico churrasco, produto de 35 reses abatidas.

Esse povo amanheceu divertindo-se já em bailes, já em espetáculos.

Mas, como ao romper do dia 20 o presidente se retirasse, dispersou-se toda a gente vinda das linhas coloniais, depois de ter prestado as honras da despedida aos hóspedes, que se retiraram.

No dia 21, tendo chegado de Porto Alegre comunicação oficial de ter o presidente elevado a povoação de Santa Cruz à categoria de cidade, recrudesceram as festas e duraram mais três dias.

Essa nova categoria era de muito tempo necessária, por quanto Santa Cruz é uma povoação mais digna de ser cidade, do que muitas povoações menores e mais atrasadas em diversos Estados da Federação Brasileira, que, entretanto, tem essa categoria.

NOTAS

1) Do Rio de Janeiro, mandamos pedir essa cópia; mas o Reverendo Luiz Sarrazin, Reitor do Ginásio de Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, respondeu não existir mais a cópia, a qual não ligaram importância, por ser tão diminuta e haver sido restituído o original.

2) Este período excitou reparos de um jornal alemão: mas, infelizmente, é uma verdade incontestável, que, nas colonias de origem alemã, sem exclusão de Santa Cruz, os filhos e netos, até a quarta geração, conservam em suas salas os retratos dos soberanos, príncipes e homens notáveis da pátria dos seus maiores, excluindo sempre os retratos dos grandes homens brasileiros.

Suas sociedades excluem absolutamente, quem não é da sua origem.

Infelizmente, ainda há, entre eles, esse procedimento, difficilissimo de estirpar.

RETIFICAÇÕES

PARTE PRIMEIRA

Página 43 período 2º

Depois de impressa essa Parte do livro, veio ao nosso poder e lemos as Memórias Históricas da Província da Bahia, por Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, impressas em 1835, na respectiva capital.

Nessa obra, já esgotada e rara, vimos que seu autor, mais bem informado do que outros escritores, dos quais extraímos o conteúdo daquele período, refere diversamente o que se passou sobre a expulsão dos jesuítas da capitania da Bahia.

Foi em 1758, sendo governador e Capitão General Dom Marcos de Noronha, 6º Conde dos Arcos, que exerceu o cargo des de dezembro de 1755, até a janeiro de 1760, substituído então pelo 4º Conde de Avintes e 1º do Lavradio, que ali faleceu em julho do mesmo ano.

O arcebispo era Dom Joaquim Borges de Figueiroa (e não Dom José Botelho de Mattos). Era com efeito velho valetudinário e faleceu em menos de dois anos.

Esse prelado procurou cumprir as ordens que, por carta, lhe dirigiu o rei Dom José mas, no tocante à expulsão dos jesuítas, entregou essa excursão às autoridades seculares, como narra o citado escritor baiano, desde pág. 218, nos termos seguintes:

- "Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, na qualidade de Ministro e Secretário de estado, participou ao Conde dos Arcos em 1º de maio de 1758, que os jesuítas, pela oposição que haviam feito ao tratado de limites entre Portugal e a Espanha de 16 de janeiro de 1750, e intrigas a respeito espalhadas, se achavam geralmente odiados, sendo por isso privados dos confessionários e entrada no paço, remetendo-lhe, igualmente, vários exemplares do manifesto dessa oposição e intrigas, a fim de que o mesmo vice-rei os espalhasse sobre a influência que tais papéis fizessem sobre os ânimos dos habitantes, comunicando-lhes na mesma ocasião, que para abater o orgulho dos jesuítas, obtivera o Rei Dom José da cúria romana, um breve pelo qual era o Cardeal Saldanha nomeado seu reformador geral, nos domínios portugueses.

"O Conde dos Arcos, a exemplo do que se praticou em Lisboa, oficiou logo ao provincial da Companhia, para que nem ele, nem outro algum jesuíta tivesse a menor ingerência e comunicação em palácio, e como a esse tempo houvesse outro provincial no Rio de Janeiro, criado sem autorização régia, declarava-lhe também que o não reconheceria sem que lhe apresentasse o régio beneplácito.

"Pouco depois, recebeu o Arcebispo Dom Joaquim Borges de Figueiroa¹⁾ a carta régia de 8 de maio do mesmo ano de 1758, para fazer reco^lher aos claustros os jesuítas que parquiassem as missões e aldeias de índios, as quais deviam ser eretas em vilas, com párocos seculares, a quem se estabeleceria cônica, pres^utando o governador auxílio de braço secular, que fôsse necessário a fazer efetiva aquela determinação, e por outra carta régia da mesma data, foi nomeado o desembargador da suplicação, Manoel Estêvão de Almeida Vasconcellos Barbarino, para vir a esta cidade conhecer, por intimação prévia, aos prelados da companhia em 20 dias, quais eram os bens imóveis que possuíam, e a licença régia para isso, sendo logo sequestrados aqueles que sem essa licença estivessem em poder dos mesmos jesuítas.

"Era igualmente encarregado aquele magistrado de promover a fatura das casas para residência dos vigários das partes, onde se deviam criar vilas, da distribuição das terras, para os índios seus habitantes, e da fiscalização dos prédios rústicos e urbanos que fossem confiscados, os quais deveriam ficar sob administração por conta da fazenda, e por outra ordem régia de 19 do mesmo mês, se nomeou também uma espécie de junta, ou delegação do conselho ultramarino e mesa de consciência e ordens, para o provimento dos vigários e mais objetos da diligência, ordenada em que fosse necessária a interferência daqueles tribunais.

Tinham lugar as conferências dessa junta às tardes na casa da relação, sob a presidência do arcebispo, e além do Desembargador Barbarino, dela faziam parte os Desembargadores da suplicação Antônio de Azevedo Coutinho e José Mascarenhas Pacheco de Mello, que haviam chegado à cidade, vindos de Lisboa, a 21 de agosto do ano de que se trata (1758) incumbidos pela carta régia de tomarem conhecimento das dilapidações da provedoria maior da fazenda pública, bem como dos exames das referidas contas, servindo de secretário o ouvidor de Jacobina, Joaquim José de Andrade, cujo lugar por isso se houve por acabado, ou nos seus impedimentos, o Juiz de fora da cidade, João Ferreira Bittencourt, e foi a primeira sessão no dia 5 de outubro, exercitando logo o arcebispo, as funções de subdelegado do Cardeal Saldanha, para a determinada reforma dos jesuítas, em cuja qualidade não podia a relação provincial tomar dele conhecimento por via de recursos, em consequência de ficarem estes dependentes da decisão do monarca, segundo determinava a carta régia de 8 de maio do mesmo ano.

"Ocorreu, porém, antes disso, um conflito entre o arcebispo e o deão da catedral, querendo este, exercer as funções de reformador, por haver também recebido uma igual subdelegação do Cardeal Saldanha. Mas cessou o choque que já havia começado, depois que o governador, interferindo na questão, pôde conseguir que o deão desistisse da sua pretensão, a pretexto de ser por engano que tal subdelegação lhe havia sido dirigida.

"No dia 6 de setembro, pediu o arcebispo ao conde dos Arcos o auxílio do braço secular, para dar princípio a sua comissão, e sendo escolhido o desembargador e primeiro agravista da relação da cidade, Fernando José da Cunha Pereira, este, depois de receber do mesmo Arcebispo as instruções que devia cumprir, passou no dia 7 no colégio, exigindo que o respectivo provincial se lhe apresentasse. Não se achava ali o provincial, mas aparecendo o reitor, requisitou-lhe aquele desembargador que fizesse quanto antes reunir a comunidade em qualquer dos lugares onde se faziam as funções religiosas, a fim de executar as ordens de cuja execução era encarregado, e congregados todos na capela interior, apresentou-lhes o breve e mais ordens que levava, atinentes à reforma da Companhia, para que, ali mesmo lidas, lhe passasse o reitor a competente certidão, o que feito, se retirou.

"Imediatamente que saiu o mencionado desembargador do colégio, passou o reitor, em ato contínuo com todos os jesuítas, em comunidade, ao arcebispo, a render-lhe obediência, o que pouco depois praticaram o provincial da Companhia e o reitor do seminário, e no dia 9, foi o mesmo provincial intimado, por carta do secretario da câmara arquiépiscopal, para que, em três dias, fizesse recolher ao colégio todos os curas da Companhia, existentes em exercício na cidade e subúrbios, marcando-se o prazo de 30 dias, para igual fim, quanto aos residentes nos lugares mais distantes. Tudo isto, porém era o prelúdio de maiores males que estavam iminentes sobre a mesma Companhia, porquanto, principiado pela prisão de 12 jesuítas, que a pretexto de serem estrangeiros, foram no dia 30 de janeiro de 1759, remetidos para Lisboa, seguiu-se pouco depois a de todos os mais e o seqüestro de todos os seus bens, por assim o determinar a carta régia de 1759, declarados rebeldes e traidores, e como tais, proscritos e desnaturalizados.

"Foram encarregados de tal prisão nesta cidade, o desembargador Ciríaco Antônio de Moura Tavares e o Coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim, e recolhidos todos os jesuítas ao navio viciado, passará, debaixo de grande escolta, para bordo das naus Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora da Ajuda; no dia 18 de abril de 1760.

"O Desembargador Sebastião Francisco Manoel entregou ao comandante da primeira nau, o Capitão-Tenente Bernardo de Oliveira, 38 daqueles presos, a saber: professores do 4º voto 13; - do 3º, 5º; - de simples voto, 2; - minoristas e recoletos, 2; - leigos, 16. O Desembargador Fernando José da Cunha Pereira fez entrega de 79 ao Capitão de mar e guerra Antônio de Brito Pereira, comandante da nau Nossa Senhora da Ajuda, classificados da maneira seguinte: - professores do 4º voto, 31; - do 3º, 4; - de voto simples, 4; - minoristas e recoletos, 24; - leigos, 16; formando ao todo 117, de cuja entrega se fizeram os competentes termos, e sendo posteriormente remetidos outros, que chegaram de diversas partes do interior da província, depois de sofrerem a mais austera prisão na Fortaleza de São Julião; aqueles que recusaram sujeitar-se às condições estabelecidas na lei de 28 de agosto de 1757, entraram na extinção geral determinada pelo Breve Dominus ac Redemptor Noster, a que deu beneplácito a lei de 9 de setembro de 1763.

"Assim findou a sociedade dos jesuítas, respeitável por tantos títulos, e da qual saíram grandes homens, que ilustraram o mundo nas letras e nas artes²⁾

"Parece que a sanha do governo português não se limitou unicamente às pessoas dos jesuítas, pois que também se estendeu aos bens que possuíam e revelando-se a inversão da ordem cronográfica, permita-me já mencionar que, ordenando a carta régia de 28 de agosto de 1770, expedida ao governador Conde de Povolide, fizesse avaliar e arrematar perante a Junta de Fazenda, aqueles bens que constava se estavam deteriorando, pela sua má administração, conquanto, sem grande erro de cálculo, se possa dizer que sô os imóveis que a Companhia possuiu nesta província e na de Sergipe, valiam mais de quatro milhões de cruzados³⁾, todavia, pelo total das arrematações, produziram unicamente a quantia de réis 557:896\$005, e isto mesmo com grandes prazos para os respectivos pagamentos.

A esse período, onde termina a narração de todo o ocorrido sobre a expulsão dos jesuítas, pôs o escritor baiano uma nota de três páginas e meia, em tipo microscópico, com o teor da carta régia de 3 de abril de 1761, dirigida aos Desembargadores Antônio de Azevedo Coutinho, Manoel Estêvão de Almeida Vasconcellos Barbarino e José Carvalho de Andrade, dando-lhes instruções sobre a arrecadação, disposição e venda dos bens daqueles regulares.

PARTE SEGUNDA

Página 225

A estampa que aí se acha do antigo colégio de São Luís, apenas é de um lance, e esse mesmo, bastante arruinado.

Hoje, esse edifício está restaurado conforme a planta do que foi ao tempo dos jesuítas, e é o quartel de um dos regimentos estacionados em São Luís, tendo interiormente a colunata de pedra, tal como ainda mostra a estampa, e as paredes da frente e da retaguarda com os respectivos portões.

Página 247-79 e 89 períodos

Sobre a cidade de São Borja não tivemos informação alguma, posterior a nossa última visita em maio de 1908.

O estado em que vimos sua igreja matriz, era como descrevemos nos períodos supracitados, e podíamos acrescentar o mais completo desasseio da sua capela-mór, única parte resguardada dos animais que, como dissemos, entravam pelos vãos das portas da frente e laterais, achando grama sobre o chão, do chamado corpo da igreja.

Depois que dali partimos, (acabam de informar-nos) chegou em julho daquele ano, o padre Luís Galozi, que tomou sobre si o empenho de tornar a sua igreja mais digna da celebração dos ofícios divinos.

Fez um apelo aos seus paroquianos, e deles obteve o necessário para a cobertura do corpo da igreja e suas portas, o reboco, calafateação, pintura das paredes e um pavimento a cimento.

Em vez de um telhado, pôs-se uma cobertura de folhas de zinco, o que, por boa cautela, reclama a colocação de um para-raio. Se dizemos isto, é porque vimos em 1856 cair um raio nessa igreja, sendo-nos informado que, alguns anos antes, caíra uma outra fúria elétrica.

Nos trabalhos feitos, nada se adiantou, nem seria possível sobre o frontispício e torre.

Fez-se uma obra que, embora provisória, durará alguns anos até que os aplicados dessa paróquia possam fazer coisa melhor.

Em todo o caso, o Reverendo Luís Gallozi fez o que muitos dos seus antecessores não conseguiram, ou nem sequer tentaram.

Na página seguinte, tratamos da estrada de ferro, que pretendeu-se desviar dessa cidade.

Informam-nos que se procede a estudos para levá-la de Itaqui a São Borja.

É uma necessidade urgente.

PARTE TERCEIRA

Página 275, último período 89

Obtivemos da câmara eclesiástica do bispado, há poucos dias, a informação que segue:

"A paróquia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta esteve, desde sua fundação, como capela curada, sob a direção dos sacerdotes:

1	- Frei José de Santa Avertana (cura)	1827
2	- Francisco Gonçalves Pacheco (cura)	1831
3	- Raphael Gomes da Silva (cura)	1834
4	- Antônio Pompeu Paes de Campos (cura)	1840
5	- Joaquim de São Souto Maior (vigário interino)	1844
6	- Francisco Gonçalves Pacheco (vigário interino)	1848
7	- Cândido Rodrigues de Almeida (vigário interino)	1850
8	- Antônio Rodrigues da Costa (vigário colado)	1852
9	- José de Noronha Nápoles Massa (vigário colado)	1855
10	- Custódio Joaquim da Costa (vigário colado)	1866
11	- Cônego Francisco Teodôzio de Almeida Leme (encom.)	1871
12	- Dr. José Antônio de Almeida (encomendado)	1875
13	- João Francisco Alves (encomendado)	1875
14	- Ambrósio Amâncio de Souza Coutinho (encom.)	1877
15	- Achilles Parrela Catalani (encomendado)	1886
16	- Raphael Santoro (encomendado)	1894
17	- Achilles Catalani (por 2ª vez)	1898
18	- Carlos Kolb (encomendado)	1904

Os padres Francisco Leite e Penteado nunca foram vigários em Cruz Alta. Mas aí moraram, observamos nós. Do primeiro, sabemos-lo por informações; o segundo, aí conhecemo-lo pessoalmente.

O padre Pompeu por vezes substituiu diversos vigários.

Página 298, período 6º

No segundo e terceiro períodos, tratando da colônia esta dual Floriano Peixoto, dissemos ficar muito afastada da via férrea que chega a Passo Fundo.

Hoje, porém, e passados quatro anos, vai tão adiantada a construção da estrada de ferro, partindo daquela cidade a encontrar a que vem de São Paulo, que essa colônia e a que está iniciando o Coronel Severiano de Souza e Almeida, tem já para a exportação de seus produtos a via férrea, que se aproxima dos limites do município e deste Estado com o de Paraná.

Já estão prontos e em tráfego (segundo nos informam), se tenta quilômetros.

No dia 26 de março deste ano (1910), deu-se a explosão num trem de carga, contendo dinamite em caixões, morrendo 5 pessoas e ficando 6 feridas.

Página 374 - período 4º

Quando já bem adiantada ia a impressão da Parte Quarta deste livro, eis que recebemos da Colônia Jaguari, as linhas que seguem:

"O fervor religioso da população desta colônia demonstra-se com o crescido número de capelas que, além da igreja católica, na sede, existem nos diversos núcleos e linhas destes, sendo, com suas invocações, as seguintes:

* Capadão	Santa Maria
* Jaguarizinho	São Pedro
* Linha 11	Sagrado Coração de Jesus
* Linha 14	Divino Espírito Santo
* Marmeleiro	Santo Estevão
* Linha 9ª	São Pedro
* Linha 6ª	N. Senhora da Consolação
* Fontana Freda	Santo Antônio
Linha 10ª	Santo Antônio
Linha 6ª	São Roque
Linha 7ª	São José
Jaguarizinho	N. Senhora da Trindade
Chapadão	N. Senhora do Carmo
Linha 8ª	N. Senhora do Rosário

Nos limites de São Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão:

Ernesto Alves	N. Senhora da Assunção
Linha 1ª	São Caetano
Linha 7ª	São José
* Linha 3ª	Santo Antônio

Toroquã	N. S ^a do Bom Conselho
Nova Beluno	N. Senhora do Rosário
* Linha 8 ^a	São Caetano
* Linha 9 ^a	N. Senhora de Pompéia

Ao todo 21. As precedidas do asterisco, são de materiais sólidos; as demais são de madeira, mas cobertas de telhas".

F I M

NOTAS

1) Grifamos este nome para mostrar, quão superficialmente escreveram os autores por nós consultados. O das Memórias Históricas da Bahia cremos, seja mais exato em sua narrativa, pois mostra ter examinado todos os documentos existentes na secretaria do governo daquela província, pelo modo minucioso por que tratou de todos os governadores desde o 1º, Tomé de Souza, até o 53º, Dom Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, com o qual terminou o 1º volume da citada obra.

2) Não transcrevemos o restante deste e o seguinte período, por tratarem da criação da ordem do seu grande colégio na Bahia, e privilégios aos seus estudantes. (Nota do autor)

3) Ou 1.600:000\$000 fortes, hoje porém, 6.000:000\$000 réis.

INDEX

ÍNDICE

NOTA SOBRE ERUS / VII

APRESENTAÇÃO / IX

AO LEITOR / XI

PARTE PRIMEIRA

Fundação, prosperidade e conquista das Missões / 1

Capítulo I - Fundação das Missões / 3

Capítulo II - Esplendor das Missões / 12

Capítulo III - Guerras Jesuítas / 24

Capítulo IV - Proscrição dos Jesuítas / 38

Capítulo V - Continuação do Precedente / 49

Capítulo VI - Conquista das Missões Orientais / 63

Capítulo VII - Planos de Reconquista. Reduções destruídas.
Invasão do Paraguai / 84

Capítulo VIII - Consolidação da Conquista / 101

Capítulo IX - Riqueza Industrial / 116

Capítulo X - Riquezas e Produções Naturais / 130

PARTE SEGUNDA

Viagens pelas Missões

Capítulo XI - De Porto Alegre a Cruz Alta / 149

Capítulo XII - Santo Ângelo / 165

Capítulo XIII - São João Batista / 179

Capítulo XIV - São Miguel / 188

Capítulo XV - São Lourenço / 199

Capítulo XVI - São Luiz Gonzaga / 209

Capítulo XVII - São Nicolau / 227

Capítulo XVIII - São Francisco de Borja / 240

PARTE TERCEIRA

Região Serrana

Duas Palavras / 259

Capítulo XIX - Cruz Alta / 266

Capítulo XX - Passo Fundo / 289

Capítulo XXI — Soledade /	307
Capítulo XXII — Palmeira /	322
Capítulo XXIII — Nonoai /	335
Capítulo XXIV — Júlio de Castilhos /	352
Capítulo XXV — São Martins /	357
Capítulo XXVI — Santiago do Boqueirão /	363
"Capítulo XXVI" — Colônia Jaguari /	368

PARTE QUARTA

A Campanha e a Fronteira

Capítulo XXVII — Itaqui /	381
Capítulo XXVIII — Alegrete /	393
Capítulo XXIX — Uruguaiana /	406
Capítulo XXX — Santana do Livramento /	424
Capítulo XXXI — Quaraí /	434
Capítulo XXXII — Rosário /	441
Capítulo XXXIII — São Francisco de Assis /	446
Capítulo XXXIV — São Vicente /	451
Capítulo XXXV — Santa Maria /	456
Capítulo XXXVI — São Gabriel /	483
Capítulo XXXVII — Bagé /	494
Capítulo XXXVIII — Dom Pedrito /	510
Capítulo XXXIX — Guaporé /	516
Capítulo XL — Santa Cruz /	520
Retificações /	537

MAPPA

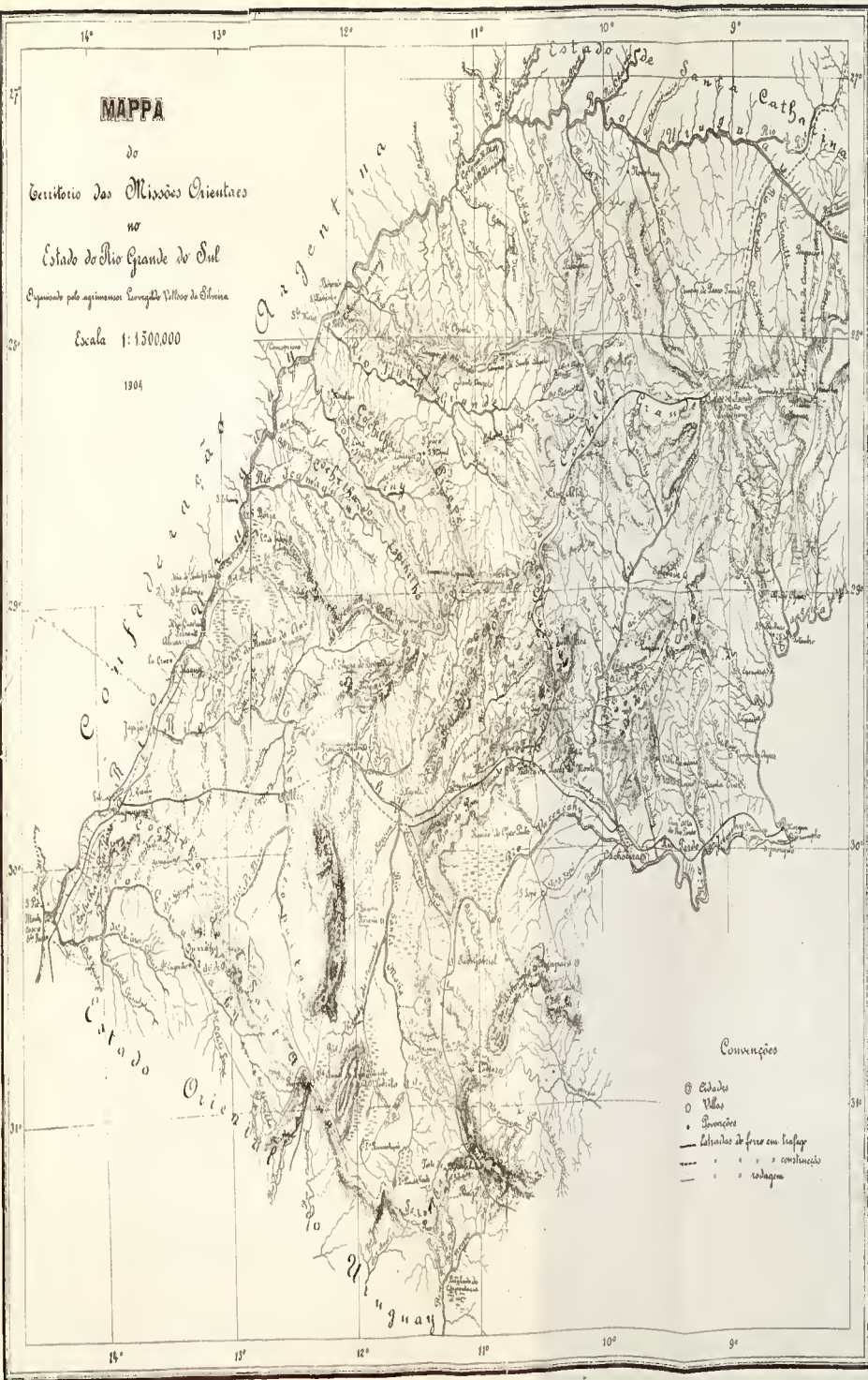
do
Território das Missões Orientais

no
Estado do Rio Grande do Sul

Elaborado pelo engenheiro Carlos Alberto Vilhena de Oliveira

Escala 1:1500.000

1904



Convenções

- Cidades
- Vilas
- Povoações
- Rios e freios em laje
- " " " construção
- " " " colagem

